

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lauri Miranda Silva

VOZES SUBVERSIVAS E CORPOS TRANSGRESSORES:

memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e
de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980
a 2022)



Porto Alegre

2023

Lauri Miranda Silva

VOZES SUBVERSIVAS E CORPOS TRANSGRESSORES:

memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)

Linha de pesquisa: Relações sociais de dominação e resistência

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Lauri Miranda
Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022) / Lauri Miranda Silva. -- 2023.
476 f.
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Movimento de Mulheridades. 2. Movimento LGBTQIA+. 3. Rondônia. 4. Histórias Orais de Vida. 5. Opressões Interseccionais. I. Schmidt, Benito Bisso, orient. II. Título.

Lauri Miranda Silva

VOZES SUBVERSIVAS E CORPOS TRANSGRESSORES:

memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2023

Resultado: aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Profe. Benito Bisso Schmidt - PPGH/UFRGS (orientador)

Profa. Dra. Natália Pietra Mendez (PPGH/UFRGS)

Profa. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)

Profa. Fabíola Holanda Barbosa Fernandez (SLMandic)

Profa. Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR)

Para Sandra Egly, Núbia Lafayette, Mica e Paulo Santiago.

AGRADECIMENTOS

Ser grata é reconhecer a energia e a força transformadora que nos movimenta e que nos conecta com o poder da natureza.

Ser grata nos enriquece em todos os sentidos da vida. Nesse sentido, agradeço:

às deusas e aos deuses por me acompanharem e me fortalecerem em todos os momentos, sobretudo durante o período pandemônico e tenebroso que vivenciamos durante os anos de 2018 a 2022. Não foi fácil;

à minha filha e parceira Collyns, uma querida que me ajuda a ser mais feliz.

ao meu orientador, Profe. Dr. Benito Bisso Schmidt, que, através de suas orientações, dicas e sugestões valiosas durante todo o processo de construção desta tese me conduziram até aqui. Pela parceria e pelo acolhimento sensível e solidário que sempre teve comigo. Por acreditar no meu potencial e neste trabalho, bem como por me incentivar nas questões acadêmicas e profissionais;

à Profa. Dra. e diva Fabíola Holanda, pelo apoio, incentivo e por ter acompanhado a minha trajetória de vida e acadêmica,

às Profas. Dras. Adriana Schmidt Dias, Natalia Pietra Méndez e Clarice Gontarski Speranza, pelo acolhimento, pelas aulas maravilhosas, bem como pelos ensinamentos durante as disciplinas cursadas na Pós-Graduação do Doutorado em História;

ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS;

às/aos minhas/meus colegas do PPGH/ UFRGS e da PUC/RS, e ao Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS/Close, obrigada pelos incentivos, pelo apoio, pelo respeito, pelos afetos, pelas “colocações” e pelas grelhações no “fuá” (bar, boates... porque a gente não tá mortah, né?), em especial: Paula Azevedo, Muriel Rodrigues, Caio Tedesco, Bruno Arthur, Juliana Carolina, Noêmia Dayana e outras/os colegas historiadoras/es;

às minhas amigas Adriana Santos, Adriana Correia, Paola, Gis, Max, Dejalison, Josy e Lily. São amigas/os de faculdade, de profissão e de toda uma vida;

às/os minhas/meus colaboradoras/es: Anne, Brenda, Apollo, Breno, Raymisson, Alessia, Karen, Kary, Renata, Marconi e Neide, gratidão por aceitarem colaborar e participar na construção desta tese.

à CAPES, pelo apoio financeiro;

às/aos minhas/meus colegas (Igor, Duda, Karol e Ariel) de estágio do Serviço Social do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS, pelas trocas de aprendizagens, pelo acolhimento, pelo apoio e admiração;

ao meu amigo Joshua W. Bicalho, por ter recebido a minha pequena mudança (livros e outros objetos pessoais) antes da minha transmigração para Porto Alegre quando ele estava residindo na cidade;

à todas/os aquelas/es que, direta ou indiretamente, contribuíram e me apoiaram em algum sentido para a realização desta tese;

àquelas/es que fecharam as portas para mim e àquelas/es que disseram que eu seria uma “zé ninguém”,
bjas.

“A gente é criada para ser assim, mas temos que mudar. Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é”. (Elza Soares)¹

¹ Citação retirada da entrevista de Elza Soares cedida à revista *Época* em 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2016/03/elza-soares-ja-passou-o-tempo-de-sofrermos-caladas-esta-na-hora-de-gritar.html>. Acesso em: 08 nov. 2023.

RESUMO:

Esta tese investiga, a partir de análises documentais, de histórias orais de vida e de observações de campo, a construção das identidades das/dos militantes dos movimentos de mulheridades e LGBTQIA+ em Porto Velho, objetivando a problematização das suas ações, representações e relações de poder envolvidas nas resistências contra o sistema de dominação cisheteropatriarcal e LGBTQI+fóbico no estado de Rondônia. Este trabalho foi construído e sustentado em histórias de vidas, de luta e de resistência de pessoas LGBTQIA+ e de mulheres, através das narrativas das/dos militantes. São conjuntos de narrativas pautadas no engajamento, nas ações socioculturais, na localização social, nas vivências e experiências delas/es visando a constituição de *microbiografias* e *microautobiografias*. A tese foi elaborada a partir das concepções dos *estudos de gênero e sexualidade*, do *feminismo negro interseccional*, do *transfeminismo*, bem como dos *estudos culturais*. Analisa como a dominação colonialista, capitalista, patriarcal e militarista se expressou em Rondônia em diversas situações de exploração: econômica, simbólica, político-ideológica, sociocultural, ecológica, sexual e epistêmica, como, também, mostra que as opressões interseccionais e as desigualdades sociais no estado se iniciaram no processo histórico de colonização e através das estruturas de poder marcadas pela violência contra pessoas e seus corpos que já existiam na região. Na seção “Aqueles/es que vieram antes de nós”, trago quatro *microbiografias* construídas a partir de fragmentos de memória e narrativas de um militante gay cisgênero e de três pessoas trans* em Porto Velho a partir da década de 1980: Paulo Santiago, Sandra Egly, Núbia Lafayette e Mica, com a finalidade de manter viva a memória de pessoas que subverteram a cisheteronormatividade e resistiram às diversas formas de opressão interseccional em um estado conservador, permitindo encarar com outra perspectiva tal passado, marcado por muitas violências e estigmas, mas também por muita luta e formas de (re) existência. A seguir trago as *microautobiografias* de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades em Rondônia, construídas em colaboração com Karen Oliveira, Alessia Moura, Kary Falcão, Raymisson Correa, Breno Vinícius, Anne Cleyane, Apollo Nunes, Renata Evans, Marconi Vasconcelos e a colaboradora, mulher cis, aliada de luta, Brenda Moraes. Por fim, abordo questões trazidas por essas histórias, em especial a trajetória dos referidos movimentos em Rondônia (periodização, organizações, pautas, vitórias e enfraquecimentos), a política de aliança entre ambos os movimentos contra as opressões interseccionais no período eleitoral de 2018 e pós-eleitoral, e os atravessamentos desses corpos pelo racismo, LGBTQIA+fobia, machismo e preconceito religioso.

Palavras-chave: Movimento de Mulheridades; Movimento LGBTQIA+; Rondônia; Histórias Oraís de Vida; Opressões Interseccionais.

ABSTRACT:

This thesis investigates, based on documentary analyses, oral histories of life and field observations, the construction of the identities of the militants of the womanhood's movements and LGBTQIA+ in Porto Velho, aiming to problematize their actions, representations and power relations involved in resistance against the cisheteropatriarchal and LGBTQI+phobic cistem of domination in the state of Rondonia. This work was built and sustained on lifes histories, struggle and resistance of LGBTQIA+ and women, through the narratives of the militants. They are sets of narratives based on engagement, socio-cultural actions, social location, experiences and their experiences, aiming at the constitution of *microbiographies* and *microautobiographies*. The thesis was elaborated from the conceptions of the *studies of gender and sexuality*, of the *intersectional black feminism*, of the *transfeminism*, as well as of the *cultural studies*. It analyzes how colonialist, capitalist, patriarchal and militarist domination was expressed in different situations of exploitation: economic, symbolic, political - ideological, sociocultural, ecological, sexual and epistemic, as well as showing that intersectional oppressions and social inequalities in the state began in the historical process of colonization and through the structures of power in Rondônia, marked by violence against all people and their bodies, which already existed in the region. In section "those who came before us", are 4 (four) microbiographies constructed from memory fragments and narratives of a cisgender gay activist and three trans* people in Porto Velho from the 1980s: Paulo Santiago, Sandra Egly, Núbia Lafayette and Mica, with the aim of keeping alive the memory of people who subverted cisheteronormativity, and resisted the various forms of intersectional oppression in a conservative state, allowing to face such a past with another perspective, marked by much violence and stigma, but also by a lot of struggle and forms of (re)existence. Below I bring the microautobiographies of militants of the LGBTQIA+ movements of women in Rondônia, built in collaboration with: Karen Oliveira, Alessia Moura, Kary Falcão, Raymisson Correa, Breno Vinícius, Anne Cleyane, Apollo Nunes, Renata Evans, Marconi Vasconcelos and the collaborator, cis woman, fight ally, Brenda Moraes. Finally, I address issues brought up by these histories, especially the trajectory of these movements in Rondônia (periodization, organizations, agendas, victories and weakenings), the policy of alliance between both movements against intersectional oppressions in the 2018 and post-electoral period, and the crossings of these bodies by racism, LGBTQIA+phobia, machismo and religious prejudice.

Keywords: Womanhood's Movement; LGBTQIA+ Movement; Rondonia; Oral Histories of Life; Intersectional Oppressions.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ABHT - Associação Brasileira de Homens Trans

ABL – Associação Brasileira de Lésbicas

AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância Sanitária

Aids - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AMATEC – Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRA - Associação de Travestis de Rondônia

ASTRAL - Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro

ATRAS - Associação das Travestis de Salvador

CADÚNICO - Cadastro Único

CAPS - Conselho Superior da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCH – Comitê Científico Humanitário

CDH - Centro de Documentação Histórica

CEAP - Centro de Educação e Assessoria Popular

CEMETRON - Centro de Medicina Tropical de Rondônia

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde

COMCIL - Comunidade Cidadã Livre

CONEDCA - Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente

CREA-SAI - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CUFA - Central Única das Favelas

DEPCA - Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente

EBGLT - Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros

EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais

EFMM - Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

ELLEN – Encontro de Mulheres Lésbicas da Região Norte

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FBNM - Associação Filhas do Boto Nunca Mais

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FPM - Fórum Popular de Mulheres

GBLTT - Gays, bissexuais, lésbicas, transgêneros e transexuais

GEFEM - Grupo de Estudos Feministas Marielle Franco

GEPGÊNERO - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero

GGB- Grupo Gay da Bahia

GGR - Grupo Gay de Rondônia

GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes

HIV - Vírus de Imunodeficiência Humana

HSH - Homens que fazem sexo com homens

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT+ JIPA - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e mais outras categorias de Ji-Paraná

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Agênero e mais outras categorias

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MEC - Ministério da Educação

MERO - Museu Palácio da Memória Rondoniense

MHB - Movimento Homossexual Brasileiro

MMRC - Madeira-Mamoré Railway Company

MVPR - Movimento Vem Pró Rua

NPAE - Núcleo de Planejamento e Avaliação Externa

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não-Governamental

PA - Plano Anual

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História

PRPH - Projeto Rede de Proteção Humana

PT - Partido dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PVH - Porto Velho
REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero
RO - Rondônia
SAME - Serviço de Arquivo Médico
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SART - Salão de Artes Plásticas do Estado de Rondônia
SEDUC-RO - Secretaria Estadual de Educação de Rondônia
SELEM - Seminário Estadual de Lésbica e Mulheres Bissexuais
SEMASF - Secretaria de Assistência Social e Família
SESAU - Secretaria Estadual da Saúde
SINTERO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia
SPA - Substâncias Psicoativas
SISPOL - Sistema de Informação da Polícia Civil
STAR - Brigada Revolucionária das Travestis Urbanas
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
TJ - Tribunal de Justiça
TRANS*- Refere às identidades de gênero como travestilidades, transexualidades, transgeneridades
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNIDAS - Associação das Travestis na Luta pela Cidadania
UNIR - Universidade Federal de Rondônia
UNISP - Unidade Integrada de Segurança Pública
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia da autora da tese	74
Figura 2 – Fotografia da região central de Porto Velho	104
Figura 3 - Fotografia da equipe médica e de enfermeiras estadunidenses/ hospital Candelária. Sentado, indígena Karipuna (1909-1910)	112
Figura 4 - Fotografia da Dona Esperança Rita da Silva em enterro segurando ramo de ervas	115
Figura 5 – Logo do Núcleo Étnico-raciais da FBNM	115
Figura 6 - Fotografia de trabalhadoras negras antilhanas e de um estadunidense em lavanderia a vapor, em Porto Velho (1910)	117
Figura 7 - Fotografia do grupo de estadunidenses chegados a Porto Velho (1909-1910)	118
Figura 8 - Fotografia de um indígena Caripuna (1910)	121
Figura 9 - Fotografia da Estação de Porto Velho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1913)	124
Figura 10 - Fotografia do Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Porto Velho	135
Figura 11 – Fotografia de Lauri e Fabíola	143
Figura 12 – Fotografia de Lauri e Josy em Porto Velho	145
Figura 13 – Fotografia do Mercado Cultural de Porto Velho	146
Figura 14 – Fotografia da Manifestação LGBTQIA+ em prol da criação do conselho Municipal	147
Figura 15 - Fotografia da Ação do Núcleo de Questões Étnico-raciais da Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2020)	147
Figura 16 – Fotografia da reunião de mulheres em alusão ao mês da consciência negra (2020)	148
Figura 17 – Fotografia da visão interna do atual Mercado Cultural	152
Figura 18 - Fotografia do Museu da Memória Rondoniense	153
Figura 19 – Fotografia da Reitoria da Universidade Federal de Rondônia	154
Figura 20 – Fotografia de Lauri com a banca de defesa de mestrado (Ivonete Tamboril, Alexandre Pacheco e Edinaldo Freitas)	155
Figura 21 – Fotografia de Lauri com Marina Reidel e Symmy Larrat na 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBTI em Porto Velho/RO	156
Figura 22 – Fotografia de Lauri e convidadas/os LGBTQIA+ e pessoas cisheteras em sua defesa de mestrado	156
Figura 23 – Fotografia de Lauri no final da apresentação de sua dissertação de mestrado	157
Figura 24 – Fotografia do colaborador Kary Falcão 1	158
Figura 25 – Fotografia do colaborador Kary Falcão 2	159
Figura 26 – Fotografia do colaborador Breno Martins 1	161
Figura 27 – Fotografia do colaborador Breno Martins 2	164
Figura 28 – Fotografia do colaborador Breno Martins 3	165
Figura 29 - Fotografia do Parque da Cidade de Porto Velho	167
Figura 30 – Fotografia do colaborador Apollo Nunes 1	169
Figura 31 – Fotografia do colaborador Apollo Nunes 2	169
Figura 32 – Fotografia do colaborador Apollo Nunes e Autora da Tese	170
Figura 33 - Fotografia do Centro de Documentação Histórica/TJ-RO	172
Figura 34 – Fotografia de Lauri e Adriana na UNIR/Porto Velho	174

Figura 35 – Flyer do Mês do Orgulho LGBTIQ+ em Rondônia	178
Figura 36 – Fotografia Trans e Pães	180
Figura 37 – Fotografia (Trans) amazônidas	181
Figura 38 – Fotografia de Lauri e Paola em supermercado em Porto Velho/RO	187
Figura 39 – Fotografia de Lauri depois de receber a vacina contra a Covid-19	189
Figura 40 – Fotografia da colaboradora Anne Cleyanne	190
Figura 41 – Fotografia de Lauri e Anne na UNIR/Centro	192
Figura 42 – Fotografia de Brenda e Hana segurando o banner com a imagem da Mãe Esperança	194
Figura 43 – Fotografia das Mulheres negras na feira empreendedora no Mercado Cultural durante a celebração internacional da mulher negra, caribenha e latino-americana	195
Figura 44 – Fotografia da Lauri desfilando na feira empreendedora no Mercado Cultural na celebração internacional da mulher negra, caribenha e latino-americana	195
Figura 45 - Fotografia da Lauri, Anne e Brenda no Mercado Cultural	196
Figura 46 – Fotografia da colaboradora Brenda Silva 1	197
Figura 47 – Fotografia da colaboradora Brenda Silva 2	198
Figura 48 – Fotografia da colaboradora Brenda Silva 3	200
Figura 49 – Fotografia de Lauri e Brenda na UNIR/Centro	200
Figura 50 – Fotografia do colaborador Raymisson Correa 1	201
Figura 51 – Fotografia das Três Caixas D’Água	203
Figura 52 – Flyer de chamamento para a IX Marcha Municipal pela Diversidade Sexual em Porto Velho	204
Figura 53 – Fotografia da concentração da Parada LGBTQIA+ em Porto Velho	204
Figura 54 – Fotografia da Manifestação a favor da presidenta Dilma em Porto Velho	205
Figura 55 – Fotografia do colaborador Raymisson Correa 2	206
Figura 56 – Fotografia de Lauri e o colaborador Raymisson	207
Figura 57 – Fotografia de Lauri, Karen e Alessia: retorno das entrevistas no Mercado Cultural	209
Figura 58 – Fotografia de Karen e Alessia com suas entrevistas transcriadas no Mercado Cultural	210
Figura 59 – Fotografia de Breno lendo sua entrevista transcriada no Porto Velho Shopping	210
Figura 60 – Fotografia de Lauri e Breno com livro “Gordes”	211
Figura 61 – Fotografia de Lauri e Apollo com a entrevista transcriada no Porto Velho Shopping	212
Figura 62 – Fotografia de Apollo lendo sua entrevista transcriada	212
Figura 63 – Fotografia do mimo do Apollo de chocolate com morango para autora da tese	213
Figura 64 – Fotografia de Lauri e Kary com a entrevista transcriada na SEDUC/RO	213
Figura 66 – Fotografia de Kary lendo a sua entrevista transcriada na SEDUC/RO	214
Figura 66 – Fotografia de Kary fazendo os apontamentos em sua entrevista transcriada	214
Figura 67 - Fotografia da Professora Sandra participando do Festival Folclórico Flor do Maracujá de Porto Velho	217
Figura 68 - Fotografia da Carteira do Circo Barnus, último circo em que Sandra Egly trabalhou (2001)	221
Figura 69 - Fotografia de Sandra Egly se apresentando no Circo Barnus 1	222
Figura 70 - Fotografia de Sandra Egly se apresentando no Circo Barnus 2	222
Figura 71 – Fotografia da Professora Sandra	228
Figura 72 – Paulo Santiago retratado na capa de seu livro Ser Gay: homossexualidade	235

Figura 73 – Mapa do nome completo de Paulo	237
Figura 74 – Fotografia de Paulo Santiago com seu livro Ser Gay: homossexualidade	242
Figura 75 – Pintura de Paulo Santiago - O Buraco Negro/Técnica óleo sobre lona	244
Figura 76 – Pintura de Paulo Santiago - Século XXI/Técnica carvão vegetal	245
Figura 77 – Fotografia de Renata Evans e Marconi Vasconcelos	246
Figura 78 – Banner Projeto Vida LGBT	247
Figura 79 – Fotografia da I Parada do Orgulho Gay em Rondônia 1 (2003)	248
Figura 80 – Fotografia da I Parada do Orgulho Gay em Rondônia 2 (2003)	249
Figura 81 – Boletim Informativo do Projeto Vida LGBT (2003)	250
Figura 82– Paulo Santiago na contracapa do livro Ser Gay: homossexualidade	252
Figura 83 – Fotografia da IV Parada do Orgulho Gay em Rondônia (2006)	253
Figura 84 – Fotografia de Núbia Lafayette na Parada LGBTQIA+ de Porto Velho	255
Figura 85 – Fotografia de Núbia Lafayette (trajando roupa preta) no evento LGBTQIA+ em Porto Velho 1 (2011)	259
Figura 86 – Fotografia de Núbia Lafayette e Diana Cox no evento LGBTQIA+ 2 (2011)	260
Figura 87 – Fotografia de Mica, “Mamis/madrinha das Travestis e Transexuais de Rondônia”	265
Figura 88 – Fotografia de Mica, Heider e Brenda na antiga boate gay Metrôpoles em Porto Velho (1999)	267
Figura 89 – Fotografia de Mica na sua residência em Roma (1993)	269
Figura 90 – Fotografia de Kary Falcão	272
Figura 91 – Fotografia de Karen de Oliveira	285
Figura 92 – Fotografia de Alessia Moura	299
Figura 93 – Fotografia de Breno Vinícius	307
Figura 94 – Fotografia de Apollo Nunes	317
Figura 95 – Fotografia de Anne Cleyanne	325
Figura 96 – Fotografia de Brenda Moraes	341
Figura 97 - Fotografia de Raymisson Correa	350
Figura 98 - Logo da ONG Tucuxi	375
Figura 99 - Fotografia do Projeto Água Viva	377
Figura 100 - Fotografia do SELEM/RO	379
Figura 101 - Fotografia da execução de dinâmica no SELEM/RO	380
Figura 102 - Logo da ONG Beija-flor	384
Figura 103 - Logo da ONG Grupo Arco-Íris	385
Figura 104 - Logo do Porto Diversidade	388
Figura 105 - Fotografia das Misses Cidadania LGBT (2010)	390
Figura 106- Fotografia da II Marcha Municipal Pela Diversidade Sexual em Porto Velho (2009)	390
Figura 107 - Logo do coletivo Multivozes	391
Figura 108 - Logo do coletivo Somar	392
Figura 109 - Logo da Associação Filhas do Boto Nunca Mais	396
Figura 110- Logo dos Núcleos da FBNM	397
Figura 111- Fotografia do primeiro pit-stop de travestis e transexuais em Porto Velho/RO 1	405
Figura 112- Fotografia do primeiro pit-stop de travestis e transexuais com a equipe do Tucuxi	405

Figura 113- Fotografia das travestis distribuindo materiais de conscientização e prevenção em saúde 1	406
Figura 114 - Fotografia das travestis distribuindo materiais de conscientização e prevenção em saúde 2	406
Figura 115 - Fotografia da concentração das travestis e pessoas trans* do primeiro pit-stop de travestis e transexuais em Porto Velho/RO	407
Figura 116 - Logo da Comcil	408
Figura 117 – Flyer de chamamento #EleNão 1	415
Figura 118 – Flyer de chamamento #EleNão 2	415
Figura 119- Flyer de chamamento Marcha das Mulheres e LGBT+ #EleNão 3	416
Figura 120 - Flyer de chamamento Marcha das Mulheres e LGBT+ #EleNão 4	416
Figura 121 – Professora da autora da tese, Andréia, na manifestação do #EleNão	417
Figura 122 – Fotografia de Lauri e uma criança (filho de um hippie) segurando o cartaz na manifestação do #EleNão	417

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
PARTE 1	29
AS PREMISSAS DA PESQUISA	29
1.1. Microbiografia e microautobiografia: perspectivas para salvaguardar memórias subterrâneas	29
1.2. Justificativas para a realização da pesquisa	31
1.3. Multidisciplinaridade: os aspectos multifacetados e integrados da pesquisa	33
1.4. As perspectivas do transfeminismo: um movimento sociopolítico e intelectual nas análises das experiências trans*	44
1.5. De movimentos sociais à ideia de coletivos de mulheres e LGBTQIA+ em Rondônia	55
1.5.1. Os estudos feministas, de mulheres e LGBTQIA+ em Rondônia	59
1.6. Percursos metodológicos	65
PARTE 2 – IDENTIDADE E MEMÓRIA: OS CAMINHOS DAS NARRATIVAS OU A HISTÓRIA DO PROJETO	74
2.1. O percurso transpoético de uma narrativa de vida	74
2.2. A minha microautobiografia e sua relação com o projeto da tese	76
2.3. Revelando-me, a carne humana antes escondida	76
2.4. (In) experiências, descobertas e afetividades no Buá	84
2.5. Rompendo as amarras do sistema	89
2.6. Um corpo transgressor na Universidade	93
2.7. História do projeto	96
PARTE 3 – (DES) TRILHANDO CAMINHOS NA HISTÓRIA DE PORTO VELHO/RO	103
3.1. Do período anterior à colonização à chegada do homem branco cisgênero e colonizador no rio Madeira	104
3.2. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré “a ferrovia do diabo” o surgimento de Porto Velho: uma breve análise	107
3.3. Os resultados do espetáculo trágico da exibição burguesa, a formação de Rondônia, e ocultamentos de “minorias” na historiografia regional	121
3.4. “Mulheres degredadas” e “homossexual degredado” em Santo Antônio do rio Madeira: o caso do navio Satélite	125
3.5. Rondônia “terra de migrantes”: os “avanços” do progresso e de uma modernização em plena selva amazônica	133
PARTE 4 – A PESQUISA DE CAMPO	139
4.1. O primeiro contato	140
4.2. O uso dos espaços públicos para mobilizações, engajamentos sociais e intelectuais em Porto Velho/RO	145
4.3. A primeira entrevista	152
4.4. A segunda entrevista	159
4.5. A terceira entrevista	165
4.5.1. O inimigo invisível chegou em terras rondonienses	170
4.6. Novamente em Porto Velho: quarta e quinta entrevista	176
4.7. O retorno a campo e a devolutiva das entrevistas	182

4.7.1. Chegay: novos (re) encontros e a continuidade das entrevistas	185
4.7.2. A vacina contra a Covid-19, uma luz no fim do túnel: imunizada em campo	187
4.7.3. A sexta entrevista	189
4.7.4. A sétima entrevista	197
4.7.5. A oitava entrevista	201
4.8. O processo de transcrição, textualização e transcrição, e a devolutiva/retorno das entrevistas para as/os colaboradoras/es	207
PARTE 5 - “AQUELAS/ES QUE VIERAM ANTES DE NÓS”: MICROBIOGRAFIAS - FRAGMENTOS DE MEMÓRIA GAY E TRANS EM PORTO VELHO	216
5.1. Sandra Egly: memórias da primeira professora trans circense no mundo (1958-2001)	217
5.2. Paulo Santiago: a microbiografia de um militante gay andrógino em Porto Velho	231
5.2.1. Paulo Santiago e o Projeto Vidas LGBT	245
5.2.2. Uma despedida com desculpas	252
5.3. Núbia Lafayette: “a pérola negra de Rondônia”	254
5.4. Mica: “a mamis/madrinha das travestis e de mulheres trans rondonienses	262
PARTE 6 – (MICRO) AUTOBIOGRAFIAS DA (RE) EXISTÊNCIA DE CORPOS SUBVERSIVOS EM RONDÔNIA	272
6.1. Kary Falcão: “Relatos de uma trajetória no Movimento LGBTQIA+ em Rondônia”	272
6.2. Karen de Oliveira: “A realidade não contada - Não vivo uma utopia”	285
6.3. Alessia Moura: “Eu compreendo meu lugar, meu papel, o meu compromisso social”	299
6.4. Breno Vinícius: “Novos caminhos e espaços de visibilidade para a juventude LGBTQIA+ em Porto Velho/RO”	307
6.5. Apollo Nunes: “Eu tive que me conhecer e me afirmar para que a sociedade me enxergue e me respeite como eu sou”	317
6.6. Anne Cleyanne: “Um banzeiro na Amazônia”	325
6.7. Brenda: “Eu sou o meu padrão, essa mulher aqui, que é negra, gorda, de cabelo de tranças, sem cabelo de tranças, do jeito que eu achar que eu deva ser - a luta é por mim, por elas e pelas que virão”	341
6.8. Raymisson: “Do movimento estudantil ao movimento LGBTQIA+: a trajetória de um militante gay em território periférico”	350
PARTE 7 – ANÁLISES E REFLEXÕES DAS MICROAUTOBIOGRAFIAS	368
7.1. O movimento LGBTQIA+ em Porto Velho e sua interiorização em Rondônia	368
7.1.1. A primeira fase (1980-2001): o Grupo Camaleão	370
7.1.2. A segunda fase (2002-2008): do Projeto Aversos ao Projeto Vidas LGBT	373
7.1.3. A terceira fase (2009-2019): do movimento LGBTQIA+ interiorano ao surgimento dos coletivos LGBTQIA+	383
7.2. A gênese da Associação Filhas do Boto Nunca Mais (FBNM) e suas ações sociopolíticas e culturais para mulheres e LGBTs em Porto Velho	394
7.3. O movimento de travestis, transgêneros e transexuais em Rondônia: lutas e conquistas	401
7.3.1. A ausência de políticas públicas para a população de travestis e pessoas trans* em Rondônia	410
7.4. Os desafios encontrados e o enfraquecimento da militância LGBT em Porto Velho	412
7.5. A política de aliança entre ambos os movimentos contra as opressões interseccionais no período eleitoral de 2018 e pós-eleitoral.	414
7.6. Corpos subjugados e atravessados pelo racismo, LGBTQIA+fobia, machismo e preconceito religioso	421

CONSIDERAÇÕES FINAIS	430
LISTA DE FONTES	437
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	442
APÊNDICES	466
APÊNDICE A - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Breno Martins	467
APÊNDICE B - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Kary Falcão	468
APÊNDICE C - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Karen de Oliveira	469
APÊNDICE D - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Alessia Moura	470
APÊNDICE E - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Cleyanne Alves	471
APÊNDICE F - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Brenda Sabrina	472
APÊNDICE G - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Raymisson Correa	473
APÊNDICE H - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Apollo Nunes	474
APÊNDICE I - Guia da Pesquisa de Campo	475

INTRODUÇÃO

A presente tese foi gestada da vontade de conhecimento, de luta, de resistência e de empoderamento a partir de um corpo com marcadores sociais carregados de opressões interseccionais, um corpo que é transgressor, desobediente e subversivo contra a ordem hegemônica. Eu sou uma MULHER TRANS afroamerindígena, ribeirinha, cabocla, beradeira, periférica, nortista, amazônida, amazônica, rondoniense, portovelhense, professora, oriunda de escola pública e de universidade pública. Nesse sentido, são desses lugares que esta tese foi fabricada e, são desses lugares que o processo (trans) criativo da escrita e análise ecoarão para a leitora ou leitor.

Ao escrever esta tese me atrevo ao harmonizar a minha subjetividade e a objetividade possível na produção historiográfica, portanto, me incluo no processo (trans) criativo deste trabalho, usando “eu”, “nós” e “nosso”, em vez de termos mais distantes, como “elas/eles” ou “uma/um” – isso é tão subversivo e transgressivo, é libertador. Parafraseando Glória Anzaldúa (2000), o significado e o valor da minha escrita é medido pela maneira como me coloco e me situo no texto, e pelo nível de nudez revelada e rebelada. Uma escrita antes de tudo transfeminista e feminilizada, sob a perspectiva não sexista da linguagem, mas sim da perspectiva de gênero².

A pesquisa e a escrita acadêmicas foram e continuam sendo extremamente desafiadas em uma época obscurantista na política brasileira e, em tempos pandêmicos, isso reverbera, principalmente, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Tal fenômeno pode ser visto como sintoma de uma crise mais ampla na produção do conhecimento e informação crítica, cujas consequências se desdobram das universidades aos meios de comunicação e, do mesmo modo, para o campo das instituições e dos movimentos sociais.

Foi lamentável ter que pesquisar e escrever a presente tese enquanto eu assistia a uma deterioração nas condições das universidades brasileiras, dos institutos de pesquisa e de organizações não governamentais (ONGs), e, ao mesmo tempo, sob o jugo de um inimigo invisível causando transtornos na vida de brasileiras e brasileiros. Contratemporalmente esses que repercutiram inclusive nos procedimentos metodológicos das/dos

² Feminilização é uma expressão que indica ação ou processo no que se dá ou aparece a feminilidade. O termo é usado nas áreas de Medicina, Botânica, Veterinária e nos estudos sobre mulheres ou de gênero. Nesse sentido, a feminilização é um procedimento que consiste em marcar as formas femininas dos nomes ou adjetivos ali onde as regras gramaticais preconizam o uso de formas não marcadas. Ver: Diccionario de la lengua española - Edición del Tricentenario (em espanhol), disponível em: <https://dle.rae.es/feminizaci%C3%B3n>. Acesso em: 23 out. 2022.

pesquisadoras/es, professoras/es e outras categorias de profissionais que tiveram que se ajustar ao “novo normal” para transformar suas realidades e investigações. Sendo assim, moldar-se às novas circunstâncias apresentadas consistiu em um ato político, de luta e resistência perante os retrocessos na educação desse país. E é levando em conta esses aspectos que apresento esta pesquisa.

Em décadas passadas na academia, acreditava-se que a/o pesquisadora/or ao realizar um trabalho tinha que ser neutra/o e objetiva/o, ou seja, manter certo “distanciamento” da pesquisa, inclusive na História. Donna Haraway, em seu texto *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, aponta que os estudos feministas acadêmicos e militantes tentaram por muitas vezes rebater a questão sobre o que nós aspiramos a dizer com a questão da *objetividade*. Não mais por um viés de uma desejada ideia de separação entre quem investiga e quem é investigada/o, mas através de uma escrita identificada ou localizada que fala de onde se origina. Para autora, “temos gasto muita tinta tóxica e árvores transformadas em papel para difamar o que eles queriam dizer com o termo e como isso nos machuca” (Haraway, 1995, p. 7).

Na perspectiva harawayiana, o que está em debate quando se cobra de mulheres pesquisadoras para que elas sejam “neutras” tem a ver com um entendimento de texto que é apontado como inflamado, enviesado ou emocional. Ao invés de prover respostas que reflitam as cobranças de um projeto científico baseado na imparcialidade e/ou em um distanciamento, Donna Haraway aposta no antagônico. Então, podemos analisar o projeto de ciência dito como “imparcial” como *localizado*, mesmo que para isso seja necessário utilizarmos o “gume feminista” (Haraway, 1995) como tática de saber e de aprendizado. Ela ainda ressalta: “desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade” (Haraway, 1995, p. 13).

Sendo assim, a autora continua a ter expectativas em torno da parcialidade, pois analisa ser benéfico instruir-se com os corpos, através de uma pesquisa corporificada, acreditando nas tecnologias semióticas como merecedoras de um *endereço*. Para Sofia Favero esse *endereçar* é:

Dizer que não há inocência em uma história. Tem um objetivo. Aparece entre os parágrafos, pois não é possível sair ileso em um texto. O que faz com que toda investigação científica seja localizada [...]. Além disso, quem escreve, o faz para alguém. (Favero, 2020, p. 2).

Nesse sentido, este trabalho tem vários endereçamentos, a partir do meu corpo, da minha voz, da minha escrita e das minhas experiências de vida enquanto historiadora e mulher trans afroamerindígena. Escrevo para:

- a academia, onde ainda ronda uma cisheteronormatividade branca, classista e masculina em suas produções;
- as travestis, transexuais, transgêneras/os, gays, bissexuais, lésbicas e outras identidades de gênero (in) visibilizadas/os na história;
- as mulheres e homens cis brancas/os, negras/os ou pretas/os, indígenas, afroamericanas/os, afroamerindígenas/os companheiros e companheiras de luta ou não;
- as putas trabalhadoras do sexo;
- as pessoas com deficiência;
- as pessoas gordas;
- e a sociedade cisheteronormativa e conservadora.

Esta tese é a continuidade de minha monografia de bacharelado intitulada: *ONG Tucuxi na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho (2003 a 2009)*, em que me dediquei a um recorte histórico sobre o primeiro movimento homossexual em Porto Velho/RO, denominado *Camaleão*, que surgiu em meados dos anos 1990, no contexto da explosão da contaminação pelo vírus do HIV/aids³. O Camaleão foi organizado por um grupo de amigas/os, sensibilizadas/os com a situação de exclusão social e a perda de muitas pessoas próximas no início daquela epidemia. Esse grupo, pioneiro em Rondônia, e formado por homossexuais cisgêneros e pessoas cisheteras, encerrou suas atividades por falta de apoio e de voluntários na mesma década.

Essa pesquisa monográfica foi realizada a partir de análise documental de atas, relatórios, projetos, cartilhas, folders e imagens coletados no acervo da extinta ONG *Tucuxi*. O objetivo geral do referido trabalho foi analisar historicamente a mencionada

³ Uso minúsculas para escrever “aids” seguindo o Manual da Secretaria de Comunicação do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/aids>. Acesso em: 24 dez. 2021. No início, aids era uma sigla. Hoje dá nome à doença. Muitos movimentos sociais e ONGs ligadas à epidemia da aids também preferem o uso de minúsculas para diminuir o caráter “assustador” da doença. Essa forma tem sido utilizada depois das reflexões acerca da possível associação entre a grafia em maiúsculo da sigla (AIDS) e a fobia suscitada pela menção à doença. Mantereí, no entanto, a sigla no original em maiúsculo (AIDS) nas citações de textos que a usam desta maneira.

instituição e as suas ações para pessoas LGBTQIA+ começando no ano de 2003 e indo até 2009, averiguando as contribuições dos projetos sociopolíticos por ela desenvolvidos na luta contra a LGBTQIA+fobia e a criação de políticas públicas voltadas para esse segmento. Contudo, não realizei entrevistas com as/os militantes na época, devido ao curto prazo do Bacharelado, e, também, pelas especificidades metodológicas do trabalho.

Constatei que ficaram algumas lacunas, e elas abriram brechas para a continuidade da pesquisa. Agora trago as/os colaboradoras/es e personagens LGBTQIA+: Karen Oliveira, Alessia Moura, Kary Falcão, Raymisson Correa, Breno Vinícius, Anne Cleyane, Apollo Nunes, Renata Evans, Marconi Vasconcelos, bem como a colaboradora, mulher cis e aliada de luta, Brenda Moraes, para o campo do conhecimento histórico acadêmico, vozes que ainda não haviam sido ecoadas, ou cujos ecos foram bastante tímidos. Vozes essas que resistem através de lutas, desejos, vontade e sonhos. É nesse contexto que tenho lutado para salvaguardar nossas memórias e a memória dos *movimentos de mulheridades* e de *LGBTQIA+* no estado, contextualizando as nossas trajetórias individuais que serão posteriormente enfocadas.

Inicialmente, esta tese usava o termo “mulheres” ao invés de “mulheridades” para falar de movimentos em Rondônia. Na banca de defesa, a professora e historiadora Marta Rovai sugeriu o uso do segundo, por ser mais abrangente. Continuamos o diálogo sobre o tema após a defesa. Fiz alguns questionamentos a ela sobre a existência de “movimentos de mulheridades”, uma vez que constatei a ausência da referida expressão nas produções e pesquisas acadêmicas nos estudos de gênero e diversidade, bem como no interior dos movimentos feministas e de mulheres. Marta Rovai ressaltou que costuma usar as categorias *mulheridades* e *feminilidades*, pois, para ela, essas abarcam as diferenças como sugere a professora e pesquisadora trans Letícia Nascimento.⁴

Letícia Nascimento utiliza o termo *mulheridades*, e não *mulher*, no singular, para reafirmar as diversas formas como experienciamos as nossas identidades de gênero, enquanto travesti e mulheres trans (Nascimento, 2021). Ela e tantas outras intelectuais e ativistas usam tal termo em seus trabalhos, mas não o legitimam a expressão “movimento de mulheridade”. Rovai e eu concordamos que há um processo de diferenciação entre a existência e o movimento em si, ou seja, podemos dizer que uma

⁴ Agradeço à professora Marta Rovai por ter me ajudado a construir essa categoria, através de um diálogo analítico e reflexivo sobre o *movimento de mulheridades*. ROVAI, Marta. WhatsApp. 30 out. 2023. 11:31. 21.

parte dessas pesquisadoras que estão inseridas tanto no campo acadêmico quanto no interior do movimento social tem consciência disso, mas nem toda mulher que está fora do padrão hegemônico sabe que tem o direito de reivindicar essa designação “mulheridade”.

O termo (e a experiência dos) “movimentos de mulheridades” subverte as normas de gênero, pois desafia o patriarcado capitalista supremacista branco quando deslegitima a ideia de características sexuais biologizantes consideradas “naturalmente femininas”. Quando nos posicionamos em prol da categoria de mulheridades, esse torna-se um conceito de autoidentificação e afirmação de quem somos (“eu sou travesti”, “eu sou mulher trans”, “eu sou mulher gorda”, “eu sou mulher com deficiência”, “eu sou mulher negra”, “eu sou mulher lésbica”, “eu sou mãe solo”...) (hooks, 1984; Collins, 2019; Lorde, 2019; Nascimento, 2021).

A questão do que significa o que é ser uma mulher tem sido central ao debate feminista por décadas, entretanto, estabelecer o que é a mulheridade implica pontuar os meios e motivos por trás das diversas formas de opressão sistêmica da mulher sob o cisheteropatriarcado. Descobrir como lutar contra esse sistema, inclusive no plano da linguagem, é uma preocupação (trans) feminista fundamental.

Portanto, vou usar, apesar da estranheza que tal emprego possa causar inicialmente, o termo “movimento de mulheridades”. Penso que é necessário legitimá-lo nas pesquisas de gênero e diversidade enquanto categoria de análise, pois ele se configura através da reivindicação de luta e resistência de travestis e mulheres trans, mulheres bissexuais, mulheres lésbicas, mulheres negras ou pretas, mulheres indígenas, mulheres periféricas, mulheres barrageiras, mulheres ribeirinhas, mães solas, mulheres gordas, mulheres PCD, mulheres solteiras, mulheres putas e mulheres vadias junto ao movimento feminista hegemônico, ou seja, trata-se de um movimento contra-hegemônico, bem como de autoidentificação. Ele engloba mulheres que vivem à margem da sociedade, lutando contra a transfobia, o racismo, o capacitismo, a misoginia, a gordofobia, a lesbofobia, dentre outras opressões sistêmicas, como, por exemplo, a luta das colaboradoras e personagens desta tese. Que sejamos compreendidas e respeitadas em termos diferentes, somos mulheres singulares e plurais, engajadas em agendas de inclusão, diferenças e resistências.

Identifiquei a necessidade e a importância de dar continuidade à pesquisa, mantendo-a numa perspectiva de resistência acadêmica com relação a essas temáticas, a

fim de colaborar para o debate historiográfico e político em torno das relações de gênero e diversidade sexual na história. E não somente isso, mas também ampliar as discussões sobre os movimentos de mulheridades e os movimentos LGBTQIA+ situados em Rondônia, um lugar considerado periférico e localizado na Amazônia Ocidental, por tomar conhecimento de que eles têm um “inimigo em comum” – que os faz se apoiarem mutuamente: o *cistema*⁵ de dominação que discrimina, exclui e oprime, por meio de diversas formas de violência que atravessam e corroboram para as desigualdades sociais no estado.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho foi investigar, a partir de análises documentais, da história oral e de observações de campo, a construção das identidades das/dos militantes (comunidade de destino⁶) dos referidos movimentos, objetivando a problematização das suas ações, representações e relações de poder envolvidas nas resistências contra o sistema de dominação cisheteropatriarcal e LGBTQIfóbico⁷ no estado de Rondônia.

Como objetivos específicos tive por intuito: pesquisar personagens importantes que “vieram antes de nós” da história LGBTQIA+ em Porto Velho a partir da década de 1980; analisar por intermédio das experiências das/dos militantes de que maneira elas/eles têm contribuído ou contribuíram na luta pela garantia de direitos e no enfrentamento à violência contra mulheres e LGBTQIA+ na região; averiguar quais dificuldades ou problemas foram e são encontrados na militância dentro e fora dos movimentos, sobretudo no movimento LGBTQIA+; investigar quais as alianças foram criadas e as formas de resistência promovidas pelas/os militantes dos movimentos LGBTQIA+ e dos movimentos de mulheridades no período eleitoral de 2018 e pós-eleitoral no estado; e, finalmente, examinar as experiências de vida das/dos

⁵ De acordo com Viviane Vergueiro (2016), o sistema-mundo é ocidentalizado/cristianocêntrico, moderno/colonial e capitalista/patriarcal, e produz *hierarquias epistêmicas* nas quais perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas e/ou silenciadas.

⁶ A expressão *comunidade de destino* está sendo utilizada nesta tese como um conceito operacional dos estudos sobre memórias e oralidades. Foi exercitado por Ecléa Bosi (1995) e estabelecido por José Carlos Sebe Bom Meihy (1996). A sua função é a de construir o grupo que iremos pesquisar, mas de forma que esse tenha uma ligação em comum de pertencimento e identificação, se constituindo a partir das narrativas. (Holanda, 2003, 2006; Meihy, 2005).

⁷ Utilizo o referido termo para ressaltar que condutas homolebotransfóbicas foram igualadas aos crimes de racismo (artigo 20 da Lei 7.716/1989) no Brasil. Tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal em 13 junho de 2019. Ver: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>; <https://www.conjur.com.br/2019-jun-13/stf-reconhece-criminalizacao-homofobia-lei-racismo>. Acesso em: 03 jan. 2022.

militantes a partir dos marcadores sociais de raça, classe, gênero, religiosidade, sexualidade e geração.

Esta tese se desdobra em sete partes:

- na primeira, apresento os conceitos, as perspectivas teóricas e os caminhos metodológicos que me conduziram no processo de investigação e análise dos estudos feministas, de mulheridades e LGBTQIA+, bem como as minhas motivações e justificativas para realizar este trabalho;
- na segunda, explico os caminhos das narrativas ou a história do projeto por meio da minha *microautobiografia* e sua relação com este trabalho, a partir do meu corpo, da minha voz, da minha escrita e das minhas experiências de vida enquanto historiadora e mulher trans afroameríndigena. Narro, também, como eu *chegay, atravequei e transmigrei* até aqui.
- na terceira, descrevo e analiso, a partir da historiografia regional e da historiografia da Amazônia, de forma breve, a história do lugar no qual estão inseridas/os as/os personagens desta tese, para o entendimento e contextualização do meu trabalho, mesmo que de forma sucinta, porém, fundamental. Relaciono a influência de alguns textos históricos regionais que corroboraram de forma discursiva com as opressões históricas contra indígenas, mulheres, negras/os ou pretas/os e homossexuais no estado, bem como, trago algumas críticas de historiadoras/es com relação ao campo da historiografia regional tradicional;
- na quarta, descrevo a pesquisa de campo e o processo operacional das entrevistas, também trago para a discussão algumas reflexões epistemológicas sobre o trabalho de campo;
- a quinta diz respeito a personagens importantes que “vieram antes de nós”, são 4 *microbiografias* construídas a partir de fragmentos de memória e narrativas de um militante gay cisgênero e de três pessoas trans* em Porto Velho a partir da década de 1980;
- na sexta, trago as *microautobiografias* transcritas das/dos militantes do movimento LGBTQIA+ e de mulheridades entrevistadas/os;
- na sétima parte, faço algumas breves análises e reflexões a partir das *microautobiografias* das/dos personagens desta tese no tocante aos meus

objetivos e problemática que me levaram a investigar a história do movimento LGBTQIA+ e do movimento de mulheres em Rondônia a partir da década de 1980 a 2022.

PARTE 1

AS PREMISSAS DA PESQUISA

1.1. **Microbiografia e microautobiografia: perspectivas para salvaguardar memórias subterrâneas**

Este trabalho foi construído e sustentado em histórias de vidas, de luta e de resistência de pessoas LGBTQIA+ e de mulheres em Rondônia, através das narrativas das/dos militantes por meio de 8 (oito) entrevistas (registradas em áudio e vídeo, e por escrito). São conjuntos de narrativas pautadas no engajamento, nas ações socioculturais, na localização social, nas vivências e experiências delas/es visando a constituição de *microbiografias e microautobiografias*.

Aqui o termo microbiografia está sendo pensado não em uma perspectiva ampla de escrever e compreender a totalidade das histórias de vida e das memórias de personagens importantes da história LGBTQIA+ em Rondônia - devido às limitações e especificidades deste trabalho. Muito menos, no sentido de reduzir o vivido e as experiências delas/es a determinados temas e recortes cronológicos. Tenho por intuito somente compartilhar algumas das experiências e ações das/dos personagens que tiveram um reconhecimento e relevância social coletiva, em determinado tempo e espaço histórico, a partir de diálogos com pessoas próximas das/dos microbiografadas/os, da imprensa e de outras fontes que me auxiliaram na construção dos textos, em respeito à memória e à história daquelas e daqueles que vieram antes de nós.

A *microautobiografia* pode ser entendida como um “novo” fazer na historiografia, pelo qual escrevo e relato a minha história de vida e as das/dos colaboradoras/es desta tese, não em um sentido ficcional, mas sim a partir de narrativas construídas ao longo da investigação, dos ditos e dos não-ditos. É o “eu” em processo de des-construção e legitimação de saberes, pois falar de nós mesmas/os enquanto pessoas fora da *cisnorma*⁸ não é necessariamente difícil, mas com certeza é desafiador e subversivo. É (des)ordeiramente possível, tendo em vista que precisamos mostrar que o

⁸ Trata-se de um conceito que ganha abrangência nas produções acadêmicas brasileira na segunda década do século XXI e denota a “normalidade” que legitima como saudáveis, naturais e verdadeiras apenas as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascimento, sempre assumindo a binariedade homem/mulher. (Bonassi, 2017).

palco da história também é o nosso lugar, e nunca mais irão nos excluir, porque cansamos de ficar nos bastidores para sermos utilizados como objetos e abjetos, e não como sujeitas/os ativas/os na construção da história humana. Somos vozes conectadas, e somos produtoras/es de uma escrita subversiva.

Microbiografias e *microautobiografias* são pensadas e fabricadas a partir de narrativas de experiências vividas, não são histórias inventadas, são lembranças de determinados momentos de vidas em tempos específicos, do modo pelo qual as/os sujeitas/os existenciais as criam, constroem, desfazem, cortam e recortam. A subjetividade é fundamental nesse processo. Penso também no papel da coragem para transformar as nossas vivências em textos ao tecermos relatos de vidas, de luta e de resistência ao sistema. Almejo um trabalho sensível, humanizado e inclusivo, tanto no processo de exposição, quanto no da recepção no campo científico e na sociedade.⁹

Em relação à maneira pela qual eu teço os encontros com as/os personagens desta tese, utilizei um guia de campo com questões estruturadas para preenchimentos de alguns dados pessoais, bem como o uso de algumas fontes documentais coletadas tanto na imprensa local, quanto nas instituições onde estão inseridas/os as/os militantes dos movimentos estudados.

Também foram feitas observações escritas no *caderno de campo*, para a problematização de questões culturais, históricas, políticas, espaciais e simbólicas envolvidas na constituição das identidades e das memórias das/dos referidas/os militantes, respeitando o lugar de falar de cada uma/um delas/es, a fim de pensar as hierarquias, as desigualdades sociais e as invisibilidades dessas/es sujeitas/os, tanto no campo da ciência, quanto na sociedade.

Por fim, utilizo imagens fotográficas intercaladas aos textos a partir do capítulo 2, compreendendo-as como fontes fundamentais na pesquisa histórica. Uso-as não somente como ilustração, mas também por sua força simbólica e narrativa que permite às/aos leitoras/es compreenderem determinados aspectos (emoções, corpos, performances, encontros, entre outros) dos quais só o texto escrito não dá conta, bem como para salvaguardar os registros realizados durante a minha pesquisa de campo, sobretudo dos lugares onde se deram os encontros com as/os colaboradoras/es para a realização das entrevistas; lugares históricos onde os movimentos sociais se reúnem;

⁹ Sobre a sensibilidade e humanização no trabalho de história oral, Michael Pollak ressalva: “Seria importante observar a maneira de trabalhar dos historiadores, quer eles trabalhem com escritos biográficos ou com relatos, ou seja, seria importante estudar não com o que eles trabalham, mas como eles trabalham” (Pollak, 1992, p. 212).

personagens que “vieram antes de nós”; da rede de afetos que me ajudou em algum sentido e me fez chegar até aqui. Eu penso que essas imagens contêm uma riqueza de informações as quais revolucionam a memória individual e coletiva das/dos personagens desta tese e do estado de Rondônia para o conhecimento histórico (Le Goff, 1990; Mauad, 1996), bem como direcionam a/o leitora/or a vislumbrarem a partir da suas óticas as representações visuais e sociais dos períodos que analisei. Estou ciente de que estas imagens mereceriam uma análise mais aprofundada, inclusive quanto ao seu arquivamento e disponibilização pública, e esse é um dos caminhos que pretendo seguir na continuidade da minha trajetória de pesquisadora.

1.2. Justificativas para a realização da pesquisa

O porquê da escolha de militantes desses movimentos de resistência em Rondônia - os movimentos de mulheres e os movimentos LGBTQIA+ - está ligado ao fato de eu ter identificado uma conexão entre ambos desde o processo eleitoral de 2018 e pós-eleitoral no Brasil. Essa união foi e continua sendo contra a crescente onda do conservadorismo e fundamentalismo, relacionada às diversas formas de opressões cruzadas e interseccionais: racismo, LGBTQIA+fobia, machismo, misoginia, sexismo e classismo em Rondônia.

Esta pesquisa também pretende visibilizar a luta e as experiências de vida dessas/es militantes através de suas narrativas, pois:

[...] os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares. (Ribeiro, 2019, p. 75).

A luta contra o *cisheteropatriarcado* é o alvo em comum dessas/es militantes no estado. O termo é compreendido enquanto um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênera masculina tem hegemonia sobre as identidades de gênero e sexualidades dissidentes. É usado para advertir que as diversas formas de opressão interseccionais exercidas tanto sobre as mulheres cisheteras como sobre as pessoas LGBTQIA+ têm os mesmos princípios sociais machistas e sexistas.

O processo inicial de articulação entre os movimentos foi realizado pela *Associação Filhas do Boto Nunca Mais* (FBNM). A história desse grupo se originou do

não conformismo de uma das fundadoras e personagem desta tese, Anne Cleyanne, da referida Associação, diante das opressões sofridas, de um corpo que ao longo de sua trajetória esteve em situação de vulnerabilidade social, bem como teve seus direitos violados. Diante disso, Anne ao ingressar na Universidade no curso de Psicologia participou de diversas atividades acadêmicas, dentre elas uma palestra em 2011 proferida por uma professora cuja temática era *o arquétipo da lenda do boto na Amazônia*, quando obteve conhecimento do que de fato está por trás da lenda do boto.¹⁰

Nas entrelinhas da referida lenda, denota-se haver o abuso sexual intrafamiliar, que, por sua vez, é mantido de maneira transgeracional, sendo uma realidade aversiva muito comum nas comunidades ribeirinhas, vindo a existir até mesmo nas zonas urbanas de Rondônia - e as políticas públicas relativas ao problema continuam sendo insuficientes. As vítimas, na maioria das vezes, não têm voz. Assim, Anne Cleyanne tomou a iniciativa de fomentar e cobrar soluções referentes ao assunto em Porto Velho.

A Associação FBNM é um dos movimentos de mulheres mais atuantes em Rondônia, e por isso lhe dou a devida importância ao pesquisá-la, bem como ao analisar a sua relação com a agenda do movimento LGBTQIA+, mesmo sabendo discernir que elas e eles têm especificidades em suas ações políticas e sociais. Atualmente, a instituição conta com 40 mulheres voluntárias. Ressalto também que há outros grupos ou movimentos de mulheres na região, mas minhas investigações se concentraram na mencionada Associação.

Constatei que houve um enfraquecimento do movimento LGBTQIA+ no estado a partir de 2015, principalmente no município de Porto Velho. Nesse período, algumas das principais atividades organizadas e desenvolvidas anteriormente pelas/os militantes, como a Parada LGBTQIA+ e a Marcha da Diversidade Sexual, não foram realizadas. Os motivos da paralisação desses importantes eventos culturais e sociopolíticos surgem nas entrevistas realizadas.

¹⁰ O boto é um golfinho, um cetáceo muito comum dos rios no norte do Brasil. A lenda do boto tem sua origem nessa região amazônica. Ainda hoje é muito popular e faz parte do folclore amazônico e brasileiro. De acordo com a pesquisadora e literata Josse Fares, num processo de metamorfose, o boto se torna “um belo rapaz branco, normalmente loiro, que, trajando vestes brancas e mantendo sempre um chapéu na cabeça, aparece em ocasião de festas e seduz as moças ribeirinhas, desacompanhadas” (Faraes, 1996, p. 50). Logo após, consegue convencer as mulheres solteiras e casadas para um passeio no fundo do rio, local onde costuma engravidá-las. Na manhã seguinte volta a se transformar no boto. No imaginário popular, a lenda do boto ainda é utilizada para justificar a ocorrência de uma gravidez fora do casamento, bem como dizer que uma criança é filha do boto, quando não se sabe quem é o pai. Nesse sentido, “torna-se o pai de todos os filhos de responsabilidade desconhecida” (Faraes, 1996, p. 51).

Em Porto Velho temos o *Grupo Gay de Rondônia* (GGR), que era responsável pela Parada LGBTQIA+; o *Porto Diversidade*, que organizava a Marcha da Diversidade Sexual na zona leste da capital; a *Comunidade Cidadã Livre* (Comcil), que ainda está ativa e desenvolvendo atividades voltadas a esse segmento; e, também, não podemos nos esquecer de que há os coletivos *Somar* e *Multivozes*, formados por uma nova geração de LGBTQIA+ na capital; já na cidade de Ji-Paraná, temos o *Grupo LGBTQIA+ JIPA*, dentre outros movimentos interioranos de dissidentes no estado de Rondônia.

Entretanto, há que se lamentar que outros grupos historicamente importantes, como o grupo *Tucuxi* e o *Projeto Vidas LGBT*, estejam descontinuados, embora algumas/alguns de suas/seus militantes continuem na luta e na resistência em outros movimentos sociais. Nesse sentido, visto que há uma gama de colaboradoras/es que enriqueceram este trabalho através de suas histórias, realizei algumas entrevistas com membras/os e ex- membras/os dessas organizações, mesmo que de forma breve, mas fundamentais para que suas memórias e suas lutas em um estado extremamente conservador sejam lembradas na história.

1.3. Multidisciplinaridade: os aspectos multifacetados e integrados da pesquisa

Sabemos que os estudos sobre gênero e diversidade sexual, apesar de muitos avanços, ainda são marginalizados na historiografia brasileira, mas temos historiadoras/es e pesquisadoras/es de outros campos do saber que têm demonstrado interesses em *bater de frente* contra esse sistema academicista. A resistência ao debate sobre esses assuntos nas universidades pode ser explicada não só por questões de escolha pessoal da parte da/do pesquisadora/pesquisador de temas a serem problematizados no campo científico, mas também em função de uma cisheteronormatividade institucional e epistêmica relativa ao assunto. Isso vai ao encontro do que Pierre Bourdieu (1983) comenta sobre os campos de saberes, que, em sua cientificidade, partem de interesses particulares e/ou pessoais, e de pressões institucionais e conservadoras.

Há ainda, no que se refere especificamente ao tema desta tese, uma presença constante de LGBTQIA+fobia, machismo e racismo estrutural nos estudos regionais amazônicos. Embora existam alguns trabalhos sobre os movimentos LGBTQIA+ e de mulheres na referida região em outros campos do saber¹¹, tais pesquisas abordam,

¹¹ Como, por exemplo, os trabalhos de: Mariangela Onofre (2009) e Vitor Hugo (2003).

sobretudo, o seu surgimento e as políticas públicas criadas, mas não as/os personagens sociais que deles faziam e fazem parte, seres possuidores de histórias, que desenvolvem ou desenvolveram ações sociais contra a discriminação, exclusão e desigualdades sociais em Rondônia.

Nesse sentido, esta tese busca romper com o discurso dominante e colonizador, pois compreendo de antemão que as/os militantes têm saberes e vozes, e podem pensar as próprias condições de opressão no lugar onde estão inseridas/os, através de uma visão sensível e solidária.

Diante disso, nesta tese utilizo intelectuais LGBTQIA+, pretas/os ou negras/os, bem como autoras/es cisgêneros aliadas/os na luta antirracista, antimachista, antiLGBTQIfóbica e antietnocídio, pois idealizo e penso numa produção acadêmica inclusiva, igualitária e não segregacionista, para que possamos realizar debates reflexivos no campo científico, transfigurando a cisheteronormatividade dominante da academia. Como explana Patricia Collins: “[...] a teoria e a criatividade intelectual não são domínio de poucos, mas ao contrário, emanam de toda uma variedade de pessoas” (Collins, 2019, p. 17). Dessa forma, não concordo com a forma operacional do sistema na (re) produção do conhecimento, de canonizar principalmente intelectuais cis brancas/os como porta-vozes dos estudos de gênero e sexualidade na Universidade.

Este trabalho foi construído a partir das concepções dos *estudos de gênero e sexualidade*, do *feminismo negro interseccional*, bem como dos *estudos culturais*, para as análises sobre sexo, raça, classe, gênero, religiosidade, sexualidade e geração. Compreendo aqui essas categorias como determinações sociais e culturais nas identidades das/dos militantes.

Parto do ponto de vista da *multidisciplinaridade* para a articulação das/dos teóricas/os da história com as perspectivas de intelectuais de distintos campos do conhecimento, bem como de aportes teórico-metodológicos da História Oral.¹² Também, relaciono-as com concepções teórica e política dos feminismos (sobretudo do feminismo negro interseccional), transfeminismos, estudos queer e estudos decoloniais e descoloniais.

Foi desafiador problematizar a temática desta tese, mas compreendo que assuntos complexos não podem ser analisados por uma única disciplina, nesse contexto,

¹² Sobre o conceito de “multidisciplinaridade”, ver: Bicalho (2011). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336>. Acesso: 22 nov. 2021.

o processo criativo de uma escrita ou de uma investigação amalgamada, multifacetada e integrada entre distintas áreas do conhecimento se torna enriquecedora para a produção intelectual da pesquisadora ou do pesquisador.

Ao menos desde os anos 1960, surgiu um campo de estudos que passou a se preocupar com o passado de todas as atividades humanas (limpeza, sexualidade, leitura, cotidiano, gestos etc.), (re)configurando e impactando a escrita da história. Elementos que pareciam naturais, como corpo e sexualidade, também passaram a ser historicizados, ou seja, vistos em suas permanências e transformações. Como já salientei anteriormente, historiadoras/es em nossa contemporaneidade têm se preocupado com os estudos de gênero e sexualidade, e o crescimento de eventos, seminários e congressos sobre mulheres e LGBTQIA+ na história nos mostram essa visibilidade, e uma resistência e insistência legítima em prol dessas pesquisas.

As análises de Michel Foucault (1985, 2015) sobre as inter-relações entre saber, poder e sexualidade são importantes para as discussões que ora me ocupam neste trabalho. As interpretações que o autor fez em suas obras, principalmente no primeiro volume de *História da sexualidade*, nos anos 1970, no final da chamada “revolução sexual” na cultura ocidental, me auxiliam a examinar a emergência do dispositivo da sexualidade a partir de sua contranarrativa à consagração da história da repressão sexual na chamada “Era Vitoriana”. Para o filósofo, a sexualidade não é um aspecto ou fato natural da vida humana, mas uma categoria da experiência que foi construída e que tem origens históricas, sociais e culturais, mas não biológicas (Foucault, 2015). Isso não quer dizer que o autor descarte qualquer dimensão biológica, mas sim que prioriza o papel das instituições e dos discursos na construção da sexualidade (Spargo, 2017).

Sobre a homossexualidade, Michel Foucault (2015) insistiu que essa categoria surgiu no contexto específico do século XIX e que, como a sexualidade em geral, deve ser vista como categoria construída do saber, e não como “identidade descoberta”. Junto com outros tipos de sujeitas/os (mulheres, crianças e classes trabalhadoras) cuja sexualidade era tema de interesse ou preocupação para a ciência médica do século XIX, o “homossexual” se tornou o centro de uma série de estudos e estratégias. Essas “tecnologias do sexo” eram concebidas para preservar e estimular uma população (ou força de trabalho) produtiva e procriadora que atendesse às necessidades do sistema capitalista em desenvolvimento. Como afirma Tamsin Spargo (2017), a unidade-chave

dessa ordem social era a família cisheterossexual burguesa, que deveria ser modelo para a classe operária, na qual seria gerada a futura força de trabalho.

Nesse esquema de reprodução, o desejo e as práticas por indivíduos do mesmo “sexo” eram problemas que precisavam ser enfrentados, aberrações em relação à cisnorma da procriação. Para Michel Foucault (2015), o homossexual foi transformado na figura patológica do perverso ou anormal que atuava em detrimento da cisheteronormatividade. Estava, portanto, sujeito à disciplina e à marginalização, e subordinado ao controle social.

Em termos mais amplos, a fim de dar conta de seus objetos de estudo, o autor compreendeu que o poder sempre produz a resistência. Para Foucault:

Não há relações de poder sem resistências; estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque é a compatriota do poder. (Foucault, 2006, p. 249).

A partir dessa compreensão de resistência ao poder, um aspecto decisivo nas análises de Michel Foucault é a evidência do que ele chama de *discurso reverso*:

Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de **discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico”** permitiu, certamente um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas também possibilitou a construção de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (Foucault, 2015, p. 111, grifos nossos).

Compreendo que é possível enxergar nesse modelo de discurso reverso a ascensão das políticas identitárias do movimento LGBTQIA+ contemporâneo. Como afirma Tamsin Spargo, os indivíduos que são expostos como seres aberrantes, “homossexuais”, podem encontrar uma causa comum, uma voz dissidente compartilhada que transforme confissão em afirmação, luta e resistência. Para a autora:

O **discurso da sexologia**, por exemplo, produziu a categoria identitária do **“invertido” como aberração da norma**, mas também permitiu que o indivíduo questionasse sua posição política e social. Ele produziu um vocabulário e um saber que poderiam ser usados estrategicamente pelos

sujeitos. Alguns trabalhos das duas últimas décadas do século XX nos mostraram que houve várias tentativas explícitas de reempregar o saber e a retórica da inversão e da homossexualidade pela descriminalização no final do século XIX. (Spargo, 2017, p. 21, grifos nossos).

Sobre *gênero* há várias concepções a respeito dessa categoria. Joan Scott (1990) define-o dizendo que o conceito é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, significando, assim, uma maneira de indicar “construções sociais”, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Nesse sentido, é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria de análise social sobreposta ao corpo sexuado (Scott, 1990).

Para a historiadora, devemos “[...] dar uma certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência” (Scott, 1990, p. 4). Nesse sentido, podemos dizer que a linguagem é fundamental para analisarmos a subjetividade e a forma como as/os personagens desta tese construíram as suas identidades de gênero, através dos sentidos e significados que elas/eles lhe dão ao narrar suas experiências vividas, pois, como afirma a autora: “Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada” (Scott, 1999, p. 16). Documentar e historicizar essas experiências nos permite questionar como o sistema academicista tratou corpos na produção discursiva do saber.

Judith Butler atenta para o fato de o gênero ser culturalmente construído e questiona a aplicabilidade dos termos “homens” e “mulheres” a corpos definidos como tal, bem como o fato de os gêneros serem reduzidos a somente dois. A autora apresenta o gênero como um efeito performativo experienciado pelo sujeito como uma identidade natural. Segundo ela, gênero é uma prática que surge através do discurso em torno da cisheteronormatividade (Butler, 2018).

Dessa maneira, a partir das autoras citadas, compreendo gênero como uma construção social e fluída, permanentemente em transformação, diferenciada espacial e temporalmente. Não é um conceito biológico porque esse exclui outras experiências de ser mulher e de ser homem, trata-se de um conceito vinculado à subjetividade e à cultura, ou seja, passa pelo reconhecimento e pela autopercepção até a auto afirmação

de si. Essa construção é realizada, reforçada e, também, fiscalizada ao longo do tempo, principalmente pelas instituições sociais, como o Estado, a igreja, a família e a escola.¹³

Essas perspectivas são importantes para a apreensão de como as/os militantes estudadas/os, enquanto integrantes de grupos em posição subalterna e ao mesmo tempo de resistência, criam táticas e estratégias contra o sistema de dominação que estrutura e opera através das instituições acima mencionadas, como também, para problematizar as noções clássicas de sujeito, identidade, agência e auto afirmação de si.

Ampliando as afirmações indicadas anteriormente, no texto intitulado *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*, Flávia Biroli e Luis Miguel (2015) analisam o percurso dos estudos sobre as convergências entre as categorias gênero, raça e classe no debate teórico das últimas décadas, com foco nas contribuições e debates do feminismo. Para eles, retomando a tradição intelectual do feminismo negro, as formas de opressão são diversas e complexas, e não é possível compreendermos os problemas das desigualdades sociais e econômicas quando analisamos uma variável isoladamente. Por exemplo: pensar a falta de equidade no mercado de trabalho entre homens e mulheres somente a partir da categoria de gênero ou de classe pode deixar *outside* o modo como a vinculação das opressões de gênero e raça conformam a dominação no sistema capitalista (Biroli; Miguel, 2015).

É com o feminismo negro que surge o conceito de *interseccionalidade* discutido na teoria crítica da raça e criado pela jurista Kimberlé Crenshaw. A autora constrói suas interpretações a partir de experiências vivenciadas nos Estados Unidos e algumas no plano internacional, mas entendemos que elas têm aplicabilidade no contexto brasileiro. Kimberlé Crenshaw (2004) buscou compreender como as discriminações de raça e gênero operam juntas, o que contribui para a vulnerabilidade de mulheres negras ou pretas. A autora aponta que as categorias precisam ser ampliadas para que possamos analisar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras ou pretas encaram, a partir do racismo e do machismo. Em suas palavras, a interseccionalidade serve como

¹³ O surgimento dos estudos de gênero está vinculado ao movimento feminista contemporâneo, movimento esse surgido nos Estados Unidos, que deu origem ao conceito de *gender* na década de 1970 no campo da Antropologia. Estes estudos se fortaleceram e se espalharam para outros países, abrindo debates em variadas áreas do saber, inclusive na História, com intuito de romper o paradigma de uma ciência androcêntrica.

“[...] ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos” (Crenshaw, 2004, p. 8).

De acordo com Megg Rayara (2017), Crenshaw apresentou algumas possibilidades de abordagem como as questões envolvendo orientação sexual, classe, geração, entre outras categorias que podem e devem ser discutidas no campo acadêmico para também compreendermos as opressões que sofrem as/os LGBTQIA+ em diversos espaços.

Para Carla Akotirene, esse conceito, como um sistema de opressão interligado:

Visa dar instrumentalidade teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2019, p. 19).

O feminismo negro, então, discorre simultaneamente sobre as encruzilhadas das diversas formas de opressão. Ainda segundo Flavia Biroli e Luiz Miguel (2015), com o aparecimento do conceito de *interseccionalidade*, essas estudiosas mobilizaram formas amplas e diversificadas de análise, propondo perspectivas teóricas e metodológicas para o debate dos entrelaçamentos entre classe, raça e gênero (e sexualidade, acrescento) a fim de construir uma melhor explicação das desigualdades sociais presentes na sociedade contemporânea. Carla Akotirene (2019) confirma que tal conceito é um instrumento prático e exhibe o ativismo intelectual de mulheres negras ou pretas em seu trabalho.

A já citada Megg Rayara (2017) comenta que o conceito tem sido usado por alguns teóricos brasileiros negros homossexuais que articulam o racismo e a homofobia em seus estudos, como Ari Lima (2006), Alex Ratts (2007) e Osmundo Pinho (2008), os quais “têm fornecido elementos para uma análise das experiências de gays afeminados, viados e bichas pretas em diversos espaços” (Oliveira, 2017, p. 35).

Concordo com Kimberlé Crenshaw (2004) quando ela diz que a interseccionalidade é desafiadora política e epistemologicamente, pois aborda diferenças dentro da diferença. Tratando-se das personagens travestis e mulheres trans desta tese, bem como a sua relação com o movimento trans em Rondônia, foi um desafio pesquisar e estudar sobre um segmento que historicamente foi e ainda continua sendo invisibilizado, estigmatizado e marginalizado da sociedade cisheteronormativa, por ser constituído de mulheres trans negras ou pretas e periféricas na região.

As discussões e reflexões deste trabalho se darão a partir da chamada *terceira onda* (1990) do feminismo, que tem por objetivo desafiar e/ou evitar aquilo que suas integrantes enxergam como as acepções essencialistas da feminilidade, compreendendo que as mulheres possuem diversidades étnicas, políticas, sociais, sexuais, religiosas e culturais. São inúmeras as mulheres negras ou pretas protagonistas em teorizar a crítica aos feminismos hegemônicos, desde Sojourner Truth até as intelectuais hoje internacionalmente conhecidas, como Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks e Patricia Collins, que buscaram agenciar um espaço dentro do campo feminista para a consideração das subjetividades relacionadas ao marcador racial a fim de romper com os estereótipos de gênero, regalias de classe e cisheteronormatividades conectadas em nível global (Akotirene, 2019).

Cada uma das intelectuais citadas desenvolveu seu pensamento crítico social a partir de distintas concepções:

- Angela Davis (2016, 2017) reconhece que as intersecções de raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, religião e outros marcadores sociais contribuem para várias experiências de opressão e privilégio. Para a filósofa, o feminismo é uma teoria em carne e osso, e requer o reconhecimento de que a dominação é experimentada por e através do corpo;
- bell hooks (1995, 2017, 2018, 2019) enfatiza a exploração e a dominação sexista em geral – incluindo heterossexismo, papéis sexuais hierárquicos de gênero e exploração sexual – à medida que ocorre nas intersecções de raça, classe e gênero. Ela questiona a definição popular de feminismo como um movimento para tornar as mulheres iguais sociais aos homens, citando-a como redutora e desdenhosa da realidade social dominante, uma vez que os homens através das linhas de raça e classe não são iguais. Para bell hooks, o feminismo precisa focar mais nas raízes sistêmicas da opressão, pois uma luta feminista interseccional deve compreender o papel da exploração econômica, simbólica e psicológica na desvalorização do trabalho das mulheres e fazer de sua erradicação uma importante agenda de luta organizada, dessa forma trazendo as/os marginalizadas/os para a vanguarda e unir as pessoas através de várias barreiras sociais e de gênero;

- Audre Lorde (1984, 2019), por sua vez, se destaca por lançar luz sobre sua experiência do mundo enquanto uma mulher lésbica negra. Ativista proeminente dos movimentos de direitos das mulheres e LGBTQIA+, seus trabalhos chamam a atenção para a natureza multifacetada da identidade e as maneiras pelas quais pessoas de diferentes segmentos poderiam se fortalecer juntas. Explorou as intersecções de raça, gênero e classe, bem como examinando sua própria identidade dentro de um contexto global. Os escritos da autora são caracterizados por sua ênfase nas questões de justiça social e racial, bem como por suas análises das sexualidades de dissidentes e experiências queer.
- Patricia Collins, para Conceição Nogueira (2017), é a autora que pode ser considerada uma das precursoras do conceito de interseccionalidade, responsável por criar o conceito de “matriz de dominação” (Collins, 1998, p. 200) e desenvolver sua teoria do *stand point*. Para Collins, o racismo, o sexismo, a exploração de classe, o heterossexismo, o nacionalismo e a discriminação contra pessoas com capacidades diferentes e de diferentes idades, etnias e religiões afetam a vida de todas/os nós, bem como constituem sistemas de opressão que se retroalimentam. Ela cunhou o termo *outsider within* que, em uma livre tradução, significa “forasteiras de dentro”. A autora analisa como os marcadores sociais de gênero e raça colocam as mulheres negras em lugares específicos que lhes permitem ter um olhar tanto da margem onde se encontram quanto do centro onde não podem estar posicionadas. Esse olhar privilegiado, portanto, contesta a ideia de pensar os marcadores sociais somente a partir das desvantagens sociais e nos leva à construção de uma ferramenta de empoderamento para as mulheres negras ou pretas (Collins, 2019).

Nesse sentido, este trabalho se baseará em um feminismo dissidente e progressista, pois nos incentiva a ter coragem de avaliar a nossa condição do ponto de vista de gênero, raça, classe e sexualidade, para que consigamos entender nosso lugar dentro do cisheteropatriarcado capitalista hegemônico branco imperialista (hooks, 2018).

No Brasil, temos Sueli Carneiro (1993, 1995, 2003, 2019), além de Lélia Gonzalez (1988, 2019) e Beatriz Nascimento (2019), que não trabalharam com o conceito de *interseccionalidade* em si, mas com muitas premissas que o antecedem. Elas, dentre outras mulheres negras ou pretas intelectuais, que estão compondo o arcabouço teórico-metodológico desta tese.

O pensamento de Lélia Gonzalez se destaca por sua capacidade de diálogo de forma interdisciplinar, a partir de uma análise das questões raciais na perspectiva de Sigmund Freud e Jacques-Marie Émile Lacan, ou seja, da Psicanálise. Conforme a autora, a intersecção entre racismo e sexismo desenvolveu e desenvolve consequências violentas, sobretudo à mulher negra ou preta no processo de formação sociocultural brasileiro, e aponta os efeitos das opressões, bem como da culpabilidade da branquitude em torno dos corpos negros ou pretos. Cláudia Cardoso ressalta que, a forma atual como entendemos a categoria gênero:

[...] não aparece nos escritos de Lélia Gonzalez. Para falar das relações de assimetria provenientes da hierarquização a partir da percepção das diferenças sexuais, ela recorre à noção de sexo e sexismo, partindo de uma compreensão em que as diferenças biológicas estão presentes, uma compreensão que, porém, também se constrói imbricada com o social e cultural. (Cardoso, 2014, p. 972).

Lélia Gonzalez escreveu vários trabalhos sobre a situação de opressão e dominação a que estavam submetidas às mulheres negras ou pretas no Brasil, bem como no contexto latinoamericano, abordando a intersecção entre as categorias de raça, classe, sexo e poder (Gonzalez, 1988).

A autora cunha o termo *amefricanidade* a fim de deslocar a atenção às experiências diversas de homens e mulheres negros/os ou pretas/os na diáspora e, às experiências de homens e mulheres indígenas em diferentes partes do mundo contra a dominação colonial. Podemos dizer que Gonzalez, como proposição contra-sistema hegemônico racista colonialista, introduz a amefricanidade:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade ('Amefricanity') são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA [...]. Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência,

reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (Gonzalez, 1988, p. 76-77).

A contribuição de Lélia Gonzalez para esta tese é o seu olhar sobre a colonialidade/colonialismo como um marcador social fundamental a ser incluído na análise e numa perspectiva descolonizadora do saber. O conceito de amefricanidade vai ao encontro com os meus objetivos aqui, no sentido de pensar e produzir conhecimento a partir de grupos subalternizados e que por muito tempo fomos excluídas/os da história. Nesse sentido, desloco as/os colaboradoras/es desta tese da margem trazendo-as/os para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitas/os do conhecimento ao documentar suas experiências e vivências no enfrentamento às opressões interseccionais em Rondônia.

Beatriz Nascimento, por sua vez, deixou em seu legado a maneira de se analisar sexismo, classismo e racismo para entendermos a condição da mulher negra/preta na sociedade brasileira dentro de uma lógica social pensada a partir do período colonial, tendo em vista o seu caráter patriarcal e paternalista, e suas atribuições no tocante às questões de sexo e raça dentro da hierarquia social estabelecida pela ordem dominante. Nesse sentido, “por estar assim definida, a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher” (Nascimento, 2019, p. 259), principalmente a mulher negra/preta.

A autora ainda nos mostra como a dinâmica do sistema econômico institui espaços hierárquicos de classes, e que há alguns elementos para selecionar as pessoas que irão integrá-los. O fator racial é um desses elementos de seleção, “fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia”, ou até mesmo continuem marginalizadas, corroborando com o processo de exclusão e discriminação. Beatriz Nascimento ressalta:

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. (Nascimento, 2019, p. 261).

A problematização da autora em seus escritos me dá luz no sentido de analisar como nós, mulheres negras ou pretas cis, bissexuais, trans, travestis e lésbicas, em uma

sociedade como a brasileira extremamente desigual, machista, sexista, racista e LGBTQIA+fóbica, buscamos melhores condições de vida e lutamos pela nossa sobrevivência no estado de Rondônia. Qual o lugar que ocupamos?

Sueli Carneiro pode ser considerada igualmente uma das pioneiras em analisar a condição da mulher negra ou preta no Brasil. A autora também nos ajuda a refletir sobre a contribuição do feminismo negro na luta contra as opressões interseccionais, problematizando a forma como o racismo e o sexismo historicamente condenaram as mulheres negras ou pretas e as colocaram em situação de exclusão e marginalidade no país, porém, igualmente “[...] engendraram formas de resistência e superação tão ou mais contundentes” (Carneiro, 2019, p. 287). Em seus textos “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” (2003) e “Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro” (2019), a autora utiliza a expressão *enegrecendo o feminismo* para nomear a vivência das mulheres negras ou pretas no interior do movimento feminista brasileiro. Ela afirma e visibiliza uma concepção feminista negra que surge da condição do ser mulher, negra ou preta, pobre e periférica (Carneiro, 2019).

Embora a importância dos feminismos como movimento social seja inegável para a luta por igualdade das mulheres, é preciso pensar que cada uma/um de nós é atravessada/o por inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, gênero, sexualidade, dentre outros) que nos colocam em diferentes posições sociais e orientam nossas reivindicações daquilo que acreditamos ser necessário em uma sociedade democrática e justa. Dentro da perspectiva das mulheres negras não é possível, portanto, ser feminista sem ser antirracista.

1.4. As perspectivas do *transfeminismo*: um movimento *sociopolítico e intelectual* nas análises das experiências trans*

O historiador Juno Nedel Mendes de Aguiar em seu trabalho *Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)* ressalta: “é preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência” (Aguiar, 2020, p. 30). Logo, nesta tese, a importância e a representatividade intelectual de autoras/es travestis, transexuais e transgêneras/os nas análises teóricas, políticas e metodológicas são extremamente fundamentais não só para nos incluirmos na produção

do saber, mas também para questionarmos a forma como o sistema trata e tratou nossos corpos ao longo da história da humanidade. É um ataque contra a ciência cisheteronormativa. (Andrade, 2012; Jesus, 2012, 2014; Reidel, 2013; Alves, 2012, 2015; Nery, 2013, 2015; Connell, 2016; Vergueiro, 2016; Rodovalho, 2017; Oliveira, 2017, 2018; Bonassi, 2017; Zanella, 2019; York, 2020; Aguiar, 2020; Lima, 2021; Silva, 2020; Nascimento, 2021; Benevides, 2021; Moura, 2022; Tedesco, 2023).

Nesse sentido, a perspectiva do *transfeminismo*¹⁴ se faz presente desde a introdução no presente trabalho. Compreendendo-o como um movimento sociopolítico e intelectual, que faz parte do que é conhecido como novos feminismos¹⁵. Para Jaqueline G. de Jesus, o transfeminismo encontra “os seus fundamentos teóricos no processo de consciência política e de resistência constituído pelo feminismo negro e outras linhas de pensamento feminista” (Jesus, 2014, p. 243). Também expande os assuntos considerados marginalizados dentro do feminismo hegemônico para incluir outros que também são silenciados pelo cisheteropatriarcado, e que não são necessariamente sobre mulheres e homens cis. O movimento em sua pluralidade compreende o conceito de gênero como uma construção social, histórica e cultural, usada para oprimir, excluir e estigmatizar corpos travestis e trans*. Conforme Letícia Nascimento em sua obra *Transfeminismo*, tal perspectiva:

[...] oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas também oferecem. Nossas experiências como mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como entendemos o feminismo no campo das lutas políticas e das proposições teóricas. (Nascimento, 2021, p. 21).

Penso numa concepção transfeminista que identifica as opressões interseccionais patriarcais não dentro dos próprios gêneros, mas no sistema binário inflexível *homem/mulher* e no fato de que, nesse, o gênero está associado a fatores biológicos (pênis/vagina), pois, conforme Hailey Kaas Alves, o feminismo tradicional:

¹⁴ Ressalto que a versão plural desse conceito também é utilizada para refletir a diversidade de abordagens e a heterogeneidade das/dos membras/os desse movimento sociopolítico e intelectual.

¹⁵ Nos Estados Unidos o transfeminismo já existe há mais de duas décadas, alavancado tanto por concepções epistemológicas acadêmicas quanto por movimentos sociais de travestis e transexuais. O movimento se utilizou da perspectiva teórica queer, especialmente das obras de Judith Butler com sua teoria da performatividade, que foi de extrema importância para a desconstrução de certas ideias deterministas e biologizantes, conforme Alves (2015).

No contexto brasileiro, assim como ocorreu com o feminismo tradicional e classista: “veio importada desses mesmos movimentos e teorias que buscam, sobretudo, a emancipação das pessoas trans*” (Alves 2015, p. 1).

[...] havia se mostrado muito útil em suas políticas de empoderamento, colocando as mulheres como o centro de sua luta, transmitindo elementos-chave para conceder autonomia e empoderamento às mulheres sujeitos de suas políticas. Contudo, o sujeito do feminismo figurou o grande problema entre as questões trans* e as questões do feminismo. Grande parte das correntes feministas não aceitava mulheres trans* em seus círculos, pois partiam de uma mentalidade bioessencialista que relegava mulheres trans* à categoria homem/masculina - seja por terem um genital considerado masculino, ou por considerarem que mulheres só são mulheres se designadas como tal no momento do nascimento. (Alves, 2015, p. 1).

Dessa forma, o feminismo tradicional excluía travestis e mulheres trans da luta política feminista, por isso, foi criticado por ativistas trans*, bem como por algumas intelectuais do feminismo negro como, por exemplo, Patricia Collins (2019) e Audre Lorde (1984). Assim como as mulheres brancas, negras ou pretas e indígenas cis estão longe de serem as únicas que enfrentam problemas sociais produzidos por opressões interseccionais, nós, travestis e mulheres trans*, principalmente negras ou pretas, somos atravessadas por sistemas semelhantes de opressão, dentre eles, o cissexismo e o machismo¹⁶. Nesse sentido, o levante do transfeminismo se fez necessário para se auto-organizar politicamente, se autoafirmar, conscientizar e empoderar travestis e mulheres trans* na luta contra o sistema cisheteropatriarcal. Concordo, assim, com Hailey Alves quando essa afirmar que:

O transfeminismo não vem para substituir nenhum feminismo, mas sim para pedir que as feministas cisgêneras sejam parte de nossa luta como aliadas e também apoiar a luta de todas as outras mulheres que não são trans*. (Alves, 2015, p. 3).

Nesse contexto, nossa concepção propõe e luta pela (re) existência na pluralidade de identidades e/ou expressões de gêneros em suas singularidades, além disso, acredito no compromisso político do movimento transfeminista, de compreender as formas históricas e culturais em que construímos relações com nossos corpos, pois ainda de acordo com a Letícia Nascimento:

¹⁶ O cissexismo é compreendido como uma forma de sexismo que parte de pessoas cisgêneras “Ou seja, cissexismo será uma forma de opressão que as pessoas cisgêneras exercem sobre as pessoas trans*. Será também uma forma de localizar institucionalmente uma estrutura que visa deixar as pessoas trans* à margem, e que desumaniza e reifica as identidades trans* como menos normais e abjetas em relação a quem não é trans*. Todo processo de deslegitimação de alguma vivência trans* será, então, cissexismo” (Alves, 2015, p. 6).

Manter essa pluralidade de vivências no caleidóscopo feminista significa entender que, apesar de diferentes, conectamos com estruturas de opressões semelhantes, tais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que no decorrer da história, vem subjulgando socialmente as experiências femininas. (Nascimento, 2021, p. 22).

O transfeminismo destaca o fato de que a sociedade privilegia as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer (pessoas cisgêneras) e que, por estar estruturada sob um sistema binário, só reconhece dois gêneros (homens e mulheres), o que marginaliza qualquer outro gênero fora da cisnorma. O fundamento do patriarcado é a cisheteronormatividade, ao identificar as pessoas dentro de uma ordem binária para sustentar a ideia de gênero.

Letícia Nascimento entende gênero “[...] como um conceito em disputa que pode garantir a entrada de mulheres transexuais e travestis no feminismo” (Nascimento, 2021, p. 24). Nós, Travestis e mulheres trans continuamos estranhas e párias dentro de grande parte dos discursos contemporâneos do feminismo hegemônico e de um feminismo antitrans.

Somos categorizadas/os independentemente de nossa aparência física dentro do sistema binário, no qual o gênero está imbricado ao sexo biológico. Todavia, o transfeminismo procura necessariamente se desvencilhar dessa concepção de gênero biologizante no tocante a experiências de travestis e mulheres trans, evidenciando a nossa pluralidade de vivenciar as mulheridades e feminilidades em constante transformação. Como afirma Raewyn Connell:

O gênero envolve um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, às vezes até sua destruição. As diferenças emergem em atos de resistência e reapropriação, e são, na verdade, múltiplas identidades femininas. O sujeito está em processo, ao invés de fixo. (Connell, 2016, p. 35).

Embora possa parecer que eles são sinônimos, transexualidades e transgeneridades são termos diferentes. No entanto, todos refletem e incentivam a luta coletiva pelo reconhecimento de identidades diversas e a despatologização dessas diferenças.

O termo trans*, que em vários momentos será utilizado na presente tese, vem do latim e significa “do outro lado” ou “através”. Ao longo do século XX, seu uso tem sido

fundamental para dar nomes à pluralidade e especificidades das identidades e/ou expressões de gênero¹⁷.

Numa perspectiva transfeminista, o que define a identidade e/ou expressão de gênero de uma pessoa é o autorreconhecimento de si e/ou como ela ou ele age em sociedade. Para Jaqueline Gomes de Jesus, a identidade de gênero pode ser compreendida no seguinte sentido:

[...] a atitude individual frente aos construtos sociais de gênero, ante aos quais as pessoas se identificam como homens ou mulheres, percebem-se e são percebidas como integrantes de um grupo social determinado pelas concepções correntes sobre gênero, partilham crenças e sentimentos e se comprometem subjetivamente junto ao grupo com o qual se identificam, como acontece com relação a qualquer outra identidade social que adotam. (Jesus, 2012, p. 246).

Ainda de acordo com a autora, para algumas pessoas a vivência de um gênero discordante da cisheteronormatividade é uma questão de identidade, como no caso das travestis, das/dos transexuais e das/dos transgêneras/os. Nesse sentido, as transexualidades, as travestilidades e as transgeneridades aqui são entendidas como categorias de identidade de gênero e sexualidade performativas que se opõem à cisgeneridade. Se aceitamos ou não determinados padrões ou/e papéis de gênero, isso independe do aspecto biológico de cada uma/um. Cada uma das categorias identitárias aparece em momentos específicos e se refere a características particulares e singulares da experiência de vida da população trans*.

O conceito de *identidade* formulado por intelectuais ligados aos *Estudos Culturais* é igualmente crucial para esta tese, possibilitando pensar como as/os militantes aqui enfocadas/os invocam suas origens e determinados pertencimentos coletivos, pois, em consonância com as ideias de Stuart Hall, essas/es residiriam em um passado histórico com o qual elas e eles continuariam a manter certa correspondência. (Hall, 2009; 2014).

¹⁷ O prefixo ou abreviação com asterisco da palavra TRANS* tornou-se um termo guarda-chuva para o nosso movimento social, bem como para os estudos de gênero e sexualidade, que investigam as identidades de gênero como as travestilidades, transexualidades e transgeneridades.

Nesse sentido, é um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans “embaixo do guarda-chuva”. [...]. Além disso, o termo também pode incluir pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino” que forma um binário. O uso do asterisco como um termo englobador, a meu ver, é menos estigmatizador e mais fluido, de modo que elimina classificações excludentes e abre também a possibilidade da pessoa se identificar como quiser. É importante ressaltar que a identidade é soberana e as pessoas trans* tem a palavra final quanto a sua própria identificação. Ver: <https://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Para Stuart Hall, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. É definida historicamente e não biologicamente. A/o sujeita/o assume identidades em diferentes momentos e contextos específicos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. No entanto, o autor ressalta que a identidade tem a ver, sobretudo, com a “questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (Hall, 2009, p. 113). Portanto, a identidade é vista como capaz de designar as características fundamentais dos seres humanos e é moldada pelo reconhecimento ou ausência de pertencimento. Uma visão distorcida da identidade de uma pessoa pela sociedade pode causar sérios prejuízos a ela, em forma de opressões interseccionais sobre corpos marginalizados e/ou subalternizados pelos sistema capitalista e redução de oportunidades, como, por exemplo, travestis, mulheres trans, mulheres negras ou pretas cis.

A sigla LGBTQIA+ pretende dar conta da diversidade das identidades de gênero e das orientações sexuais desse segmento, porém, o transfeminismo também surgiu da necessidade de auto-organização e de ter autonomia, ou seja, de falarmos por nós mesmas/os, e trabalhar a nossa agenda de luta, pois, de acordo com Hailey Alves, travestis e transexuais estavam:

[...] cansadas de ocupar o lugar marginal nas políticas LGBT. As macro (e micro) políticas gay-lésbica sempre advogaram por pautas exclusivas de suas identidades, criando uma hierarquia de pautas onde as questões trans* figuravam/ram o final da lista. E, mesmo quando alcançados direitos historicamente demandados pela comunidade gay, como o casamento homoafetivo, o descaso para com a população trans* era/é tão grande que tais conquistas da comunidade gay-lésbica figuram na perda de direitos da população trans* [...] as políticas de representatividade gay-lésbica para as pessoas trans* eram inexistentes ou, ainda, nocivas. (Alves, 2015, p. 1).

A bibliografia em geral indica que a luta do Movimento Trans* no mundo Ocidental iniciou-se, ao menos em termos simbólicos, a partir de 1969, no bar de Stonewall, localizado em Nova York, nos Estados Unidos. Teria se originado de um ataque contra pessoas LGBTQIA+ que deram um basta aos policiais pelos abusos diários sofridos, inclusive nas ruas; pelas batidas e agressões gratuitas em bares; pelas prisões constantes que eram comuns durante a década de 1960, sobretudo na referida cidade e em São Francisco, ambas metrópoles com intensa vida noturna e lugares de sociabilidade não cisheteronormativos. Duas mulheres trans, a latina Sylvia Rivera e a

negra Marsha P. Johnson, foram protagonistas deste momento inicial do Movimento LGBTQIA+ estadunidense. Elas fundaram o coletivo STAR (sigla para Brigada Revolucionária das Travestis Urbanas em inglês), composto por travestis e prostitutas, que lutavam pelos direitos dessas pessoas.¹⁸

Para Moacir Camargos (2007), a revolta ocorrida no bar Stonewall na noite de 27 de junho daquele ano significou também a conquista do espaço público por parte daquelas/es que eram considerada/os doentes, aberrações sociais e espécies patológicas carimbadas pela ciência médica. Portanto, queremos assinalar que o “T” da “sopa de letrinhas” (Facchini, 2005) já se destacava desde o início do movimento que muito tempo depois se definiu como o LGBTQIA+, fato por vezes invisibilizado em uma historiografia que volta sua atenção quase que exclusivamente para homens cisgêneros gays brancos, de classe média, e jovens.¹⁹

No Brasil, este movimento se articulou nos anos finais da década de 1970, no contexto da redemocratização, sendo marcos deste processo a criação do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) e do grupo *Somos* (1978), cujos protagonistas também foram, em sua maioria, homens cisgêneros gays. Somente muitas décadas depois, temos a criação da *Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais* (ABGLT), que se institucionalizou em 1995 e foi formada por 31 grupos fundadores com mais de 300 organizações filiadas, tendo o objetivo e a missão de promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos das/dos LGBTQIA+, contribuindo para a construção de um país democrático, onde nenhum indivíduo possa ser discriminado ou violentado devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero. (Green; Quinalha; Caetano, Fernandes, 2018; Trevisan, 2018; Facchini, 2005 e Vidarte, 2019).

Nessa trajetória, é importante ainda ressaltar que em termos de organização social e institucional, em 15 de maio de 1992 foi criada a *Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro* (ASTRAL)²⁰, instituição que idealizou a RENTRAL-RENATA-ANTRA, redes nacionais que congregavam travestis de todos os

¹⁸ Ver: Sylvia Rivera e Marsha Jonson (2022).

¹⁹ Tal “sopa de letrinhas” será definida neste trabalho visando à compreensão das representações das identidades das/dos militantes, articulando-as com as pautas, conquistas e desafios a partir do movimento ao longo de sua história.

²⁰ As fundadoras foram: Claudia Pierra Fance, Josy Silva, Jovanna Baby e Monique Du Bavieir. Para saber mais, indico o texto “Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas”, disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S2178-149420220311>. Acesso em: 30 mar. 2023.

estados brasileiros desde 1992.²¹ Menciono duas ativistas e pioneiras do movimento de travestis e mulheres trans no Brasil, Jovanna Baby Cardoso da Silva e Keyla Simpson, travestis negras e nordestinas. Conforme João Nery, essa organização foi uma resposta decorrente da violência policial, principalmente nos locais de prostituição no Rio de Janeiro (Nery, 2018).

Outras organizações surgiram em seguida, como, por exemplo, a *Associação das Travestis de Salvador (ATRAS)* e o *Grupo Filadélfia de Santos*, em 1995; o *Grupo Igualdade*, em Porto Alegre, e a *Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas)*, de Aracaju, em 1999 (Jesus, 2018; Oliveira, 2020).

De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus, o início do século XXI foi marcado pelo surgimento de instituições nacionais como a *Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA)*, em 2000, a *Rede Trans*, em 2009, bem como movimentos organizados por homens trans como, por exemplo, a *Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT)*, criada em 2011, o *Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)*, criado em 2013, e também surgiu a organização das pessoas intersexo, com a criação da *Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI)*, em 2018. (Jesus, 2018).²²

Em Rondônia, o movimento Trans* surge a partir do primeiro movimento institucional LGBTQIA+ (*Tucuxi*), criado em 2002, que tinha por missão combater a proliferação do HIV/Aids e a defesa da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA+ no estado. A trajetória do movimento de travestis e mulheres trans rondoniense será abordada a partir das colaboradoras e personagens trans Karen Oliveira e Alessia Moura, no último capítulo desta tese. (Não irei adiantar os babados, né?).

Eu sou a primeira mulher *trans-afroameríndigena* a ingressar em um programa de pós-graduação da Universidade Federal de Rondônia/UNIR e me tornar mestra (2013-2015), bem como a primeira doutoranda em história no Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2019-2023), nesse sentido, irei me atrever novamente, sugerindo um transfeminismo interseccional amazônica a partir das nossas vozes, corpos e experiências trans* na região Norte, em especial na cidade de Porto Velho/RO.

²¹ Ver: <http://www.fonatrans.com/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

²² Ver: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em 30 de mar. 2023.

Nossas experiências enquanto travestis e mulheres trans nortistas são atravessadas de opressões históricas e interseccionais impostas pela dominação cisheterocapitalista que impera na Amazônia Ocidental. Temos trajetórias singulares, mas que condensam realidades de violência e resistência mais amplas.

Para Patricia Collins, “cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classifica todos os outros tipos como menos importantes” (Collins, 2015, p. 14). Este não é o meu caso e de tantas outras manas e manos trans* na Amazônia, pois me considero uma mulher *trans-afroamerindígena*. As opressões que sofri e que infelizmente ainda sofro ecoam esse conceito polifônico. As discriminações foram iniciadas durante a minha infância na escola e nas ruas de Rondônia, através de termos racistas, como, por exemplo, “neguinho do Codó”, “Pelé”, “Café torrado” “Cirilo” e “cabelo de Bombril”; na pré-adolescência por ser afeminada (estando, portanto, fora dos padrões cisheteronormativos); na adolescência por ser bixa, viado e/ou gay; no início da vida adulta por ter afirmado minha transexualidade; e índia, por ser de uma região (Norte) seguidamente esteriotipada por muitas pessoas que afirmam que nela só há “povos primitivos”, matas, animais ferozes e rios (graças a nossa guerreira e deusa Iara, nossa Mãe d’água!), ou seja, destilam puro preconceito regional. Porém, trata-se de uma região historicamente cobiçada por grandes países capitalistas, dentre eles, os Estados Unidos.

Assim, enquanto historiadora e militante acadêmica, fazendo parte desse segmento estigmatizado e que ainda continuo sofrendo tais opressões interseccionais, não considero ser possível analisar apenas uma variável para compreender as experiências e situação de vulnerabilidade social na qual estão inseridas/os as/os colaboradoras/es e personagens travestis e trans* nortistas nesta tese.

É nesse sentido que identidades de gênero, classe, sexualidade, raça, e regionalidade como categorias de análise são extremamente importantes para compreendermos as opressões interseccionais sofridas por mim e pelas/os personagens deste trabalho. Acredito que um transfeminismo interseccional amazônida pode ter caminhos possíveis para compreensão das nossas experiências individuais e coletivas, bem como para o entendimento de demandas específicas, luta política e empoderamento trans* na região Norte.

Conforme Hailey Alves e Jaqueline Gomes de Jesus, o transfeminismo:

[...] reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e [...] é aberto e pode ser validado por quaisquer pessoas, transgêneros ou cisgênero. (Alves; Jesus, 2012, p. 15-16).

Nota-se que há uma centralidade no eixo Nordeste-Sul-Sudeste do Brasil sobre as discussões epistemológicas dos transfeminismos, bem como certo distanciamento dos principais movimentos trans* de regiões periféricas, como, por exemplo, a região Norte, principalmente com as poucas intelectuais e ativistas travestis e mulheres trans do estado de Rondônia. Nesse sentido, não tem como deixar no ocultamento a existência dessas pesquisadoras trans* na produção do conhecimento dos estudos de gênero e sexualidade na Amazônia Ocidental, como, por exemplo, trabalhos produzidos por mim (Silva, 2010, 2015, 2019, 2020, 2021, 2022), pela historiadora e doutoranda Michele Pires Lima no estado do Amazonas (2021), pela psicóloga e mestra Alessia Rodrigues Moura (2022) e pela professora, linguista e doutoranda Josy Maria Alves de Souza (2019).

Pesquisar e escrever sobre as questões trans* no campo da história da região Norte é um desafio. Aponto a existência da transfobia estrutural e institucional que paira nas produções acadêmicas, ou simplesmente por considerarem que não se trata de um problema histórico relevante.

Entretanto, temos, como foi indicado acima, o trabalho de Michele Lima, *Senhoras do Tempo: Cotidiano, Trabalho e Ativismos de Travestis e Transexuais em Manaus (1992-2019)*, publicado em 2021. Nele, a historiadora buscou recuperar as memórias e as ações políticas de travestis e mulheres transexuais ativistas em Manaus (enquanto protagonistas nas organizações sociais LGBT manauenses), entre 1992 e 2019, problematizando o quanto algumas/alguns historiadoras/es cisnormativas/os ainda ignoram estudos sobre as travestilidades e transexualidades na história, sobretudo em Manaus. Para Lima:

Indagar a historiografia tradicional e ocidental sobre quem tem direito à memória e quem não tem poderá ser compreendida ao longo do texto, sobretudo porque estamos analisando as experiências de travestis e mulheres transexuais nascidas, criadas e residentes da região norte do país, com dinâmicas e experiências ímpares para, assim, produzir um campo de discussão dentro da historiografia brasileira. Não perder de vista o envolvimento das narrativas trans de outras partes do país, que não seja somente das regiões sul e sudeste, resulta na possibilidade de equidade e reconhecimento da produção e descolonização do conhecimento. (Lima, 2021, p. 20).

A partir da perspectiva teórico-metodológica da História Oral, a autora documenta e analisa as memórias individuais, experiências, subjetividades e representações de gênero, no sentido de visibilizar a importância das ações políticas do ativismo trans* amazonense contra a omissão do Estado para garantir os direitos desse segmento enquanto cidadãs. O trabalho de Michele Lima é político e sensível, mas, também, é subversivo, pois contribui na construção da historiografia trans*, um novo fazer historiográfico, através das narrativas orais de suas personagens*.

Também destaco que eu e Michele Lima escrevemos o texto *Experiência de emprego é prostituição!: os mundos do trabalho nas experiências de travestis e transexuais amazônicas (entre 1970 e primeira metade do XXI)*²³. Nesse estudo, diante de algumas inquietações e constatações levantadas, sobretudo pelas desigualdades de admissão no mercado de trabalho de homens trans, travestis e mulheres transexuais no Brasil, buscamos pesquisar e analisar o acesso, a permanência, os obstáculos e as relações sociais de pessoas trans* nos mundos do trabalho em Manaus/AM e Porto Velho/RO nos período que apontado. (Lima; Silva, 2021).

O trabalho de Alessia Moura, *Violência e resistência na escolarização de mulheres trans na Amazônia (2022)*, apresenta trajetórias de escolarização de pessoas trans* em Rondônia que ingressaram no universo acadêmico, bem como narra a sua própria história de vida, de luta e de resistência, e o seu acesso e permanência na Universidade Federal de Rondônia. São vivências de mulheres trans* que se entrelaçam a partir de suas experiências, dos conflitos com as cisheteronormatividade e do processo de exclusão, porém são, igualmente, narrativas de sucesso e de subversão do sistema. A autora acredita na educação como instrumento de transformação social na vida de pessoas trans*, tendo em vista que somos a minoria das “minorias” nos ambientes acadêmicos devido às opressões que atravessam os corpos trans*. Alessia Moura deseja através de sua obra que a sociedade conheça “[...] a realidade vivida por nós travestis, homens e mulheres trans dentro das escolas e, a partir disso, construam questionamentos sobre nossa presença nos espaços sociais” (Moura, 2022, p. 22).

Outro trabalho fundamental para os estudos de gênero e sexualidade na região Norte é o de Josy Souza, intitulado: *Nomes sociais de pessoas transgêneros e nomes artísticos de drag queens do Estado de Rondônia: questões de identidade linguística e*

²³ Ver: Rovai (2021).

de gênero (2019), cuja problematização perpassa pelas relações linguísticas entre o nome social de pessoas trans* e o nome artístico de drag queens em Rondônia com o prenome dessas/es sujeitas/os, seja por questões de identidade de gênero ou de identidade profissional, com o intuito de estabelecer um elo entre questões socioculturais e linguísticas no estado. Para Josy Souza:

[...] através das relações sociais, o nome social possibilita o empoderamento dos sujeitos [...]. É possível afirmarmos, nesse sentido, que o empoderamento através da escolha e do exercício do próprio nome é condição para que a pessoa transgênero se aproprie da importância do viver em sociedade. (Souza, 2019, p.172).

Nesse contexto, na pesquisa da autora, o nome social apresentou relações com as identidades de gênero e, mais ainda, ela constatou que o nome social de pessoas trans* e o nome artístico de drag queens não apenas apresentam relação com a identidade de gênero, mas também é parte da representação linguística das identidades trans*.

Enfim, somos intelectuais e ativistas trans amazônidas que buscamos historicizar as experiências e a realidade da população trans*, conectando-as com as realidades socioculturais e econômicas de nosso segmento de norte a sul do Brasil. Somos travestis e mulheres trans-afroindígenas, ribeirinhas, caboclas e periféricas. Somos corpos e vozes que tentaram silenciar e invisibilizar, mas que ainda (re) existem seja através da nossa escrita e/ou por meio de lutas, desejos, vontades e sonhos, para que consigamos ter os nossos direitos garantidos enquanto cidadãos e abrir caminhos para que as nossas manas possam igualmente pesquisar, escrever e trilhar.

1.5. De movimentos sociais à ideia de coletivos de mulheres e LGBTQIA+ em Rondônia

Sabemos que a história social tem se debruçado sobre os movimentos sociais organizados, entre eles o movimento LGBTQIA+, de mulheridades e feministas. Esses últimos, desde o século XIX, vêm lutando contra as diversas formas de opressão e repressão históricas que continuam se abatendo sobre LGBTQIA+ e mulheres, das/dos mais diferentes grupos sociais, raças, religiosidades, sexualidades e etnias.

O termo *movimentos sociais* de acordo com Alain Touraine (2006) sobrepuja o conceito de *classes*. Um movimento social é qualquer ação de grupo (ou série de ações) destinada a criar transformação social ou impedir a mudança social (movimentos

reacionários de extrema-direita). Tradicionalmente, os movimentos sociais têm sido entendidos como movimentos de mudança social em relação a objetivos políticos, culturais ou econômicos.

Nesse sentido, o ideal para o autor é resguardar a ideia de movimento social a uma ação coletiva, bem como buscar entender os sentidos que os atores sociais dão às suas ações e comportamentos, e trabalhar sob a ótica dessas/es sujeitas/os. Portanto, é objetivo fundamental deste trabalho compreender que as/os colaboradoras/es e personagens desta tese são agentes de mudanças, e que dão historicidade à sociedade. Diante disso, Alain Touraine conclui:

Um movimento social é sempre um protesto moral; coloca-se por cima da sociedade para julgá-la ou transformá-la, e não no centro para manejá-la e orientá-la no sentido que a exigem a Razão ou a História. [...]. Por isso o protesto dos estudantes em Maio de 68, ou das mulheres, sempre foi baseado num discurso igualitário de tipo republicano ou socialista, impregnado de valores que dizem respeito à cultura e à personalidade [...] o sujeito não é portador de um modelo de sociedade, temos de encontrar o sujeito pessoal no sujeito histórico (e também religioso), que sempre está presente no centro das visões de sociedade e de mundo. (Touraine, 1997, p. 79).

Nesta tese o conceito de sujeito é compreendido com base na perspectiva de Maria da Glória Gohn e Alain Touraine, considerando que a categoria “sujeito” se estabelece e situa indivíduos na história dos processos políticos e socioculturais de uma sociedade. Conforme Gohn:

Ela confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transforma-os de atores sociais, políticos e culturais em agentes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel, como ser humano, político, social. O sujeito é reconhecido – objetivamente – e reconhece-se – subjetivamente – como membro de uma classe, de uma etnia, como parte de um gênero, de uma nacionalidade, e muitas vezes de uma religião, culto ou crença. [...]. A noção de sujeito coletivo tem a ver com a capacidade de interferir nos processos sociais. Eles criam sistemas de pertencimentos. (Gohn, 2014, p. 113).

Para a autora, a partir dos anos de 1960 a pesquisa sobre os movimentos sociais ganhou destaque e espaço enquanto objeto de investigação científica. Os movimentos sociais têm sido considerados, por vários analistas e consultores de organizações internacionais, como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais. Existe também um reconhecimento de que eles detêm um saber, decorrente de suas práticas

cotidianas, passível de ser apropriado e transformado em força produtiva. Além disso, os movimentos sociais são essenciais na sociedade contemporânea, formados por atores que lutam por uma nova ordem (Gohn, 2014).

Maria Gohn define os movimentos sociais como ações coletivas de cunho sociopolítico, estabelecidas por agente sociais pertencentes a diversas classes e grupos. As ações organizam-se a partir de temas e problemas em situações de subversão, transgressividade e debate contra as desigualdades sociais, violências e diversas outras formas de opressão. No Brasil e em outras nações, os movimentos sociais têm sido grandes forças para a mudança social. Ao mesmo tempo, governos conservadores ou reacionários e outros opositores muitas vezes tentaram frustrar os esforços dos movimentos progressistas (Gohn, 1997). Mas não passarão!

No início da década de 1970 grupos “minoritários” criaram novas forças políticas em vários países. De acordo com Susana Silva (2009), esses grupos, vistos como novos movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de pessoas LGBTQIA+, ecológicos e de mulheres, surgem e transformam ambientes e mentalidades no mundo ocidental. Esses novos movimentos (também chamados de movimentos sociais emergentes ou progressistas) se concentram em questões de identidade, direitos humanos e políticas públicas. Nesse sentido:

Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. E as ações coletivas que são movimentos sociais de fato tiveram de alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem da História, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas. (Gohn, 2014, p. 12).

Dentre os movimentos sociais emergentes temos o movimento feminista, já citado anteriormente. Para Natalia Méndez, esse pode ser entendido como parte do que constitui os novos movimentos sociais que apareceram na América Latina e em outros continentes a partir da década de 1970. De acordo com a autora, o movimento feminista congregou alguns atributos comuns a outros movimentos:

[...] a contestação às formas tradicionais de representação política (partidos e sindicatos); sua articulação ocorre a partir de novas demandas sociais que trazem para a esfera pública problemas do mundo privado, portanto sua luta pela transformação social não se

limita ao aspecto econômico; por último verificamos que assim como em outros movimentos, os grupos feministas pretendiam constituir organizações participativas, combatendo a ideia de uma “direção” ou “quadros” dirigentes. (Méndez, 2004, p. 4).

Esse movimento no Brasil teve como intuito a busca de igualdade numa sociedade na qual as mulheres eram invisibilizadas. Méndez ressalta que a inquietação com a opressão sobre a figura da mulher não é um dado restrito apenas a partir da década de 1970. De acordo com ela, no nosso país, desde o século XIX constatamos a presença de mulheres que lutavam pela sua emancipação, reivindicando o reconhecimento de sua cidadania, o acesso à educação, ao trabalho, ao voto e à participação política (Méndez, 2004).

A partir da década de 1980, reafirma-se a necessidade de levar em conta a diversidade das experiências das mulheres a partir das relações de gênero, inclusive na academia. Os movimentos de mulheres no Brasil são heterogêneos e não possuem uma linearidade. Nesse sentido, a discussão da igualdade ou da diferença “[...] destaca-se como crucial para os movimentos feministas e no debate acadêmico estas questões assumem a forma de muitos trabalhos teóricos e pesquisas empíricas” (Silva, 2009, p. 4), sobretudo na Antropologia, na História, na Ciência Política e na Sociologia.

Atualmente surgiram no cenário brasileiro grupos sociais (por exemplo, jovens, mulheres e LGBTQIA+) que se denominam como *coletivos*. A palavra *coletivo* vem do Latim *colligere*, que significa colher junto, reunir e agrupar. Há uma diferenciação entre os conceitos de *movimentos sociais* e *coletivos* nas ciências sociais. Penso que essa nova forma de organização social como coletivos é uma articulação de determinados segmentos como estratégia de ação, possivelmente sendo uma resposta às pressões e opressões sofridas em ambientes institucionais, como as universidades e escolas. Portanto, experienciam um sentimento de pertencimento e criam alianças de pessoas (grupos de estudantes feministas, grupos de estudantes LGBTQIA+, grupos de estudantes antirracistas, etc.) que compartilham suas insatisfações contra o sistema de dominação.

Pode ser que haja uma crise nas instituições como associações, partidos políticos e sindicatos, o que motiva o surgimento desses coletivos. Andrea Moraes e Patrícia Silveira de Farias comentam, por exemplo, que os coletivos de mulheres no ambiente acadêmico partem de um recorte que envolve várias configurações de identidades, principalmente de mulheres negras na perspectiva interseccional. Para elas, os coletivos

se articulam e se conectam como organizadores de ações descentralizadas cujas decisões são compartilhadas, apartidárias e não-hierárquicas. Como exemplo, mais uma vez, temos os coletivos de mulheres que reivindicam um feminismo interseccional (Moraes; Farias, 2018).

As demandas mais recorrentes encaminhadas por esses segmentos são a luta contra o machismo, o sexismo, o racismo, o feminicídio, o assédio e a violência sexual nos espaços institucionais. Uma das características interessante dos coletivos, bem como dos movimentos sociais na era pós-moderna (ou era digital), é o crescente uso de meios eletrônicos para recrutar pessoas para atividades de ações socioculturais com a finalidade de coordenar e divulgar suas atividades. Penso, nesse sentido, que há uma subversão da ordem vigente, diferentemente do papel do Estado com a sociedade civil. A forma de chamamento, reuniões e debates por meio das redes sociais, principalmente no período da pandemia do Covid-19 e de retrocessos sociais e políticos, tornou-se estratégia política de ação e de resistência desses coletivos, como veremos, por exemplo, nos casos do coletivo *Somar* LGBTQIA+, coletivo *Multivozes* e da *Comcil* de Rondônia.

1.5.1. Os estudos feministas, de mulheres e LGBTQIA+ em Rondônia

É importante ressaltar que temos poucas informações e análises na historiografia de Rondônia sobre gênero e sexualidade, pois a maioria das obras às quais eu tive acesso apresenta os homens brancos cisgêneros e de elite enquanto sujeitos de estudo da história regional, retratando-os como agentes da história e protagonistas dos fatos históricos, tanto do processo de colonização, quanto da formação do atual estado²⁴, bem como, muita preocupação em registrar os empreendimentos grandiosos e capitalistas, como, por exemplo, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e as linhas telegráficas, sempre colocando esses homens no centro de análise, deixando à margem outras/outros sujeitas/os que estiveram presentes na constituição de Rondônia²⁵. Essas questões vão ao encontro com os apontamentos mais gerais da historiadora Margareth

²⁴ Exemplos: Ferreira (2005); Fonseca (1998); Gauld (2006); Hardman (2005); Schweickardt e Lima (2007); Silva (1984); Tomlinson (2014); Vital (2011).

²⁵ Ressalto a importância desses trabalhos que têm um significado cultural destacado para a história e memória da região, mas não posso deixar de questionar a ausência ou invisibilidade de mulheres e de pessoas LGBTQIA+ na historiografia regional.

Rago em seu texto *As mulheres na historiografia brasileira*. De acordo com ela, a inclusão das mulheres no campo da historiografia nos revelou:

[...] não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção. (Rago, 1995, p. 81).

Já indiquei antes que, na História, emergiram novos objetos e novas abordagens na década de 1970, como, por exemplo, a história de mulheres e a história da sexualidade. Foi a partir, sobretudo, da Nova História, beneficiada pela ampliação da Antropologia Histórica, que entrou em pauta o debate a respeito do papel da família e da sexualidade ao longo do tempo e, também, a história das mulheres. Assim, iniciou-se um novo fazer historiográfico subversivo que surgiu para se contrapor ao paradigma tradicional o qual pensava e escrevia sobre a política ligada especificamente ao Estado (uma história “vista de cima”, cujas prioridades eram as realizações dos heróis e estadistas), deixando à margem a história de mulheres, da sexualidade e de outros temas considerados marginais (Burke, 1992).

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, no trabalho intitulado *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* (2007), discutem e caracterizam a importância da história das mulheres para o desenvolvimento da história de gênero. As historiadoras comentam que, na década de 1980, a *Revista Brasileira de História* divulgou um número inteiramente dedicado ao tema da “mulher”, intitulado *A mulher no espaço público*, que foi organizado pela historiadora Maria Stella Martins Bresciani.

De acordo com Soihet e Pedro (2007), a organizadora da revista dizia ser esta uma “história da exclusão”. Na visão das autoras falar de “mulher” na história significava: “[...] tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil” (Soihet; Pedro, 2007, p. 281). Elas ressaltam que, nesse período da publicação da

revista, categorias como “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas então tecidas. Nas produções históricas brasileiras, a categoria de análise de gênero ainda era novidade nos discursos da historiografia.

Na Amazônia ocidental²⁶, especificamente em Rondônia, a situação das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ seguiu os mesmos rumos de oposição à opressão e exclusão, como em várias outras partes do Brasil e do mundo. Mesmo tendo participado de diversos processos dinâmicos que constituíram a região, o silenciamento também se abateu sobre elas/eles. Nessa região, a situação ainda é desalentadora no que se refere ao reconhecimento das contribuições desses segmentos para a produção e reprodução da vida social nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e urbanas. Essa condição não se restringe ao não reconhecimento do estatuto de trabalhadoras/es dessas pessoas, mas também transparece na escassez de estudos e pesquisas acadêmicas acerca das mulheres e pessoas LGBTQIA+ na qualidade de sujeitas/os da história regional (Fechine, 2007).

O processo de ocupação do município de Porto Velho se deu através de ciclos econômicos extrativistas, especialmente os da borracha, cassiterita e ouro. Conforme Elaine Fechine (2007) e Mariangela Onofre (2009), a história das mulheres que participaram desses ciclos não aparece nas versões oficiais da historiografia regional, mas é possível analisar a condição feminina nesse contexto, pois as atribuições que essas mulheres desenvolveram, juntamente com os homens, foram fundamentais em tais processos econômicos, como veremos nas próximas seções da presente tese.

A influência filosófica e política do movimento feminista ocidental chegou nos anos de 1980 ao estado e adentrou as organizações de mulheres em Porto Velho. Na obra *As mulheres que meteram a colher: história do movimento feminista em Porto Velho Rondônia (1980 a 2009)*, a historiadora Risa Silva reflete a situação das mulheres no município de Porto Velho na década de 1980, nos sindicatos, nos partidos de esquerda e nas ONGs, evidenciado que cada entidade realizava ações “individualizadas” e específicas para as mulheres, ou seja, não havia ampla notoriedade ou visibilidade social do tema na capital, até porque somente algumas situações específicas se intitulavam como ações feministas. Dentre as instituições que realizavam atividades

²⁶ Os estudos sobre gênero na Amazônia Ocidental se iniciaram a partir da criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), em 1992, conforme Janaina Chaves (2019).

feministas na cidade, a autora destaca o Centro de Educação e Assessoria Popular (CEAP) e o Fórum Popular de Mulheres (FPM), as quais tiveram como agenda política: a defesa do direito das mulheres nos espaços sindicais, educacionais, nos partidos, bem como a luta pela moradia (Risa, 2022).

As atividades do CEAP foram iniciadas em 1985. Eram desenvolvidas nos bairros da periferia de Porto Velho, sobretudo na zona leste da capital. A metodologia da educação popular de Paulo Freire²⁷ era a que norteava o processo de ação sociopolítica a partir da alfabetização das/dos moradoras/es dessa localidade. Durante as discussões nas atividades organizadas pelas educadoras, como, por exemplo, Benedita Nascimento, elas identificaram as complexas realidades de exclusão das mulheres periféricas, dando início à ação específica de gênero na instituição. As discussões do feminismo eram abordadas não só pelo viés educacional, mas também através da arte²⁸ e meio ambiente. Risa comenta que o feminismo na região teve influências de intelectuais como Simone de Beauvoir e Rose Marie Muraro, e ressaltou que essa última esteve em uma atividade de capacitação do FPM (Risa, 2013; 2022).

Nesse contexto, o movimento feminista portovelhense nasceu tendo como protagonistas lideranças sindicais e educadoras da capital (Benedita Nascimento, Edneide Arruda, Miriam Saldanã, Joana D'Arc Moura, Mara Regina Valverde Araújo e Fernanda Kopanakis), com a inclusão progressiva de mulheres pertencentes a outros segmentos sociais (Risa, 2022). Essas mulheres e tantas outras lideranças sofreram opressões por subverter a ordem dominante, o que é característico de um estado conservador, machista, sexista e LGBTQIA+fóbico como Rondônia. Sobre isso, Risa refere que as pioneiras feministas de Porto Velho eram classificadas como mal-amadas, lésbicas e feias, o que não é muito diferente de como são tratadas no resto do país e do mundo. Dessa forma, para a historiadora, “[...] a ampliação de militantes também esbarrou no preconceito sobre o movimento e foi um dos grandes desafios do Movimento Feminista de Porto Velho” (Risa, 2013, p. 1).

Mas a luta contra as diversas formas de opressões se ampliaram através de mobilizações com o surgimento de novos grupos e/ou segmentos de mulheres negras ou pretas, travestis e mulheres trans na capital, como por exemplo, as citadas *Associação Filhas do Boto Nunca Mais* e a *Comunidade Cidadã Livre*. Há um processo de continuidade do ativismo de mulheres e/ou feminista, com uma nova geração de

²⁷ Para a historiadora, esse foi o grande diferencial do movimento feminista em Porto Velho.

²⁸ Ver sobre o tema: Chaves (2019).

militantes e de ações feministas e transfeministas em prol de elaboração de políticas públicas de segurança, saúde, trabalho e educação, bem como no combate à violência de gênero, étnica, sexual e racial.

Os estudos de gênero em Rondônia iniciaram-se na década de 1990, através de mulheres cis, professoras e pesquisadoras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), nos seus determinados campos de saber, preocupadas com a mulher no espaço amazônico e na produção acadêmica. Entre essas intelectuais cito Arneide Bandeira Cemin (1992, 1998, 2001, 2002, 2005, 2006), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (1996, 2000, 2004, 2007) Maria Ivonete Barbosa Tamboril (2005, 2007) e Elaine Fechine (2003, 2007).

Cito ainda outras mulheres cis intelectuais do estado, como, por exemplo: Ceres Carneiro (2007), Sandra dos Santos (2009), Clícia Henriques de Souza (2009), Lady Day Souza (2009), Cledenice Blackman (2015, 2020), Adriana Oliveira (2016), Lilian Moser (2019) e Rosangela Hilário (2019). Essas e tantas outras pesquisadoras, em seus trabalhos seguiram a lógica dos seus respectivos campos de saber sob a perspectiva das teorias feministas, sobretudo do *ecofeminismo*²⁹ e, recentemente, do feminismo negro interseccional³⁰, buscando a valorização dessas mulheres (ribeirinhas, quilombolas, indígenas, negras ou pretas, trans*, urbanas e periféricas) e traçando a partir de epistemologias feministas, a problematização de gênero na Amazônia ocidental.

A entrada dessas mulheres no campo acadêmico contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas de gênero e sexualidade, o que também nitidamente influenciou para que essas intelectuais “feminizassem” as diversas áreas do conhecimento na UNIR, entre elas História, Geografia, Psicologia e Antropologia. Ressalto, de modo mais amplo, que foi através das lutas travadas pelas mulheres na sociedade que ideias feministas a partir dos anos de 1970, contra a ordem dominante, deram o impulso à construção epistemológica dos estudos feministas e de gênero, conforme Lucila Scavone (2007).

²⁹ Perspectiva crítica que correlaciona à dominação da natureza e a dominação da mulher “propõe combinar os potenciais transformador e crítico da ecologia e do feminismo, criando e promovendo um novo e poderoso movimento para mudanças culturais e sociais” (Siena, 2001, p. 107-108). Para Jucandella (1997) e Ceres (2007), a conexão essencial que o ecofeminismo faz entre mulher e natureza é que ambas receberam por parte das sociedades ocidentais e patriarcais o mesmo tratamento de subjugação e dominação masculina. Isso se justifica da seguinte forma “[...] por terem permanecido no âmbito privado, as mulheres teriam se afastado da lógica produtivista industrializada, tornando-se, portanto, capazes ou preparadas para dialogar com a natureza” (Ceres, 2007, p. 40).

³⁰ Exemplos: Chaves (2019); Hilário (2019); Blackman (2020); Silva (2020); Santos (2021).

Os estudos sobre mulheres em Rondônia estão centrados na crítica contra o patriarcado, e nas questões de trabalho e violência de gênero, sob a égide do pensamento de uma nova esquerda feminista progressista.

Durante o mestrado, eu realizei levantamento bibliográfico sobre as temáticas de gênero e sexualidade em Rondônia, entre os anos de 1990 e 2010, não encontrei pesquisas em torno das mulheres lésbicas, travestis e mulheres trans*, principalmente na historiografia regional. Nota-se, pois, um caráter cisheterossexista predominante nos estudos feministas na região.

Somente no início do século XXI que se iniciaram os debates sobre a questão da sexualidade e identidade de gênero nos estudos da UNIR. O primeiro trabalho encontrado foi realizado por Eloíse L. Siqueira, graduada em Psicologia, cujo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulou-se *A história da subjetividade em torno do homoerotismo*, publicado em 2004.

Sobre pesquisas em torno das questões LGBTs no campo acadêmico, temos a dissertação do Kary Falcão, intitulada *As contribuições linguísticas dos povos de religião de matrizes etno-africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia*, publicado em 2010, na área da ciência da linguagem, e, paralelamente, no curso de graduação de História, o meu trabalho monográfico sobre a discriminação e violência contra a comunidade LGBT em Porto Velho, já citado anteriormente.

Somente a partir de 2017 que as travestilidades, transexualidades e transgeneridades em Rondônia passaram a ser investigadas nos estudos de gênero e sexualidade no estado. Cito os trabalhos de Fabrício Lopes *Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia* (2017), e de Kary Falcão *Identidades construídas em forma de docência: desafios e perspectivas de professoras travestis e transexuais em Rondônia* (2019). A discussão dessas pesquisas giram em torno do processo educacional da população trans* a partir da psicologia escolar, sob as análises de dois homens gays intelectuais, preocupados com as exclusões e as ausências de corpos trans nos espaços educacionais de Porto Velho.

Diante disso, nesse panorama de estudos que começa a se configurar em Rondônia compreendo a importância desta tese na continuidade de produções acadêmicas em torno das relações de gênero e sexualidades, a fim de contribuir para o debate historiográfico na história. E não somente isso, mas também ampliar as

discussões sobre os movimentos de mulheridades e os movimentos LGBTQIA+ situados em Rondônia. Espero que o meu trabalho seja uma contribuição valiosa nesse sentido.

1.6. Percursos metodológicos

Nesta tese, estou utilizando o procedimento metodológico da *história oral de vida e testemunhal* para contribuir na construção das *microautobiografias* e discussões de assuntos que são poucos estudados e pesquisados na historiografia amazônica. A primeira justificativa para esse procedimento diz respeito à escassez de fontes escritas relativas às/aos sujeitas/os em estudo, pois, infelizmente, temos poucas documentações nos arquivos para um estudo de memória e história LGBTQIA+ e de mulheres em Rondônia. Afinal, como afirma Magali Engels:

[...] a ausência ou escassez de documentos diretamente produzidos pelos camponeses, pelos artesãos, pelos operários, pelas mulheres, pelos homossexuais, enfim, pelos setores dominados ou marginalizados nas diferentes sociedades, coloca-se como um primeiro obstáculo ao historiador. (Engels, 1997, p. 443).

O recurso a essa metodologia, contudo, é buscado aqui não só pela raridade de fontes escritas, mas também pela perspectiva mais geral adotada neste trabalho. Creio que o desenvolvimento da história oral permitiu, junto a outras transformações teóricas e metodológicas, uma mudança de enfoque nas pesquisas históricas, quebrando uma visão rígida da objetividade do fato histórico, e, com isso, abrindo a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a classe, a raça e a sexualidade, entre outros marcadores sociais.

Em seu *Manual de História Oral*, José Carlos Sebe Bom Meihy comenta que a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Para o autor, “ela é sempre uma história do tempo presente e, também, reconhecida como história viva” (Meihy, 2005, p. 17). Já Michael Pollak ressalta:

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem [**a história oral**] irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, **a história oral**

ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (Pollak, 1989, p. 2, grifo nosso).

Portanto, a importância de um trabalho com grupo de dissidentes vai além do simples “resgate do oprimido” ou de uma “história dos excluídos”. Essa metodologia deixa as/os nossas/os “colaboradoras/es” bem mais perto de nós, revolucionando o papel das/dos entrevistadas/os, colocando-as/os no centro da pesquisa, não mais como simples depoentes, mas como efetivos colaboradoras/es e sujeitas/os da história, participantes imprescindíveis, sem os quais este trabalho não seria possível.

A história oral de vida neste trabalho é pensada enquanto perspectiva que explora as relações entre memórias, histórias, narrativas e textos, desta vez rompendo com os paradigmas estruturalistas, redefinindo as relações entre passado-presente. Nela, as narrativas são consideradas construções localizadas das/dos sujeitas/os de sua própria identidade e subjetividade. Por isso, leva-se em consideração não somente as informações contidas nos relatos, mas o próprio modo de narrar.

A história oral é, portanto, considerada, desde essa perspectiva, um campo interdisciplinar, passeando pela História e relacionando-a com a Antropologia, a Sociologia, a Linguística e a Psicologia para analisar as entrevistas, os discursos individuais, aquilo que é a história singular da vida das/dos sujeitas/os.

De acordo com Alberto Lins Caldas (2001), a história oral é o enfrentamento do presente na perspectiva viva dos indivíduos e dos grupos, aliando isso a um conhecimento e concepção de mundo que conjuga técnicas, procedimentos e métodos. Nesse sentido, busquei nas histórias de vida e testemunhal das/dos militantes LGBTQIA+ e dos movimentos de mulheridades de Rondônia, as experiências, a construção de suas memórias, de suas identidades, das lutas e das resistências desses indivíduos em suas narrativas contra o sistema de dominação. É dessa forma que se deu a aplicabilidade do método, com a finalidade de apreender o cruzamento entre gênero, classe, raça e sexualidade das/dos militantes, bem como as experiências, as dificuldades, o vivido, a subjetividade e os elementos de sociabilidade que constituem as suas microautobiografias.

Por ser uma fonte primária, uma história oral não se destina a apresentar uma narrativa final, verificada ou “objetiva” de eventos, ou uma história abrangente de um

lugar. Reflete a experiência individual e/ou coletiva da/do colaboradora/or e, como tal, é subjetivo. As histórias orais podem ser usadas em conjunto com outras fontes primárias, bem como com fontes secundárias para obter compreensão e *insights* sobre a história. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas presencialmente através de áudio-vídeo³¹. Fiz também levantamentos e análises dos jornais impressos e on-line da mídia local, e dos documentos armazenados nas instituições onde atuam as/os militantes entrevistadas/os, tais como: matérias na imprensa, imagens e vídeos, bem como das redes sociais e blogs existentes dos coletivos e ONGs.

As entrevistas foram transcritas, textualizadas e transcriadas (sendo que esta é a última etapa da transcrição, no qual o meu comprometimento foi de recriar um texto em sua plenitude). Sendo assim, houve a interferência da pesquisadora no texto, já que esse foi refeito algumas vezes, pois tudo obedeceu a acertos combinados com as/os colaboradoras/es, que legitimaram o texto no momento da conferência. Fiz correções e complementações. Sobre isso Fabíola Holanda ressalta:

[...] o retorno ao colaborador com o texto final para sua leitura, negociação, colaboração e aprovação, é inevitável. É a parte final do processo que iniciou-se no primeiro contato. E a sua apresentação/publicação de maneira integral no trabalho torna-se imprescindível para essa história oral, que se pretende pública e comprometida com o outro e com a comunidade pesquisada. (Holanda, 2006, p. 37).

Nessa perspectiva é preciso garantir também no retorno a devida autorização para uso, estando, então, as narrativas abertas às mais variadas formas de leitura. A partir daí, pode-se iniciar a etapa da análise dos textos e das interpretações de minha parte enquanto historiadora. Ressalto ainda que faz parte igualmente do processo da textualização o momento de reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para o texto escrito, embora respeitando ao máximo o eixo narrativo.

A historiadora ou historiador que trabalha sob a perspectiva da história oral, subverte o trato documental na pesquisa historiográfica, pois assume a construção do documento com a participação da/do colaboradora/or, sujeita/o da história. No processo transcriativo, através de recursos literários a entrevista é transformada numa narrativa singular e sensível, na qual as/os colaboradoras/es reconhecem suas próprias narrativas, criando, assim, um documento novo. É a entrevista transcriada que constitui o

³¹ Os vídeos serão transformados em um minidocumentário depois da finalização da tese. É um projeto acadêmico de continuidade da pesquisa aqui apresentada no campo da chamada história pública.

documento da/do historiadora/or ou oralista, abrindo um leque de possibilidades e perspectivas de leituras e análises. Nesse sentido,

Com o processo de transcrição e o texto/documento a História Oral acaba com a farsa da objetividade documental, com a imparcialidade positivista, com a cientificidade do marxista e com a postura morna do historicismo que, para não brigar, diferencia os fatos naturais e históricos, perde a historicidade das histórias, delimita e limita bem seu campo de atuação para não serem questionados. (Holanda, 1998, p. 22).

A oralidade constitui um meio imprescindível para compreender a realidade das/dos colaboradoras/es desta tese, especialmente os sentidos e significados presentes durante a relação dialógica que se dá no momento das entrevistas. Segundo Marta Rovai, a utilização da história oral nos trabalhos acadêmicos, especialmente na História, deve partir da premissa de manter os “olhos, ouvidos e espírito atentos ao relato do trauma, entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos muitas vezes indizíveis [...]” (Rovai, 2013, p. 5).

A rememoração dos traumas e das violências implica, muitas vezes, num apaziguamento com as mágoas para poder renascer socialmente. Devemos nos atentar para essas situações nas entrevistas orais e entender que o trauma de um indivíduo é o trauma de uma cultura, e ficar atentas/os aos ressentimentos que podem aparecer nos relatos de vida das/dos depoentes acerca das situações adversas ocasionadas pela LGBTQIA+fobia, sexismo, machismo, racismo e outras formas de opressão.

Também, é importante pensar sobre a relação entre *identidade e memória*, compreendendo-as como fenômenos construídos e que os modos dessa construção podem ser tanto conscientes como inconscientes (Pollak, 1992; Halbwachs, 2004; Le Goff, 1990; Diehl, 2002; Bosi, 1994).

A ferramenta definitivamente socializadora da memória é a linguagem. Ela amortiza, agrega e chega ao mesmo espaço histórico e cultural tal como a representação do sonho e da imagem lembrada (Bosi, 1994). Maurice Halbwachs (2004) explana que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva. Já Jacques Le Goff compreende a memória enquanto propriedade de lembrar certas informações: “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais os homens podem atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p. 425). Para Michael Pollak (1992), a memória também é um importante componente que molda o sentimento de identidade, individual

e coletiva, baseado na coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução e autoafirmação de si.

Segundo Ecléa Bosi, a memória da/do sujeita/o depende de sua relação com diversos grupos sociais, como a escola, a igreja e os grupos de convívio. Assim, para ela, na maioria das vezes, lembrar não é renascer, “mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 1994, p. 55).

A relação entre história e memória para pensar as experiências vividas alertam-nos para o dever e o comprometimento das/dos historiadoras/es com as “feridas da memória”, do silenciamento, explicitando a “ousadia e o desejo de superação” acerca dos medos, aflições e dores que acompanham a trajetória de indivíduos e grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, penso em uma história oral testemunhal, através de luta e resistência pela legitimidade de memórias transgressoras, na qual os colaboradoras/es desta tese narram seus traumas, testemunham as opressões sofridas enquanto grupos “minoritários” e que por muito tempo foram silenciados na narrativa histórica (Meihy, 2010; Rovai, 2013)³². São denúncias contra o sistema de dominação, e cobranças de responsabilização pela alta taxa de feminicídios e de crimes LGBTQIA+fóbicos, bem como reparação histórica em um país desigual socialmente. Nessa linha, para Marta Rovai:

[...] muitos trabalhos com história oral têm contribuído para ampliar as vozes divergentes, as fissuras na memória e a discussão em torno da cidadania e da justiça, e esse aspecto dá ao oralista um papel que extrapola o universo acadêmico. [...] A prática da história oral testemunhal mantém olhos, ouvidos e espírito atentos ao relato do trauma, entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos muitas vezes indizíveis, que encontram dificuldades para serem elaborados na forma de palavra. Sem nossa vontade de ouvir, não existe possibilidade do testemunho enquanto narrativa. (Rovai, 2013, p. 133-134).

Penso que é igualmente fundamental nesta discussão a perspectiva de Lélia Gonzales (2019) sobre a relação entre consciência e memória. A autora refere que consciência é o lugar da alienação, do desconhecido, do esquecimento e do saber, é nesse

³² Marta Rovai (2013, p. 137) afirma que o testemunho trata da memória e, portanto, sempre traz em si a condição especial de ser singular, contínuo e vivo.

lugar que o processo discursivo ideológico se encontra. Já a memória, Lélia Gonzales considera como:

[...] o não saber que conhece, esse lugar da emergência da verdade, dessa verdade como ficção. A consciência exclui o que a memória inclui. Daí na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala por meio das mancadas do discurso da consciência. (Gonzales, 2019, p. 240-245).

Nesse sentido, a história e memória das/dos personagens nesta tese se rebelam contra a consciência enquanto discurso dominante, ou seja, a nossa trajetória, o nosso vivido, e a nossa experiência jamais serão esquecidas, que por muito tempo foram ocultadas, sendo agora reveladas, pois temos vozes e saberes. As aberrações, as/os agressivas/os, as bichas, as/os fragéis, as/os (in) visíveis, as/os maricas, as/os desordeiras/os... irão falar, e com potência e competência sobre nossa luta e (re) existência.

Portanto, esta tese foi construída a partir da intersecção de perspectivas epistemológicas aparentemente distintas, mas nelas vejo sentido, importância e coerência para a escrita criativa da tese, em que a minha finalidade é buscar estabelecer uma poética da existência, da resistência, da luta, da experiência, da narrativa, uma poética da leitura e de uma hermenêutica do presente, desde o processo das entrevistas até a fase de análise sensível do material.

No que diz respeito às dimensões políticas e éticas, e por se tratar diretamente das vivências e singularidades das/dos militantes desta pesquisa, há o respeito aos lugares de fala (Ribeiro, 2019) de cada uma/um, e aos seus saberes localizados (Haraway, 1995), afirmando, por meio disso, um compromisso e engajamento com uma história LGBTQIA+ e de mulheridades na luta contra as diversas opressões interseccionais e desigualdades sociais em Rondônia.

Tenho muitas expectativas com relação ao retorno social deste trabalho. Parafraseando a historiadora Fabíola Holanda, suponho que tenho alguns caminhos de possibilidades. Um deles é a história pública, pensando em uma história oral que reconheça e legitime o processo de construção das narrativas e que tenha concepções epistemológicas claras através da colaboração, mediação, dimensão pública do texto e

demais materiais produzidos enquanto documentos, procurando romper os muros da academia (Holanda, 2006).

Pretendo com esta tese colaborar no debate relacionado à questão da diversidade sexual e relações de gênero na história, contribuindo para um diálogo entre *história oral* e *história pública* sobre o movimento de mulheres e LGBTQIA+ em Rondônia, principalmente para os estudos históricos regionais.

Faye Sayer, pesquisadora em arqueologia comunitária e história pública, analisa as diversas formas de habilidades que as/os historiadoras/es necessitam na prática da história pública e discute como uma série de instituições, como, por exemplos, museus, arquivos, agências governamentais, centros de memória e a mídia impressa e digital, tornam a história acessível a um público mais amplo e diverso. Para a autora, a história pública pode ser explicada como comunicação e/ou divulgação ao público ou engajamento público na prática e produção do conhecimento histórico (Sayer, 2015).

Temos que pensar na expansão do conhecimento histórico para além dos muros da academia. Para Juniele Almeida e Marta Rovai, “o trabalho fora da Universidade pode se expandir, se popularizar [...] sem, no entanto, perder a seriedade e o seu compromisso com a produção de saberes” (Almeida; Rovai, 2013, p. 3). Assim, os espaços que a história pública pode ocupar são diversos, seja através da mídia online, das plataformas digitais, documentários, filmes, revistas online, sites de história, redes sociais, entre outros. Torna-se, pois, eficaz pensar nesse amplo alcance da história pública, pois a tecnologia digital é uma alternativa fundamental e importante para historiadoras/es e professoras/es de história como formas de adaptarem e se incluírem no desenvolvimento de novas estratégias em dialogar e divulgar o conhecimento histórico para e com a sociedade de forma democrática e acessível.

A história pública é (ou deveria ser) uma parte intrínseca da história em nossa contemporaneidade; é sobre uma grande variedade de meios de como envolver o público com o passado, bem como refletir a respeito de sua relação contestada com o presente; é certamente voltada a atrair o interesse da sociedade para a importância da história e cultivar a consciência histórica nos indivíduos, com ética e respeito às temáticas sensíveis, como, por exemplo, os assuntos enfocados nesta tese (Sayer, 2015).

O escopo da história pública tornou-se muito amplo e flexível. Diante disso, Juniele Almeida e Marta Rovai salientam que:

[...] fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente. (Almeida; Rovai, 2013, p. 2-3).

Os estudos de memórias individuais e coletivas são extremamente importantes para as práticas e análises da história pública, o resultado de pesquisas através da história oral contribui nesse sentido. Nesse sentido, penso na possibilidade de uma interconexão da história oral e testemunhal com a história pública como forma de publicizar histórias de dissidentes na sociedade, por meio das narrativas escritas e de áudio-visual (essa última a ser desenvolvida em etapa posterior à defesa da tese).

A história pública não é apenas uma forma de buscar e fortalecer a identidade coletiva na comunidade, mas também desempenha um papel fundamental no fortalecimento da consciência histórica no interior da comunidade. Isso precisa estar aliado dentro e fora do campo acadêmico, bem como na educação básica, principalmente na disciplina de História, pois, nos tempos sombrios que vivenciamos e no contexto atual se faz necessário conscientizar e sensibilizar, através da história pública, a sociedade sobre assuntos que precisam ser fortemente discutidos como, por exemplo, a importância dos movimentos sociais no combate ao racismo, capacitismo, etnocídio, machismo e LGBTQIA+fobia, entre outras formas de opressões.

Juniele Almeida analisou a utilização da História Oral nas práticas de História Pública. Para a autora:

[...] No horizonte dos saberes dos movimentos sociais e da história oral, as práticas de história pública são evidenciadas nas interpretações dialógicas desse conhecimento histórico – produzido e difundido. Procuramos perceber o trabalho de memória realizado pelos próprios movimentos e, ao mesmo tempo, o papel dos pesquisadores com formação em história oral. (Almeida, 2016, p. 47).

Visto por esse ângulo, e expandindo as possibilidades de minha tese, também desejo, após a defesa, fazer um documentário com os materiais que foram coletados, até como forma de divulgar e salvaguardar o trabalho e a história de vida das/dos militantes, pensando em uma história oral e uma história pública construtivas, que viabilizem um retorno social para os movimentos sociais.

Um dos desafios da construção de acervos LGBTQIA+ em Rondônia é a pouca documentação encontrada em arquivos, bibliotecas e na imprensa sobre a existência e resistência de nossos corpos, o que corrobora para um ocultamento dessa população na historiografia regional e nacional, como já destacado anteriormente, bem como, e em contrapartida, para a necessidade de criação de espaços institucionais de memória e museologia dissidentes.³³ Nesse último sentido, é possível constatar alguns avanços.

Conforme Jean Baptista e Tony Boita foi a partir de 2012 que surgiu no Brasil um conjunto de repercussões e representações criativas que tensionam a inclusão da temática LGBTQIA+ nos museus e espaços de memórias no país. Situando o contexto mundial dessas iniciativas, os autores afirmam:

[...] as comunidades LGBT globais estão empenhadas em construir um conjunto de saberes e práticas, onde a museologia e a memória tornam-se instrumentos estratégicos de manifestação e resistência, interessadas em contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, ainda que vivendo em contextos extremos e violentos. (Baptista; Boita, 2017, p. 40).

Nesse sentido, pretendo colaborar no debate relacionado à questão da diversidade sexual, das relações de gênero na história para pensarmos na possibilidade e construção de acervos, espaços de memórias LGBTQIA+ e de mulheres na Amazônia Ocidental. Afinal, negligenciar histórias e vivências de grupos dissidentes é apagar a nossa existência, é continuar corroborando com a marginalização dos nossos saberes na academia. Precisamos mudar e revolucionar a forma como opera a produção e divulgação do conhecimento histórico brasileiro.

É de extrema necessidade pesquisar, escrever e documentar, a partir dessas narrativas e das observações que foram realizadas, da escuta e compreensão dos ditos e não-ditos, o mundo vivido, a experiência, a luta, a resistência, a conexão entre os movimentos de mulheres e de pessoas LGBTQIA+, a subjetividade e a formação da identidade dessas/es militantes no tempo e no espaço que ocupam, visibilizando e dando representatividade às suas lutas na história contra as opressões do cisheteropatriarcado.

³³ Cito algumas referências sobre museologia LGBTQIA+ e museologia feminista: Mariuzzo (2016); Baptista; Boita; Moraes (2020); Castro (2020); Tedesco (2022); Ladeia (2022); Vieira (2023).

PARTE 2 – IDENTIDADE E MEMÓRIA: OS CAMINHOS DAS NARRATIVAS OU A HISTÓRIA DO PROJETO

2.1. O percurso transpoético de uma narrativa de vida

Figura 1 - Fotografia da autora da tese



Fonte: Lauri (2021).

Antes de eu nascer, eu já era algo, com cor, nome e lar. É menino! É macho! É homem! Ecoavam as vozes determinantes que me projetaram para ser, me formataram para ser. Nasci então, com todo um aparato sem compreender o que eu era, sujeito sujeitado ao inferno da dominação moralista. Berrei, gritei e saí do sufoco. Resplandece uma criança viada, caricata, purpurinada, desviante, anormal, mas que colocaram na forca: olha o jeitinho dele! Anda direito! Fala igual HOMEM! Sai do meio das meninas! Retraí-me, vamos orar! Cantar! Amém!

Não adianta, já sabermos que não vai ser, e será o quê? Para quê? Eu serei o que eu sou, carregarei o peso da cruz, eu me desconfigurei, eu me rasgava, eu não me deitei, eu vou pisar, já pisei... Sapateio na cara do patriarcado desde quando explodi e implodi em um salto rosa. Passei glitter das amigas na escola, rasgava as calças, fiz blusinhas de garota com a farda escolar, dei close e dei pinta, sim, no pátio, dancei/danço e fiz/faço carão.

Olha tem letra bonita “igual de menina!?” “Leitura perfeita, e ela é participativa”. Eu me empolgava, eu queria muito mais, “mas precisa moldar seu comportamento desajeitado”. Na hora do intervalo o axé gritava, vou subverter, subverti, vou transgredir e ainda transgrido, não vou me calar.

Essa não sou eu. O que tu tomas? Quero seios iguais aos seus, quero bater cabelo, quero bunda igual das meninas do Tchan, quero ser Sheila, ser paqueta... Como faz? Atah! Toma a primeira, segunda, terceira... Passa meses, aparecem botões, que gracinha! Cintura moldada, cabelos gritando... Felicidades a mil... Ouço ecos novamente, não é de Deus, vai lhe matar! Isso é pecado! Aqui você não é bem-vinda... Queimará a imagem do estabelecimento... Jeito indesejável... Oi? Quê? Faz a Egípcia! Dane-se, procura seu rumo. Aflição, reflexão, respira... Perspectiva, foco e coragem. Santiago assassinada, Mica morre, matam Malu... Morre uma, duas, três ou mais de nós, morre nós... Vejo sangue, escuto gritos, sociedade sombria... Um ser machucado por dentro, por fora as deusas me protegendo... Um ser real (re) nascendo, Fênix? Talvez. Livros, papéis, canetas, leitura, açaí, café, bodó, cusuz, cupuaçu, manga, pitanga e goiaba... Guiada por sonhos e ideais... Construção, desconstrução de identidades, da subjetividade e da experiência. Formação para ser aceita? Visível, mostra para o que veio, adentrando, conectando, corporificando, esparcializando, desbravando, dialogando, enfrentando, marcando território... Terão que me aturar, suportar, me engolir... Agora será a minha vez de falar, e de tantas outras que irão adentrar, invadir e se posicionar, o CISTema irá cair, irão nos escutar, agora é a nossa vez, vamos sim (trans) revolucionar. Não nasci à toa, nasci pra causar e incomodar... Nascida à beira do rio, cabocla, ribeirinha, no meio da floresta me tornei mulher americana, afro, indígena, trans, amazônica, nortista, rondoniense, portovelhense. TRANS AFROAMERINDÍGENA, essa sou eu... Sou tudo isso e mais um pouco... Lutar para permanecer... Ser resistente para continuar... Calada nunca! Dandaras Presentes! Lorenas Presentes! Danieles Presentes! Luanas Presentes! Paolas Presentes!

Malus Presentes! Núbias Presentes! Maravilhosas Presentes! Grampolas Presentes! Saritas Presentes! E tantos outros corpos estão presentes e resistem dentro de mim. Lutas, resistências e muitas purpurinas, hoje transformada do meu jeito... Transgressora, desobediente e subversiva, continuarei cutucando e afrontando o sistema. Agora sou eu quem falo, e que as deusas e deuses nos protejam!

2.2. A minha *microautobiografia* e sua relação com o projeto da tese

Parafrazeando Glória Anzaldúa, escrever é o ato mais abusado que eu me atrevi, e o mais ameaçador. Escrever é arriscado porque temos medo do que a escrita evidencia: os temores, as fúrias, a coragem de uma mulher trans afroamerindígena sob diversas formas de opressões interseccionais. Todavia, neste ato habita nossa luta pela sobrevivência e reconhecimento, porque uma mulher que pesquisa e escreve tem poder, e:

Uma mulher com poder é temida. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. **Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas.** (Anzaldúa, 2000, p. 235, grifos nossos).

Relatar a minha história de vida pessoal e acadêmica é fundamental à leitora ou ao leitor que está se debruçando neste trabalho seja para compreender os meus lugares e posicionamentos de fala enquanto historiadora, professora, pesquisadora, militante e mulher trans afroamerindígena, seja também pelo fato de ser a partir destes atravessamentos de gênero, raça, etnia e condição social que eu me (re) apresento, bem como, por questões de representatividade no país que mais mata travestis, transexuais e transgêneras/os negras/os ou pretas/os. Sobrevivente.

2.3. Revelando-me, a carne humana antes escondida

Nasci no dia 22 de julho de 1986 na cidade de Porto Velho (Rondônia). Aos 3 (três) anos de idade fui morar com os meus avós maternos, negros ou pretos e caboclos amazônicos (falecidos no início do século XXI). A minha mãe, mulher negra

“analfabeta”, beradeira³⁴ e cabocla (faleceu em 2011) teve depressão pós-parto e isso contribuiu para que toda a sua saúde se agravasse. Sendo assim, nesse sentido, continuei morando com os meus avós que eram evangélicos, devido a minha mãe não ter condições psicológicas para cuidar de mim.

Ela chegou a morar na casa de meus avós. Eu lembro que eu me deitei na rede para embalarmos juntas, onde ela me chamou de Laurinha. Aí meus avôs ouviram e repreenderam-na por me chamar por esse nome. Minha mãe estava em tratamento da depressão pós-parto, e ninguém na família que eu me recordo falava que era esse o problema que ela tinha. Ela era vista por muitas pessoas e até mesmo membros da família como louca e tratada como tal, devido aos sintomas de crise de ansiedade, como por exemplo: irritabilidade, inquietação e, também, por a ouvirem falar “sozinha” e pelas “fugas” de casa. Ela foi exorcizada por membros da igreja em razão desses motivos e várias vezes internada nos manicômios em Porto Velho. Também foi mais uma vítima do sistema sexista, conservador, moralista e machista, e sei de relatos que ela teve muitos conflitos com meu pai e que foi abusada sexualmente, mas não por ele.

Meu pai faleceu quando eu tinha 8 (oito) anos de idade (1994). Não me recordo muito bem dele, não lembro de sua voz, do cheiro e do seu toque. Mas eu lembro que minha avó contava que ele era um “índio”³⁵, pois segundo ela, a minha avó por parte de pai, que morava em Guajará-Mirim/RO (cidade de fronteira que faz divisa com a Bolívia), falava “enrolado”, uma “língua diferente”. O que a minha avó materna queria dizer era que a minha bisavó paterna era indígena, pertencente a algum grupo nativo no estado de Rondônia e que não falava o português; já meu pai tinha fisionomia e descendência indígena, mas falava o português. Porém, será que ele não sabia a língua de seus ancestrais?...

Nesse sentido, a minha ancestralidade é o cruzamento de povos indígenas e negros amazônicos, e sou a mistura da/do cabocla/o, da/do ribeirinha/o e da/do

³⁴ Pessoa nascida e/ou que vive à beira do rio, e que sente orgulho de ser portovelhense. Antigamente, era utilizado para pessoa cafona, brega. (Amaral, 2015).

³⁵ Conversando com Josy de Souza (minha amiga trans, professora e pesquisadora do campo da Linguística) em Rondônia em 27 de fevereiro de 2021 pela rede social *whatsapp*, ela me disse que o termo “índio” tem caráter tradicional e é muito comumente utilizado por populações e famílias tradicionais (ribeirinhos, caboclos, beradeiros) até os dias atuais para referenciar um indivíduo descendente dos povos originários sem miscigenação ou puro. Não é um termo usado apenas na região amazônica. Trata-se de uma forma cultural de pessoas mais antigas para acentuar a origem do indivíduo, continuando com os termos “índio”, “negão”, “caipirão”, não no sentido do grau aumentativo, mas com o objetivo de legitimar a raiz cultural da pessoa. (Souza, 2021).

beradeira/o. Eu sou fruto de uma “família desajustada”, estudante preta/negra, de classe média-baixa e de origem popular da periferia (zona leste, espaço que até hoje é visto por muitas pessoas como um ambiente de marginalização) da cidade de Porto Velho, onde estudei a minha vida inteira em escolas públicas.

Sabemos que o sexo do indivíduo é determinado antes dele nascer. Em um mundo cisnormativo, os papéis binários de gênero (homem/mulher) são definidos, vigiados e controlados de acordo com o sexo biológico (pênis/vagina). Crescemos ouvindo que “menino tem que usar roupas na cor azul” e “para a menina a cor determinada é o rosa”, “menino não chora”, “menina brinca de boneca”, “menino brinca de carrinho” e outras expressões que continuam sendo ensinadas em diversas sociedades, que ainda estão enraizadas na cultura brasileira, e com novos feitos corroborando para a afirmação binarista. Porém, as relações de gênero e sexualidade variam de cultura para cultura, são construções discursivas, sociais, fluidas, mutáveis e performativas.

A infância foi uma das melhores fases da minha vida, pois eu era livre de preocupações e compromissos complexos do sistema binarista. Eu brincava com carrinhos e petecas com meus primos no quintal de casa, jogávamos bola na escola e na rua com meus/minhas amigas/os, e outras brincadeiras “consideradas” para meninos. Mas às “escondidas” de meus avós, eu brincava com as bonecas (eram nossas filhas) das minhas primas quando elas iam nos visitar nos fins de semanas. Passava batom nos meus lábios, eu dançava em cima dos saltos da minha tia. Eu adorava usar as sapatilhas e os vestidos da minha avó. Eu me sentia a dançarina, ainda mais quando eu fazia da toalha um cabelo grande. A dança era e ainda continua sendo pra mim libertadora. Eu dançava quando meus avós não estavam em casa. Era o momento em que a dançarina entrava em cena. De forma divertida e natural, eu fazia duplamente o jogo das cisgeneridade.

Como não sou nenhuma santa, na 4ª série, teve um dia que a minha professora saiu de sala de aula para ir à sala dos professores. Eu acabei subindo na mesa dela e coloquei todo mundo da sala para dançar na *Boquinha da garrafa*. A professora me pegou no flagra e me levou para a orientação. Ganhei uma pequena suspensão de uma semana. Ela convocou a minha avó a comparecer na escola, pois precisava relatar o

ocorrido. Levei uma *pisa*³⁶, e acredito que desde lá meus avós começaram a vigiar e querer controlar meu comportamento desviante, mas tão *star*.

Várias vezes eu escutei a minha avó conversando com meus parentes e vizinhas/os dizendo que desde criança eu tinha trejeitos femininos, ou seja, ela tinha consciência do que eu viria a ser. E realmente, eu era uma criança viada, uma criança que performava o anti-padrão cisheteronormativo no corpo e na alma, uma criança LGBTQIA+.

Durante as séries iniciais (pré-escolar ao 4º ano), eu não lembro de ter sofrido preconceitos na escola por ter um comportamento fora dos padrões da cisheteronormatividade. A gente sabe que a LGBTQIfobia está nas entranhas das estruturas visíveis e não-visíveis, mas sofri racismo, por ter cabelo afro e devido a minha cor preta/negra, então eu era chamada de *cabelo de pipoca*, *cabelo de Bombril*, *cabelo duro*, *neguinho do Codó*, “*Cirilo*”, *pretinho da senzala* e outros termos racistas.

Naquela época (meados dos anos 1990) não existiam projetos na escola sobre discriminação e outros temas referentes à prática de bullying. Eu tive uma boa relação com todos/as professores no colegial. Nunca me senti excluída do ambiente escolar. Poderia ser devido ao meu jeito de querer estar em todos os eventos e atividades escolares. Fui uma aluna LGBTQIA+ participativa. Eu adorava estar na escola. Para mim era prazeroso estar na escola, mas eu não tinha ainda a noção do que era ser LGBTQIA+. Não se falava de questões de gênero e sexualidade em minha família quando eu estava por perto, mas de vez em quando eu conseguia ouvir alguns cochichos sobre assuntos que eu não poderia ouvir.

Mas, a vida de uma/um aluna/o LGBTQIA+ não é um “mar de rosas”, tem seus percalços. Na 6ª série aconteceu um dos “primeiros” casos de homofobia comigo, onde a orientadora educacional culpabilizou a mim pela homofobia que sofri. Na escola tinha a *feira cultural* e *gincana*, e, logo, havia “rivalidades” entre as/os estudantes pela disputa de melhor turma/classe nas temáticas da feira cultural. Entretanto, na semana da feira, uma garota me empurrou, eu caí no chão do corredor de um dos pavilhões e machuquei o meu joelho. Aí tirei satisfação com ela. Ela ainda me xingou de *mariquinha*, *hermafrodita* e *alegre* (fazendo referência ao termo gay), que eram apelidos na época bastante utilizados para meninos “delicados” e/ou que tinham trejeitos “femininos”. Fomos parar na sala da orientação.

³⁶ Coça, surra ou peia em outras regiões.

A orientadora educacional olhou e disse para mim: *você precisa mudar este teu comportamento, não é de Deus*, e eu falei que eu não tinha feito nada à garota. Ela continuou me questionando: *ah! Mas só te vejo andando com meninas, o seu andar não é de menino, você anda desfilando igual menina, você tem que ter postura de menino*. Depois desse episódio tentei moldar e mudar meu jeito de andar na escola, mas não surtiu efeito, porque quem nasceu para ser diva, diva se tornará. Fui advertida verbalmente e sentenciada por escrito com três dias de suspensão da escola por ser aluna LGBTQIA+. Não lembro o que estava escrito no documento, mas como eu queria ter hoje esse relatório da orientadora em minhas mãos.

Foi na adolescência que entendi que eu era “diferente” dos outros meninos que se encaixavam nos padrões cisheteronormativos. Eu já não gostava mais de estar no meio deles. Eu gostava mesmo era de estar com as minhas amigas cis, gays e lésbicas, closando com elas/eles, papeando sobre as paqueras delas/es, sobre as/os nossas/os artistas favoritas/os. A era da puberdade.

Nesta fase, as malditas filas no pátio da escola. Meninos para um lado, meninas para o outro. Do menor para o maior. O hino nacional. A reza de *ave Maria*, o *credo* e o *pai nosso*. Tudo isso me gerava desconforto. Tinha muitas vezes que eu chegava atrasada para não participar desse ritual pedagógico religioso. Escola laica? Era uma cerimônia de adestramento, de disciplinamento para a manutenção do sistema. Realmente a escola é um panóptico como denomina Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2009).

Na escola, ao menos na minha turma, não tivemos aula sobre a homossexualidade. Lembro-me da professora de biologia falando de *hermafroditismo*. Termo esse que eu ouvia de forma pejorativa, vindo de algumas pessoas cisheteras de que eu iria ser um hermafrodita. Mas, tínhamos aula sobre prevenções às ISTs/HIV/aids e aborto³⁷.

No 2º ano do ensino médio (2003), a minha turma escolheu um tema babadeiro para a feira cultural escolar: “Sexo e Amor e sem Tabu”. Na ocasião, nós abordamos como usar os métodos contraceptivos, as posições sexuais, e foi quase uma inserção do *Kama Sutra* e erotismo no ambiente escolar (risos). Não teve alarde advindo desse povo metido a conservador e não sofremos retaliações. Eu lembro de que a nossa sala era a mais visitada pelas/os alunas/os e a comunidade escolar, pois a feira era aberta para

³⁷ Na escola se discutia o aborto como crime, não se falava no direito de escolha da mulher em ter ou não a criança.

todas/os. Ganhamos em primeiro lugar. A minha turma era transgressiva, e a gente sentia que nossas/os professoras/es adoravam trabalhar conosco.

No Ensino Médio a gente já vai tendo uma concepção do que estamos nos tornando e vamos adentrando num novo universo de conhecimento de si e formação para si.

Passei a estranhar e a sentir incômodos com meu corpo, e com as vestimentas que eu usava. Então, estilizei minhas roupas: eu as rasgava, decotando, colocando umas lantejoulas e miçangas para ficar bem *fashion*; minha avó abominava quando eu rasgava as calças jeans, e o sermão da montanha que vinha cantava aos meus ouvidos.

Como eu sempre gostei de ensinar, eu dava aulas de reforço na casa das/dos minhas/meus alunas/os e ajudava as/os filhas/os de algumas vizinhas nas tarefas escolares, sendo que muitas delas sabiam de minha sexualidade, porque eu contei para elas. Na verdade, elas já sabiam, e nesse sentido, eu ensinava as filhas/os, e em troca eu ganhava uma blusinha feminina, calças jeans *boca de sino*, calças jeans com *lycra*, que elas mesmas deixavam eu escolher, e, algumas vezes, eu ia à loja com elas.

Quando eu comecei a usar esses tipos de vestimentas consideradas “não adequadas” para mim, não houve uma recepção tão boa em casa, falavam que era de “mulher”, que não era roupa para eu usar... mas como eu estava na fase chamada por muitas/os de fase da rebeldia, eu retrucava, “se eu trabalhei, ganhei, vou usar sim”, e eu sentia belíssima dentro das roupas mesmo com um aspecto andrógino e/ou metamorfo.

Entretanto, foi a partir daí que iniciaram os conflitos e a repressão sobre a minha identidade de gênero e orientação sexual, a LGBTQIA+fobia nossa de cada dia, presente tanto no âmbito familiar, bem como na igreja evangélica (pois eu a frequentava com os meus avós). Infelizmente, mesmo eu me dedicando aos estudos, aos serviços domésticos em casa, para eles era falta de Deus, era o demônio me usando, obra do satanás, e que oraram por mim para expulsar esses tipos de coisas. Tudo em nome da moral e dos bons costumes do sistema cisheteropatriarcalista e em nome de Deus.

Todas essas situações exalando opressões começaram a me causar perturbações, já que em casa nunca tivemos conversas sobre sexualidades, nem televisão tínhamos, pois era um objeto maligno. Nesse sentido, todas as informações que eu tive sobre sexualidade e prevenção foram de fato na escola, e através de conversas com amigas/os e vizinhas, mas conhecimentos bem superficiais.

Com isso, a minha relação com a igreja começou a desandar, enquanto a minha feminilidade já estava aflorada mesmo. E os fiscais de controle que se tem dentro das igrejas cristãs começaram a me denunciar para meus avôs sobre os meus comportamentos, vistos como rebeldes e pecaminosos! Como se nos bastidores da igreja e dos retiros de jovens e adolescentes não rolasse a pegação. Mas, como eram cisheteras/os, podiam.

Toda essa perseguição me afastou da igreja. Pelos meus comportamentos considerados por eles como desviantes e indesejáveis, não fui mais à igreja com meus avós. Eu ficava em casa sozinha, bem melhor do que estar no meio de falsos moralistas.

Frequentei a igreja católica, não para ser membra, mas porque essa oferecia um curso de teatro, e na época era o auge das *Chiquititas*³⁸, e eu queria ser uma, então, em minha cabeça, se eu fizesse teatro, eu poderia me tornar uma *chiquitita*. Era uma fase de sonhos enquanto adolescente, mas foi muito bom ter feito tal curso, pois foi onde fiz uma nova rede de amizade, onde ainda tenho relações afetivas com amigas/os até hoje. Eu era bem aceita no meio delas/es, até porque no grupo de teatro tinham LGBTQIA+ católicas/os, então eu me sentia acolhida.

Eu cheguei ao 3º ano do ensino médio, preocupada com o que o futuro iria me dar. Concluí o ensino básico em 2004, e na época eu não tinha a dimensão do que era uma faculdade e/ou uma Universidade. Até porque não tínhamos tantas informações como as que são dadas atualmente, através das redes sociais e da mídia em geral, de como era esse espaço, para que servia e muito menos como se fazia para nele ingressar. As informações que chegavam à escola onde eu estudava sobre isso eram superficiais.

Lembro-me que fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas eu não tinha preparo intelectual para responder a uma prova daquelas e, naquele momento, até mesmo porque a prova ainda era usada inicialmente para avaliar a qualidade da educação nacional. Somente na segunda edição do exame, em 2009, o ENEM foi

³⁸ Telenovela brasileira produzida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), escrita nos anos de 1990, pela autora argentina Cris Morena. A telenovela conta a história de um grupo de órfãos que vivem em um orfanato. Suas experiências, tais como descobrir o primeiro amor, decepções, solidão e amizade, bem como aventuras e fantasias, são retratadas ao longo da trama. A narrativa é reforçada por temas musicais e videoclipes. Foi gravada na Argentina e transmitida no Brasil por cinco temporadas (1997 a 2001). Em 2012, o SBT anunciou a compra dos direitos da telenovela pela sua proprietária, a rede de televisão da argentina Telefe. Estreou em 2013, ao contrário da primeira versão, a nova produção de *Chiquititas* foi totalmente feita no Brasil, sem envolvimento da Argentina, e finalizada em 2015. Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Chiquititas_\(1997\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Chiquititas_(1997)). Acesso em: 11 ago. 2021.

utilizado como modalidade de acesso ao ensino superior e atualmente é usado em substituição ao antigo vestibular em algumas universidades públicas.

Quando completei 18 anos de idade, precisei, de forma obrigatória, me alistar ao serviço militar. Era a vontade da minha avó de que eu servisse o exército, e ela “pegava no meu pé” para eu fazer o alistamento, principalmente porque ela relacionava a questão do alistamento militar à empregabilidade, ou seja, se eu não me alistasse, eu não conseguiria trabalho formal.

Mas o que ela não “sabia” ou não imaginava era que mesmo eu estando com o documento de reservista em mãos, as dificuldades, os obstáculos e os enfrentamentos que eu iria encontrar no mercado de trabalho seriam triplicados, por eu estar fora do padrão cis-heteronormativo. Nesse período, também, eu já estava fazendo a hormonioterapia, através do contato com amigas trans mais “velhas”, na clandestinidade. Essa, portanto, é a realidade social e econômica que reverbera na precariedade e risco à saúde da população de travestis, transexuais e transgêneras/os no Brasil, já que a maioria transicionou e/ou continua transicionando sem a prescrição médica, usando também de outros meios (como silicone industrial e anabolizante) na busca do corpo dos sonhos e do corpo desejado.

Então, eu já usava trajes considerados “femininos”, e com os efeitos dos anticoncepcionais que eu tomava e injetava, meu corpo se transformava e minha alma transbordava de alegria. Entretanto, algumas/alguns membras/os e amigas/os acabaram percebendo e recebendo minhas transformações com uma negação e pavor, pois para a maioria delas/es aquele corpo era uma aberração e eu iria para o inferno - e que eu fosse, mas que fosse do meu jeito desejado.

Eu era um sujeito bem metamorfo, uma figura queer e queen também, um ser em transmutação, uma figura caricata para algumas pessoas, pois onde eu passava ouvia do povo na rua: *é moça ou moço?* De forma preconceituosa. Mas fui “empurrando com a barriga”, “aos trancos e barrancos”, esperando que a minha avó esquecesse esse “desejo” de querer que eu ingressasse ao exército. Meu desejo mesmo era conseguir um emprego para: pagar meus estudos; sair da casa de meus avôs; ter o meu espaço; colocar prótese; comprar minhas vestimentas, acessórios e saltos.

É claro que, como muitas travestis e transexuais, também tentaram me expulsar de casa ou me enviar para uma escola militar. Eu falava em fuga se tudo aquilo continuasse acontecendo comigo. Mas o que me “sustentou” dentro do meio familiar

foram os meus estudos, eu me apegava neles com todas as forças, tudo isso, para ser e viver como eu sou/estou hoje. Ressalto que a minha avó sempre teve amor por mim, me ajudou muito enquanto pode, bem como alguns membros da minha família. Mesmo que elas/eles tenham sido moldados à vida inteira pelo sistema patriarcal e fundamentalista, elas/eles não são culpadas/os por ele.

2.4. (In) experiências, descobertas e afetividades no *Buá*

Conforme citei anteriormente, foi na escola que eu tive meus primeiros contatos com amigas/os gays e lésbicas. E ainda temos vínculos de amizades até hoje, mesmo que cada um/uma tenha seguido o seu destino. Mas eu não tinha ainda a dimensão de como era o mundo LGBTQIA+ e foi a partir dessas/es amigas/os que obtive conhecimento desse mundo colorido. Os meus primeiros sentimentos e desejos por garotos cisheterossexuais surgiram na adolescência, e foi nesse momento que eu passei a ter uma relação afetiva com minhas/meus amigas/os do *vale*, pois sempre estávamos e andávamos juntas/os, seja na escola e/ou nos grupos de atividades das *matérias* fora da escola, rodinhas de conversas e nas festas *americanas*³⁹. Nesses encontros rolavam muitos bate-papos sobre relacionamentos amorosos, paqueras, sexo etc. Até porque eu não tinha esses diálogos em família, não conversávamos sobre esses assuntos, devido ao conservadorismo que existia dentro de casa.

Durante a minha trajetória escolar, tive professoras/es assumidos LGBTQIA+. Na 3ª Série, por exemplo, eu tive a honra de ter uma professora travesti, mas dela falarei mais adiante. Foi em 2004 que tive meus primeiros contatos com as meninas travestis, transexuais e transgêneras. Porém, no bairro onde eu morava (na zona leste/periferia da capital) tinha uma casa de travestis, que era mais conhecida como *o recanto das bonecas*. Quando eu passava na frente da casa para vê-las, eu morria de medo, mas, mesmo assim eu passava. Elas ficavam na frente e sentadas em um banco, eram belas e todas com os *picumã*⁴⁰ grandes e lindos. Algumas ficavam na janela sem blusas, mostrando aqueles seios fartos, para seduzir os boys. Quando eu passava, algumas implicavam comigo. Eu não sabia o motivo, mas eu passava e não retrucava, porque na vizinhança dizia-se que *elas eram pessoas perigosas e filhos do demônio*.

³⁹ Termo usado para caracterizar um encontro festivo, onde cada uma/um levava algo para beber e comer na casa de amigas/os, é claro às escondidas de alguns pais, inclusive de minha família. Era nessas festas que rolavam as *pegações* e os *atendimentos*.

⁴⁰ Cabelos, perucas ou *laces*.

Certo dia, fui realizar uma visita a minha mãe que estava morando com a minha irmã na zona sul da capital. Aí no meio do caminho, enquanto eu estava indo para a parada pegar o ônibus, para chegar a minha casa - e já era noite - me sentei na parada para aguardar o ônibus. E logo em seguida começaram a surgir travestis e transexuais para tudo quanto é lado, daí eu pensei *meu Deus! Vou já levar uma coça dessa gente!* Eu fiquei acanhada e com medo, devido aos comentários negativos que se faziam naquela época e que ainda fazem, a respeito de pessoas trans. Mas, enfim, nada de ruim aconteceu comigo, pois elas passaram por mim e nem me olharam, até porque eu ainda estava no início da transição, não portava trajes “femininos”. Então cada uma foi para o seu posto de batalha⁴¹, ou seja, o local onde eu estava era, e ainda é, um dos locais de trabalho de prostituição das travestis, transexuais e transgêneras em Porto Velho, o famoso *Rio Madeira*⁴² ou *Buá*.

O buá é um lugar de movimentação e trânsito constante devido ao fato de estar situado à beira da principal rodovia do estado, a BR-364. O buá é cercado de motéis, postos de gasolina, empresas de mecânicas e transportes, estabelecimentos comerciais, casas e prédios. É um local que tem 4 (quatro) divisões: 1. Rio Madeira, onde ficam as travestis e transexuais que trabalham e vivem da prostituição; 2. *Jambeiro*⁴³ (BR-364), onde ficavam/ficam as travestis, transexuais e transgêneras trabalhadoras, veteranas e/ou consideradas mais antigas do local; 3. *Cú Peludo*, onde circulam as bixas afeminadas, gays de barbas (conhecidos como bixas-boys), também chamados/as de bixas do *SINTERO*⁴⁴ e; 4. *Rovema*⁴⁵, local híbrido, onde se concentra travestis, transexuais e gays que iam/vão para *caçar* e *atender* os boys, ou até mesmo para descontraír.

A BR-364 é uma rodovia que foi imaginada por Roquette-Pinto (etnólogo) em 1916, e, de acordo com os historiadores Marco Teixeira e Dante Fonseca (2001), tornou-se realidade no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Na época quem governava o atual estado de Rondônia era um Coronel, Paulo Nunes Leal⁴⁶.

⁴¹ Batalha e/ou batalhar são termos comuns utilizados entre as travestis e transexuais para ressignificar o trabalho com a prostituição.

⁴² Uma das principais e mais conhecidas avenidas da capital.

⁴³ Devido ao fato do local ter árvores de Jambos-vermelhos, muito utilizadas na arborização urbana em nossa região Norte.

⁴⁴ É o clube do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia.

⁴⁵ Empresa privada.

⁴⁶ Nascido em Minas Gerais. Foi nomeado governador do então território de Rondônia em 1954. Também foi deputado federal por Rondônia, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e durante o período da Ditadura Militar se elegeu mais uma vez para a Câmara, desta vez pela Arena no Rio Grande do Sul, em 1974. Em sua obra *O outro braço da cruz* (relançado em Porto Velho no ano de 2018), diz que alertou a

Em 1966 a rodovia ligou Cuiabá e Porto Velho. As obras foram finalizadas em 1984, durante o governo do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira.

É importante ressaltar que na cidade de Porto Velho há outros *pontos de trabalho sexuais*. No caso específico do buá da Rio Madeira, esse se originou no final da década de 1990, devido às *batidas* e consequentes incômodos causados diariamente pela polícia em outros pontos de prostituição na cidade, como, por exemplo, no antigo *Trevo do Roque*⁴⁷, onde ficavam as primeiras trans trabalhadoras sexuais, bem como a famosa *Avenida Jorge Teixeira*⁴⁸. Esses são dois locais de trabalhos de prostituição de travestis e transexuais cruciais para o entendimento da história das travestilidades, transexualidades e transgeneridade em Rondônia. De acordo com Kary Falcão (2010), o trabalho das travestis e transexuais era muito intenso nesses locais, devido ao grande número de garimpeiros, caminhoneiros e de novos moradores que chegavam a Porto Velho a todo instante em meados dos anos de 1970.

Na Avenida Rio Madeira, no início do século XXI, já havia algumas travestis e transexuais jovens que foram impedidas de trabalhar nas esquinas da Avenida Jorge Teixeira, pelo impedimento da polícia como também pelas cafetinas e trans “mais velhas” que controlavam o ponto. Entretanto, as trans mais jovens sempre fizeram ponto em lugares onde não havia a possibilidade de expulsões e conflitos com as consideradas “mais velhas” e/ou veteranas. Outro ponto de prostituição que se originou dessa maneira foi na Avenida Carlos Gomes⁴⁹, um ponto alternativo criado também por uma nova geração de travestis, transexuais e transgêneras, e ali se tinha ou ainda se tem igualmente mulheres cis trabalhadoras sexuais.

Sobre o trabalho sexual de mulheres cis, gays, travestis e transexuais, este tem seu desdobramento a partir das atividades de garimpagem e mineração no antigo Território Federal de Rondônia a partir dos anos de 1950, através das descobertas de diamantes e cassiteritas nos rios do atual município de Ji-Paraná. O transporte desses minérios era feito pela via fluvial a Porto Velho, e, com essas descobertas, nos anos de 1960, muitos garimpeiros vieram para a região.

Juscelino Kubitschek, em 1960, sobre a importância da construção de uma rodovia entre Brasília e Rio Branco, criando o projeto da BR-029, mais tarde BR-364.

⁴⁷ Local com várias lojas de mecânica ao redor do trevo ou rotatória, um dos mais antigos donos desses estabelecimentos era conhecido como Roque. No local foram construídos viadutos da BR-364, perímetro urbano da capital.

⁴⁸ Avenida que dá acesso à rodoviária, complexo portuário e aeroporto internacional da capital.

⁴⁹ Também uma das principais avenidas da cidade situada entre o centro e a região rodoviária de Porto Velho.

Nesse sentido, no final dos anos de 1970, a atual Rondônia era conhecida como a nova estrela no azul da união. Nessa época, a população conjeturava a ideia de Rondônia ser elevada à categoria de Estado. Durante muito tempo, a região sobreviveu da garimpagem do ouro e da cassiterita (considerada o ouro preto). Pessoas de outras regiões do país chegavam ao estado em busca de riquezas, denominando essa área de um *novo eldorado*. Os garimpeiros do novo eldorado brasileiro movimentaram a economia local com o ouro, e que é entre o final da década dos anos de 1970 e 1980 que cresceu o número de casas de prostituição⁵⁰ em Porto Velho, cujos ganhos, provavelmente provenientes da extração do ouro e cassiterita, foram utilizados em festas regadas com bebidas e relações com trabalhadoras/es sexuais. (Falcão, 2010).

Retomando a questão do buá, comecei a ter curiosidades de como era o local, já que elas não haviam sentido incômodo com a minha presença naquela parada de ônibus. Até aquele momento eu não tinha amigas travestis e transexuais. No entanto, eu tinha um amigo gay (falecido) que de vez em quando gostava de se montar na época. Ele conhecia quase todas as trans do buá. Aí recebi uma ligação dele querendo dar umas voltas pelo local e ir até lá para falar com as meninas que eram amigas dele. Combinamos e fomos. Era a oportunidade de conhecê-las e tirar algumas dúvidas que eu tinha a respeito delas.

Chegando ao buá à noite, fiquei ao mesmo tempo curiosa, mas com vergonha e confusa, pois eu não estava entendendo o linguajar (o pajubá)⁵¹ que meu amigo falava com elas e vice-versa. Não estávamos no ponto do trabalho das trans, pois atrapalharia o serviço delas, e sim na Rovema. Nessa noite, teve uma trans⁵² que perguntou quem era eu, qual era meu nome. Aí, meu amigo respondeu: *é minha amiga que logo se tornará uma travesti também, ah! O nome dela... A gente precisa batizá-la (rindo)*, a trans me olhou e disse: *será Chocolate*. Aí eu perguntei o porquê desse nome, aí ela disse: *por causa da sua cor*. Rimos. Eu lembro como se fosse hoje. E desde esse dia eu tinha, finalmente, o famoso *nome de guerra*. Eu estava batizada e aceita no mundo trans, pois

⁵⁰ Kary Falcão (2010) relata que, em meados dos anos 80, comentava-se da existência de um prostíbulo do qual a proprietária era conhecida como uma mulher “lésbica”, no Alto do Bode, região onde hoje é a Rua Rogério Weber, bairro Areal. Naquele período falava-se da *mulher que fazia sabão*. Segundo essa narrativa, as moças sentiam-se amedrontadas com o local e chegavam a atravessar a rua para não passar na frente do prostíbulo para não serem supostamente assediadas por aquela mulher.

⁵¹ Dialeto da linguagem popular constituída da inserção em língua portuguesa de numerosas palavras e expressões provenientes de línguas africanas ocidentais, muito usado pelo chamado povo do santo ou de terreiro, praticantes de religiões afro-brasileiras como candomblé, umbanda e também pela comunidade LGBTQIA+.

⁵² Sobre a finada Mica falei adiante nesta tese.

é assim que é feito o ritual de ingresso em muitos guetos, em especial nos de travestis, transexuais e transgêneras/os.

A partir daquele dia, passei a me interessar mais ainda pelo universo trans, e sempre que dava eu ia lá, para socializar, conversar, *grelhar e caçar* com as minhas amigas gays e trans. Já que eram mais experientes e mais “velhas” do que eu, e como eu estava em processo de transição, logo aprendi de tudo com elas: o *pajubá*, de como se vestir “feminina”, a usar saltos, “atender”⁵³ os boys, *trucar a neça*⁵⁴, ter cuidados com os parceiros que eu poderia encontrar por ali, e, também, como tomar os hormônios e colocar silicone no corpo. Muitas delas já haviam viajado para fora do estado e até mesmo do país.

Nesse sentido, fui me familiarizando com todo o buá, conhecendo a vida e a realidade da população de travestis, transexuais e transgêneras/os no gueto à noite. O medo me assolava em pensar em trabalhar com a prostituição, pois nos pontos destinados a essa prática eu sabia dos casos de violências e opressões no buá. Sabia dos conflitos entre trans e cafetinas, dos relatos de assaltos, de não conseguirem o *acué*⁵⁵ da noite, da preocupação do que iriam comer no dia seguinte, das contas para pagarem, dos xingamentos de quem passava dentro dos carros e nos ônibus, dos ovos e latas de cerveja arremessados nas trans que ficavam mais visíveis nas esquinas.

No auge da minha transição, recebi propostas de amigas trans para ir morar em São Paulo e de lá ir para Europa, porque para elas, devido a minha cor e ao fato de ser novinha naquela época, eu iria ganhar muito *acué* sendo profissional do sexo, porque os gringos adoravam e tinham fetiche por travesti, transexual, transgênera preta ou negra, ainda mais brasileira. Depois de conhecer a realidade da população trans em termos socioeconômicos, cimpreeendi que não era o mundo da prostituição que eu queria para mim. Cheguei ainda a cogitar ir embora do Brasil, devido ao fato de eu não estar empregada formalmente e com dificuldades em encontrar trabalho por ser trans, já que vivemos em um país que nos estigmatiza, nos exclui e nos marginaliza. Uma grande parcela da sociedade cisgênera brasileira ainda nos vê como seres aberrantes, monstruosos e diabólicos. Somos vistas também como máquinas de prazer e de modo

⁵³ Fazer sexo.

⁵⁴ Também chamado de tucking ou aquendar o órgão genital “masculino”. Significa esconder o pênis, entendido como uma técnica bastante utilizada principalmente por travestis, transexuais, transgêneras e drag queens.

⁵⁵ Dinheiro.

fetichizados, construídas apenas para o sexo desejante. Somos predestinadas e forçadas a entrar na prostituição, muitas vezes, não porque queremos, mas por sobrevivência. É o que ainda resta, mesmo com alguns avanços a partir de algumas políticas públicas. Entretanto, o buá para mim foi um local de encontro e de passagem.

O buá é o gueto, o gueto é o buá. Foi lá que aprendi a ser sociável e onde criei um elo de afetividade com a população trans da cidade. Foi lá que eu aprendi a ser quem eu sou hoje. Foi lá que eu me senti de certa forma acolhida por ser trans. Foi lá que eu conheci a realidade do mundo trans*; mas também foi lá que eu perdi amigas, assassinadas e vítimas de transfobia. Um buá ensanguentado. Vidas trans perdidas. Sentimento de tristeza, medo e dor ferviam em minha cabeça e na alma. Nesse sentido, a Chocolate não conseguiu resistir, mas sei que ela ficou no buá e na memória das/dos amigas/os LGBTQIA+ sobreviventes em Porto Velho. Estamos focadas na luta pela sobrevivência diária, para assim garantirmos a nossa existência. A nossa realidade nunca mudará?

2.5. Rompendo as amarras do sistema

Em minhas primeiras buscas de emprego, deixei horrores de currículos em lojas, empresas e restaurantes. Foi árduo. Até que tive uma “oportunidade” de trabalho como auxiliar de cozinha (2005) em um restaurante (hoje inexistente) cujos donos eram pessoas brancas, cisheteras e de classe alta.

Nos primeiros dias os filhos dos donos queriam me ensinar como lavar as louças, cortar as verduras e legumes. Como se eu não soubesse fazer tudo aquilo. Os meus avós me ensinaram desde cedo a como fazer os serviços domésticos em casa. Então, fui me irritando com toda aquela situação, mas eu precisava daquele emprego. Logo, tive que permitir que meu corpo fosse disciplinado, mas por pouco tempo.

Na mesma semana aconteceu um episódio constrangedor e vexatório: a filha (que era a gerente) dos donos do restaurante me chamou na cozinha para ir até o caixa, o recinto onde ela trabalhava, e que também era o local onde ficava o *buffet*, mesas e cadeiras para as/os clientes. Ela discretamente me apontou uma cliente que estava sozinha em uma mesa tomando seu belo chá da tarde. Eu me lembro da fisionomia daquela mulher belíssima, era branca, porte médio, tinha cabelos compridos pretos, com um belo decote, bem-vestida e toda maquiada.

Eu perguntei para a gerente o porquê dela estar me mostrando aquela cliente. Aí ela me respondeu: *ela é linda né? Mas é um travesti* - num sentido bem transfóbico mesmo. Nossa! Aquilo me deixou irada, porque senti que ela criou toda aquela situação propositalmente para me atingir e me incomodar. E consegui, porque ela percebeu que eu não gostei. Foi um ato constrangedor. Essa é a nossa transfobia de todos os dias.

Assim se estrutura o mercado de trabalho para a população trans nesse país: ainda nos excluindo, discriminando e oprimindo, tudo isso devido a nossa orientação sexual e identidade de gênero. Eu fui mais uma vítima do *cistema cisheteronormativo*, pois fiquei apenas uma semana naquele estabelecimento depois do episódio discriminatório que relatei acima. Entretanto, para completar e reafirmar a transfobia velada que sofri, fui mandada embora com a “justificativa” de que eu tinha trejeitos femininos (sempre tive). Disseram que “pegaria mal” eles terem uma pessoa com comportamentos indesejados trabalhando no restaurante, ou seja, não queriam uma bixa preta, afeminada, que estava em processo de metamorfose na época. Enfim, recebi o meu acué pelos serviços prestados. Fui para casa pensando no que e como eu iria contar aos meus avôs e em todos os porquês da forma que eu havia sido dispensada. Mas, é claro, omitindo para eles, por medo de retaliações e da recepção, caso eu contasse de fato o que havia ocorrido.

A vida de LGBTQIA+ e de mulheres no Brasil é movida de acontecimentos banais, mas com os nãos que eu recebi e as portas fechadas na minha cara, os olhares e comentários transfóbicos e as alusões pessimistas que muitas pessoas faziam a meu respeito por eu ser trans, juntei tudo isso e formei meu alicerce para a vida. Isso tudo com muita persistência, acreditando em nossos ideais, planos, sonhos, desejos e esperanças, elementos esses vitais para garantirmos a nossa sobrevivência num país tão desigual e recheado de opressões. Sonhar e ter perspectivas de vida me fez e ainda me faz subverter, transgredir, persistir e resistir na luta contra esse sistema limitado, regrado e repulsivo. Rompemos as amarras desse aparato ideológico que fede, e vamos à luta, porque a vida de travestis, transexuais e transgêneras/os é predestinada à margem da sociedade e tem prazo de validade.

Passaram-se alguns meses e eu não consegui mais trabalho. Então, resolvi fazer divulgação de aulas de reforço particulares e, também, auxiliar os estudantes do ensino fundamental e médio em suas atividades escolares. Contei para minhas/meus vizinhas/os na época e deu certo. Até porque eu tinha um contato afetivo com a

vizinhança, ou seja, eles/elas confiavam em mim. Eu lembro que muitos deles/delas falavam: “é gay, é homossexual... mas é inteligente”. Desempenhei essas funções por um bom tempo porque rolava o acué.

Nesse sentido, entendia que a docência era o que gritava dentro de mim. Captava minha eficiência quando eu recebia elogios das/dos minhas/meus alunas/os. E não somente isso, vinham também como retornos positivos quanto ao meu trabalho os elogios dos pais com relação à melhoria do aprendizado de seus/suas filhas/os. Eu pensava: “é isso que eu quero ser, é isso que eu quero pra minha vida”. Não que eu descartasse o plano de ser uma dançarina, pois eu continuava dançando plenamente.

Eu me lembro de que eu brincava de escolinha com amigas/os e primas/os no terreiro ⁵⁶ de casa, e outras vezes na casa de alguns/algumas delas/es, quando os meus avôs deixavam, porque eram bem rígidos e sistemáticos com a minha educação nos moldes conservadores em casa. Mas, mesmo assim, no tocante aos meus estudos, diferentemente de muitas trans, eu tive o apoio familiar. Eu sempre queria ser a professora nas brincadeiras, mas, às vezes, eu me contentava em ser a aluna, então, a questão do ensinar ao outro vem desde muito cedo.

Comecei a pesquisar sozinha sobre cursos, faculdades e de como ingressar na UNIR. Fui muitas das vezes em *lan houses* ⁵⁷, pois eu era uma jovem LGBTQIA+ de baixa renda, e nós não tínhamos computador em casa, então era a única opção para eu usar a internet. Eu tinha curso de informática graças aos meus avôs que pagaram um curso completo, então eu sabia manusear o computador e explorar a internet. Naquela época, finalzinho da década de 1990, era questão de “luxo” e “privilégio” saber usar o computador. Mas também a propaganda e a venda dos cursos de informática por parte do mercado nas escolas eram a alma do negócio global, e isso fazia com que as/os estudantes ficassem fissuradas/os para obterem o curso.

Aí averigui o que eu queria cursar. No início pensei nos cursos de Letras (Português), depois Geografia e/ou História. No entanto, acabei fazendo a escolha certa. Escolhi o curso de História, inspirando-me em uma professora que tive no colegial que ministrava aula de história regional ou história de Rondônia. Ela era ótima, a professora Iraci. Dava uma aula show, sentava-se em cima da mesa e explanava os fatos históricos

⁵⁶ Esse termo é muito utilizado entre portovelhenses, em referência ao quintal ou pátio de uma residência domiciliar.

⁵⁷ Estabelecimento comercial que chegou ao Brasil a partir do final do século XX, em que é possível, mediante uma taxa equivalente ao tempo de uso, ter acesso a computadores e, na maioria das vezes, à internet, com o objetivo de pesquisar, jogar, receber e enviar mensagens eletrônicas.

do estado de uma forma tão prazerosa que o tempo passava rápido que a gente nem percebia. Foi através da disciplina de história ministrada pela professora, que fui me reconhecendo enquanto cidadã e formatando meu pensamento crítico da realidade que me cercava. Foi por esses aprendizados que comecei a ter mais respeito pelo outro, e o amor pelo ensino de História.

A partir de minhas pesquisas nas *lan houses* sobre o curso de história e sobre a profissão de historiadora/historiador, foi aflorando mais ainda o meu desejo de cursar a graduação em História. Eu já tinha alguns amigos e amigas do colegial nas faculdades particulares e outras/os estudando na UNIR. Foi com essas/es amigas/os que busquei informações de como ingressar, de como eram as provas do vestibular e o que caía nessas provas.

Nesse sentido, comecei estudando em casa mesmo. Lendo livros didáticos, resolvendo os exercícios dos livros. Eu tinha também aquelas enciclopédias que vendedores passavam oferecendo nas escolas.

Então, eu fiz as provas e passei na primeira e segunda fase do vestibular da Universidade (2006). Aí veio a questão da matrícula, documentações e a exigência da carteira de reservista para quem é do sexo masculino. Eu já tinha 19 anos, ou seja, havia passado do prazo para o alistamento, e eu enrolei para não me alistar. Mas não tive para onde correr. Tive que ir fazer o alistamento na Junta Militar com aquele corpo cheio de *Perlutan*⁵⁸, toda hormonizada, fora dos padrões cisheteronormativos “desejados” pelo Exército Brasileiro.

Em plena madrugada saí de casa para enfrentar uma fila para tirar um documento opressor, eu o vejo assim, e talvez a maioria de travestis, transexuais e transgêneras/os. Mas a minha vida e o meu futuro estavam em jogo. Na verdade, a vida trans é um jogo constante de luta e de resistência. Quando eu cheguei e entrei na fila, os rapazes ali presentes me olhavam, uns espantados, outros cochichavam entre si sobre aquele corpo abjeto e com aquelas vestimentas antimasculinidade para o local e o momento. O que sofri naqueles instantes foi a *transfobia simbólica e coletiva* de cada dia. Eu queria ser abduzida dali.

Horas naquela fila, e eu em pensamento refletindo sobre toda a situação e ao mesmo tempo lembrando o porquê de estar ali. A minha sobrevivência, meus sonhos, desejos e meu eco de liberdade. Amanheceu e chegou a minha vez de ser atendida. Com

⁵⁸ Anticoncepcional/hormônio injetável, mais utilizado por mulheres travestis, transexuais e transgêneras.

a cara lisa e toda trabalhada na feminilidade, cruzei as pernas de propósito na cadeira, pois eu não queria fazer o juramento à bandeira, o que queria era pagar a multa e ouvir do funcionário “você está dispensada”.

Foi um alívio quando o funcionário disse: “você só vai pagar a multa, não precisa jurar à bandeira, e tal dia você venha buscar o seu certificado de reservista”. Então, eu saí daquele lugar extremamente feliz, esperançosa. Ao mesmo tempo com medo do que poderia surgir nas encruzilhadas da vida, mas otimista com as possibilidades de portas que poderiam se abrir. Eu escancarei e abriram-se.

No entanto, passaram alguns dias e fui buscar o certificado de reservista para poder fazer a matrícula na Universidade. Peguei o documento e atrás dele estava escrito que eu havia sido dispensada por “incapacidade física”. Dei graças à Deusa. Militarismo jamais, somente militar contra o *cistema* que nos estigmatiza e nos violenta diariamente.

Sobre a minha aprovação na Universidade, na minha família teve uma recepção boa, até porque eu era a primeira membra da família a ingressar numa instituição pública de ensino superior. Mas houve alguns questionamentos, por exemplo, de como eu iria conseguir trabalhar e fazer faculdade. Eu dizia: *vou me virar*. Eu sabia que tinha oportunidade de conseguir estágios, auxílios, bolsas de permanência na Universidade, pois algumas/alguns amigas/os me falaram a respeito. Eu precisava arriscar e partir.

2.6. Um corpo transgressor na Universidade

Quando eu entrei no campus da UNIR (2007), me senti em outro universo com toda uma estrutura diferente de uma escola. Havia uma vegetação amazônica rica e linda que ainda cercava o *campus*. Tudo era muito novo, mas estranho ao mesmo tempo. Contudo, eu estava bem feliz, pois passar em uma universidade pública era questão de *status*, e ainda é, mas naquela época parecia significar ganhar um prêmio de loteria. É como nos diz Glória Anzaldúa (2000, p. 229): “não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los.” Realizei a minha matrícula com a cara e a coragem, pensando na minha sobrevivência e no sonho de me tornar professora do ensino básico.

Nesse período eu ainda não tinha a concepção de que eu me tornaria uma mulher trans. Para uns eu era uma travesti, para outros uma bixa no sentido pejorativo da palavra. Não foi fácil e não era simples para nenhuma pessoa trans se auto afirmar no

espaço acadêmico. Mas como falou uma das minhas colaboradoras trans, fui uma desbravadora em meu estado para que outras trans pudessem se espelhar para ingressarem nas universidades também. E não apenas isso, mas também para mostrar que todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça e condição social têm direito ao acesso à educação. É dever das pessoas cis aceitar e respeitar, nos aceite e nos respeite como somos.⁵⁹

Um dos desafios que vivenciei na Universidade foi a questão da não aceitação e exclusão da parte de outros discentes fora do meu círculo de amizades, que tinham vínculos com meus amigos gays. Um dos meus amigos me relatou que um colega deles, que também era gay, disse que não iria andar comigo dentro da Universidade, pois seria “queimação”, ou seja, teria vergonha de andar e/ou estar comigo por eu ser uma pessoa trans. Nossa! Aquilo me doeu por dentro. Uma das piores coisas da vida é sermos rejeitadas/os, ainda mais quando é uma rejeição vinda de um de nós. Mas segui.

Outro desafio foi em torno do nome social, que hoje é o meu nome civil. Naquela época, tomando os hormônios, o corpo se moldando conforme as “características femininas”, eu pedia aos professores e amigas/os que me chamassem pelo meu nome social. É claro que muitos acabavam me chamando pelo nome de registro de nascimento e, às vezes, isso me causava certo incômodo. Mas como não havia ainda respaldo jurídico naquele período em Rondônia, como se tem hoje, das questões do uso do nome social nos registros acadêmicos, eu acabava “relevando”.

No entanto, todo esse problema e desconforto foram sanados com a retificação judicial do meu nome em 2015 (ano que conclui o Mestrado em História e Estudos Culturais). Não tive problemas, por exemplo, com o uso do banheiro feminino. Até porque antes de eu ingressar na Universidade, eu já tinha algumas amigas na graduação que estudaram comigo no curso pré-vestibular. Então, no início, acanhada, eu usei como estratégia pedir para que algumas delas fossem comigo ao banheiro. Entretanto, depois não precisei mais pedir a elas, e, a menos que eu saiba, não houve nenhum burburinho. O banheiro “feminino” é para todas as mulheres cis, lésbicas, travestis e mulheres trans. Para além das necessidades fisiológicas, é também um local de sociabilidade, de fuxico, de ajuda, de autoajuda, de desconstrução, de montagem, de sororidade e de dororidade.

⁵⁹ Acho importante frisar que eu não tinha essa visão do que hoje denominamos de transexualidade. A minha perspectiva a partir do momento que comecei a transição era de ser travesti mesmo, porque naquela época em Rondônia a transexualidade estava direcionada às meninas que queriam ou desejavam realizar a mudança de sexo, hoje a redesignação sexual e/ou cirurgia de transgenitalização.

Já estabilizada na Universidade, no segundo semestre da graduação, adentrei nos grupos de estudos e pesquisas (Boiúna, Centro de Hermenêutica do Presente e Centro Interdisciplinar de Estudo do Imaginário Social) ⁶⁰ e em projetos de ações afirmativas (Conexões de Saberes) ⁶¹. A minha inserção nesses grupos fez com que eu colhesse bons frutos que me ajudaram e auxiliaram na minha trajetória acadêmica e formação para a vida. Praticamente eu morava na universidade, pois eu só chegava em casa para dormir. Eu saía às 7h30 da manhã e chegava entre 21h e 22h (porque tinha dias que eu pegava 6 (seis) ônibus, devido ao estágio da licenciatura). Isso quando não tinha uma festinha universitária (risos), afinal não estávamos mortas/os, o *fuá* ⁶² era certo, porque nem só de livro vive o *homo academicus*.

Foi através do apoio, incentivo e acolhimento por parte das/dos professoras/es cis branca/os dos grupos de pesquisa e de extensão, bem como das leituras, participações e debates em eventos na Universidade, que comecei a ter curiosidades sobre as questões de história da sexualidade, de gênero, direitos humanos e sobre movimentos sociais.

No Centro de Estudo e Pesquisa Hermenêutica do Presente, no qual eu era membra, as/os coordenadoras/es, além das leituras e debates realizados a partir de bibliografias sobre História Oral nos encontros semanais, tínhamos por objetivo, construir um pré-projeto individual para pesquisarmos e ser convertidos (não necessariamente) no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou na Monografia de Bacharelado, e, da mesma forma escrever textos para publicações em formato de artigos e resumos com fins de produções acadêmicas do laboratório de pesquisa.

Nesse sentido, através de indicações de parte de minhas/meus professoras/es, tive os primeiros contatos com algumas obras de intelectuais cis, gays ou não, como por exemplo: Michel Foucault, José Carlos Sebe Bom Meihy, Michael Pollak, Antônio Torres Montenegro, Paul Thompson, Verena Alberti, Michelle Perrot, João Trevisan, James Green, entre outras/os autoras/es consideradas/os importantes nos assuntos que me ocupavam naquele momento. A partir dessas leituras fui articulando não só a minha

⁶⁰ Infelizmente, alguns desses grupos de pesquisas estão desativados e outros não chegaram a se institucionalizar na UNIR.

⁶¹ Foi um programa do Ministério da Educação cujos alguns objetivos eram: estimular maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, com a devida troca de saberes, experiências e demandas e, possibilitar que os jovens universitários de origem popular desenvolvam a capacidade de produção de conhecimentos científicos e ampliem sua capacidade de intervenção em seu território de origem, oferecendo apoio financeiro e metodológico para isso. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conexoes-de-saberes>. Acesso em 11 ago. 2021.

⁶² Festas, baladas e rolês.

formação e o meu conhecimento acadêmico, como também compreendendo de forma fluída a minha orientação sexual e identidade de gênero, (re) conhecendo a minha transexualidade que naquele momento estavam se afirmando.

2.7. História do projeto

A ideia de estudar e pesquisar histórias LGBTQIA+ em Rondônia veio à luz em 2008, quando eu participei do primeiro seminário sobre diversidade sexual e direitos humanos, organizado pela extinta ONG *Tucuxi* no campus da Universidade Federal de Rondônia em Porto Velho. Foi a primeira vez que tive contato diretamente com militantes e algumas/alguns intelectuais LGBTs, pois eu estava na equipe organizadora do evento pela Universidade em parceria com a ONG.

A partir das discussões e relatos de experiências das/dos militantes, sobre suas sexualidades, identidade de gênero⁶³ e opressões sofridas por serem LGBTs em diálogo com a comunidade acadêmica, pude me enxergar e me sentir representada naquelas vozes e refletir sobre a minha sexualidade e identidade de gênero que estavam se moldando, formatando e lapidando.

Com as ainda poucas, mas importantes, leituras que eu vinha realizando sobre os assuntos que estavam em voga no evento, pude relacionar o trabalho daquelas/es militantes com estudos que eu havia lido sobre o movimento LGBTQIA+ no Brasil (em específico no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia). Alguns dias depois do evento, fui pesquisar se já existia algum trabalho acadêmico sobre o movimento LGBTQIA+ em Rondônia no curso de história e, para a minha felicidade, não tinha. Aí entrei em contato com a minha orientadora, Fabíola Holanda, de bacharelado e relatei que eu gostaria de pesquisar a ONG *Tucuxi* para o trabalho monográfico. Ela achou pertinente o assunto. Então, criei o pré-projeto, que resultou em meu trabalho de bacharelado, no qual investiguei e escrevi sobre o mencionado grupo a partir do evento *I Seminário de diversidade sexual e direitos humanos* na UNIR, o primeiro movimento LGBTQIA+ do estado de Rondônia.

Antes da realização de minha pesquisa, ouvi vários comentários de alguns professores e discentes me alertando a respeito de se realizar pesquisas sobre a

⁶³ Naquele momento ainda não se falava em identidade de gênero, os debates que se faziam eram em torno do conceito de identidade sexual e orientação sexual.

homossexualidade, como por exemplo, de que eu iria sofrer preconceitos e/ou retaliações na Universidade, por causa de uma LGBTQIfobia estrutural nos estudos regionais amazônicos. Entretanto, eu pensei: *antes de eu ingressar na Universidade, já vim sobrecarregada de transfobia externa, e não abaixei a cabeça, não será agora que eu irei esmorecer, sendo que tenho professoras/es, pesquisadoras/es aliadas/os na Universidade*. Então, com o apoio de minha orientadora e o incentivo de alguns professores, eu não me deitei para LGBTQIA+fobia estrutural e institucional que ainda está enraizada no sistema acadêmico. Agora é a nossa vez de falar, de romper os paradigmas androcêntricos e binaristas do campo científico, mesmo que finjam que nos ouçam e/ou nos leiam. O levante de intelectuais trans* juntamente com as/os nossas/os aliadas/os cis contra o sistema cisheteropatriarcalista está consolidando-se, ou já está.

Cabe salientar também o meu ingresso na iniciação científica em 2009 ⁶⁴, quando fui convidada pelo Prof. Alexandre Pacheco ⁶⁵ para desenvolver uma pesquisa sobre a construção da imagem de Gilberto Freyre na década de 1960. Tive algumas dificuldades no início do trabalho, mas fui superando aos poucos. Impasses porque era uma outra temática que caminhava entre história e literatura e não tinha relação com o que eu vinha lendo e estudando anteriormente ao projeto de iniciação científica, mas consegui realizar o trabalho. Entretanto, a pesquisa, mesmo não sendo voltada para as questões de gênero e sexualidade, não me fez deixar de lado o que eu vinha estudando e investigando anteriormente. A minha iniciação científica com bolsa do CNPq foi fundamental para o começo da minha trajetória acadêmica. A partir de então, pude tomar contato com um fazer científico que foi decisivo para minha escolha de vida pela carreira universitária.

Eu poderia ter aproveitado o projeto de pesquisa que desenvolvi na iniciação científica e utilizá-lo no bacharelado. Mas, a partir das leituras e discussões ocorridas no Centro de Estudo e Pesquisa Hermenêutica do Presente, sobre história oral e “minorias” na região amazônica, identifiquei a necessidade de fazer um levantamento de pesquisas realizadas sobre a homossexualidade em Rondônia. Infelizmente, nesse primeiro momento encontrei pouquíssimos trabalhos, principalmente na historiografia regional, conforme pode ser averiguado em minha dissertação de mestrado ⁶⁶.

⁶⁴ O projeto era vinculado a outro grupo de estudo e pesquisa: Centro de Estudos do Imaginário Social, e o desenvolvi durante os anos de 2009/2010, quando fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Rondônia/Porto Velho.

⁶⁵ Historiador, cis e branco. Também foi meu orientador no mestrado em História e Estudos Culturais na Universidade Federal de Rondônia.

⁶⁶ Silva (2015).

Entretanto, constatei a necessidade de pesquisar algo sobre a homossexualidade em Rondônia. A pressa e a euforia, juntamente com o desejo de tornar-me uma historiadora sobre o assunto em questão, era grande. E, nesse sentido, concretizei minha pesquisa monográfica realizando-a por meio de análise documental: atas, relatórios, projetos, cartilhas, folders e imagens pesquisados na extinta ONG *Tucuxi*. O objetivo geral do trabalho foi analisar historicamente a referida instituição e suas ações para a comunidade LGBTQIA+ a partir do ano de 2003 a 2009, averiguando as contribuições dos projetos sócio-políticos desenvolvidos na luta contra a homotransfobia e a criação de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Certifiquei que ficaram algumas lacunas, e essas abriram brechas para a continuidade da pesquisa. Contudo, apesar das adversidades e dificuldades que encontrei no percurso da graduação, realizei a minha pesquisa de bacharelado, e concluí a licenciatura e o bacharelado (2007 a 2010).

Assim que eu terminei o curso de História, em 2011, fui direto assumir meu primeiro concurso público efetivo para o cargo de professora municipal no interior de Rondônia, em Ouro Preto D'Oeste, para “alegria” do sistema (risos), onde trabalhei em escolas, tanto na zona rural quanto na zona urbana até 2013. Em 2012 fiz outro concurso público para da Secretaria Estadual de Educação/SEDUC-RO, e me preparei para ingressar no mestrado em História e Estudos Culturais na UNIR, passei nos dois para a tristeza do sistema, e retornei à capital para continuar trabalhando, estudando e me auto atualizando. (Sobre a minha experiência enquanto professora trans na educação básica, em breve detalharei melhor em algum trabalho futuro).

A minha pesquisa no mestrado teve por intuito investigar e analisar como os estudos multidisciplinares de gênero construíram representações de mulheres e LGBTQIA+ na UNIR entre os anos de 1990-2010. O trabalho foi construído a partir de levantamento bibliográfico na instituição (artigos, relatórios de iniciação científica, resumos expandidos, monografias, dissertações, teses e capítulos em livros publicados)

⁶⁷.

Encontrei 75 (setenta e cinco) trabalhos sobre a temática de gênero, sexualidade e feminismo, em sua maioria escrita por mulheres nos cursos de graduação: Enfermagem, Psicologia, Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia. Já nos programas de pós-graduação pertencentes à instituição (Mestrado em Geografia,

⁶⁷ Foi no mestrado que eu tive os primeiros contatos com estudos de mulheres e/ou feministas.

Mestrado em Ciência da Linguagem e Mestrado em Desenvolvimento Regional), naquele momento eu havia encontrado apenas 12 (doze) dissertações que abordavam gênero e/ou sexualidade, como já salientei anteriormente. Constatei uma ausência e/ou um silêncio, uma invisibilidade na produção de uma escrita acadêmica sobre LGBTQIA+ nos estudos e pesquisas em Rondônia. Nesse sentido, unificada com as/os poucas/os intelectuais (re) existentes dos estudos dissidentes no estado, continuamos pesquisando e sensibilizando tanto a sociedade quanto a academia no tocante aos estudos LGBTQIA+ e de mulheres nos estudos regionais. A presente pesquisa é uma contribuição nesse sentido.

Durante o mestrado, eu ainda continuava com o nome de batismo no registro de nascimento. Eu já havia tentado retificar em 2011, mas ainda era um processo muito burocrático. A justificativa que me davam era de que eu precisaria ter feito a redesignação sexual para a retificação. Eu já me auto afirmava enquanto mulher trans em todos os espaços. Mas fui percebendo o avanço nas políticas sociais para as/os LGBTQIA+ e em especial para a população trans*, principalmente nas questões referentes ao uso do nome social.

A chegada e a conquista do uso do nome social reconfiguraram um pouco a minha vida. Mas, antes de eu passa a ter esse direito, eu experenciei ainda uma série de constrangimentos: na maioria das vezes passei por uma transfobia velada, ao me chamarem por meu nome de batismo, e, também, algumas vezes de forma não proposital em espaços públicos e privados por onde eu circulava, por causar dúvidas em alguns estabelecimentos se realmente era eu quem de fato eles estavam chamando, creio que devido a minha suposta *passabilidade* feminina.

No que diz respeito às implicâncias sociais com relação ao uso de meu nome, cheguei a ouvir a justificativa de que poderia ser uma falsidade ideológica. Era por isso que muitos questionavam a minha identidade de gênero e a minha orientação sexual. Mas algumas pessoas solidárias e sensíveis chegaram a perguntar se eu não preferia mudar de nome, pois já tinham reparado que eu havia dado alguns passos como usar o nome de guerra ou social. Isso me fez refletir sobre a minha imagem enquanto professora e a minha identidade de gênero perante a uma sociedade racista e transfóbica. Agi com o objetivo de retificar meu nome social no civil e mudar toda a minha documentação para o feminino, pois eu queria o meu nome retificado para usá-lo em

minha dissertação, no diploma de mestrado e para o resto de uma vida trans afroameríndigena.

Como eu queria muito dar prosseguimento a minha formação acadêmica, e, infelizmente, em Rondônia não temos doutorado na área de História, me restavam duas opções: dar um *stop* nos estudos e me dedicar somente à docência no ensino básico, ou me inscrever para seleção em doutorados na área de história de outras regiões do país. Então, escolhi a segunda opção e me joguei sem medo, mas receosa por não conhecer ninguém nas instituições. Tentei duas vezes ingressar. O processo de seleção em algumas universidades não é tão fácil, ainda mais para quem é de fora. Além disso, se tratando de pesquisadoras/es trans, ainda há certa desconfiança de nossa capacidade intelectual. Parece que não somos capazes de produzir e fazer ciência como qualquer pessoa cisgênera. Megg Rayara argumenta:

Quando conseguimos um espaço na academia, ‘os poucos pesquisadores e pesquisadoras trans sofrem questionamentos velados quanto à sua inserção’ [...], principalmente quando estudam o universo onde estão inseridas.

Tal situação deixa transparecer a desconfiança que ronda a produção teórica dessas profissionais, colocando sob suspeita não apenas a legitimidade de suas pesquisas, mas também a capacidade de atuação [...]. (Oliveira, 2020, p. 154).

O ato de narrar e/ou pesquisar sobre *si* e sobre as/os *nossas/os* companheiras/os implica em uma refutação da historiografia tradicional, contra a hierarquização de saberes e sociais ainda existentes no campo da história. Igualmente, Megg Rayara, ao investigar genealogicamente travestis e transexuais negras no Brasil e na África até o século XIX, deixa claro que há diversas situações que desfiguram e deslegitimam as percepções sobre as existências trans, sobretudo nas produções de travestis, transexuais e transgêneras/os sobre a coletividade em que se inserem.

Precisamos ser otimistas e se jogar. Eu vi no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS) uma grande oportunidade de galgar os mais altos lugares do conhecimento e, ao mesmo tempo, como estratégia de ingressar via ação afirmativa (cotas), que vejo como um meio indispensável para um possível reparo histórico de nosso seguimento na educação brasileira.

Travestis e transexuais são minorias das “minorias” nas universidades públicas. Um levantamento realizado em 2019 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) nos mostra que o número de estudantes que não se consideram como heterossexuais não chega a um quinto do total. Sobre a orientação sexual das/dos graduandas/os: 16,4% eram LGBTQIA+ em um país com 63 universidades e 424 mil estudantes. As/os que se declararam graduandas/os trans* constituem uma porcentagem infelizmente muito menor: 0,02% do total.⁶⁸

Nesse sentido, a universidade pública continua sendo um espaço de estudantes cishéteras/os, mesmo com a criação de algumas ações afirmativas voltadas à inclusão e inserção de pessoas trans através do sistema de cotas em algumas instituições federais. Há ainda resistência por parte da comunidade acadêmica e de grupos conservadores e LGBTQIA+fóbicos (dentro e fora da universidade) na maioria dos estados do Brasil com relação ao sistema de cotas para negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e trans*, grupos que historicamente foram excluídas/os do sistema educacional brasileiro. Porém Sara Wagner York ressalta:

Mesmo com resistências por parte da academia e de grupos conservadores [...] Ações afirmativas nas universidades (ou na pós), como cotas para travestis e transexuais [...] vem gerando impactos e avanços na educação superior (e com importante impacto para a educação básica). Elas auxiliam na mudança de comportamento, nas práticas socioculturais, oferecem novos desafios éticos, estéticos [...] faz-se urgente não apenas para a população trans, mas, definitivamente, para enfrentar a crise democrática e institucional que vivemos. (York, 2020, p. 19).

Então, me inscrevi e fui aprovada. Migrei de minha querida região Norte para a região Sul desse país. Onde *acá* me estabeleci para dar continuidade à minha formação acadêmica, onde fui muito bem acolhida por parte do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e, claro, pelo PPGH/UFRGS.

Eu ingressei no doutorado com uma proposta de pesquisa inicial, mas, no decorrer do curso, surgiram novas “descobertas” em torno do projeto e das leituras, e, com isso, ela foi ganhando novos contornos através das novas perspectivas teórico-metodológicas das disciplinas cursadas. Recebi influências também do meu estágio

⁶⁸ Ver: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/1000543-ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.html>. Acesso em 13 jun. 2020.

docente, e, com as bem-vindas orientações do meu orientador, o projeto se reconfigurou, ou seja, novos elementos extremamente necessários e significativos passaram a fazer parte do trabalho. Nesse sentido, identifiquei a necessidade e a importância em dar continuidade à pesquisa, mantendo-a numa perspectiva de resistência acadêmica, a fim de contribuir para o debate historiográfico em torno das relações de gênero e diversidade sexual na história. Não somente isso, mas também ampliar as discussões acerca dos estudos sobre os movimentos de mulheres e/ou feministas e os movimentos LGBTQIA+ em Rondônia, por compreender que eles têm um inimigo em comum: o sistema de dominação que discrimina, exclui e oprime essas/es sujeitas/os, por meio de diversas formas de violência que atravessam e corroboram para as desigualdades sociais no estado.

É nesse contexto que a história desta pesquisa foi gestada, e está relacionada com as diversas formas de opressão interseccionais que sofri durante a minha infância até a fase adulta, a partir das minhas vivências e experiências de vida enquanto mulher trans afroameríndigena, enquanto professora, historiadora e militante acadêmica. Noto, ainda, como o sistema acadêmico continua operando com relação aos estudos LGBTs e de mulheres na historiografia na Amazônia Ocidental, mesmo já notando alguns avanços. Contudo, diante de tudo que foi exposto até aqui, fincar meus lugares sociais e das/das colaboradoras/es, personagens desta pesquisa é legitimar nossas lutas, nossas vozes, (re) existências individuais e coletivas nos espaços de poder, na sociedade, na história e na memória.

PARTE 3 – (DES) TRILHANDO CAMINHOS NA HISTÓRIA DE PORTO VELHO/RO

Nesta seção, descrevo e analiso, a partir da historiografia regional e da historiografia da Amazônia, de forma breve, o contato do homem branco cisgênero e colonizador com grupos indígenas; as impressões dos viajantes e cronistas sobre as populações indígenas ao longo e às margens do rio Madeira; alguns estudos das/dos memorialistas e historiadoras/es sobre o processo de colonização europeia na região e a visão que tiveram a respeito de determinados grupos sociais; a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sendo essa espinha dorsal para a criação de Porto Velho e, em última instância, da formação do atual estado de Rondônia; relaciono a influência de alguns textos históricos regionais que corroboraram de forma discursiva com as opressões históricas contra indígenas, mulheres, negras/os ou pretas/os e homossexuais no estado, bem como, trago algumas críticas de historiadoras/es com relação ao campo da historiografia regional tradicional.

Penso que não é mais possível enfrentar o sistema de dominação cisheteropatriarcalista e capitalista sem entender as opressões historicamente construídas na sociedade. No que tange especificamente a esta tese, precisamos conhecer as desigualdades e iniquidades sociais de Rondônia para criarmos novas formas de luta e de resistência.

Veremos como a dominação colonialista, capitalista, patriarcal e militarista se expressou em diversas situações de exploração: econômica, simbólica, político-ideológica, sociocultural, ecológica, sexual e epistêmica. Nesse sentido, para entendermos as opressões interseccionais e as desigualdades sociais no estado, carecemos partir do processo histórico de colonização e suas estruturas de poder em Rondônia, marcado pela violência contra as pessoas que aqui já existiam. São opressões históricas herdadas do homem branco colonizador cisgênero e capitalista na Amazônia Ocidental.

Acho importante que as/os leitoras/as conheçam a história do lugar no qual estão inseridas/os as/os personagens desta tese, para o entendimento e contextualização do meu trabalho, mesmo que de forma sucinta, porém, fundamental. É indispensável, questionar as estruturas de dominação, trazendo corpos subalternizados e invisibilizados para o centro da análise e da luta.

Saliento as dificuldades de encontrarmos algumas obras regionais devido à falta de reedição, o difícil acesso e disponibilidade para o público de fontes documentais e

orais. Isso faz com que esta seção seja uma “colcha de retalhos”, ou seja, utilizo alguns textos como fontes históricas, costurando-os para a problematização em torno de um silenciamento de determinadas/os sujeitas/os na produção historiográfica regional.

3.1. Do período anterior à colonização à chegada do homem branco cisgênero e colonizador no rio Madeira

Figura 2 – Fotografia da região central de Porto Velho



Fonte: Tudo Rondônia, 2019.⁶⁹

Antes da chegada do homem branco cisgênero e colonizador na região amazônica, em especial no atual estado de Rondônia, já existiam habitantes ocupando esse território, eram grupos formados de caçadoras/es, pescadoras/es e coletoras/es (Moutinho, 2010).

Essas/es primeiras/os ocupantes eram nômades, deixaram rastros e vestígios que dão base aos estudos arqueológicos, antropológicos e históricos sobre as relações sociais e culturais dessas/es sujeitas/os no período denominado pelas/os arqueólogas/os de Holoceno. De acordo com as pesquisadoras Angislaine Costas e Denise Gomes, os “[...] sítios arqueológicos pré-coloniais retratam diferentes modos de vida indígenas. As ocupações pré-ceramistas [...] são as mais antigas e datam de 9000 anos AP” (Costa; Gomes, 2018, p. 56).

⁶⁹ Disponível em: <https://www.tudorondonia.com/noticias/porto-velho-recebe-premio-inovacidade-pelo-forum-amazonia-21,33225.shtml> . Acesso em: 14 mar. 2021.

Estudiosas/os sobre povos e culturas do rio Madeira relatam que há pelo menos 3 mil anos no alto curso do referido rio sucederam profundas mudanças durante o período anterior à colonização europeia.⁷⁰ Através de pesquisas arqueológicas, constatou-se que esses grupos se espalharam por toda a região, sendo os responsáveis pelas primeiras alterações no meio ambiente, domesticando a fauna e flora amazônica, ocasionando a aparição de grupos indígenas agricultores, determinando a fixação dessas/es habitantes (Moutinho, 2010).

Mas, infelizmente, com o processo de colonização e exploração, essas populações indígenas sofreram em todos os aspectos por meio do contato violento que sucederam a partir da invasão dos europeus durante os séculos XVII e XVIII. Ao analisar esses períodos, Cliverson Silva e Angislane Costa (2014) afirmam que a região Amazônica no período colonial passou por um processo de desfragmentação das sociedades indígenas. Conforme o autor e a autora: “Grandes aldeias e numerosos grupos que ocuparam o curso dos principais rios [...] foram drasticamente suprimidos, como os Tupinambarana, Irurí, Tapajó e Omágua” (Silva; Costa, 2014, p. 115). Vejamos brevemente como se deu a ocupação, os resultados do contato desse homem branco cisgênero e colonizador com essas comunidades tradicionais na região do Madeira.

No final do século XVII, o bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares partiu da Vila de São Paulo percorrendo os altiplanos da Bolívia, passando pelo rio Mamoré e em seguida pelo rio Madeira, por meio do qual chegaria ao Amazonas, e através dele seguindo até o Grão Pará. Ele foi o primeiro bandeirante a conhecer todo o curso do rio Madeira e atravessar as suas cachoeiras. Conforme o jornalista e engenheiro civil Manoel Ferreira (2005), a bandeira era composta de aproximadamente 120 portugueses e 1200 indígenas tupis. A viagem colonizadora tinha por objetivos descobrir rios, minas e metais preciosos, e também possuíam intuítos bélicos, voltados à preservação dos domínios da Coroa Portuguesa.

O historiador Amizael Silva (1991) relata que Raposo Tavares foi glorificado pelos seus feitos em defender e preservar os domínios nacionais da Coroa. Para o autor, as suas ações nos parecem hoje mais como a de um vilão do que as de um herói católico, por ter invadido aldeias, travando guerras contra os indígenas Guaicurus e Paiaguás, atacando reduções dos jesuítas espanhóis, bem como, capturando indígenas na região amazônica.

⁷⁰ O período anterior à colonização é importantíssimo para compreendermos as ocupações indígenas que contribuíram para a distinta formação sociocultural existente em Rondônia.

Ainda no século XVII, os jesuítas fundaram a aldeia Tupinambarana, na foz do Madeira e, a partir daí, iniciaram a penetração nesse rio, pois o governador da Capitania do Grão-Pará, Gomes Freire de Andrade, pediu aos padres jesuítas que criassem missões às margens do referido rio, preocupado com a presença de holandeses na região. Sobre esse período, o memorialista Vitor Hugo relata que, além da presença de escravizadores de indígenas, havia mulheres prostitutas apontadas, desde os tempos da colonização, como “pastos da luxúria”, além de homens brancos carregando iguais “crimes”: “roubando, corrompendo e **sodomizando, os incestuosos, os pedófilos, os depravados**, que praticavam todos os **crimes imagináveis contra a pureza da pessoa humana**, eram igualmente invasores” (Hugo, 1959, p. 49, grifos nossos). Ou seja, o olhar disciplinador dos corpos e desejos já se fazia presente.

Na primeira metade do século XVIII, o rio Madeira foi percorrido por coletores das denominadas drogas do sertão (cacau, castanha-do-pará e guaraná), que também escravizavam populações indígenas. Nunca almejaram, porém, fixar-se a terra ou nela produzir riquezas, mas somente a busca de enriquecimento. Nesse mesmo período, outra expedição⁷¹ veio para a região do Oeste amazônico sob o comando de Francisco de Melo Palheta, que era membro da nobreza de Belém do Pará e partiu em direção ao rio Madeira.

Manoel Ferreira (2005) explana que essa expedição foi descrita por um membro, deixando assim o primeiro documento escrito de uma travessia das cachoeiras do rio Madeira, pois Raposo Tavares não legou uma narrativa escrita sobre a sua passagem do trecho encachoeirado do rio. O fim daquele século ficou marcado por um esforço sobre-humano do homem branco cisgênero e colonizador em vencer os obstáculos da natureza, mas com a finalidade de criar destacamentos militares nas cachoeiras para auxiliarem na navegação comercial de Mato Grosso e Pará.

Todavia, o processo de povoamento que constituiu o atual estado de Rondônia começou a partir do século XVIII, durante o ciclo do ouro, e mais tarde através do 1º e 2º ciclos da borracha. De acordo com os historiadores Marco Teixeira e Dante Fonseca, durante esse século foram realizadas diversas tentativas em colonizar os vales do Madeira e do Guaporé rondoniense⁷², devido às rotas hidroviárias do rio Amazonas que

⁷¹ Conforme Ferreira (2005), durante o século XVIII, vieram para a região do Madeira quatro expedições oficiais: duas de exploração, uma de engenheiros e outra de cientistas. Todos os seus componentes eram funcionários da Coroa.

⁷² Embora se afirme em antigos escritos históricos que o rio Madeira era conhecido pelos espanhóis desde o século XVI.

facilitariam a comercialização entre Belém do Pará e as minas de ouro de Mato Grosso, como já salientado anteriormente. Os autores afirmam que os motivos para o fracasso do empreendimento colonizador europeu eram a ferocidade e a resistência dos indígenas, como por exemplo, os ataques dos Torá e dos Mura, bem como a insalubridade da região. Essa “ferocidade” que podemos entender como forma de resistência dos indígenas era divulgada na região e ninguém se aventurava a percorrer o rio e seus afluentes, se não estivessem bem armados e em grupos numerosos. (Teixeira; Fonseca, 2001).

Infelizmente, as populações indígenas que existiam desde a foz do rio Madeira, como os *Mura*, *Torá*, *Caripuna*, *Pama* e outras nações indígenas, foram levadas à força pelos invasores. Foram, no dizer dos colonizadores, “pacificadas” uma a uma pelos missionários, algumas após muita resistência, como resultado da dominação violenta do regime escravista promovida pelo processo de colonização no Madeira. Há registros históricos que mostram serem os jesuítas da época muito interessados em realizar ofensivas contra as/os indígenas, principalmente em períodos de coleta da semente de cacau. Para Amizael Silva (1991), tais documentos afirmam que os destacamentos militares serviam para proteger os comerciantes, de onde se pode concluir que as populações indígenas não tinham proteção, tinham sim aqueles que procuravam dominá-las/os: uns com a espada e outros escudados na cruz, todos, entretanto, corroboraram para a dizimação desses grupos tradicionais na região.

3.2. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré “a ferrovia do diabo” o surgimento de Porto Velho: uma breve análise

No século XIX, surgiu a ideia de construir uma ferrovia na região amazônica, a qual partiu do general boliviano Quentin Quevedo. Ele, após realizar a descida do rio Madeira, propôs canalizar o trecho encachoeirado ou substituir a navegação por uma estrada de ferro. O Ministro da Agricultura em nome do Governo Brasileiro incumbiu os engenheiros alemães Keller de estudarem e fazerem um relatório para a criação de uma estrada de ferro ao lado das cachoeiras do rio. Eles vieram para a região após a assinatura do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, entre o Brasil e Bolívia (1867), mas, de acordo com Manoel Ferreira (2005), os irmãos Keller foram mais viajantes do que técnicos encarregados de estudar projetos de engenharia.

Nesse cenário surge o estadunidense, engenheiro e Coronel George Eal Church, a convite do governo boliviano para organizar e explorar uma companhia de navegação que ligasse o rio Mamoré ao Madeira. Church, então, organizou uma companhia chamada *National Bolivian Navigation*, com objetivo de conseguir capital nos Estados Unidos e na Europa para financiá-la, mas não obteve sucesso. Por outro lado, de acordo com Manoel Ferreira:

[...] verificou-se que o projeto de canalizar o rio Madeira nas cachoeiras era mais difícil de executar do que uma ferrovia. [...] Church informa o Governo que somente seriam levantados fundos em Londres, se aquele país os garantisse. O Governo boliviano concorda com a proposta [...] O Governo boliviano deu plenos poderes a Church para representá-lo na Europa e negociar o empréstimo. [...] a ferrovia seria construída em território brasileiro, dependendo, pois do Governo do Brasil, a concessão para a construção. Church vem ao Brasil e consegue a concessão. (Ferreira, 2005, p. 75).

Church, então, conseguiu empréstimos em Londres, criou uma nova companhia, a construtora *Madeira and Mamoré Railway*, e os banqueiros impuseram a ele uma firma empreiteira inglesa que seria encarregada da construção, a *Public Works Construction*. O Coronel decidiu que o ponto inicial da ferrovia distaria sete quilômetros rio abaixo, e é nesse ponto onde nasceu um novo núcleo de povoamento, que originaria a atual cidade de Porto Velho; e o ponto final da ferrovia, onde atualmente se localiza a cidade de Guajará-Mirim. Em 6 de julho de 1872, a *Public Works* chegou a Santo Antônio do Rio Madeira com materiais, técnicos e trabalhadores. (Ferreira, 2005).

Santo Antônio do Rio Madeira era o principal ponto de embarque e desembarque para quem se deslocava para Manaus ou Belém, ou mesmo subindo o rio em direção ao Mato Grosso e à Bolívia; habituava ficar ali um destacamento militar brasileiro, sendo esse

Um entreposto comercial, um ponto de passagem e descanso em uma região agreste, sua população fixa era minúscula, poucas famílias ali residiam permanentemente, embora a aglomeração humana fosse significativa para os padrões do Madeira. Aventureiros, remadores, comerciantes e seringalistas da grande área de influência dos rios Beni, Madre de Dios, Guaporé e Mamoré, querendo mais facilmente receber ou despachar suas mercadorias para os mercados da Europa e dos Estados Unidos, pela via de Belém e Manaus, tinham que passar por Santo Antônio. (Teixeira; Fonseca, 2001, p. 104).

Mas, com a crise e, logo após, a decadência da mineração em Mato Grosso, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé ficaram abandonados até o século XIX. No primeiro ciclo da borracha (1879-1912), a colonização se concretizou às margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Na Amazônia, o aumento da busca de trabalhadores, devido à demanda da procura externa pelo látex, foi resolvido primeiramente por migrantes intra-regionais, apresamentos de indígenas brasileiros e bolivianos e, em seguida, pela onda migratória de nordestinos para trabalharem nos seringais amazônicos no século XIX. Segundo Marco Teixeira e Dante Fonseca (2001), os nordestinos foram para a região de forma espontânea ou induzida, com a colaboração fornecida pelo governo brasileiro no processo de deslocamento aos seringais e, também, devido às fortes secas que assolaram o nordeste do Brasil.

De acordo com esses historiadores, às margens do rios Madeira, Mamoré e Guaporé foram sendo ocupados por grupos isolados de seringueiros, que estavam na captura da goma elástica, e, para isso, fundaram pequenos núcleos de colonização, seringais e povoados com destacamentos militares e fiscais para o controle da região. Eles também afirmam que, nesse período, desses novos seringais⁷³ surgiram povoações que originaram as atuais cidades à beira do rio Madeira⁷⁴, ou seja, o povoamento passou a existir vinculado à extração do látex, comercialização e produção da borracha (Teixeira; Fonseca, 2001, p. 104).

Desse modo, a povoação que ali se formou obteve algum lucro com o comércio da borracha e vários seringalistas fixaram na localidade seus negócios e suas residências. Entretanto, de acordo ainda com Teixeira e Fonseca (2001), mais adiante o povoado foi elevado à categoria de vila, e tudo apontava que a região se tornaria uma das cidades mais prósperas e importantes do rio Madeira (corredor de importação e exportação do extrativismo do látex).

Elaine Fachine ressalta que na Amazônia Ocidental a situação das mulheres seguiu os mesmos rumos em direção à opressão e exclusão como em várias partes do mundo, mesmo elas tendo participado do processo social e econômico imposto pelo sistema de dominação colonialista e patriarcal. De acordo com a autora:

⁷³ A maioria desses seringais foi atacada por indígenas resistentes à submissão imposta pelo sistema extrativista.

⁷⁴ Houve ocupação do Madeira por seringalistas bolivianos até a última década do século XIX.

As atividades que essas mulheres desempenharam, juntamente com os homens, foram fundamentais no processo de produção da borracha. Ainda assim, essa participação não foi capaz de promover a valorização dessas mulheres, que nunca foram reconhecidas como seringueiras e como tal não usufruíram seus direitos. São exemplos de dimensões do passado que foram totalmente esquecidas e assim com ele a luta diária no campo, na cidade e nos lares de uma infinidade de mulheres. Na região dos seringais as mulheres eram vendidas, motivo de disputas entre os homens, e “encomendadas” aos patrões como artigo raro, e por isso considerado de luxo, trazidas de Manaus, Belém ou nordeste. Pode-se dizer que não foram respeitadas sequer na condição de pessoa humana, sofreram agressões de toda espécie quando tratadas como “mercadorias” eram tomadas à força, raptadas de suas tribos para serem exploradas sexualmente pelos homens brancos e transformadas em concubinas e/ou prostitutas. (Fechine 2007, p. 21).

A história das mulheres que participaram dos ciclos econômicos em Rondônia não aparece nas versões oficiais da historiografia regional, mas é possível analisar a condição feminina nesse contexto, pois as atribuições que essas mulheres desenvolveram, juntamente com os homens, foram fundamentais para a formação do estado. Porém, durante esses ciclos, muito do produzido e do sofrido pelas mulheres nesse processo ficou perdido em função do tempo, bem como devido ao olhar androcêntrico dos cronistas, memorialistas e antropólogos que escreveram sobre a região amazônica (Nascimento Silva, 1996; Fechine, 2007; Onofre, 2009)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva (1996) também registrou a “descoberta” do trabalho das mulheres, em todo o processo de produção da borracha, nos trazendo informações e análise do papel desempenhado por elas, até mesmo por se tornarem “peças” fundamentais para a fixação dos homens nos seringais da Amazônia. Entretanto, essas mulheres tiveram importância no processo de trabalho durante os ciclos extrativistas, tanto que não foram oficialmente reconhecidas como “seringueiras” e, portanto, não tiveram os seus direitos garantidos, como alguns homens que conseguiram inclusive se aposentar como “soldados da borracha”⁷⁵, conforme Fechine (2007).

⁷⁵ Entre 1943 e 1945 pessoas foram recrutadas no nordeste para trabalharem nos seringais da região amazônica, onde extrairiam borracha imprescindível para o esforço de guerra empreendido então pelos Estados Unidos e seus aliados, contra o avanço dos regimes fascistas. Era o período da Segunda Guerra Mundial, e o Brasil, alinhado com os Estados Unidos, fornecia insumos necessários para fabricação de pneus, botes, calçados, material isolante e outros itens derivados da borracha. Os homens foram, de fato, recrutados através de alistamento compulsório para este trabalho, e acabaram se tornando conhecidos por *soldados da borracha*.

Ver: <http://querepublica.ansa.gov.br/uma-surpresa/349-os-soldados-da-borracha.html>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Retomando a questão da imigração de povoados às margens do rio Madeira: com a movimentação comercial de carga e descarga em Santo Antônio foi se despovoando aos poucos pelas/os seringueiras/os, até ser abandonada, os casebres teriam sido arrasados pelos indígenas mura, os jesuítas, mais tarde foram expulsos por ordem de Marquês de Pombal e toda a movimentação portuária passou a ser em Porto Velho (Teixeira; Fonseca, 2001).

A *Public Works* sofreu as agruras da insalubridade da região, tiveram problemas financeiros, bem como as dificuldades de contratar trabalhadores, fora o isolamento do mundo dito “civilizado”. Conforme Ferreira (2005), após as tentativas fracassadas levadas a efeito pelo Coronel Church de construir uma ferrovia através de outras empreiteiras como, por exemplo, a empresa estadunidense P. & T. Collins, o governo brasileiro, em 1882, criou comissões chefiadas por engenheiros para estudarem um projeto da ferrovia, mas somente no início do século XX a ferrovia foi finalmente construída, destruída e reconstruída, sob os auspícios do governo republicano.

Conforme a memorialista Yêdda Pinheiro Borzacov (2004), o Tratado de Petrópolis (1903) assinado entre o Brasil e a Bolívia, sendo que garantiu ao nosso país a anexação do Acre (até aquele momento, uma região do território boliviano riquíssima em árvores seringueiras) e, em troca, o Brasil se comprometia a indenizar à Bolívia a quantia de 2 milhões de libras esterlinas. Em um dos artigos, igualmente, obrigava o Brasil a construir uma ferrovia, a atual Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que contornou o trecho encachoeirado do Madeira, para resolver as dificuldades de transportes na região.

Em 1907, a empresa construtora May, Jekyll & Randolph chegou com os primeiros trabalhadores estadunidenses, sob a chefia do empresário Percival Farquhar. Com a autorização do governo brasileiro de fazer funcionar a *Madeira-Mamoré Railway Company* (MMRC) no país, se tornaram os responsáveis por iniciarem a construção da ferrovia.

Eles chegaram à região de Santo Antônio, mas foram recepcionados pelo nosso clima equatorial quente e úmido e pelos nossos insetos, inclusive pelos famosos *carapanãs*.⁷⁶ Aqui sofreram com as condições da natureza diferentes das de seu país, com a péssima situação sanitária da época e, em consequência, com as mortes de

⁷⁶ Nome regional que usamos para nomear os mosquitos sugadores de sangue no Norte do país.

trabalhadores causadas pela febre amarela, impaludismo, malária, gripe, disenteria, beribéri etc. (Ferreira, 2005).

Em um local situado entre Santo Antônio e Porto Velho, a empresa construiu um hospital para atender os trabalhadores da ferrovia, denominado Hospital da Candelária. Mas a construtora não dava a atenção merecida à questão sanitária e havia poucas/os profissionais da área da saúde na localidade. No auge de tantas perdas humanas na construção da ferrovia, o discurso médico-higienista assumiu na região um endereço certo:

[...] não é mais a varíola ou a febre amarela, mas outras doenças tropicais principalmente a malária, as responsáveis pela morbidade [...] o próprio ambiente natural responsável pela insalubridade, ou seja, não é a cidade, mas a selva. (Fonseca, 2007, p. 122).

Em meio à onda calamitosa, mesmo com o aumento dos investimentos no hospital da Candelária, houve problemas na contratação de novos trabalhadores, devido à questão sanitária. Nesse sentido, vieram para a região os sanitaristas e médicos Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Afrânio Peixoto, com a finalidade de estudar a situação e sugerir soluções para a administração da ferrovia. (Fonseca, 2007).

A seguir, na imagem, registro dessas/es trabalhadoras/es e da presença de um indígena Caripuna:

Figura 3 - Fotografia da equipe médica e de enfermeiras estadunidenses/ hospital Candelária. Sentado, indígena Karipuna (1909-1910)



Fonte: Coleção de negativos de Dana B. Merrill sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.⁷⁷

⁷⁷ Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/DanaMpUSPpg7n136.htm>. Acesso: 25 set. 2021.

Sobre as vestimentas e acessórios dessas/es trabalhadoras/es, representam o modelo anglo-americano da enfermagem e da medicina no início do século XX. Para as pesquisadoras do campo da enfermagem Maria Peres e Maria Padilha, houve uma importação desse modelo pelo Brasil no período em questão. De acordo com as autoras, a touca representava o símbolo da enfermagem moderna e tinha por objetivo reforçar a identidade profissional e social dessa categoria. Elas notaram que esses itens de cor branca, como, por exemplo, o avental e a touca, foram elevados a signos da profissão e sinônimos de limpeza nas primeiras décadas do século XX, alterando a imagem da enfermeira que antes trajava o hábito religioso (Peres; Padilha, 2014).

É importante, também, fazermos uma análise de classe, raça e gênero no registro fotográfico acima, da representação do indígena e dessas/es profissionais da saúde, em especial da presença de mulheres estadunidenses na região. A figura do indígena representa uma imagem em posição historicamente construída como “selvagem”, exótica e subalternizada, ou na sua condição de deslocamento para uma imagem genérica trajando vestimentas “civilizadas”, depois de “pacificado”.

No tocante à profissão das mulheres na figura acima, ser enfermeira era uma das únicas ocupações disponíveis para as mulheres brancas no final do século XIX e início do século XX. Tal ocupação dava às mulheres que a exerciam um senso de autorrespeito e posição de prestígio social. Nota-se na imagem uma representação masculina na figura de médicos, pois a medicina até a década de 1960 era exercida majoritariamente por homens cis e brancos. De acordo com a pedagoga Rebeca Contrera Ávila, foi a partir da década de 1970 que as faculdades de Medicina no mundo Ocidental passaram a ser um lugar de maior movimentação das mulheres, com um crescimento gradativo ao longo das décadas de 1980 e 1990, e uma feminização da Medicina na primeira década do século XXI, rompendo o hiato de gênero da profissão médica (Ávila, 2014).

Ainda nesse contexto da questão sanitária na região, as historiadoras Mara Nogueira e Nábila Pimentel relatam no texto “Da ameaça a esperança: memórias e histórias sobre a primeira mãe de santo no Município de Porto Velho”, a história do Terreiro de Santa Bárbara (1917) - o primeiro a desenvolver rituais religiosos afro-brasileiros no município de Porto Velho, e sua relação com a trajetória de vida de Dona Esperança Rita da Silva. O terreiro é situado em um cenário de ajuda, de descontração e de perseguições, e está presente na memória de moradores antigos no município, conforme as historiadoras:

A ajuda situa-se no plano espiritual, uma vez que as pessoas doentes, sobretudo, os pobres buscavam nos trabalhos desenvolvidos no terreiro a cura para os seus males, tendo em vista que o hospital existente era o da Candelária e esse só atendia aos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Um dos motivos que levavam as pessoas a procurar ajuda em Dona Esperança era devido aos seus poderes/conhecimentos curativos. Dentro do universo religioso do qual fazia parte (Terecô – Mina-nagô) práticas como a pajelança [...]. Portanto, este atributo contribui ainda mais para a popularidade de Dona Esperança, uma vez que as condições sanitárias em Porto Velho, no início do século XX, eram precárias e a higienização era privilégio de poucos. (Nogueira; Pimentel, 2010, p. 93).

Ao redor do terreiro surgiu um dos bairros mais antigos, o Mocambo, localizado na região central de Porto Velho. Ambos foram liderados pela mãe de santo, a citada Dona Esperança, católica e devota de Santa Bárbara. Mulher negra, analfabeta, pobre e filha de escravos, parteira, ela transitava entre a elite e o restante da população portovelhense, em sua maioria pobre. Ainda conforme as referidas autoras, Dona Esperança acolheu muita gente, como, por exemplo, prostitutas, seringueiros e outros grupos marginalizados. Era uma mulher solidária e caridosa com o falecimento de pessoas no bairro Mucambo (Nogueira; Pimentel, 2010).

Em Porto Velho, a maternidade municipal recebeu o seu nome, Maternidade Mãe Esperança, uma das primeiras parteiras da cidade, consolidando o seu reconhecimento enquanto figura emblemática na formação do município. A *Associação Filhas do Boto Nunca Mais* também decidiu homenageá-la criando o Núcleo Étnico-Raciais Mãe Esperança. Ressalto que, no ensino de história regional, percebemos o silêncio em torno da memória de Dona Esperança, um ocultamento de sua trajetória. Eu mesma desconhecia essa personagem fundamental na formação e constituição da capital. Esses breves parágrafos são para reforçar a sua existência, para que a leitora ou leitor possa vislumbrar um pouco da trajetória de Dona Esperança Rita da Silva.

Abaixo algumas imagens de Dona Esperança:

Figura 4 - Fotografia da Dona Esperança Rita da Silva em enterro segurando ramo de ervas



Fonte: Nogueira; Pimentel (2010, p. 96).

Figura 5 – Logo do Núcleo Étnico-raciais da FBNM



Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2021).

Retomando a questão da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), mais conhecida como a *Ferrovia do Diabo*⁷⁸, essa demandou a importação de mão de obra de diversos países. Nesse sentido, atraiu para região amazônica não somente os trabalhadores nacionais, mas também muitos imigrantes de diversas nacionalidades no início do século XX. Vieram para Porto Velho em busca de trabalho e prosperidade nas obras da ferrovia: barbadianos, antilhanos, espanhóis, noruegueses, jamaicanos, bolivianos, turcos, sírios, judeus, estadunidenses, gregos, libaneses, cubanos e pessoas de outras nacionalidades, em sua maioria homens cisgêneros. A localidade se tornou uma verdadeira *Babel*.

Manoel Ferreira (2005) enfatiza que, entre as/os imigrantes, havia um contingente maior procedente de Barbados e das Antilhas, e, em menor número, gregos, italianos, franceses, hindus e dinamarqueses. É sobre esse período que historiadoras/es regionais analisam as questões em torno de migrações, identidades e racialidades a partir da chegada dos barbadianos, antilhanos e jamaicanos. Uma mão de obra negra/preta importante na construção da ferrovia, bem como no desenvolvimento social, econômico e cultural de Porto Velho.

Entre essas/esses pesquisadora/es temos a historiadora Cledenice Blackman⁷⁹ que, em seu trabalho intitulado *Os barbadianos e as contradições da historiografia regional*, teve como finalidade apontar algumas contradições existentes no discurso vigente da Historiografia Regional, especificamente sobre os *barbadianos* de Porto Velho, pois a maioria desses estudiosos generalizaram o termo para identificar e representar todas/os as/os imigrantes negras/os ou pretas/os da América Central de colonização inglesa.

Em sua dissertação intitulada *Do mar do Caribe à beira do Madeira: a comunidade antilhana em Porto Velho*, Cledenice Blackman pesquisou as/os imigrantes que partiram do Caribe inglês para a atual cidade de Porto Velho no início do século XX na busca de melhores condições sociais e econômicas. A historiadora buscou elucidar que essas/es imigrantes afro-antilhanas/os (Blackman, 2007) não foram apenas utilizadas/os nos trabalhos da ferrovia, mas também em outras atividades econômicas, desfazendo o mito de que essas/es vieram para a região trabalhar apenas nos serviços da

⁷⁸ Foi denominada assim não só pelas dificuldades técnicas da construção em terreno difícil, mas, especialmente, devido às referidas condições sanitárias da região, do que resultou a morte de milhares de operários e técnicos (Ferreira, 2005).

⁷⁹ A historiadora faz parte da quarta geração da presença antilhana em Porto Velho.

Estrada de Ferro Madeira Mamoré (Blackman, 2015). Marco Teixeira e Dante Fonseca (2001) ressaltam que muitos trabalhadores foram utilizados em outros empreendimentos, tais como, nos seringais, na construção da linha telegráfica Mato Grosso/Amazonas e na demarcação territorial do atual estado de Rondônia.

Cledenice Blackman nos aponta como as/os afro-antilhanas/os e demais imigrantes estrangeiros chegaram à região:

[...] o litoral de Barbados funcionou como entreposto estratégico ou base de apoio para as longas e cansativas viagens dos vapores que iam e vinham dos Estados Unidos e/ou Inglaterra para a Região Amazônica brasileira. Outro porto de chegada e saída importante para as expedições na Amazônia era o cais em Belém (Blackman, 2015, p. 43).

De acordo com a referida historiadora, as/os afro-antilhanas/os contribuíram para o desenvolvimento e equilíbrio da população na cidade, visto que somente homens cisgêneros constituíam a base do quadro funcional da ferrovia. Entretanto, ela afirma que foi dado o direito de forma exclusiva aos trabalhadores negros ou pretos ingleses das Antilhas de buscar seus familiares. Inicialmente a permissão foi dada apenas aos homens casados e, em consequência, algumas mulheres desses imigrantes passaram a trabalhar em estabelecimentos ligados à ferrovia (Blackman, 2015).

Figura 6 - Fotografia de trabalhadoras negras antilhanas e de um estadunidense em lavanderia a vapor, em Porto Velho (1910)



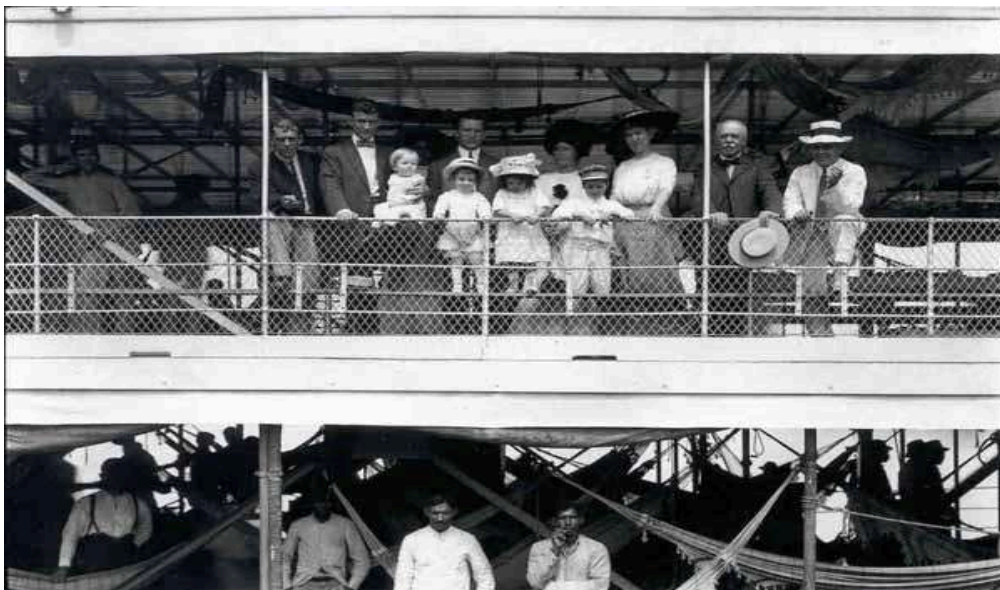
Fonte: Coleção de negativos de Dana B. Merrill sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.⁸⁰

⁸⁰ Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/DanaMpUSPpg7n136.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

A fotografia acima é o registro de trabalhadoras negras ou pretas antilhanas, muitas delas eram enfermeiras e lavadeiras, que trouxeram para a região o uso do chapéu, acessório tanto usado por homens, bem como pelas mulheres, costume britânico. Conforme Cledenice Blackman (2015), o homem branco entre elas provavelmente seria o diretor da lavanderia. A historiadora ainda afirma que os antilhanos homens cis também tinham o hábito de se adornar de forma elegante, mantendo o hábito inglês.

No início do século XX, o repórter e fotógrafo Dana Merrill⁸¹ registrou famílias estadunidenses chegando de navio a vapor em Porto Velho. Conforme podemos ver na imagem a seguir, nota-se que, ao desembarcar na localidade, trouxeram consigo padrões de masculinidades e feminilidades através de suas vestimentas e acessórios, vigentes naquele período nos Estados Unidos e na Europa, resultados da Revolução Industrial. Nota-se, também, o luxo do que se considerava “progresso” representado na chegada da família branca cisheterocapitalista na região.

Figura 7 - Fotografia do grupo de estadunidenses chegados a Porto Velho (1909-1910)



Fonte: Coleção de negativos de Dana B. Merrill sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.⁸²

⁸¹ Considerado por muitas/os historiadoras/es regionais o maior repórter fotográfico de toda a história da fotografia, ele trabalhou como empregado de Percival Farquhar.

⁸² Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/DanaMpUSPpg7n136.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

Entre os anos de 1909 e 1911, na antiga Santo Antônio, as empresas estadunidenses, responsáveis pela EFMM, iniciaram a construção das instalações consideradas adequadas e moradias específicas ao clima da região, justamente para receber mais trabalhadores e suas famílias. Nesse sentido, já se tinha um reservatório de água tratada, serviço de esgoto, geradores de luz elétrica, padaria, fábrica de biscoitos movida a vapor, bem como a referida lavanderia onde mulheres afro-antilhanas trabalharam. Nota-se igualmente nas fotografias as hierarquias entrecruzadas de classe, raça e gênero: as mulheres brancas são representadas como elegantes mães de família ou, “no máximo”, como enfermeiras, e as mulheres pretas como trabalhadoras braçais. Já os homens brancos são enfocados como hierarquicamente superiores a todas as trabalhadoras, brancas ou pretas. Ao homem indígena restou uma postura de inferioridade. Homens e mulheres aqui, pressupõe-se, cisgêneros/as e heterossexuais, já que esses marcadores são considerados “naturais”, portanto, deles não se fala, a não ser quando se detectam “desvios”, como veremos adiante.

A partir da vinda da família dos trabalhadores antilhanos, de suas reuniões e encontros com outros afro-antilhanos à margem da ferrovia, foi constituído um conjunto de moradias dessas pessoas, o qual recebeu o nome de *Barbadian Town*, de acordo com Cledenice Blackman, considerado uma das primeiras organizações sociais de negras/os ou pretas/os imigrantes do Caribe inglês. A área também era conhecida popularmente como *Alto do Bode*. Para a autora, o nome serviu como estigma e preconceitos em torno da identidade das/dos afros-antilhanas/os, pois a expressão tinha um teor conotativo que relacionava essas/esses imigrantes ao odor do bode e do morro, ou seja, como sempre, a figura da/do negra/o ou preta/o foi ligada à sujeira e à falta de higiene. Esse era o maior de todos os bairros construídos na área ferroviária. Pessoas viveram nesse local durante quase 33 anos e ficaram na cidade após a construção da ferrovia, conectadas por meio de sua cultura caribenha/antilhana em solo brasileiro, resultando, assim, numa “organização social distinta, intercultural e multicultural na nascente de Porto Velho” (Blackman, 2015, p. 51).

No entanto, toda essa unificação cultural no *Barbadian Town* não perdurou por muito tempo, pois ocorreu o que a historiadora denomina de *processo de abasileiramento da comunidade afro-antilhana* na região, ocorrida através da política nacionalista da Era Vargas. Isso levou à desagregação dos imigrantes em Porto Velho, o que acarretou o desaparecimento do referido bairro, incentivando as/os imigrantes a

criar e/ou recriar uma nova tentativa de espaço sociocultural centrado no atual bairro Triângulo; à naturalização das/dos afro-antilhanas/os; e ao casamento entre afro-antilhanas/os e brasileiras/os. Ela ainda afirma que, nos anos de 1910 a 1943, a língua oficial dessas/es imigrantes era o inglês e a primeira geração de descendentes nascidas/os em Porto Velho tornou-se bilíngue, pois “primeiramente, aprendia-se o inglês barbadiano e por volta dos oitos anos de idade [...] iniciavam o processo de abrasileiramento [...] a obrigatoriedade de falar o português e a alfabetização era também conduzida em português” (Blackman, 2015, p. 52).

Cabe salientar que a legislação sobre o ensino, desde 1900 até 1938, ressaltava que o processo de aprendizagem deveria ser em língua nacional. Com a política nacionalista de Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937/1945), houve uma tentativa de apagamento de outras identidades culturais, em prol de um processo de construção ideológica da identidade brasileira como “harmônica” e “unificada”. Isso ocorreu, sobretudo, no ano de 1938, por meio de dispositivo da implantação do português como língua nacional em regiões de colonização estrangeira, havendo, assim, uma nacionalização compulsória de escolas étnicas, conforme afirma a pesquisadora e pedagoga Valquíria Renk (2009).

Em Rondônia, houve tentativas de resistência a essas medidas. Os barbadianos criaram uma escola localizada no *Barbadian Town*, considerada a primeira escola bilíngue de Porto Velho, como forma de manter a língua inglesa através da alfabetização das/dos filhas/os. Portanto, é importante destacar que as/os negras/os e/ou pretas/os antilhanas/os inglesas/es contribuíram no processo educacional de Porto Velho.

A arquitetura de suas casas foi outra particularidade deixada como herança cultural, bem como, as práticas religiosas que aconteciam no bairro, pois havia “[...] um direcionamento ligado ao protestantismo. Uma parcela das pessoas era de frequentadores da Igreja Anglicana [...]” (Blackman, 2015, p. 58). Isso resultou na base para o estabelecimento de duas igrejas existentes no centro de Porto Velho: “[...] a primeira Igreja Batista e a Igreja Assembleia de Deus que se tomaram reflexo da participação cultural e religiosa dos imigrantes antilhanos” (Blackman, 2015, p. 59).

Enfim, essa seção apresentou, de forma não exaustiva, alguns aspectos da formação e constituição histórica da sociedade estabelecida no espaço que hoje conforma o estado de Rondônia. Evidenciamos as dificuldades da colonização e, sobretudo, a diversidade étnico-racial, de classe e de gênero daquelas e daqueles que

passaram a habitar esse território, indicando tensões e hierarquias. Tais informações são importantes para compreendermos o campo de possibilidades no qual, muitas décadas depois, as/os personagens principais dessa tese vão existir e resistir às opressões históricas e interseccionais na região.

3.3. Os resultados do espetáculo trágico da exibição burguesa, a formação de Rondônia, e ocultamentos de “minorias” na historiografia regional

A EFMM foi inaugurada em 1912, com 364 km de estrada depois de tantas agruras, perdas humanas e o aniquilamento de parte significativa da fauna e flora amazônica. Parafraseando Ferreira (2005), o progresso e a técnica do homem branco cisgênero e colonizador venceram recorrendo aos altos custos de vidas e gastos financeiros.

É importante ressaltar que sempre existiram diversas populações indígenas junto às cachoeiras do rio Madeira. A mais conhecida era a dos Caripunas, de língua tupi, considerados como um povo pacífico e dócil, descritos dessa maneira nos relatos dos cronistas que vieram para a região amazônica. Vejamos abaixo uma fotografia de um indígena caripuna registrada no período da construção das Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Figura 8 - Fotografia de um indígena Caripuna (1910)



Fonte: Coleção de negativos de Dana B. Merrill sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.⁸³

⁸³ Disponível em: <http://vco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/DanaMpUSPpg7n136.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

As/os Caripuna demoraram a ter contato com o homem branco. Mas sabemos que os primeiros contatos dessa população com segmentos da sociedade não-indígena ocorreram quando seringueiros começaram a penetrar os afluentes do rio Madeira, no primeiro *boom* da borracha, nas primeiras décadas do século XX.

Naquele contexto, trabalhadores da construção da ferrovia encontraram em um aterro próximo da estrada, um indígena com úlcera, provavelmente desamparado pelos seus parentes, pois era comum indígenas Caripuna abandonarem membras/os doentes quando não conseguiam curá-las/os. Ele foi levado para o hospital da Candelária, tratado, e conforme Manoel Ferreira, quando já estava bem de saúde, retornou a sua aldeia. O autor ainda ressalta: “[...] dias após, ele voltou ao acampamento de trabalhadores, trazendo em sua companhia quatorze índios. Estava estabelecida a amizade entre o pessoal da estrada e os Caripuna [...]” (Ferreira, 2005, p. 242).

Como já salientado, foi a partir do bandeirismo, e ainda mais dos ciclos econômicos, que se iniciou a dizimação de diversas populações indígenas e invasões em seus territórios tradicionais. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré também contribuiu com o etnocídio, incluindo doenças e conflitos. Ainda assim, de acordo com o Programa Povos Indígenas do Brasil (2005), até a década de 1970 havia um grupo Caripuna resistente ao contato não-indígena, que vivia afastado do mundo dos brancos, mas terminou sucumbindo à frente de atração da Fundação Nacional do Índio/FUNAI, o que acarretou em mais extermínios por epidemias e apagamentos de suas culturas. Hoje elas/eles têm seu próprio território e buscam resguardá-lo das constantes invasões e opressões de garimpeiros, madeireiros, caçadores, pescadores e posseiros.⁸⁴

Em nome do progresso capitalista e da civilização, a construção da ferrovia, conforme se aproximava do terminal em Guajará-Mirim, encontrava novos grupos indígenas, entre eles os guaravos, parintintins, caxariris e mundurucus. Houve várias tentativas de resistências da parte desses grupos tradicionais, mas já era tarde: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré estava pronta (Ferreira, 2005). Em 2 de outubro de 1914 foi

⁸⁴ Para saber mais sobre os karipunas e outros povos indígenas do Brasil, ver: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em 27 de set. de 2021.

legalmente criada a atual cidade de Porto Velho, pertencendo como distrito a Humaitá/AM.⁸⁵

De acordo com Dante Fonseca, Porto Velho era para ser diferente de Santo Antonio num sentido “progressista” e “moderno”, pois: “nessa última localidade existiam estabelecimentos comerciais, que abasteciam aos passantes daquelas diversões mais antigas da humanidade: o jogo, a bebida e **prostituição** [...]” (Fonseca, 2007, p. 92, grifo nosso)⁸⁶, em Porto Velho, nenhuma dessas coisas deveriam ocorrer. Veremos, mais adiante, que esse projeto não se realizou. Para Nogueira e Pimentel, Porto Velho nasceu dualista:

[...] isto é, trazendo como marca principal o antagonismo social e espacial. Ao nascer, já demonstrava, aos seus mais atentos atores sociais, que o discurso de moderna e funcional se decompunha, na prática, nos bairros pobres e miseráveis que se formavam, na primeira metade do século XX. (Nogueira; Pimentel, 2010, p. 94).

Porém, a cidade deveria atender os anseios e as demandas do processo de industrialização, na medida do possível, em uma localidade inóspita como o Madeira, e manter condições necessárias e “adequadas” à produtividade do trabalho na ferrovia, ou seja, ao menos na teoria, nada de diversões para os trabalhadores, pois isso evitaria, na visão dos patrões, problemas para a administração do empreendimento. Entretanto, obviamente, houve transgressões às normas impostas, pois “anarquicamente, nessa parte da cidade, misturavam-se as funções de moradia, trabalho e diversão (pouco recomendável segundo os padrões da administração da ferrovia)” (Fonseca, 2007, p. 92).

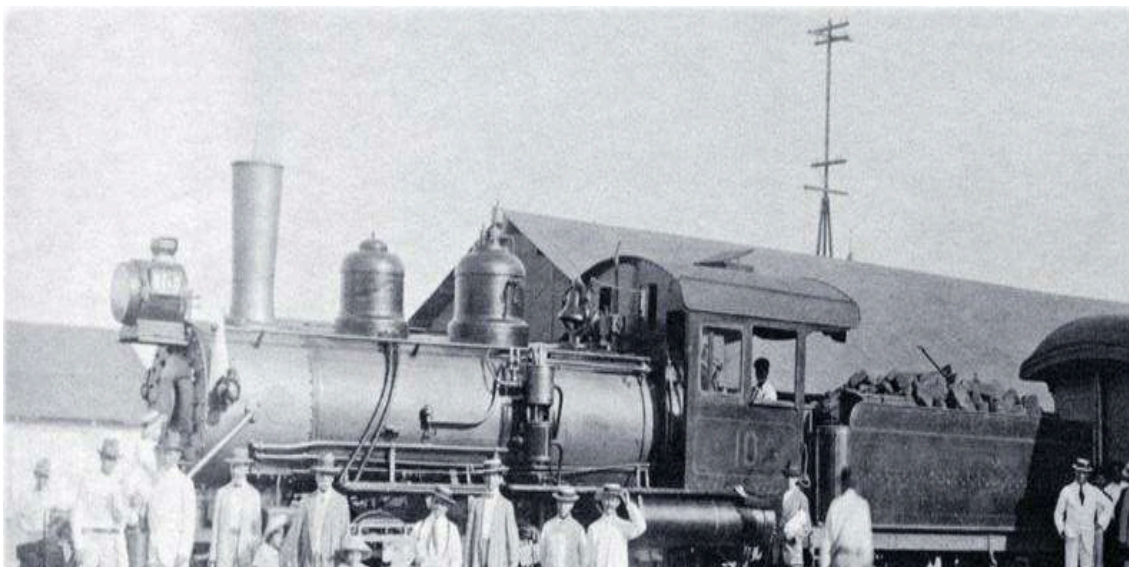
A seguir, temos um registro desse período dos trabalhadores da ferrovia e da presença de duas crianças na estação de Porto Velho. A foto mostra homens estadunidenses e afro- antilhanos trajando ternos claros, chapéus e alguns utilizando o suspensório, muito usado em substituição aos cintos. Estes vestuários representavam um padrão social de masculinidade valorizado da época, assentado no cuidado de si, no trabalho e na capacidade de prover às suas famílias. Já a ferrovia aparece como símbolo

⁸⁵ A maior parte da área que atualmente compõe o estado de Rondônia pertencia à Capitania de Mato Grosso, e 12% das terras que hoje agregam o estado pertenciam à Capitania de São José do Rio Negro, mais tarde província do Amazonas (Teixeira; Fonseca, 2001).

⁸⁶ Considerada pelo historiador Fonseca (2007), como uma “Sodoma tropical”, expressão bastante significativa para as questões desenvolvidas nesta tese.

da industrialização, civilização, modernidade e progresso, representando os anseios do homem branco cisgênero e colonizador.

Figura 9 - Fotografia da Estação de Porto Velho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1913)



Fonte: Guia Geográfico Rondônia (2021).⁸⁷

Para Francisco Foot Hardman (2005), tal empreendimento acarretou uma série de transformações sociais, culturais, ecológicas, econômicas e demográficas na região, proporcionadas pelo neocolonialismo capitalista. De acordo com o autor, foi criada em torno da história da ferrovia uma fabulação ilusória sobre o suposto espírito empreendedor do capital estrangeiro.

Em sua obra “Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva”, o autor desenvolveu análises sobre o processo de industrialização, urbanização e os projetos de modernização para o Brasil, traçando um paralelo entre o “espetáculo trágico da exibição burguesa”, resultado do processo neocolonial, e a modernidade. Especificamente, evidenciou o processo de universalização comercial entre nações e as inovações técnicas, o que ele denominou de “delírio progressista” do homem cis branco moderno nos fins do século XIX e início do século XX em plena selva amazônica (Hardman, 2005).

Adiante trataremos, especificamente, de algumas dissonâncias de gênero e sexualidade que evidenciam outras faces da trágica modernidade simbolizada pela ferrovia e mostram dissidências da imagem que a burguesia branca, cisgênera,

⁸⁷ Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/rondonia/madeira-mamore.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

patriarcal, capitalista e colonial buscava impor ao recém conquistado território onde hoje fica Rondônia.

3.4. “Mulheres degredadas” e “homossexual degredado” em Santo Antônio do rio Madeira: o caso do navio *Satélite*

Paralelamente à construção da EFMM, em 1909, o presidente Rodrigues Alves sugeriu interligá-la, por telégrafo, ao Rio de Janeiro, e, para essa tarefa, incumbiu uma comissão de linhas telegráficas estratégicas, chefiada pelo Major Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecida como *Comissão Rondon*. Ele já tinha experiência no ramo, pois iniciara trabalhos semelhantes em 1907 em Cuiabá⁸⁸. Sendo assim, o objetivo deste novo encargo era o de interligar, através de linhas terrestres, com fios, Santo Antônio do Rio Madeira a Cuiabá e, por extensão, ao território carioca.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001), o grupo de trabalhadores da construção da ferrovia e das linhas telegráficas era composto por civis e militares. Uma grande parcela dessa mão de obra era convocada de forma desumana e violenta, através de prisões e degredos.

Esse foi o caso, por exemplo, dos marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata em 1910-1916, ocorrida no Rio de Janeiro, e liderada por homens negros/pretos, como João Cândido Felisberto, André Avelino, Francisco Dias Martins e Manoel Gregório do Nascimento. Alguns dos objetivos dos revoltosos eram o aumento do soldo⁸⁹ e o fim dos castigos aos quais eram submetidos os marinheiros, mesmo com a punição já extinta oficialmente com a Proclamação da República (1889). Conforme o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, eles e demais colegas negros, entre 22 e 26 de novembro de 1910, bombardearam e ameaçaram de devastação a então Capital Federal da República e

[...] puseram o racismo em pauta, estamparam suas reivindicações e ações nas primeiras páginas de jornais como O Paiz, O Estado de S. Paulo, Le Figaro e New York Times e criticaram a jovem República [...]. Em seu conjunto, as reivindicações eram mais que uma lista de necessidades urgentes ou reativas. Compunham as bases de um projeto político de mudança na Marinha de Guerra, proposto por quem olhava os problemas cotidianos do ângulo das camadas mais baixas da

⁸⁸ O Rio de Janeiro já era ligado pelo telégrafo a Cuiabá.

⁸⁹ Salário ou vencimento básico de cada patente.

hierarquia militar. Propostas que surgiram das críticas à forma como eram vistos e comandados por seus superiores imediatos, e – ainda mais significativo – da autocrítica ao comportamento e formação educacional de muitos marinheiros. (Nascimento, 2016, p. 152).

O Congresso, na época, decretou a anistia dos revoltosos, prometendo abolir os castigos corporais que eram realizados. Mesmo com as armas depostas e as embarcações entregues pelos marinheiros, o governo recuou e determinou o aprisionamento deles. Foram acusados de conspiração, apesar dos protestos de Rui Barbosa no Senado Federal, e enviados à Ilha das Cobras.⁹⁰

Mas uma nova rebelião surgiu logo após o recolhimento dos marinheiros à referida Ilha. Os marinheiros (insurretos) bombardearam uma instalação na Ilha das Cobras e dispararam contra o Palácio do Catete (sede do Governo Federal), pondo fim à insurreição. Alguns dias depois, de acordo com o jornalista Edmar Morel (2009), já em 1911, foram embarcados no navio *Satélite*, rumo aos seringais na Amazônia, em especial ao Acre e para a atual cidade de Porto Velho, 491 presos, dentre os quais 125 marinheiros e fuzileiros navais, 293 homens advindos de casas de detenção, 44 mulheres da Casa de Correção e o restante eram considerados elementos indesejáveis – líderes sindicais, moradores de rua, trabalhadores que haviam tido algum problema com seus patrões. Como a cidade do Rio de Janeiro estava em estado de sítio, o governo aproveitou para realizar uma “higienização” “se livrando” desses indivíduos.

Álvaro Nascimento ressalta que as mulheres chegaram aos destinos maltrapilhas e famélicas, assim como os seus companheiros de travessia e

[...] puseram o racismo em pauta, estamparam suas reivindicações e ações nas primeiras páginas de jornais como O Paiz, O Estado de S. [...] submeteram-se ou foram vendidos a empreendedores locais. O navio *Satélite*, um pacote comercial, parecia mais o último navio negreiro em pleno século XX. Os responsáveis por esses crimes nunca foram punidos. (Nascimento, 2016, p. 159).

Aos olhos do Presidente da República Hermes da Fonseca tudo isso veio de forma oportuna, pois havia encontrado uma região “ideal” para degredar aquelas/es sujeitas/os, uma vez que o estado do Acre e a cidade de Porto Velho eram mal vistos através da imprensa, associados aos problemas de insalubridades e à alta taxa de

⁹⁰ Para saber mais: <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo3/lamina24/index.htm>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

mortalidade resultante da malária e da febre amarela, entre outras moléstias, principalmente na época da construção da EFMM, da qual se dizia que *cada dormente representava uma vida que se foi* (Silva, 2001, p. 31).

O historiador Amizael Silva nos revela o plano ardiloso do governo para trazer essas pessoas à região amazônica:

[...] era dizer que os encaminharia ao Acre, com o propósito de povoar o território criado, onde havia terras com fartura para a agricultura ou para os seringais nativos a serem explorados. Na verdade, o navio deveria, ao contrário de subir o Purus, subir o Madeira indo à região do castigo e do sofrimento – Santo Antônio. (Silva, 2001, p. 35).

Porém, faltava encontrar um homem para coordenar as/os degredadas/os sem colocar a imagem do governo em jogo, e que fosse subalterno do Presidente. Nesse sentido, acharam um tenente chamado Francisco de Mello, que também havia lutado na Guerra de Canudos. Para Amizael Silva, tudo foi muito bem-preparado e organizado, pois o governo

[...] primeiro dera baixa aos soldados revoltosos e anistiados, segundo requerera ao Congresso poderes absolutos – estado de sítio, depois mandara prender os anistiados juntamente com **vadios, prostitutas e mendigos**, naturalmente para dar outra impressão ao público, afinal de contas o governo anistiou os marinheiros que agora eram civis, mesmo assim metera-os nos porões infectos dos presídios, pusera-os a ferro e agora restava-lhe o desterro. (Silva, 2001, p. 45, grifos nossos).

Nesse sentido, para não comprometer mais ainda a Marinha, o que o governo fez? Fretou um navio da Companhia Estatal de Navegação Loyd Brasileiro. O já mencionado *Satélite* seguiu para seu destino em condições desumanas, uma vez que nas celas havia também a presença de cadáveres, pois ocorreram fuzilamentos a bordo do navio. As/os sobreviventes que chegaram à região tiveram seus nomes registrados, e foram entregues em responsabilidade do referido tenente Francisco de Mello. Amizael Silva (2001) nos relata também que as mulheres foram oprimidas dentro do navio, sofreram repressões de todos os lados, não podiam nem chorar, pois eram severamente punidas.

Conforme destacado acima, as condições dentro do *Satélite* não eram nada boas. A viagem durou aproximadamente 40 dias, ao longo dos quais as/os degredadas/os sobreviventes tiveram uma alimentação racionada, falta de higiene, mau cheiro e o consumo de água controlado. Do Senado, Rui Barbosa denunciou o massacre na Revolta da Chibata e exigiu a punição dos culpados, bem como se preocupou com a

situação das/dos degredadas/os para a região amazônica. (Morel, 2008). De acordo com Amizael Silva (2001):

Rui ocupou-se durante anos sobre o problema daqueles degredados para Santo Antônio do Rio Madeira, vítimas do rancor do governo da República, principalmente contra ex-marinheiros que haviam participado da revolta [...] mas também contra mendigos, criminosos, gente honesta e mulheres incriminadas pela sociedade. (Silva, 2001, p. 8).

As/os sobreviventes do *Satélite*, ao chegarem à região de Santo Antônio, vieram em condições análogas à escravidão e já foram lançadas/os ao barranco do rio: mulheres e homens esqueléticas/os, maltrapilhas/os, esfarrapadas/os com as suas nudezes mostradas, com odores desagradáveis, etc... Conforme o autor, mulheres e homens receberam o mesmo tratamento, guinchadas/os à beira do rio. Os seringalistas escolheram alguns homens em condições físicas propícias ao trabalho nos seringais. Já as/os demais degredadas/os foram levadas/os para os acampamentos da linha telegráfica dos trabalhadores do Coronel Rondon.

A partir das fontes consultadas, as 44 mulheres sobreviventes do navio, que eram detentas da Casa de Correção do Rio de Janeiro, e que inclusive foram para os acampamentos da linha, lá acabaram sendo usadas sexualmente pelos trabalhadores. Depois de passarem por essa série de humilhações e atitudes misóginas, ficaram à mercê do tenente Matos Costa, receoso em deixá-las ali no meio de tantos homens. Logo, mandou-as ir embora dali, confusas, sem entenderem o recado:

Sáiram, pois, enxotadas de onde jamais deveriam ter sido levadas. Iniciaram uma caminhada sem destino, sem um vintém no bolso, **mal vestidas, descalças, enfraquecidas pelos maus tratos recebidos em viagem, com a má fama de desordeiras, devassas**, dentre outros termos pejorativos que o governo conseguira ampliar sobremaneira com relação aos degredados em geral. Para quem deveriam reclamar naquelas lonjuras?! Para quem recorrer naqueles confins?! (Silva, 2001, p. 81, grifos nossos).

Na historiografia regional, temos poucas informações sobre essas mulheres, as que temos são fragmentadas e com lacunas deixadas pelos historiadores e memorialistas. Algumas são advindas de remanescentes e sobreviventes de trabalhadores da linha telegráfica nos anos de 1950, que relataram a chegada delas na região, como, por exemplo, o conhecido “Seu Baía”, personagem da obra *Da chibata ao*

inferno do citado historiador Amizael Silva (2001). Embora já tivesse ouvido de seu Baía sobre as histórias daquelas mulheres, o autor analisou os depoimentos dele e os comparou com alguns documentos encontrados na Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro.

Através das fontes referidas, sabemos que essas mulheres chegaram a Santo Antônio do Rio Madeira no auge da construção da ferrovia, em 4 de fevereiro de 1911. Era um sábado e os trabalhadores haviam recebido seus salários. Muitos desses homens, sem ter o que fazer, aproveitavam para ir aos bares ou a outros comércios que ficavam à beira do rio, e, assim, ingerir bebidas alcoólicas e realizar jogatinas. As mulheres desconfiadas foram recepcionadas com disparos de armas para cima, pertencentes àqueles homens eufóricos ao saberem que as mulheres eram solteiras. (Silva, 2001). Essas mulheres cariocas, ao adentrarem à localidade:

[...] Sentiram-se **bastante valorizadas** e não conseguiram esconder a fome e, em pouco tempo, já se encontravam rodeadas de beberrões e comilões, participando com eles, no refestelo servido. O resto do dia foi gasto em farra promíscua, onde o desejo carnal parecia aumentar com a chegada de novos ferroviários. Os encantos femininos provocaram a libido de tal forma que os retardatários nem conseguiram ver as mulheres que, lá pelas tantas, sumiram, sendo levadas para os locais mais apropriados àquele festim licencioso e orgástico. (SILVA, 2001, p. 84-85, grifo nosso).

O “bastante valorizadas” aos olhos daqueles homens embriagados dizia respeito, segundo a fonte consultada, exclusivamente ao seu interesse em satisfazer desejos sexuais, e, em troca, deram comida e bebida para essas mulheres fragilizadas e debilitadas, que, para sobreviverem, tiveram que ceder seus corpos. Esses homens teriam se importado com a condição física delas? Ao que tudo indica, não.

Conforme Foot Hardman (2005), algumas dessas mulheres foram convidadas para trabalharem em serviços domésticos em casas de famílias. Amizael Silva (2001) ressalta que outras aceitaram o convite de seringueiros para trabalharem nos seringais, realizando também os serviços domésticos.

É importante ressaltar que já havia na região algumas mulheres bolivianas e caboclas. Ferreira (2005) também relata a presença de mulheres “prostitutas” de outros estados brasileiros em sua obra *A ferrovia do diabo*. O autor ressalta que os ferroviários se aventuraram em busca do trabalho sexual com as poucas mulheres que havia na localidade. Isso era um hábito comum, pois elas eram provenientes dos prostíbulos de

Manaus. Entretanto, com o percurso de exploração da ferrovia através do desmatamento das florestas que chegou até Guajará-Mirim, foram para a antiga vila Santo Antônio muitas outras⁹¹, as quais, segundo o autor “passaram [...] a fazer as algazarras noturnas” (Ferreira, 2005, p. 216).

Ainda na obra de Amizael Silva (2001), há algumas pistas da chegada do primeiro homossexual, ao menos dentre aqueles conhecidos, na atual cidade de Porto Velho em 1911, logo após a Revolta da Chibata e um ano antes da inauguração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O autor relata que em 1960 quando ele foi servir ao Exército na 3ª Companhia de Fronteira, em Porto Velho, conheceu um “casal” de idosos, que aparentemente deveria ter uns 80 anos de idade, simpáticos, e que moravam em uma chácara em frente ao local onde ele realizava os treinamentos de tiros e outras atividades militares. A partir do seu cotidiano ali, passou a frequentar juntamente com um amigo a chácara do “casal”, onde apanhavam algumas frutas e aproveitavam para conversar com eles.

O amigo do Amizael Silva, chamado de “o 140”, mas cujo nome era Abraão, vivia receoso devido ao comportamento dos dois idosos, pois eles nunca cobravam pelas frutas que apanhavam e, também, não eram de muitas conversas. O autor nos dá algumas características desse “casal” e do ano da chegada deles na região:

O Mineiro, como era chamado o velho, nunca adiantara seu nome, por mais que lhe perguntássemos ele respondia de pronto a alcunha; tudo isso sem modificar o rosto que parecia estar esboçando um permanente sorriso.

Mineiro era um **negro robusto**, sem um fio de cabelo na cabeça e tinha uma **voz tênue, muito fina, a ponto de incomodar, principalmente o 140, que não entendia tanto volume para tão pouca voz**. Talvez por isso aquele homem singular fosse monossilábico e **cauteloso**.

A mulher se chamava Maria, simplesmente, e ao ser indagada de que, repetia o nome.

Com o tempo eles foram suportando nossas indagações e terminaram por nos falar de assuntos relacionados a suas vidas. Aí ficamos sabendo que moravam juntos desde 1911, quando teriam chegado a Porto Velho, mas não viviam maritalmente, eram simples companheiros; coisas que intrigavam Abraão. Enquanto ele preferia prudência no falar, ela gostava de contar sobre sua vivência nestas plagas. (Silva, 2001, p. 7-8, grifos nossos).

⁹¹ Formou-se ali, de acordo com Ferreira (2005), um povoamento de aventureiros, prostitutas, jogadores, malandros e negociantes honestos, todos e todas vivendo em função do salário dos trabalhadores ao longo da construção da EFMM.

Amizael Silva comenta que uma vez Mineiro e Maria relataram sobre a trajetória deles, dizendo que teriam vindo para a região em um porão de navio e no percurso foram muito violentados e presenciaram o fuzilamento de alguns amigos. O autor, não acreditando na história relatada, os indagou perguntando qual teria sido o navio e eles responderam dizendo que havia sido o *Satélite*. Mas Abraão não acreditou e falou para Amizael que o “casal” era louco, e o chamou para irem embora dali (Silva, 2001).

Desde o último dia dessa conversa, Amizael Silva ressalta que não viu mais o Mineiro e a Maria. Ele havia investigado sobre o caso do navio *Satélite*, e, no entanto, quando voltou à chácara, o “casal” havia desaparecido e ninguém na região os conhecia. Curiosamente, na obra *Segurança Pública a Partir dos excluídos: a presença de minorias sexuais na sociedade brasileira*, do memorialista Vitor Hugo, publicada em 2003, há o seguinte trecho:

Chamava-se Hilário Silveira, vulgo “Pintassilgo”; era barbeiro carioca e chegou do Rio de Janeiro a Porto Velho em 3 de fevereiro de 1911 pelo navio “Satélite”, após 41 dias de viagem nos porões do navio. Viajara juntamente com centenas de desgraçados, incluindo entre eles 44 mulheres, de acordo com o Relatório do comandante do navio, e que a **Folha do Norte**, quando da passagem do “Satélite” no porto de Belém do Pará, definiu simplesmente como “meretrizes”. Todos foram barbaramente tratados com atrocidades pelo tenente Francisco Melo... escolhido a dedo, por ser “bruto, surdo e mudo”. Sua crueldade já se manifestava antes, por ocasião da destruição de Canudos, na façanha de Antônio Conselheiro [...]. O comandante do navio pertencente ao Loyd Brasileiro era na realidade Carlos Storry: ainda que obedecesse às ordens oficiais, não deixou de evidenciar em seu relatório as crueldades havidas. Formavam uma escória, uma súcia maltrapilha de pessoas marginalizadas, elas mesmas se marginalizando, aparentemente por razões políticas. (Hugo, 2003, p. 124, grifo do autor).

Pintassilgo chegou da mesma maneira que aquelas mulheres e os demais homens degredados a Santo Antônio. No entanto, Vitor Hugo (2003) ressalta que ele, assim como a grande maioria das/dos degredadas/os, não tinha participado da Revolta da Chibata, mas fazia parte da “escória” de “pessoas marginalizadas”. Teria sido posto dentro do navio *Satélite* por crime de vadiagem e pela prática de “homossexualismo”.

Indo além dessas referências, no texto *Rondônia e homossexualidade: uma história marcada por crimes homofóbicos* (2016), do pesquisador Kary Falcão, sobre quem já falamos nos capítulos anteriores, o autor colheu algumas informações com a família do historiador Amizael Silva sobre o “primeiro homossexual” da região. O autor

supõe que Pintassilgo poderia ter sido um pseudônimo e ainda indaga se ele de fato existiu:

Em conversa com a esposa do escritor Amizael Gomes da Silva, que relembra com carinho de ver o escritor criando seus personagens e histórias. Em entrevista, lembrou-se de um pequeno sítio onde costumavam ir colher frutas aos finais de semana, localizado cerca de oito quilômetros de distância da cidade. Diz que nessa localidade residia uma senhora, bela mulata, carioca e que tinha como amigo e companheiro um rapaz homossexual, negro, muito alto e forte, que segundo as pessoas da casa, fora castrado quando chegou nessas terras. Ele tinha o ofício de trabalhar para as “moças” prestando serviços de cabeleireiro. Segundo a professora, ambos vieram do Rio de Janeiro. (Falcão, 2016, p. 179-180).

Nessa conversa que o autor teve com a esposa do historiador, aparecem novos elementos sobre a existência de Mineiro e Maria, que reforçam características comumente atribuídas a homens cisgêneros gays; no caso de Pintassilgo, quando ela o relaciona com a profissão de cabeleireiro e com o convívio com as “moças”, as quais, ao que tudo indica, seriam mulheres “prostitutas”. O autor ainda descreve outros atributos de Pintassilgo, dizendo que ele era cuidadoso com os serviços domésticos, tratava muito bem das “moças” e tinha voz fina e delicada.

Ao término da conversa, nada ficou esclarecido ou confirmado sobre a veracidade da existência de Pintassilgo ou Mineiro. No entanto, Falcão a questionou a respeito do tema e ela respondeu que o historiador costumava enriquecer suas obras com personagens que ela não sabia se eram verdadeiros ou imaginários.

Amizael Silva não afirma que Mineiro era homossexual, mas deixa isso subentendido nas entrelinhas. Por exemplo: quando o autor relata que a voz do personagem era fina e o fato dele e Maria não serem um casal, pois não viviam maritalmente, ou seja, não tinham um relacionamento supostamente cisheterossexual, o que causava incômodo até mesmo para o seu amigo.

Suponho, a partir de uma leitura das entrelinhas das narrativas citadas, que Mineiro e Maria esconderam suas identidades devido aos traumas vividos no navio *Satélite*, ao serem degredados de forma cruel e desumana a mando do governo brasileiro e postos sob o controle do tenente Matos Mello quando chegaram a Santo Antônio, bem como, ficaram receosos aos questionamentos realizados por dois militares do Exército (Amizael Silva e o 140/Abraão), tanto que, ao que parece, devem ter mudado da chácara

logo depois de relatarem que vieram degredados do Rio de Janeiro. Já “Maria” poderia ser sim uma das 44 mulheres consideradas “meretrizes” que vieram no *Satélite*, degredadas por crime de vadiagem, mas os autores não se aprofundaram sobre a sua verdadeira identidade, talvez por falta de fontes documentais.

A esposa do historiador reafirma algumas ideias e traz novos elementos sobre Pintassilgo e “Maria” quando relatou a Kary Falcão sobre a existência da chácara ou sítio que seu esposo e o “140” visitavam para apanhar frutas, e falou da existência de “Mineiro e Maria”, além de comentar a respeito da orientação sexual, da velhice, da raça, da localidade e da profissão do primeiro. Mas é de caráter duvidoso quando ela diz que, por meio de outras pessoas, soube que ele havia sido castrado.

Amizael Silva talvez tenha enriquecido suas obras com personagens de seu imaginário, mas a existência de Pintassilgo parece ter sido real, pois aparece igualmente na obra de Vitor Hugo, mesmo que ambos os autores não façam uma discussão densa sobre essa figura importante para os estudos LGBTs rondonienses. Real ou não, Pintassilgo tornou-se um personagem fundamental para compreensão da memória construída sobre esse período e um símbolo da re (existência) de dissidentes sexuais e de gênero no estado. Enfim, o que importa é a plausibilidade de sua existência, dando outras cores às narrativas oficiais sobre Rondônia.

3.5. Rondônia “terra de migrantes”: os “avanços” do progresso e de uma modernização em plena selva amazônica

Com a crise da borracha⁹², aliada a um grande período de recessão do capitalismo internacional, que por sua vez foi originada através da crise de 1929 em Nova York, houve transtornos financeiros para a Empresa Madeira-Mamoré Railway Company. Tais circunstâncias acabaram por obrigar o governo brasileiro a assumir a administração da ferrovia durante doze anos. Depois de ter contratos rompidos com os ingleses e estadunidenses, déficits e a suspensão do tráfego nas linhas da ferrovia, o governo brasileiro foi forçado a ele mesmo intervir e nacionalizar a EFMM em 1931, tendo como diretor o Tenente Aluizio Ferreira, militar que já se encontrava na região, a serviço da Comissão Rondon. Sobre isso, o historiador Valdir Souza ressalta:

⁹² A borracha amazônica perdeu credibilidade internacional devido à concorrência da produção na Malásia.

A paralisação da MMRC e sua consequente “nacionalização” foi o evento fundante da memória local [...] a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré passou a ser o embrião do Estado Nacional na região, uma vez que distava dos centros regionais de poder instalados em Manaus e Cuiabá. [...] Uma das primeiras ações do diretor da ferrovia foi a criação de três contingentes militares de fronteira acompanhados de colônias em pontos estratégicos da região. (Souza, 2011, p. 11).

Entre os anos de 1942 e 1945, a região amazônica vivenciou um novo ciclo da borracha durante a segunda guerra mundial, já que na Malásia havia ocorrido cortes na produção da goma elástica. Em consequência, os Estados Unidos criaram um plano para a reativação da exploração da borracha na região amazônica para suprir as necessidades de suas indústrias. A fim de que o plano desse certo foi assinado o Acordo de Washington (1942) entre o Brasil e os Estados Unidos, para fomentar o aumento da produção da borracha brasileira e o seu fornecimento aos estadunidenses.

É nesse contexto, quando outra vez houve um *boom* no aumento das exportações da borracha brasileira, que a iniciativa governamental se fez novamente presente na região, de modo que as autoridades administrativas tomaram a decisão de criar o Território Federal do Guaporé em 1943, e, no mesmo ano, de fundar alguns municípios, entre eles Porto Velho.

Avançando no tempo, depois de 54 anos de atividade, e praticamente acumulando prejuízos durante todo esse tempo, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi erradicada por uma determinação do então presidente da república e ditador Humberto de Alencar Castelo Branco em 25 de maio de 1966, por ser considerada antieconômica. Antônio Cândido da Silva (2007) afirma que as máquinas apitaram pela última vez em 10 de julho de 1972 e, a partir daí, veio o abandono, a precariedade e o descaso total, tanto que o acervo da empresa começou a ser vendido como sucata para uma siderúrgica em São Paulo. As autoridades do antigo Território tentaram reativá-la por inúmeras vezes, porém sem muito sucesso, por falta de recursos para a manutenção. Desde a década de 1970 foram realizados diversos estudos para criar estratégias de preservação da ferrovia. Em 2006, a EFMM foi definitivamente tombada, passando a ser patrimônio cultural da humanidade, atualmente está sendo revitalizada. A seguir a imagem do museu da ferrovia.

Figura 10 - Fotografia do Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Porto Velho



Fonte: Guia Geográfico Rondônia (2021).⁹³

Para Marco Teixeira e Dante Fonseca (2001), o crescente aumento da população rondoniense no Território se deve, principalmente, aos fluxos migratórios de pessoas vindas de todas as regiões brasileiras. Sendo assim, um contingente populacional significativo ocupou as margens da BR-364 e iniciou a penetração para o interior, onde se fixaram núcleos de colonização ligados à agropecuária, que originaram outras cidades na década de 1970; simultaneamente, ocorreu um processo semelhante também no vale do Madeira, onde a garimpagem do ouro atraiu milhares de pessoas.

Tudo isso contribuiu ainda mais para que essa região ganhasse a alcunha de o *Eldorado* da Amazônia Ocidental, fazendo com que o território que vivesse uma era de intensa riqueza e fosse elevado à categoria de estado de Rondônia em 4 de janeiro de 1982 - ainda dentro do período da ditadura militar no Brasil. Também é importante salientar que a abertura total da BR-364 e da BR-425⁹⁴ foi o alicerce para uma transformação profunda do cenário social e humano do Território (Souza, 2011).

Como já foi evidenciado anteriormente, Rondônia é fruto desses fluxos migratórios internos e externos, de ciclos econômicos e de empreendimentos faraônicos. Algo bem típico das realizações produzidas pela Ditadura Militar, instituída através de tantas promessas enriquecedoras, de fartura e trabalho. Nesse sentido, o estado:

⁹³ Disponível em: <https://www.brasil.turismo.com/rondonia/madeira-mamore.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

⁹⁴ Rodovia que liga a cidade de Guajará-Mirim (RO), na divisa com a Bolívia, à BR-364, hoje renomeada de rodovia Engenheiro Isaac Bennesby, um dos responsáveis pela sua primeira pavimentação, na década de 1980.

[...] se tornou uma terra de migrantes e a convivência de inúmeros traços culturais é a sua realidade, mas às vezes isso não se dá de forma tão harmônica, como se idealiza.

Como na maioria dos casos não houve um povoamento padrão, também não há uma cultura padrão, ou moral, que seja comum. Há, em alguns casos, certa flexibilidade nos costumes e nas relações sociais, e comportamentos considerados inadequados em outras regiões são aceitos e vice-versa. Em Rondônia, há uma multiplicidade de culturas que se encontram nos falares nordestinos, amazônicos, caipiras e sulinos [...]. (Santos, 2011, p. 32).

Nesse sentido, a EFMM corroborou para o processo da diversidade étnico-racial e sociocultural do estado. Foi com ela também, junto à outra obra considerada desenvolvimentista, isto é, a pavimentação da BR-364 na década de 1970, que finalmente Rondônia ligou-se com as demais regiões do Brasil.

Podemos dizer que a história da cidade de Porto Velho e do atual estado de Rondônia se entrecruza com a construção desse empreendimento ferroviário em meio à onda “progressista” e “modernista” que se instalou no século XX. O historiador Eric J. Hobsbawm definiu esse período pelas seguintes características: “o triunfo e a transformação do capitalismo na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal” (Hobsbawm, 1988, p. 22).

Essas mudanças se tornaram visíveis em sua materialidade na região, ocasionando o desenvolvimento e urbanização das cidades ligadas aos trilhos da ferrovia, cujos benefícios excluíram a maioria da população da ordem vigente. Nesse sentido, Porto Velho por vezes é vista como “[...] a herdeira de Santo Antônio, habitada por pessoas pobres, **excluídos** ou que se excluíram do ‘privilégio’ de trabalhar na ferrovia, e de **meretrizes**” (Fonseca, 2007, p. 112, grifos nossos). Os “avanços” do progresso e de uma modernização autoritária em plena selva amazônica deixaram seus rastros trágicos, não só pela indução do sistema capitalista às comunidades tradicionais e demais sujeitas/os atingidas/os, forçadas/os a mudarem seus hábitos e costumes, como também pela dizimação de grupos étnicos, pela mortalidade dos trabalhadores/es em consequência de acidentes, das moléstias e da insalubridade da região, e ainda pela derrubada de extensas áreas de florestas em nome da “civilização”.

A relação do explorador branco e cisgênero com a natureza da região determinou o processo de colonização do atual estado de Rondônia, desde as populações tradicionais até as formas recentes, cuja tática resultou na devastação da nossa biodiversidade para a implantação do agronegócio.

A partir das minhas leituras e análises feitas das obras de autoras/es especificamente da bibliografia regional, e diante de tudo que foi desenvolvido até aqui, é perceptível como memorialistas e historiadores tradicionais representaram a figura da/do indígena, da mulher, da/do negra/o ou preta/o e dos homossexuais em seus escritos. Nota-se que as/os indígenas estiveram sempre ligadas/os à selvageria, vistos como entraves à modernização, e as mulheres à prostituição, tratadas como mercadoria. Conforme Lady Day Pereira Souza:

A banalização da associação de valores negativos ao modo de vida dos nativos culminou na subjugação dos indígenas, submetendo-lhes à exploração de mão-de-obra, abuso sexual, proibição do exercício de suas crenças, escravização de homens e mulheres indígenas, desvalorização das peculiaridades de cada povo com o efeito de igualá-los a uma só denominação: “índio”. (Souza, 2010, p. 31).

No tocante aos homossexuais há fortes indícios de que eram tratados como sodomitas e relacionados à criminalidade (Silva, 1991; Hugo, 2003). Já as/os imigrantes afro- antilhanas/os à sujeira, à falta de higiene e ao mau cheiro, estereótipos reverberados através de atos racistas, muito comuns no cotidiano de pessoas negras ou pretas no Brasil (Blackman, 2015). As narrativas discursivas sobre o homem branco cisgênero colonizador representam a superioridade da branquitude, da heterossexualidade, da estética e da dominação masculinas, narrativas essas reforçadas e adjetivadas na literatura regional.

Em muitos estudos históricos sobre Rondônia percebemos também que a presença dos militares (Exército Brasileiro) na região é construída tradicionalmente como algo heróico, ficando muito claro o enaltecimento e as poucas críticas feitas ao *modus operandi* coercitivo e violento das forças armadas dentro do projeto da construção da memória coletiva e formação do estado. A historiadora Paola Conceição Foroni ressalta que, dessa maneira, “[...] é possível compreender como uma imagem positiva e atuante dos militares foi produzida e mantida por memorialistas e alguns historiadores ao longo dos anos” (Foroni, 2011, p. 11). Podemos compreender esse enaltecimento de homens cis, brancos e estadistas nas obras *No Rastro dos Pioneiros; um pouco da história rondoniana* (1984), de Amizael Gomes da Silva; *História Regional: Rondônia* (2001), de Marcos Antônio Domingues Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca (1998); e *Jorge Teixeira: A construção do ídolo*, de Andréa Gomes da Silva e Hosana de Jesus Maciel (2005).

Ao analisar estas referências bibliográficas regionais, vistas como “clássicas”, constata-se o privilégio conferido a homens cisgêneros, brancos, socialmente heterossexuais e da elite em detrimento de outras/os sujeitas/os. Há um silêncio ou quase um apagamento da presença de mulheres, populações tradicionais, negras/os ou pretas/os e LGBTQIA+ na formação e construção da história de Rondônia. Quando elas/eles aparecem nos estudos regionais, são tratados de forma negativa, inferiorizada, pejorativa e discriminada, como já apontado e destacado em alguns momentos deste trabalho, o que contribui para a permanência de opressões históricas e interseccionais contra esses grupos, as quais serão analisadas ao longo da presente tese.

É nessa região que o meu trabalho está inserido. É desse lugar que as memórias das/dos “excluídas/os” de uma história regional são (re) construídas e legitimadas. É desse espaço amazônico que ouviremos as vozes e ecos da luta e de uma arquitetura da resistência das/dos colaboradoras/es e personagens desta tese. Sim, somos as/os desordeiras/os contra o sistema de dominação. Sujeitas/os sociais com vozes subversivas e organizadas a partir dos trilhos à margem do rio Madeira. Somos resistência!

PARTE 4 – A PESQUISA DE CAMPO

Realizar uma pesquisa de campo não é tarefa fácil, ainda mais em tempos de pandemia e de retrocessos sociais. Trata-se de algo desafiador, mas, ao mesmo tempo, prazeroso. Antes de iniciar as descrições e análises da minha pesquisa de campo, acho importante trazer para a discussão algumas reflexões epistemológicas sobre o trabalho de campo.

O antropólogo e etnógrafo Bronislaw Malinowski é considerado o “pai” do trabalho de campo, ele revolucionou o fazer antropológico a partir de uma nova concepção do “homem” e de uma nova forma de compreender as experiências e manifestações humanas nas ciências sociais. Nesse sentido, a/o pesquisadora/or pode sair de seu gabinete, do isolamento intelectual ou de sua zona de “conforto”, e se deslocar até a comunidade ou grupo pesquisado, dessa forma podendo ter um melhor êxito em seu trabalho a partir do contato e da observação dos fatos, e ações sociais. (Malinowski, 1978).

Em sua obra *Os argonautas do Pacífico ocidental*, Malinowski relatou suas vivências e reflexões de campo, subvertendo a antropologia clássica. Para tanto, descreveu de forma densa e detalhada a execução dos planos de suas pesquisas e observações, e propôs que a/o pesquisadora/or registrasse suas percepções no diário de campo. Para o autor, “o diário etnográfico, feito sistematicamente no curso dos trabalhos num distrito, é o instrumento ideal para este tipo de estudo” (Malinowski, 1978, p. 31).

Na história oral, o uso do *caderno de campo* também é fundamental para o acompanhamento operacional das entrevistas, é onde registramos as observações e impressões no andamento da pesquisa, bem como anotamos os nossos anseios e inquietações que surgem antes e depois do contato com as/os colaboradoras/es. Sebe (2005) sugere que o caderno de campo funcione como um diário, datando os encontros, os estágios, a gravação e os eventuais incidentes e/ou imprevistos de percurso.

Diante desse contexto, o campo torna-se assim um lugar simbólico de negociação e de construção de sentidos que determinam as características específicas das experiências e vivências da/do pesquisadora/or com o grupo investigado e compartilhadas com a leitora ou leitor. Sobre isso, o antropólogo Clifford Geertz nos diz que a negociação em campo é influenciada não só pela orientação teórico-metodológica ou pelas questões institucionais da/do pesquisadora/or, mas também por sua história

pessoal, por seu gênero, por seu envolvimento emocional, político e ideológico, e pelas diferentes circunstâncias em que ela ou ele se encontra. (Geertz, 1988).

Esses fatores, por sua vez, são determinados pelas especificidades e pela relação dialógica que se estabelece com a comunidade de destino. Portanto, o trabalho de campo é essencialmente intersubjetivo, envolve interação humana na qual nós enquanto historiadoras/es juntamente com as/os colaboradoras/es somos seres corporificados com sentimentos, necessidades, desejos e sonhos. Concordando com a pesquisadora e geógrafa Maria das Graças Silva Nascimento e Silva (2004), o momento do trabalho de campo constitui-se como um dos momentos mais ricos da pesquisa. Tendo em vista estas considerações, trago para a leitora ou leitor partes do meu caderno de campo, como forma de compartilhamento de ideias e análises, bem como da riqueza deste trabalho.

4.1. O primeiro contato

No desenvolvimento deste trabalho, entrei em contato por meio das redes sociais com as/os colaboradoras/es para fazer o convite e formalizar a participação delas/es na pesquisa. Contatei outras/os militantes de outros grupos de mulheres e LGBTs para participarem, porém, não obtive retorno. Mas tive o aceite da maioria delas/es e percebi um entusiasmo em quererem compartilhar suas histórias, experiências e vivências para este trabalho. Os principais fatores que me ajudaram a conseguir as/os colaboradoras/es da tese foram: o vínculo de amizade que eu já tinha com alguns; o afeto e confiança que foram sendo construídos com todas/os ao longo da pesquisa; as nossas dores em comum; o respeito pela minha trajetória de vida e acadêmica; a importância deste trabalho na vida delas/es em serem ouvidas/os e em colaborar para um trabalho acadêmico realizado por uma pesquisadora trans rondoniense. Nesse sentido, esta tese é um compromisso político, mas, também afetivo, pois, como nos diz Ecléa Bosi:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa [...] participar de sua vida [...]. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. (Bosi, 1994, p. 38).

Agendei as entrevistas de cada uma/um e explicitiei os procedimentos técnico-metodológicos, relatando a importância do gravador, da câmera e do guia com

questões semiestruturadas⁹⁵ para cada colaboradora/or, para deixá-las/os a par dos propósitos da pesquisa. Além disso, deixei claro que os depoimentos delas/es são de grande relevância social e importantes para a pesquisa histórica, e que haveria muita satisfação de minha parte em ouvi-las/os. Falei, ainda, das implicações contratuais dos depoimentos, informando-lhes sobre a existência do documento de cessão de direitos sobre a entrevista. O contato inicial foi muito importante porque constituiu um primeiro momento de avaliação recíproca, base sobre a qual se desenvolverá a relação das entrevistas até a etapa final da pesquisa.

Retornei a Rondônia depois de um ano vivendo no município de Porto Alegre. Finalizei os créditos da Pós-Graduação, quando eu tive o prazer de cursar disciplinas maravilhosas que contribuíram e ampliaram o meu conhecimento sobre as questões de lutas, resistências, gênero e sexualidade na história. Em especial, a disciplina de estágio *História e relações de gênero*, ministrada pela professora Natalia Pietra, ajudou-me a pensar outras possibilidades, mecanismos e vertentes para a aplicação de atividades didáticas sobre a temática LGBTQIA+ e de mulheres no ensino de história, bem como, o contato com novas leituras de intelectuais mulheres afro-latinas com perspectivas teórico-metodológicas dos estudos de gênero e da sexualidade, que me deram outro olhar mais aguçado para eu desenvolver este trabalho. Ressalto os convites que recebi e as parcerias realizadas com a Natalia Pietra através de eventos acadêmicos na UFRGS. É fundamental que mulheres cis e feministas se aproximem e dialoguem com pesquisadoras travestis e mulheres trans*: apesar de termos pautas específicas, nós temos igualmente um o alvo em comum, o patriarcado. Nesse sentido, o acolhimento é necessário para que a academia naturalize a presença de corpos trans* na Universidade. Acolher é uma postura ética, mas também é se sensibilizar, escutar e reconhecer o outro na e pela diferença, é um compromisso de respostas aos desafios impostos na academia, e que essas respostas se reverberam de forma inclusiva dentro e fora da Universidade. Nós, intelectuais feministas e transfeministas precisamos fazer justiça social nesses espaços institucionais. Por isso, o acolhimento corrobora nesse processo de luta e de inserção.

⁹⁵ O guia com as questões semiestruturadas está em anexo no final deste trabalho.

Viajei então a campo no mês de março de 2020, com muita ansiedade ao primeiro encontro com as/os minhas/meus colaboradoras/es. *Nas paragens do poente*⁹⁶ temos pessoas que continuam lutando contra as opressões, sujeitas/os carregadas/os de histórias para contar.

Antes de chegar a Rondônia, eu havia combinado com a minha orientadora de graduação, Fabíola Holanda, de nos vermos no aeroporto em Campinas/SP, já que eu teria uma longa espera para o segundo voo. Há alguns anos que não nos víamos, e eu precisava reencontrá-la para agradecê-la pela confiança, o incentivo e o apoio dados a mim durante a graduação. Cheguei ao aeroporto em São Paulo com pouca movimentação, algumas pessoas com máscaras, eu achando isso um pouco estranho, mas nada que me abalasse no momento. Fui ao banheiro, e quando entrei dei de cara com uma menina (acho que ela teria aproximadamente uns 10 anos de idade) de origem asiática com máscara se higienizando. Confesso que na hora entrei em pânico. Eu olhava para aquelas poucas pessoas de máscaras, e me perguntava: *será que é uma grave renite?* Na hora eu me lembrei de que eu usei máscaras pela primeira vez em atividades da graduação com documentos históricos no Centro de Documentação de História em Porto Velho.

No Brasil já tínhamos informações através do Ministério da Saúde que no fim de fevereiro (2020) um homem de 61 anos havia testado positivo para o novo coronavírus em São Paulo. Ele havia chegado da Itália, sendo esse o primeiro caso da doença no país e em toda a América Latina.⁹⁷ E eu, sem noção alguma do caos pandêmico que nos aguardaria, estava sem máscara e sem álcool em gel na bolsa.

O reencontro com a minha orientadora foi magnífico, pois tenho um grande afeto e respeito por ela. Então almoçamos juntas. Conversamos sobre nossas vidas dentro e fora da academia. Falei do meu projeto de pesquisa. Falamos da situação política daquele momento, e contamos os babados quentíssimos. Poderíamos ficar o dia inteiro conversando, mas temos nossos compromissos. Teríamos que seguir nossos

⁹⁶ Trecho do hino oficial de Rondônia intitulado *Céus de Rondônia*. De acordo com o historiador Francisco Matias, a letra foi escrita como um poema pelo engenheiro civil Joaquim de Araújo Lima, baiano, que governou o Território Federal do Guaporé (1951-1953). Foi transformada em música pelo pianista e juiz de Direito José de Mello e Silva da comarca de Porto Velho, na década de 1960.

Ver: <https://expressaorondonia.com.br/de-ceus-do-guapore-a-ceus-de-rondonia-a-historia-em-movimento/>. O hino está disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/casa-militar/institucional/hinos-e-cancoes/hino-de-rondonia/>. Acesso em: 13 set. 2021.

⁹⁷Ver: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 06 mai. 2021.

rumos, mas isso não significa uma despedida final, pois em breve voltaremos para um novo reencontro. Mas era hora de embarcar novamente.

Figura 11 – Fotografia de Lauri e Fabíola



Fonte: Registro feito pela Fabíola (2020).

Cheguei enfim em terra de beradagem, cabocla, ribeirinha e afroindígena, emocionada e, ao mesmo tempo, exausta da viagem. A minha amiga (travesti), professora Josy, já estava louca de tanto me esperar (risos). Era quase meia noite, um longo tempo para quem saiu de Porto Alegre às 6h da manhã. Conhecemo-nos desde 2005. Ela já era professora do ensino básico na capital e a nossa amizade foi sendo construída a partir do Buá, nos pontos de encontro, de trabalho sexual e de cassação. Lá conversávamos sobre a minha intenção de ingressar em uma universidade pública, pois eu sabia que era capaz e que era possível realizar esse sonho. Josy passava por mim em sua motocicleta com seu capacete de Penélope e sempre gritava: *eu quero essa neguinha travesti na universidade hein, cuide logo!* Em nossas conversas me aconselhava: *estude mana, que irá conseguir*, sempre me incentivando para eu não ser mais uma nas estatísticas de violência contra a nossa população trans, que infelizmente ainda se encontra em grande vulnerabilidade social.

Josy é uma das minhas inspirações e me deu coragem para enfrentar as discriminações para ingressar na Universidade. (Vai se “achar” quando ler essa parte - risos). Ressalto que, naquela época, não passava em minha cabeça o tanto que o sistema educacional era e continua sendo excludente para travestis e pessoas trans*. Eu não tinha a concepção de que esse lugar era um local para pessoas privilegiadas, cisheteras,

brancas, de classe alta e dominado por “homens” no sentido masculino da palavra. O que eu pensava? Que a universidade era um lugar para todas/os nós. Que bastava estudar para fazer as provas do vestibular, passar e ingressar, independente de raça, gênero, classe, credo, etnia... Mas eu havia me enganado.

Quando eu passei no vestibular, contei para ela, que ficou muito feliz com a minha conquista. Josy queria que eu adentrasse o espaço acadêmico, para mostrar que o lugar de travestis e pessoas trans* é onde nós quisermos. Nos tornamos ainda mais amigas, completando mais de 20 anos de amizade. Ela sempre morou sozinha. Conseguiu ter o sonho da casa própria e está toda feliz com essa realização de vida. Tem uma experiência vasta, tanto no campo profissional (professora de Língua Portuguesa do ensino básico e atualmente doutoranda em linguística pela UNESP) quanto como travesti em Rondônia.

Encontro Josy no aeroporto e já começamos a “tombar” e “gongar” uma a outra (risos): *e aún travesti, lesa...!* Nosso modo de se comunicar na zoação e grelhação. Depois de quase 17h de voo, cansada e faminta, fomos tomar uma sopa. Terminamos de jantar e finalmente fomos para a casa dela. Ao chegarmos, ela abriu o portão e sou recepcionada por seres que iluminam qualquer lar: gatos miando e cachorros me cheirando e outros latindo. A Josy sempre teve amor pelos animais, mas eu nunca tinha visto tantos pets reunidos em uma casa. Eu até perguntei na esportiva (rindo), *mana tu irás abrir um canil?* Ela riu e disse que os gatos e alguns cachorros foram abandonados pelo antigo proprietário, e aí ela resolveu adotar e cuidar dos bichinhos. Josy, como disse, estava toda feliz com sua casa (pois ainda não tinha dois meses na moradia nova), me apresentou todos os compartimentos da sua residência e o quarto de hóspedes, onde fiquei mais de um mês. Acomodei as minhas malas e materiais do trabalho de campo, e logo tomei um bom banho com as águas que vem do nosso belo rio Madeira, para revigorar e repousar, pois o campo me aguardava.

Figura 12 – Fotografia de Lauri e Josy em Porto Velho



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2020).

4.2. O uso dos espaços públicos para mobilizações, engajamentos sociais e intelectuais em Porto Velho/RO

Como salientei anteriormente, antes de retornar a Rondônia, eu tinha combinado com algumas/alguns colaboradoras/es encontros de livre escolha quanto aos horários e locais para a realização das entrevistas. No meu segundo dia em Porto Velho, alguns dos colaboradores entraram em contato comigo e remarcaram por problemas pessoais e de saúde - isso é normal quando se trata de estudos com indivíduos vivos.

O meu cronograma inicial de pesquisa foi idealizado para o primeiro semestre de 2020. Assim como eu, e a maioria das/dos pesquisadoras/es, jamais pensamos que algo tão catastrófico poderia reverberar em nossos trabalhos e abalar as estruturas a nível global. Imaginar que um vírus denominado de *Novo Coronavírus* ou *Covid19* arrasaria o sistema econômico mundial, e mataria milhares de pessoas, não estava no nosso horizonte e nos pegou de surpresa. Por se tratar de um vírus que até aquele momento no Brasil havia infectado poucas pessoas e ainda não tinha causado óbitos, viajei para Rondônia sem ter a dimensão da gravidade sanitária que se estenderia por um longo tempo.

Nesse sentido, fui realizar a primeira entrevista marcada e confirmada que seria no Mercado Cultural situado no centro histórico de Porto Velho, com o primeiro colaborador: Kary Falcão. O Mercado Cultural foi o primeiro Mercado Municipal do

atual estado de Rondônia. De acordo com o historiador Aleks Palitot (2021), a origem do Mercado ocorreu paralelamente à instalação da capital, em 24 de janeiro de 1915, quando o Major Fernando Guapindaia de Souza Brejense resolveu criar o estabelecimento para gerir o abastecimento de *carnes verdes*⁹⁸. Mas a edificação ficou parada durante 15 anos e foi finalizada em 1950. A seguir uma imagem atual do Mercado.⁹⁹

Figura 13 – Fotografia do Mercado Cultural de Porto Velho



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

O Mercado Cultural tornou-se ponto turístico para visitas e eventos culturais como shows de música, mostras de dança de artistas da região e, atualmente, também possui um gastrobar. É um espaço belíssimo, onde a gente sente e presencia a história local através de fotografias e da arquitetura interna e externa. Tornou-se também um espaço aberto para manifestações dos movimentos sociais de mulheres, afro-religiosos e LGBTQIA+, que acontecem dentro e fora do Mercado.

⁹⁸ Nome dado à carne de animais abatidos na véspera do consumo, sem qualquer conservação.

⁹⁹ Ver: Trilhando a História, Disponível em: [http://alekspalitot.blogspot.com/p/edificacoes-historicas-de-rondonia.html#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Mercado%20Municipal%20\(%20Mercado,o%20abastecimento%20de%20carnes%20verdes](http://alekspalitot.blogspot.com/p/edificacoes-historicas-de-rondonia.html#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Mercado%20Municipal%20(%20Mercado,o%20abastecimento%20de%20carnes%20verdes). Acesso em: 28 abr. 2021.

Figura 14 – Fotografia da Manifestação LGBTQIA+ em prol da criação do conselho Municipal



Fonte: Página da Karen Oliveira no Facebook.¹⁰⁰

Figura 15 - Fotografia da Ação do Núcleo de Questões Étnico-raciais da *Associação Filhas do Boto Nunca Mais* (2020)



Fonte: Página da Associação Filhas do Boto Nunca Mais no Facebook .¹⁰¹

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/karendeoliveira.oliveira/photos>. Acesso em: 16 nov. 2021.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/filhasdobotonuncamais/photos/920621721804523>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Figura 16 – Fotografia da reunião de mulheres em alusão ao mês da consciência negra (2020)



Fonte: Página da Associação Filhas do Boto Nunca Mais no Facebook .¹⁰²

Os espaços públicos são compreendidos, aqui, como locais de liberdade de expressão e de democracia. Historicamente são lugares estratégicos e de manifestação de discursos como forma de resistência e resiliência da sociedade civil nas ruas, avenidas, praças, etc. A cientista política Jean Cohen explica que o termo “sociedade civil” é empregado na política, nas universidades e nos movimentos sociais em todo o mundo. Ela o entende como um campo de interação social diferenciada da economia e do Estado, sendo:

[...] invocado para tudo, designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, **organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos** e movimentos sociais transnacionais. Aliás, a ideia de uma sociedade civil mundial ou transnacional já se tornou a principal contribuição do século XXI ao debate sobre esse conceito. E assim como no passado, na maioria das vezes o **discurso da sociedade civil trata-a como elemento essencial para a democracia e o processo de democratização e como a fonte principal da solidariedade e da integração social**. (Cohen, 2003, p. 419, grifos nossos).

A defesa da sociedade civil, num Estado democrático, não passa, a nosso ver, pelos ideais neoliberais de um chamado “terceiro setor”, que inverte o papel institucional governamental, que o desresponsabiliza de suas atribuições constitucionais,

¹⁰² Disponível em: <https://www.facebook.com/filhasdobotonuncamais/photos/920621965137832>. Acesso em: 14 abr. 2021.

como as de assegurar as necessidades básicas da/do cidadã/cidadão, como, por exemplo, educação, saúde, segurança, cultura, moradia, cuidados com o meio ambiente, etc.

Na política brasileira do período de 2018 a 2022, inclusive nos governos anteriores, vivenciamos uma quase ausência de políticas sociais efetivas. É visível uma insensibilidade com determinados grupos contrários à forma como o sistema vem operando, bem como uma onda de retrocessos em diversos campos e de desmoralização da sociedade civil.

Nesse sentido, a importância das mobilizações sociais é fundamental num país desigual e cisheteropatriarcal. Refiro-me aqui àquelas mobilizações organizadas pelos movimentos sociais de mulheres, LGBTQIA+, indígenas, negras/os ou pretas/os, pelas organizações não-governamentais (ONGs) combativas e representativas, na contínua luta coletiva por uma sociedade mais justa, igualitária, sensível, solidária e materialmente democrática.

Esses grupos sociais vêm se mobilizando nos espaços públicos como movimentos subversivos, de acordo com o sociólogo Fabiano Rosa de Magalhães, desde “[...] o período anterior à formação das primeiras organizações proto-sindicais, no início da Revolução Industrial” (Magalhães, 2013, p. 9). Podemos corroborar essa afirmação através da obra *Costumes em comum* do historiador Edward Palmer Thompson, que analisou os *motins da fome* como ações de rebeldia popular na Inglaterra do século XVIII, nos quais homens e mulheres ocuparam os espaços públicos e, com o apoio da maioria de suas comunidades, saíram às ruas em defesa dos seus direitos contra o aumento do preço dos pães, devido à taxaço do trigo, maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. De acordo com o historiador, quem dava início aos motins eram as mulheres, portando facas na cintura realizavam ameaças a quem as atacasse, eram corajosas e violentas, e envolvidas com as negociações do mercado com relação a preços, pesos e qualidade dos produtos (Thompson, 1998).

Adotando como objeto de análise a estruturação do modelo de cidade capitalista, Fabiano Magalhães explana que é exatamente esse cenário que grupos sociais descontentes tomam como campo de prática de diversas manifestações públicas. Nesse sentido, para o sociólogo, a cidade passou a ser:

[...] palco para as organizações do movimento operário, que se configuraram como força política a partir do século XIX. [...] já na segunda metade do século XX, são os denominados **novos movimentos**

sociais que passam a ocupar as ruas [...]. (Magalhães, 2013, p. 9, grifo nosso).

Fazem parte desses novos movimentos sociais de caráter progressista, entre outros, o movimento negro, o feminista, o LGBTQIA+, o ambientalista, o indígena, o quilombola e o barrageiro, os quais, através de suas manifestações, integram a história de luta contra a operacionalidade do sistema capitalista e patriarcal. Fabiano Magalhães (2013) ainda faz uma ressalva que não são somente os movimentos sociais considerados de *esquerda* que se manifestam nos espaços públicos. Afinal, embora em escala menor, alguns setores conservadores e fundamentalistas também ocupam os espaços públicos para fazer as suas manifestações em prol da manutenção do sistema patriarcal, como, por exemplo, a “Marcha das Mulheres com Deus e pela Liberdade”, dirigida pelos movimentos conservadores que deram suporte à Ditadura Militar (1964), e, no início da segunda década do século XXI, o “Movimento Vem Pró Rua – VPR” (2014), liderado por jovens, criado após o processo eleitoral reelegendo a presidenta Dilma Rousseff.

Esse movimento teve o apoio de grupos políticos, principalmente do atual MDB, que não aceitaram a derrota da chapa do candidato Aécio Neves do PSDB. Esses jovens foram estimulados a irem às ruas, tendo como lema “contra tudo que está aí”. Depois criaram novas formas de protestos como, por exemplo, os painelaços, ganhando força e novos aliados, como a mídia conservadora, políticos reacionários, elite empresarial e profissionais da classe média, resultando no processo do *impeachment* da presidenta.

De modo semelhante, surgiu, também em 2014, o *Movimento Brasil Livre*, igualmente constituído por lideranças jovens, e igualmente inconformado com o resultado das eleições. Assim como o VPR, tiveram grande apoio de empresários, políticos conservadores e da mídia corporativa. Sobre esse movimento, o sociólogo Francisco Mesquita de Oliveira ressalta que:

[...] rapidamente foi organizado em quase todos os Estados da federação por meio das redes sociais na internet: facebook, e-mails e *whatsapp* para puxar a mobilização da sociedade às manifestações de rua contra os governos do PT. Juntamente com o VPR, tornaram-se os principais articuladores e convocadores das manifestações de 2015 e 2016, em protesto ao Partido dos Trabalhadores, o governo da Presidente Dilma e pelo *impeachment*. Eles impulsionaram uma onda de ações conservadoras e intolerância política aos partidos, políticos, lideranças e gestores de esquerda, a quem atribuíam a corrupção no Brasil. (Oliveira 2017, p. 8).

Também deve-se ressaltar nesse campo dos movimentos sociais situados “à direita” e que ocuparam o espaço público urbano, o “Direita de São Paulo”, criado em 2016, que liderou o movimento conservador no país, bem como se tornaram aliados ao desgoverno que esteve na presidência do país em 2018 a 2022 (#ELENÃO). Seus integrantes saíram às ruas em defesa do armamento, da reforma da previdência, do pacote anti crime, entre outras medidas reacionárias.¹⁰³

Essas manifestações são tipicamente urbanas, mas, diferentemente dos movimentos sociais das últimas décadas do século XX, de caráter progressista, e pela democratização do Estado, Francisco Oliveira resalta que “[...] os do início do século XXI apresentam espectro conservador, elitista e defensores de políticas neoliberais” (Oliveira, 2017, p. 3).

Retomando o assunto da ocupação dos espaços públicos pelos movimentos sociais progressistas, os encontros para as suas manifestações acontecem em pontos estratégicos e específicos da cidade. No caso dos movimentos sociais de mulheres e LGBTQIA+ de Porto Velho, a Praça Getúlio Vargas, as Três Caixas D'Água¹⁰⁴ e o Mercado Cultural são lugares escolhidos por ambos os movimentos como espaços favoráveis para as suas manifestações socioculturais.

Concordo com a pesquisadora Christele Harrouk quando ela comenta que os espaços públicos operam como uma importante ferramenta de transformação social. Em tempos de crises e retrocessos, como o contexto atual, enquanto ainda precisamos *ir às ruas* para lutar por nossos direitos, nos fazer ouvir e sermos vistas/os, os espaços públicos como ferramentas de expressão social da democracia têm o seu importante papel na construção das identidades coletivas (Harrouk, 2020).

Para regimes autoritários e opressivos, espaços públicos representam ameaça à manutenção dos seus privilégios de raça, gênero, orientação sexual, classe e religião. Tais espaços operam como catalisadores de movimentos progressistas, de resistência e oposição ao sistema, são lugares onde memórias subterrâneas invadem o espaço público, reivindicando ações múltiplas contra a dominação e a memória oficial hegemônica. (Pollak, 1989). Nesse sentido, é nesses lugares que o *levante* acontece, que

¹⁰³ Ver: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/grupo-paulista-de-direita-cria-movimento-conservador-para-atuacao-nacional-23856855>. Acesso em: 05 set. 2021.

¹⁰⁴ Símbolo presente na bandeira de Porto Velho onde acontecem e se concentram as manifestações dos movimentos sociais da esquerda, blocos carnavalescos e a parada LGBTQIA+.

as vozes são ecoadas contra as desigualdades sociais, as diversas formas de opressões interseccionais e históricas, como veremos no decorrer deste trabalho.

Figura 17 – Fotografia da visão interna do atual Mercado Cultural



Fonte: Registro feito pela autora da tese (abr. 2020).

4.3. A primeira entrevista

O primeiro colaborador entrevistado foi, como já dito, Kary Jean Falcão. É uma pessoa incrível, doce e sensível, engajado desde a década de 1990 nas lutas em prol da comunidade LGBTQIA+, em especial, da população trans de Porto Velho. Antes de nos encontrarmos na parte da tarde, pela manhã ele me enviou mensagens para o meu *whatsapp*, confirmando a sua entrevista e que estaria à minha disposição.

Era um fim de tarde do dia 18 de março de 2020 e estava chovendo bastante. Fui com algumas horas de antecedência para instalar e testar os equipamentos de gravação de áudio e vídeo, e procurar um local específico para a realização da entrevista e da escuta desse personagem fundamental para esta pesquisa.

Ele se chama Kary Falcão, tem 49 anos de idade, é professor, pesquisador e ex-membro do *Tucuxi* (antigo grupo LGBTQIA+ de Porto Velho). Atualmente, é militante acadêmico e se autoafirma como homem gay cis. Não se considera branco, embora, em alguns casos, precise evidenciar a sua raça por conta da tonalidade clara de sua pele. Também não se considera bissexual, apesar de ter tido relações sexuais com pessoas do “sexo oposto”.

Enquanto Kary não chegava, testei os gravadores, a máquina fotográfica e os celulares. Instalei o pedestal para o posicionamento da filmagem. Havia muitos ruídos devido às centrais de ar-condicionado e ventiladores, além dos barulhos dos automóveis nas ruas paralelas ao Mercado. Tive que mudar o local da entrevista.

Kary chegou bem apreensivo. Comuniquei a ele sobre os problemas dos ruídos dentro do Mercado, de como as minhas ferramentas são “amadoras” e que os áudios não iriam ter a qualidade desejada. No entorno do Mercado Cultural temos outros pontos históricos oficiais da capital como, por exemplo, a antiga sede do governo de Rondônia.

Figura 18 - Fotografia do Museu da Memória Rondoniense



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Denominado Palácio Presidente Getúlio Vargas, foi criado em 1949, com arquitetura puramente neocolonial, por onde passaram todos os governadores até 2015, e onde foram assinados vários acordos e atos importantes da história do estado. Sentadas/os nos bancos, nos arredores da edificação, pudemos contemplar a natureza que a cerca, com árvores raras, como o pau-brasil e as palmeiras. O prédio tornou-se, atualmente, o Museu Palácio da Memória Rondoniense (MERO), com a finalidade de fomentar a cultura regional. Reúne os acervos do Museu Estadual de Rondônia, as obras de arte do estado e o Centro de Documentação Histórica (CDH).

Esse espaço possui, também, um laboratório de análise arqueológica, sala de pesquisa, exposição e auditório. É um local que agrega o acervo histórico com a documentação sobre o Estado, bem como os acervos arqueológicos, pré-histórico,

paleontológico, etnológico, biológico e geológico, e ainda alguns documentos sobre a memória indígena e de remanescentes quilombolas, inexistindo até o presente momento acervos sobre a história e a memória de mulheres e LGBTQIA+.

Eu e Kary conversamos e chegamos a um acordo de fazermos a sua entrevista em outro local próximo, pois ainda chovia bastante naquele momento. Um tempinho chuvoso, quando um café com tapioca cairia muito bem. Kary escolheu fazer a entrevista no prédio da reitoria da Universidade Federal de Rondônia (UNIR/Centro), que fica na Avenida Presidente Dutra, lateral à esquerda, e creio que a uns 100 metros de distância do Mercado Cultural. A seguir um registro externo da UNIR/Centro.

Figura 19 – Fotografia da Reitoria da Universidade Federal de Rondônia



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Onde hoje é o prédio da reitoria da UNIR, antigamente era o Porto Velho Hotel, que foi construído nos anos de 1940, e inaugurado em janeiro de 1953. Permaneceu como hotel até meados dos anos 1960 - nessa época o atual estado de Rondônia ainda era Território Federal do Guaporé. De acordo com o turismólogo Ivo Feitosa, o espaço chegou a possuir uma “Varanda Tropical”, onde eram colocados sombreros de sol nas mesas, e que se tornou o point obrigatório da elite local. Época do ouro da cidade, ao menos para as suas elites, o autor afirma que o governo na época

achou inviável o funcionamento do edifício como hotel, e então, em 1974, o estabelecimento foi desativado.¹⁰⁵

As escadarias do prédio são comumente utilizadas para fotos de formandas/os dos cursos de graduação da Universidade; já foi por diversas vezes palco para *shows*, apresentações de teatro de universitárias/os, festas de calouras/os, bem como, palco para protestos e manifestações estudantis. Saliento que dentro da instituição há um miniauditório para fins acadêmicos, inclusive, foi nesse local que eu defendi a minha dissertação de mestrado em 15 de dezembro de 2015 com a presença de representantes do movimento LGBTQIA+ nacional.

Figura 20 – Fotografia de Lauri com a banca de defesa de mestrado (Ivoneete Tamboril, Alexandre Pacheco e Edinaldo Freitas)



Fonte: Página da autora da tese no Facebook.¹⁰⁶

Durante aquela semana estava acontecendo em outro local da cidade a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBTI. Eu estava

¹⁰⁵ Para saber mais: <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/ivo-feitosa/voce-sabia-que-predio-da-unir-centro>. Acesso em: 06 mai. 2021.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1112444248774248&type=3>. Acesso em: 16 nov. 2021.

como participante da conferência, logo, aproveitei o evento para fazer o convite aos demais participantes para prestigiarem a minha defesa. Veja a seguir alguns registros desse evento.

Figura 21 – Fotografia de Lauri com Marina Reidel e Symmy Larrat na 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBTI em Porto Velho/RO



Fonte: Página da autora da tese no Facebook.¹⁰⁷

Figura 22 – Fotografia de Lauri e convidadas/os LGBTQIA+ e pessoas cisheteras em sua defesa de mestrado



Fonte: Página da autora da tese no Facebook.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1112144248774248&type=3>. Acesso em: 16 nov. 2021.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1112444248774248&type=3>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Figura 23 – Fotografia de Lauri no final da apresentação de sua dissertação de mestrado



Fonte: Página da autora da tese no Facebook. ¹⁰⁹

Esse espaço é simbólico e tem um significado especial em minha vida e na de outras pessoas trans e LGB+ da região, pois foi neste local que me tornei a primeira mulher trans com mestrado acadêmico da região Norte. Foi onde eu abri os caminhos possíveis para que as travestis e mulheres transexuais do meu estado percebessem que elas também são capazes e podem ocupar espaços que antes não conseguíamos adentrar, bem como, sermos agentes protagonistas de transformação social.

Depois desse momento nostálgico que me veio à mente naquele momento, eu e Kary pegamos as minhas ferramentas de pesquisa e corremos até o prédio da Reitoria para não nos molharmos muito na chuva. Enfim entramos na mencionada “Varanda tropical” onde a elite rondoniense dos anos 1950 e 1960 espreitava e mostrava o seu luxo e poder aquisitivo.

Por fim, montamos os equipamentos. O ato colaborativo e gentil de Kary foi crucial, no sentido de preparação para a gravação de sua entrevista. Tínhamos perdido um pouco do tempo, e também ele teria que retornar ao trabalho logo após a entrevista. Senti que ele estava eufórico para falar sobre a sua trajetória de vida e muito comunicativo como sempre foi. Naquela tarde chuvosa, a reitoria estava em funcionamento. Pedi educadamente ao vigilante para que ele me cedesse uma cadeira para que o meu colaborador pudesse sentar-se.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1112444248774269&type=3>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Para a pesquisa de campo, além das ferramentas tecnológicas, eu levei para compor o cenário das entrevistas a bandeira do Orgulho LGBTQIA+, a bandeira da população trans e a bandeira de Rondônia, a fim de que se tornasse mais simbólico e representativo o momento de escuta e gravação, caso a/o colaboradora/or aceitasse.

Figura 24 – Fotografia do colaborador Kary Falcão 1



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

Com todos os equipamentos instalados, mais o meu diário de campo, deixei-o à vontade para escolher onde se sentar, se posicionar, para capturar o melhor ângulo e a sua voz. Arrumamos as bandeiras no cenário improvisado, e, a partir daí, realizei a primeira entrevista deste trabalho. No final, Kary me pediu para gravá-lo descendo das escadarias erguendo a bandeira LGBTQIA+. Esse momento foi emblemático e simbólico, pois ainda estava chovendo e, mesmo assim, ele alçou a bandeira sobre os ombros, cobriu um pouco a sua cabeça e desceu. Percebi naquele momento que foi um ato muito significativo, de reconhecimento, pertencimento e valorização em fazer parte da luta e da (re) existência LGBTQIA+ no estado.

Figura 25 – Fotografia do colaborador Kary Falcão 2



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

Encerrei a primeira entrevista. Agradei a participação dele na pesquisa, nos abraçamos, pois naquele momento ainda podíamos ter um contato físico mais próximo.¹¹⁰ Foi uma entrevista muito potente. Eu disse para ele que nos veríamos logo para um retorno da pesquisa, e, claro, um encontro para contarmos os babados da vida.

4.4. A segunda entrevista

Depois de eu ter realizado a entrevista com o Kary Falcão, à noite entrei em contato via *whatsapp* com o próximo colaborador a ser entrevistado, Breno Martins, para confirmar a data, o horário e o local de realização da entrevista. Quando eu fiz o convite para participar desta pesquisa, Breno achou maravilhoso e me disse que para ele seria uma honra. De antemão, ressaltou que era “novo” na militância LGBTQIA+, mas que esperava ajudar no meu trabalho.

Perguntei a ele se sugeria algum local específico para eu entrevistá-lo, e ele me respondeu que toparia em qualquer lugar aberto, na parte da tarde, devido ao fato de seu

¹¹⁰ No dia 16 de março, o poder executivo do estado havia lançado o decreto 24871/20 que previa uma série de recomendações temporárias visando principalmente que a população evitasse participar de reuniões ou aglomerados com mais de 100 pessoas. O decreto relatava os sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus, medidas para formas de teletrabalhos e *home office* aos servidores públicos, bem como a suspensão das aulas na rede de ensino e mais o uso do álcool em gel. Mas esse decreto não citava ainda o uso obrigatório de máscaras. Ver: <http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-871-de-16-de-marco-de-2020-estado-de-calamidade-publica-atualizacao/>. Acesso em: 07 mai. 2021.

trabalho ser no período matutino, ou no fim de semana. Perguntei se poderia ser no outro dia (19/03/2020), às 16h, no Mercado Cultural. Breno confirmou, mas antecipou o nosso encontro para as 15h, pois estava saindo do trabalho mais cedo, devido à questão da pandemia - que em números de infectadas/os ainda eram menores em relação a outras regiões do país. Expliquei para ele os procedimentos metodológicos da pesquisa e confirmei que estaria no local um pouco antes do horário previsto para aguardá-lo.

Depois de eu ter conseguido realizar a primeira entrevista, e de ter marcado a segunda com o próximo colaborador, estava me sentindo exausta devido à tensão e ansiedade, pensando se ocorreria tudo “nos conformes” como eu havia pré- planejado, mas estava fluindo. As deusas estavam comigo. Restava, para mim, repousar e dormir para mais um dia de trabalho.

19 de março de 2021. Saí às 13h da casa da Josy e chamei um carro por esses aplicativos da vida. Era uma tarde ensolarada, um “calor da moléstia”, normal nas paragens do poente. Fui mais cedo para realizar os procedimentos técnicos da pesquisa, escolher lugares para gravação da entrevista e aguardar o Breno.

Ele chegou. Eu estava em uma mesa tomando um refrigerante regional no Mercado Cultural. Gentilmente perguntei se ele queria tomar um refri, água... Ele aceitou tomar uma água, até porque estava babadeiro o calor. No entanto, o avisei que infelizmente eu não iria fazer a entrevista dele dentro do Mercado, devido aos ruídos. Nesse dia, tinha algumas pessoas circulando no local. Percebi também alguns curiosos cochichando para ver ou saber o que eu iria aprontar com as minhas ferramentas de trabalho. Era apenas uma historiadora trans afroameríndigena em campo.

Sáímos do Mercado e fomos para frente do Museu da Memória Rondoniense, onde se localiza a praça Getúlio Vargas. Achei melhor realizar a entrevista nesse local, devido ao fato de ter bancos para nos sentarmos, além de toda uma linda arquitetura e paisagem para uma boa entrevista. No local havia casais cisheteros e alguns homens cis jogando baralho.

Meu colaborador, Breno Vinicius Negreiros Martins, é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. No momento da entrevista, ele ainda era coordenador do coletivo LGBTQIA+ *Somar*. Tem 26 anos de idade. É um homem gay cis. Por enquanto, ele se vê como uma pessoa não branca, pois tem dúvidas em torno de sua raça: o pai era ribeirinho e, de acordo com Breno, era praticamente negro, embora não se reconhecesse assim; a mãe é uma mulher branca (ela se reconhece dessa forma).

No início da entrevista, estava um pouco nervoso, mas falei para ele respirar, relaxar, ficar tranquilo e, no momento que estivesse pronto, poderíamos começar.

Figura 26 – Fotografia do colaborador Breno Martins 1



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

Mudamos de posição e local algumas vezes, devido ao maravilhoso sol batendo em nossa cara. Ocorreu também um episódio ao nosso lado, em que um casal cishetero estava brigando e a amapô chorando. Algo nada legal, mas logo depois foram embora, e consegui realizar a entrevista. No final, pedi para que Breno posasse para fotos e vídeos curtos dando um close com a bandeira do Orgulho LGBTQIA+ na praça. Entrevista concluída com sucesso naquele dia. Mas, para minha surpresa, depois de algumas semanas, no mês de abril de 2020, vi na rede social do Breno um vídeo curto dele desfilando e segurando a bandeira na praça, que eu havia enviado a ele. Veja o que Breno escreveu em sua postagem:

Na madrugada retrasada assisti “Love, Simon” com meu irmão, e, dentre as reflexões que o filme traz (sim, ele traz algumas), uma delas desencadeou várias outras na minha cabeça: a conversa que ele tem com a mãe, um pouco depois de se assumir gay, sobre ter dito que “continuará sendo o mesmo Simon” e de que “nada vai mudar”. Eu lembro que falei isso para minha mãe, já vi muitas representações dessa fala em relatos por aí – e, até Carlinhos Maia, ao se “assumir” pro seu público, disse o mesmo (é importante dar esse exemplo).

No filme, a mãe do Simon diz que ele realmente não mudou, continua o mesmo filho, irmão e amigo que todos amam, mas que, a partir de agora, ele poderia ser mais autêntico e fiel a si mesmo, afinal, ele não escondia mais uma parte importante de quem era.

Com o tempo eu também fui percebendo isso comigo mesmo - bem como o que vem junto desse entendimento de que “eu sou gay, mas continuo o mesmo”. Soa como uma frase de conforto, - e alguns até podem dizer que essa é a sua única função, pois ela se torna apenas uma frase para aquele momento, já que todos mudamos com o tempo. No entanto, penso que ela traz um sentido aprisionador, enquanto promessa, se tornando uma violência contra nós mesmos.

Explico, ao nos autodeclararmos LGBTs, rompemos o padrão cisheteronormativo vigente na sociedade, e, para que continuemos sendo nós mesmos, precisamos exercitar, desde então, a nossa saída permanente do armário. Sair do armário é uma metáfora que nos é bastante cabível, mas que, na realidade, se materializa de diversas formas. Se eu quebro este padrão ao me declarar quem realmente sou, já não sou mais quem eu era antes disso, automaticamente. Manter, no entanto, a garantia de que nada mudou me aprisiona naquilo que eu estou pretendendo me libertar.

Um conceito importante de trazer é o de passabilidade, de se restar camuflado na sociedade cisheteronormativa, o "padrãozinho". Eu me construí (e hoje me identifico) com uma passabilidade que me blindou de diversas violências (de certo modo, um privilégio). Mas esta proteção me custou a construção de toda uma fortaleza que reconheço como meu armário, do qual eu ainda tenho dúvidas se saí, mesmo após quase 7 anos que me assumi. Não usar roupas chamativas, coloridas, “gays”. Minha autodeclaração como uma pessoa que gosta de preto, cores neutras, minimalista, era tão certa quanto eu ser LGBTI; e, de repente, me vi duvidando de comportamentos que pensei que me definiam, e que, talvez, me prendiam. Começo a identificar o meu armário e, talvez, eu ainda não tenha saído dele. Procuro justificativas para ainda manter este escudo, e as encontro no meu principal objeto de pesquisa - a homofobia (LGBTfobia, prefiro). Mas, ao mesmo tempo em que eu também me conforto com este motivo, me lembro daqueles que nunca tiveram este escudo, ou que o romperam de forma abrupta e se tornaram, posso dizer, livres. Mantê-lo me torna covarde?

Tenho procurado defender e representar aqueles iguais a mim, carregar uma bandeira de 6 cores que, definitivamente, não foi carregada por covardes; mas, por que ainda me mantenho retornando ao armário? Numa tentativa de arranjar mais justificativas, elenco o mundo jurídico o qual me encontro inserido (embora ele esteja mudando...), ou mesmo o fato de morar num Estado de conceitos tão retrógrados e conservadores (idem). Enfim, quando não será mais necessário precisar desse armário? Como devo ser ao sair dele? Sei que cada ser é único, mas como será comigo? Talvez a terapia ajude. Talvez eu esteja até mesmo incorrendo no erro de tentar me encaixar no padrão de outros LGBTI em suas saídas de armário. Mas, de qualquer forma, 1/2 pezinho no armário eu sei que tenho sim. Penso se ainda não estou preso na promessa de que “nada vai mudar”.

No exemplo de Carlinhos, embora tenha “liberado” parte importante de sua vida, continua com seus pensamentos preconceituosos e

retrógrados, alimentando uma estrutura de opressões que ferem a ele mesmo. Será que ele acredita que isso seja o seu escudo? Não que eu esteja me comparando a ele, mas não podemos descartar hipóteses.

Por fim, ninguém precisa se tornar a pessoa mais excêntrica (ou “militante”) para mostrar sua liberdade e autoaceitação, mas devemos estar à vontade, o máximo que pudermos, com nossas identidades; não ter medo de mostrar nosso amor com um “andar de mãos dadas”.

Trouxe esse vídeo, de algumas semanas atrás, do dia em que a Doutoranda e amiga @lauricollins me entrevistou para sua pesquisa, para ilustrar este texto. Ela não soube, mas desse momento eu nunca esquecerei. Senti um medo absurdo ao segurar essa bandeira em plena praça, na frente de alguns homens que ali estavam sentados, passando, e me olhavam desconfiados (imagino, não fiquei encarando).

Senti-me indefeso, por um momento. Só tinha a Lauri ali comigo, e ela estava até longe.

Alguém poderia atirar algo em mim, me xingar - pensei - e isso confirmaria todos os meus medos. Sei que é algo simples, e até bobo, mas, no fim, isso me fez sair uns centímetros para fora do meu armário - e eu espero sair dele por completo, um dia.

Ps: isso tudo pode ter sido apenas uma divagação do meu inferno astral que começou há 3 dias - ou de meus 1/4 de século de vida que completo daqui algumas semanas.¹¹¹

Faço agora uma breve análise dessa postagem, pois irei aprofundá-la e articulá-la com a entrevista do Breno nas próximas seções: quando eu vi o vídeo na rede social dele, que havia enviado no mesmo dia da entrevista, na hora pensei: *ele gostou da gravação de sua entrevista...* Quando eu li esse texto acima postado juntamente com vídeo eu disse: *estou no caminho certo*. Fiquei extremamente feliz com o relato tão potente e fabuloso do Breno e que recebeu muitos comentários positivos, com respeito e admiração de amigas/os, em especial de sua querida mãe o apoiando e orgulhosa em torno de sua grande reflexão importante também para esta pesquisa.

¹¹¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_nLmqFD6Kn/. Acesso em: 05 mai. 2021.

Figura 27 – Fotografia do colaborador Breno Martins 2



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

Breno é um jovem militante engajado e intelectualizado, mesmo ele sentiu medo em “desfile” com a bandeira. Através de uma autorreflexão, segundo ele mesmo, foi um ato de coragem e de pertencimento segurar a bandeira do Orgulho LGBTQIA+, em um espaço público, lugar das lutas e das resistências dos movimentos sociais da cidade. Mesmo ele dizendo que *no fim, isso me fez sair uns centímetros para fora do meu armário*, essa quantidade mínima já faz dele um (re) existente e protagonista de sua própria história na luta contra as diversas formas de opressão no estado.

Figura 28 – Fotografia do colaborador Breno Martins 3



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

A nossa segurança, principalmente a dele, estava resguardada? Infelizmente eis a dúvida, no país que mais mata LGBTQIA+ do mundo, com feminicídio gritando, genocídio das populações negras ou pretas e indígenas, e, considerando especificamente o estado de Rondônia, extremamente cristão, conservador e cisheteropatriarcal. Além disso, na atual conjuntura política do nosso país, cercada por discursos e posicionamentos LGBQIfóbicos, racistas, misóginos e machistas, o medo é algo “normal” em nosso cotidiano, quando queremos ser quem somos, auto afirmar as nossas identidades de gênero ou/e orientações sexuais, seja nos espaços privados ou públicos. Mas eu espero que um dia, assim como o Breno, todas/todos LGBTQIA+ possam colocar fogo nos armários sem terem medos na busca de sua felicidade e de liberdade.

4.5. A terceira entrevista

No dia 20 de março de 2020, data da realização de mais uma entrevista para este trabalho, a imprensa noticiava que no mundo havia mais de 260 mil infectadas/os e mais de 10 mil óbitos por causa do novo coronavírus (Sars-Cov-2). Através das secretarias estaduais de Saúde do Brasil, foram anunciados 801 casos confirmados em 23 estados e no Distrito Federal. Naquele momento, haviam sido contabilizadas 11 mortes no Brasil,

duas no Rio de Janeiro e nove em São Paulo, mas o Ministério da Saúde registrou apenas quatro, ocultando os demais óbitos.¹¹²

O Senado brasileiro havia aprovado o projeto de decreto legislativo que reconhecia o estado de calamidade pública no país em razão da pandemia. No Amapá e no Mato Grosso surgiram os primeiros casos de infectados. No estado do Pará dois homens foram contaminados, já no Acre foram computados quatro casos. Somente nos estados do Maranhão, Rondônia e Roraima não existia ainda a confirmação de pessoas infectadas.¹¹³

Em função disso, já comecei a ficar em pânico, pensando que a qualquer momento os casos poderiam chegar ao estado de Rondônia, ou se já não havia, né? Mas não me passou pela cabeça que o problema sanitário que estávamos vivenciando no mundo poderia atrapalhar e/ou interromper o meu cronograma da pesquisa de campo (e de tantas/os outras/os pesquisadoras/es no mundo) que estava fluindo, conforme vinha prevendo.

O meu terceiro colaborador é fruto de indicação de uma amiga, Dayse, militante LGBTQIA+ de Porto Velho. Em conversas com ela eu perguntei se ela conhecia algum homem trans militante que poderia e/ou aceitaria participar de minha pesquisa. Aí ela me indicou o Apollo.

Apollo Nunes tem 23 anos de idade. É um homem trans amazonense. Sua profissão naquele momento era a de motoboy. Ele é membro do Coletivo Multivozes. Entrei em contato com ele pelas redes sociais para convidá-lo. Já aproveitei para segui-lo também, ele aceitou e ficou muito feliz em participar deste trabalho. Ele perguntou se precisaríamos, ou não, nos encontrar antes da entrevista. Respondi que sim, e se ele se sentisse preparado para a entrevista, eu levaria as ferramentas, mas que ficaria ao seu critério. Disse também que podia escolher o local, data e horário, que eu iria até ele.

Apollo ressaltou que nunca havia dado uma entrevista a alguém e que gostaria de receber algumas instruções. Disse ainda que morava atrás do *Porto Velho Shopping*, mas que poderia me encontrar em outros lugares da cidade. Ele mora próximo ao *Parque da Cidade*, que fica justamente atrás do principal shopping do estado.

¹¹² Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/20/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-20-de-marco.ghtml>>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

¹¹³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/20/coronavirus-senado-aprova-decreto-que-reconhece-estado-de-calamidade-publica.ghtml>>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

O Parque foi inaugurado em 2009, na gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho, do Partido dos Trabalhadores (PT), e parte de um novo conceito de espaço para sociabilidade pública, cultura, lazer, práticas esportivas e turismo. É um local bem arborizado, de um lado há um lago artificial com peixes, tartarugas e patos, do outro, mesas e bancos, pista para caminhadas, academia comunitária, parque infantil, banheiros, sala administrativa etc. Veja a seguir um registro externo do Parque da Cidade:

Figura 29 - Fotografia do Parque da Cidade de Porto Velho



Fonte: *GI-RO* (2018).¹¹⁴

Sendo assim, eu sugeri que nos encontrássemos no Parque da Cidade, pois teríamos uma paisagem belíssima. Passei as instruções de como iria acontecer a entrevista, dei umas “palavras-chave” (engajamento nas lutas do movimento LGBTQIA+, dificuldades no movimento, transfobia e políticas públicas), para ele ir refletindo e se preparando. Combinamos então que a sua entrevista seria no dia 18/03/2020 às 11h.

No dia da entrevista, antes do horário, mandei mensagem para o *whatsapp* dele, a fim de confirmar se estava tudo certo para nos encontrarmos, até para eu poder me deslocar ao parque antecipadamente, inspecionar o local e testar as minhas ferramentas de campo. Ele me enviou um áudio dizendo que estava com uma dor forte na cabeça e que iria ao hospital realizar alguns procedimentos médicos. Falei então a ele que não

¹¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/15/para-conter-aglomeracoes-parque-da-cidade-e-fechado-em-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

haveria problema e que ele deveria cuidar da sua saúde. Desejei-lhe melhoras e disse-lhe que assim que ele estivesse bem poderíamos reagendar a entrevista.

No outro dia (19/03/2020) à noite, Apollo me enviou mensagens falando que já estava melhor. Perguntou se ainda era necessária sua participação na pesquisa, pois ele estaria disponível no final da manhã do dia seguinte às 11h30, porque esse era o horário que sua esposa entraria para trabalhar no shopping. Logo, ele deixaria a esposa no seu emprego, e depois iria ao meu encontro no Parque da Cidade. Respondi que sua participação era extremamente importante, e que jamais deixaria de entrevistá-lo. Depois de ter confirmado a entrevista, fui dormir ansiosa, mas cheia de esperança de que tudo iria dar certo.

Sai da casa da Josy por volta de 11h da manhã. Solicitei novamente um carro através de aplicativo. No dia anterior, eu estava levando junto comigo o álcool em gel que havia comprado, pois, naquela semana, já se fazia a indicação do uso do produto para assepsia das mãos e higienização de superfícies e objetos, como item necessário com a finalidade de evitar o contágio pelo novo coronavírus. No trajeto, fui observando a cidade, que já estava começando a ficar pacata. Senti algo muito estranho no ambiente, poucos barulhos, pouca movimentação em plena sexta-feira. Ainda havia muitos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos funcionando “normalmente”, mas sem grande circulação de pessoas nas ruas e avenidas nas quais eu passei.¹¹⁵

Cheguei enfim ao local para a realização da entrevista de Apollo. Um silêncio vigorava, sem o canto dos pássaros, apenas o ruído de pouquíssimas pessoas circulando dentro do parque. Havia uns três funcionários da equipe de limpeza, o vigia e uns rapazes sentados embaixo de uma árvore conversando e fumando. Enquanto Apollo não chegava, procurei um local com sombra para conversarmos e gravarmos o seu relato de vida.

Apollo chegou com um capacete na mão, uma aparência tímida inicial e um andar vagaroso. Fui recepcioná-lo e cumprimentá-lo, pois, diferentemente de Kary e de Breno, que eu já conhecia através da militância, ainda não tinha me comunicado pessoalmente com ele.

¹¹⁵ É importante ressaltar que o estado de Rondônia ainda não tinha declarado estado de calamidade pública para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus. O que se estava fazendo na semana das realizações de minhas entrevistas, era uma pré-conscientização sobre a pandemia, o uso do álcool em gel (tanto que a procura já era grande nas drogarias, supermercados e farmácias) e o fechamento de alguns órgãos públicos e comerciais.

Figura 30 – Fotografia do colaborador Apollo Nunes 1



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

Conversamos bastante. Falei dos pontos específicos que eu havia escolhido para orientar a entrevista. Perguntei se dessa maneira estava confortável e o que ele achava. Ele respondeu que estava ótimo. Iniciei então a entrevista. Mudamos duas vezes de lugar, conforme eu havia previsto. No final da entrevista fizemos algumas fotos e vídeos curtos dele segurando a bandeira trans. No final agradei. Falei para ele que eu iria entrar em contato novamente a qualquer momento para um retorno da pesquisa. Fomos caminhando e conversando até ao shopping, e de lá cada um seguiu seu rumo.

Figura 31 – Fotografia do colaborador Apollo Nunes 2



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

Figura 32 – Fotografia do colaborador Apollo Nunes e Autora da Tese



Fonte: Registro feito pelo colaborador Apollo Nunes (mar. 2020).

4.5.1. O inimigo invisível chegou em terras rondonienses

Logo após a realização da entrevista com Apollo, no dia 20 de março de 2020, na parte da tarde, a imprensa noticiava o primeiro caso confirmado do novo coronavírus (Covid-19) no estado. A pessoa infectada, um homem de 29 anos, tinha vindo da cidade de São Paulo, e estava em trânsito em Ji-Paraná/RO.¹¹⁶

Eu estava confiante, acreditando que esse vírus iria ser exterminado a qualquer momento, e que iríamos voltar a trabalhar e estudar normalmente. Mas, no dia seguinte, a Secretária Estadual da Saúde (SESAU) confirmou dois casos de infectados pelo novo coronavírus em Porto Velho. Entrei em pânico. Fiquei assustada e, imediatamente, entrei em contato com as/os colaboradoras/es que eu ainda não havia entrevistado.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-coronavirus-em-rondonia/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

Cancelei todas as outras entrevistas que iriam acontecer na semana do dia 23 ao dia 27 de março, devido à pandemia, mas, assim que tudo melhorasse, eu iria retomar o contato para agendar novamente as conversas. Entretanto, foi justamente naquela semana que tivemos seis casos de pessoas infectadas pela Covid-19 em Rondônia, sem óbitos.¹¹⁷

A mídia noticiava cada vez mais casos de contaminação no Brasil e no mundo. Havia novos infectados em Rondônia. Em virtude disso, o poder executivo municipal de Porto Velho declarou estado de calamidade pública em todo o território municipal.¹¹⁸ Eu fiquei uma semana isolada na casa da Josy, com medo do vírus, e triste com a paralisação do meu cronograma de pesquisa. Passava na minha cabeça que a minha pesquisa tinha ido por água abaixo. Fiquei muito pessimista naquele momento. O que eu iria fazer 24h trancada na casa de uma amiga? Eu havia combinado que só iria pernoitar, que estaria fora realizando minhas pesquisas e entrevistas, e visitando meus familiares e amigas/os. E que, em menos de um mês, retornaria a Porto Alegre, principalmente devido ao fato de estar longe de meu pet (Collyns). Foram dias de tensão. Para quem já havia sofrido crise de ansiedade isso não foi nada interessante.

Na primeira semana de abril de 2020, o poder executivo do estado aumentou mais ainda as medidas de emergência para o enfrentamento da calamidade pública decorrente do novo coronavírus. Em virtude da quarentena e regulação de atividades essenciais veio o aumento das proibições: de eventos culturais e reuniões com mais de cinco pessoas; de teatros, bares, clubes, academias... É com o decreto de nº 24.919¹¹⁹ que surgem novas formas de se evitar a contaminação pelo Covid-19 em Rondônia, como o uso de luvas e máscaras.

Depois de mais de uma semana enraizada na casa da Josy, resolvi entrar em contato com a professora Nilza Menezes, para saber como estava a movimentação de pessoas no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia. Quis saber também se ela poderia me informar se havia documentos relacionados às questões LGBTQIA+ e mulheres em Porto Velho. Não demorou muito, ela me respondeu que iria fazer um levantamento e me passaria as características dos documentos. E que, devido à pandemia, o Centro de Documentação não estava sendo muito procurado, mas que eu

¹¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/03/27/em-uma-semana-casos-de-coronavirus-sobem-500percent-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2021.

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391728>. Acesso em: 07 mai. 2021.

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-919/>. Acesso em: 07 mai. 2021.

poderia agendar os dias e horários para pesquisa, pois teria uma estagiária para me atender, pois ela estava afastada por ser do grupo de risco da Covid-19.

Munida com álcool em gel e máscaras pela primeira vez, na última semana de março de 2020, comecei a frequentar o referido Centro de Documentação Histórica/TJ-RO. A instituição tem como finalidade o resgate e conservação da história e da memória do poder judiciário do estado. O Tribunal de Justiça tem o seu acervo de documentos históricos desde os anos 1990. Os documentos são datados a partir do ano de 1912.¹²⁰

Figura 33 - Fotografia do Centro de Documentação Histórica/TJ-RO



Fonte: Registro feito pela autora da tese (mar. 2020).

O acervo foi organizado e constituído com a documentação readquirida, encontrada e já selecionada cronologicamente. Possui, como disse, documentos produzidos a partir de 1912, e aqueles elaborados até o final da década de 1960 estão catalogados, sistematizados, higienizados e disponíveis para o acesso e consulta de pesquisadoras/es, discentes e demais interessadas/os.

Compareci ao CDH três vezes. Fiquei pela manhã e à tarde nos dias em que estive lá. Acabei encontrando um rico material sobre mulheres no judiciário e sobre violência contra mulheres no estado. Não encontrei processos-crimes envolvendo pessoas LGBTQIA+, entretanto, encontrei jornais que retratavam a Parada do Orgulho em Porto Velho. Tive dificuldades também em achar novos materiais interessantes para

¹²⁰ Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/resp-doc-historica> e <https://www.facebook.com/cendochRO/>. Acesso em: 08 mai. 2021.

minha investigação, até porque são muitas prateleiras com diversos tipos de documentos, devido ao fato deles não estarem catalogados a partir dos anos de 1980.

Ao sair do CDH, passei no supermercado para comprar algumas coisas e levar para a casa da Josy. Quando entrei, as pessoas estavam com os carrinhos de compras lotados de produtos para estocar devido à quarentena. Dava para notar a ausência de determinados itens nas prateleiras, inclusive álcool em gel e líquido. Parecia que não era real o que eu estava vivenciando ali. Havia filas para comprar alimentos, todo mundo de máscaras, uns olhavam para as/os outras/os receosas/os, dava para notar o medo das pessoas através dos olhares assustados.

Quando eu retornava à casa da Josy, em determinados pontos das cidades, via pessoas fazendo caminhadas normalmente sem as medidas de segurança. Não demoraria para observar que continuariam a fazer aglomerações em espaços públicos e festas “clandestinas” com a presença de pessoas infectadas pelo novo Coronavírus¹²¹. A população não imaginava o que nos aguardava. O inimigo invisível já estava causando danos na cidade, mas para boa parte da população parecia que não.

Na primeira semana de abril de 2020, enquanto a imprensa nacional noticiava o aumento do número de pessoas infectadas e a quantidade alarmante de óbitos causados pela pandemia na Itália, EUA, França e, evidentemente, no Brasil, a mídia de Rondônia também divulgava o crescimento dos casos e, desta vez, com o primeiro óbito no estado. Rapidamente mandei mensagem para a minha amiga/irmã Adriana Correia, professora e geógrafa que mora em Nova Mamoré, uma cidade quase na fronteira com a Bolívia. Já fui avisando a ela que eu estava fugindo do inimigo que eu iria para lá me hospedar até o caos passar.

¹²¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52289264>. Acesso em: 08 mai. 2021.

Figura 34 – Fotografia de Lauri e Adriana na UNIR/Porto Velho



Fonte: Página da autora da tese no Facebook.¹²²

Já tinha anos que não nos víamos. Somos amigas/irmãs desde a nossa época de graduação. Amigas de lutas, do lar e do bar. Ela estava preocupada comigo devido à situação de calamidade pandêmica se instalando de vez na capital. Pediu imediatamente para eu arrumar minha mala, comprar a passagem na rodoviária e *vazar*¹²³ para a casa dela, pois já estava à minha espera. Fui para Nova Mamoré vestida igual a uma astronauta. Chegay lá “tranquila”.

Antes da pandemia, entrávamos nas casas de nossos familiares e amigas/os pela porta principal da residência; com a pandemia passamos a entrar pela porta dos fundos para fazer todo o processo de descarte de roupas, calçados e quase um banho de álcool.

¹²² Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1112444248774276&type=3>. Acesso em: 16 nov. 2021.

¹²³ Seria o mesmo que “fugir, ir, sair...”.

Então, pela primeira vez, creio que em toda minha vida, entrei pela porta dos fundos de uma casa, porque a minha avó supersticiosa falava que entrar pela porta da cozinha, trazia mau agouro da rua. A pandemia mudou os nossos costumes e hábitos culturais.

Já instalada na residência de minha mana, passou-se uma semana. A imprensa noticiava casos de contaminação pelo novo Coronavírus em Guajará-Mirim, cidade ao lado de onde eu estava hospedada. O vírus já estava nas fronteiras de Rondônia e chegou a Nova Mamoré.

Com o caos na saúde mundial, a crise econômica, a mortandade em alta, o desemprego, a crise política e mais o negacionismo de alguns governantes e de uma parcela da população, eu não tinha para onde correr, só restava me proteger e me resguardar na casa de minha mana. Tinha que seguir com todas as medidas sanitárias e os protocolos de saúde no combate ao Covid-19.

Fiquei na casa dela de abril a junho de 2020. Durante esses meses, reuniões, grupos de estudos, eventos acadêmicos, entre outras atividades, passaram a ocorrer de forma remota. Devidamente organizados no mundo digital, nos meses de maio a junho discutimos questões em torno da agenda LGBTQIA+, seja através de palestras, seminários e/ou paradas do Orgulho. Antes fazíamos isso de forma presencial, mas em tempos pandêmicos passamos a realizar os eventos de modo online e ocupamos cada vez mais os espaços das redes sociais.

Nesse sentido, surgiu a ideia de eu criar um canal no *Youtube* para salvaguardar as memórias de LGBTs e de mulheres de Rondônia, bem como compartilhá-las. Meu intuito era divulgar os trabalhos realizados de ambos os movimentos, as/os personagens que fizeram parte (e as/os que ainda continuam a fazer) da luta e da resistência contra as opressões, ou seja, indivíduos importantes para história e memória LGBTQIA+ e de mulheres no estado.¹²⁴

Antes de eu criar o canal fiz todo um roteiro de trabalho. Entrei em contato via rede social com algumas/alguns militantes (colaboradoras/es desta pesquisa) para pedir sugestões, contribuições e informações que eu ainda não tinha a respeito de determinados grupos e de personagens importantes no cenário LGBTQIA+ da capital e do interior de Rondônia.

Acabei então realizando algumas entrevistas com minhas/meus colaboradoras/es pelo aplicativo *whatsapp*. Elas responderam por áudio (gravado) e escrita online. Se

¹²⁴ Meu canal está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WJ0C1uYuND0>.

essa modalidade implica em perdas, como o *face-to-face* característico das entrevistas de história oral, também permite ganhos, como a possibilidade de realizar entrevistas à distância e nas quais as/os colaboradoras/es tenham tempo de elaborar suas reflexões sem a pressão exercida pela presença da/do pesquisadora/or. (SILVA; SCHMIDT, 2020). Fui colhendo informações e pistas, e descobrindo não só novos elementos valiosos para o meu canal como também para este trabalho.

De “hóspede” me tornei em uma quase *historiadora influencer* (risos) e transformei provisoriamente a casa da minha mana em um estúdio para gravações dos meus vídeos. Entre eu e ela existe há anos, como disse antes, uma *sororidade afetiva*, uma sempre ajudando a outra como pode. Mas tive que retornar à capital, pois eu precisava regressar a Porto Alegre, onde escolhi viver até o término da pós-graduação.

4.6. Novamente em Porto Velho: quarta e quinta entrevista

No mês de junho de 2020, aconteceram diversos eventos online, em especial, as famosas *lives* do mês do Orgulho Internacional LGBTQIA+ transmitidas em diferentes redes sociais, do Sul ao Norte do Brasil. Eu acho que nunca tínhamos tido tantos eventos simultâneos e paralelos voltados para o debate em torno da nossa agenda de militância.

As nossas lutas e (re) existências coloriram o mundo virtual, afinal, precisávamos ocupá-lo, porque nele, assim como no mundo real, somos vítimas da LGBTQIA+fobia diariamente. Nós necessitamos dar continuidade ao combate contra as diversas opressões sofridas pelo nosso segmento, mesmo com alguns ataques LGBTQIfóbicos virtuais sofridos pelas/os companheiras/os de luta.

Nesse sentido, como salientei anteriormente, eu vinha dialogando com minhas/meus colaboradoras/es militantes LGBTs e mulheres via *whatsapp*, sobre as questões da minha pesquisa, bem como aproveitando para organizar alguns eventos online do mês do Orgulho LGBTQIA+.

Antes de eu retornar de Nova Mamoré a Porto Velho, entrei em contato com a Karen e a Alessia (militantes trans*) para saber o que elas achavam da ideia de organizarmos um evento online para nós três falarmos sobre a realidade da nossa população trans* em Rondônia. As duas adoraram a ideia. Então, escolhemos o tema

(In) *visibilidade de pessoas trans* em Rondônia*, a rede social onde seria transmitida a *live*, e marcamos a data e horário.

Voltei a Porto Velho e fui diretamente para a casa da Josy na penúltima semana de junho de 2020. Ela já achava que eu iria morar em Nova Mamoré, pois eu havia ficado quase três meses isolada na casa da minha mana. Reorganizei a minha mala e minhas ferramentas de campo que eu havia deixado na casa dela, pois na semana seguinte eu retornaria a Porto Alegre.

Essa semana foi extremamente importante para esta pesquisa. Em conversas com a Karen e a Alessia, nós decidimos, em comum acordo, dois dias antes, fazermos a *live* na casa da Karen. Como não estávamos com nenhum sintoma do Covid-19, iríamos de máscaras, e caso sentíssemos algo, eu e a Alessia não nos deslocaríamos até lá. Karen ainda disse que queria nos ensinar a fazer pães para o nosso chá da tarde, para ela mostrar o que aprendeu no projeto *Cozinha e Voz*.¹²⁵

Aceitamos a proposta que seria bem interessante, e dividimos os ingredientes que cada uma iria levar. Aí, sugeri que poderíamos chegar mais cedo, se ela não se importasse, e caso a Alessia concordasse, aproveitaríamos para a realização das entrevistas delas para este trabalho, ou seja, eu “mataria” três coelhos com uma só cajadada. E deu certo, e passamos a divulgar a nossa *live*.

¹²⁵ Sobre o projeto “Cozinha e Voz” será abordado nos próximos capítulos.

Figura 35 – Flyer do Mês do Orgulho LGBTQI+ em Rondônia



Fonte: Flyer feito por Dayse Oliveira, amiga da autora da tese (jun. 2020).

Karen mora na zona leste e Alessia na zona central da capital. Combinei com Alessia em aguardá-la em algum ponto da cidade para irmos e chegarmos juntas na casa da Karen.

Chegou então o grande dia de nos encontrarmos e reunirmos pela primeira vez as pioneiras do movimento trans de Rondônia. Eu estava eufórica de tanta ansiedade. Antes, nos produzimos para as entrevistas e a *live* que logo se sucederia. Fui ao encontro de Alessia para aguardá-la no local onde havíamos combinado. Enfim nos encontramos, todas de máscaras e com álcool em gel.

Antes de irmos diretamente para a casa da Karen, fomos ao supermercado comprar os ingredientes para o nosso *Cozinha e voz*, que resultaria em um chá da tarde das travas. No meio do caminho fomos conversando sobre os nossos cotidianos relacionados à pandemia, sobre nossas pós-graduações e os babados da vida. Alessia esteve presente no momento de minha defesa do mestrado, e sempre ressalta que eu fui a inspiração para ela prosseguir nos estudos acadêmicos.

Karen de Oliveira tem 53 anos de idade, travesti, “parda”, é autônoma, coordenadora da *Comunidade Cidadã Livre* (Comcil) e, também, exerce outras funções em conselhos regionais e nacionais na área de saúde da população trans*. Naquele momento ela estava cursando a faculdade de Gestão Pública. Para a infelicidade do

cistema, Karen no início do ano de 2023 se graduou, ou seja, mais uma pessoa trans* com nível superior no Brasil.

Meu primeiro contato com ela foi em um evento na antiga *Casa de Cultura Ivan Marrocos* em 2008, sobre as discussões em torno da homofobia, e depois na Universidade Federal de Rondônia, em eventos organizados sobre *Direitos Humanos e Diversidade Sexual* (2008/2009). Mas eu já a “conhecia” de fora da Universidade, nas paradas LGBTs, nas boates, e, algumas vezes, assistindo a ela falando na mídia local sobre diversidade sexual, respeito às identidades trans e os problemas de saúde da população LGBTQIA+.

Já Alessia Moura tem 46 anos de idade, mulher trans redesignada, branca, é psicóloga, e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Alessia foi a primeira mulher transexual com quem eu tive contato afetivo de amizade. A conheci pela primeira vez na UNIR em um evento em que ela participou da mesa sobre *Direitos Humanos e Diversidade Sexual* em 2008.

Ao chegarmos no residencial onde Karen mora, ficamos perdidas, pois não encontrávamos o bloco correto. Ligamos para ela pedindo socorro, pois estávamos em blocos errados (risos). Mas no final deu certo, Karen veio ao nosso rumo de muleta, pois teve um grave acidente anos atrás, que a deixou por alguns anos se movimentando através de cadeira de rodas, mas, mesmo assim, não desistiu de viver e de lutar.

Chegamos à casa da Karen. Ela mora juntamente com seu cachorro em um apartamento que ganhou do *Programa Minha Casa, Minha Vida*. É muito aconchegante a sua moradia. A presença da militância é notória em todos os cantos, através de suas fotografias na parede da sala, alguns cartazes e folders. Há também a presença de símbolos sagrados, pois ela é religiosa.

Eu sentia o quanto Karen estava feliz com a nossa presença em seu lar. Eu e Alessia fizemos a assepsia das mãos, trocamos as máscaras, e fomos organizar os ingredientes para *disque* aprender a fazer pães. Karen foi instruindo todo o processo, pois ela é a nossa *masterchef*. Tudo foi muito divertido. A gente ria com toda aquela massa grudada em nossas mãos. Eu sinceramente estava péssima na cozinha, mas Alessia levou bastante jeito. Só o fato de estarmos juntas preparando o chá da travas foi significativo, um ato terapêutico para amenizar e esquecermos um pouco do caos que estava acontecendo no mundo. Foi um momento de fluidez, de interação social e de

afetividade trans. Participar de todo o processo na cozinha com essas duas guerreiras foi prazeroso e construtivo para as nossas vidas.

Figura 36 – Fotografia Trans e Pães



Fonte: Registro feito pela autora da tese (jun. 2020).

Enfim, as massas dos pães ficaram prontas. Enquanto Karen fazia os acabamentos, fui organizar a sala, instalar os equipamentos de campo e realizei a entrevista da Alessia. Os pães no forno assando e exalando um cheiro maravilhoso. Logo após a entrevista da Alessia, entrevistei a Karen, duas entrevistas potentes e especiais, com muitas emoções. Ao terminar as entrevistas, descansamos alguns minutos e fomos realizar o nosso chá da tarde. Os pães estavam deliciosos. Depois, fizemos a live sobre a (in) visibilidade de pessoas trans em Rondônia, em que cada uma relatou, de seu modo, a partir de nossas experiências e vivências, como é ser trans no estado.¹²⁶

¹²⁶Disponível em:

<https://www.facebook.com/lauri.miranda.9/videos/3354971061188211>;

<https://www.facebook.com/lauri.miranda.9/videos/3354917911193526>;

<https://www.facebook.com/lauri.miranda.9/videos/3355021284516522>. Acesso em: 5 jul. 2023

Figura 37 – Fotografia (Trans) amazônidas



Fonte: Registro feito pela autora da tese (jun. 2020).

Por último, já que estávamos todas empolgadas e felizes, sugeri a elas que eu as entrevistasse e gravasse as duas juntas relatando um pouco sobre travestilidade e transexualidade a partir da década de 1980 até o final do século XX no estado. Salvei de imediato esse rico material. Chegamos à casa da Karen era umas 14h e saímos era quase 22h da noite. Já havia falado para elas de todos os procedimentos éticos, contratuais e cabíveis da pesquisa, mas no final ressalté isso novamente. Despedimo-nos, mas o próximo reencontro já estava confirmado, pois foi um dia de muitas trocas de experiências, de sabedoria, de escutas sensíveis e de aprendizagem. Um dia antológico para a gente, pois consegui juntar as duas trans pioneiras de extrema importância para o movimento LGBTQIA+, e, em especial, para o movimento trans. Saíamos com novos sonhos, conquistas e com mais forças para continuar lutando e (re) existindo contra o sistema. É nesse sentido que este trabalho é político por desafiar o saber para conseguirmos um deslocamento de poder, transferindo as travestilidades, transexualidades e transgeneridades das margens para o centro da historiografia brasileira como uma estratégia transformadora para passar da memória ao reconhecimento social das pessoas trans* amazônidas.

Assistindo uma retrospectiva sobre a pandemia em um canal televisivo, ao final do mês de junho de 2020, essa estava sendo muito (in) tensa no mundo com milhares de pessoas mortas pelo novo coronavírus. A imprensa noticiava que o Brasil se tornava o segundo país do globo com mais mortes causadas pela pandemia. Rondônia registrava o

maior número de óbitos desde o mês de março. Perdíamos cada vez mais entes queridas/os, devido ao descaso por parte de nossos governantes, ao negacionismo à ciência e ao não cumprimento dos protocolos de saúde. Mas o empenho global da comunidade científica na descoberta de uma vacina que nos protegesse do vírus alimentava as nossas esperanças de dias melhores.

Entretanto, eu não tinha mais como continuar a pesquisa de campo presencialmente. Eu até poderia prosseguir realizando algumas entrevistas com outras/os colaboradoras/es, com todos os cuidados etc., mas o final de junho estava muito tenso. Deixei acertadas as demais entrevistas para a segunda viagem de pesquisa, e, é claro, depois de uma possível imunização da população contra o novo coronavírus. Eu precisava voltar a Porto Alegre devido às minhas coisas estarem no apartamento locado e para ver minha dog, bem como cuidar da minha saúde mais ainda, porque o inimigo invisível estava destruindo cada vez mais as vidas das pessoas. Comprei então minha passagem de retorno e fui embora.

Nos aeroportos não estavam realizando testagem para o novo coronavírus, não havia álcool em gel, nem máscaras descartáveis para as/os passageiras/os. Voos lotados e sem distanciamento adequado. Quem precisava voltar para os seus lares, a trabalho e/ou para tratamento de saúde em outras regiões, que lutasse e se “virasse” para sobreviver, situações essas que geraram em mim sentimentos de pavor e ansiedade. Os aeroportos, que antes da pandemia viviam abarrotados de pessoas, estavam obscuros, sem muita movimentação, horripilantes, e eu, igual a uma astronauta, me precavendo do inimigo invisível. As pessoas olhavam umas às outras receosas, e/ou curiosas para saberem se ele estava entre nós. Depois de uma longa viagem cansativa e temerosa, cheguei em meu apartamento. Restava eu cumprir a quarentena para saber se havia ou não trazido o inimigo comigo, mas graças às deusas e deuses acá estou bem.

4.7.O retorno a campo e a devolutiva das entrevistas

Nesta seção, descrevo o meu retorno a campo depois de quase um ano da minha primeira etapa de coleta das entrevistas e levantamento documental em Porto Velho. O segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021 exporam o Brasil a desafios sem precedentes diante da pandemia da Covid-19: a sobrecarga do sistema de saúde; a contingência de pacientes em estado grave e a implementação de medidas alternativas

para “achatar a curva” da propagação do vírus; a disseminação da propagação do vírus em regiões mais pobres e com menor capacidade de atendimento em saúde, principalmente nas regiões norte e nordeste; o desemprego; os impactos na educação; o aumento das desigualdades sociais; bem como a propagação das *fakenews* sobre o tratamento da Covid-19, e o negacionismo contra a ciência advindos de políticos conservadores e religiosos fundamentalistas. Diante desse contexto, o sistema estava minguido, expôs a riscos mais vidas, sobretudo, pessoas pobres, indígenas, negras ou pretas, e a população de travestis e mulheres trans, as/os mais vulneráveis.

Vale ressaltar que mesmo diante de calamidade pública, o desgoverno continuou a perseguição contra as “minorias”: excluiu as questões de gênero no conselho da Organização das Nações Unidas (ONU), não tomou nenhuma medida para combater a crise sanitária da Covid-19 junto ao segmento LGBTQIA+, deixou de investir em ambulatorios de atenção à saúde da população trans*, estimulou, mesmo que indiretamente, o aumento de assassinatos contra travestis e pessoas trans* e a manipulação dos dados de crimes LGBTQIfóbicos pelo Ministério da “Mulher”, da “Família” e dos “Direitos Humanos”. Conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2020 o Brasil chegou a 89 assassinatos de pessoas trans* no primeiro semestre, com aumento de 39% em relação ao mesmo período de 2019.

Portanto, isso mostra a falta e o descaso com as políticas públicas para a nossa população de travestis e pessoas trans* no Brasil, que continuaram sendo expostas à vulnerabilidade social, principalmente as travestis e mulheres trans trabalhadoras sexuais que continuaram desempenhando seu trabalho nas ruas. De acordo com a ANTRA, “a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido à precarização histórica de suas vidas e não possui outra opção a não ser continuar o trabalho nas ruas, se expondo ao vírus”¹²⁷. Ainda segundo levantamento realizado pela já citada instituição, em 2022, 131 pessoas trans* foram assassinadas no Brasil. Outras 20 tiraram a própria vida diante da discriminação e do preconceito presente na sociedade brasileira. Os dados constam no “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras”, que foi entregue ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). A partir da análise de imagens e perfis, a ANTRA aponta que do total de 151 pessoas trans mortas em 2022, 65% dos casos foram motivados por crimes de ódio, com requinte de crueldade, bem como que a estimativa média de vida de

¹²⁷ Para saber mais, ver: boletim nº 03/2020 da ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. Acesso em: 07 mai. 2021.

pessoas trans em 2022 foi de 29,5 anos. Além disso, que 79,8% eram pessoas travestis e trans negras e pardas, vítimas de transfobia e de racismo¹²⁸.

Houve, portanto, o aumento da precarização, dos agravos em saúde mental e suicídios de pessoas trans*, bem como o da violência de gênero contra LGBTQs e mulheres cis no Brasil. Entendo a violência de gênero como uma forma de opressão que visa uma pessoa com base em seu gênero. É um fenômeno amplo e complexo que inclui combinações e intersecções de violência sexual, psicológica, simbólica, física e emocional, bem como negligência e/ou privação. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, o Brasil teve 3.913 homicídios de mulheres, sendo 1.350 registrados como feminicídios¹²⁹. Nestes casos, as mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram por serem mulheres. Em Rondônia, mais de 2,3 mil ocorrências de violência doméstica foram registradas no segundo trimestre de 2021, segundo os dados do Sistema de Informação da Polícia Civil (SISPOL)¹³⁰.

Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) se dedicou no monitoramento e avaliação dos casos de violência doméstica ocorridos no país, buscando compreender como a Covid-19 havia afetado a vida das mulheres em situação de violência, conforme os dados de 2021:

1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. 4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer que a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. O tipo de violência mais frequentemente relatado foi a ofensa verbal, como insultos e xingamentos. Cerca de 13 milhões de brasileiras (18,6%) experimentaram este tipo de violência. 5,9 milhões de mulheres (8,5%) relataram ter sofrido ameaças de violência física como tapas, empurrões ou chutes. Cerca de 3,7 milhões de brasileiras (5,4%) sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais. 2,1 milhões de mulheres (3,1%) sofreram ameaças com faca (arma branca) ou arma de fogo. Em relação ao perfil racial, mulheres pretas experimentaram níveis mais elevados de violência (28,3%) do que as pardas (24,6%) e as brancas (23,5%).¹³¹

¹²⁸ Ver:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/131-pessoas-trans-perderam-a-vida-em-2022-no-brasil-aponta-dossie>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹²⁹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹³⁰ Disponível em: <https://morcegada.unir.br/?p=1561>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹³¹ Trata-se de pesquisa quantitativa elaborada pelo FBSP e pelo Instituto Datafolha, com abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais. As entrevistas foram realizadas mediante a aplicação de questionário estruturado, elaborado pelo FBSP, com cerca de 20 minutos de duração.

É notório que violência de gênero e racial cresceu durante a pandemia de Covid-19, em decorrência do movimento restrito e das medidas de isolamento social. Muitas mulheres cis, sobretudo negras ou pretas, e LGBTs isoladas/os em casa com agressores e familiares LGBTQIA+fóbicos levaram a um aumento exponencial das diversas formas de opressão durante a pandemia. A quarentena foi uma medida fundamental de controle durante o ápice da pandemia, seja por falta de uma vacina ou tratamento eficaz, porém, como já salientei anteriormente, levou a uma alteração drástica no cotidiano e na vida das pessoas. A maior parte dos nossos trabalhos e pesquisas foram feitas em casa, no chamado *homeoffice*, no sentido de manter o distanciamento social. Entretanto, os esforços positivos para combater o coronavírus também tiveram consequências negativas, incluindo para além das vulnerabilidades socioeconômicas e problemas em saúde mental, o desemprego, a solidão, o ódio e a incerteza, entre outros resultantes do processo de isolamento social.

Diante do contexto apresentado, senti mais ainda vontade de desafiar o sistema vigente, mesmo colocando a minha vida em risco e das/dos meus colaboradoras/es, pois precisamos enfrentar e reconhecer a questão do aumento das opressão, da violação dos direitos humanos, das desigualdades sociais, sobretudo da violência racial e de gênero em tempos de pandemia. Lutar pelo não apagamento e silenciamento de corpos dissidentes, e em memória daquelas/es que não conseguiram sobreviver em tempos sombrios e pandêmicos. Então fui...

4.7.1. Chegay: novos (re) encontros e a continuidade das entrevistas

Retornei à Porto Velho em junho de 2021 para dar continuidade à pesquisa de campo, realizar o segundo encontro (devolutiva das entrevistas) e combinar os horários e local com as/os colaboradoras/es já entrevistadas/os. Faltavam apenas três personagens para eu encerrar o processo da coleta de entrevistas e, dessa forma, partir para o processo de transcrição, textualização e transcriação das narrativas.

Dessa vez, fiquei hospedada na casa das minhas amigas Paola Foroni, também historiadora e feminista, e Eunice Coelho, arqueóloga. O fato de elas residirem na zona

Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.

Acesso em: 20 mar. 2023.

central da capital me viabilizou o deslocamento e encontros com as/os colaboradora/es. Acho importante relatar que Paola e Eunice são líderes e dirigentes religiosas da Igreja da Divina Luz Irradiante Sem Limites: Elixir do 3º Milênio¹³². Para quem não conhece, é uma religião da floresta, segue a linha panteísta, as civilizações antigas e os povos indígenas.

A finalidade da instituição é a evolução do ser humano no plano físico, psíquico e espiritual. Primam pelo respeito e pela valorização das diferenças. Realizam desde 2001 eventos para capacitar lideranças saudáveis libertas das amarras do sistema que sofrem com as discriminações e preconceitos em Rondônia, bem como no sentido de continuarem os trabalhos religiosos na instituição. É uma religião que pratica o uso do chá da Ayahuasca.

O Elixir do 3º Milênio é a junção de duas plantas, o Cipó (ou mariri) e a Folha (chacrona ou Rainha). Ao ingerir o chá, a pessoa entra num estado alterado de consciência, que envolve o seu efeito e o ritual religioso que a conecta com deus e leva a uma experiência individual, conectando-a com os espíritos, animais, plantas, entre outros, conforme Paola e Eunice. São mulheres guardiãs e comandantes da religião da floresta no estado, lembrando que nas religiões o protagonismo e liderança são majoritariamente de homens. Ressalto que nunca bebi o chá, porém tomei o banho (feito das já citadas plantas) para limpar as energias negativas, me regenerar e me fortalecer para o campo.¹³³

¹³² Também teve como fundador João Carlos Bepalhok, esposo da Eunice Coelho.

¹³³ Para saber mais, ver: @elixirdo3milenio no *Instagram*. Acesso em: 2 mai. 2023.

Figura 38 – Fotografia de Lauri e Paola em supermercado em Porto Velho/RO



Fonte: Registro feito pela autora da tese (jul. 2021).

4.7.2. A vacina contra a Covid-19, uma luz no fim do túnel: *imunizada* em campo

A pandemia do coronavírus foi uma das maiores crises sanitárias da humanidade. Graças aos rápidos avanços da ciência e da tecnologia, a vacinação contra COVID-19 no Brasil teve seu início no dia 17 de janeiro de 2021, no estado de São Paulo. A primeira pessoa a ser vacinada no país foi uma mulher negra, a enfermeira Mônica Calazans. A aplicação ocorreu quando o país, infelizmente, já contava 210 mil mortos pela doença.¹³⁴

Em Rondônia, as primeiras pessoas imunizadas foram a médica Karina Negrão Zingra, o enfermeiro do Centro de Medicina Tropical de Rondônia (Cemetron), Márcio James Jorge Santos, e o indígena, Elivar Karitiana, em 19 de janeiro de 2021.¹³⁵ Nesse

¹³⁴Para saber mais, ver:

https://pt.wikipedia.org/wiki/vacina%C3%A7%C3%A3o_contra_a_COVID-19_no_Brasil#Antecedentes. Acesso em: 7 jan. 2023.

¹³⁵Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/vacinacao-contra-covid-19-comeca-em-todo-o-pais>. Acesso em: 7 jan. 2023.

sentido, grandes esforços de vacinação foram feitos e ainda estão atualmente em andamento para imunizar a população.

Durante o processo da vacinação surgiram muitas teorias conspiratórias, falácias, mentiras e *fakenews* absurdas em torno dos possíveis efeitos colaterais da vacinação contra a Covid-19: a implantação de um chip no cérebro, a falsa possibilidade de contrair câncer ou HIV, alteração no DNA humano.

O ex-presidente que estava nos desgovernando naquele período (2018 a 2022) foi um dos responsáveis pelas infodemias¹³⁶ sobre as vacinas, disse que, quem a tomasse, iria “virar jacaré”, o que gerou piadas e ironias no país, onde muitas pessoas se fantasiaram de jacaré, confeccionaram roupas com frases e desenhos criticando a fala do ex-presidente negacionista, e assim foram aos postos de vacinação para se imunizarem contra o coronavírus.¹³⁷ Também houve falas homoesbotransfóbicas: “se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver com isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas”¹³⁸, bem como xenofobia e guerra ideológica contra a China, advindas de pessoas simpatizantes e aliadas desse desgoverno.¹³⁹

É importante ressaltar que esse desgoverno questionou por diversas vezes as vacinas e a gravidade da pandemia, riu das pessoas infectadas, não teve empatia com as famílias que perderam seus entes, fez campanha diariamente contra o isolamento social e contra as medidas de prevenção.

No entanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e autoridades de saúde no país e em todo o mundo pediam às pessoas que se vacinassem como a melhor solução para acabar com a pandemia, pois quanto mais cedo as pessoas fossem imunizadas, mais rápido seria possível não apenas retardar a propagação da doença, mas também limitar seu impacto social e econômico no Brasil.

¹³⁶O termo “infodemia” foi utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2020, se refere à quantidade excessiva de informação sobre um problema que dificulta a identificação de uma solução, portanto usado para indicar o momento da propagação em massa de informações, muitas delas falsas, sobre a pandemia do coronavírus. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/infodemia>. Acesso em: 7 jan. 2023.

¹³⁷Ver:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/05/11/fantasiado-de-jacare-estudante-do-acre-e-vacinado-contracovid-19-uma-piada-e-critica.ghtml>. Acesso em: 7 jan. 2023.

¹³⁸Disponível em:

<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>.

Acesso em: 7 jan. 2023.

¹³⁹ Para saber mais, ver:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-20/chip-na-vacina-virar-jacare-e-outros-mitos-criam-pandemia-de-desinformacao-na-luta-contra-a-covid-19.html>. Acesso em: 7 jan. 2023.

Diante disso, ao chegar em Porto Velho tomei a primeira e a segunda doses da vacina contra a Covid-19. Os seus efeitos colaterais me deixaram num processo de metamorfose, entre calafrios, febre e dor no braço, uma *trans jacaroa* surgiu, *imunizada* e *aliviada*, e ao mesmo tempo com um sentimento de tristeza pelas mortes que poderiam ter sido evitadas se não fosse o descaso e a irresponsabilidade do ex-presidente.

Figura 39 – Fotografia de Lauri depois de receber a vacina contra a Covid-19



Fonte: Registro feito pela amiga (Lily) da autora da tese (jun. 2021).

4.7.3. A sexta entrevista

A minha sexta colaboradora é a Anne Cleyanne. Com 33 anos de idade, é psicóloga, professora, ativista social, fundadora e primeira presidenta da ONG *Filhas do Boto Nunca Mais*, mulher bissexual e negra. Foi conselheira municipal da criança e do adolescente de Porto Velho, conselheira de direitos humanos e atualmente é a presidenta do Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente (CONEDCA/RO).

Figura 40 – Fotografia da colaboradora Anne Cleyanne



Fonte: Registro feito pela autora da tese (jul. 2021).

Eu já vinha tendo contato com a Anne através das redes sociais após o assassinato da vereadora Marielle Franco (14 de março de 2018), no período tenebroso eleitoral, nas manifestações históricas (#ELENÃO), com os chamamentos através das manifestações “Marcha das mulheres e LGBT+ contra o Fascismo” e “Mulheres contra B...”, lideradas por mulheres e com adesão de homens em todo o Brasil. Em Porto Velho não foi diferente. Durante as ações desenvolvidas pelo movimento de mulheres no estado nesse período, identifiquei uma conexão entre o movimento de mulheres e o movimento LGBTQIA+ desde o processo eleitoral de 2018 e pós-eleitoral, liderada por mulheres pertencentes à *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*.

A história da FBNM se originou do não conformismo de Anne, diante das opressões sofridas, de um corpo que ao longo de sua trajetória esteve em vulnerabilidade social, bem como teve seus direitos violados. É uma das instituições de mulheres mais atuantes em Rondônia e, por isso, lhe dou a devida importância ao pesquisá-la, bem como ao analisar a sua relação com a agenda do movimento LGBTQIA+, mesmo sabendo discernir que elas/eles têm especificidades em suas ações políticas e sociais.

Entrei em contato com a Anne em 2019 para convidá-la a participar deste trabalho, ela aceitou e ficou muito feliz em colaborar. Assim que eu cheguei à capital, enviei mensagens via *whatsapp* para combinarmos a escolha do local, data e horário, e

que ela poderia ficar tranquila que eu iria até o local acertado. Sendo assim, ela sugeriu que também fosse no mesmo local onde realizei a entrevista do Kary, na UNIR/Centro.

Passei as instruções de como iria acontecer a entrevista, dei umas “palavras-chave” (engajamento nas lutas do movimento LGBTQIA+, dificuldades no movimento de mulheres, feminismo, o período eleitoral de 2018, violência de gênero, pandemia da Covid-19 e políticas públicas), para ela ir se preparando, apesar de que a Anne já nasceu preparada, é empoderada. Combinamos então que a sua entrevista seria no dia 06/07/2021, às 18h.

No dia da entrevista, antes do horário, mandei mensagem para o *whatsapp* dela, a fim de confirmar se estava tudo certo para nos encontrarmos, até para eu poder me deslocar antecipadamente, inspecionar o local e testar as minhas ferramentas de campo.

A Anne chegou toda poderosa para a entrevista, porque é uma mulher potente e que chama atenção com suas vestimentas exuberantes, com seu belo penteado *afrobapho* e seu carisma por onde passa. Tem uma força e vontade de lutar contra as injustiças sociais. Foi tão maravilhoso ouvi-la, saber de suas experiências e de sua luta contra a violência de gênero e outras opressões, de seus sonhos por uma Rondônia melhor.

Acho importante destacar que Anne venceu o Prêmio Nacional “Inspiradoras 2022”, na categoria acolhimento e conscientização. O concurso premiou mulheres que se destacaram na luta para transformar a vida de mulheres brasileiras. É uma forma de demonstrar o reconhecimento do seu legado, de resistência e dedicação na luta por igualdade e inclusão social, bem como para que a Associação FBNM continue tendo voz e poder para pautar políticas públicas, combater as diversas formas de opressão interseccionais, sobretudo a violência racial e de gênero, e romper com o ocultamento em torno dos direitos violados de crianças e adolescentes ao passarem pelo abuso sexual intrafamiliar em Rondônia.¹⁴⁰

Precisamos dar visibilidade e audibilidade ao movimento de mulheres amazônidas na academia e na sociedade. Faz-se necessário documentar o trabalho de lideranças que continuam driblando o cisheteropatriarcado e resistindo na Amazônia

¹⁴⁰ A premiação é resultado de parcerias entre a Universa, a plataforma feminina do UOL e o Instituto Avon. Para saber mais, ver: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/premio-inspiradoras-2022-conscientizacao-e-acolhimento/#page2>. Acesso em: 09 jan. 2023.

brasileira. Trata-se, portanto, de reconhecer a trajetória do movimento de mulheres no estado, publicizando suas ações de lutas para além da Amazônia Ocidental.¹⁴¹

Fiz algumas fotos dela segurando as bandeiras do orgulho LGBTQIA+ e de Rondônia, bem como algumas imagens comigo. No final agradei. Falei para ela que eu iria entrar em contato novamente a qualquer momento para um retorno da pesquisa.

Figura 41 – Fotografia de Lauri e Anne na UNIR/Centro



Fonte: Registro feito pela autora da tese (jul. 2021).

Fomos caminhando e conversando até o Mercado Cultural, pois estava acontecendo um evento com bandas musicais, aproveitamos para comer e beber algo. Durante o nosso papo, ela me convidou para participar e desfilar na feira empreendedora de mulheres negras ou pretas no evento alusivo à celebração internacional da mulher negra, caribenha e latino-americana, de sua promulgação na Lei Nº 2.833 de 20 de julho de 2021, que institui e inclui em Porto Velho essa data no calendário municipal, e também da abertura da mostra das Antilhanas do Madeira. Portanto, configurando o reconhecimento da participação de mulheres negras ou pretas

¹⁴¹ Anne também foi homenageada em 2018 pela Câmara Municipal de vereadores de Porto Velho, quando apareceu como destaque em reportagens na mídia local. Em 2019, foi também homenageada pela Assembleia Legislativa, conforme o jornal *Gazeta RO*.

Disponível em:

<https://gazetarondonia.com.br/noticia/7983/orgulho-psicologa-de-rondonia-vence-premio-nacional-inspiradoras-2022>. Acesso em: 09 jan. 2023.

na constituição da cidade, que teve seu início, conforme vimos no capítulo anterior, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.¹⁴²

Sabemos que o dia 25 de Julho foi oficializado Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, pela Lei nº 12.987/2014¹⁴³. A referida data é fruto do primeiro encontro de mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas, em 25 de julho de 1992, realizado na República Dominicana, com o intuito de dar visibilidade à luta contra a opressão de gênero, exploração e racismo. Tereza de Benguela viveu no período escravocrata nos anos de 1750 a 1770. Era mulher uma negra escravizada e tornou-se líder quilombola e uma das governantes do Quilombo do Quariterê no estado do Mato Grosso após a morte seu companheiro José Piolho, assassinado pelos colonizadores.¹⁴⁴ Tereza castigava quem não obedecia às suas ordens, pois precisava ter o controle de defesa e articulação contra as forças coloniais.¹⁴⁵ Há algumas versões sobre a sua morte: a primeira é que ela teria sido assassinada pelo Exército, a segunda que ela teria feito greve de fome e morreu em decorrência dos maus-tratos e da falta de alimentação, e que sua cabeça foi cortada e exposta na praça do Quilombo. Outra versão, é que ela suicidou-se como forma de subversão à dominação do homem branco colonizador. Nesse sentido, tornou-se símbolo de representatividade feminina e inteligência negra, de resistência, de guerreira combatente. (Volpato, 1996; Teixeira, 2004; Cruz, 2013; Lacerda, 2019).¹⁴⁶

Em homenagem ao mês da mulher negra, a *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*, através do Núcleo Étnico-raciais Mãe Esperança, com apoio da Prefeitura de Porto Velho realizou uma semana de muito (re) conhecimento e empoderamento de

¹⁴² Ver:

<https://leismunicipais.com.br/a/ro/p/porto-velho/lei-ordinaria/2021/284/2833/lei-ordinaria-n-2833-2021-inst-itui-e-inclui-no-calendario-do-municipio-de-porto-velho-o-dia-25-de-julho-como-o-dia-municipal-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹⁴³ A lei foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, com o intuito de resgatar a história e a memória de um heroína silenciada na história.

¹⁴⁴ Conforme a historiadora Teresa Cruz, havia uma presença expressiva de indígenas no Quilombo de Quariterê. Para ela: “Este caráter interétnico favoreceu a sobrevivência desses marginalizados do sistema escravocrata. Os negros aprenderam com os índios formas de convívio com a natureza e recriaram outras maneiras de viver nas entranhas da floresta amazônica, utilizando de forma sustentável os seus recursos. Aliás, até hoje, no vale do Guaporé permanece esta integração entre negros e índios dos dois lados da fronteira natural entre Brasil e Bolívia” (Cruz, 2013, p. 3-4). Ver: <https://miis-ro.org/cultura-quilombola>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹⁴⁵ Para a historiadora Thays Lacerda, relatar a história de vida de Tereza de Benguela: “[...] é uma forma de se combater o imaginário de que a população negra sempre foi muito passiva no período escravista. E tem muito a corroborar com o ensino de História Afro-brasileira, pois é através do ensino que se busca levar conhecimento dos personagens negros que contribuíram muito para que a escravidão no Brasil chegasse ao fim” (Lacerda, 2019, p.89).

¹⁴⁶ Volpato (1996) e Teixeira (2004).

mulheres negras ou pretas, finalizando a semana com uma feira cheia de atrações culturais. A seguir um registro da presidenta e vice-presidenta da atual gestão da FBNM.

Figura 42 – Fotografia de Brenda e Hana segurando o banner com a imagem da Mãe Esperança



Fonte: Página da Associação Filhas do Boto Nunca Mais no Instagram.¹⁴⁷

Durante a semana houve seminários, exposição fotográfica e muita história. Apresentaram as mulheres barbadianas que foram a base da Educação e Saúde da cidade de Porto Velho, quando pudemos conhecer as mulheres que aqui chegaram e se tornaram referências na educação, mas que por muito tempo foram silenciadas na história de Rondônia¹⁴⁸, inclusive já foram citadas nos capítulos anteriores. Veja a seguir um registro de mulheres negras portovelhenses na feira empreendedora no Mercado Cultural durante a celebração internacional da mulher negra, caribenha e latino-americana.

¹⁴⁷ <https://www.instagram.com/p/CRw6JE6jN5E/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹⁴⁸ Ver: Blackman (2020).

Figura 43 – Fotografia das Mulheres negras na feira empreendedora no Mercado Cultural durante a celebração internacional da mulher negra, caribenha e latino-americana



Fonte: Página da Prefeitura de Porto Velho.¹⁴⁹

Figura 44 – Fotografia da Lauri desfilando na feira empreendedora no Mercado Cultural na celebração internacional da mulher negra, caribenha e latino-americana



Fonte: Site da Prefeitura de Porto Velho.¹⁵⁰

¹⁴⁹ <https://www.instagram.com/p/Cqd7ZajoPTc/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹⁵⁰ <https://www.portovelho.ro.gov.br/galeria/1746/feira-celebra-o-dia-internacional-da-mulher-negra-caribenha-e-latino-americana#gallery-46>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Figura 45 - Fotografia da Lauri, Anne e Brenda no Mercado Cultural



Fonte: Autora da tese (2021).

Nesse sentido, eu, enquanto uma mulher trans afroamerindígena, me senti muito incluída no mundo das mulheridades rondoniense, como nunca havia me sentido antes. Como forma de honrar nossas ancestrais aceitei o convite, percebendo a minha importância e o poder da representatividade de inclusão de travestis e mulheres trans negras ou pretas e periféricas nas atividades socioculturais e políticas da agenda de mulheres cis em Rondônia, e também para que outras manas que virão depois de nós possam saber que podemos ocupar e estar em qualquer lugar que quisermos. É uma questão de conscientizar, sensibilizar e trabalhar as nossas raízes e pertencimentos, criando vínculos afetivos e solidários, e, dessa forma estabelecendo alianças contra o sistema patriarcal. O meu campo de pesquisa me tornou mais ainda empoderada e me mostrou que eu estava e ainda continuo no caminho certo da revolução transfeminista na Amazônia Ocidental. Temos que acreditar!

4.7.4. A sétima entrevista

A minha sétima colaboradora é Brena Sabrina Moraes da Silva, com 30 anos de idade, é psicóloga clínica e social. É uma mulher negra-gorda, periférica e mãe, também atua como ativista dos movimentos sociais. É vice-presidenta da *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*. Atualmente ela trabalha na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, e uma clínica de psicologia em Porto Velho.

Figura 46 – Fotografia da colaboradora Brenda Silva 1



Fonte: Página da Brenda no Facebook.¹⁵¹

Meu primeiro contato com a Brenda foi também através das redes sociais. Brenda é uma personagem que desvia do padrão estético de feminilidade, mas, que compreende que seus marcadores sociais são discursivamente construídos enquanto comorbidade (por ser uma mulher gorda), raça (por ser negra) e classe (por ser da periferia) para as pessoas femininas em torno de seu corpo. Ela sabe muito bem como esses discursos afetam a sua existência e experiência de vida, por isso, quando eu trago no início seus marcadores, é em função da forma pela qual Brenda se define nos espaços em que ela se apresenta, com poder, sensibilidade e autoestima, trata-se, portanto, de uma mulher forte e empoderada.

¹⁵¹Disponível em: <https://www.facebook.com/brendasabrina.moraes>. Acesso em: 08 jan. 2023.

A sua entrevista também foi realizada na Unir/Centro, no dia 08 de julho de 2021. Combinamos via *whatsapp* de nos encontrarmos no Mercado Cultural às 18 horas. Brenda chegou ao local da entrevista, militando com sua camiseta escrita “RESISTÊNCIA”, reforçando a sua luta por igualdade, existência e justiça social em Rondônia.

Figura 47 – Fotografia da colaboradora Brenda Silva 2



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Brenda, há quatro anos, resolveu se juntar a várias mulheres em Rondônia para lutar contra diversas formas de violência e opressão, quando ingressou na *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*. Antes de começarmos a gravar sua entrevista, me contou que há três anos entendeu que em tudo na vida há um propósito, e um dos seus officios é ser voz, corpo, cor e luta sobre tudo aquilo que ela acredita, e contra tudo aquilo que ela não concorda. Ela compreendeu que pode sim estar onde deseja estar, pois pretende continuar enfrentando o sistema patriarcal, com luta, resistência, empoderamento e amor. Para ela, “somos a revolução, somos um banzeiro de amor e solidariedade!”.

Montamos os equipamentos. Brenda me ajudou no sentido de preparação para a gravação de sua entrevista. Ressalto que a minha colaboradora tinha saído do trabalho e

foi direto para a entrevista, ou seja, um ato significativo em contribuir e somar para que este trabalho pudesse ser realizado. Eu levei para compor o cenário da entrevista a bandeira de Rondônia, a fim de que se tornasse mais simbólico e representativo o momento de escuta sensível e gravação do trabalho. Com todos os equipamentos instalados, mais o meu diário de campo, a deixei à vontade para escolher onde ela quisesse sentar, se posicionar, para capturar o melhor ângulo e a sua voz, e, a partir daí, realizei a sua entrevista.

Brenda em vários momentos se emocionou ao contar a sua história de vida. Tive que conter meus sentimentos por ser afetada pelas falas de minha colaboradora. Sua trajetória mexe com a subjetividade de quem já sofreu diversas formas de opressão, ao se deparar com outras histórias de resistência e resiliência singular. Experiências emocionais significativas, pois os nossos corpos desviantes e nossas vivências são capazes de produzirem afeto e empatia. O acolhimento foi necessário nesse momento. Parei a entrevista para que eu pudesse oferecer água a ela. Recuperamos-nos e, logo, continuei a entrevistá-la.

Encerrei a sétima entrevista. Agradei a participação dela na pesquisa, nos abraçamos. Foi uma entrevista muito potente e sensível. Tiramos fotos para registrar esse momento maravilhoso. Por fim, eu disse para ela que nos veríamos logo para um retorno da pesquisa. Mas, como estávamos um pouco cansadas e com fome, a convidei para comermos e bebermos algo no Mercado Cultural, bem como contarmos os outros babados da vida.

Figura 48 – Fotografia da colaboradora Brenda Silva 3



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 49 – Fotografia de Lauri e Brenda na UNIR/Centro



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

4.7.5. A oitava entrevista

O meu oitavo colaborador é Raymisson Correa da Silva. Com 45 anos de idade, é um homem gay, assistente social, técnico de enfermagem, servidor público e ativista dos movimentos sociais em Porto Velho. Atualmente é diretor do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Raymisson mora há muitos anos na zona leste da capital, uma região periférica considerada por muitos portovelhenses como local de marginalidade, um lugar perigoso para se viver. Creio que a ausência de políticas públicas, de empregabilidade, de saneamento básico e de segurança pública fazem com que essa região continue sendo estereotipada. Porém, temos lideranças comunitárias que lutam por uma melhor condição de vida das/dos moradoras/es nessa localidade, entre elas/eles temos o Raymisson.

Figura 50 – Fotografia do colaborador Raymisson Correa 1



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Conheço o Raymisson desde a minha época de escola, quando eu cursava o Ensino Fundamental, pois eu morava e estudava na zona leste de Porto Velho, como já salientei nos capítulos anteriores. Ele é uma das primeiras referências de militantes gays

que tive durante a minha trajetória escolar. Lembro quando Raymisson ministrava as palestras nas escolas no final da década de 1990, sobre as prevenções das ISTs/HIV/Aids. Foi nesse período que eu estava conhecendo o meu corpo, bem como observando também, que eu não me encaixava nos padrões da cisheteronormatividade.

Na minha família não se falava dos cuidados com o meu corpo. Talvez pelos meus avós serem leigos no assunto ou por sua postura religiosa conservadora. No entanto, eu sempre fui muito curiosa, lembro-me das perguntas que eu fazia para o Raymisson sobre o uso dos preservativos masculino e feminino. Eu ficava pavorosa quando ele mostrava as consequências e os agravos das ISTs/HIV/Aids. Ressalto que pessoas com essas infecções eram estigmatizadas na cidade, eram vistas como pessoas que “pegaram a tia”, estavam “tiadas”, “aidéticas” e que quem chegasse perto delas poderiam se contaminar. Uma total ignorância e discriminação com aquelas pessoas que viviam com HIV/Aids. Mas creio que avançamos no processo de sensibilização e autocuidados em saúde nesse sentido, e a ciência progrediu no tocante à medicação e tratamento dessas infecções, em grande parte por pressão do movimento LGBTQIA+.

Eu acompanhei e participei em alguns momentos das atividades socioculturais que Raymisson organizava na zona leste de Porto Velho, desde as festas juninas até a Marcha da Diversidade Sexual. Ele é uma figura importante nessa região, que jamais deverá ser esquecida.

Assim que eu fiz o projeto de doutorado, entrei em contato com o Raymisson lhe convidando para participar deste trabalho, e imediatamente ele aceitou o convite. Por se tratar de um colaborador que atua no campo da saúde, e que em tempos pandêmicos tivemos que ter todos os cuidados possíveis, combinei com ele que deixássemos a sua entrevista para quando amenizasse a crise sanitária e/ou tivéssemos sido vacinadas/os. Marcamos então a sua entrevista para o dia 12 de julho de 2021. Deixei que ele escolhesse o horário e lugar para entrevistá-lo. Nesse sentido, escolheu a Praça das Três Caixas D’água, símbolo de Porto Velho. Achei simbólico e representativo o local definido para a entrevista de Raymisson. Veja a seguir um registro das Três Caixas D’água.

Figura 51 – Fotografia das Três Caixas D'Água



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

As três caixas d'água também conhecidas como As Três Marias estão localizadas no centro histórico da capital. Símbolo estampado na bandeira de Porto Velho, é um memorial histórico da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Elas foram trazidas pelos estadunidenses e instaladas em 1910 e 1912 e serviam, inicialmente, para o abastecimento de água potável aos moradores que trabalhavam e residiam em torno do empreendimento ferroviário¹⁵². O local recentemente se tornou palco para manifestações socioculturais e políticas, como, por exemplo, a Parada LGBTQIA+, Marcha da Diversidade Sexual, grupos carnavalescos e movimentos sindicais, bem como lugar de visitas turísticas e onde a “família portovelhense” se reúne aos fins de semanas. Abaixo, algumas imagens desses eventos:

¹⁵² As Três Caixas D'água foram projetadas e construídas pela Chicago Bridge & Iron Works, de Chicago conforme informações contidas em placa de ferro fundido, cravadas nas pilastras de cada uma delas. Cada reservatório possui capacidade para 200.000 litros e serviram para abastecer a cidade de Porto Velho até o ano de 1957, funcionando por ação da gravidade. São tombadas a nível estadual e federal (Portaria 231/IPHAN).

Para saber mais, ver:

<https://www.ipatrimonio.org/porto-velho-tres-caixas-dagua/#!/map=38329&loc=-8.7469265759226,-63.893941640853875,13>. Acesso em 23 fev. 2023.

Figura 52 – Flyer de chamamento para a IX Marcha Municipal pela Diversidade Sexual em Porto Velho



Fonte: Porto Diversidade (2016).

Figura 53 – Fotografia da concentração da Parada LGBTQIA+ em Porto Velho



Fonte: Jornal *Rondônia Agora* (2009).¹⁵³

¹⁵³ Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/confira-imagens-da-parada-gay-em-porto-velho>. Acesso em 10 jun. 2020.

Figura 54 – Fotografia da Manifestação a favor da presidenta Dilma em Porto Velho



Fonte: Francis (2016).¹⁵⁴

No dia da entrevista, Raymisson estava trabalhando, porém fez um intervalo para que pudesse colaborar para este trabalho. Cheguei à Praça das Três Caixas D'Água alguns minutos antes, a qual estava um sol babadeiro, apesar de uma brisa que vinha do rio Madeira, pois o local fica situado às margens desse rio e dos trilhos da ferrovia. Nesse sentido, vieram muitas lembranças de minha adolescência e dos festejos que participei nesse lugar, sobretudo das Paradas LGBTQIA+ e das “caçassões” com as/os amigas/os (risos). Sim, esse também é um local de paquera de pessoas cisheteras e LGBTs.

Raymisson chegou e fomos logo montando o equipamento para iniciarmos a entrevista, pois ele precisava retornar ao serviço. Escolhemos o local para pegar o melhor ângulo, longe de algumas pessoas que estavam tirando fotos na praça. Sentamos no banco e, nesse momento, a praça foi nossa. Durante a entrevista um marimbondo deu uma picada na mão do meu colaborador. Entretanto, como profissional da saúde, e eu tinha levado água gelada para tomarmos, Raymisson lavou o local e fez compressa. Perguntei se ele queria continuar a entrevista, com receios de ele ter uma reação alérgica. Logo ele disse que estava tudo bem e que dava para eu prosseguir lhe

¹⁵⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/04/ato-pro-dilma-em-porto-velho-deve-reunir-3-mil-segundo-organizadores.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

entrevistando.¹⁵⁵ Momento de escuta, de afeto, de sensibilidade, momento de ouvir uma das vozes importantes e voz da experiência no tocante as pautas dos movimentos sociais, da assistência social e da saúde, principalmente do cotidiano e das necessidades das/dos LGBTs em territórios periféricos da capital.

Finalizei a última entrevista deste trabalho. Agradei a participação dele na pesquisa, nos abraçamos. Foi uma entrevista que me fez pensar na força e na potência do meu lugar de origem enquanto mulher trans afroindígena periférica, de como eu cheguei até aqui, das lembranças da escola, das festas, das ações socioculturais, dos cuidados, dos poucos avanços que tiveram na zona leste da cidade. Raymisson faz parte da minha trajetória de vida, igualmente das minhas lembranças do período colegial e de tantas outras pessoas que habitaram e/ou continuam lutando e resistindo nesse lugar. Tiramos fotos para registrar esse momento maravilhoso. Por fim, eu disse para ele que nos veríamos logo para um retorno da pesquisa. Gratidão!

Figura 55 – Fotografia do colaborador Raymisson Correa 2



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

¹⁵⁵ Graças a deusa, Raymisson não teve reações alérgicas.

Figura 56 – Fotografia de Lauri e o colaborador Raymisson



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

4.8. O processo de transcrição, textualização e transcrição, e a devolutiva/retorno das entrevistas para as/os colaboradoras/es

As memórias e as entrevistas orais precisam ser transcritas tal como colhidas no fluxo de suas vozes, conforme Ecléa Bosi (1994). Por ser uma fonte primária, uma história oral não se destina a apresentar uma narrativa final, verificada ou “objetiva” de eventos, ou uma história abrangente de um lugar. Reflete a experiência individual e/ou coletiva das/dos colaboradoras/es e, como tal, é subjetiva. Como disse antes, as entrevistas feitas para essa pesquisa foram realizadas através de áudio-vídeo.

As entrevistas foram transcritas (nesta etapa foram colocadas as palavras ditas em estado bruto; perguntas e respostas foram mantidas, bem como repetições, “erros” e palavras sem peso semântico); textualizadas (nesta fase foram excluídas as perguntas e tirados os erros gramaticais em favor de um texto mais claro e preciso) e, por fim, transcriadas (sendo que esta é a última etapa da transcrição, no qual o meu comprometimento é o de recriar um texto em sua plenitude), seguindo as orientações de Sebe (2005). Sendo assim, houve a minha interferência no texto, já que esse pode ser refeito algumas vezes, pois tudo deve obedecer a acertos combinados com a/o colaboradora/or, que vai legitimar o texto no momento da conferência fazendo correções e complementações, se necessárias. Sobre isso Fabíola Holanda ressalta:

[...] o retorno ao colaborador com o texto final para sua leitura, negociação, colaboração e aprovação, é inevitável. É a parte final do processo que iniciou-se no primeiro contato. E a sua apresentação/publicação de maneira integral no trabalho torna-se imprescindível para essa história oral, que se pretende pública e comprometida com o outro e com a comunidade pesquisada. (Holanda, 2006, p. 37).

Nessa perspectiva é preciso garantir também no retorno a devida autorização para uso, estando, então, as narrativas abertas às mais variadas formas de leituras. Ressalto ainda que faz parte igualmente do processo da textualização o momento de reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para o texto escrito, embora respeitando ao máximo o eixo narrativo, sobretudo as falas das/dos entrevistadas/os.

No processo transcriativo, através de recursos literários a entrevista é transformada numa narrativa singular e sensível, na qual as/os colaboradoras/es reconhecerão suas próprias narrativas, criando assim, um documento novo. É a entrevista transcrita que constitui o documento da/do historiadora/or ou oralista, abrindo um leque de possibilidades e perspectivas de leituras e análises. Nesse sentido:

Com o processo de transcrição e o texto/documento a História Oral acaba com a farsa da objetividade documental, com a imparcialidade positivista, com a cientificidade do marxista e com a postura morna do historicismo que, para não brigar, diferencia os fatos naturais e históricos, perde a historicidade das histórias, delimita e limita bem seu campo de atuação para não serem questionados. (Holanda, 1998, p. 22).

Foi um trabalho árduo, levei semanas para transcrever, textualizar e transcriar as falas potentes das/dos personagens desta tese, mas foi muito prazeroso, pois sei de suas implicações políticas e culturais num sentido de transformação social. O retorno das entrevistas para as/os colaboradoras/es foi feito presencialmente (2021) com Karen, Alessia, Breno, Apollo e Kary, e à distância (2023) pelos aplicativos *whatsapp* e *google meet* com Brenda, Anne e Raymisson, sendo que esses últimos responderam por áudio (gravado), escrita online e vídeo-chamada.

O retorno da pesquisa em história oral deve ser um posicionamento ético, humanizado e solidário, para que nossas/os colaboradoras/es possam saber o que foi e o que será feito com suas narrativas de vida. Eu enquanto mulher trans fui muitas vezes

entrevistada por jornalistas e pesquisadoras/es, mas nunca tive retorno do que foi feito com as minhas falas, bem como alguns/algumas das/dos colaboradoras/es também me relataram esse problema. Diante disso, imprimi e enviei cópias das entrevistas para todas/os colaboradoras/es da tese, seja de forma presencial ou online.

A seguir alguns registros das/dos colaboradoras/es no momento da devolução das entrevistas transcritas:

Figura 57 – Fotografia de Lauri, Karen e Alessia: retorno das entrevistas no Mercado Cultural



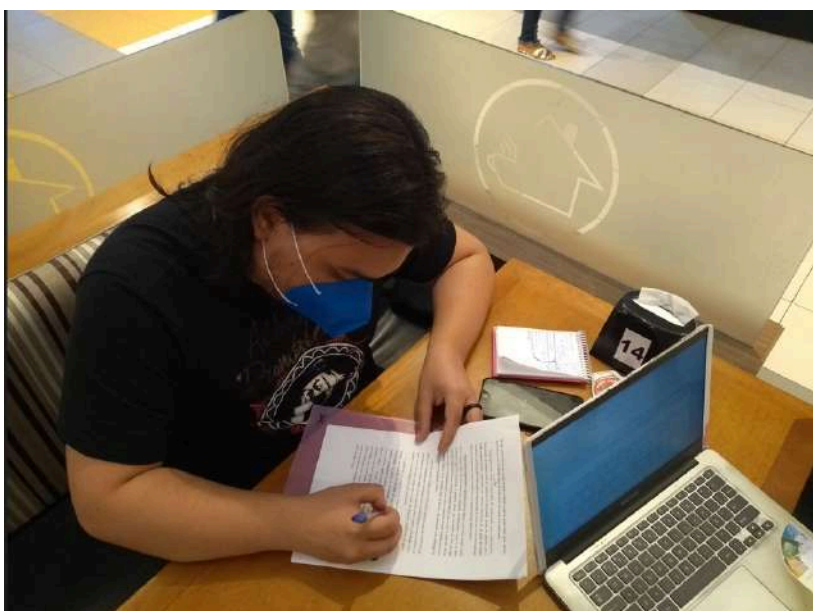
Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 58 – Fotografia de Karen e Alessia com suas entrevistas transcritas no Mercado Cultural



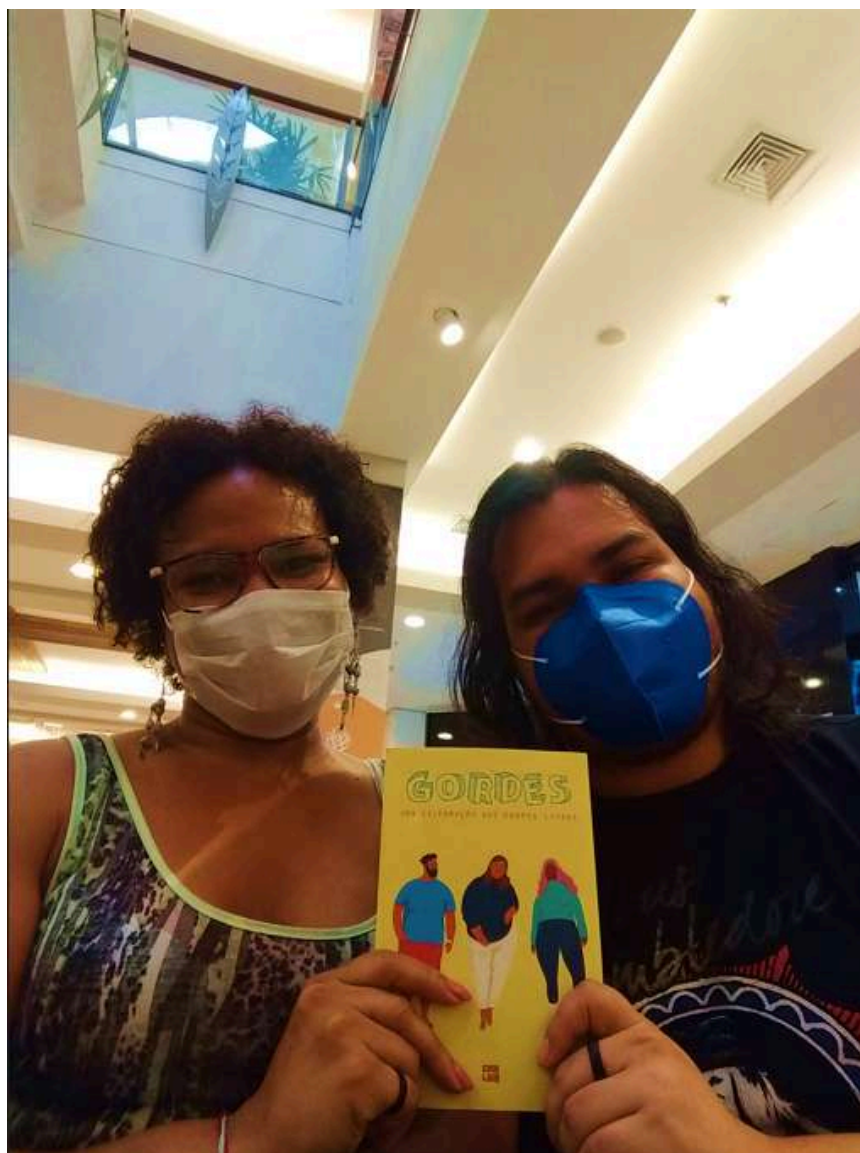
Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 59 – Fotografia de Breno lendo sua entrevista transcrita no Porto Velho Shopping



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 60 – Fotografia de Lauri e Breno com livro “Gordes”



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).¹⁵⁶

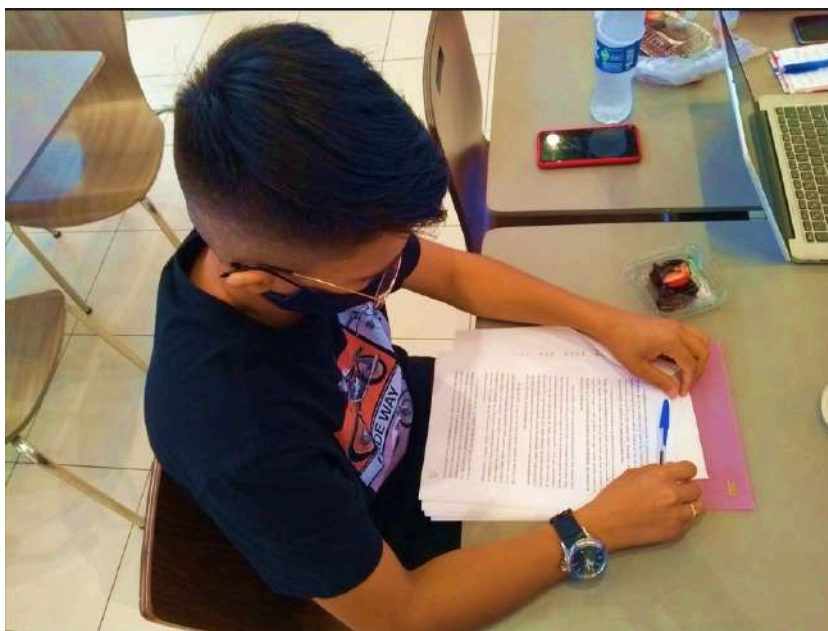
¹⁵⁶ Ganhei o livro “Gordes: uma celebração aos corpos livres” do Breno, para qual escrevi um texto intitulado “To be: ser ou estar”, no qual ele narra o preconceito (a gordofobia) que sofre diariamente em lojas de roupas, na Universidade e na busca por empregabilidade. A obra se tornou um lugar seguro para ele e demais autoras/es gordas/os/es reivindicarem sua autonomia, protagonismo e celebrarem seus corpos do jeito que são e estão. (Aleixo et al., 2021).

Figura 61 – Fotografia de Lauri e Apollo com a entrevista transcrita no Porto Velho Shopping



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 62 – Fotografia de Apollo lendo sua entrevista transcrita



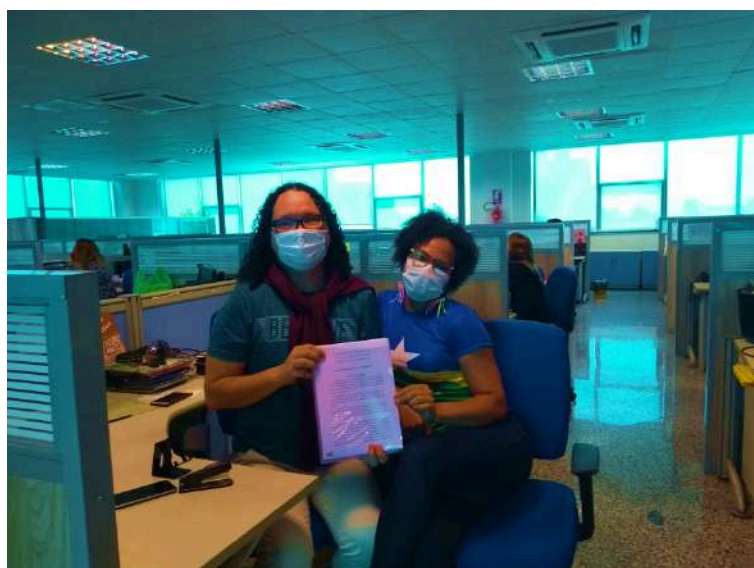
Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 63 – Fotografia do mimo do Apolo de chocolate com morango para autora da tese



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 64 – Fotografia de Lauri e Kary com a entrevista transcrita na SEDUC/RO



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 66 – Fotografia de Kary lendo a sua entrevista transcrita na SEDUC/RO



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

Figura 66 – Fotografia de Kary fazendo os apontamentos em sua entrevista transcrita



Fonte: Registro feito pela autora da tese (2021).

O processo devolutivo das entrevistas foi muito significativo e simbólico para os resultados desta tese. Assim, ao finalizarem as leituras das entrevistas pedi para as/os colaboradoras/es darem um título para suas microautobiografias, pois estamos cansadas/os de serem objetificadas/os pela academia e outras instituições de poder, as quais, por muito tempo, falavam por nós e sobre nós, tratavam-nos como o “outro”,

como estranhos, ameaças à ordem dominante. Nunca fomos parte desse sistema, pois sempre estivemos à margem, mas sob controle e vigilância. Para Patricia Collins:

No pensamento binário, um elemento é objetificado como o Outro e visto como um objeto a ser manipulado e controlado. A dominação sempre envolve tentativas de objetificar o grupo subordinado. (Collins, 2019, p. 137).

Portanto, enquanto vozes que foram por muito tempo silenciadas na história, é um compromisso ético-político das/dos colaboradoras/es definir suas próprias realidades, estabelecer sua própria história, autoafirmar suas identidades, nomear a sua própria história, como afirma bell hooks (1989). Patricia Collins, como vimos, ainda questiona a objetificação sobre corpos dissidentes, pois a realidade das/dos sujeitas/os “é definida por outras, sua identidade é criada por outras, sua história é nomeada apenas de maneira que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos” (Collins, 2019, p. 138). Esse não é o caso do meu trabalho com as/os colaboradoras/es. Não quero que a Outra, o Outro, a Subversiva, o Subversivo, a Transgressora, o Transgressor desapareçam da narrativa microautobiográfica, bem como não quero que sejam mais uma vez apagadas/os da história.

A historiadora ou historiador que trabalha sob a perspectiva da história oral, subverte o trato documental na pesquisa historiográfica, pois assume a construção do documento com a participação da/do colaboradora/or, sujeita/o da história. Ao descrever a pesquisa de campo, a gente faz uma viagem no tempo com o apoio e a graça de Mnemósine, e apesar de todos os males, das angústias, das perdas, do cenário obscuro em tempos de pandemia se apegar no fundo da caixa de Pandora, é preciso acreditar que a esperança (Élpis, please) ainda é a “última que morre”. As vozes e corpos que eu apresento, e que se seguem nos próximos capítulos, são exemplos desse processo de lutas e de (re) existências em Rondônia. Paraphrasing Ecléa Bosi (1994), os talentos dessas vozes de narrarem vem de suas experiências, de suas vivências, elas/eles os extraíram de suas dores sofridas. A dignidade delas/es está em contá-las até o fim, sem medo.

**PARTE 5 - “AQUELAS/ES QUE VIERAM ANTES DE NÓS”:
MICROBIOGRAFIAS - FRAGMENTOS DE MEMÓRIA GAY E TRANS EM
PORTO VELHO**

Nesta seção, tenho por finalidade relatar um pouco sobre a história de vida de quatro personagens que fizeram parte da comunidade LGBTQIA+ de Porto Velho: a primeira é Sandra Egly, rondoniense, a primeira professora trans no mundo, negra ou preta, circense que vivenciou a travestilidade na década de 1980 vindo a falecer em 2001. O levantamento das informações e dos dados sobre ela foi elaborado a partir da minha memória enquanto aluna de Sandra na década de 1990 e de informações coletadas no trabalho do pesquisador e militante Kary Falcão (2019).

O segundo personagem é Paulo Santiago, rondoniense, ativista e artista gay cisgênero, figura importante da memória e da militância LGBTQIA+ em Rondônia, assassinado em 2006. Falarei dele a partir dos relatos de alguns ativistas com os quais eu conversei e através de uma de suas obras, *Ser gay: homossexualidade*, publicada em 2005, para analisar, entender e contextualizar a sua história de vida, de luta e resistência contra a cisheteronormatividade na região.

A minha terceira personagem é Núbia Lafayette, acreana, mulher trans, negra ou preta, e que militou no movimento LGBTQIA+ em Rondônia. Discorrerei sobre ela a partir do meu trabalho de bacharelado em história e de algumas informações de ativistas que tiveram contato com Núbia, que faleceu em 2012.

Minha última personagem é Mica, acreana, mulher trans. Foi a primeira mulher trans de Rondônia que viajou para o exterior nos anos de 1980, vivendo na ponte aérea Porto Velho - Europa. Tinha dupla nacionalidade, e foi ela que no início facilitava e mediava a ida de travestis e transexuais rondonienses à Itália, por isso, era chamada de “mamis” e “madrinha” por estas sujeitas. Falarei dela a partir das minhas memórias enquanto mana/filha e das entrevistas informais que realizei com militantes e membros de sua família. Mica faleceu em 2012.

Microbiografar a história de vida desses personagens vai além do simples “resgate do oprimido” ou de uma “história dos excluídos”, significa manter viva a memória de pessoas que subverteram a cisheteronormatividade, e resistiram às diversas formas de opressões interseccionais em um estado conservador, permitindo encarar com outra perspectiva tal passado, marcado por muitas violências e estigmas, mas também por muita luta e formas de (re) existência. Vamos seguir então esses percursos.

5.1. Sandra Egly: memórias da primeira professora trans circense no mundo (1958-2001)

Figura 67 - Fotografia da Professora Sandra participando do Festival Folclórico Flor do Maracujá de Porto Velho



Fonte: Falcão (2019, p. 72).

Em 1995, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Carmosina Pinheiro, localizada na periferia de Porto Velho, eu tive o privilégio de ser ensinada por uma professora travesti negra/preta quando cursava a 3ª série do ensino fundamental I aos nove anos de idade. Não lembro se houve discussões em torno da orientação sexual e identidade de gênero da referida professora no ambiente escolar, mas recordo-me do dia em que ela entrou em minha classe pela primeira vez no período matutino, com trajes e adereços considerados socialmente como femininos, quando toda a turma sabia de antemão quem seria a nossa professora, por ela ser exigente com a aprendizagem das/dos alunas/os em sala de aula. Chamava-se Sandra Egly, “a Sandroval”, “Sandrinha” ou “Sanda”¹⁵⁷ para os mais íntimos. Obviamente, não me reportarei ao seu nome de batismo, por respeito à sua identidade de gênero.

À tese de Kary Falcão (2019), forneci algumas informações sobre a minha vivência enquanto aluna da professora Sandra, pois ela não era lembrada no meio LGBTQIA+. Contudo, em minha memória, a docente esteve sempre presente. Então, eu relatei a ele sobre a primeira e única professora trans que tive na vida escolar nos anos 1990, a sua prática pedagógica em sala de aula, entre outros pontos, já que o pesquisador estava realizando seu trabalho sobre docência trans* no estado. Por isso, a meu ver, ele não poderia deixar de pesquisar sobre essa personagem que se tornou um ícone na educação e na cultura popular da periferia da zona leste de Porto Velho.

A professora Sandra nasceu em 8 de julho de 1958 na cidade de Ji-Paraná/RO, era a filha caçula de dez irmãos e, quando ela tinha 9 anos de idade, seus pais resolveram ir morar na cidade de Guajará Mirim/RO. Aos 18 anos de idade, Sandra retornou à capital, em busca de trabalho. De acordo com Falcão (2019), seus pais eram rigorosos e não aceitavam a sua orientação sexual e identidade gênero. Ao descobrir a sexualidade dissidente de Sandra, seu pai a mandou regressar a Porto Velho, e, então, ela passou a viver com uma irmã que a acolheu.

¹⁵⁷ Era a forma carinhosa e abreviada do nome de batismo, com o qual a irmã de Sandra, a Sra. Leonilce Barros, lhe chamava, conforme Kary Falcão (2019).

Na década de 1970, no atual estado de Rondônia¹⁵⁸, havia uma escassez de profissionais da educação com nível superior no serviço público. Era um período marcado: pela ditadura militar,¹⁵⁹ quando o território foi entregue à administração do Exército (Oliveira, 2003); pela agressiva onda migratória de pessoas vinda de outras regiões do país ocupando e invadindo terras no interior do estado, modificando as estruturas sociais, onda essa ocasionada pelos projetos autoritários de integração nacional; e pelo entusiasmo desenvolvimentista e progressista nas cidades ao longo da BR-364, inclusive nas escolas e no funcionalismo público. Porém, esse complexo processo reverberou na escassez de trabalhadores tanto na saúde, quanto na educação rondoniense, causando problemas na máquina administrativa. (Moser, 2006).

Nesse sentido, Kary Falcão (2019) afirma que, para suprir as necessidades da educação na região, contratavam-se professoras/es denominadas/os de “leigas/os”. O começo da carreira de Sandra enquanto profissional da educação está inserido dentro dessa categoria de “leigas/os”, pois, quando ela foi atuar pela primeira vez como professora substituta de sua irmã (Leonilce Barros) na Escola Petrônio Barcelos, só tinha o ensino fundamental incompleto. Apesar disso, a diretora adorou o trabalho de Sandra, pois ela era muito criativa e determinada.

A partir desse dia, Sandra passou a trabalhar em escolas do interior e da zona rural da capital, mas também continuou substituindo a sua irmã quando esta adoeceu por aproximadamente quinze dias. Naquele período, a diretora era a memorialista Yeda Borzacov, que conseguiu um contrato efetivo para Sandra trabalhar como docente. Nesse sentido, a vida financeira dela se transformou e, de fato, colaborou para uma nova identidade social construída a partir da educação, permitindo que ela se tornasse, possivelmente, uma das primeiras professoras trans no mundo no final da década de

¹⁵⁸ A partir de 1979, com a presidência de João Batista Figueiredo, inicia-se o momento de desagregação do regime militar brasileiro. É nesse contexto de um duplo processo envolvendo a crise do regime autoritário e a fundação do estado de Rondônia que se observa a tentativa do governo militar em perpetuar no poder uma incipiente elite civil, que emergia durante o processo de criação do novo estado da federação: “Assim, a construção do novo estado coincide com a crise da ditadura militar brasileira, o que, de fato, foi importante e decisivo para a aceitação do regime autoritário em transformar o antigo Território numa nova unidade federada com status de estado” (Viana, 2021, p. 98).

¹⁵⁹ Nos anos de 1970, Rondônia foi contemplado com um grande número de projetos do Governo Federal, visando incorporar a fronteira amazônica ao núcleo do sistema capitalista brasileiro.

1970, tendo em vista a ausência de nossos corpos nos espaços educacionais ao longo da história da humanidade.¹⁶⁰ De acordo com Kary Falcão:

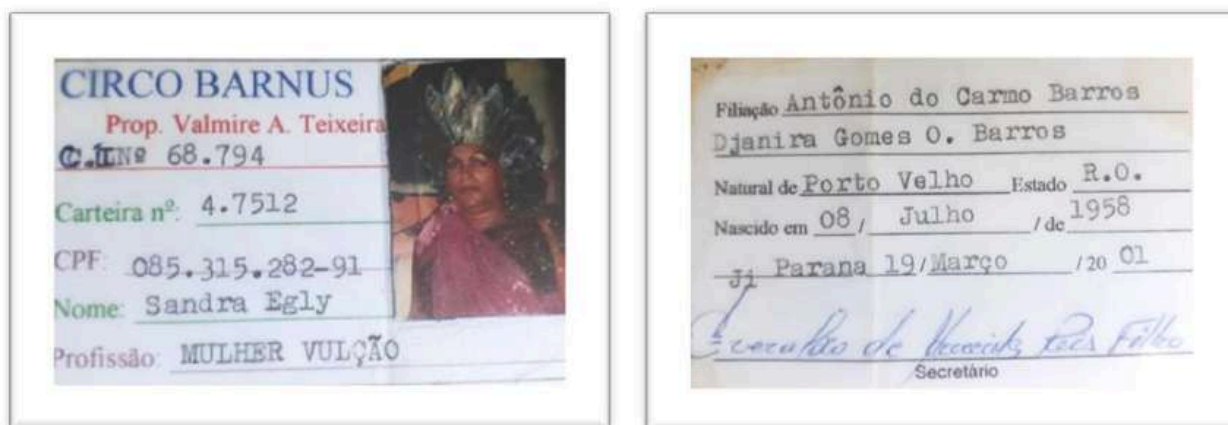
Contratada como professora aos 20 anos de idade foi na docência que Sandra encontrou as bases para a construção da sua própria identidade. Durante este processo a docente estabeleceu relações entre o envolvimento profissional baseado no comprometimento ao exercício do magistério com as práticas pedagógicas que envolviam aproximações entre a família e a escola, a valorização da cultura local, incentivando os alunos a prosseguir os estudos e a preocupação com o reconhecimento identitário. (Falcão, 2019, p. 62).

Inventiva e criativa, ao retornar à capital, Sandra se encantou pela arte circense após prestigiar apresentações deste tipo. No início dos anos 1980, o circo passou a existir no Brasil como um movimento que se auto-intitulava *Circo Contemporâneo* ou *Novo Circo*. De acordo com a historiadora Erminia Silva, esse era formado por profissionais e artistas performáticos, vindos de experiências teatrais, coreográficas, cenográficas e da dança, entre outras formas de expressão: “desenvolvendo a linguagem circense fora dos espaços dos circos de lona, participando da fundação de escolas de circo e da constituição de grupos artísticos” (Silva, 2007, p. 288).

Nesse mesmo período, o circo havia chegado a Porto Velho, porém, trazia poucos profissionais, devido à questão dos transportes e das estradas que eram precárias. Entretanto, os donos do circo acabavam contratando artistas locais que quisessem fazer parte dos espetáculos, e Sandra, com todo o seu talento, agarrou mais uma oportunidade para se transformar em uma diva queen em Rondônia, tornando-se uma verdadeira profissional de circo.

¹⁶⁰ O seu pioneirismo enquanto professora trans no mundo foi mencionado pela Profa. Dra. Megg Rayara, durante a banca de defesa desta tese pois, eu não tinha a dimensão desse marco histórico de Sandra no âmbito educacional para além da região Norte do Brasil.

Figura 68 - Fotografia da Carteira do Circo Barnus, último circo em que Sandra Egly trabalhou (2001)



Fonte: Falcão (2019, p. 28).

Kary Falcão comenta que:

No circo, Sandra ensaiava as bailarinas e era responsável pelas fantasias e coreografia dos números artísticos. **Durante o espetáculo, era anunciada a participação de uma mulher que cuspiu fogo pela boca**, técnica denominada como pirofagia, um truque usado por circenses, artistas de palco e, também nas ruas e a partir deste personagem, a Professora Sandra passou a ser conhecida como a “Mulher Vulcão”. (Falcão, 2019, p. 60, grifos nossos).

Naquela época, ela era conhecida como transformista. Portanto, além de ser professora, ela trabalhava com o Circo, e trazia seus shows e performances para dentro da escola, o que nos motivava a gostar mais ainda dela. Eu a achava incrível, principalmente quando havia os momentos culturais na escola. Havia festas juninas e folclóricas, e o dia do circo, quando ela se vestia com as fantasias de mulher vulcão, faxineira e bailarina. Ela era muito divertida, pois todas/os riam com suas apresentações que lotavam o pátio da escola com a presença da comunidade escolar.

Figura 69 - Fotografia de Sandra Egly se apresentando no Circo Barnus 1



Fonte: Falcão (2019, p. 72).

Figura 70 - Fotografia de Sandra Egly se apresentando no Circo Barnus 2



Fonte: Falcão (2019, p. 73).

Yeda Borzacov, em entrevista a Kary Falcão (2019), revelou que a professora Sandra havia contado para ela sobre a sua sexualidade, afirmando que era **hermafrodita**. No fim do século XVIII, segundo Michel Foucault, o hermafrodita foi considerado como um tipo de monstro que apareceu e ficou sob o domínio do campo discursivo “jurídico-biológico”; no início do século XIX, era visto como imperfeição da natureza ou moralmente deturpado. O autor, ao analisar um caso de punição de um hermafrodita que se chamava Antide Colas, torturado e queimado vivo, ressalta: “[...] na Idade Média, e até o século XVI [...] os hermafroditas eram considerados monstros e executados, queimados, suas cinzas jogadas ao vento” (Foucault, 2010, p. 57), pois o discurso médico relacionava o hermafroditismo resultante da relação sexual com o Satanás. E, no século XVII, Foucault encontrou o caso de um sujeito não condenado por ser hermafrodita, pois segundo o autor:

Se fosse reconhecido como tal, pediam-lhe que escolhesse seu sexo, o que era dominante nele, que se comportasse em função do sexo que era assim determinado, que em particular, se vestisse de acordo com ele [...]. (Foucault, 2010, P. 57).

No entanto, a jurisprudência somente condenava o hermafrodita caso “usasse o sexo em anexo”, por sodomia.¹⁶¹ Em diversas civilizações, esse termo foi comumente utilizado para se referir de forma genérica¹⁶² a sujeitas/os intersexuais, relacionando-as/os à anormalidade e desvio, e era muito comum, mas de forma pejorativa e equivocada, nos fins dos anos 1990 para fazer referência a sexualidades dissidentes em Porto Velho, o que foi o meu caso e de tantas/os colegas gays afeminados, travestis e transexuais. Porém, alguns/algumas acreditavam de fato que eram hermafroditas, esse pode ter sido o caso de Sandra. Hoje, pesquisadoras/es, tanto do campo médico, como das ciências humanas e sociais, recusam esta nomenclatura, pois é considerada patologizante e estigmatizante.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em Rondônia, ainda não se falava sobre as questões de travestilidades e transexualidades. Até o início do século XXI em

¹⁶¹ Cf. Foucault (2010).

¹⁶² Por exemplo, dizer que pessoas intersexuais nasciam com os dois sexos. Entretanto, são pessoas que nascem com alguma variação natural nas características do corpo que são atribuídas à anatomia reprodutiva ou sexual de forma a não serem contempladas pelas concepções binárias de gênero. Ver: <https://www.grupodignidade.org.br/intersex-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-i-em-lgbti-no-dia-da-visibility-intersexual/>. Acesso em: 08 out. 2021.

Porto Velho, pessoas fora do padrão cisheteronormativo eram taxadas em diversos espaços de: *hermafroditas, bibas, bichas, bichinhas, bicholas, baitolas, boiolas, viados, entendidos, alegres, metade-metades, macho-fêmeas, frescos, frutinhas, borboletinhas, safados, corta dos dois lados, morde-fronhas* e outros termos, expressões, atributos e cognomes insultuosos e repressivos às sexualidades fora do modelo hegemônico.¹⁶³¹¹⁶

Alguns desses termos surgiram no início do século XX, entre eles a expressão *viado*, de acordo com James Green. Esse pode ter surgido nos anos de 1920, ou mesmo antes, e foi vinculado à figura do *puto* e *fresco*, “[...] no linguajar popular, como outra palavra depreciativa para referir-se a homens efeminados que praticavam sexo com outros homens” (Green, 2000, p. 143). Nos anos de 1930, aparece o termo *bicha*, definido por homossexuais jovens masculinos como *pederasta passivo*, todavia, não tinha um caráter depreciativo. Contudo, Green explica que a palavra *bicha* recebeu conotação ofensiva no início dos anos 1960:

[...] quando começou a competir com viado como uma forma de insulto comum por parte de pessoas estranhas ao meio. Embora talvez jamais se possa descobrir a origem exata da expressão, a possibilidade de que a palavra bicha tenha se desenvolvido dentro do próprio mundo de homens efeminados e prostitutas nos anos 30 amplia sua potência simbólica. Gerado de dentro de uma subcultura, o termo foi mais tarde apropriado para desmerecer as mesmas pessoas que o criaram. Transmitido de um mundo colorido e semiclandestino de homens e mulheres prostitutas para um universo mais amplo, **ele retornou como instrumento de agressão, hostilidade e marginalidade**. (Green, 2000, p. 145-146, grifo nosso).

No final da década de 1960, com a ampliação dos espaços públicos de sociabilidade homossexual, surgiu o “entendido” e a “entendida”, que seriam uma figura social equivalente ao *gay*, oriundo dos Estados Unidos. Mas James Green (2000) ressalva que esse termo já circulava no país desde a metade da década de 1940 e seu uso se referia aos homossexuais masculinos que frequentavam ambientes de classe média e alta das grandes metrópoles do Brasil.

O termo, porém, de acordo com Peter Fry (1982), se popularizou ao longo dos anos 1960 no Brasil em consonância com os movimentos de libertação homossexual nos Estados Unidos e na Europa. As mulheres lésbicas brasileiras tomaram “de empréstimo”

¹⁶³ Termos constitutivos da vida de pessoas LGBTQIA+, e muito presentes na minha infância, adolescência e início da juventude, como explanei na parte 1 deste trabalho.

aos homossexuais masculinos o termo “entendido”, aproximando-o de sua orientação sexual (Simões, Facchini, 2009; Aquino, 1995; Bezerra, 2009).

A especificidade dos primeiros grupos do movimento homossexual no final dos anos de 1960 é que os levou a abdicar tanto do termo “entendido” como da palavra *gay*, preferindo ficar com o velho termo *bicha*, passando a adotar e propor uma nova configuração e representação do termo na militância, com o objetivo de eliminar as conotações pejorativas. No entanto, outros grupos passariam a adotar o termo estadunidense, como é o caso do Grupo Gay da Bahia (Fry; Macrae, 1983; Simões, Facchini, 2009).

Para Megg Rayara, esses termos foram lançados como forma de aniquilar corpos fora da cishnorma binária de gênero, legitimando a cishéterossexualidade, bem como nos dizendo que:

[...] o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do sexo e do gênero masculino não é humano, não é honesto e, por isso, seus sujeitos não podem ser o centro e a margem, o lado de fora é sim um lugar. O lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade, etc. (Oliveira, 2018, p. 165).

Entretanto, como foi visto, alguns desses termos foram resignificados e apropriados através do processo de empoderamento da comunidade LGBTQIA+, principalmente o termo *bicha*, por gays afeminados, travestis e trans negras/os ou pretas/os, dispostas/os a subverter a cisheteronormatividade branca e compulsória instituída pelo sistema patriarcalista, e até mesmo a romper com a ordem homossexual padronizante (Oliveira, 2018; Barros, 2017).

Voltemos à nossa personagem: a professora Sandra foi uma alfabetizadora magnífica. Era preocupada com as/os estudantes que não aprendiam e com as condições socioeconômicas das/dos que iam para a escola com roupas sujas e descuidadas, com a falta de materiais escolares. Eu me lembro dos sorteios de *kits pedagógicos* (cadernos, lápis, borrachas, régua, apontadores e outros) que ela realizava em sala de aula, era comum irmos até a direção pedir cadernos ou lápis, pois a pobreza nos anos de 1990 era perceptível, eu mesma demorei a ter certos materiais, como, por exemplo, mochila, eu levava o material na sacola de supermercado e encapava meus livros didáticos reaproveitando papéis de presente. Em escolas públicas, principalmente situadas nas

regiões periféricas, ainda é comum nos depararmos com essa realidade social e econômica de estudantes, consequência do sistema capitalista e neoliberal.

A professora Sandra usava a sala de aula como espaço lúdico de aprendizagem dos conteúdos e das disciplinas, e, também, nos ensinava práticas de etiqueta: o modo como se sentar, posturas consideradas corretas, saber o momento oportuno de perguntar algo e não conversar com as/os colegas quando ela estivesse explicando a matéria.

Eu lembro que, no primeiro dia de aula, ela organizou toda a sala, colocou as cadeiras e mesas em filas, porque a nossa classe estava desorganizada, nos mudou de lugar, colocando os menores na frente e os maiores para trás. Eu lembro também que ela me colocou na primeira mesa da fila do meio, alguns não gostaram, mas tivemos que aceitar, afinal era a professora Sandra, conhecida pela sua “rigidez” em sala de aula. No início do ano escolar, todas/os as/os alunas/os tinha medo dela, mas a respeitavam e logo passamos a sentir um afeto por ela.

Tínhamos que seguir as regras impostas por ela em sala, para termos boas notas bimestrais. Como nossas mesas e cadeiras eram novas, ela nos deu bilhetes para entregarmos aos nossos responsáveis, solicitando de forma obrigatória: toalhas para as mesas e copos de plásticos para pôr os lápis, apontadores e borrachas. E, a partir do momento que estivéssemos com os materiais, todos os dias de aula teriam que estar bem arrumados na mesa, senão o sermão cantava.

As nossas mochilas deveriam estar sempre atrás ou debaixo da cadeira. Tínhamos que saber a tabuada todinha, caso contrário, ficávamos na frente do quadro em pé durante uma hora ou levávamos uma “palmatória”¹⁶⁴ na mão. Uma vez errei, ela meteu a régua em minha mão, mas disse que eu não iria ficar na frente do quadro de castigo, porque tinha sido a primeira vez que eu havia errado a conta de multiplicação, e que, no próximo erro, eu não escaparia; nunca mais eu me esqueci de como multiplicar os números.

Essa forma disciplinar de manter a ordem e “educar” as/os alunas/os surgiu no início do século XIX, através de castigos físicos, cuja finalidade era punir o mau comportamento e a dificuldade de aprendizagem, como um meio pedagógico. Nota-se,

¹⁶⁴ Em referência ao objeto comum nas escolas oitocentistas, o qual representava um símbolo de poder, de hierarquia, de diferenças geracionais e de instrumento “civilizatório”; porém, ela usava uma régua de madeira para obter tal efeito. Não lembro se houve retaliações a respeito por parte da comunidade escolar. Para Maria Cecília Souza, “a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente [...], uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias” (Souza, 1998, p. 86).

nessa prática cultural, uma expressão violenta da sociedade colonialista e opressora (Souza, 2003; Veiga, 2003). Conforme as pesquisadoras e psicólogas Milena Aragão e Ana Maria Freitas:

Como prática, os castigos físicos ainda eram utilizados, mas, ao longo do século XX, esses coexistiram com os castigos de cunho moral, que visavam a inculcar o sentimento de vergonha e humilhação nos alunos. Assim, com maior frequência, eram imputados pontos negativos na caderneta escolar, aplicada arguição na frente dos colegas, chamada a atenção de forma grosseira perante o grupo, lidas cópias de trechos de livros ou de frases moralistas, por exemplo. (Aragão; Freitas, 2012, p. 27).

Todavia, ao longo do século XX, surgiram vários discursos contrários ao uso de castigos físicos, e de forma gradual esses foram perdendo poder. Porém, foram substituídos, como dito acima, pelos castigos de caráter moral, por exemplo: privando a/o estudante de alimentos, de saída, de recreação; colocando-a/o na frente do quadro; aplicando lições complementares; mudando-a/o de carteira; e retirando-a/o de sala. Alguns desses castigos ainda estão presentes em escolas públicas e provavelmente em escolas privadas brasileiras (Graça, 2002; Souza, 2003, Aragão; Freitas, 2012), além de outras formas de disciplinamento e de opressão que resultam em exclusões de determinadas/os estudantes, com destaque para estudantes LGBTQIA+, sobretudo travestis e transexuais - grupos estigmatizados e marginalizado pela sistema educacional no país, o que contribui para sua evasão do ambiente escolar.

A professora Sandra, no início do século XXI, teve sérios problemas de saúde e faleceu em 2001 devido a complicações cardíacas. A irmã, que a acolheu quando era jovem, relatou a Kary Falcão que Sandra tinha dado uma “sumida”, e, quando ela foi procurá-la, encontrou-a muito doente e debilitada, morando sozinha em um local não espaçoso e sem conforto. Diziam que ela estava com depressão por causa de um relacionamento amoroso, que a levou a ingerir diariamente bebidas alcoólicas. Ainda de acordo com o referido depoimento, sua irmã tentava levá-la ao hospital, mas Sandra recusava-se a ir. Outros informantes relataram ao pesquisador que outro motivo que colaborou para o falecimento da professora Sandra foi o contato com o líquido que ela ingeria em suas apresentações no circo para soltar fogo pela boca (Falcão, 2019, p. 54).

Logo abaixo, reproduzo o registro da placa da lápide de Sandra, a tarja foi posta para não expor o nome de batismo da Professora em respeito à sua identidade de gênero, à sua memória e história de luta e (re) existência. Ela já fazia o uso do nome social desde os anos de 1980, porém, foi enterrada pela família com o nome de batismo, e provavelmente tenha sido enterrada com trajes masculinos, o que constitui uma grande violência simbólica, pois, dessa forma, nega-se a sua feminilidade, outra forma de transfobia, resultando em um apagamento total de sua existência. As mortes de pessoas trans são, seguidamente, inseridas em uma lógica perversa e preconceituosa de representações e relações de poder, em especial devido à forma como seus corpos e vidas são compreendidas como descartáveis socialmente (Silva et al., 2017).

Figura 71 – Fotografia da Professora Sandra



Fonte: Falcão (2019, p. 48).

Eu me lembro da minha avó falando em casa que, com a professora Sandra, eu iria aprender os conteúdos escolares “por bem ou por mal”, mudar meus comportamentos ditos “rebeldes” (risos), mostrando certo conhecimento e convivência com as práticas punitivas da professora. Contudo, pessoalmente, eu não adquiri nenhuma aversão a ela devido à “reguada” que levei nas mãos por ter esquecido a tabuada de multiplicação.

A sua rigidez e pedagogia disciplinar eu penso que eram devidas à forma como operava a prática pedagógica tradicionalista de muitas/os docentes dos anos de 1970 ao início do século XXI em Rondônia. E, também, porque a escola é uma instituição de poder e de controle disciplinar de corpos e saberes (Foucault, 2009). Além disso, lembrar que a professora Sandra era “leiga” e, muito provavelmente, não estudou teorias pedagógicas mais libertárias, bem como sendo uma mulher trans e negra, precisou se impor em ambientes que lhes eram hostis. Obviamente, não vou generalizar que todas/os as/os docentes eram rígidos/as como ela em sala de aula. Muitas das vezes, como discentes e docentes, não refletimos sobre as nossas interferências, influências e efeitos das manifestações de poder no ambiente educacional, seja de forma negativa ou positiva. Não guardei, como disse, ressentimentos da professora Sandra. Porém, hoje, por eu pertencer a uma nova geração de professoras/es do Ensino Básico e conhecer a realidade da educação pública em Rondônia, não compactuo com nenhum tipo de violência e opressões no meio educacional, minhas perspectivas giram em torno de uma educação progressista, libertadora, humanizada e solidária (Freire, 1998, 2019; hooks, 2017).

Microbiografar a trajetória da professora Sandra aqui neste trabalho não serve somente para lembrar que nos anos de 1970 a 1990 já tínhamos uma personagem que transgredia a cisheteronormatividade em um período extremamente conservador, mas, igualmente, de um período histórico de lutas e resistências de LGBTs. Busco, sobretudo, marcar o seu pioneirismo enquanto professora trans negra ou preta na história educacional do estado de Rondônia e no mundo, visibilizando o seu protagonismo nesses espaços de poder, sobretudo na periferia de Porto Velho. Sei o quanto ela foi respeitada e admirada nesses espaços pelo seu talento, autonomia e prazer no que fazia.

Os talentos e a criatividade de Sandra são qualidades individuais que a levaram a adentrar novos campos de possibilidade a partir dos anos de 1970, nos quais havia brechas para que ela ocupasse lugares de poder e visibilidade, como a escola e o circo, onde a cisheteronormatividade, o racismo, LGBTQIA+fobia e o machismo¹⁶⁵ operam constantemente, sobretudo em um período de forte autoritarismo no país. Mas,

¹⁶⁵ De acordo com a historiadora Marta Valéria de Lima (2021) e o historiador Valdir Souza (2011), em Rondônia houve disputas pela posse da terra, pelos homens e pelas mulheres, pelo poder e pelo saber, pelos cargos na política e no funcionalismo público, entre moradores e novos migrantes que vinha do sul e sudeste. Alguns grupos locais se mobilizaram e criaram o movimento dos *minhocas*, ou seja, dos *nascidos na terra*, com o objetivo de disputarem os espaços de poder na estrutura política e burocrática do Estado com os de fora. Fruto dos choques de interesses e de culturas esse movimento ganhou corpo. Isso ocorreu porque ele expressava sentimentos de exclusão e de pertencimento dos *filhos da terra* (Lima, 2021, p. 37).

obviamente, apesar desses “avanços”, assim como a maioria de travestis e transexuais no Brasil, Sandra sofreu homotransfobia no ambiente familiar, tendo que morar com uma de suas irmãs, devido ao seu pai ter descoberto a sua orientação sexual. O acolhimento da irmã e da diretora foi extremamente importante na sua vida, pois contribuiu para que Sandra não se tornasse mais uma vítima do sistema e não fosse para a marginalidade social. A partir das brechas que se abriram e do apoio de pessoas importantes que passaram em sua vida, garantindo, assim, a sua sobrevivência e independência financeira, ao ser contratada como professora aos 20 anos de idade.

Até hoje o circo ronda o imaginário social como um local de saberes e performances artísticas polivalentes, tornando-se palco para apresentação e entretenimento daquelas/es consideradas/os diferentes, fora do padrão hegemônico; lugar de machismo, racismo, misoginia e LGBTQIA+fobia, espaço estigmatizante e grotesco para seres considerados aberrantes, por exemplo, pessoas gordas, negras ou pretas, anões e trans. Conforme a pesquisadora e jornalista Anna Balloussier (2021), certos biotipos e personagens só eram bem-vindos no circo se acoplados a números que os expunham ao ridículo, como a *Mulher Barbada*, a *Monga* e a/o *Transformista*.¹⁶⁶ Foi nesses espaços que Sandra pôde se manifestar culturalmente, levando a sua arte e seu talento para a periferia de Porto Velho. O uso do nome social em seu registro profissional como trabalhadora do “Circo Barnus” legitima ainda mais a sua identidade de gênero em um período tão hostil para as pessoas LGBTs.

O circo, ao se desvencilhar dos padrões estéticos considerados “normais”, e “incluído” o diferente, ainda que pela via do exotismo, pode ter servido para que Sandra, enquanto uma pessoa trans, aprendesse a lidar e ser resistente com as opressões sofridas ao longo de sua trajetória de vida, além de abrir possibilidades de criar, inovar, incentivar e transformar a cultura de uma região periférica e marginalizada.

Ela era de religião de matriz africana (era de Oxum, graduada como mulher trans) e o fato de vivenciar a sua orientação sexual e identidade de gênero naquela época foi de fato uma transgressão e subversão aos valores morais cishéteros, coloniais e brancos dominantes. Sua rebeldia ao sistema precisa ser ecoada e lembrada na história LGBTQIA+: “consistindo em uma trajetória de sucesso e de perpetuação de uma memória por fazer da prática docente um instrumento de construção da identidade”

¹⁶⁶ Ver: Circos que ridicularizavam o diferente, agora exaltam pessoas longe do padrão. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/circos-que-ridicularizavam-o-diferente-agora-exaltam-pessoas-longe-do-padrao-1.2533637>. Acesso em: 16 nov. 2021.

(Falcão, 2019, p. 69). Personagem que subverteu e resistiu às diversas formas de opressões interseccionais no estado, necessitamos manter viva a sua memória, bem como publicizá-la.

5.2. Paulo Santiago: a microbiografia de um militante gay andrógino em Porto Velho

Nesse tópico falarei desse personagem importante da memória e da militância LGBTQIA+ em Rondônia, Paulo Santiago. Eu não cheguei a ter contato diretamente com ele, mas o vi nas paradas e outros eventos culturais LGBTs na capital. Falarei dele a partir dos relatos de alguns ativistas com os quais eu conversei e a através de uma de suas obras *Ser gay: homossexualidade*, publicada em 2005, para analisar, entender e contextualizar a sua história de vida, de luta e resistência contra a cishéteronormatividade na região.

Encontrei essa obra usada, em um “sebo” e loja de livros da capital rondoniense, em 2009, quando eu era graduanda no curso de História. Naquela época, eu estava fazendo o levantamento bibliográfico e documental sobre temas relacionados às questões LGBTs, em especial de Rondônia, para o desenvolvimento da minha pesquisa de bacharelado. Infelizmente, como já salientei nesta tese, há uma escassez e/ou carência de literatura regional que aborde temáticas sobre relação de gênero e sexualidade na história. Porém acabei achando essa obra autobiográfica tão simbólica e ousada, e também subversiva ao sistema, pois relatar, registrar e divulgar as nossas vivências enquanto pessoas LGBTQIA+ em uma região conservadora foi desbravador da parte de Paulo Santiago.

A obra autobiográfica possui 168 páginas, tamanho 14 x 21 cm, e foi publicada pela editora e gráfica “Primor Forms”. Está dividida em duas partes. Na primeira parte, o foco é centrado nas vivências e experiências de Santiago sobre a construção e afirmação de sua orientação sexual e identidade de gênero no seio familiar; relações homoafetivas; a sua militância e agenda LGBTQIA+ em Rondônia; e o exercício de sua arte, intelectualidade e religiosidade. Na segunda parte, Santiago explana sobre a homossexualidade masculina e feminina; a violência contra pessoas LGBTQIA+; a criação do *Projeto Vida LGBT* em Porto Velho; e a transexualidade; além de um glossário do pajubá. Ao longo da obra, ele traz seus poemas, frases, pensamentos,

depoimentos de amigas/os sobre homossexualidade, dados da epidemia de HIV/aids no Brasil, dicas sobre relações homoeróticas, dicas de segurança e proteção para gays tanto nas questões de saúde quanto de violência homofóbica. Apresenta ainda algumas imagens de si, de suas obras de arte e de uma trans rondoniense.

Os textos em primeira pessoa com delineamentos autobiográficos estão muito presentes na literatura brasileira contemporânea e nas produções acadêmicas, a partir de conceitos como, por exemplo, “escrita de si”, “relatar a si mesmo” e “lugar de fala”. No entanto, há, nesse campo, diferentes gêneros literários, como autoficção, biografias, autobiografias, romances autobiográficos, história de vida, dentre outros. No caso da obra de Paulo Santiago, como já salientei anteriormente, trata-se de um trabalho autobiográfico. Nesse sentido, parece-me importante articular o conceito de autobiografia com a minha proposta de microautobiografia para esta tese.

A autobiografia é uma tentativa assumida de representar a vida da autora ou autor. Um dos principais especialistas e estudiosos desse gênero literário é o francês Philippe Lejeune. Em sua obra *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, ele ressalta que, ao escrever ou criar um trabalho autobiográfico, a/o escritora/or precisa fazer *um pacto* ou acordo com a/o leitora/or, confirmado pelo uso do nome de quem escreve enquanto protagonista e narrador. Para Lejeune, só podemos falar de uma autobiografia quando uma identidade tríplice (autor, narrador e personagem) é estabelecida, desse modo, se torna um conceito útil na medida em que fornece um meio técnico direto de definir o gênero literário (Lejeune, 2008, p. 26). Nesse sentido, ao apresentar seu trabalho como uma autobiografia, a/o autora/or declara seu compromisso com a/o leitora/or de escrever sobre a sua própria existência, sobre a sua memória.

Compreendendo a memória como um fenômeno construído tanto coletivamente, quanto individualmente, pode-se dizer que há uma estreita relação entre a memória e o sentimento de identidade, no sentido da imagem de si e para os outros no ato da *autonarrativa*. Isto é, a imagem que a pessoa adquire e constrói ao longo da vida remanescente a ela própria, a imagem que ela arquiteta e exhibe aos outros e a si mesma para acreditar na sua própria representação, mas também ser compreendida da maneira como quer ser percebida pelos outros (Le Goff, 1990; Pollak, 1992).

Os estudos de Lejeune tomam a forma daquilo de se que trata, e se torna cada vez mais autobiográfico, reconstruindo elementos presentes nas autobiografias, como

por exemplo, a subjetividade, por conta do “eu” do presente e do “eu” do passado. Para a pesquisadora e letróloga Ana Amélia Pace:

[...] o pacto funciona como uma estratégia autorreflexiva do texto autobiográfico. O eu volta-se ao passado, em direção aos fatos que contribuíram à sua situação presente. Nesse movimento, ele projeta sua imagem fixada pela escrita em direção ao futuro, à leitura e à crítica. (Pace, 2013, p. 15).

Em seu trabalho *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*, Verena Alberti faz alguns questionamentos sobre a posição do sujeito na produção de textos autobiográficos; a relação do autor com o que ocorreu no passado; a reconstrução de sua vivência numa constituição “para a leitura” e os distintos posicionamentos atualizados pela/o autora/or no ato da escrita. Para ela, a autobiografia é uma narrativa centrada no sujeito que a cria, a autobiografia é uma atualização do *sujeito moderno* no espaço literário, e destaca:

[...] **se alguém se põe a escrever uma autobiografia**, é porque **tem em mente fixar um sentido em sua vida e dela operar uma síntese**. Síntese que **envolve omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e desequilíbrio entre os relatos** (uns adquirem maior peso, são narrados mais longamente do que outros), operações que o autor só é capaz de fazer na medida em que se orienta pela busca de uma significação: **busca essa que lhe dirá quais acontecimentos ou reflexões devem ser omitidos e quais (e como) devem ser narrados**. É essa busca também que prevalece na estrutura do texto, **os relatos ganhando sentido à medida que vão sendo narrados**, acumulando- se uns aos outros, de modo que a significação se constrói no momento mesmo em que o autor escreve a autobiografia. (Alberti, 1991, p. 12, grifos nossos).

Nesse sentido, proponho os termos microbiografias e microautobiografias, pensando não em uma perspectiva ampla de escrever e compreender a totalidade da história de vida e memória de personagens importantes na história LGBTQIA+ e de mulheres em Rondônia - devido às limitações e especificidades deste trabalho. Tenho por finalidade, no caso específico deste subcapítulo, compartilhar as experiências e ações de Paulo a partir de sua autobiografia, analisando esse “eu” subjetivo em processo de des-construção e legitimação de uma identidade gay, de suas narrativas de experiências vividas, de suas memórias e lembranças de determinados momentos em tempos específicos da história do estado.

Paulo decidiu escrever a sua autobiografia justificando que queria relatar suas experiências em torno de sua identidade gay e um pouco do que é ser LGBTQIA+. Foram aproximadamente três anos para ele escrever e organizar textos pesquisados de vários autores. Coletou dados do Ministério da Saúde relacionados às ISTs/HIV/aids e à violência contra homossexuais no Brasil, incluindo depoimentos de mães e outros parentes de pessoas da comunidade LGBTQIA+ da região.

Na primeira parte da obra, como já salientei anteriormente, o foco está centrado na pessoa do autor. Isso vai ao encontro do que Philippe Lejeune (2008) considera sobre a afirmação da identidade em uma narrativa autobiográfica como uma espécie de contrato entre autor e leitor, o que ele denomina de pacto autobiográfico. Paulo nasceu no município de Porto Velho em 1960. Ele se apresenta como um sujeito determinado e equilibrado nos aspectos material, intelectual e religioso. Autoafirma a sua homossexualidade ao longo de todo seu trabalho autobiográfico.

Ele trabalhou como cabeleireiro, sacoleiro e quitandeiro. Foi também artista plástico, escritor e poeta, e se tornou militante dos direitos humanos em Rondônia. Como veremos adiante, recebeu prêmios por suas pinturas e escreveu quatro livros. Aborda a homossexualidade cisgênera masculina e feminina. Exibe algumas fotos, pensamentos e frases, que nos ajudaram a entender melhor a sua identidade de gênero.

Os objetivos aos quais ele se propôs ao escrever a obra foram: mostrar a trajetória de sua infância pobre, órfão e gay; em segundo lugar, expor seu percurso profissional e artístico, pois foi com muito esforço que ele conseguiu exercer suas diversas profissões no estado e; por último, algo muito necessário, conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a nossa liberdade e o direito de ser quem somos.

Paulo era conhecido como Ana Paula¹⁶⁷ e, em conversa com a Karen Oliveira, colaboradora desta tese, ela me relatou¹⁶⁸ que, em alguns eventos nacionais LGBTs, ele também era chamado de *Paulinha do shortinho* por algumas/alguns amigas/os ativistas, pois adorava usar shorts curtos femininos, e chegava aos eventos, na maioria das vezes trajando a vestimenta. Conforme Karen, quando Santiago chegava aos eventos, diziam: "*lá vem a Paulinha do shortinho*" (Oliveira, 2020). Ressalto que, em nenhum momento

¹⁶⁷ Eu precisaria de mais informações sobre o suposto nome social. A designação aparece na matéria do jornal imirante.com que noticiou o assassinato de Paulo Santiago. Disponível em: <https://imirante.com/brasil/noticias/2006/04/25/presidente-de-ong-de-apoio-a-gays-e-transgeneros-e-morto-em-ro.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2021.

¹⁶⁸ Conversa informal por meio do *whatsapp* em 08 de junho de 2020.

de sua autobiografia, o autor se posiciona no feminino e, muito menos, cita os nomes femininos atribuídos a ele.

Entretanto, a militante e transformista Pamella Spencer também se referenciou a Paulo como Paula “Shortinho” em um texto no seu blog *Isso é Tudo*, ao fazer algumas críticas sobre a 9ª Parada Gay (2011) de Porto Velho:

[...] fica claro agora para todos que estavam presentes na 9ª PARADA GAY DE PORTO VELHO que o evento não lembrou em nada as primeiras manifestações realizadas. isso me faz lembrar da época da PAULA “SHORTINHO”. SANTIAGO, quando estava a frente da organização do evento. a gay era louca? era!! a gay era desaforada? era!! a parada girava em torno dela? sim, mais tinha teor político, tinha reivindicações, palavras de ordens. Paulo foi assassinado em 22 de abril de 2006, era militante ferrenho conhecido em todo território nacional. me pergunto: cadê as estatísticas presente nas paradas sobre as mortes das gay Brasil a fora? alguém viu algum cartaz ou distribuição de panfletos que combatam a violência sofrida por gays? algo realmente de concreto e positivo para o movimento? NÁAAAAAAAAAAAAOOOOO. (Spencer, 2011, grifo nosso).¹⁶⁹

Figura 72 – Paulo Santiago retratado na capa de seu livro *Ser Gay: homossexualidade*



Fonte: Santiago (2005).

¹⁶⁹ Deixei o texto na íntegra e com a grafia original. Disponível em: <http://issoetudobypamella.blogspot.com/2011/09/e-acabou-o-carnagay.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

A imagem acima representa a afirmação de uma identidade gay performática, como denúncia e reivindicação de um corpo excluído e ultrajado pela cishéteronormatividade. Ele performatiza uma subjetividade que foi calada, e, portanto, a constitui, ao mesmo tempo em que aponta para um ideal mais revolucionário e transgressivo da identidade gay. Nesse sentido usarei o termo “queer” para me referir à *identidade adicional* ou *alternativa* de Paulo.¹⁷⁰ O referido termo, hoje, sinaliza uma resistência desafiadora à cisgeneridade. Nesse sentido, os *Estudos Queer* enfocam não apenas as vidas e comunidades LGBTQIA+, mas de forma mais ampla a produção social e a regulação da sexualidade e identidade de gênero. Tem-se, então, uma ruptura no mito de uma identidade unificada e unificante que resulta não só das diferenças de prioridades pessoais e políticas, mas de uma política baseada na identidade (Butler, 2018; Spargo, 2017).

A extravagância e a androginia de Paulo vão se entrelaçando nas unhas pintadas, vestimentas, calçados e acessórios, que são códigos que correspondem a atributos relacionados à feminilidade, entretanto, apenas complementam a performatização de uma identidade em sua materialidade corporal. Ele se torna, assim, um personagem subversivo aos olhos do sistema e perante uma sociedade estigmatizadora, e quebra o padrão hegemônico de uma identidade gay masculina.

Dessa forma, a identidade de gênero de Paulo foge do padrão cishéteronormativo, causando reações duvidosas em torno de sua identidade de gênero à primeira vista, como, por exemplo, quando Marconi Vasconcelos me disse: “Paulo Santiago era transgressor, muito transgênero na época”. Afirmou também: “ninguém sabia definir a sua identidade de gênero... seu gênero masculino ou feminino... que não tinha uma definição visual... era um ser metamorfo” (Vasconcelos, 2020). Sobre isso, podemos dizer que a performance de Santiago perturbava:

[...] o saber convencional a respeito da aparência que o gênero masculino e/ou feminino deveria ter, ocupando um “posicionamento excêntrico” em relação ao normal, ao legítimo, ao dominante. (Spargo, 2017, p. 47).

¹⁷⁰ Categorias proposta por Tansin Spargo (2017, p. 33).

Ainda segundo o entrevistado, ele gostava do seu sobrenome, Santiago, e do nome associado ao seu ser artístico. Paulo fez um mapa apresentando em formato de tabela a origem do seu nome e o que esse representava para ele em sua autobiografia:

Figura 73 – Mapa do nome completo de Paulo

PAULO SÉRGIO DE SOUZA SANTIAGO				
Este mapa mostra o que penso em relação a meu nome.				
Um tanto comum. Minha mãe ou meu pai pensou no apóstolo Paulo; ou será que foi minha tia que é minha madrinha?; ou, ainda, opinião dos meus avós? Gosto do meu nome próprio.	O segundo nome próprio sem o Paulo ficaria sem destacar o cantor que fazia muito sucesso na época: Paulo Sérgio. Mais eu confesso que não teria necessidade de meu nome ser igual ao dele, não gosto do Sérgio.	“De” é só pra complicar assinatura por extenso. Hoje não uso “De”, não tem serventia alguma para minha assinatura em documentos, cartório etc...	Sobrenome da parte da minha família materna, não gosto de usá-lo, mesmo respeitando muito os meus familiares.	Este sim, é completo. O nome em que descobri toda fonte de inspiração do meu Ser Artístico. SAN - TIAGO Hoje tenho a felicidade de ter um nome bonito e forte. Paulo Santiago. Então se tivesse que tirar Sérgio de Souza, que só dá volume na escrita, tudo bem. Acontece-nos ocasionalmente de ter que abreviar o nome por causa do espaço para assinar no documento.

Alguns dia já se perguntou o porquê do seu nome? Qual o seu significado? Sabemos que é por motivos familiares. Hoje, temos a possibilidade de trocar de nome, ou até eliminá-lo.

☆☆☆☆
Ser Gay
Homossexualidade

63

Fonte: Santiago (2005, p. 63).

Pierre Bourdieu (2006), em seu texto *A ilusão biográfica*, comenta que o “nome próprio” é, nas sociedades modernas ocidentais, um *designador rígido*, uma ação imposta pelas instituições normativas, entre elas a família. Para o autor, ao se nomear e classificar os sujeitos, espera-se deles uma coerência e uma linearidade, sem levar em conta as singularidades e as especificidades de cada indivíduo, seja em sua forma biológica e/ou social.

Diferentemente da maioria das travestis e mulheres e homens trans, para quem o “nome próprio” atribuído em seus registros de nascimento não representa as suas identidades de gênero ou não condiz com as particularidades de cada uma/um, Paulo ressignifica o nome de batismo atribuindo-lhe sentidos socialmente e culturalmente que

reverberam a partir da autoafirmação de uma identidade gay em sua autobiografia. O nome é a primeira forma de se apresentar no mundo, de dizer quem somos e como nos relacionamos com a nossa identidade de gênero. Porém, ele desconstrói algumas partes do designador rígido que lhe foi atribuído ao nascer, quando relata não gostar do segundo nome “Sérgio”, ao que tudo indica colocado em homenagem ao cantor capixaba de música “brega” Paulo Sérgio de Macedo, que ficou famoso nos anos de 1960 a 1980.¹⁷¹

Sobre o fato dele também não gostar do sobrenome “Souza”, mesmo se justificando que respeitava a família materna, pode ser devido a um acontecimento triste que ocorreu em sua infância. No tópico *Duas das muitas histórias de minha infância* o autor relata que, nesse período, foi à casa de sua avó na busca de uma lata de conserva para ele e sua família almoçarem. Chegando lá, a sua esperança em ter o que comer naquele dia foi bruscamente cortada por seu avô, pois a lata de conserva foi-lhe negada. Então ele voltou muito triste, chorando, e a sua mãe ficou chateada com a situação. Talvez, então, Paulo sentisse algum ressentimento desse ramo da família.

A relação com os seus familiares, segundo ele, não era boa e a maioria de seus parentes não gostava deles (Paulo e seus pais) e os discriminavam porque eram muitos pobres. Ele nos dá outro exemplo de sua triste infância:

[...] colocaram comida em uma bacia para que eu comesse na beira da calçada. Aquilo doeu, mas a fome doía também. Hoje continua doendo quando sei e vejo que a fome predomina no mundo. Fome de pão, fome de orientação, fome de instrução cultural, fome de amor, fome de Deus. (Santiago, 2005, p. 78).

Paulo perdeu a mãe aos sete anos de idade. Foi criado depois disso por avós, tias e madrastas. O seu pai trabalhava viajando, então não teve muito conflitos com ele por ser homossexual. Mas um dia tomou coragem e falou ao seu pai que sentia atração afetivo-sexual por homens.¹⁷²

A vida de Paulo foi, de acordo com a narrativa do livro, cheia de altos e baixos, sofreu muito, se escondia, por vergonha e medo de se expor em uma sociedade LGBTQIfóbica. Sua maior dor, segundo apresenta em seu texto, foi a perda da mãe, a quem era muito apegado e de quem sentia muitas saudades:

¹⁷¹ Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_S%C3%A9rgio_\(cantor\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_S%C3%A9rgio_(cantor)). Acesso em 16 nov. 2021.

¹⁷² Em nenhum momento da obra ele relata qual foi a reação do pai.

[...] deixou profundas marcas na minha alma. O funeral de minha mãe foi na residência de um parente meu, mas não consigo lembrar quem era. Do que na verdade me lembro foi o motivo que me levou ao cemitério. Vi colocarem o caixão de minha mãe ao lado de um túmulo, onde mais tarde seriam também sepultados mais alguns familiares; irmãos menores e avó. Lembro o maior momento de dor. A separação definitiva de minha mãe. Os homens que trabalhavam no cemitério desceram o caixão e começaram a jogar terra sobre ela com umas pás. Neste momento, eu tive a certeza de que nunca mais veria minha mãe, sabia também que Deus a levaria para o céu. Lembro que gritei bem alto, e meu coração sentiu uma dor inexplicável, uma dor que somente Deus conhece. Sinto saudade de minha mãe e gosto de lembrar meus entes queridos, pois assim tenho certeza de que eles me guiaram pelo mundo afora. Cultuo a presença de meu pai e principalmente da minha mãe, vivos e presentes em minha vida material e espiritual. Minha mãe não teve chance de me ver crescer, foram apenas sete anos na minha companhia. Sei que ela e meu pai não queriam me ver sofrer. Tenho certeza que ela me defenderia de todas as maldades que passei, não deixaria que as pessoas me usassem, teria me dado estudo e preparação para enfrentar a vida. Sei que me amaria sem peso e sem medida, do jeito que só as mães sabem amar. (Santiago, 2005, p. 41-42).

Paulo era religioso, católico, acreditava muito em Deus. Havia herdado, de acordo com sua narrativa, esse lado espiritual de sua mãe. Para ele, quando nascemos, trazemos a herança de nossos antepassados para cooperar com nosso crescimento humano e, também, temos que crer em Deus, tê-lo em nossas vidas acima de tudo, além de valorizar o conhecimento do espiritual.

Através da memória de sua infância, ele resgatou algumas lembranças em torno das práticas religiosas de seus pais:

[...] minha mãe era filha de Maria, aos domingos vestia-se de branco, nunca esqueci o véu rendado e a fita vermelha com a medalha de Jesus Cristo, para ir à igreja. Em nosso lar, um lugar especial, um oratório em madeira com imagem de santos protetores de seus filhos, de que ela cuidava, com seu jeito humilde; era sua maior característica. Lembro que meu pai, carrancudo, voz forte, um homem capaz de resolver tudo de imediato, todo dia, às 12 e às 18 horas, fazia suas preces a Deus. Com o tempo, descobri que frequentava centros espíritas. Um dia ele contou a história de um senhor que morava na margem do rio Madeira e trabalhava com espíritos; e era muito bom nisso, sendo muito procurado por uma grande parte da população. Eu era muito criança para entender o que meu pai dizia e hoje as lembranças desses fatos são muito vagas. (Santiago, 2005, p. 45).

Desde criança, segundo sua narrativa, ele percebia que era diferente, só não entendia a razão desse sentimento. Inclusive, quando estudava no Instituto Carmela chegou a tomar pílulas para suicidar-se, mas com a ajuda e apoio de seus professores conseguiu entender o “problema” da sua homossexualidade. O fato é que, à medida que o tempo ia passando, ele fazia uma autorreflexão e analisava a sua identidade de gênero. Na época de sua juventude, era bastante ansioso, pois tinha medo de afirmar a sua homossexualidade, devido aos preconceitos e às opressões que havia sofrido.

Sem discernimento, muitas vezes pensava que estava sendo amado por seus parceiros, mas logo depois descobria que era engano. Tudo não passava, segundo ele, de uma situação em que esses parceiros buscavam, através do sexo, aproximação para usufruir dos seus bens, pois ele era uma pessoa que tinha uma vida estável em termos financeiros. Muitos que dele se aproximaram supostamente como amigos lhe exploraram e lhe enganaram.

Ele foi vítima de muitas turbulências emocionais no momento da explosão da aids entre os anos de 1980 e 2000. Enquanto gay, era observado, apontado, murmurado e rejeitado. Diziam que ele iria morrer da “peste gay”. As crenças aceitas sobre a doença no início dos anos 1980, antes da descoberta do HIV, é que ela era inevitavelmente contagiosa e mortal. Isso se fundiu com a homofobia já existente no país e no mundo, produzindo uma imagem das pessoas gays como doentes e perigosas – culpadas não apenas devido a sua orientação sexual, mas também ligadas à promiscuidade, doença¹⁷³ e anormalidade. No imaginário social, a aids havia chegado como castigo divino, para infectar e matar quem estava fora dos padrões da cishéteronormatividade. Segundo o pesquisador e escritor João Silvério Trevisan:

A aids nada criou. Ela exacerbou elementos que as convenções sociomorais não deixaram aflorar à luz do dia. A violência do vírus da aids tornou-se mais assustadora graças à violência desse outro vírus do obscurantismo, presente em nossos empresários morais – sejam eles representantes das igrejas ou líderes políticos. De fato, o terrorismo instaurado pelos empresários morais difundiu a aids como a peste guei, ao estabelecer metáforas entre a prática homossexual e a doença letal. Daí, bastou um passo para associar a homossexualidade com o mal. (Trevisan, 2018, p. 399-401).

¹⁷³ A homossexualidade era vista como “opção” sexual e também como doença mental e, por isso, precisaria ser tratada. Mas, com muita luta do Movimento, foi retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990. Nessa data se comemora o Dia Internacional contra a Homofobia. (Silva; Schmidt, 2019).

Na década de 1980, com a extinção tanto do grupo Somos quanto do jornal *Lampião da Esquina*, considerados marcos fundadores do movimento LGBTQIA+ no Brasil, vários outros grupos surgiram pelo país como o *Triângulo Rosa* (RJ) e o *Grupo Gay da Bahia* (GGB) que teve papel importante nas primeiras políticas públicas relativas à comunidade LGBTQIA+, realizando campanhas pela despatologização da homossexualidade. É nesse período que o vírus aids (apelidado inicialmente de “peste gay”) chegou ao país, período em que vivíamos a abertura política.

João Trevisan relata que nessa época a imprensa brasileira corroborou com a estigmatização da epidemia relacionando-a aos homossexuais de forma sensacionalista. De acordo com o autor:

Os jornais especulavam sobre o “câncer guei” (por causa do sarcoma de Kaposi) ou simplesmente, “peste guei”, já que a doença vinha atacando sobretudo homossexuais no mundo todo [...] Houve pânico no gueto. (Trevisan, 2018, p. 393-394).

Com a explosão da contaminação pelo vírus, grupos de amigas/os e familiares de vítimas, sensibilizadas/os com a situação de exclusão social e a perda de muitas pessoas próximas no início da epidemia, começaram a organizar e estabelecer as primeiras estratégias de resistência aos estigmas e discriminações contra homossexuais na época. Em Rondônia, um grupo com esse formato e essa proposta criou o primeiro movimento homossexual do estado, denominado *Camaleão*.¹⁷⁴

No plano nacional, a partir dos efeitos devastadores da epidemia, segundo Moacir Camargos (2007), remanescentes do desestruturado Movimento Homossexual Brasileiro se mobilizaram. Assim, os grupos de homossexuais não se enfraqueceram, pelo contrário, a luta foi maior ainda.¹⁷⁵ Nos anos 1990, outros grupos floresceram por todo o país, promovendo encontros, conferências e congressos para discussões de temas sensíveis e diversos, além de mobilizações de rua, processo que continua até os dias atuais. Na cidade de Porto Velho, a epidemia da aids chegou à região quando ninguém sabia direito o que era o vírus, dizia-se apenas que era um câncer que tinha chegado para matar os gays.

¹⁷⁴ Sobre a epidemia do HIV/aids em Rondônia, irei contextualizá-la melhor na seção dedicada às/aos colaboradoras/es, pois o tema aparece na narrativa do militante Kary Falcão.

¹⁷⁵ Conforme James Green (2018), alguns homossexuais fugiram da militância e do gueto com receio de serem infectados pela aids.

Sobre a epidemia da aids nos anos 1980 e início do século XXI em Porto Velho, o militante Marconi Vasconcelos me relatou que:

[...] naquela época, temos que compreender que o contexto era diferente de hoje, as pessoas que viviam e morreram com aids eram estigmatizadas, ninguém podia saber que o outro era soropositivo e/ou vivendo, que as pessoas se afastavam, as portas se fechavam, muitas pessoas eram abandonadas pela família. Então, nesse sentido, o movimento LGBT trabalhava muito na conscientização e prevenção. (Vasconcelos, 2020).

Paulo acabou criando e institucionalizando a ONG *Projeto Vidas LGBT*, que tinha como uma de suas pautas a prevenção das ISTs/HIV/aids. Ele se tornou um personagem central do ativismo social em Rondônia. Foi organizador da primeira Parada Gay do estado e realizou trabalhos voluntários para a comunidade em geral. Foi igualmente monitor no presídio feminino e, também, trabalhou no cuidado da saúde de travestis e transexuais da capital. Examinaremos com mais atenção esses temas nos próximos subitens.

Figura 74 – Fotografia de Paulo Santiago com seu livro *Ser Gay: homossexualidade*



Fonte: *Blog Isso é Tudo* (2011).¹⁷⁶

Paulo, com a sua impulsividade e determinação, fé, gana, estudo e trabalho, atuando em um campo de possibilidades marcado pela reorganização do movimento

¹⁷⁶ Disponível em: <http://issoetudobypamella.blogspot.com/2011/09/e-acabou-o-carnagay.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

LGBTQIA+ em nível nacional, voltado, sobretudo, ao combate à pandemia da aids, conseguiu se opor à homofobia e superar outras barreiras que pareciam intransponíveis. Ele diz:

Devemos assumir nossa identidade, mesmo sendo criticados, censurados e muitas vezes naufragados. Lutemos por nosso espaço na sociedade, haveremos de encontrar muitos obstáculos pela frente, mas tenhamos coragem e lutemos. (Santiago, 2005, p. 83).

A luta contínua contra a LGBTQIA+fobia e as conquistas históricas do movimento LGBTQIA+ colaboram para que possamos ocupar determinados espaços que antes nós não conseguíamos adentrar, através de políticas públicas que nos garantam o direito à cidadania, contribuindo para a construção de um país democrático, onde nenhum indivíduo possa ser discriminado e violentado devido a sua orientação sexual e identidade de gênero.

Entrevistado por algumas pessoas LGBTs, foi perguntado a Paulo se o fato dele ser gay influenciou em sua carreira artística, ao que respondeu positivamente, mas disse também que era complicado ser gay e artista, pois a maioria das pessoas não dava credibilidade artística a ele, devido a sua orientação sexual. Porém, ele desafiou o sistema cishétronormativo no estado, e iniciou sua carreira como escritor, sendo um dos poucos autores regionais LGBTQIA+. Em 1996, Paulo publicou a sua primeira obra literária intitulada *A Razão do Limite*; em 1997, publicou *Hipnose*; e, em 1999, publicou *Sr. Caju*¹⁷⁷.

Em meados de 1997, começou a desfrutar de um sonho e aptidão de infância: desenvolveu trabalhos no campo das Artes Plásticas, realizando várias exposições e viajando para outros estados brasileiros. Em 2003, foi contemplado pelo seu talento no

¹⁷⁷ São obras que contêm poesias, frases e pensamentos. SANTIAGO, Paulo. *A razão do limite*. Porto Velho: Gráfica Bloco, 1996; *Hipnose*. Porto Velho: Gráfica Bloco, 1997; *Senhor Caju*. Porto Velho: abg. Gráfica, 1999.

X SART (Salão de Artes Plásticas do Estado de Rondônia)¹⁷⁸ na categoria Bidimensional, em 3º lugar, com a obra “o Buraco Negro”.

A referida obra tem muita relação com sua vida, pois há muitos anos ele sofria com um grande pesadelo: sempre que tentava dormir, se via caindo em um buraco profundo, de forma irregular e de dimensão gigantesca, o que lhe gerava terror e medo. Santiago relata que, depois de mais de quarenta anos, o pesadelo voltou a lhe perseguir. Porém, ele transformou o *buraco negro* em arte e foi premiado no X SART.

Figura 75 – Pintura de Paulo Santiago - O Buraco Negro/Técnica óleo sobre lona



Fonte: Santiago (2005, p. 74).

Para ele, a imagem representava:

¹⁷⁸ Implantado em 1992, o Salão de Artes Plásticas de Rondônia é referência para artistas plásticos de todo o Brasil, realizado no espaço Casa da Cultura Ivan Marrocos, localizado no Centro da capital. Conforme o artista plástico Ariel Argobe, o Salão é “Voltado para a produção mais representativa das linguagens contemporâneas em artes visuais, cujos trabalhos sinalizam na direção da pesquisa, da experiência, da reflexão e da busca de novos conceitos no exercício do pensamento plástico rondoniense. Em suas primeiras edições [...] o SART enfrentou a reação furiosa e desdenhadora do público e dos artistas locais, acostumados com a ditatorial arte em moldes acadêmicos que aqui reinou por longas décadas, fazendo-se representar por obras concebidas, quase sempre, na técnica tinta óleo [...] Como divisor de águas, o Salão acomoda na gaveta da incipiente história das artes visuais de Rondônia, reconhecendo suas contribuições e seus valores estético-históricos, nomes abarcados pelos conceitos e atitudes acadêmicas. Artistas pioneiros, consagrados e reconhecidos pelo público local, como nossos grandes e primeiros mestres de um estilo clássico tardio. O SART abre a cortina da estética do presente, do mundo contemporâneo, do agora. Ao público apresenta artistas comprometidos com a construção de novos olhares, cuja atitude plástica do objeto traduz o pensamento incentivador da pesquisa, da busca de comportamentos visuais inovadores que possibilitem a ruptura com a tradição”.

Disponível em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/opiniao/artigo-o-salao-de-artes-plasticas-de-rondonia>. Acesso em: 16 out. 2021.

Um estrondo de cores e magias, o contato direito com os mistérios ocultos, a magia de encontrar a plena felicidade, através de pincéis e tintas, ultrapassando o limite sem pensar no amanhã. Buscando a imaginação dentro do que faz, indo além dos extremos, penetrando entre inspiração, lona e mão. Nas entranhas dos pontos, está a verdadeira essência que o olho nu não vê, somente com respeito e admiração saberás o valor exato da energia. (Santiago, 2005, p. 74).

Em 2004, no XI Salão de Artes Plásticas do Estado de Rondônia, Paulo foi premiado em primeiro lugar, na categoria bidimensional, com a obra intitulada *Século XXI*.

Figura 76 – Pintura de Paulo Santiago - Século XXI/Técnica carvão vegetal



Fonte: Santiago (2005, p. 75).

Esses salões foram importantes na trajetória de Paulo enquanto artista visual, que antes andava às margens do seleto sistema artístico do estado, possibilitando-lhe estabelecer um diálogo entre suas próprias experiências, sonhos e memórias, e transformá-las em arte, ganhando então visibilidade no cenário cultural da região.

5.2.1. Paulo Santiago e o *Projeto Vidas LGBT*

O *Projeto Vidas* foi um dos primeiros trabalhos de ação social para pessoas LGBT em Rondônia. Surgiu quase que em paralelo ao extinto grupo Tucuxi - deste falarei mais adiante. O Projeto nasceu com a chegada em Porto Velho de uma mulher trans paraense, Renata Evans¹⁷⁹, recém-vinda da Europa, e de um homem cisgênero gay paraibano, Marconi Vasconcelos, que antes estava no Rio de Janeiro, nos anos 2000.

Foi em uma festa na casa da Renata Evans em Porto Velho que, através de conversas com Marconi Vasconcelos, surgiu a ideia de criar uma associação

¹⁷⁹ Falarei a respeito dela na próxima seção.

LGBTQIA+, em 2002. De acordo com Marconi, nesse cenário surge Paulo, militante, que era muito ativo na questão de empoderamento homossexual, e, deste modo, se interessou pela proposta de participar da associação. Assim, juntamente com outros militantes, criaram a *Associação Projeto Vidas LGBT*, cujo primeiro presidente foi justamente Paulo (Vasconcelos, 2020).

Figura 77 – Fotografia de Renata Evans e Marconi Vasconcelos



Fonte: Página da Renata Evans no Facebook.¹⁸⁰

A associação trazia um tom politizado em torno dos questionamentos às sexualidades dissidentes, sobretudo no que tange às desigualdades sociais e preconceitos vigentes no estado. Marconi diz que esses militantes “entravam no campo de batalha contra as diversas formas de opressão”. Foi nesse contexto que Paulo encontrou uma maneira mais sistemática de ajudar aquelas/es que estavam à margem da sociedade. Ele acreditava em uma transformação da sociedade e que, para podermos viver nela de forma justa e igualitária, precisaríamos mudá-la. Em suas palavras:

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/renata.evans.7/photos>. Acesso em 16 nov. 2021.

Esta mudança deve começar lá em cima; não me refiro ao céu, refiro-me aos homens que estão com o poder e a chance nas mãos para uma mudança total para a melhoria social. Senhores! O povo quer condições ideais para viver com dignidade. (Santiago, 2005, p. 47).

Tal movimento também precisaria, segundo ele, de agentes transformadores que protagonizassem as ações para que houvesse essa mudança. Nesse sentido, em Porto Velho, no dia 3 de abril de 2003, foi criada oficialmente a *Associação Projeto Vida*, instituição sem fins lucrativos, que congregava gays, lésbicas, travestis, transgêneros e transexuais de Rondônia. Paulo, como representante legal, participou de vários congressos e encontros nacionais. Entre eles, da Campanha Travestis e Respeito, evento que mobilizou o país, com representantes de ONGs LGBTQIA+ de todo o Brasil, conforme Marconi.

Figura 78 – Banner *Projeto Vida* LGBT



Fonte: Página da Renata Evans no Facebook.¹⁸¹

Ainda de acordo com Marconi, as primeiras reuniões do grupo foram realizadas na casa dele, situada na zona sul da capital. Nessas reuniões, além das discussões em torno das pautas específicas LGBTs, aconteciam atrações culturais, shows de transformistas, dentre outras atividades, que, por fim, começaram a atrair atenção da comunidade LGBTQIA+ dos bairros próximos, bem como da zona leste. Ele ainda me

¹⁸¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/renata.evans.7/photos>. Acesso em 16 nov. 2021.

relatou que a ONG trabalhava no acolhimento das diferenças dentro do *Projeto Vidas*: “Abraçavam a travesti, a bixa louca, a que estava em situação de rua, abraçavam a negra, que era vítima de racismo, abraçava todos e todas, sem fazer acepção de pessoas.” (Vasconcelos, 2020).

Em 2003 realizaram a primeira Parada gay de Rondônia, idealizada por Renata Evans, com apoio de partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e de outras instituições, como a ONG *Tucuxi*. O evento iniciou na frente do Clube Ferroviário, localizado em uma das avenidas mais importantes de Porto Velho, a Av. Sete de setembro, no centro próximo à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Figura 79 – Fotografia da I Parada do Orgulho Gay em Rondônia 1 (2003)



Fonte: Vasconcelos (2020).¹⁸²

Marconi comentou que o grupo ficou receoso de não aparecer ninguém, devido ao fato de ter sido a primeira Parada Gay do estado. Segundo ele, as horas foram passando e havia poucas pessoas na avenida. Porém, não demorou muito para que uma grande leva de pessoas surgisse ali, o trio elétrico começou a tocar a música “I Will

¹⁸² Imagem enviada pelo Marconi durante a entrevista no dia 15 de junho de 2020.

Survive” interpretada por Gloria Gaynor¹⁸³ e o povo foi à loucura. Disse-me ele que: “Fizemos a Parada Gay mais escandalosa e politizada que Rondônia já viu” (Vasconcelos, 2020). Nos três anos seguintes (2003, 2004, 2005), sob a presidência de Paulo Santiago, o grupo continuou organizando a Parada no estado.

Figura 80 – Fotografia da I Parada do Orgulho Gay em Rondônia 2 (2003)



Fonte: Vasconcelos (2020).¹⁸⁴

¹⁸³ Gloria Fowles, conhecida pelo seu nome artístico, Gloria Gaynor, é uma cantora estadunidense, se tornou famosa por seus grandes sucessos da Era Disco da década de 1970, principalmente, “I Will Survive” de 1978 que empoderou as mulheres que lutavam por igualdade nos Estados Unidos. É considerado um dos maiores hinos gays do mundo. (Soares; Pereira, 2020). Para saber mais sobre outras músicas de empoderamento e sensibilização da luta LGBTQI+, ver: Soares e Pereira (2020).

¹⁸⁴ Imagem enviada pelo Marconi durante a entrevista no dia 15 de junho de 2020.

Figura 81 – Boletim Informativo do *Projeto Vida LGBT* (2003)



Fonte: Evans (2020).¹⁸⁵

De acordo com Marconi, na Parada Gay de 2004, aconteceu o primeiro e famoso beijo gay. Essa notícia se espalhou pela cidade inteira: a de que um casal de homossexuais dera um beijo em cima do trio elétrico da Parada, causando alvoroço nas famílias cisheteronormativas de Porto Velho. Paulo tentou fazer uma foto desse beijo gay, o que causou polêmica no meio LGBTQIA+, pois alguns não concordaram com a atitude dele, achando-a invasiva, conforme o entrevistado (Vasconcelos, 2020).

Paulo Santiago, em sua obra, denunciou essa onda de violência não só contra LGBTQIA+, mas também contra as mulheres, crianças, adolescentes e pessoas vivendo em situação de rua no estado. Nesse sentido, ele idealizava ações sociais através do *Projeto Vidas*:

¹⁸⁵ Imagem enviada por Renata Evans durante a entrevista no dia 13 de junho de 2020.

Temos vários projetos para o futuro: o primeiro é conseguir o nosso próprio espaço físico, mas há projetos para a profissionalização, valorização e geração de renda, acompanhamento e tratamento das pessoas e famílias nos casos de DST e Aids da comunidade homossexual. (Santiago, 2005, p. 18).

Ele não tinha muita experiência com ativismo LGBTQIA+, o que levou a certos erros que ocasionaram alguns conflitos internos no grupo, como, por exemplo, no que se refere à prestação de contas da ONG, mas que serviram de aprendizagem e experiência para as/os integrantes. Ele diz que não se arrependeu de ter sido escolhido e de ter aceitado ser presidente da instituição, e, sobre isso, ressalta:

Por tudo que já passei e irei passar certamente crescerei como ser humano e cidadão. Minhas palavras e ações são as ferramentas para o meu objetivo maior. Tenho certeza que irei vencer por merecimento próprio e este é o meu incentivo a você que me escuta através desta leitura. A força interior tem que ser maior do que o prazer supérfluo e passageiro. (Santiago, 2005, p. 23).

Aconteceram alguns problemas e dificuldades no início do seu mandato, alguns conflitos internos na instituição, mas ele tinha muita vontade de ajudar o outro, e, igualmente, de trabalhar democraticamente em prol dos direitos LGBTQIA+. Em sua concepção, o respeito tinha que ser o carro abre-alas, como nas escolas de samba; tinha que ter prioridade nas relações humanas, pois não podemos fazer discriminações de raça, gênero, sexualidade e religiosidade.

5.2.2. Uma despedida com desculpas

Figura 82– Paulo Santiago na contracapa do livro *Ser Gay: homossexualidade*



Fonte: Santiago (2005).

Eu não posso afirmar, mas suponho que, ao escrever a sua última obra, Paulo poderia estar recebendo algumas ameaças, pois em tom de “despedida” ele diz:

Peço perdão a todos que magoei de alguma forma e lhes ofereço o resultado do meu trabalho, que saiu do fundo da alma. Com a certeza de que os erros me lapidaram, creio que a humildade e o respeito são ponto de entrada e saída do homem diante de tudo que faz e almeja.

Agora neste momento não penso em mais nada, revivo, extasiado um momento vivido há quase quarenta anos, na companhia de meu pai e meus irmãos menores. Porém, a mesma pergunta me persegue: “O que a profundidade das águas nos reserva?” (Santiago, 2005, p. 38).

Em 22 de abril de 2006 aconteceu um dos delitos LGBTQIA+fóbicos que mais assombrou a região, quando Paulo foi assassinado aos 46 anos de idade na zona sul da cidade. Conforme os ativistas do Projeto Vidas e a mídia online, os assassinos entraram

em sua casa e o mataram de forma covarde e brutal pelas costas, eles não levaram nada, não houve roubo.¹⁸⁶

Figura 83 – Fotografia da IV Parada do Orgulho Gay em Rondônia (2006)



Fonte: *Rondônia Agora* (2006).¹⁸⁷

De acordo com Kary Falcão (2010), o crime poderia estar relacionado com a posição política dele, mas havia muitas outras especulações sobre a situação, inclusive a forte possibilidade de homofobia. Esse foi o primeiro assassinato de liderança LGBTQIA+ em Rondônia, ao menos dos que se tem notícia. De acordo com Marconi Vasconcelos, por pressão da comunidade LGBTQIA+ no estado, os dois assassinos foram presos, e o *Projeto Vidas* ficou desativado.

Paulo nos deixou a seguinte mensagem:

Você, que agora me escuta, procure construir sua felicidade, seja qual for a sua orientação sexual; desfrute do que de bom a vida lhe oferece, faça bons planos para o futuro, conserve boas amizades, converse sempre com alguém de sua confiança; busque dentro de você o amor puro e verdadeiro e, se tiver que falar ou fazer algo em que acredita, faça, não se reprima; e não esqueça que amor e carinho transformam o mundo e a melhor coisa na vida é viver intensamente feliz. (Santiago, 2005, p. 39).

¹⁸⁶ Ver: <https://imirante.com/brasil/noticias/2006/04/25/presidente-de-ong-de-apoio-a-gays-e-transgeneros-e-morto-em-ro.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2021; <https://rondoniaovivo.com/policia/noticia/2007/04/23/artista-e-escritor-paulo-santiago-e-morto-com-um-tiro-e-taxista-e-suspeito.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/confira-imagens-da-parada-gay-em-porto-velho>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Paulo Santiago quebrou barreiras, *bateu de frente* contra o sistema vigente. Também não aceitou as limitações impostas pelos valores dominantes de uma sociedade cishéteronormativa, lançando-se ao mundo real além das muralhas do socialmente aceito e tolerado.

Foi um personagem atravessado por diversos eixos de opressão que perpassam as existências das pessoas não conformes com a cisheteronormatividade, estigmatizado por ser homossexual nos anos de 1980 e vítima da LGBTQIfobia cotidiana durante a sua trajetória. Ao longo da vida, foram-lhe impostas aflições, perdas, exclusões, medos e injúrias, mas ele pôde ver que, apesar disso, não deveria ceder às opressões do sistema, dessa maneira permaneceu por muito tempo de pé e mais forte. Sua autobiografia não é rebelde pela forma, mas rebelada em seu conteúdo. Ele se tornou uma figura emblemática para o ativismo LGBTQIA+ rondoniense. Portanto, não há como falar de memória e história do Movimento no estado sem citá-lo, pois ele abriu caminhos, desobedeceu a cishéteronormatividade com a sua androginia e rebeldia. Ajudava tanto a comunidade LGBTQIA+, quanto a população em geral, pedia que todos e todas se dedicassem aos estudos, para trilharmos o nosso caminho em busca de independência e respeito. É importante resguardar a sua história e memória para que essas não sejam silenciadas ou esquecidas. Um corpo transgressor!

5.3. Núbia Lafayette: “a pérola negra de Rondônia”

Núbia Lafayette era uma mulher trans, negra ou preta, acreana e militante do movimento LGBTQIA+ em Rondônia. Morou no Acre com sua família na década de 1960. Era considerada por sua mãe como uma criança “diferente” porque gostava de brincar com brinquedos considerados de “meninas”.¹⁸⁸ Usava, também, as roupas de sua mãe, às escondidas, e ficava se admirando na frente do espelho. Sempre teve o carinho de sua mãe, mas era rejeitada pelos irmãos e irmãs; não temos informações a respeito do pai dela. Com 14 anos de idade veio o primeiro grande golpe em sua vida: o falecimento de sua amada mãe. Uma grande frustração. Em seguida, acabou sendo expulsa de sua casa por seus irmãos, encontrando apoio em uma igreja onde recebeu abrigo e alimento por trabalhos domésticos. Núbia, por muitas vezes, era agredida verbalmente e foi até

¹⁸⁸ Cf. Tucuxi Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual. **Cartilha/Projeto Básico**. Porto Velho, RO, 2008. É importante ressaltar que a maioria das informações trazidas nesta parte é fruto da minha Monografia de Bacharelado, colhida na extinta ONG *Tucuxi* e através de alguns relatos das/dos militantes do movimento LGBTQIA+ que tiveram contato com a Núbia.

espancada em plena praça pública por estar fora do padrão cishéteronormativo, vítima do que hoje denominamos de transfobia.

Por volta da década de 1980, mudou-se para Porto Velho, onde foi convidada por uma amiga do seu estado para trabalhar como cozinheira em um hotel. Depois, tentou ainda ser cabeleireira, mas sofreu discriminações interseccionais por ser negra, pela sua sexualidade, identidade de gênero e por ser de classe baixa (Silva, 2010). Núbia conheceu a possibilidade de “enriquecer” com a prostituição, logo, largou o emprego convencional acreditando que tudo daria certo em sua vida.

Figura 84 – Fotografia de Núbia Lafayette na Parada LGBTQIA+ de Porto Velho



Fonte: Silva (2010, p. 48).

Havia poucas oportunidades para ela, levando-a a dedicar-se exclusivamente à prostituição, pois, como bem sabemos, o mercado sempre excluiu e estigmatizou pessoas trans, e não seria diferente com ela naquela época. Para a pesquisadora e assistente social Maria Zanela:

A prostituição, há muito tempo, tem se tornado uma **possibilidade de escolha para mulheres e travestis**, não no seu sentido absoluto, ainda que algumas o façam, mas uma escolha relativa dentre trabalhos precários, compreendendo que esta escolha é **influenciada por limites históricos e sociais** [...]. (Zanela, 2019, p. 44, grifos nossos).

Vale ressaltar que, desde o início da década de 1970, nas calçadas do Rio de Janeiro e São Paulo, e provavelmente em outras grandes cidades do Brasil, era visível o aumento da prostituição de travestis e michês¹⁸⁹, conforme James Green (2000):

Isso era um reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira. A prosperidade econômica da classe média concedia a um número maior de pessoas a oportunidade de pagar por sexo. Ao mesmo tempo, a pobreza cada vez maior das classes mais baixas — no geral, excluídas dos benefícios advindos do milagre econômico — forçava seus membros a se prostituir para obter uma fonte de renda. Além disso, a dificuldade enfrentada por um homem efeminado para conseguir emprego algumas vezes o conduzia a essa profissão. (Green, 2000, p. 403, grifos nossos).

Nesse sentido, são vários fatores que corroboram no processo de vulnerabilidade social, para que pessoas fora dos padrões cishétero-normativos não consigam empregos formais no mercado de trabalho. Estima-se que 90% das travestis e mulheres transexuais no Brasil continuam, em sua maioria, trabalhando como profissionais do sexo, ou seja, tem a prostituição como fonte de renda e única possibilidade de subsistência, muito em função da deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar. Os dados da *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (ANTRA) mostram que, em média, travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa pela família na adolescência, como exemplificam os casos de Núbia e de Sandra, e de tantas outras.¹⁹⁰

Núbia viajou ao exterior pela primeira vez nos anos de 1990, e foi uma das primeiras trans de Rondônia a ir para a Europa trabalhar com a prostituição. Com o aumento do trabalho sexual, James Green (2000) relata que, desde os fins dos anos de 1970, as travestis já migravam¹⁹¹ para a Europa; inicialmente foram para a Espanha e à França, e depois para a Itália, com o intuito de (sobre) viver uma vida “tranquila” e tornar-se independente financeiramente. Muitas delas foram trabalhar como artistas nos luxuosos espetáculos produzidos nas tradicionais casas noturnas de Paris, de Barcelona

¹⁸⁹Em referência ao prostituto masculino com características marcadamente viris.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>. Acesso em 11 nov. 2021.

¹⁹¹ Alguns trabalhos sobre migração de travestis e mulheres transexuais para a Europa: Câmara (2008); Do Bonsucesso (2011) e Pelúcio (2001).

e de Berlim, como, por exemplo, Valéria e Rogéria, consagradas travestis brasileiras. (Guimarães, 2015).

O fluxo migratório, segundo Larissa Pelúcio (2005), se acentuou nos anos de 1980 e na década de 1990 a Itália se consagrou como o destino preferencial das travestis. Porém, na década de 1980, com o advento da epidemia da aids, de acordo com João Trevisan (2018), houve uma verdadeira devastação entre as travestis. Se essas já eram excluídas do sistema, com a estigmatização e a associação delas à epidemia no país, a saída era migrar para a Europa. Mas o autor ressalta:

[...] mudara apenas o pano de fundo, já que as travestis brasileiras na França **continuaram fundamentalmente vivendo à margem e sujeitas a outros tipos de extorsão**, numa espiral de violência que provocou **assassinatos** [...] em Paris, pagavam um dinheirão pelo “ponto” na praça, além da taxa de proteção cobrada pela polícia, aluguéis altíssimos e pequenas fortunas para obter documentação falsificada. Com as dificuldades impostas pela França, as travestis brasileiras se espalharam por Alemanha, Portugal, Suíça e Itália, sobretudo. (Trevisan, 2018, p. 387-388, grifos nossos).

Núbia conseguiu dinheiro na Europa e comprou uma casa em Porto Velho. Retornou a capital disposta a se estabelecer, mas teve sua casa invadida e perdeu tudo. A partir daí entrou em conflito identitário, submergiu em uma profunda depressão e quase desistiu da vida. Encontrou esperança em promessas religiosas de um determinado membro de uma igreja que lhe garantiu “cura” e uma vida “digna”. De acordo com Trevisan, a prática obsessiva de religiosos fundamentalistas com a “cura” de homossexuais é de longa data, nascida nos Estados Unidos. Sobre isso, ele afirma que:

[...] um dos métodos consistia no exorcismo ritual, partindo da convicção de que uma pessoa LGBT estaria possuída pelo demônio. Também no Brasil vieram se multiplicando os centros religiosos para tratamento de reversão homossexual. [...] a obsessão pela “cura gay” continuou prioritária para a bancada evangélica [...] em 2016 voltou a ser apresentado na Câmara Federal um projeto de lei para permitir que psicólogos pudessem “tratar” homossexuais sem serem punidos pela regulamentação do CFP. Tratava-se do PL 4931/16 [...]. (Trevisan, 2018, p. 452-453).

Segundo Kary Falcão (2020), Núbia apareceu em muitos livretos e jornais como o “homossexual que foi curado”.¹⁹² Retirou suas próteses mamárias, a pedido da igreja, e

¹⁹²Devido à pandemia da Covid-19 não consegui ter acesso ao material.

estava decidida a seguir a orientação do pastor. Em determinado período, depois de muito utilizarem sua imagem no anúncio da “cura gay”¹⁹³, passou a sofrer certa rejeição por parte dos componentes da igreja, que ficou maior quando se recusou a entregar sua residência a eles, a qual serviria para construção de uma Igreja (Silva, 2010).

Núbia sabia dos seus direitos, buscou informações e, através de seus relatos nos encontros das ONGs LGBTs da capital, foi instruída e acolhida pelas/os ativistas, a partir daí compreendeu que não havia “cura” para o que não era (e não é) doença. Ressalte-se que o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade enquanto “opção” sexual e como doença em 1985. Uma das conquistas importantes da luta do movimento LGBTQIA+ foi que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu em 2019 a decisão que permitia a “cura gay”. Assim, a resolução do CFP n. 01/99 se mantém na íntegra e eficaz: não cabe aos profissionais de Psicologia no Brasil o oferecimento de qualquer tipo de prática de reversão sexual. (Silva; Schmidt, 2019).

Além disso, em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) a transexualidade como transtorno mental. Antes, as formas de vida trans eram classificadas como uma patologia mental e traduzidas no diagnóstico F64.0 – transexualismo, dentre outros códigos similares. O nome do código também se alterou e não é mais utilizado o termo “transexualismo”, posto que agora é possível classificá-la como Incongruência de Gênero. Nesse sentido, pela nova edição da CID 11, a transexualidade saiu, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar a de “condições relacionadas à saúde sexual”.¹⁹⁴

Antes mesmo da decisão da OMS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já havia publicado a Resolução CFP nº01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas e psicólogos no Brasil para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias. Apesar desses avanços, as pessoas LGBTQIA+ ainda são

¹⁹³ Conforme Alexandre Oviedo Gonçalves, “a alcunha *cura gay* diz respeito à controvérsia veiculada publicamente em diferentes instâncias e mídias acerca da possibilidade ou não de reorientação sexual. Refere-se, portanto, ao debate público incitado inicialmente por atores sociais ditos religiosos sobre a possibilidade de reorientação da homossexualidade em direção à heterossexualidade por meio de programas psicoterapêuticos e conversão religiosa” (Gonçalves, 2019, p. 175).

¹⁹⁴ Para saber mais, ver: <https://site.cfp.org.br/transsexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

diariamente alvos de violências e crimes de ódio no país. (Prado, 2018; Trevisan, 2018; Silva; Schmidt, 2019).

Continuando, Núbia passou a frequentar eventos LGBTQIA+ na cidade, se engajando nas lutas contra a LGBTQIA+fobia, tornando-se assim uma militante na luta pela cidadania de pessoas dissidentes na época. A seguir, algumas imagens de Núbia Lafayette:

Figura 85 – Fotografia de Núbia Lafayette (trajando roupa preta) no evento LGBTQIA+ em Porto Velho 1 (2011)



Fonte: Página do Grupo Gay de Rondônia no Facebook.¹⁹⁵

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/grupogayderondonia/photos>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Figura 86 – Fotografia de Núbia Lafayette e Diana Cox no evento LGBTQIA+ 2 (2011)



Fonte: Página do Grupo Gay de Rondônia no Facebook.¹⁹⁶

Infelizmente, Núbia faleceu de câncer em 2012. Temos poucas informações e documentos sobre a sua trajetória de vida, principalmente relacionadas à sua escolaridade e luta contra o câncer. A ONG *Tucuxi* prestou uma homenagem a ela, dando seu nome a um núcleo que tinha por finalidade combater a homofobia, o qual passou a ser chamado de “Centro de Referência Núbia Lafayette”.¹⁹⁷ Ela é o retrato vivo de muitas travestis e mulheres transexuais, seguidamente patologizadas, espancadas, discriminadas e privadas de seus direitos básicos. Segundo Falcão (2020), Núbia frequentou a maioria dos eventos organizados pela já citada ONG e outras instituições. Ela adorava dançar a música *Ilê Pérola Negra*, da cantora Daniela Mercury, todas as vezes que tinha algum evento cultural LGBTQIA+.

Travestis e transexuais sempre estiveram no alvo preferencial dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil contra a população LGBTQIA+. Isso ocorre

¹⁹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/grupogayderondonia/photos>. Acesso em: 10 nov. 2021.

¹⁹⁷ Através desse Centro, a comunidade LGBTQI+ do estado passou a obter ajuda jurídica e psicossocial. Tucuxi Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual. Projeto Básico. Porto Velho, RO, 2008, p. 2.

porque esse grupo ostenta uma identidade de gênero diversa daquela imposta pela cisheteronormatividade. A trajetória de Núbia enquanto mulher trans negra ou preta foi marcada por transfobia – através da discriminação e violência física, verbal e psicológica, tanto no seio familiar quanto nos espaços públicos.

Entre os aspectos interseccionais, a raça, a geração e o gênero aparecem como marcadores da diferença para compreendermos um pouco de sua trajetória, revelando-nos que as opressões que ela sofreu ainda são presentes na vida de pessoas trans no Brasil, principalmente de travestis e mulheres trans negras ou pretas, que vivenciam múltiplas marginalizações, através do racismo e transfobia, opressão que atravessa corpos “que escapam às normas da cisgeneridade” (Oliveira, 2018, p. 69), ou seja, vivemos em “cruzamento de discriminações” (Crenshaw, 1991) com base na raça, sendo negras ou pretas, e na identidade de gênero, sendo trans. As intersecções entre racismo e transfobia, originadas de estruturas conservadoras e cisheteropatriarcalistas, conspiraram para que Núbia fosse privada de emprego formal, habitação e outras necessidades básicas. Para a historiadora Giovanna Heliodoro:

A vivência de trans e travestis pretas é diferente das trans e travestis brancas. Quando olham pra gente, dizem que não basta ser preta, tem ainda que ser trans. E esse processo de estar nos lugares e ocupá-los incomoda muito. Ser LGBTQIA+ preta incomoda. É importante fazer um recorte pra gente lembrar de raça, classe e gênero. Falar de transfeminicídio é falar sobre o extermínio da população negra e, quando vamos pesquisar sobre esses assassinatos, percebemos que eles são mais complexos ainda [...] Isso mostra como as pessoas querem desumanizar e exterminar a gente. (Heliodoro, 2020, p. 3).

As opressões se somam e aparecem em diversas formas de violência legitimando o apagamento e o silenciamento de nossas existências. Enfim, ao relatar e problematizar os efeitos microbiográfico de Núbia Lafayette, “a Pérola Negra de Rondônia”, damos um novo lugar de enunciação aos corpos dissidentes, que ganham espaço e se solidificam a partir do compartilhamento de memórias, de retalhos de vivências, marcadas por opressões físicas, psicológicas e simbólicas, mas também por lutas, resistências e (re) invenções de si.

Negligenciar a sua história é apagar a sua existência, é corroborar com a marginalização de sujeitas/os transgressoras/es na historiografia. E, corroborando com Megg Rayara, espero que outras histórias, vivências e experiências de personagens trans “possam ser resgatadas e ter suas identidades de gênero e seus pertencimentos raciais

devidamente respeitados, informando inclusive, que as fronteiras entre os gêneros não são e nunca foram fixas” (Oliveira, 2018, p. 86). Esta microbiografia pretende ser uma contribuição nesse sentido.

5.4. Mica: “a mamis/madrinha das travestis e de mulheres trans rondonienses

A partir da década de 1980 é que surgem publicamente no cenário rondoniense as primeiras travestis e transexuais, a exemplo da professora Sandra e da militante Núbia Lafayette, já citadas anteriormente. Através de espetáculos de transformismo (existente até os dias atuais)¹⁹⁸, juntamente com a comunidade gay da capital, mulheres travestis e transexuais se apresentavam em lugares públicos e privados frequentados à época por GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes)¹⁹⁹ que se reuniam para prestigiá-las. Foi nessa época que apareceram os primeiros espaços de sociabilidade homossexual, como bares gays. De acordo com Vitor Hugo (2003), as boates e casas de festas direcionadas para o público LGBTQIA+ ainda eram limitadas naquele contexto. Existia uma casa de festa próxima ao Bairro da Balsa conhecida como “Shoc-Shoc” onde havia shows, festas e desfiles gays; e o Bar do Claudinho, famoso pelas suas comidas típicas.

Nessa época, chegavam ao estado as primeiras formas de se hormonizar e o uso do silicone líquido industrial. Conforme a ativista Keila Simpson:

Foi em Paris nos anos 80 que as travestis brasileiras tiveram conhecimento de duas substâncias que se tornariam, anos depois, muito problemáticas para sua saúde. São elas: o silicone líquido industrial e a utilização indiscriminada de hormônios. No Brasil, as travestis e transexuais iniciaram a utilização dessas substâncias para se parecerem com as trans das décadas de 70/80 de Paris. Foi aqui no Brasil que elas iniciaram a utilização de silicone industrial, um produto desaconselhável para humanos. As travestis encontraram nesta substância uma forma de construir formas femininas mais rápido que os hormônios. (Simpson, 2015, p. 9).

Nesse sentido, a travestilidade se forma instituindo forte ligação com a estética da corporalidade, desde a “montação” para as festividades carnavalescas e seus bailes nas décadas de 1950/1960, e do uso sem prescrições médicas de anticoncepcionais para

¹⁹⁸ Algemas autoras/es que abordam o transformismo no Brasil: Trevisan (2018); Bortolozzi (2015); Bragança (2018) e Juliana Frota (2009).

¹⁹⁹ Sobre a história das siglas, ver: Facchini (2002).

tornarem seus corpos mais “femininas”, devido à aparente simplicidade do medicamento, à facilidade de uso e ao preço acessível; até a ocupação das ruas na década de 1970, período em que as travestis, condicionadas às especificidades da prostituição de rua, interviam cirurgicamente em seus corpos, inicialmente com o uso de silicone industrial líquido. Tanto os bailes de carnaval quanto a prostituição de rua produziram corporalidades travestis, em períodos históricos de ostensiva repressão e criminalização dessas sujeitas desviantes (Green, 2000; Trevisan, 2018; Guimarães, 2015; Zanela, 2019).

Até hoje, Rondônia não tem ambulatório trans, o que ocasiona problemas quanto às questões de saúde dessa população no estado. Sabemos que há ambulatórios em outras regiões, como, por exemplo, em Porto Alegre, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, construídos a partir da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), assim como das demais políticas de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas, apesar desses avanços no âmbito nacional, é preciso atentar para as especificidades regionais: as pessoas trans* em Rondônia encontram dificuldades para a realização de tratamento hormonal nos hospitais públicos e até mesmo nos particulares, devido à falta de profissionais habilitados e, como foi dito, à ausência de ambulatórios para a realização dos procedimentos almejados por elas. A busca pelo tão sonhado corpo adequado à identidade subjetiva leva boa parte dessa população ao uso de hormonioterapia inadequada e à aplicação de silicone industrial, procedimentos que ocasionam problemas de saúde física e psicológica a esses indivíduos.

Entre os anos de 1980 a 1990, não muito diferente dos dias atuais, a maioria das travestis e mulheres transexuais não teve o apoio da família, foram expulsas de casa, não terminaram o ensino básico e não ingressaram no mercado de trabalho formal. Muito em virtude disso, elas começaram o êxodo para a Europa, com finalidade de trabalhar com a prostituição em cidades italianas, com destaque para Milão e Roma.

A presença de travestis e transexuais brasileiras nesse continente era notória, como já salientado no tópico anterior. As de Rondônia que fizeram esse percurso e, em sua maioria, foram para lá de forma clandestina, atravessavam a fronteira e, sem segurança alguma, adentraram na Itália pelos Alpes suíços, conforme Hugo (2003).

A primeira mulher trans do estado que viajou para o exterior, ao menos das que temos notícia, foi “Mica”, que vivia na ponte aérea Porto Velho - Europa. Tinha dupla

nacionalidade, e foi ela que, no início, facilitava e mediava a ida de travestis e transexuais de Rondônia à Itália, por isso, era chamada por elas de “mamis”²⁰⁰ e “madrinha” pelo fato de estar há mais tempo no exercício da prostituição. Parafraseando a pesquisadora e cientista social Flávia Teixeira (2008), nós, travestis e mulheres transexuais, reinventamos laços de parentesco em nosso meio. Também a chamávamos de “véia Mica” e “velha Mica”, com todo o respeito e afeto que tínhamos pela sua trajetória de vida.²⁰¹

Eu tive o prazer, e o privilégio, de ter conhecido e me tornado amiga de Mica. Nós nos conhecemos no Buá em 2005. Frequentei algumas vezes seu apartamento, que exalava incensos, cheio de pets - ela amava os animais. Quando eu a vi pela primeira vez, pensei que era uma senhora cisgênera, com os cabelos loiros grisalhos, mestiça, alta, olhos castanhos, com traços indígenas, os quadris e a cintura de violão, tanto que eu a chamava de “Mica tanajura”, por causa do *edyr* siliconado enorme que ela tinha. Mica tinha uma passabilidade inquestionável. Ela adorava vestidos longos e estampados, principalmente de tecidos com estampas de onça.

²⁰⁰ Também utilizado para se referenciar às cafetinas que recebem as travestis e mulheres transexuais em suas casas (pensionatos) e cobram diárias pela ocupação das ruas e da moradia, das quais são dependentes, muitas vezes acumulando dívidas.

²⁰¹ A obra de Vitor Hugo (2003) traz algumas informações sobre a Mica. Além disso, a partir do momento que passei a frequentar o Buá e conhecê-la, e dos contatos com as demais travestis e mulheres trans de Porto Velho, acabei confirmando essas informações, e outras que não estão presentes no trabalho do autor.

Figura 87 – Fotografia de Mica, “Mamis/madrinha das Travestis e Transexuais de Rondônia”



Fonte: Rios (2021).²⁰²

Na época em que a conheci, ela tinha entre 53 e 58 anos de idade. Eu lembro que várias vezes combinávamos pelo *Orkut* de nos encontramos no Buá, para jogar conversa fora, tomar refrigerante e, é claro, caçar os “boys magia”, porque nós éramos filhas de deusas. Todas às vezes, ela me dava carona no seu carro até a parada de ônibus, porque não ficávamos muito tempo no Buá, pois era muito perigoso.

Em diálogo com minha amiga Neide Santana, quando trabalhávamos juntas na mesma escola, eu acabei descobrindo que elas eram primas, e aproveitei para falar da minha relação de amizade com a Mica, e pegar algumas informações sobre a vida dela. Nesse sentido, as informações expostas a seguir são frutos das conversas com Neide, e de minha relação enquanto amiga de Mica.

²⁰² Imagem cedida por Brenda Rios (amiga de Mica) para autora da tese.

Mica nasceu nos anos de 1960 no estado do Acre, perdeu a mãe aos seis anos de idade, e sofreu muito com a morte dela. Era a filha caçula de sete irmãos. Desde criança, conforme Neide, Mica não se encaixava nos padrões cisheteronormativos. Seus irmãos mais velhos não aceitavam o comportamento desviante de Mica, e acabavam discriminando-a, chegando ela a sofrer frequentemente agressões físicas.

Com a perda da mãe, não sabendo o rumo que o pai tomou, ficou morando com os irmãos que não a aceitavam, que a excluía e a oprimiam. Na adolescência, assim como a maioria de nós, pessoas LGBTQIA+, teve crises em função da não aceitação de sua orientação sexual e identidade de gênero, e sofreu retaliação de sua família e o medo da sociedade cisheteronormativa e conservadora. Mica não aguentou conviver com eles, e foi morar com uma tia de criação, Eudócia Pereira de Santana, que a criou como filha, respeitando a orientação sexual dela. A tia deu todas as condições, atenções e cuidados que uma adolescente na idade de Mica deveria ter, como educação, alimentação e vestimentas. Entretanto, apesar dessa acolhida, Neide ressalta:

Ela queria alçar vãos, e, nesse sentido, não quis mais continuar morando no Acre. Pediu permissão de sua tia/mãe para ir embora para Porto Velho. Aos 18 anos autoafirmou sua orientação sexual, e seguiu seu destino, mas sempre estava em contato com sua família. Só deixou de ligar para eles no Acre ao falecer. Ao chegar a Porto Velho, conseguiu trabalhar como cabeleireira. (Santana, 2020).²⁰³

Sobre a relação afetiva com a família, Neide relata:

A minha mãe, Roneide Santana, era a irmã dela, e foi à única que Mica dizia para mim que gostava, porque sempre a procurava para conversarem. Mas afetividade com os irmãos era quase zero por conta da sua sexualidade. Eu sou sobrinha dela... Sou a única sobrinha que tinha mais contato com ela depois de grande... Depois de certa idade da Mica... ela não gostava muito de falar da família... Então afetividade dela era com a minha mãe. Sua mãe chamava-se Regina Santana. (Santana, 2020).

Um dos irmãos que também foi morar em Porto Velho continuava não respeitando a orientação sexual e identidade de gênero de Mica, mas a sua cunhada gostava muito dela, então, ela frequentava a casa deles sempre que o irmão não estava. Mica, na forma como ficou gravada nas minhas lembranças, era uma mulher linda,

²⁰³ Entrevista por meio do *whatsapp* no dia 18 de agosto de 2020.

extremamente educada, chiquíssima, gentil, conheceu a Europa, adorava a Itália, em especial Milão.

Em 2006, ela me fez uma proposta para ir embora do Brasil, e trabalhar com a prostituição na Europa, pois dizia: “uma neguinha dessa com esse tom de pele e ainda por cima *novinha* vai ganhar muito acué, pois os europeus adoram esse tipo de trava”. Lembro-me como se fosse hoje dela falando, só que eu não iria de forma clandestina. Para eu ir, precisava tirar o passaporte, visto e outros procedimentos sobre os quais ela já havia me instruído, inclusive, cogitei a ir, mas eu não tive a coragem de sair do meu país, e falei para ela levar outras que estavam desejando de fato trabalhar com a prostituição na Europa, porque o meu desejo era dar continuidade aos meus estudos e tentar acesso ao mercado de trabalho ou funcionalismo público. Eu iria à Europa depois de formada e concursada a passeio, só no close. Mica ria e dizia que eu estava certa, mas que a proposta ainda estava aberta.

Figura 88 – Fotografia de Mica, Heider e Brenda na antiga boate gay Metrôpoles em Porto Velho (1999)



Fonte: Rios (2021).

Ela morou sozinha por muito tempo, entretanto, conheceu uma senhora que teve um filho, e aí ela adotou, embora não oficialmente, o menino. A criança foi crescendo e convivendo com ela, passando a chamá-la de mãe.

Em outra conversa que eu tive com Marconi Vasconcelos pelo *whatsapp*, ele me afirmou que Mica foi uma das fundadoras do ponto de prostituição de travestis e transexuais da Av. Jorge Teixeira. Ele a conheceu em 1988, no ano que havia *raspado o santo*²⁰⁴. Ela já tinha apartamento, uma boa estrutura financeira e ajudava muita gente. Ele confirma que, de fato, ela levou muitas trans para a Europa, como já salientado anteriormente. Informou-me também que Mica frequentava o terreiro e eles tinham uma grande amizade. Ela o viu crescer dentro do candomblé e o ajudou muito. Marconi ainda me relatou que:

[...] eu fui umas das pessoas que levantei a bandeira da Mica, ela que deveria ser madrinha da Parada LGBTQ+, ela nunca foi reverenciada aqui dentro, mas ela já ajudou muita gente, aí o pessoal: “aí a Mica investe na prostituição, cafetinava...”; aí eu falava: “gente até parece que a Mica é a única, que exercia e investia na prostituição dentro das comunidades LGBTQ+, não é uma exceção, é uma norma. Vamos parar com isso”. Os elitizadozinhos que queriam ser os politicamente corretos. Só sei que eu tive essa briga com o pessoal por causa disso. (Vasconcelos, 2020).

Eu nunca ouvi falar que Mica maltratou e/ou explorou nossas irmãs travestis e mulheres trans, por fazer a mediação delas para a Europa. De fato, ela foi uma *cafetina* muito fina, discreta e gentil, diferentemente de outras que havia na capital. Ela escolhia a dedo quem convidava para sair do país, onde o trabalho com a prostituição é precário e perigoso, principalmente em Rondônia. Mica queria dar oportunidades para as trans trabalharem na Europa (e muitas foram através dela), melhorarem suas condições de vida, realizarem seus sonhos de transformações estéticas e ajudarem financeiramente as suas famílias aqui no país, da mesma forma que ela conseguiu sua independência financeira.

²⁰⁴ Expressão usada para referenciar a “Feitura de Santo”, que significa o início de alguém no Candomblé, Batuque ou Umbanda.

Figura 89 – Fotografia de Mica na sua residência em Roma (1993)



Fonte: Rios (2021).

Mica foi muito querida e respeitada pelas travestis e mulheres transexuais de Rondônia, não só por se tratar de uma mulher trans idosa, mas pela sua gama de experiências e vivências no mundo do trabalho com a prostituição no estrangeiro e no Brasil. Aqui, não estou querendo glamourizar a prostituição, mas mostrar como essa forma de trabalho ainda é estigmatizada quando se trata da população trans perante uma sociedade cishéteronomartiva e como alguns sujeitos, dentro do próprio segmento LGB, ainda nos invisibilizam e nos excluem de processos socioculturais representativos e participativos, dentro de uma agenda que deveriam incluir todas/os, e principalmente valorizar a memória daquelas/es que abriram caminhos e subverteram o sistema conservador cisheteropatriarcalista para que nós pudéssemos continuar garantindo o nosso direito à sobrevivência.

Marconi esteve presente no final da vida de Mica, quando ela desenvolveu o câncer. Ele foi uma das únicas pessoas que ligou e ainda conseguiu falar com ela dentro do hospital. Mica morreu na mesa de cirurgia. Em 2010, eu passei no meu primeiro concurso público municipal para trabalhar no interior de Rondônia como professora estatutária, mas ainda continuei em contato com a Mica via *MSN*, *Orkut*... Infelizmente, em 2012 recebi a notícia de seu falecimento.

Conforme Neide, Mica tinha uma pessoa em quem confiava muito, chamada Berenice. Elas mantinham um elo afetivo como se fossem irmãs. Berenice era a proprietária do conjunto de apartamentos no qual Mica morava e cuidava da parte financeira dos imóveis. Antes de Mica falecer, ela deixou uma procuração para Berenice, como forma dessa controlar e cuidar dos bens que havia construído ao longo da vida. O rapaz criado por ela teve uma filha, e Mica tinha um grande amor por essa neta, inclusive todas as vezes que nos encontrávamos ela falava com muito carinho da menina. O que nós sabemos é que todos os seus bens foram deixados para essa neta, e que estão sendo administrados por Berenice até ela completar os dezoito anos de idade.

Acho importante ressaltar que, ao retornarem a Rondônia, travestis e mulheres transexuais traziam da Europa suas experiências e vivências a partir dos mundos do trabalho com a prostituição, mas também novas práticas artísticas como profissionais transformistas e com a cultura drag, que perduraram e que ainda (re) existem na região, notadamente através de trans sobreviventes que continuam desenvolvendo sua arte com apresentações na capital e no interior do estado, como, por exemplo, Renata Evans, Diana Cox, Sabrina Almeida e Karen Oliveira. A ideia fixa de muitas delas era (e ainda é) angariar recursos para um dia ter a casa própria, realizar seus procedimentos estéticos e, sobretudo, ajudar suas famílias.

O envelhecimento de Mica foi, de certa maneira, uma forma de enfrentar o sistema fundamentado em diferentes tipos de opressão. Afinal, envelhecer em um dos países que mais matam pessoas trans do mundo é uma experiência que infelizmente poucas conseguem realizar. Nesse sentido, entre os aspectos interseccionais, a geração e o gênero, além da classe, aparecem como marcadores da diferença para entendermos um pouco da trajetória de “mamis” Mica no estado.

Por fim, esta seção se insere em um projeto maior, de natureza microbiográfica e microautobiográfica, no qual busquei resgatar e registrar a memória de algumas pessoas trans da primeira geração em Rondônia e de um militante gay, para compreender e

poder relacionar o fenômeno da travestilidade, da transexualidade e da homossexualidade com as narrativas das/dos colaboradoras/es desta tese, pertencentes a uma outra geração, com outras histórias e outras memórias. Dessa forma, a leitora ou leitor poderá ter uma ideia das permanências e das transformações nesse percurso histórico.

PARTE 6 – (MICRO) AUTOBIOGRAFIAS DA (RE) EXISTÊNCIA DE CORPOS SUBVERSIVOS EM RONDÔNIA

6.1. Kary Falcão: “Relatos de uma trajetória no Movimento LGBTQIA+ em Rondônia”

Figura 90 – Fotografia de Kary Falcão



Fonte: Falcão (2023).

Sou o professor Kary Falcão, professor desde 1989 e faço parte do quadro da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC). Atualmente atuo na SEDUC no Núcleo de Planejamento e Avaliação Externa (NPAE). Também sou Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2019) e desenvolvo pesquisas direcionadas à gênero e identidade de gênero.

Eu tenho 51 anos. Sou de Rondônia, nascido aqui em Rondônia, estudei nas escolas públicas e estudei Pedagogia na Universidade Federal de Rondônia (1996-1999). Aliás, considero essa a melhor Universidade Federal do planeta.

Eu costumo dizer que quando eu tinha 6 anos de idade eu me olhava no espelho. Teve um dia que eu estava na frente do espelho, olhei para o meu pai e disse bem assim: *eu não sou, eu não reconheço essa pessoa que eu vejo no espelho*. Com seis anos de idade! Aí ele perguntou o que eu via, eu disse *que queria ser mulher*. É o espelho que transmite a sua identidade.

A partir daquele dia, os meus pais passaram a me ver com outro olhar. Eles passaram a entender que eu era, entre os três filhos, quem precisava de uma maior orientação e meus pais diziam bem assim: *você precisa estudar, você precisa trabalhar e você precisa se dedicar mais ainda do que os outros*. Eu percebia que os meus pais olhavam um para o outro quando eu ia fazer alguma ação, alguma brincadeira que eu fazia, alguns gestos, alguns trejeitos que eu fazia, meus pais olhavam.

Eu era uma criança que gostava muito das coisas de meninas e que, hoje, eu entendo que eu não queria ser mulher, a minha identidade não é feminina, mas eu gosto de coisas diversas. Eu tenho direito de gostar daquilo que eu quero, eu tenho direito de usar o cabelo da forma que eu quero, de usar um brinco, a maquiagem, a roupa, sair de casa com a roupa que eu quiser vestir.

Então, os meus pais me orientaram nesse sentido de que eu precisava me adequar à sociedade. Porém eu não precisava cumprir aquilo que a sociedade desejava que eu cumprisse. Eu tinha toda a liberdade para desenvolver aquilo que eu imaginava para mim.

Eu estudei na Escola Carmela Dutra, onde terminei o meu magistério em 1988. Em 1989 fui contratado pela Secretaria de Educação, como professor de séries iniciais e aí fui trabalhar como professor. À medida que eu desenvolvia as minhas ações como docente, eu percebia que faltava algo, que aquilo não estava completo. Então foi quando eu procurei a Universidade Federal, me inscrevi em 1993 no vestibular para o curso de Pedagogia. Fiz a licenciatura em Pedagogia da Universidade e a partir daí eu tive contato com a pesquisa, e, especificamente, também aliado aos estudos de gênero que eu vinha desenvolvendo dentro da militância LGBTQ+, na qual eu pude desenvolver minhas pesquisas relacionadas à gênero.

Em 1996, quando surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9394, lembro que eu me aprofundei dentro daquilo que a LDB dizia sobre a construção da cidadania. Enquanto que nos modelos anteriores nós tínhamos uma discussão voltada para a questão do civismo, a questão da moral e a questão do amor incondicional à Pátria de forma cívica, de forma militarizada, a nova LDB, naquela época nova (1996) e agora não mais nova, apresentava uma educação mais pautada em um modelo cidadão, em um modelo ético. Eu comecei a aprofundar meus estudos dentro dessa perspectiva e da construção da cidadania no interior da escola.

A escola deve ser a instituição responsável pela construção desta cidadania! Por isso, escrevi a minha pesquisa do curso de graduação sobre o compromisso do professor com a construção desta cidadania. Enquanto as demais pessoas e os demais professores na escola não sabiam o que era, não sabiam nem conceituar a palavra cidadania, eu já estava dentro dessa pesquisa.

Durante toda a minha trajetória enquanto docente, a gente vem de uma criação, de uma história, muito pautada em modelos de como o educador deve ser. Existem até alguns estudos levantados pela doutora em Educação Guacira Louro em relação às visões conservadoras de ser um bom professor, exemplos de que a professora não pode ser vista na rua com outros olhares. Ela traz em suas pesquisas todo o perfil traçado para o professor. Então, a homossexualidade ficou também marcada dentro desse modelo, de forma preconceituosa. Portanto, eu não posso dizer para você que nunca sofri preconceito, mas aprendi com os meus pais que, a partir do momento que eu chegar com os melhores instrumentos em minhas mãos, não tenho como ser rejeitado. Eu já sofri sim, eu não digo para vocês que eu não fui rejeitado, mas em muitos momentos eu chegava com o melhor instrumento, estudando nas melhores universidades, estudando com os melhores professores, porém não é essa a realidade de muitos, é a realidade de poucos. Eu costumo dizer que fui privilegiado, porque eu poderia ter sido expulso de casa aos seis anos no momento em que me olhei no espelho e disse para o meu pai que eu queria ser mulher.

Eu poderia ter sido vítima de homofobia naquele momento que disse para a minha família que queria ser mulher, eu poderia ter sido expulso de casa, eu poderia ter sido espancado pelos meus pais e ter ficado à margem da sociedade, não ter estudado ou então ter tido maiores dificuldades para entrar na universidade, porque como é que uma pessoa que não teve o apoio da família, que não teve o apoio da sociedade, que não teve

o apoio religioso, das demais instituições, vai concorrer com em “pé de igualdade” com uma pessoa que viveu dentro de uma família onde o pai e a mãe a orientaram.

Os meus papéis, os papéis que eu represento, os papéis que eu represento na sociedade, eles precisam ser respeitados a partir da minha identidade. Eles precisam fazer parte da construção da minha identidade. Eu sou um professor, a minha identidade é uma identidade docente, mas eu sou um homem cis, eu sou um homem que vive uma homossexualidade, a minha orientação sexual é homossexual, e eu preciso ser respeitado dentro dessa construção.

Então, é por isso que eu sempre digo: *famílias, orientem seus filhos a partir da orientação sexual, não coloquem seus filhos à margem da sociedade, não joguem seus filhos nas ruas, tragam seus filhos para dentro de casa. Quando seus filhos apresentarem uma orientação sexual em que ele disser: pai ou mãe, eu sou homossexual, então, garantam estudos voltados para a homossexualidade, para que ele aprenda sobre a orientação sexual na qual ele está inserido. Assim, façam o mesmo para o filho heterossexual para garantir o direito, o respeito às outras formas de orientações sexuais, o respeito à mulher, o respeito aos homossexuais, o respeito aos índios, às etnias e às diversas formas de religião.*

Eu me inscrevi no programa de Mestrado (2007-2009), onde pesquisei a construção da linguagem de homossexuais e a contribuição dessa linguagem dentre os povos de religião de matriz africana, é a única religião que eu ainda percebo, que eu ainda vivencio, faço parte, que não discrimina. Embora nós tenhamos dentro da religião de matriz africana, rituais, atributos, cargos que são especificamente masculinos e especificamente femininos, nós temos instrumentos de pegar, que mulher não pode pegar, nós temos instrumentos que homem não pode pegar... etc. Mas ainda existe, que eu entendo e prefiro que permaneça, a valorização e o respeito à orientação sexual e identidade de gênero.

Hoje se discute muito, dentro das religiões de matriz africana, a questão da transexualidade: se o orixá vê você com o corpo biológico ou se o orixá vê você como essência. É uma discussão que tem sido feita de forma muito respeitosa dentro dos terreiros, é uma discussão feita a partir dos integrantes das comunidades de terreiros que são homossexuais e que são transexuais.

Em nossa trajetória dentro do movimento LGBT no estado de Rondônia, nós fomos os desbravadores. Aproximadamente ali na década de 1980 formamos um grupo

de amigos, onde nós nos reuníamos na casa de uma amiga mulher cis (Augusta Ramalhães) e, a partir daí, começamos a pensar na possibilidade de estudar, a princípio, naquele momento, sobre a construção das orientações sexuais, tudo aquilo que a sociedade estava começando a discutir, porém ainda de forma muito discriminatória e limitada. Então, como nós estávamos além da sociedade, sem ter oportunidade de discutir e pensar a respeito disso, nós nos reuníamos informalmente todos os sábados na casa dessa amiga, e, à medida que nós íamos estudando, novas pessoas iam chegando, inclusive professores universitários, como o professor Vitor Hugo do Curso de História, ex-padre (tio do Paulo Santiago, militante gay de Rondônia). Assim, a gente montou um grupo de estudo, que, a princípio, se chamava grupo *Camaleão*, que era o nome inicial de um barzinho com uma forte presença GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), cuja proprietária era uma mulher cis, chamada Lucimar Barbosa. Nós nos preocupávamos com a quantidade de amigos que estávamos perdendo em razão da aids, pois, naquele período, assustava muito a palavra *aids*, já que não existia ainda estudos direcionados a pessoas portadoras do vírus HIV. Portanto, ninguém sabia qual era a diferença de HIV para aids, ninguém sabia nada, e nós começamos a desenvolver estudos de modo informal.

E você sabe, a gente sabe que todo estudo, mesmo que começando informalmente, vai ganhando um corpo. E esse estudo foi começando a ganhar um corpo científico, no qual algumas pessoas da Universidade se interessaram pelo nosso grupo. Nós do *Camaleão* éramos muito jovens ainda, mas começamos a entrar na Universidade, começamos a estudar, a cursar o ensino superior e, assim, o grupo foi ganhando dimensão até que uma companheira nossa, olhando um site do governo federal, descobriu que tinha um edital que financiava projetos de prevenção às ISTS/HIV/aids, cujo público-alvo eram os GLB (Gays, Lésbicas e Bissexuais). Naquele período a gente chamava Homem que sai com Homem (HSH), hoje a gente nem usa mais essa terminologia, mas naquele período era para HSH. Nós pegamos o edital, lemos e não imaginávamos que seríamos, aqui em Rondônia, contemplados com esse projeto.

Quando nós fomos contemplados pelo projeto do governo federal, tivemos que buscar parceria com o governo estadual (com a Secretaria Estadual de Saúde) e municipal (com a Secretaria Municipal de Saúde), porque exigiam que essas secretarias tivessem que entrar com uma contrapartida com recursos financeiro, humanos e

administrativos. E esse projeto foi um momento muito histórico em Rondônia, porque nunca ninguém tinha feito nenhum trabalho para a população LGBT, inclusive a população de travestis só foi inserida alguns anos depois. Naquele momento, nós pensamos especificamente para rapazes gays e o projeto foi elaborado. Conforme foi mencionado antes, a Secretaria Estadual entrou como contrapartida por conta da Coordenação Estadual, pois já existia uma coordenadoria chamada Coordenadoria de DST/aids na Secretaria Estadual. Sendo assim, o projeto foi desenvolvido. Nós o chamamos de projeto *Avessos*.

O projeto *Avessos* (2003) tinha como objetivo preparar novos integrantes para a militância LGBT. Então, nós fizemos um levantamento de rapazes em todo o estado de Rondônia que fossem interessados em política e que fossem interessados em nossos estudos. Um ônibus saía de Vilhena e vinha, a princípio, buscando LGBTs do interior, primeiramente nas cidades localizadas na BR-364.

Conjuntamente desenvolvemos o primeiro encontro do *Avessos* - que foi para o público LGBT. Esse encontro ganhou uma repercussão muito grande aqui no estado de Rondônia, tanto que nós fomos convidados para organizar um segundo encontro do *Avessos*. Foi muito importante para nós que esse projeto tenha sido desenvolvido. O grupo *Camaleão* ainda não tinha nenhuma estruturação com CNPJ como formação de grupo, portanto nós tivemos que montá-lo de acordo com toda a fundamentação legal, e em 1994 nós o estruturamos como Grupo *Tucuxi* (Núcleo de Promoção pela Livre Orientação Sexual). A partir daí, começamos a ganhar um foco mais estruturado, pois o governo federal começou a entrar com alguns outros projetos inovadores por meio de políticas públicas bem mais democráticas - diferentes das do desgoverno que estava na presidência da república de 2018 a 2022, que a gente tem vivenciado - e alguns investimentos foram realizados. Nós pudemos realizar e estender a discussão do grupo *Tucuxi* para as demais categorias, ou seja, nós deixamos de ser um grupo somente de homens gays e passamos a ser um grupo com discussão de gays, lésbicas, bissexuais e travestis - naquele momento era somente travesti, porque ainda não existia uma discussão acadêmico-científica em torno da transexualidade.

O surgimento do grupo foi de grande importância, pois nós conseguimos conquistar espaços acadêmicos e espaços de discussões que geravam aprendizagem para todos os participantes. E, a partir daí, nós começamos a entrar na discussão da

transexualidade, entendendo que ela não estava ligada às orientações sexuais, mas, sim, à identidade de gênero e começamos a ganhar foco nessa discussão.

A partir do projeto *Avessos* nós fomos responsáveis pela criação de novos grupos, em Vilhena (Grupo Beija-Flor), Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Cacoal (GAY-RO). Tais grupos foram se organizando com as suas lideranças locais e se consolidando a partir dos encontros do projeto *Avessos*. A contar daí, começamos a fazer parte de um grupo que já existia na região Norte, chamado grupo *Somos (2000)*. O *Somos* era um coletivo que tinha se estruturado em todas as capitais da Região Norte, onde todas as ONGs LGBTs promoviam encontros, discussões de aprofundamento e de alinhamento de ações e estratégias com o foco em direcionar determinados assuntos para a melhoria da cidadania LGBT, bem como à formação de novas lideranças. O foco de concentração também não descartava a possibilidade do estudo do HIV/aids, das demais doenças sexualmente transmissíveis, bem como um estudo para a cidadania homossexual, garantindo à eles a não permissão de serem discriminados, uma proposta de reconhecerem a intolerância contra LGBTs.

Toda essa discussão foi ganhando corpo a partir do projeto *Somos*. E, a partir do momento em que o grupo se estruturou nacionalmente, nós entramos dentro do Movimento nacional, ou seja, Rondônia deixou de ser um estado onde as políticas LGBTs ficavam assim meio esquecidas, meio que adormecidas por conta da distância, por causa dos aspectos geográficos para logo em seguida termos grupos LGBTs, militâncias LGBTs mais participativas nos movimentos de esfera maior e nacional. O grupo *Tucuxi* foi um grupo rondoniense muito reconhecido nacionalmente, tanto que nós tivemos a oportunidade de coordenar encontros nacionais aqui, inclusive com participação de outros ativistas de todo o mundo. Outra participação efetiva do grupo Tucuxi foi na I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, promovido a partir do primeiro ano do governo Lula.

O governo Lula fez um chamamento para os movimentos LGBTs em todo o Brasil para se concentrarem, naqueles dias, lá em Brasília, para que nós apresentássemos discussões a respeito dos direitos da população LGBT. Foi nesse encontro onde eu pude entender o quanto o Brasil estava avançando nessas discussões. Foi nesse encontro que, de repente, quando nós menos esperávamos, deparamo-nos com o presidente Lula. Ele segurou essa bandeira e garantiu que todo ser humano teria o

direito de fazer do seu corpo o que quisesse, todo ser humano teria o direito de viver a sua orientação sexual de acordo com a sua vontade e os seus desejos.

Então, a partir dali, nós ganhamos um aliado. O poder público estava ao nosso lado, para nos proteger, para financiar projetos para melhorias da população LGBT.

Hoje, nós, LGBTs, estamos vivendo um retrocesso em razão de questões ideológicas muito firmes. Questões ideológicas pautadas em modelos cristãos, questões ideológicas ligadas em modelos militares, em modelos não democráticos. Porque quando se discute que nós não podemos estabelecer dentro do Estado um modelo ideológico, eu também não posso estabelecer qualquer outro modelo. Então, se eu proíbo uma ideologia dentro do Estado, eu tenho que proibir todas. Eu não posso proibir a “ideologia de gênero”, pois não é uma ideologia, na verdade, é uma realidade, porque é uma construção, é uma identidade que você constrói. Eu não posso atribuir à orientação sexual, à orientação do meu desejo, uma ideologia, a orientação do meu desejo só diz respeito a mim e eu preciso ser respeitado na orientação do desejo que eu tenho.

O desgoverno (2018 a 2022) que estava nos liderando não foi um presidente que levantou uma bandeira de todos e todas as ideologias, de todos os credos, de todas as orientações, de todas as políticas, então, é muito triste tudo isso.

Um dos nossos maiores desafios hoje é voltar para as escolas com trabalho dirigido contra a LGBTQIA+fobia. Durante as décadas de 1980 e 1990, as portas para a conscientização eram abertas às escolas, nós éramos convidados para realizar oficinas nas escolas com os estudantes, nós realizamos oficinas no Baixo Madeira com o apoio do governo federal, com recursos do governo federal, com recursos internacionais, com recursos de bancos, com recursos de agências patrocinadoras.

Nós fomos para o Baixo Madeira desenvolver um projeto em 2007 chamado *Água Viva* com recursos da UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime), um projeto que levava para os estudantes a partir do 9º ano do Ensino Fundamental a discussão da diversidade sexual, a discussão do respeito às diferentes formas de orientação sexual, a luta contra a LGBTQIfobia, para que professores não rotulassem seus alunos, para os professores trabalharem dentro da perspectiva que era projetada dentro dos parâmetros curriculares nacionais da época, que era a discussão da orientação sexual e diversidade sexual, que era a discussão da identidade de gênero.

Em 2008, nós fizemos um trabalho, que foi também uma iniciativa do governo federal, sobre a criação dos centros de referência ao combate à homofobia. Aqui em Rondônia nós criamos o Centro de Defesa e Combate à Homofobia, que nós chamamos de Centro de Referência Núbia Lafayette.

Núbia Lafayette era uma travesti daqui da cidade de Porto Velho. Ela viveu nas décadas de 1970 e 1980. Sofreu muito e batalhou em prol da luta contra a homofobia, que hoje nós chamamos de LGBTQA+Ifobia. Núbia foi uma militante que faleceu há cerca de quatro anos, mas ela foi uma militante que participou muito do movimento conosco do *Tucuxi*, do movimento de travestis e transexuais.

Nós trabalhamos hoje na perspectiva da luta contra LGBTQIfobia para que gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e as demais categorias tenham suas vidas garantidas e estejam distantes da violência, para que não sejam alvo de discriminação e preconceito, para que não venhamos a ser colocadas de volta à margem da sociedade.

Toda essa conscientização vem através do que a gente vai discutindo, a partir do momento que nós vamos aprofundando nossos conhecimentos.

Então, a proposta do governo federal para o Programa Brasil Sem Homofobia trazia 96 ações e muitas delas foram executadas, como trabalhar nas escolas, nas universidades, inserir dentro dos cursos de licenciatura, dos cursos de graduação, a discussão da diversidade sexual, da orientação sexual e da identidade de gênero. Portanto, todas essas ações foram propostas dentro do Programa Brasil Sem Homofobia, que mais tarde este governo atual lançaria como aquilo que chamaria de *kit gay*, equivocadamente, de forma ignorante, sem nenhum preparo, sem nenhuma discussão acadêmica, e levantou e repercutiu essa discussão que nós levamos para as escolas como *kit gay*, de forma completamente preconceituosa e discriminatória.

Nesse sentido, nós trabalhávamos com as turmas de 9º ano e com alunos acima de 14 anos do ensino médio dentro dessa perspectiva. Foi um trabalho que trouxe muita satisfação e que a gente culminou em muitos outros projetos dentro da ONG *Tucuxi*. Tivemos um projeto chamado *Espelho de Vênus*, que foi um projeto onde a mulher transexual ou a mulher trans tinha a oportunidade de se olhar no espelho e conhecer a sua identidade. O que é a identidade? A identidade é aquilo que eu vejo no espelho, o que o outro muitas das vezes não vê, que a minha família, a instituição do trabalho, a instituição escolar muitas vezes não vê, mas eu vejo, então essa é a identidade.

Nós colocávamos as travestis e transexuais que íamos buscar lá no gueto, lá no espaço onde elas estavam trabalhando, aquele espaço que muitas vezes era o único espaço de trabalho que elas tinham, pois naquele momento era o único espaço social que elas tinham. Hoje nós temos, por meio deste trabalho, destas discussões, o poder de levar esse debate para a academia e para as escolas, hoje nós temos travestis formadas, travestis dentro das universidades, profissionais liberais, profissionais de todas as áreas, dentistas, médicas, pessoas com título acadêmico de mestras e doutoras, professoras universitárias travestis e transexuais.

Então, foi o conhecimento, a militância, a organização em grupos de minorias sociais que resultaram nesses direitos. Sendo assim, nós não podemos deixar que esses grupos voltem ao gueto. Que boas ideias vindas do governo federal, do poder público venham trazer de volta essas discussões. O nosso maior embate hoje, de fazer esse trabalho, tem sido essas perspectivas contrárias à nossa. As perspectivas religiosas e o seu embate que visam o não cumprimento da laicidade do Estado têm feito com que nós LGBTs, profissionais LGBTs, que temos conhecimentos e estudamos, vivenciamos esse momento de forma histórica. Veja! Eu tô falando aqui sobre as questões da década de 1980, e, hoje, nós estamos em 2020!

Já se passaram aproximadamente 40 anos, 40 anos dessas discussões! O grupo *Tucuxi* hoje não está mais na ativa, mas os seus membros têm formado outros grupos aqui em Rondônia, que saíram de dentro dessa discussão. Nós temos, por exemplo, grupos de discussão que estão na zona leste, que muitas vezes era considerada uma zona discriminada, onde o poder público não chegava, onde as escolas não eram reconhecidas, como hoje são reconhecidas. Então, hoje nós temos boas escolas públicas na zona leste, nós temos shopping na zona leste, temos ONG que foi criada ali e que luta por direitos iguais.

O movimento LGBT tem dois momentos que a gente não pode deixar de esquecer. Eu, enquanto pesquisador, acho que o primeiro momento do movimento LGBT foi o movimento de luta contra o HIV/aids. Esse momento está superado, pois, a partir do nosso conhecimento, nos fez tirar aquele estigma que a sociedade tinha, aquela ideia que a sociedade tinha acerca do HIV/aids, atribuindo isso à população LGBT. Esses estudos estão superados.

Nós temos um outro momento de discussão sobre a cidadania LGBT. O de lutar contra a violência, contra a discriminação, contra o preconceito, garantindo o direito

dessa população. Esse segundo momento veio com a criminalização da LGBTQIfobia, que foi uma discussão bem aprofundada, em que nós tivemos grandes momentos de discussões dentro do estado de Rondônia. Nessas discussões nós tivemos a relatora da PLC122/2003 que criminaliza a homofobia, ela era do estado de Rondônia, era senadora. Nós tivemos a oportunidade de sentar-nos com a Senadora Fátima Cleide naquele momento e trazer para ela essas discussões bem mais próximas da nossa realidade. Por isso, o movimento LGBT em Rondônia foi muito rico nesse sentido, embora hoje seja preciso de uma carga de energia.

Desse modo, o que nos incentivou, a princípio, foi a criminalização da homofobia. Uma vez que os nossos representantes legais, nossos legisladores, não nos ajudaram em momento algum a avançar nessa discussão, nós fomos garantir essa discussão através do Supremo Tribunal Federal. Aquele que me representa, a quem eu elejo para me representar não me garantiu meus direitos de criminalizar, para eu poder sair de casa e ter a garantia de sair e chegar vivo, apesar de que a criminalização não me dá essa garantia, mas ela impede, ela demora e atrasa a homofobia.

Com a divisão e lutas específicas no interior dos movimentos sociais houve um certo enfraquecimento dentro do movimento LGBT. O movimento surge no Brasil como um movimento homossexual, então nós deixávamos de fora as discussões de mulheres, deixávamos de fora as travestis que eram os principais alvos da ditadura militar, eram elas quem apanhavam da polícia, eram elas que levavam carreiras da polícia na rua.

No grupo *Tucuxi* nós tínhamos uma prática de que todas as vezes que íamos realizar palestras nas escolas, nós levávamos os nossos representantes mais novos. Toda vez em que eu ia dar uma palestra para grupos de adolescentes e jovens, eu levava os jovens militantes da ONG. Quando nós íamos fazer uma palestra voltada para a população de travestis, nós levávamos as nossas meninas.

A discussão da transexualidade também ficou de fora. Então, a princípio, uma situação histórica no enfraquecimento do movimento LGBT era cada um lutando pela sua identidade. Hoje, nós trabalhamos dentro de uma política de LGBTQifobia, o movimento LGBT. Na Conferência, nós tiramos o G que era o primeiro segmento que estava na frente da sigla, e colocamos o L de lésbica, porque esse movimento tem histórias de vida diferentes. O movimento de lutas de transexualidade na década de 1980, uma professora que, em alguns momentos, quando tinha que ir para sala de aula, ela tinha que se vestir com uma calça comprida, prender o cabelo e vestir um jaleco,

mas que fora da escola, ela vivenciava uma identidade feminina. Do portão para dentro da escola ela tinha que camuflar sua identidade de gênero, esquecer a mulher trans que era fora do ambiente escolar.

Já no final da década de 1990 e início dos anos 2000, ela não tinha mais esses problemas. Ela entrava na sala de aula com a sua identidade feminina, com seu nome feminino, com a garantia do seu nome no espaço escolar, fazendo valer aquilo que está garantido na Constituição e que hoje está garantido na legislação: o uso do nome social, o nome relacionado a sua identidade. Eu me chamo Kary, este é meu nome de batismo, meu nome é minha identidade.

Então, uma mulher trans que tinha um registro civil, mas que não era de acordo com a sua identidade, precisou vivenciar isso até que o Estado, o poder público, garantisse esse direito para os cidadãos e cidadãs trans. Da mesma forma como garantiu para mim o direito de fazer o uso do meu nome social, garantiu também para a cidadã transexual, pelos mesmos direitos. Ela tem o direito que eu tenho, como qualquer outra pessoa ou qualquer outro profissional tem.

Até 2018, nós tínhamos na Secretaria Estadual de Assistência Social, um núcleo LGBT que era chefiado por uma mulher trans (Sabrina Fernandez). Sim, era uma funcionária trans que coordenava e chefiava aquele núcleo para LGBTQIA+. Então, elas promoviam discussões e debates que estavam garantidos dentro do Plano Anual (PA), encontros e formações voltadas para essa população.

Este ano nós não temos mais esse núcleo. Desde 2019, com a posse desse novo governo, nós não temos nenhum projeto e nenhuma proposta. O que nós temos visto é uma apologia à violência, são as redes sociais financiando discursos de ódios, com a finalidade de colocar LGBTs, mulheres, judeus, negros e indígenas de volta ao gueto. Eu não tenho visto do poder público da esfera estadual e municipal nenhuma política ou nenhuma proposta ainda. Eu entrei em contato com a secretária estadual adjunta, e ela me prometeu que ia apresentar uma proposta do atual desgoverno (#EleNão), sobre as pautas LGBT, mas até agora não vi nenhuma ação e nenhuma proposta direcionada para esse segmento.

Nesse sentido, o grande desejo que eu tenho é que a militância não somente volte a ser como era antes, mas que ela tenha um novo direcionamento, uma nova discussão, que ela venha a ganhar novos ares, novas forças. Já que nós não temos garantias financeiras para desenvolver nossos projetos sociais dentro do atual Governo

Federal, vamos buscar parcerias com governos internacionais, com ONGs internacionais, com programas internacionais.

6.2. Karen de Oliveira: “A realidade não contada - Não vivo uma utopia”

Figura 91 – Fotografia de Karen de Oliveira



Fonte: Oliveira (2023).

Eu sou Karen de Oliveira, tenho 52 anos, consegui o meu Ensino Médio aos 50 anos de idade. Sou ativista e militante. Não só pelas causas LGBT, mas também em prol de que a família brasileira tenha amor entre si, para com seus filhos e para todos. Essa é a Karen que existe.

Eu tive uma infância boa, com amor e carinho no meio familiar, mas após a descoberta da minha identidade, da forma como eu me sentia e o que eu queria representar dali para frente, houve muitos obstáculos, porque a minha família não me aceitava, aquela coisa toda. Então, eu tive que realmente seguir o meu caminho: aos 14 anos, tive que descobrir o mundo só, aí eu saí com uma roupa apenas para trabalhar e

nunca mais voltei. Isso aconteceu na minha pré-adolescência, e tive que começar a viver a vida, pois de alguma forma eu precisava trabalhar.

Dormi na rua e sofri tudo o que eu tinha que sofrer neste mundo. Aí, quando voltamos para essa fase de minha vida, vemos que foi há 36 anos, então imaginamos como era a cidade de Porto Velho naquele momento, pois quem nasceu aqui e continua morando nesse município sabe muito bem como era Porto Velho. Mas eu nunca consegui aceitar o que colocavam para mim, eu me sentia como hoje na idade que tenho. Eu paro para observar e me sinto desbravando uma floresta até as minas aonde queria chegar e ficar com a minha essência e o meu eu de hoje.

Não houve uma recepção da minha identidade de gênero e orientação sexual. Eu me lembro quando aconteceu um Miss Gay no clube Ferroviário, eu estava na praça conversando com um namorado na época. Uma das minhas tias passou, me viu e contou para minha mãe. Então, a partir daí, todo aquele sonho, aquela imagem que eu tinha em relação à família e amigos caiu por terra quando descobriram que eu, antes de sair de casa, era um menino, mas quando eu chegava debaixo da ponte eu trocava de roupa e me transformava numa outra pessoa. Então, quando isso veio à tona foi como se eu tivesse saído do paraíso e caído no inferno. Mas eu percorri todo aquele inferno, eu não tive medo de percorrer o inferno. Eu sempre me achei muito atrevida e nisso começaram muitas brigas, muitas situações constrangedoras em casa com minha mãe e com tudo, mas eu não a culpo, era o conhecimento que ela tinha, imposto pela família em que ela foi criada. Ela foi criada por um militar (esposo de sua irmã) completamente rígido. Eu não poderia jamais culpar minha mãe pela forma como pensava a homossexualidade, como algo pecaminoso, doentio ou errado. Então, para que esse sofrimento não acontecesse mais e para eu evitar um embate com a minha mãe dentro de casa, eu anoiteci, adormeci e amanheci, saí de casa e não voltei mais.

Mas, lembrando que, antes de tudo isso acontecer, eu trabalhava. Trabalhei em uma loja de calçados e fui office-boy. Quando eu saí realmente de casa, eu trabalhei em um escritório de contabilidade com uma senhora. Então, quando eu saí com a roupa do corpo para nunca mais voltar, eu passei por essa senhora, ela disse que a minha mãe pediu para que eu fosse buscar o meu dinheiro, que eu não iria mais trabalhar, e de lá eu saí e nunca mais voltei. Eu lembro até hoje, eu saí com uma calça jeans e uma blusa preta com a gola morcego e verde limão e nunca mais voltei.

Falar sobre minha trajetória enquanto militante é uma história muito engraçada, porque eu me pergunto, eu me questiono, eu fico nos meus pensamentos e buscando respostas sobre o que me levou a entrar na militância. Poxa, nunca ninguém me estendeu a mão quando eu estava na rua passando fome, correndo da polícia, apanhando dos marginais, ninguém nunca me estendeu a mão. Às vezes, eu me pergunto se o que eu faço hoje é o inverso do que eu recebi do mundo. Eu acredito que isso são coisas que vêm sendo implantadas por um ser superior que é Deus, é o que eu imagino que seja.

Na minha transição de identidade, eu fui presa para poder aprender a ser homem, eu fui espancada, eu fui abusada sexualmente. Eu era tudo o que as pessoas acham que hoje são histórias fantasiosas de uma travesti, mas, na verdade, essa é a minha história de vida. Foi o que eu vivi, porque eu sei o que é conviver em uma cela com nove homens, eu sei o que é tudo isso.

Então, assim, depois de tudo isso, de muitas lutas, prostituição, tudo isso e aquilo, eu decidi dar um rumo na minha vida. Conheci um rapaz que me tirou da prostituição e quis ficar comigo, mas eu passei a ver também que aquela vida, não era para mim, era uma vida muito submissa para quem já tinha dignidade, independência financeira e social, e aquilo já era o meu respeito para a sociedade, que na verdade é muito equivocado, pois não tem esse respeito.

Comecei a trabalhar em um salão. Aí eu lembro que um dia teve um encontro, se eu não me engano foi o III Encontro Regional Norte de Travestis e Transexuais do Estado de Rondônia. A menina que eu conheci, a Dudu, disse: *-mulher, vamos, vai ter o encontro de travesti e vai ser muito bom!* Aí eu, na minha cabeça, pensei: *mulher, eu não vou, porque eu não vou perder meu tempo olhando e ouvindo fresco falando que homem tem que entrar na igreja de véu e grinalda.* Eu não vou perder meu tempo com isso, porque não entrava na minha cabeça. Eu disse para ela: *- eu não vou.* Mas ela insistiu para que eu fosse conhecer, e eu, curiosa, aceitei. Fui, e lá eu conheci a Alessia Moura, conheci a Wedma de Manaus, a Keila Simpson. Quando eu vi aquelas travestis ali na frente e que não era travesti do gueto que eu vivia, eu disse: *- caramba! As bixas são do babado!*

Então, comecei a mudar minha forma de pensar sobre algumas coisas em torno da travestilidade, mas até o momento eu não pensava em movimento social, eu só pensava assim: se elas chegaram, eu preciso saber como elas chegaram e como se projetaram para estarem lá. Mas lembrando que a minha forma de pensar não batia com

muitas das coisas que elas falavam. Eu tinha o preconceito enraizado dentro de mim, eu precisava me desvencilhar de tudo aquilo. Eu tinha que me despir para poder me reconstruir novamente, aproveitando a minha história de vida, somando e fazendo da minha história de vida um alicerce para eu trabalhar no movimento social.

Foi assim que eu comecei no movimento social. Entrei na época na ONG, mas meu pensamento não batia com o pensamento da direção da instituição, cujas ações para as travestis tinham que ser somente através de gel, camisinha, esquina. Elas não tinham vozes nos lugares, porque eram vistas como burras, prostitutas, drogadas e/ou ladras. Era através desses rótulos que éramos carimbadas e julgadas. Por isso que eu discuto muito hoje em dia que as ONGs LGBT ganharam muito dinheiro em cima das travestis, porque eu, enquanto puta, só me entregavam camisinha e gel na esquina, e diziam: - *tu, fica aí que é teu lugar, mas tu não vem para cá que aqui é só para socialite.*

A partir desse encontro eu vi que não era assim. Eu podia estar lá e em qualquer outro canto. Então, isso foi me fazendo descobrir um outro lado para mim, pois eu estava muito cômoda, trabalhando no salão quietinha, bonitinha e passiva. Quando eu digo passiva, digo que eu era aquela pessoa que passava batida, aquela coisinha magrinha, aquela garotinha, mas quando eu entrei no movimento, tive meus contratemplos com a ONG de onde eu saí e fui para outra pior ainda. Fui para uma outra também que foi um horror, tudo isso porque a minha linguagem não batia com a das lésbicas, não batia com a do gay, porque era uma linguagem que eu ofendia a comunidade, ofendia a sociedade. Eu usava uma linguagem que precisava ser apagada, para ser reeducada, higienizada e clorificada.

Era dessa forma que as ONGs tratavam as travestis dentro do Movimento, e muitas ainda tratam até hoje essa população. Então, como eu nunca aceitei essa submissão, eu, uma ex-puta, ex-presidiária, como é que eu ia aceitar ser submissa de lésbica e gay onde eu só compunha aquela parte daquela sigla? Aquela letra estava completa ali, mas eu teria que ir para a mesa, ficar caladinha, sentar lá e somente balançar a cabeça e ficar confirmando: - *é isso mesmo!* Mas isso mesmo o quê? E a minha voz no campo da Saúde? E a minha voz na Educação? E a minha voz na Segurança Pública? Eu ficava onde? Eu era um fantoche para aquilo dali? Aí, foi quando eu entrei no movimento social e eu disse: - *epa! A partir de hoje, ninguém fala mais pelas travestis e transexuais, cada um no seu quadrado!*

Então, a minha entrada no movimento social é essa erupção vinda através da minha história de vida e não aceitando nenhuma submissão ao Movimento. Mas tive apoio de muitos gays fora de Porto Velho, como do Kiko de Belém, que criou o Projeto Rede de Proteção Humana (PRPH), que era um projeto de rede que englobava muita gente, e eu fui escolhida como representante daqui.

Assim, eu explodi de fato no movimento social quando eu fiz o primeiro pit-stop de travestis e transexuais do estado de Rondônia. Quando eu e a Alessia trabalhávamos no grupo *Tucuxi*, nós decidimos fazer um pit-stop, mas não sabíamos como proceder, aí o professor Kary Falcão me orientou. Só que também ninguém tinha me ensinado como funcionavam os trâmites para fazer algumas outras coisas, pois eu achava que o governo e o município tinham toda a obrigação de me conhecer e me dar tudo que eu precisava para trabalhar. Então, quando eu fui à Coordenação Municipal de Saúde, que na época era chefiada pela Márcia Mororó, eu cheguei lá e disse: - *olha, eu vou fazer um pit-stop, eu quero isso, isso, isso e te vira que eu quero isso*. No entanto, ela olhou para mim assim, junto com a Raí Lima, também uma pessoa maravilhosa, e falou: - *Karen vamos conversar, não é bem assim*. Eu falei: - *o negócio é o seguinte, eu sou travesti, eu não sou gay, não sou sapatão, o negócio comigo agora é diferente*. Aí elas: - *sim, mas tenha calma, vamos nos sentar, vamos conversar*. Então “tá”, eu me sentei e conversei. E, quando elas começaram a me explicar como funcionavam os trâmites e toda situação, eu disse: - *poxa! Como eu sou muito burra mesmo, vocês me desculpem, eu não sabia que era assim*.

Eu fui jogada nas pedras mesmo, eu tive que caminhar nas pedras, aprendendo, sendo atacada com essas pedras, pois eu não confiava em ninguém, porque ninguém nunca me deu confiança na vida. Então, depois do pit-stop, isso foi uma alavanca para mim dentro do movimento social. Aí Manaus me enxergou, São Paulo me enxergou, as travestis de outros estados também me enxergaram. Aí falaram: - *eita! Acertamos nessa daí na região Norte para representar Rondônia, então é essa que nós vamos querer*. Nesse sentido, veio a capacitação. Veio viagem para Brasília e para outros estados, e eu fui convidada para tudo quanto era evento a nível regional e nacional.

É importante ressaltar que eu tive duas entradas pelo movimento social: a primeira onde eu via a bandeira LGBT como a grande proteção, mas que na verdade não é, infelizmente não é; e a minha segunda entrada no movimento social veio pelo movimento aids. Pois foi quando eu comecei a perder amigos e amigas para o HIV/aids,

foi quando que eu comecei a analisar que eu não tinha como trabalhar o movimento social em suas especificidades dentro de cubinhos, eu tinha que trabalhar com um cronograma que incluiria todo mundo, sem querer excluir ninguém. Então, o meu movimento social, a minha fala com ativista e militante de travestis e transexuais é essa.

Assim a *Comcil* surgiu! Aí, gente, vou voltar um pouquinho para trás... como eu já não pertencia mais a nenhuma instituição, a última da qual eu fazia parte era o grupo *Tucuxi* - quando a gente fez o projeto *Espelho de Vênus*, e que eu trabalhei junto com a Alessia Moura no primeiro pit-stop – mas o Tucuxi fechou, então eu acabei ficando sem local e sem base institucional para trabalhar. Entretanto, as coordenações estaduais e municipais de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) já conheciam o meu trabalho.

O que tem a ver tudo isso com o surgimento da *Comcil*? Existem umas reuniões chamadas de Planejamento Anuais de Planos e Metas, mas eu não podia ter participação nos planos e metas porque eu não tinha CNPJ. Como eu sou *lesada*, eu falei para as coordenadoras: - *poxa! Mas eu faço um trabalho, eu preciso trabalhar com a população trans, será que eu preciso ter CNPJ para pegar camisinha, gel e folders? Eu só quero trabalhar com a minha equipe.* Então, em cima disso, eu sou criação de mulheres cis: da Márcia Mororó, da Ray Lima e da Eliana Mendes, que eram coordenadoras estaduais e municipais da saúde.

Foi quando eu conheci o Manuel de Brasília. Ele quem trouxe para Rondônia o planejamento para que as ONGs trabalhassem nos seus planejamentos anuais, nas suas ações e atividades, enquanto que o governo arcava com esse dinheiro que entrava, para podermos trabalhar. O que aconteceu na reunião do Plano? Foi discutido que eu existia, de fato, como travesti, que eu tinha o meu trabalho de fato com a população de travestis, e que eu precisava ser amparada.

A Eliana conversando com a Márcia Mororó falaram bem assim: - *bom, da mesma forma que às vezes a gente consegue apoiar outras instituições, outras pessoas que nos procura para ajudar, a Karen irá entrar em nosso cronograma, então do que ela precisar, de banner, flyer, panfletos, água, camisinha e gel, nós vamos dar para ela.*

Nesse sentido, surgiu a *Associação de Travestis de Rondônia (ASTRA/RO)*. Eu tenho até um vídeo tão pobrezinho, mas era tão rico naquele momento, da filmagem de um show que nós fizemos no Mercado Cultural, que foi justamente sobre a questão da aids, que não foi fácil lá dentro.

Aí veio esse show no Mercado Cultural, mas a gente só conseguiu realizar o show porque tivemos que gravar um CD-ROM e levar na Fundação Cultural para que eles vissem e analisassem que tipo de show era o nosso, para poder liberar o espaço com a certeza de que não teria a nudez, pois a Parada Gay já vinha trazendo a nudez todinha. Eles não queriam isso, pois havia acontecido um episódio na praça perto do estádio Aluizio Ferreira, no final da Parada Gay, em que um certo Gogo-Boy teria ficado excitado, então como eles não queriam mais que isso acontecesse, a Fundação Cultural pediu o vídeo do que iríamos apresentar.

Então eu falei: - *olha! A minha linha de trabalho não é essa, enquanto movimento social ASTRA/RO, nossa linha de trabalho é numa outra perspectiva!*

A *Comcil* surgiu justamente a partir da ASTRA/RO, com outro formato, pois nós fomos muito criticadas na época. Quando eu falei que nós estávamos saindo do gueto para a sociedade, alguns LGBT questionaram a gente dizendo *como vocês irão sair do gueto? Por que vocês vieram do gueto?* Foi quando eu respondi: - *eu vim do gueto, mas eu não mereço morrer no gueto, eu tenho direito de transitar em todos os espaços como cidadã por mais que eu volte ou retorne ao gueto.*

Por que surgiu isso? Porque eu observei que, quando a gente planejava trabalhar para a nossa população levando informação para ela, fechavam-se as portas, acabava a informação ali dentro. E, quando nós precisávamos realmente das respostas, era na unidade de saúde, na escola, na delegacia, mas nós não tínhamos nenhuma dentro do gueto que era delegada, professora, porteira, faxineira. Então, sair do gueto foi isso, sair da base que a gente havia preparado para outra base onde não nos conheciam, nem pessoalmente e nem por escrito, pois só mandavam o gel e a camisinha e se davam por satisfeitos com o “trabalho” realizado para a população de travestis e transexuais.

Quando a gente saiu do gueto foi justamente para que as pessoas conhecessem as nossas demandas e especificidades, pois nos conheciam como marginais e perigosas.

Aí, a Renata Evans entrou no grupo *Comcil* para colaborar com a parte cultural. Nesse sentido, começamos a modelar as nossas ações, e atividades sociais e culturais para que a estrutura do grupo se tornasse inclusiva e flexível com todas as situações. A partir dessa nova estrutura, começamos a ser convidadas para ministrarmos palestras, seminários e conferências em escolas, secretarias de saúde e outras instituições, ou seja, começaram a reconhecer o nosso trabalho a partir dos cuidados na saúde da população.

Mesmo com algumas dificuldades, e não tendo CNPJ, nós tínhamos planejamentos amarrados dentro dessas coordenações. Eu cansei de ouvir de outros militantes que a gente se vendia por um banner, mas era um banner que, num show e num local em que iríamos realizar um trabalho, servia para referenciar o que nós estávamos fazendo ali. Eu não tinha dinheiro para mandar fazer um banner, e, se recebíamos patrocínio, eu não iria me fazer de orgulhosa e não aceitar o produto, pois fazer movimento social também é isso. Então, a *Comcil* veio crescendo e se constituindo, porque somos muito abertos ao diálogo.

O nosso grupo é composto por pessoas travestis, transexuais, bissexuais, gays, lésbicas. Temos o alfabeto todinho, porque não tem como eu trabalhar para uma comunidade ou uma população se eu não tiver a junção de conhecimento de todas aquelas outras pessoas ali dentro. Nossa missão é tornar essas pessoas multiplicadoras de ações sociais, para que as coisas se expandam de fato e cheguem aonde tem a caneta. Ressaltando novamente, mesmo com as dificuldades encontradas, eu, enquanto coordenadora do grupo, sou grata às coordenações estaduais e municipais de IST/HIV/aids pelo reconhecimento do nosso trabalho, porque se não fossem por elas, nós não teríamos trabalhado remuneradas e tudo seria voluntariamente, sem nenhum centavo. Cansei de tirar dinheiro do meu bolso para pagar carro e gasolina para levar preservativos nos pontos de prostituição.

Então, quando eu saí do gueto era justamente para fazer isso. Como é que eu vou fazer um trabalho enquanto coordenadora e representante de uma classe para que eu te mantenha dentro daquele gueto? Como é que eu vou fazer um trabalho se eu tenho que levar um carro para fazer exames em você no ponto de prostituição? Eu não tô te tirando do gueto, eu não estou te fazendo a cidadã que você tem que ser.

Nós começamos a trabalhar de uma forma diferente, na qual você tem que ir para a Unidade de Saúde. Lá, eles também têm que saber quem você é, eles têm que saber que seu nome é Cláudia, é Larissa, independente do que está em seu RG e CPF. No ponto de prostituição, eles irão ver você ali, mas eu não quero que eles vão ao ponto de prostituição para somente entregar a camisinha e gel na mão de travestis e transexuais, eu quero ver a minha população trans dentro da Unidade de Saúde, nos consultórios do psicólogo, do clínico geral, do dentista, do psiquiatra.

Então, sair do gueto é tirar você do seu local de trabalho e você poder exercer sua cidadania como todas as outras pessoas heterossexuais exercem. Por que eu digo

isso? Nas secretarias, eles não vão levar o médico lá dentro do gueto, todo funcionário público vai à Unidade de Saúde, vai ao hospital para fazer tratamentos médicos.

Por que os nossos valores têm que ser invertidos? Por que eu tenho que te manter no seu cantinho? Por que o teu lugar é aí? “*Tu, não pode chocar o povo aqui*”, e, aí, chocar em quê? Eu não estou indo com rabo e nem de chifre, eu sou uma pessoa normal como outra qualquer, eu tenho direito de estar naquele espaço como qualquer outra pessoa.

Sair do gueto foi tudo isso, e a arte do ofício com a roupagem que a Renata nos trouxe fez com que a gente alavancasse muito mais ainda e muitas portas se abriram para a *Comcil*, apesar de muitas pessoas dizerem que eu ainda tinha um discurso muito ofensivo, um discurso muito apontador. Mas eu me surpreendo com os LGB que são estudados, e eu não vejo os mesmos falando pela população puta de rua, eu não vejo falando pela travesti pobre que mora na periferia, que mora embaixo de um barraco e que é mal atendida em uma Unidade de Saúde. Me desculpa! Eu estou mostrando um contexto de uma história e que eu não vejo na mídia, eu não vejo os LGB falarem de aids na televisão, dando a cara a tapa como a gente dá, eu não vejo convidando a gente para fazer pit-stop, convidando para irmos ao teatro, para fazer *lives*, eu não vejo convidando para estarmos na televisão. Eu não vejo os LGB estudados falarem de travesti. É uma identidade apagada, a nossa identidade é apagada, ela somente é usada por interesses no Movimento, mas nos invisibilizam.

Então, hoje em dia, eu, mesmo no estado de Rondônia, não aceito e não admito que uma travesti seja silenciada, porque a *Comcil* veio justamente buscando com o projeto *Espelho de Vênus* dar visibilidade para as travestis. Nós não precisamos de voz, porque nós temos vozes. O que precisamos é ocupar os espaços que são nossos de direito. É isso que a *Comcil* prega.

Houve um enfraquecimento. Realmente ele existiu pelo seguinte ponto: o Planejamento Anual com a participação das ONGs que trabalham com CNPJ, para conseguir financiamento pelo Estado, somente se efetua por meio de edital de projeto. Já quando é aprovado no município esse dá sua contribuição para as ONGs, mas fica com uma quantidade X. Aí quando você precisa de alguma coisa, você vai lá e eles repassam para a gráfica, caso sejam materiais como folders, banners e essas coisas todas.

Mas quando a gente voltava para o movimento social e via pouco trabalho de ponta e muita festa é como se esse dinheiro todo revertido, e em projetos sendo feitos, a gente não via grande expansão. Pelo menos eu, enquanto travesti, não via, e se via era para os gays. Nem para as lésbicas se via. Então, no meu ponto de vista, o enfraquecimento veio quando as próprias ONGs não conseguiram mais sair do mundo de Parada Gay e não trabalharam a base de inclusão e de voz ativa, porque tudo se resumia em Parada Gay, Parada Gay, Parada Gay... e aí? Cadê os outros projetos? E quando vinham outros projetos, se você parar para observar ou fazer uma pesquisa, o que você vai encontrar? Entrega de preservativos na esquina. Não é como fazíamos no Grupo *Tucuxi*, que a gente ia para dentro das escolas e faculdades. Não desmereço o trabalho do *Porto Diversidade*, que seguia a mesma linhagem do *Tucuxi*, porque a própria presidenta da *Tucuxi* foi para o *Porto Diversidade*, mas depois tudo se perdeu. Tudo era só para as festas, era miss beleza gay, miss *plus size*... que empoderamento era esse? Que projeto era esse?

Quando eu digo que eu não sou a favor de Parada Gay é porque acredito que o dinheiro gasto na Parada pode ser usado para pagar um médico para atender as travestis e transexuais, lutando por um ambulatório trans. Eu sempre briguei por isso, e brigo até hoje, porque são 100 mil, 200 mil, gastos em Paradas. Aí, no outro dia, é um monte de papel jogado no esgoto e a gente acaba ficando invisibilizada do mesmo jeito, porque é aquela velha história: *tá apanhando, mas tá feliz!* Que conversa é essa? Isso não entra na minha cabeça, sabe? Eu não consigo entender.

Então, houve um racha e esse racha se deu justamente por quê? Porque as cabeças não se encontravam num mesmo pensamento. Um egocentrismo porque eu sou melhor, eu faço isso, eu faço aquilo. Eu sou o gay que posso comandar isso, eu sou a lésbica que posso mandar nisso e você, travesti, o seu lugar é na esquina. Então houve um enfraquecimento. E, se a gente for rever o hoje, não vou desmerecer o trabalho que aconteceu, não vou desmerecer as conquistas que vieram com tudo isso, mas, internamente dentro do nosso quadrado, a história é exatamente essa. O apagamento da comunidade trans é tanto que na Parada Gay a gente só servia para estar de enfeite nos palcos.

As pessoas não aceitam que uma travesti esteja na frente de alguma coisa, porque ela é uma travesti. Não *tô* falando apenas de mim, mas como de outras que estão em destaque agora, eles não aceitam, por quê? Porque o machismo e a transfobia

continuam internalizados ali dentro. Aquele feminismo escroto. Quando dizem que *eu não aceito uma travesti falar, porque ela tem que ser ela, e tem que ser a puta da esquina, que quando abre a boca diz: 'eu sou uma pobre coitada'*. O que é isso? Portanto, hoje nós somos porta-vozes da nossa história, foi assim que nós conseguimos o nosso nome social, foi assim que conseguimos os nossos espaços.

Houve um enfraquecimento no movimento LGBT, e veio com a rachadura, porque não tinha mais submissão, não tinha ninguém mais para quem dizer *este movimento está unificado para cuidar dessas pobres coitadas que estão ali no inferno*. Não tem mais isso. A independência foi criada e quem foi chicoteada no passado hoje está tendo liberdade.

Há um contato com o Movimento de Mulheres (o *Coletivo Filhas do Boto Nunca Mais*) e a *Comcil*. Eu vejo que nós, travestis e transexuais, conseguimos que os nossos discursos se tornassem importantes para se criar vozes com essas outras mulheres, para que elas nos conhecessem e para que pudéssemos ver de que forma elas poderiam nos ajudar. Nós conseguimos essa junção no período eleitoral, mesmo num cenário tão obscuro como estava sendo. Foi, então, em 2018, que aconteceu essa junção, porque elas já entendiam que nós éramos excluídas do próprio movimento social que dizia que nos englobava.

Recebemos convites para participar de eventos com o Coletivo e, com isso, eu fui me lapidando em meus discursos e falas, começando a ter cuidado com certas falas em mesas. Comecei a prestar atenção no que eu deveria falar e no que eu não deveria, a hora de eu cutucar e a de eu não cutucar. Então, eu fui me reeducando para que eu tivesse a possibilidade, enquanto representante de uma instituição, de ser chamada para participar de outras mesas, para que as pessoas não tivessem mais medo daquela Karen barraqueira. Por isso que comecei a me reeducar.

A partir do momento que começaram a surgir, em 2018, plataformas de criação de ONGs de mulheres, eu comecei a observar que eu tinha que começar a me remodelar de forma diferente, para eu poder permear e fazer alianças com essas ONGs. Como disse anteriormente, eu iria sair do gueto para estar adentrando esses outros espaços. Se as portas estavam se abrindo, eu precisaria mudar algumas condutas que eu tinha, para estar atuando dentro destes coletivos, dentro dessas ONGs de mulheres que não tinham nada a ver com LGBT, apesar de que tinha a presença de mulheres lésbicas.

Por exemplo, a *Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá* (AMATEC), que nos convidou para estar lá dentro, é uma ONG de mulheres. O grupo *Comcil* sempre conseguiu ser mais amparado por ONGs de pessoas cisgêneras do que no próprio Movimento. Eu não renego a história e as conquistas do Movimento, eu não renego o apoio de outros gays e travestis que eu tive, mas nós tivemos que criar nossas estratégias, se não nós continuaríamos invisibilizadas e usadas pelo Movimento.

Mas eu fico feliz, hoje, em ver essa quantidade de grupos de mulheres que se formou em Rondônia, principalmente no período eleitoral de 2018. Isso nos fortaleceu mais ainda. Como é que eu vejo isso? Nós, travestis e mulheres trans*, começamos a ser vistas como mulheres e não mais como mulheres de pênis, mas como mulheres de fato, respeitando as nossas identidades de gênero e as nossas singularidades. Nesse sentido, foi justamente essa unificação que veio nos fortalecer, enquanto mulheres, em todas as esferas, municipal, estadual e federal.

Eu quero deixar aqui registradas duas situações de transfobia que eu vivenciei entre todas as outras: a primeira foi a escolar, quando eu estudava numa escola e, naquela época, você tinha que sair mais cedo, pular o muro para ir para casa, para não pegar carreira, tomar porrada, para não ser levada para o banheiro à força, para fazer sexo dentro do banheiro, no matagal ou nos fundos da escola. Todas as travestis daquela época devem ter passado por essas situações. Eu me lembro de que uma vez eu levei um *pisão* no pátio da escola, aí eu fui conversar com a diretora sobre esse problema. Eu não era trans ainda, eu ainda era uma gayzinha magrinha entre 12 e 13 anos. Naquela época xingavam a gente de mariquinha, viadinho, e, depois do fato ter ocorrido comigo no ambiente escolar, eu fui até à diretora e eu ouvi dela: - *mas se foi essa vida que você escolheu para você, são essas porradas que você terá que suportar em sua vida*. Isso veio de uma diretora de uma escola em que eu achava que seria protegida para ter um futuro melhor. Então, quer dizer que eu já fui podada com 12 anos sem nem saber o que eu queria da minha vida, só porque eu era afeminada eu já fui colocada à margem. Eu já fui ali espancada de várias formas, até eu chegar aos 14 anos. Mas eu mostraria ainda para esse povo transfóbico que eu iria seguir a minha vida e que teriam que me aturar. Por preconceitos eu me tornaria um marginal, tal como a sociedade diz. Eu fui para rua, morei na rua, quebrei a cara e briguei mesmo, mas fui aprendendo e reaprendendo com a vida.

A segunda transfobia que eu sofri, a que me deixou mais chocada, a que me deixou completamente no abismo sem fundo, num oceano negro, foi trabalhar em tantas campanhas, trabalhar em tantas reuniões, trabalhar em tantas mesas de palestras, sensibilizando, conscientizando e empoderando as pessoas para que elas conheçam de fato a população de travestis, transexuais e transgêneros, para que vejam quem somos nós, que atendam e olhem para a gente com outro olhar diferenciado, um olhar mais humano na vida de cada ser, de cada sujeito, independente se é travesti, transexual, mulher, negro, branco... Foi uma transfobia de descaso que eu sofri dentro de um hospital público, onde, para eu estar numa ala que é minha de direito, eu tinha que ter uma vagina, se eu não tivesse uma vagina eu não poderia estar numa ala feminina.

Então, os dois casos foram na educação e na saúde, porque a minha saúde mental hoje, ela é afetada por todos os traumas que eu tive, pelo que eu passei dentro desses lugares. E o que me deixou completamente dentro do abismo negro, devido a eu ter passado o dia todinho trabalhando na programação do evento desse local, é que eu passei a tarde todinha me programando para falar sobre inclusão, sobre qualidade de vida e sobre a qualidade de ter um paciente trans dentro da unidade de saúde e eu, por pura ironia do destino, quando eu caí, fui jogada dentro de uma lata de lixo. Essas duas situações eu quero deixar marcadas. A transfobia por parte da polícia nem se fala, porque era o que tinha àquele momento mesmo, mas eu falei isso por quê? Educação e saúde! E quando a pessoa se suicida vem dizer que é falta de Deus, mas você tem que ver quantas vezes você botou bala naquela arma e tu mesmo ajudaste a puxar o gatilho, e quantas vezes você enxugou o teu rosto com a tua toalha toda suja de sangue daquele que você ajudou a matar.

Com todas as lutas, dificuldades, com todas as barreiras, questões políticas e ideológicas, nós tivemos avanços, a gente não pode jogar tudo dentro de um saco preto, pois não é justo. Existem pessoas e pessoas. O diálogo transforma muito a nossa concepção para o respeito ao próximo, porque todos nós temos preconceitos. Mas quando nós começamos a conhecer o outro melhor, quando nós começamos a dialogar, a gente olha assim, já pensa uma coisa bem básica para a gente ter noção. Tem hora que você está no canto, aí a gente vê uma pessoa chegando e aí pensamos: *vixe, lá vem aquele demônio, aquilo deve ser o cão*; aí quando a pessoa chega para você e diz: - *bom dia! Boa tarde!* Você já se sente bem enquanto ser humano pela pessoa que te cumprimenta.

Houve avanços por meio do Movimento LGBT. Uma coisa que eu citei numa *live*, por exemplo, quando eu levei as meninas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para fazer a retificação no título de eleitor. Neste dia, parecia que o povo estava recebendo a gente para uma festa. Por mais que eles estivessem com algumas dificuldades e dúvidas, vinham me perguntar como proceder e pedindo ajuda, por quê? Porque são pessoas que assistem a jornais, que talvez tenham um vizinho, um colega ou um parente trans. Porque é muito bonito quando você fala que tem um amigo gay, principalmente, quando se trata de gay heteronormativo. *Tá ótimo!* Ele é passável, mas, e quando é uma travesti? Então, no âmbito das conquistas, tivemos esses resultados muito bons para a nossa população trans.

Entretanto, na Receita Federal nós tivemos embates. Nós tivemos alguns problemas por causa da falta de acolhimento e sensibilidade no atendimento da população trans, mas assim, em Rondônia, nós temos que evoluir bastante em cima dessas questões. Para que essa evolução venha, o movimento social tem que mudar sua forma de trabalho, suas condutas, e saber de fato para quem ele está trabalhando. Que saiam do seu umbigo, porque quando eu falo de aids, vêm me questionar pelo telefone qual é o meu CD4 e onde faço o meu tratamento. Então, as coisas só irão acontecer, na verdade, quando todos se unificarem e brigarem pelo coletivo completo. Enquanto isso não acontecer, o estado de Rondônia não evoluirá nunca, porque uma pessoa só não faz verão.

Portanto, eu desejo que as pessoas façam o que Jesus diz: *ame o próximo como a ti mesmo*. Eu acho que só isso já basta porque quando se tem amor existe respeito. Para as pessoas trans em Rondônia: meninas e meninos, nós estamos em pleno século 21. Eu venho, bem dizer, de um século passado, e a mensagem que eu deixo para todos e todas, não só LGBT, mas eu incluo também a família, é a seguinte: nunca é tarde para a gente recomeçar, a noite vem para a gente descansar e refrescar a memória, para que no outro dia a gente comece novamente a luta. Desistir nunca, tentar sempre e que a gente pegue os não que a gente recebe na vida e as pedras que são atiradas contra nós. A gente pega essas pedras e constrói um castelo e com os não construímos os nossos degraus, porque lá em cima você sobe e escreve: *sim, cheguei, e aí?*

6.3. Alessia Moura: “Eu compreendo meu lugar, meu papel, o meu compromisso social”

Figura 92 – Fotografia de Alessia Moura



Fonte: Moura (2023).

Meu nome é Alessia, sou psicóloga e sou mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Eu sou militante há bastante tempo no Movimento LGBT. Vivencio a transexualidade, pois eu sou uma mulher trans. Sou redesignada sexualmente. Na minha vida acadêmica eu pesquiso temáticas relacionadas à experiência trans.

Eu nasci numa família de classe média. Meu pai era dentista militar, viúvo, e antes de ele se casar com a minha mãe, ele já tinha 5 filhos. Aí ele se casou com a minha mãe, e nasceram eu e minha irmã. Hoje, com muitas leituras, eu sei que gênero é uma construção, mas se me perguntassem antes, eu diria que eu nasci me sentindo mulher. Desde muito pequena, eu sentia um estranhamento, talvez porque, como a minha família tem essa dinâmica de meu pai ter sido um militar, havia regras muito rígidas em casa. As meninas tinham uma determinada regra a cumprir e os meninos, outra. Talvez fosse por esse binarismo dentro da minha família que já era muito marcado. O estranhamento veio muito cedo e com ele a vontade de estar junto com as

minhas irmãs, pois os quartos eram separados. A minha infância foi caracterizada por gostar de brincar com os brinquedos de minha irmã gêmea e pelo fato disso ser proibido, e eu ter brincado às escondidas, é que eu me percebo como menina desde muito cedo.

A escola, como a família, são instituições marcadas por esse binarismo. E, quando foi mandado eu ocupar determinados espaços, eu sempre me senti desconfortável e preferi ocupar lugares femininos. Então, assim, se eu fosse achar, eu diria que eu *nasci mulher dentro de um corpo de garoto*. Essa sempre foi a frase que eu falava antes, já hoje sei que não é bem assim. Isso foi um conflito muito forte na minha vida, até porque na minha família as palavras homoafetividade e homossexualidade não existiam. Eu não sabia nem o que eu era, eu não sabia nem o porquê era proibido menino brincar de boneca, eu não sabia por que eu teria que andar igual menino, falar mais grosso. Eu não sabia o porquê das pessoas perguntarem para minha família: é uma *menina?* Os meus pais ficavam com raiva, principalmente meu pai, que ficava chateado e me agredia. Então, eu tive uma infância muito marcada por esse conflito em não conseguir desempenhar o papel de menino.

Na adolescência, entre os 13 e 14 anos, se tornou insuportável para eu continuar vivendo com essas pressões, porque eu realmente não conseguia “falar como homem”, “caminhar como homem”, eu não conseguia. E, frente a essa pressão, eu falei para minha mãe, falei para minha família, que eu me sentia menina e que eu queria ser menina. Então comecei a transitar de um gênero para o outro. Comecei a transitar na adolescência mesmo e paguei o preço como todo mundo paga.

Durante a minha transição, a minha família não sabia como apoiar. Não que eles não me apoiaram, era outro tempo. Estou falando de uma década que aqui em Rondônia, e não sei se era comum, mas não tinham pessoas trans tão jovens ou eu não conhecia. Sofri várias sanções dentro da família, na sociedade, mas tinha uma compensação, na qual eu dizia *Nossa! esta sou eu mesma*. A satisfação de estar sendo você mesma te leva a superar os obstáculos.

Aos 20 anos, fui morar no exterior e fiz a redesignação sexual na Tailândia (2006) e, quando voltei ao Brasil para retomar a minha vida, aqui em Porto Velho, foi quando eu me encontrei... um pouco perdida. Até aquele momento com pouca experiência profissional, eu só tinha experiência como cabeleireira e, nesse processo, tinha algumas ONGs se organizando. A ONG *Tucuxi*, antigo grupo *Camaleão*, que era

um grupo de amigos que eu conhecia, amigos muito próximos, tinham fundado a ONG *Tucuxi* e me convidaram, assim como convidaram uma outra amiga travesti, a Karen, para entrar no grupo, para a parte de representatividade de transexuais e travestis. Àquela época tinha essa divisão no Brasil, pois existia um movimento social só de transexuais que pleiteavam o processo transexualizador no país.

Eu retornei ao Brasil em 2006, e, quando eu cheguei, estavam ocorrendo eventos organizados específicos para travestis e para transexuais em Porto Velho. E, aí, me chamaram de última hora para eu falar sobre a minha experiência. Lá encontrei algumas amigas que estavam no movimento ou estavam conhecendo o movimento, isso em 2007. A Karen era uma que estava conhecendo o movimento. Também tinha a Renata Evans.

Nesse evento que ocorreu, eu falei sobre a minha história, sobre a minha experiência, sobre a transição, como era a minha vida e como eu me sentia. Era um período que era por identidades, pois essas lutas por reivindicações giram em torno das identidades e, naquele momento, existia uma identidade travesti, que tinham pautas específicas, e, também, tinha uma identidade transexual. Eu era bem leiga sobre o movimento, já que eu não sabia nada sobre o assunto, eu só sabia sobre as minhas experiências. A partir desse evento, comecei a ser convidada para participar de outros, e aí fui convidada para entrar na ONG *Tucuxi*.

Comecei a entender que, a nível de Brasil, existia uma espécie de colegiado. Existia a ABGL (Associação Brasileira de Gays e Lésbicas), que fazia uma militância abrangente em nome de toda a comunidade LGBT, mas tinha a *Liga de Lésbicas*, tinha um grupo só de gays, um grupo só de travestis e um grupo só de transexuais. Essas instâncias abaixo da ABGL não filiavam pessoas, filiavam ONGs e tinham instituições que precisavam ter representantes, ou seja, a ONG *Tucuxi* precisava ter representantes - travesti, transexual, gay e lésbica - para o movimento LGBT aqui ter voz.

E por que era tão dividido o movimento? Em 2005, eu vou falar o que eu conheço, que é sobre o coletivo de transexuais. Nesse ano, foi fundado o *Coletivo Nacional de Transexuais*, que era um grupo de mulheres trans, que tinha como pauta específica a cirurgia de redesignação sexual. Existe uma identidade construída, perante o saber médico, para que esse processo transexualizador seja implantado. E, na época, era muito importante, inclusive todos os protocolos médicos, para que o processo transexualizador buscasse identificar a sujeita trans diferente da travesti. O que é

totalmente errôneo, já que é um protocolo marcado por estereótipos de mulher que não existem mais, é um estereótipo de uma identidade absurdamente patologizada. A identidade trans continua sendo vista como uma pessoa que se sente mulher e que rejeita os órgãos genitais. Então, não existia o processo transexualizador no Brasil e precisava de uma política para isso.

No Brasil, estava acontecendo essa articulação dessas mulheres específicas que desejavam fazer a cirurgia de redesignação sexual. Eu estava em Porto Velho e fui convidada por essa ONG para coordenar junto com a Karen o *Projeto Espelho de Vênus*, que era um trabalho voltado para o empoderamento de travestis e transexuais e tinha cunho em prevenções na área da saúde, além do teor político. Em 2007, eu fui convidada pela ONG *Tucuxi* para ir a um evento que aconteceu no Rio de Janeiro, um evento de mulheres transexuais e mulheres lésbicas. E foi nesse evento que eu conheci o coletivo de transexuais. Logo fui convidada para participar desse coletivo e passei a representá-lo na região Norte.

Dentro da nossa realidade portovelhense, a gente nunca conseguiu separar as duas militâncias, porque elas estão juntas. E já estavam juntas, porque hoje dentro da militância não existe uma militância de transexuais ou somente de travestis, porque as pesquisas estão aí e elas nos mostram que as mulheres trans podem ou não rejeitar o pênis, já que as discussões são hoje em torno do uso de seus órgãos genitais na relação sexual. A identidade travesti passou a ser, portanto, mais uma identidade política. Colocar-se como uma travesti hoje é uma questão política. Aceitar uma identidade rejeitada pela sociedade é transformar aquilo que é um insulto em algo político. Assim que o *Coletivo Nacional de Transexuais* fechou, conseguiram o processo transexualizador e, então, não precisavam de uma identidade fechada, não precisavam mais existir.

Eu consigo enxergar uma evolução nos movimentos e acho que foi de uma sabedoria enorme fazer o jogo político para poder ganhar alguma coisa. E, depois, quando você consegue, não precisa mais construir essas barreiras.

Eu não sei se tenho contribuído para a militância. Porém eu acredito que a forma que eu tenho contribuído na luta contra a transfobia é ocupando os espaços que me são abertos e me colocando enquanto mulher transexual nesses espaços. É, certamente, uma coisa que eu não precisaria estar fazendo, mas afirmar minha identidade de gênero, apontando todos os privilégios que eu tenho, de ser lida como branca, de eu ter uma

rede de apoio, que me permitiu e me permite chegar a alguns lugares, é uma forma de apontar nesses espaços o quanto existe uma estética e o tipo de trans que é muito melhor recebida do que outras. Quando a gente ocupa esses lugares de maneira consciente, enfatizando politicamente qual é o seu lugar e de onde você vem, eu acho que já é uma ação política e mostra o quanto o “cistema”, com C mesmo, é violento e excludente. O fato de ser eu, uma pessoa de pele clara, ser a primeira trans a se graduar em Psicologia, nos revela muito, revela os privilégios que me levaram a estar ali.

Eu entendo a transfobia como uma ação violenta que lhe é direcionada, uma ação que te agride, uma ação real. Eu percebo que tem alguns lugares que me colocam mais do que em outros, por exemplo, quando *vamos falar de transexualidade, ah, tem Alessia; ah, vamos falar de homoafetividade, ah, tem a Alessia; ah, vamos falar de psicanálise*, um exemplo. Não é a Alessia, mas sim outros e outras profissionais convidados e convidadas para falarem sobre a área.

Na minha vida inteira eu sofri várias transfobias, muitas delas antes da cirurgia, mas, mesmo depois, eu já vivenciei e vivencio alguns processos transfóbicos, inclusive dentro do próprio Movimento. Antes da cirurgia, na questão dos documentos. Acho que é comum tanto para travestis quanto para transexuais. Na questão de cor, cor pra mim é privilégio, por ser branca eu sou privilegiada, eu não acredito em racismo reverso, é uma falácia, temos, portanto, é que ter consciência de que as nossas irmãs negras sofrem muito mais, pois quando uma mulher negra defende o direito dela, ela está defendendo o meu direito também, se uma mulher trans negra defende o direito dela, ela defende o meu e o das mulheres negras.

A transfobia que percebo que eu sofro hoje... Um exemplo: eu procurei, recentemente, uma vaga de emprego, onde eu soube que estavam precisando de psicólogos em uma clínica. No anúncio, vi os critérios e eu estava dentro do perfil. Mandeí meu currículo para tentar entrar na vaga. Durante a entrevista estava indo tudo bem, aí a pessoa falou assim: - *eu te conheço de algum lugar*. Aí eu falei onde eu morava, e então ela disse: *ah, tu não morava na rua tal? Filho de fulana?* Aí eu confirmei, aí ela: - *ah, eu sei quem tu és*. Resultado, acabou aí a entrevista, ela não disse o que aconteceu, mas na minha leitura quando ela disse que eu sei quem tu és, eu captei que ela queria dizer, *eu sei que tu és transexual*, na interpretação que eu fiz daquela situação, onde ela conhece o meu passado. Nesse sentido, eu não consegui a vaga. Pode ser que eu tenha feito uma leitura errada, mas eu me encaixava no perfil da vaga, e o

fato de eu ter 44 anos de idade, dentro da Psicologia, não é uma questão negativa, ela é positiva, pois as pessoas constroem mais vínculo, pois o cliente acredita que você tem mais experiência e que você vai compreendê-lo mais.

Outra situação geradora de conflitos transfóbicos se dá a partir do senso comum no e do meio LGBT, em que pessoas que fazem a cirurgia têm a sanidade mental sempre questionada: *ah, operou, é louca, vai ficar louca, tem ou não tem orgasmo, etc.* São sempre esses questionamentos invasivos acerca da privacidade que, a meu ver, são ações transfóbicas.

Pessoas trans nunca acham que estão sendo transfóbicas, pois o fato de eu ser trans me respalda que a minha fala não seja transfóbica, mas pode ser ao contrário, pois dentro de nós, somos sujeitos históricos, somos seres construídos dentro de uma sociedade que é preconceituosa, racista, transfóbica e homofóbica. E todos esses elementos são estruturais e estruturantes, ou seja, dentro de cada um existem esses elementos enraizados.

Eu consigo perceber, ao longo dos anos de luta e vivência política, que está ocorrendo uma higienização da transexualidade na nossa sociedade. Quando eu falei das diferenças entre o movimento de travestis e o movimento de transexuais naquele período, de 2005 a 2008, se construiu no imaginário e/ ou no senso comum, que, mesmo com as pessoas passando a ter informações que antes eram somente de conhecimento do médico, de psiquiatras e psicólogos, essas mesmas pessoas passaram a entender que as mulheres transexuais eram mais educadas, eram mais aceitas, que ser transexual é muito melhor, mais higiênico e muito mais bonito do que ser travesti.

Compreendendo a demanda da política, ok, mas como se reverberou no senso comum esse pensamento! Então, é muito melhor eu chegar e assumir, hipocritamente, uma identidade de mulher transexual, mesmo, por exemplo, eu não sendo uma trans, porque eu vou ser mais bem aceita, devido às pessoas acharem que eu sou mais educada, que não é “culpa” minha, aí é que tá. A percepção do senso comum é que a travestilidade é algo voluntário, um desvio moral, e a transexualidade não, as pessoas acham que temos distúrbios provados cientificamente e aí é como se fosse um processo de higienização de uma identidade. Então, é muito bacana que o movimento transexual tenha se dissolvido e que hoje temos diversas formas de transexualidades, pois não existe apenas a transexualidade que eu vivencio, existem outras vivências, são múltiplas, não é só uma.

Em Rondônia não tem políticas públicas específicas para pessoas trans, o que existem são militantes que reivindicam, pessoas que lutam em prol da agenda trans, mas não existe nenhuma política pública, porque nós estamos em um estado terrivelmente evangélico, e, talvez, com uma bancada evangélica na política muito grande, cheia de machistas, muito transfóbica e homofóbica. Eu não sei de nenhuma política estadual para pessoas trans, pois as políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, foram gestadas a partir da saúde, através das questões do HIV/aids. O debate sobre o uso do nome social surgiu para incentivar pessoas trans vivendo com o HIV a procurarem seus tratamentos, pois elas não estavam procurando tratamento e aí começaram os questionamentos dos porquês que elas não estavam indo atrás da assistência médica, então começaram a reparar as questões do nome social. Quando as políticas públicas são desenvolvidas pelo viés da saúde, eu acho que o Estado está te dando uma informação de como ele te vê, de como ele vê as travestis e transexuais, que é como se fôssemos pessoas doentes, porque as políticas públicas para este segmento foram iniciadas pelas coordenadorias de HIV/aids.

A única política pública para pessoas trans que não foi pelo viés da saúde foi a legalização jurídica do nome social realizada pelo Supremo Tribunal Federal recentemente. Mas o que eu penso a respeito disso? Foi ótimo que o STF decidiu dar o direito para as pessoas trans de retificar o nome e o gênero nos documentos, desburocratizando-os, ou seja, você pode ir direto ao cartório onde você foi registrado e fazer as alterações.

Eu comparo isso com a abolição da escravidão no Brasil, em que a princesa Isabel, “linda e loira”, foi lá, assinou a Lei Áurea, e a partir de agora *vocês estão livres e se virem*. No entanto, a nossa população trans está marginalizada em nossa sociedade há séculos, pois a transexualidade não começou na década de 1950 ou 1960, o trânsito de gênero sempre existiu, sempre esteve presente e temos relatos do período colonial no Brasil. Então, nesse país, em termos de políticas, estamos atrasados, e é necessário um reparo, é necessário que se criem outras políticas públicas e ações afirmativas para a população trans, por exemplo, cotas na universidades, acesso a empregos e muitas outras ações políticas de extrema urgência para travestis, transexuais e transgêneros.

Eu compreendendo o meu lugar, o meu papel, o meu compromisso social. Eu quero estar construindo conhecimento, fazendo que a nossa voz, nossas histórias e nossas vivências cheguem às universidades, para que possamos entender e que nós

tenhamos as rédeas de nossas vidas, que tenhamos autonomia sobre os nossos corpos. Porque eu acredito que para construirmos uma nova realidade, primeiramente é necessário um empoderamento trans, construir outros sentidos e significados para a transexualidade e travestilidade, e que nós podemos agora em termos de conhecimento, em termos de teoria, da teoria trans, da teoria afirmativa de nossas identidades, poder nos ajudar.

Nesse sentido, eu penso em continuar pesquisando e auxiliando na construção do conhecimento positivo que produza efeitos para a nossa população e apontando essas interseccionalidades.

Entretanto, é difícil pensar numa mensagem que motive as pessoas trans, pois estamos em um estado que é extremamente homofóbico, transfóbico, sem termos políticas públicas. As pessoas trans que sobrevivem e as que conseguem passar pelo processo de escolarização seguem construindo negociações e burlando o “cistema”. Os corpos de pessoas trans dentro das escolas não são discutidos, não são conversados, elas estão ali, mas tem toda uma estrutura fingindo que elas não existem. Cada vez mais a classe dos professores está sendo perseguida e os que querem falar sobre gênero e diversidade estão sendo pressionados a não levantarem essas discussões em sala, corroborando para uma continuação da hegemonia cisheteronormativa.

Então é difícil motivar alguém neste estado. Mas, mesmo assim, eu acredito que nós precisamos olhar para as nossas outras irmãs. Eu acho que, se hoje, olhando para trás, para a Alessia jovem, a que teve o privilégio de conhecer, naquela época, trans que estavam vivas e que eram mais experientes, então, eu posso pensar que as nossas irmãs trans possam também ser capazes de construir algo melhor para todas. Como eu posso motivá-las? Compreendendo que juntas podemos construir um espaço no agora, juntas em nossas lutas pelo melhor no agora para exercemos a nossa cidadania. Parece que não é importante isso hoje, mas é. Quando elas estiverem com os seus 30, 40 anos de idade, e eu espero que um dia aumente a expectativa de pessoas trans, de que saia dos 35 anos, aí, sim, tudo isso terá mais sentido.

6.4. Breno Vinícius: “Novos caminhos e espaços de visibilidade para a juventude LGBTQIA+ em Porto Velho/RO”

Figura 93 – Fotografia de Breno Vinícius



Fonte: Martins (2023).

Meu nome é Breno Vinícius, tenho 24 anos e sou natural de Porto Velho/Rondônia. Me formei em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Sou homossexual e um homem cis. Faço parte do coletivo *Somar*, um coletivo LGBTQIA+ que fica na cidade de Porto Velho e que surgiu em 2019.

Eu nasci em 1995 e sempre tive aquele pensamento de que um homem não poderia ser gay. Uma vez me apontaram na rua e disseram: *aquele ali é gay*. Eu tinha entre 4 ou 5 anos de idade, e com um tempo eu vi que aquilo era ruim. Começaram, então, a me chamar de bichinha e gayzinha na escola, e isso me marcou muito. Você ser homossexual é uma característica, assim, em relação à orientação sexual, e você, em sua infância, ser chamado de gay? É uma violência, uma homofobia desde cedo.

Meus pais e meu irmão também são portovelhenses. A gente não teve uma vida ruim, somos de classe média, sempre tivemos os nossos regramentos e nossos limites

com relação a gastos. Meu pai, como era professor da educação básica e do ensino superior, sempre quis dar o melhor para mim, tanto que estudei em escola particular, com muito esforço. Assim como minha mãe que sempre me ajudou para eu ter um bom futuro.

Meu pai faleceu quando eu tinha 16 anos e desde então moro somente com minha mãe e meu irmão (mais novo do que eu). Bem, com relação a eu ser gay, foi um processo de descobrimento com o qual tive conflitos durante todos os meus 24 anos, principalmente porque meu pai queria que eu fosse o orgulho da família e valorizei muito isso.

Eu já era pressionado pelos meus pais, então dá para perceber que desde criança eu sofri dessa violência de todos os lados. E eu fui tentado a cortar esses aspectos que me deixavam desconfortáveis com a minha sexualidade. Então, quando eu descobri que eu era gay entre 11 e 12 anos, eu passei a agir como heteronormativo, tanto que, até hoje, eu ainda tenho alguns aspectos da heteronormatividade, mas estou me desconstruindo a cada dia.

Eu fiz Direito, mas, na verdade, antes de eu ingressar na Universidade, eu não sabia o que eu queria cursar, aí eu fiz o vestibular da UNIR. Em 2014, já se falava do atual presidente, aí um amigo me perguntou se eu tinha visto um vídeo que estava circulando na época sobre o #EleNão, e eu respondi, *sim, um horror né?* E meu amigo discordou de mim, concordando com as falas absurdas dele, e aquilo me doeu. Mas, até então, eu levava toda a situação como piada, pois até então era em programas humorísticos de TV, porque aquele era o deputado que não fazia nada, só falava asneiras. Nesse sentido, eu comecei a me distanciar desses tipos de amigos e comecei a me sentir sozinho com relação a isso.

Depois de certo tempo, aconteceu outra situação na Universidade, no curso de Direito, onde um professor fez um discurso falando de uma palestrante que participou da Semana Acadêmica de Direito, uma professora renomada que trabalhou as questões dos direitos de mulheres em relação ao direito do aborto e saúde da mulher. Então, ele falou que a professora era uma abortista e outros termos pejorativos e uma amiga de sala entrou em debate com ele a favor da professora. Gravaram áudio e vídeo dessa discussão e acabou vazando esse áudio e vídeo, que, inclusive, foram parar no programa *Fantástico*. E, aí, foi aberta uma sindicância pela qual o professor foi processado pela

palestrante por ele ter feito discurso transfóbico e lesbofóbico contra a palestrante e contra todo mundo que estava em sala.

Entretanto, a palestrante precisava de pessoas para depor em favor dela e, com 50 discentes na minha turma, ninguém quis ir. E aí ela chegou a falar comigo e fomos eu e uma amiga depor. Fomos intimados a depor na Universidade e, quando eu entrei em sala, o professor estava também. Então, tive que falar para a comissão e na frente dele tudo que ele tinha feito a partir do meu ponto de vista. Falei na frente de todos ali presentes que o discurso dele foi transfóbico, chamando a palestrante de travesti e outros termos horríveis e ele foi me contestando. Foi uma das primeiras formas de constrangimento que ocorreram em minha vida. Ele ficou impune. Mas, quando terminei o depoimento e saí da sala, refleti sobre toda aquela situação e decidi: o que eu puder fazer pelos direitos das mulheres e dos LGBTQIA+ farei, de estar junto, de ajudar e de fazer parte.

Com o passar do tempo, na graduação, fui aprimorando meus conhecimentos, participando de eventos sobre as temáticas de diversidade sexual em parceria com a OAB e outros eventos organizados por coletivos. Em 2018, eu fiz parte do Centro Acadêmico de Direito da UNIR, onde eu fazia questão de dizer que eu era homossexual. Eu era vice-presidente do Centro Acadêmico e eu queria estar ali, fazer eventos.

Nesse espaço organizamos o primeiro ciclo de debates sobre lutas sociais, no qual teve o debate sobre as lutas feministas, indígenas, do movimento negro e as lutas LGBTQIA+, que foi, justamente, o primeiro debate que eu medie de fato, em que convidei várias pessoas que trabalham em prol dessas lutas sociais. A partir daí, decidi que era o que eu realmente queria para mim, continuar fazendo eventos com essas temáticas. Depois desse primeiro ciclo de debates, fui convidado para participar de outros eventos sobre direitos LGBT.

Em 2019, acabei fazendo o meu TCC sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia. Eu queria muito pesquisar sobre esse tema, o que ocasionou alguns retornos a eventos. A partir desse meu trabalho, recebi convites para falar sobre o assunto, pois eu não queria que o meu TCC fosse apenas para cumprir as obrigações acadêmicas; eu queria, portanto, continuar o debate fora da Universidade.

É a partir daí que o coletivo *Somar* foi gestado de um projeto chamado *Embaixadorxs* que faz parte da ONG *Todxs* de São Paulo. A instituição estava desenvolvendo um projeto de recrutamento de lideranças LGBT, ao qual eu me

candidatei representando Rondônia. As atividades ocorreram de forma online no segundo semestre de 2019, através de oficinas com lideranças LGBT de todo o Brasil, nas quais tivemos formação teórica e criações de projetos estruturados e voltados à comunidade. Passei por uma entrevista, na qual tínhamos que propor um projeto para a comunidade LGBT em nossa região. Nesse sentido, eu tive a ideia de criar uma proposta pensando nas especificidades da nossa realidade local, no tocante à ausência de discussões, estudos, encontros e rodas de conversas com a juventude LGBT de Porto Velho, sobre as nossas vivências e experiências contra as opressões que sofremos diariamente.

No final de novembro do mesmo ano, me desloquei até São Paulo para o encontro e conferência nacional das/dos participantes do Projeto. Aí cadastrei o coletivo *Somar*. Convidei alguns amigos para participarem, pois sozinho eu não conseguiria fazer o coletivo e, no final de 2019, apresentei o projeto em São Paulo. Logo começamos a nos reunir aqui para dar início às discussões do andamento de nossas ações, afinal, quais as atividades que o coletivo poderia estar realizando, da melhor forma possível, para trazer o que a gente mais sente falta: jovens LGBT atuando na luta contra as opressões que sofremos em nosso cotidiano e formando uma nova geração LGBT em Porto Velho?

Nesse sentido, eu entrei em contato com outros coletivos atuantes na capital. O primeiro foi o Grupo *de Estudos Feministas Marielle Franco* (GEFEM), onde eu conversei com a coordenadora sobre a constituição e a atuação do grupo para eu ter uma dimensão de como construir o *Somar*. E o coletivo *Afront* que tinha ações e pautas do movimento negro e que tinha algumas situações em que a gente se espelhava através das redes sociais.

Então, eu tinha essa vontade de continuar fazendo eventos fora da Universidade e, também, que tivessem mais pessoas disponíveis. Eu tinha certeza de que eu iria conseguir dar prosseguimento no debate, porque tinha muita gente nos eventos, que esses eram organizados e tudo mais, mas não tínhamos um coletivo que realizasse periodicamente, ou a cada mês, eventos LGBT. Sempre era algo isolado.

Eu cheguei a procurar diversas vezes nas redes sociais atividades voltadas para os LGBT. Pesquisei movimentos que estavam ativos, por exemplo, o Grupo *Gay de Rondônia* (GGR), mas eu não sabia o que eles estavam desenvolvendo e onde era a sede

da instituição. Eu acho importante a atuação da militância nas redes sociais, por exemplo, *Facebook*, *Instagram* e outras.

Em Porto Velho, temos dificuldades com atuações e divulgações de algumas informações ou ações do movimento LGBT e da história do movimento LGBT em Rondônia.

Em 2019, embora tenhamos feito várias reuniões, nós passamos por algumas dificuldades, pois nós do *Somar* não tínhamos experiências nenhuma de coletivos ou movimentos sociais. Surgiram dúvidas nas pautas que iríamos debater. Houve também a preocupação com a questão do espaço para as rodas de conversas, e de como as pessoas se sentiriam acolhidas no nosso coletivo.

O nosso primeiro evento, de fato, foi em fevereiro de 2020, onde fizemos o seminário sobre visibilidade trans. Foi uma amostra de filmes e debates que fizemos em parceria com o SESC. Nesse sentido, moldamos o nosso projeto para que ele não ficasse tão monótono e cansativo. Pensamos numa questão lúdica, trazendo o público para o debate a partir de oficinas, filmes e músicas sobre a temática específica, não só para entreter, mas também conscientizar melhor as pessoas. E, a partir daí, começamos a fazer nosso plano de trabalho semestral e, mesmo com algumas dificuldades, conseguimos nos estabelecer para dar continuidade às ações do coletivo *Somar*.

Em relação ao Movimento LGBT local, tivemos algumas dificuldades. Um dos fatores é a ausência de visibilidade, pois não temos em que nos espelhar. É claro que existe, eu não estou afirmando que não existe, mas a gente queria trabalhar com um público mais jovem ou de nossa idade e que fosse mais atuante em eventos, nas mídias e/ou redes sociais. Nós não tínhamos em quem nos espelhar, porque tínhamos dúvidas no início, tipo: o que devemos postar? Como devemos postar? Como a gente consegue pessoas? Como a gente faz a nossa imagem?

Então fomos buscar referências em outros estados e cidades. Também conversamos com outros movimentos aqui da cidade, como por exemplo, um coletivo negro e um coletivo feminista que tinham atuações que pretendíamos ter. Concomitantemente, a gente também percebia que não havia um movimento organizado que poderíamos convocar, digamos assim. Em 2017-2018, eu pude acompanhar a polêmica da criação do Conselho Estadual de Políticas Públicas para LGBT. Nesse conselho vários LGBTs foram e apareceram na câmara. Até teve uma manifestação em

favor do Conselho LGBT no Mercado Público, mas eram pessoas espalhadas que estavam em várias atuações distintas, ou seja, não era um grupo fixo.

E, atualmente, a maior reunião de LGBT aqui em Porto Velho são as festas LGBT. A partir de 2015, frequentemente percebo isso. Essas festas são organizadas por jovens LGBTs, como a *Close*, a *Pisa Menos*, a *Formation* etc. que vêm atuando desde então, sendo consideradas das melhores e maiores festas LGBT do Estado e da região Norte, “competindo” com as festas de heterossexuais. A meu ver, significa que boa parte da população local LGBT se reúne para festas, mas não para reuniões para discutir sobre ações voltadas para as políticas públicas no combate à LGBTfobia, como debater interesses sobre as questões do movimento, fazer articulações ou alguma coisa nesse sentido.

Acho que, também, a gente ficou intimidado em relação a pessoas e/ou outros grupos que tinham atuações mais antigas em questões de movimentos sociais, pelo fato de que, talvez, a gente estivesse com competição, procurando conflito ou querendo tomar um protagonismo que não fosse nosso. Mas, na verdade, a gente veio para agregar, mesmo que a gente pense totalmente diferente de outro movimento ou de outros grupos que existam. Mesmo assim, a gente vai tentar manter essa pluralidade e a diversidade.

Tivemos reuniões com a defensoria do estado sobre os LGBTs encarcerados. Reuniões, essas, com a participação de órgãos públicos, movimentos sociais e coletivos. Então, a gente vai crescendo junto, se ajudando e se articulando. Porto Velho não é visto nas questões de desenvolvimento e em diversos outros sentidos, e isso reflete em nosso movimento LGBT. Tanto que eu participei de um evento em São Paulo no ano passado, onde tinham várias pessoas de diversas localidades do país, e era muito estranho eu chegar e falar: - *olha! Em Porto Velho, até então, não vejo um coletivo atuante que eu possa chamar; por isso que eu quero criar um coletivo para atuar lá, para participar de tudo que precisar.* Aí me questionaram que Porto Velho é a capital de Rondônia e na região Norte já tem coletivos em Manaus, em Rio Branco e como assim o movimento LGBT rondoniense não é atuante? E percebi que os projetos dos outros estados eram coisas super específicas e sucintas, e eu queria um projeto mais social, e as pessoas não acreditavam nessa ausência que estou tentando descrever.

E, além disso, tem o fato da população do estado ser conhecida como conservadora, retrógrada e com maioria na religião cristã católica-protestante. Eu não

tenho os dados quantitativos dessa população, mas isso reflete na sociedade e em nossos representantes que barram os processos, as leis, os projetos de interesse da população LGBT, as campanhas e as políticas públicas. Mesmo diante disso tudo, por exemplo, estamos discutindo sobre criação do ambulatório trans também.

A gente ainda vê resistências em diversas esferas do governo estadual e municipal, coisas básicas, como, por exemplo, de mulheres trans tentarem entrar no serviço público de saúde e não terem a sua identidade de gênero respeitada. Isso é uma coisa mínima, pois ela precisa ter o nome dela respeitado, estar na ala feminina etc. Então, a gente fica um pouco perdido porque qual seria a nossa tentativa de atuação do coletivo? Em nossas rodas de conversas discutimos sobre essas questões. Em um dos questionamentos, por exemplo, reforçamos que essas mulheres trans tenham o direito da saúde pública garantida, coisa que eu já tenho como um homem cis à hora que eu precisar. Isso é tão básico que eu não penso no meu dia a dia que vá ter problemas com isso, mas uma trans tem quando precisa.

Quando eu tinha 14 anos, eu lembro que eu passei de carro com os meus pais no centro da cidade, era num domingo e estava tendo a parada gay. Eu não sabia o que era, eu ainda era um adolescente, mas eu sabia que eu era gay, quem eu era, mas aquilo era muito estranho. Aí eu ouvia: *ah! É a parada gay, bando de viados...* Eu tentei evitar, mudar de assunto..., mas de uns tempos para cá eu não ouvi mais falar. E como essa minha vontade de participar e fazer parte do movimento local começou em 2017, eu peguei essa parte do movimento que estava enfraquecida.

Mas posso citar alguns motivos com relação à Parada Gay. Eu ouço as falas da Karen, ativista da *Comcil*, em que sempre ela faz críticas: contribuiu para o enfraquecimento o fato de ter virado uma baderna, uma festa, de ter perdido o seu teor político, da falta de articulação, de trazer pautas, e de ser apenas uma festa sem sentido, com coisas obscenas e que “manchavam”, talvez, a imagem do movimento LGBT local. Também têm as questões das festas que eu citei a partir de 2015, época em que essas festas tomaram força, principalmente com a presença dos jovens de classe média baixa e alta, tomaram um patamar muito grande, em que elas conseguem dialogar com a juventude LGBT.

Nessas festas podemos ser quem nós somos de verdade, podemos ir com as roupas que a gente quiser, ficamos à vontade com os nossos amigos, podemos nos expressar sem medos. Mas nós temos alguns probleminhas, por exemplo, a presença de

peças héteros em nossas festas. Isso começa a gerar um problema, pois não se torna um espaço mais agradável para o público LGBT, aí, tipo, é uma festa LGBT? Mesmo que esteja agregando mais pessoas ou aliados, esse espaço é um espaço para LGBTs? Ele é seguro para mim? Também temos a situação de mulheres nas festas com relação ao uso do banheiro. Os banheiros nas festas LGBT aqui são unissex, nunca havia tido problemas com os gays entrando nos banheiros onde tinham mulheres héteros e vice-versa. Isso quando eram poucas pessoas nas festas, aí depois o público foi aumentando. Também houve um aumento no aparecimento dos homens héteros nas festas LGBT. Ressalto que, a gente não pode esquecer que gays também são reprodutores do machismo, então quando as mulheres querem ter seus espaços e querem ter suas privacidades, e tem o homem gay cis naquele espaço que ela ocupa, então aí já temos algumas pautas específicas de intersecção, de reprodução do machismo, e algumas reflexões que são necessárias nesses espaços que a gente não pensa.

O movimento LGBT, embora a gente tente unificar, tente se articular ou ter pautas conjuntas, é um movimento que engloba muitas identidades. Nós temos homens cis gays, mas também temos mulheres cis lésbicas, e assim, a gente tem a influência do machismo, do patriarcado, como também de outras pautas de outros movimentos que atuam sobre opressões, privilégios e coisas que a gente precisa conversar ainda para que esses espaços sejam tanto agradáveis para a população LGBT, quanto para aqueles que queiram se agregar a eles.

Eu já relatei anteriormente que, desde criança, as outras crianças na escola me chamavam de bichinha e gayzinho, mesmo eu não sabendo o que era. Mas, diante de tudo, até o presente momento, não sofri agressões físicas. Quando eu percebi que realmente eu era gay, que eu tinha trejeitos afeminados, eu tive que moldar meu comportamento para heteronormativo, me encaixar nesse padrão para passar despercebido. E hoje, com 24 anos, eu já consigo perceber essas características em mim, todas essas opressões e violências que eu passei foram o que me moldaram, foram o que me ajudaram a me tornar o que eu sou hoje.

Hoje mesmo eu tenho reflexões, algo que, talvez, algumas pessoas não pensem, por exemplo, por que eu visto tantas roupas pretas? É porque eu gosto de vestir preto ou é porque eu quero ficar neutro para que eu passe despercebido pela sociedade? Sempre quando eu vou vestir algo para trabalhar, para ir ao shopping, para andar na rua, eu, inconscientemente e agora já consciente, vejo que é pra não chamar tanta atenção,

roupas que não são tão coloridas. Sempre estou com uma peça preta. Refletindo, eu pensei em colocar brincos na adolescência, mas rapidamente desisti da ideia, porque eu não queria chamar atenção, coisas que remetessem a esse universo de afeminados e feminino, e que mostrassem que eu sou gay. Eu sempre me recriminei muito, por diversos fatores, tanto pela sociedade, quanto pelos meus pais, para que eles não me julgassem como fizeram na minha infância.

Eu digo que sou uma pessoa privilegiada, pois nunca sofri uma violência física ou alguma agressão muito explícita na escola ou em outros lugares. Eu lembro, por exemplo, eu estava no ensino médio, o meu irmão estava no fundamental, e a gente estava na parada de ônibus, esperando-o para irmos para casa, e parou um cara de bicicleta na frente da parada de ônibus, tinha duas senhoras sentadas também ao nosso lado, aí ele parou e falou: *olha essas bichinhas aí, olha esse cabelo, por que vocês são assim?* Julgando a gente e nos culpando de algo, foi uma violência verbal que a gente sofreu. Ficamos sem reação, não falamos nada, aí olhou para gente com raiva e foi embora. Aí uma das senhoras falou: *eu acho vocês normais, não liguem para o que ele disse.*

Mas me causou preocupações porque meu irmão também é gay, então, parte dessa minha luta é tanto por mim, pelas pessoas que estão ao meu redor, mas, principalmente, pelo meu irmão, um mundo que ele vive, que ele sente na pele tanto como eu. Graças a deus, eu vejo que ele não foi influenciado pelos padrões que eu fui, até porque eu abri muitos caminhos, sendo o primeiro filho gay dos meus pais. Eu tive que me aceitar, eles tiveram que me aceitar com um tempo, foram várias barreiras, tijolos quebrados, para poder, alguns anos depois, ele também se assumir para a nossa mãe, e ela aceitou, assim como me aceitou também.

Em 2013, eu tinha o cabelo grande, eu era super andrógino, com os anos eu fui me moldando para ser o homenzinho, a aparência de homem que eu tenho hoje. Eu tentei namorar uma garota que os meus pais queriam, já tentei ser padre, como eu cresci no meio cristão católico, eu pensava, o jeito é eu ser padre, porque eu não sinto atração por mulheres, já que eu não posso ser gay. Mas, nessa época, eu percebia que eu não mudava, que eu ainda gostava de meninos, que eu gostava das músicas do mundo gay. Eu pensei em suicídio durante um mês, eu conversei com uma amiga na época, eu falei pra ela que iria fazer tal dia, eu precisava acabar com aquele sofrimento, eu ficava super triste, isolado em casa, na época eu não pensava na gravidade disso, mas são coisas que

a gente vai passando. Eu acredito muito nessa LGBTQIA+fobia estrutural, onde a gente é violentado todos os dias.

Eu tenho muita esperança e acredito que seja mais um recomeço do movimento LGBT local. Tanto o coletivo *Somar*, *Multivozes*, o grupo *Comcil* e outros grupos, que possamos conseguir, em diálogo, transformar e fazer uma atuação que consiga unir o movimento para deixá-lo mais atuante, mais presente.

Eu acredito que o movimento de mulheres já esteja há algum tempo sendo atuante na capital, e em outros coletivos também. E que a gente consiga dialogar com esses outros movimentos, trabalhando as interseccionalidades de raça, gênero, classe social, de territorialidade também, pois vivemos em uma cidade com uma pluralidade de bairros. Não é a mesma coisa, por exemplo, eu morar aqui no centro e ter um amigo que mora na zona leste. A gente sempre tem que pensar nisso, trabalhar as particularidades de cada um, embora estejamos vivendo um período das trevas, tanto nas políticas públicas para LGBT, como também no geral, isto é, para qualquer grupo minoritário.

Nesse sentido, espero que a gente volte a ter essa ascensão nas pautas da diversidade, nas políticas públicas para esses grupos de inclusão, pois nós somos diferentes, mas precisamos estar inclusos na sociedade. Nós temos pautas específicas que precisam nos igualar ao resto da população, pois como parte da população nós somos significativos para ela. Que os nossos governantes se sensibilizem com as nossas pautas, que a gente está presente cobrando. Que a gente vai ganhar volume, pois sinto que mais pessoas se agregarão as nossas pautas ao longo do tempo. Vamos trabalhar com as tecnologias, com as mídias sociais, com a população mais jovem, tentar ser sempre inclusivos, porque temos novas identidades, novas pessoas. O movimento LGBT não é o mesmo que foi 10 anos atrás, a gente tem que estar sempre em transformação, agregando e procurando compreender tudo isso.

6.5. Apollo Nunes: “Eu tive que me conhecer e me afirmar para que a sociedade me enxergue e me respeite como eu sou”

Figura 94 – Fotografia de Apollo Nunes



Fonte: Nunes (2023).

Eu me chamo Apollo Nunes, tenho 24 anos, sou motoboy (atualmente estou trabalhando com meu pai e irmão no garimpo, realizando serviços gerais, na parte da cozinha, e serviços braçais, na parte mecânica das máquinas) e moro em Porto Velho. Gostaria de ser chamado pelo meu nome social, pois foi o nome que eu escolhi, é um nome muito importante para mim e de importância familiar.

Eu comecei a minha transição há pouco tempo. Comecei em outubro de 2019. Mas o processo de transição é muito antes de você decidir qual o nome que você quer ser chamado, pois ele é muito antes disso. Eu nunca fui uma criança afeminada, nunca fui uma criança acostumada com coisas que são para meninas, nunca fui e não me adequiei a esses objetos, a essas cores, a esses espaços.

Desde muito pequeno a minha família sempre teve certa resistência, pois via que eu queria brincar de bola, que eu queria brincar com meus primos, queria usar tênis, usar calças. Resistência principalmente de minha mãe. Mas isso sempre foi um questionamento, devido a eles acharem que eu não seria a menininha que eles queriam.

Foi a partir da minha transição que eu comecei a entender que eu não era de fato uma menina, que eu não me considerava uma menina, pois nunca me considerei uma menina. Nesse sentido, eu não gostava de ver o que eu via no espelho, não me sentia bem com as roupas que a minha mãe comprava para mim, então, o processo nasce a partir daí.

Aos 14 anos, eu descobri a minha sexualidade, quando eu comecei a perceber que, além de eu não me sentir bem com o meu corpo, eu ainda tinha outras dúvidas com relação ao que me atraía. Antes disso, eu já tinha feito alguns questionamentos quando eu tinha entre 11 e 12 anos, pois eu comecei a entender que eu olhava para meninas e não para meninos. E, aos 14 anos, eu tive a minha primeira experiência lésbica. Naquele momento eu era lésbica. Depois de ter tido essa experiência, os meus questionamentos aumentaram, porque eu já tinha começado a minha orientação sexual, eu já tinha definido que eu gostava de meninas, mas eu não me sentia bem naquele corpo, não me sentia completo.

Então, comecei a pensar o porquê de eu não estar totalmente satisfeito. Eu tinha cabelo muito grande, eu usava roupas masculinizadas, mas, por respeito a minha mãe, eu me adequava aos termos femininos. Esse processo foi se desenrolando e com 16 anos eu comecei a pesquisar sobre homens trans, mulheres trans, e eu percebia que, quanto mais eu estudava, mais eu me identificava, mais eu entendia aquelas pessoas.

Quando eu vim morar em Porto Velho - pois sou de uma cidade chamada Humaitá, interior do Amazonas - eu comecei a pesquisar ainda mais, e comecei a compreender que eu era um homem trans. Mas para você falar isso, você precisa ter certeza e tem que aguentar as consequências que virão, porque vão vir muitas consequências.

Eu comecei, de fato, a entender a minha transição aos 18 anos de idade, pois me incomodava com o meu cabelo grande e me incomodava ainda mais com o uso de saias, ter que usar saltos, e isso foi me incomodando demais ao ponto de eu chegar e ver que eu estava no meu limite, pois se eu não mudasse, se eu não começasse a respeitar o meu próprio corpo, a minha mente, a minha cabeça não iria aguentar. E, com 18 anos, eu decidi cortar o cabelo. Na primeira vez o cortei mediano, tanto para respeitar a minha mãe quanto para começar a entender mais ainda a minha transição.

Então foi um processo crescente: cortei o cabelo, parei de usar roupas femininas, parei de tentar me adaptar às coisas femininas, pois não eram para mim. Aos 20 anos eu fiz um corte mais masculinizado e comecei a usar o termo masculino. O meu corte de cabelo não identificou a minha transição de fato, mas para quem é trans e começa na infância achando que cabelo grande é de menina já é um grande marco. Eu passei durante 20 anos tendo cabelão, a minha mãe sempre cultivou cabelos enormes em mim e na minha irmã, e quando eu cortei o meu cabelo foi uma sensação de alívio. Uma sensação que eu nunca vou esquecer, foi libertador. Quando você sente a máquina de cortar passando em sua cabeça, quando você sente o corte e você olha no espelho e diz: *esse sou eu*. Eu via o meu irmão na foto, eu via meu irmão no espelho e, quando eu vi meu irmão, me senti feliz, porque era na imagem dele que eu me via e me sentia, e que eu me sinto.

Eu queria ser o meu irmão e não podia. E, quando eu comecei a transição, eu vi que podia, não ser ele é claro, mas ser igual a ele, e ouvir ele falar que eu estava parecido com ele foi uma das melhores sensações da vida! De ver ele olhando para mim e dizer: - *nossa! Você está a minha cara! Tu tá igual a mim*. Porque a gente procura se espelhar, se identificar com quem a gente se sente bem.

A minha iniciação na militância foi a partir de 2018. Eu sou estudante de Serviço Social, então a minha militância se iniciou a partir do momento que eu escolhi o meu curso. Quando eu escolhi o meu curso já fiquei ciente que teria que militar ou simplesmente entregar a minha profissão como algo comum. Quando comecei a faculdade, eu vi que a militância era presente no estado de Rondônia, mas precisava de muito apoio e ainda precisa.

Nesse sentido, recebi um convite da minha professora Anne Cleyane, ela é presidenta de uma associação aqui em Porto Velho, a Associação *Filhas do Boto Nunca Mais*. Ela me fez o convite para eu ingressar, de fato, na militância, através de rodas de

conversas, de participações em atividades para entender o outro, para conscientizar o outro de tudo que se fala hoje em dia. Então comecei a participar das reuniões da Associação, fui a algumas palestras, fui a alguns eventos e atividades organizadas por ela. Mas eu ainda não tinha entrado na parte da comunidade LGBTQ+ e aí eu procurei ingressar e me interessar por esse segmento, em querer saber o que estava acontecendo, saber das dificuldades que a comunidade tem.

No ano de 2019, eu ingressei em outro coletivo, chamado de *Multivozes*, que surgiu para unir todas as classes e as diversidades em Rondônia. Nós somos um coletivo que abrange tanto as pautas da comunidade LGBTQ, quanto o debate sobre a violência sexual, violência contra mulheres e maternidade. É um coletivo muito abrangente e a comissão que eu faço parte, a comissão que eu dirijo, é a comissão da diversidade. Foi a partir daí que eu comecei a marcar reuniões e encontros com mulheres e homens trans.

O meu primeiro projeto no coletivo foi um encontro para tentar entender a narrativa das pessoas trans em Rondônia, entender a compreensão do homem trans e da mulher trans. A primeira dificuldade que eu tive em Porto Velho foi encontrar homens trans entre os 25 e 45 anos de idade. A gente encontra muitos homens trans jovens com a minha idade, já as mulheres trans, você as compreende pela busca e pela resistência delas. A gente encontra com mais facilidade mulheres trans acima de 30 anos de idade. Sobre homens trans, eu não sei se é a dificuldade de se manter ou se é pela facilidade de se manter como lésbica. Então a primeira dificuldade que eu tive foi relacionada à busca de mulheres trans e, principalmente, de homens trans.

Hoje eu tenho um projeto que pretendo fazer para esse segmento no estado. É um chamamento para os homens trans e mulheres trans para a gente buscar médicos que nos atendam e que respeitem a nossa identidade de gênero. Então, eu penso nisso, em fazer projetos, campanhas e buscar quem nos apoie.

Atualmente não faço mais parte do coletivo desde janeiro de 2021 por questões pessoais.

Uma das resistências, e eu acho que é a principal, pois eu falo sobre o meu grupo de homens trans, é a resistência de irmos a encontros e a conscientização de que precisamos nos unir para buscarmos, por exemplo, médicos especializados, endocrinologista e ginecologista, que é um assunto muito delicado de ser falado em nosso grupo, enfim, são paradigmas, são questões. É um tabu você falar de ginecologista para um homem trans, pois tem o problema do acanhamento, da timidez,

do receio em procurar as unidades de saúde, e da falta de conhecimento dos próprios médicos por acharem que não precisamos ir ao ginecologista. Então, a partir do momento que nos unirmos e procurarmos entender que nós devemos ter consultas, ter atendimentos, ter uma qualidade de vida boa, eu acho que o grupo irá crescer ainda mais e que haverá uma expansão ainda mais.

Os preconceitos e as discriminações vêm disfarçados de várias maneiras, no olhar, numa palavra e num gesto. Já aconteceu comigo quando eu ainda estava em transição, quando eu me identificava como lésbica, quando eu estava dentro do ônibus com a minha ex-esposa e um certo cara esbarrou e xingou a gente, falando que era falta de homem, falou várias palavras descabidas. São situações que mesmo a gente vendo e mesmo eu ainda tentando entender a minha transição, eu percebi que, para ele, eu teria que ter um pênis, não era devido a ser um trans, mas a não ter um pênis para a relação sexual, então as pessoas nos discriminam pelo órgão genital.

E, quando eu comecei a minha transição, senti um baque maior porque as pessoas já me olhavam, já tinham preconceitos por eu ser aquele sapatão bofinho, machinho, que já acham errado, porque você pode ser lésbica, isso pode, mas apenas para fetiche dos homens heterossexuais, ou seja, você só pode ser lésbica até aí, se você é lésbica e começa a usar calça jeans masculina e tênis, aí, para eles, você só é o sapatão que está querendo chamar atenção.

Quando iniciei a minha transição, o primeiro problema que eu sinto até hoje é em relação aos banheiros. A partir do momento que comecei a usar o corte de cabelo masculino, as roupas mais largas, eu fui entrar no banheiro feminino e uma senhora teve uma reação de espanto, ela achava que tinha entrado no banheiro errado, e aí eu tomei a decisão, que é uma decisão muito difícil: eu não entro mais em banheiros de lugares públicos. As pessoas me perguntam se agindo dessa forma eu não estaria me escondendo. Não é, de certa forma não é se esconder, é se prevenir.

Eu ainda não dei início no meu processo de hormonização, então, eu estou ainda na pré-transição. Por isso, não irei ao banheiro feminino para não ofender outras mulheres. Eu prefiro me resguardar, mas também tenho receios de ir ao banheiro masculino, não digo todos, mas tenho 90% de chance de ser agredido, então, eu prefiro não ir. Se eu vou a algum lugar e for passar bastante tempo, antes de sair de casa, eu faço as minhas necessidades fisiológicas no meu banheiro, porque é o meu banheiro. Mas não é somente eu que tenho essas atitudes, infelizmente, tem muitos homens trans e

mulheres trans que sentem isso e agem dessa forma, pois temos medo de usar banheiros públicos. O banheiro ainda é um tabu para muitas pessoas, principalmente, para pessoas trans que estão na pré-transição. Isso é uma barreira muito grande.

Eu me afastei da minha família tem mais de 5 anos, então são eles no lugar deles, e eu no meu lugar. Tenho contato apenas pelo respeito e pela educação que recebi. Quando os vejo lhes cumprimento e vice-versa, mas me chamam pelo nome de registro, pelo nome que me foi dado. E quando eu comecei a usar o nome Apollo, algumas primas e tias o viram por meio das redes sociais e daí eu percebi que elas começaram a diminuir o fato de me chamarem pelo meu nome de registro. Então não foi algo que eu impus, não foi algo que eu precisei falar, até porque foram 20 anos me chamando pelo nome de nascimento.

Eu tenho que entender a diferença, que eles precisam de um tempo para se acostumar a me chamar pelo nome social, mas também a diferença de que vão me chamar apenas por preconceitos. Se eu sentir ou perceber que eles estão me desrespeitando, irei intervir. Agora, se estiverem me chamando por questões de costume, eu chegarei e conversarei, pois o diálogo é a melhor forma de compreender o outro. Se eu quero que me chame pelo nome social, eu vou sentar e dizer *quero que me chamem pelo meu nome Apollo, eu me sinto bem como Apollo, eu sou o Apollo, então, por favor, me chamem assim, que vou lhes respeitar, assim como eu lhes respeito, ou, se você não aceita, vamos manter a distância e acabou.*

Eu acho que é assim que funciona com a minha família, a gente tem certa distância, cada um no seu lugar. A minha mãe ainda me chama pelo nome de registro, mas ela já ouve Apollo, tanto que no meu aniversário de 21 anos, que eu denomino como meu batismo, foi quando eu me apresentei como Apollo para os meus amigos e família e a minha esposa me chama de Apollo. Então, quando a minha mãe chegou à festa, ela viu e ouviu todo mundo me chamando pelo meu nome social, aí ela veio e me perguntou: *estão te chamando de Apollo?* Eu disse que sim, aí ela: - *tá bom!* Ela só falou *tá bom*, talvez ela tenha feito um questionamento interno, mas ela preferiu resguardar, pois viu que eu estava feliz ao extremo, então ela respeitou, mas não me chamou pelo nome, só dizia: *vem cá, vem cá*, tentando excluir os pronomes, eu vi que foi da parte dela, foi um momento muito importante pra mim, então, percebo que ela se esforça.

A minha mãe é uma pessoa que sempre teve medo dos outros. Eu acho que é como a maioria das mães que têm filhos e filhas LGBT. A minha mãe sempre teve medo do que os outros iriam fazer comigo, pelo fato de eu ter apanhado, quando descobriram que eu era lésbica. Eu fui agredida por parentes, eu vivenciei uma agressão, e aí minha mãe me falou: *você vai ouvir, você vai apanhar dos outros*. Ela tem medo dessas violências.

Eu e minha mãe fomos empurrando com a barriga com esse medo, empurrando com a barriga essa conversa, de tentar entender, de eu entender ela e vice-versa, mas a gente tinha medo. E, quando nós tivemos uma conversa, a única coisa que ela me pediu e a única coisa que eu levo para vida em relação a ela é que pediu para eu respeitá-la quando eu estiver com a minha esposa na frente dela, tipo, nada de trocas de afetividades na frente dela. E, quando a sua mãe pede uma coisa dessas, aí você sabe que está errado, porque você quer fazer na frente dela porque ela é sua mãe, pois você quer andar com a sua esposa na frente da sua mãe, você quer apresentar a sua esposa, esposo, namorado ou namorada para a sua mãe, mas aí eu respeito o único pedido da minha mãe.

Uma coisa que eu falo: é inevitável o tempo. Ele é inevitável, ele vai passar, e quanto mais você respeita o outro e o outro lhe respeita as coisas vão se acertando. Hoje em dia, a minha mãe tem uma amizade e uma aliança com a minha esposa fenomenal. A minha mãe telefona para a minha esposa para saber se ela está bem, a minha esposa liga para ela também. A minha mãe vem para minha casa e faz comida pra minha esposa, então eu fico impactado e feliz, pois desde os meus 14 anos que esperava isso. Tentar ver a relação da minha mãe com alguém que eu amo, ver duas pessoas que eu amo juntas. Para a comunidade LGBT, a gente sabe o quanto isso é gratificante. A minha mãe aprendeu muito com o tempo e ela não se importa com o que os outros falam. Eu vejo isso, ela já entendeu que eu estou feliz, que eu trabalho e estudo, e que eu estou tentando ser uma pessoa melhor. O meu padrasto/pai ficou recluso, mas ele é no canto dele, me respeita e eu o respeito. Já os meus irmãos, não tenho muito o que falar, pois sempre me apoiaram.

A partir da minha separação conjugal, recebi o convite de minha mãe para retornar pra casa, isso no final de 2020. Aí passei a morar novamente com a minha família. Meu pai me chamou para trabalhar com ele no garimpo e fui.

O período eleitoral de 2018 foi um momento conturbado e preocupante para a comunidade LGBT e para as mulheres. Diante disso, ocorreu a união das mulheres com a comunidade LGBT. Aconteceu aqui em Porto Velho, no período eleitoral. A partir da campanha *Mulheres contra #EleNão*, o *Filhas do Boto Nunca Mais* foi quem deu o chamamento convidando as mulheres e os demais coletivos, que se aliaram e se juntaram para lutar contra o governo atual. Lutar contra um governo que para a comunidade LGBT e para as mulheres é um governo totalmente esdrúxulo para com as pautas desses segmentos. Então, quando veio esse chamamento, foi de grande importância, porque são grupos “minoritários” que foram e que são afetados diretamente pelo discurso machista, sexista e LGBTQIfóbico do atual presidente.

Quando veio essa junção percebemos que a união é que faz a força. Mas, infelizmente, ele ganhou as eleições. Não por vontade nossa. E, a partir do momento que a gente percebeu que não era se afastando, mas sim se agregando e se juntando, chamando aqueles que ele ofendia, foi uma visibilidade muito boa. Quanto mais a gente for se agregando, mais nos associamos a algo bom e entendemos que esse governo não nos favorece nem um pouco. E vai ser muito bom para gente, eu creio, de continuar uma união entre mulheres e LGBT. Essa união foi de extrema importância, porque foi basicamente a participação de “minorias” lutando contra o nosso inimigo em comum, lutando contra os discursos desnecessários do atual governante e lutando em favor dos nossos direitos enquanto cidadãos e cidadãs.

Nesse sentido, o meu desejo para o futuro, e mais para o presente possível, é que tenhamos a qualidade de vida que é nossa de direito, para nós LGBT, para as mulheres, negros, para todas as “minorias” que estão desfavorecidas de políticas públicas e/ou de política social. Eu penso também, em especial, na criação de políticas para a população trans, criação de ambulatórios específicos, atendimento com respeito e que tenhamos a sensação de que iremos ser bem atendidos, respeitando o nosso nome social e a nossa identidade de gênero.

6.6. Anne Cleyanne: “Um banzeiro na Amazônia”

Figura 95 – Fotografia de Anne Cleyanne



Fonte: Alves (2023).

Eu sou Anne Cleyanne, ativista social, fundadora e presidenta da ONG *Filhas do Boto Nunca Mais*, mulher LGBTQIA+, bissexual, negra. E sou apaixonada por esta terra que estamos aqui, Porto Velho/Rondônia, pelo nosso *Madeirão*.

A minha infância foi uma infância como a de muitas meninas negras, não tive pai, não tive uma paternidade presente. Sofri abuso sexual na infância... Isso em uma família vivendo em vulnerabilidade social desencadeou que eu precisasse morar em várias casas que não fosse a casa do pai e da mãe. Foi sempre assim... Eu fui me adaptando, fui crescendo, me incluindo para que eu conseguisse sobreviver e chegar até a fase adulta.

A questão é que muitas vezes não adianta você conquistar algo e não usar a sua voz para que outras pessoas possam ser isso... Então, essa é minha história, o meu desenvolvimento dentro de uma resistência mesmo, sabendo da vulnerabilidade social e estando inserida nela, tendo meu corpo violado, não tendo acesso às coisas mínimas nesse desenvolvimento... Mas eu tive pessoas maravilhosas e familiares maravilhosos que cuidaram de mim, que me aconselharam e me fortaleceram para isso. E eu entendi que eu precisava fazer algo por outras pessoas também, do mesmo jeito que sempre houve pessoas, dentro da minha família, que sempre estenderam as mãos para mim. Eu precisava fazer um pouco mais... eu acho que o motivo é eu não ser conformada... eu não consigo me conformar, meu inconformismo com as coisas à minha volta me faz não ficar com os braços cruzados. Eu não escolhi fazer parte da luta, a luta faz parte de mim e eu resolvi fazer dela a minha bandeira.

Na minha adolescência eu andava em grupo com jovens alternativos, iniciando nos skates... e com essa juventude alternativa eu tive a oportunidade de estudar um pouco sobre os movimentos sociais. A gente debatia essas questões lá na praça, tinha muitas pessoas da UNIR, pessoas que estavam se formando em História, Filosofia. Então, essas pessoas, ao levar esse debate, elas me despertaram de que existia algo além do levantar, do comer e do dormir... E se algo faltava pra mim é porque algo em toda essa grade estava errado e precisava ser consertado. Então, ali na minha adolescência quando eu já me vestia de preto para mostrar ao mundo que eu não estava conformada nem um pouco com o que tava acontecendo, eu já sentia que precisava de alguma maneira contra-existir a esse sistema que me violava tanto, que me machucava tanto e me fazia ficar tão exausta e me fazia ficar tão cansada. Desde a adolescência eu já precisava me sustentar, eu já precisava trabalhar. Então eu já sabia que esse sistema não era justo, e eu não tinha que ser conivente com ele.

Dentro desses não conformismos, eu assisti uma palestra em 2011 no auditório da faculdade em que eu cursei o meu ensino superior e, nessa faculdade, uma professora da UNIR apresentou uma pesquisa e nessa pesquisa ela falava sobre *o arquétipo da lenda do boto na Amazônia*. Para quem é da área da Psicologia sabe que Jung trabalha com arquétipos, estes arquétipos, eles apresentam figuras de linguagem, figuras folclóricas que são manifestações culturais, mas que nem sempre nós sabemos exatamente como acontecem e porque se manifestam. Então ela começou a falar sobre esses arquétipos, do boto na Amazônia, como aconteciam essas questões e ela trouxe

uma pesquisa que mexeu no meu sintoma, mexeu no meu conteúdo... Ela falou sobre as meninas daquela época, em 2011, mas que ainda eram abusadas sexualmente de maneira intrafamiliar, e que elas não podiam contar para ninguém, porque é como se fosse uma cultura que tinha de ser preservada. E essas meninas precisavam falar... Havia um pacto social onde as mesmas não podiam falar quem tinha engravidado elas, então elas falavam que tinham engravidado do boto. Todo mundo subentendia que era aquele pai que tinha engravidado aquela menina, mas o pacto social silencioso fazia com que essas meninas se manifestassem dizendo: *ah! Eu engravidei do boto, ele atacou minha memória, por isso que eu não lembro o que aconteceu...* Essas meninas abusadas que tiveram seus corpos objetificados e violados geraram os filhos do boto.

Isso acontece há muito tempo no leito da bacia amazônica, continua ocorrendo em nossas comunidades ribeirinhas e precisa ser rediscutido e contestado. Então eu questioneei a professora no final da palestra que não adiantava muito aquela pesquisa, que aquilo era um absurdo; eu não entendia sobre questões sociais, no auge da minha ignorância me manifestei que tínhamos que prender todo mundo. Aí ela me explicou o que é a questão social, o que é trabalhar a cultura, o que é trabalhar o social... Que se a gente prendesse aqueles homens, nós não mudaríamos aquela cultura, pois aqueles filhos poderiam reproduzir e a gente precisava quebrar o ciclo. Ela ainda falou da subalternização das mães com relação aos maridos, onde elas preferem que as filhas saiam de casa do que os pais, tudo isso ocorre devido ao nosso Estado ser conservador.

E nessas comunidades totalmente conservadoras, essas mulheres são totalmente dependentes desses homens, elas não têm espaços nem mesmo para cortarem os seus cabelos quando quiserem, ou mesmo usarem roupas que elas têm vontade de vestir, e muito menos trabalham e não conseguem manter a família. Nesse sentido, essas mulheres têm uma vida social muito resumida a esses companheiros e, se você tirar esses companheiros desse contexto, elas se sentem violadas, logo, a maneira de chegar nessas comunidades não é prendendo. Foi muito importante eu ter adquirido conhecimento a partir dessa palestra, pois é informando e educando essas pessoas que as coisas podem mudar.

A professora olhou para mim e falou assim: *sem dados não se faz políticas públicas*. Quem me acompanha sabe que eu sempre falo isso, que é uma reprodução da frase dita por ela: *sem dados não se faz políticas públicas, mas eu fiz a pesquisa, está aqui, você tem os dados, agora eu vou me ausentar, pois eu preciso fazer o doutorado...*

O nome dela é Melissa: *mas a sua geração está aqui, o que vocês irão fazer referente a isso?* Eu nunca esqueci dessas provocações, o quanto ela foi assertiva, o quanto ela sabia o que realmente estava falando. Eu não consegui encontrá-la de novo, ela não sabe o quanto ela mudou a minha vida e de várias mulheres em Porto Velho.

No entanto, tudo isso mexeu com meu sintoma de fato, eu resolvi que a minha formação a partir daquele dia seria entender mulheres em vulnerabilidade. Comecei a fazer estágio observacional no Centro de Referência da Mulher, na época ficava em anexo ao Posto de Saúde Rafael Vaz e Silva. Aí eu acompanhei casos de meninas adolescentes que tinham engravidado nesse contexto, também fiz estágio no Tribunal de Justiça. Comecei a buscar na Faculdade o que o currículo do meu curso poderia me ajudar a entender melhor sobre o assunto. Então foi um caminho, foi um percurso, comecei a estudar, comecei a buscar como estudante do curso de Psicologia a me inserir nos espaços para que eu pudesse ter esse conhecimento que a gente não tem na Faculdade. São livros específicos na Faculdade que nos dão suporte. Então é vivendo, convivendo e observando outros profissionais. Eu tive a oportunidade também de estagiar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-SAI). Logo, eu convivi com meninas abrigadas dentro desse contexto também, meninas que foram retiradas do seio familiar devido a situações de abusos sexuais intrafamiliares. Também convivi com meninas que passaram por vulnerabilidade na adolescência tanto quanto eu. Às vezes eu penso que se eu estivesse ido para o abrigo, talvez eu estivesse um pouco mais leve no tocante às coisas que aconteceram comigo até os meus 18 anos. Mas eu tive a oportunidade de conhecer essas mulheres, essas meninas, de conhecer psicólogos maravilhosos que eu quero citar o nome de um deles, que me inspirou na Faculdade, Alanderson Pereira, psicólogo LGBTI, psicólogo social, psicólogo doutor, maravilhoso. Eu tenho todo o respeito por ele e me orgulho da sua trajetória.

Eu pude me inspirar em pessoas que me inspiraram. Eu tive base para estar onde eu cheguei, não surgiu do nada, conheci pessoas maravilhosas no meu caminho. Eu tenho um tio que é referência na luta LGBTI. Durante muito tempo eu tive muito problema com a minha sexualidade, exatamente pelo abuso sexual que eu vivi na minha infância. Eu achava que o fato de eu me apaixonar por mulheres e gostar de mulheres era sintoma. Então, eu não sabia lidar com isso, fazendo com que eu sofresse psicologicamente por muito tempo em minha vida. Dentro de todo esse contexto surgiu o *Filhas do Boto Nunca Mais...* Depois que eu me formei, em 2014 ou 2015, saiu uma

pesquisa com 66% da população brasileira onde se dizia que as mulheres mereciam ser estupradas. Creio que foi no ano que eu me formei que saiu essa pesquisa (2014)... Então eu comecei a perceber como as vítimas eram tratadas, deslegitimadas, caladas, e eu participei de um protesto. A Secretaria de Assistência Social e Família, na época, realizou um manifesto sobre políticas públicas na proteção da mulher e mostrou que não importa se está de burca, de fralda ou de calçola, infelizmente essas mulheres foram estupradas, mas a culpa não foi delas e sim de quem as estuprou.

Participei de uma roda de conversas na praça das *Três caixas d'água* e lá eu tinha uma colega que tinha se formado comigo na época, Sabrina, tinha também uma moça do curso de Enfermagem. Aí eu falei assim: *a gente precisa fazer alguma coisa, não dá, não dá, temos que ter alguma coisa, temos que instituir alguma coisa...* E aí eu fiz um projetinho e comecei a dar palestras informativas, a me oferecer mesmo, saí me oferecendo: *oh... eu tenho esse tema, eu quero abordar esse tema*. Eu chegava aos professores e perguntava: *deixa eu falar sobre esse tema*. Eu ia às rádios também... Consegui uma parceria na época com o Marcones dos Santos em seu programa de TV em uma emissora, onde ele abriu um espaço bem bacana. Eu conseguia levar essas questões.

Depois eu convidei uma colega enfermeira na época... ela passou pela Associação e trouxe algumas questões sobre Saúde Coletiva, aí começaram a aparecer mulheres do Serviço Social, quando viu... Hoje nós temos 42 cadastradas na Associação como voluntárias, somos divididas em vários núcleos, surgiu... aconteceu. E o nome foi devido a isso, é uma maneira de provocar a sociedade sobre a lenda do boto e também é uma maneira de falar que nós iremos trabalhar todos os dias para que as meninas que irão vir depois de nós nunca mais sejam chamadas de filhas do boto ou sejam filhas desses botos. A ideia surgiu como um projeto para realização de palestras informativas. E aí começou a vir gente. Então não tinha como ser um projeto, porque projeto tem começo, meio e fim. E aí se tornou um coletivo composto de várias mulheres. Na época não sabíamos muito bem o que estávamos fazendo, sabíamos que a gente tinha que fazer alguma coisa, a gente se envolveu com muita emoção. A gente tem 4 anos de existência, então iniciamos com muita emoção, com muita idealização e com muitas expectativas.

E aí fazíamos muitas coisas pontuais como, por exemplo, rodas de conversas. Só que através dessas rodas de conversas começou a gerar demandas, começou a pessoa

x denunciou, a pessoa y precisa ser abrigada, mulheres ligando de madrugada falando assim: *oh! Meu ex está aqui em baixo, ele desligou o disjuntor de energia e meu filho está com crise de asma, mas se eu descer para ligar, ele irá me matar...* E a gente entrando em contato com a PM, porque a gente conheceu uma mulher PM em um evento que ajudou a gente, que fez a ponte e chegou lá, encontrou o homem embriagado com uma faca nas mãos se despedindo da mãe dizendo que iria matar a mulher e depois iria ser preso, ou seja, tudo foi gerando demandas, não dava mais para a gente só chegar, falar e irmos embora. As pessoas queriam uma ajuda para resolver, por mais que falem: *ai, tem disk denúncias...* nenhuma denúncia se faz sem acolhimento, a pessoa não sofreu uma violação pra denunciar e não ser acolhida.

As pessoas querem ser acolhidas para poder denunciar, as pessoas querem ouvir que: *tudo bem que você denunciou e não será deslegitimada*, e a gente começou a perceber isso. Então, a gente começou a ligar para os setores de políticas públicas... e percebemos também que a precisávamos nos institucionalizar, e que um coletivo não iria suprir as demandas que vinham surgindo, pois as pessoas já estavam pedido *cestas básicas*, já fazíamos distribuição de absorventes e de kit de higiene pessoal. Pedíamos muitas doações. O coletivo não tinha documentação, até para receber as doações era complexo, para encaminhar, o povo falava assim: *Mas foi um coletivo que te encaminhou...* Então a gente começou um movimento de institucionalização, ainda estamos nessa movimentação, somos registradas, temos estatutos, temos uma diretoria formalizada, mas estamos no processo para tirarmos o CNPJ porque todo mundo que vive de doação sabe das questões financeiras.

Mas termos nos tornado uma associação legalmente registrada no cartório. Ter um estatuto que nos norteia abriu muitas portas. Hoje nós fomos contempladas no Projeto da Magalu para podermos trabalhar o que a gente já vem desenvolvendo durante esses 4 anos, mas com o recurso desse projeto irá nos ajudar com barcos, kits... junto com a Associação *Beradeiros* também, para nós trabalharmos nas comunidades ribeirinhas as questões sobre direito sexual reprodutivo. Nesse sentido, se transformar em Associação nos abrirá mais portas e irá nos ajudar para que possamos dar prosseguimento com as nossas atividades, com as nossas lutas cotidianas, pois são muitas demandas e, por mais que tenha mulheres, a gente às vezes tem que ir atrás de mais, porque quando chegam as demandas, chegam demandas de todas as frentes. A gente tem um Núcleo Psicossocial e Jurídico que inclui a sala humanizada na Central de

Flagrantes da Polícia Civil. Fizemos uma parceria com a instituição, que foi idealizada pela delegada Rosinei... Construíram uma salinha onde ficam as voluntárias da Associação. Há um mês atrás nós recebemos uma criança que teve toda a sua família assassinada na frente dela. Ela mesma chegou toda ensanguentada, se não estivesse uma de nós lá, para lavar e vestir aquela menina naquele momento, porque ela foi conduzida como todo mundo, não tem como, a polícia precisa dessas ajudas para humanizar, a gente precisa estar juntos.

E aí nós entendemos que não estamos aqui para lutar contra esse sistema, nós estamos aqui para somar com esse sistema, e poder pegar na mão do sistema e falar *vamos ajudar a galera, vamos fazer juntos...* Na época do coletivo as nossas ideias eram muito radicais também, a gente não entendia, tivemos que estudar, nos institucionalizar para podermos entender o que é realmente a luta, o que é o diálogo, o que é a diplomacia, o que é sentar ao lado de um deputado independente do que ele pensa e falarmos: *o senhor pode aprovar essa lei?*. É para o benefício da população geral, não importa se aprovou, ele vai aprovar, quando chegar lá com a senadora e/ou deputada, criou política pública para todo mundo, então tá bom. Antigamente, enquanto Coletivo, estávamos muito na pegada de um ativismo, mas de um ativismo muito combativo, e isso não estava dando certo, devido à falta de maturidade e muita emoção.

Enquanto Associação nos instituindo, aprendendo o que é ser uma instituição, nós conseguimos amadurecer e aprender como dialogar com todo o aparelho que nos ampara, entender que esse aparelho é também feito de pessoas e, se a gente começar a dialogar com essas pessoas, elas irão começar a nos ouvir e conseguiremos obter algumas coisas a mais. Logo, esse movimento foi muito importante para sairmos da emoção, sairmos do amadorismo do coletivo e entrarmos no mundo das ongs enquanto Associação, nos formar, estudar, nos instituir para que a gente possa oferecer o que realmente essas mulheres precisam, pois hoje, devido ao neoliberalismo, o terceiro setor é a principal frente de proteção para mulheres, crianças, adolescentes, população LGBTI+, população negra. Enfim, o terceiro setor vai ter que chegar ao poder público para que as nossas políticas não parem.

A nossa missão é ser percebida como uma organização de referência que promove as garantias, proteção e direitos das mulheres... Seja onde estivermos. Nós trabalhamos para sermos pontes, pontes entre garantias de direitos e esse direito de fato ser instituído. Então, nós trabalhamos onde estiver violação de direitos, para que, onde

houver possibilidades de nós sermos interlocutoras juntamente com as políticas públicas e com os órgãos responsáveis por isso, nós trabalhamos para reverter as vulnerabilidades no geral. Se tem vulnerabilidade, tem questão social, e se tem questão social a Associação vai dar o seu melhor para que a gente consiga reverter dentro do que está ao nosso alcance.

Os movimentos sociais, eles costumam ter regras muito rígidas, pessoas de movimento social também, como o meu sintoma lá do início, tanta raiva que eu tive, a maneira como eu falei de como era o coletivo, dos embates, da maneira do não diálogo, e, muitas vezes, do radicalismo mesmo. Nós entramos numa polarização e estamos em polarizações muito complexas, e isso fecha portas. Quando fecham as portas a gente não consegue chegar para garantir os direitos, então, dentro dos movimentos sociais, as dificuldades existem. Como em qualquer lugar onde existam pessoas, há brigas de egos, as dificuldades de reconhecimento do trabalho alheio, empatia ou coisa do gênero. Tem a questão de que pessoas inseridas nos movimentos sociais, muitas vezes, são pessoas que entram numa polarização muito grande e se abrem pouco para certos diálogos, para sentarem em algumas mesas, o que é necessário para que estejamos, e assim de fato conseguirmos algo para aquela pessoa que não quer nem saber de qual movimento social você é, por exemplo, eles querem ter comida na mesa.

As dificuldades no movimento social muitas vezes são a polarização, o radicalismo nas ideias e as regras mais rígidas, tipo *é isso e, se não for isso, não é isso e pronto...* Também o julgamento moral, porque nós achamos que não, mas isso me inclui, nós achamos que não, mas nós enquanto pessoas ativistas e militantes muitas vezes a gente acredita que sabe o que é cuidar, a gente sabe como acolher, a gente sabe como resistir, mas nem tudo sabemos 100%. Entretanto, a falta de flexibilização muitas vezes de alguns movimentos sociais e de algumas pessoas dentro do movimento social fazem com que demoremos a alcançar certos objetivos.

Nós conseguimos reunir mais de 2 mil pessoas... Nós somos mulheres. Então as pessoas que chegaram perto, talvez... por eu ser uma pessoa LGBTI, as fundadoras são pessoas LGBTI, tenho referências de pessoas LGBTI na minha família que eu admiro muito, e não tinha como simplesmente lutar pelo direito de algumas mulheres, do mesmo jeito que lá atrás eu, como mulher negra, eu sinto até hoje a falta do acolhimento da mulher negra dentro do movimento de mulheres. Muitas vezes a pauta da mulher negra é deixada para depois, desde sempre...

Então assim, já aconteceu isso com a mulher negra dentro do movimento, então tanto que até tem muitas autoras negras falando que o movimento feminista não foi feito para mulheres negras, foi feito de mulheres brancas para mulheres brancas. Com o tempo abrange, temos a questão da interseccionalidade, mas não tinha como a gente caminhar e avançar, discutindo vidas de mulheres sem levar em conta que as mulheres trans são mais mortas do que as mulheres cis, elas são mortas de uma maneira brutal, são deslegitimadas, as identidades delas ainda não são afirmadas. E, se a gente sente dor pela história ter feito isso com as mulheres negras, como que a gente ia falar de direito de mulher se a gente não andasse do lado das mulheres trans? Que a perda da vida de cada mulher trans é o nosso silêncio, o nosso silêncio faz com que essas mulheres continuem morrendo e que ninguém faz nada ou fale nada.

Então se é para falar, se é para ter voz, se é para dá a cara à tapa, se é para sermos janela de vidraça, que seja pelas mulheres e para as mulheres independente da orientação sexual dessa mulher, independente da identidade de gênero dessa mulher.

Eu já sabia da minha sexualidade desde sempre e nesse período a minha sexualidade já estava bem definida. Eu já entendia muito bem sobre ser uma mulher bissexual, porque até mesmo dentro do próprio movimento LGBTI as pessoas me colocavam a dúvida sobre minhas próprias paixões, sobre as minhas atrações por mulheres, porque o movimento LGBTI tem dificuldade de entender a mulher bissexual, o movimento feminista tem dificuldade de entender a mulher bissexual. E, já que eu estava dentro desse recorte, não tinha como não querer sentar junto com todos e falar: *gente vamos discutir, vamos dialogar e vamos nos aceitar porque, assim, a gente está dentro do mesmo barco e se furar, e se virar, nós afundamos juntos.*

No entanto, a nossa diretoria é composta hoje por pessoas assim... Estamos há dois anos com a mesma diretoria, pessoas maravilhosas. Nós estamos e o quê somos hoje é devido ao comprometimento de mulheres com amor no coração que resolveram falar e agir assim: *calma, vamos fazer algo!* Porque doar nem que seja 5 horas por semana com projetos, como o da Associação, requer muito porque a gente lida com pessoas que estão em sofrimento o tempo todo. A gente lida com violação de direitos o tempo todo, não é para qualquer pessoa ser diretora de uma ONG como *Filhas do Boto Nunca Mais*. E todas essas mulheres também entendem que a gente não vai chegar em lugar nenhum se a gente não caminhar juntas, porque todos esses grupos que foram excluídos por um tempo e marginalizados, nós poderemos dar as mãos um para o outro

e fortalecer essa corrente. A partir do momento que a gente tentar fazer algo segregado, só para mulheres, é chover no molhado, é fazer o mesmo, repetir uma história de exclusão e não era o nosso propósito.

Nesse sentido, foi tudo muito natural isso, e só deu para a gente instituir um núcleo de fato que trabalhasse com a questão da diversidade porque a gente sempre trabalhou com diversidade, sempre fizemos rodas de conversas, só que nós não tínhamos uma estrutura institucional para trabalhar com núcleos ainda, fazer coordenações e coisas do gênero. Esse ano a gente foi agraciada com uma pessoa, porque não dá para chamar alguém de fora e falar assim: *ei, você quer coordenar alguma coisa?...* A pessoa tem que fazer, tem que se desenvolver, crescer, entender da missão e os valores da sociedade de fato, e dizer: *de fato é isso, eu gosto disso*. E aí nesse ano de 2021, tem dois anos que está conosco a Ludmila e esse ano ela aceitou o desafio de coordenar o Núcleo de Diversidade e voou, tá lindo, tudo o que a gente fazia agora tem uma coordenação para fazer isso junto com pessoas que estão fazendo isso, e olhando para a causa, porque todo o recorte é importante, mas a diretoria em si não consegue trabalhar com todo recorte sozinha. E aí, quando vem pessoas para compor, para andar do nosso lado, levar a luta, e voluntariamente falar assim: *eu posso fazer porque o mês é da diversidade...* O trabalho que o Núcleo da Diversidade teve para fazer os convites, para fazer os banners, para fazer lives, para conscientizar, para pensar em saraus, para pensar em coisas que vão além das redes sociais precisa de tempo, e de muitas reuniões. Hoje a gente tem esse privilégio, de ter um grupo de pessoas, eu creio que hoje tem 14 pessoas que são do Núcleo, mas tem pessoas LGBTI na Associação, nem todo mundo faz parte dos núcleos porque depende de disponibilidade e de tempo para fazer. Mas foi simbiótico, nós podemos dizer isso, aconteceu e foi natural, quando vimos o nosso movimento era um movimento de mulheres, era um movimento LGBTI, era um movimento antirracista, aconteceu.

Eu sou uma mulher negra de pele clara e isso já faz muita gente que não entende de colorismo dizer que eu sou branca, uns dizem que sou parda, outros que eu sou morena, que eu sou mulata, mas eu sou preta e muita gente não entende. Então, assim, só que eu não sou branca o suficiente para ocupar os espaços que são considerados de beleza, mas eu não sou negra o suficiente para eu poder falar para as pessoas pararem de ser racistas comigo... Eu sou umbandista, eu sou de religião afrodescendente, e aí as pessoas também acham que a minha religião não é normativa, não tá dentro de tudo...

Saí de qualquer normatividade e hoje sou de religião afro, então a minha religião faz muitas vezes as pessoas olharem assim e dizer: *ah... mas eu gosto de você, nem tenho medo*. E não deveriam ter medo de uma religião que é luz e caridade, mas as pessoas já manifestam isso mostrando o preconceito, mostrando que não eu não deveria, mas já que eu sou... como se pudessem realmente falar o que deve.

Já fui chamada a atenção sobre: *ah... porque você posta no status fotos dentro do seu sagrado com seus turbantes, com as tuas guias?* E eu falei: *eu posto sim porque eu quero que pessoas que tenham vontade de conhecer, tenham vontade de estar junto, mas tenham medo de como as pessoas irão tratar elas, entendam que a gente pode sim ter orgulho do nosso sagrado, da nossa fé, daquilo que a gente ama*. O nosso sagrado é tudo que a gente tem realmente, então o preconceito religioso é muito presente. Na minha profissão o que tem de pessoas que acham que psicólogo não deveria nem falar, nem mostrar que é umbandista. É uma coisa constante. E quando as pessoas ouvem falar é quando vai ter pessoas que falam assim. Aliás, alunos mesmo falaram assim: *aquela professora tão legal, mas ela é macumbeira, cuidado!*

Então, assim, as pessoas reconhecem as suas qualidades, mas tem o *mas*, como se a minha religião fosse alguma coisa que violasse elas ou fosse um defeito meu, sendo que a minha religião, eu digo hoje que a minha religião é uma das coisas mais lindas que existem em mim.

Sempre falaram para mim que eu era uma mulher muito bonita, mas que quando eu crescesse precisaria fazer uma rinoplastia. Eu ouvi isso desde muito pequena em todos os lugares. Na minha família falaram que, se eu casasse com um homem branco, meus filhos iriam nascer bem mais claros... Isso querendo dizer que eu estava no caminho, tentando fazer eu negar a minha própria cor. Então já sofri preconceito pela minha cor desde que eu nasci.

Já viajei com pessoas que queriam que eu fosse ao quarto arrumar uma coisa... A pessoa era branca dos olhos claros e tinha um carro, e ela simplesmente olhou para mim e mandou eu fazer uma coisa, sendo que a gente estava em pé de igualdade, eu como presidente e ela dentro do carro dela, mas ela olhou para mim e mandou eu ir ao quarto fazer uma questão de servidão mesmo. Quando eu falei que não, ela olhou para minha cara e falou assim: *você é muito abusada né?*. Eu olhei assim e falei: *eu não sou abusada, o trabalho que eu tenho que ir fazer é você que tem que fazer e é seu, é você que tem que ir lá*.

E por que essa pessoa achou que eu podia fazer, que eu iria fazer e ficar calada? Porque eu sou uma mulher negra. Então, assim, pela minha cor ainda sofro em quase todos os espaços, as pessoas perguntam se eu lavo o meu cabelo, as pessoas perguntam se meu cabelo é lavável, as pessoas ainda têm dificuldade de entender uma mulher negra de pele clara, de se ver negra como eu me vejo. Se eu fosse uma mulher negra de pele retinta, eu sofreria muito mais racismo porque as pessoas se escondem no fato de eu ser uma mulher negra de pele clara para dizer que não foi preconceito, foi por outro motivo, mas não foi por preconceito racial.

Por eu ser bissexual sofro preconceito dentro de alguns campos profissionais, onde alguns colegas falam assim: *ai você deveria não falar da sua orientação sexual com as pessoas, ninguém tem que saber, não tem necessidade de você estar falando que é psicóloga bissexual*, sendo que eu vou falar da minha orientação sexual e todo mundo tem que saber sim, porque eu não vou ficar no armário. Tem um limite e eu não quero que as pessoas achem... Qual a diferença de ser hétero e eu ser bissexual? Por que eu não falaria? Então, eu tenho necessidade de falar e vou falar porque tem gente que está dentro do armário, e quer alguém para atender ele que esteja lá dentro também. Sendo que as pessoas héteros encham a boca para falar: *mas eu gosto é de mulher, mas eu gosto é de homem*, e eu gosto dos dois, obrigada. E aí dentro do movimento LGBTI o que tem de gente que diz: *tá namorando com mulher agora porque quer aparecer, ixi... um pegou menino lá porque é hetero*. Dentro do movimento também tem muita exclusão, tem muito papo de confusão de que essa bissexualidade aí é furada, porque vai depender com quem eu estiver para as pessoas afirmarem ou não. E aí, quando passa muito tempo que me relaciono com mulher, *ai eu acho que tu és lésbica...* Então as pessoas têm dificuldade, isso é preconceito também.

Ser bissexual ainda é um tabu para a sociedade porque somos vistos como pessoas confusas. Até mesmo mulheres lésbicas com quem eu já fiquei fazem piadas, um exemplo, eu já ouvi: *beije uma menina que a tua boca já passou* (risos), então eu disse a elas que isso é uma maneira de ser bifóbica: *então parem, por favor* (risos)... Quando a gente tá num relacionamento com uma mulher lésbica, por exemplo, vem aquela pergunta: *você não vai sentir falta?* Gente!!! Pelo amor de Deus, como se órgão genital definisse algo, é como se a afetividade não fizesse parte, as pessoas não entendem que bissexuais também são (bi) afetivos, nós somos (bi) afetivos antes mesmo de sermos bissexuais, a gente sente atração, a gente sente amor.

Hoje nós estamos com dificuldades, é meio difícil de falar somente de Rondônia porque estamos com dificuldades orçamentárias, as políticas públicas perderam muito orçamento e com a pandemia a maioria dele foi contingenciado para outros locais e o terceiro setor tá dando pulos para conseguir acolher, para conseguir encaminhar, quem tá alimentando a população, as mulheres. Eu vou dar um exemplo de uma outra organização, se eu puder, mas que também é nossa parceira e que dispõe de cestas básicas para as mulheres que nos procuram. Quem tá alimentando as mães da favela, mães solas, é a Central Única das Favelas (CUFA) no Brasil inteiro. Em Rondônia não é diferente, porque hoje, se não fosse a Mesa Brasil e a CUFA, a gente não conseguiria estar alimentando essas mulheres, porque a gente manda para o Cadastro Único (CadÚnico) para se cadastrar e tal, para receber. Dentro de políticas públicas infelizmente demora demais o retorno para elas, quem tem fome, tem fome agora.

Nós estamos avançando muito em políticas públicas em termos de combater a violência contra mulheres. Eu sinto um movimento muito bom da polícia militar, da polícia civil, dos próprios diretores dessas instituições. Nós temos aqui em Rondônia a Viatura Maria da Penha, nós temos o Núcleo Maria da Penha, a gente tem uma Coordenadoria Social, então não tem como não dar mérito às pessoas que realmente estão tentando fazer. Nós temos a sala humanizada de atendimento, mas nós também temos em contrapartida a Delegacia da Mulher que despencou, literalmente ninguém conseguiu outra. A Delegacia da Mulher despencou, todo mundo sabia que ela ia despencar, esperaram ela despencar, colocaram a Delegacia da Mulher lá na UNISP da zona leste. Por mais que a maioria das ocorrências seja lá, não tem mulher sofrendo isso só lá. A Delegacia Especializada é importante sim porque vai ter um recorte, vai ter sensibilidade. *Aí dizem: Ah mas está funcionando na UNISP da zona leste*, mas não é uma delegacia da mulher, é uma sala. Nós precisamos de uma delegacia da mulher e a realidade de Rondônia neste momento é que nós não temos uma. E a que tinha funcionava até às 18 horas. Então é lá na zona leste, mas não é inclusivo, não é territorial. Então tem coisas avançando bastante e tem coisas retrocedendo bastante em termos de políticas públicas para as mulheres.

Eu nasci em Brasília, tenho sangue candango, vim para cá aos 4 anos de idade, aprendi a comer, a falar, a me desenvolver aqui, mas tenho orgulho também daquela terra, porque minha família de Salvador desceu para a construção de Brasília, meus avós são candangos e construíram Brasília com as mãos. E é aí onde nasceu minha mãe.

A minha mãe biológica é uma mulher negra, mãe solo de quatro filhos. Uma pessoa que teve todos os direitos que você imaginar na vida violados, até hoje vive em grande sofrimento psíquico. E, nesse sentido, ela não teve estrutura para me criar, para me levar e para me proteger. Ninguém cuidou dela, ninguém protegeu ela, não preservaram a saúde mental dela, simplesmente não podiam oferecer o que ela não teve. É uma mulher maravilhosa e incrível. E viemos para Porto Velho exatamente porque lá em Brasília ela tinha 4 filhos, ela trabalhava em um hospital como zeladora, a mãe dela estava aqui em Porto Velho, então era muito complexo. Aí ela veio, e Porto Velho era o *Eldorado*, todo mundo achava que iria chegar aqui e enriquecer... Isso nos anos 90. Fomos morar em um lugar que, na época, não se chamava bairro Caladinho, mas era uma instância, instância mesmo, tipo aquela da Rita Baiana, um cortiço onde tinha um banheiro lá fora, que era um buraco e todo mundo usava, fazia fila e tal, até os meus 9 anos de idade lá em casa usávamos jirau, a nossa casa era de madeira com girau²⁰⁵.

Depois a gente mudou de lá para a atual Av. Mamoré com a Av. Calama na zona leste da capital. A cidade ia até o bar Chope do 4 na época. A gente foi morar literalmente no mato. Começaram a abrir estradas ali mais ou menos 5 anos depois que a gente se instalou. A pessoa que trouxe a gente para Porto Velho... A gente morava no meio do mato onde não tinha polícia, não tinha nada... Mesmo eu sendo uma criança, essa pessoa me violava naquele local, e aí consegui muito cedo falar, pedir ajuda e fugi. Consegui apoio de membros da minha família que me acolheram, ajudaram e me aconselharam. O que eu mais tive na vida de valioso, eu posso não ter tido alguém para me embrulhar quando um trovão me causasse medo, mas eu tive conselhos muito valiosos de pessoas muito boas em minha vida que me ajudaram e me ensinaram a chegar até aqui. Eu absorvi todos esses conselhos, pois Deus me deu a sabedoria para ouvi-los e seguir em frente.

Então, em 1994, viemos para Porto Velho. Eu lembro das máquinas chegando para abrir a Av. Calama, pois, naquela época, ela não era aberta. Também lembro que eu ganhei no meu aniversário de 5 para 6 anos uma chinela havaiana porque eu não tinha, e aquilo foi a coisa mais linda do mundo para mim. As roupas que eu tinha eram sempre vindas de doações, até adulta mesmo, porque eu tinha que trabalhar, mas eu tinha que pagar aluguel e comer. Há três anos que a Associação trabalha com projetos de doações, kit de higiene pessoal... Na época da minha faculdade, antes de existir essa moda da

²⁰⁵ Espécie de pia feito de madeira que serve para lavar louça ou roupas.

dignidade menstrual, a gente já trabalhava com isso. Na época da minha faculdade, ou eu pagava ônibus para ir estudar, ou eu comprava shampoo, absorvente e sabonete. Eu não tinha condições financeiras para suprir essas necessidades básicas, isso pra mim era luxo. As minhas irmãs me doavam esses produtos, às vezes as minhas colegas se tocavam e me ligavam dizendo: *Anne, vem aqui, eu fiz compras, comprei um shampoo para você...* Então foi assim, até eu terminar a faculdade ainda teve esse movimento.

Terminei a faculdade, mas não mudou muita coisa não gente, porque para gente ter emprego demora um bom tempo (risos). E foi a luta que foi me levando para frente, foi a vontade de mudar as coisas, isso alimentava as minhas esperanças, e fui ocupando espaços, fui construindo um currículo. Hoje, graças a Deus, eu tenho um emprego maravilhoso, eu faço o que eu gosto, estou onde eu gosto, garantido políticas públicas para as pessoas dentro da Prefeitura de Porto Velho a convite. Mas, antes disso, eu passei quatro anos trabalhando como voluntária com tudo que eu trabalho hoje, fazendo por amor. Hoje eu tenho a oportunidade de servir, mesmo temporariamente, mas eu sirvo o meu município trabalhando.

Então a gente tá trabalhando agora, por exemplo, vai ter uma lei da mulher negra latino-americana e caribenha que irá entrar no calendário de Porto Velho. Nós também vamos fazer a II Feira da Mulher Negra, que é das empreendedoras negras, e estamos fazendo um recorte, apanhado histórico, pois, por exemplo, muita gente não sabe que duas mulheres negras foram as fundadoras da Universidade de Rondônia, e a gente tá fazendo todo esse resgate histórico para poder dar protagonismo a essas mulheres.

Eu quero que as mulheres, as pessoas LGBTI e as pessoas negras que venham depois de mim não precisem passar pelo que eu passei. Eu já tenho 32 anos, hoje eu tenho transtorno generalizado de ansiedade, hoje eu faço terapia, hoje eu faço tratamentos diversos, eu medito... Porque eu tenho 32 anos, mas eu tive muito sofrimento psíquico por falta de garantia de direito para eu chegar aqui hoje, eu fui muito violada de várias maneiras, e isso me adoeceu literalmente. Por mais que eu me trate, hoje eu entendo toda a saúde mental que eu teria se eu tivesse metade dos meus direitos garantidos.

Então, hoje, a minha idealização como militante, como ativista social, é que as pessoas que venham depois de mim, as mulheres, as crianças e os adolescentes, os idosos e as pessoas negras, essas pessoas não precisem mais lutar por seus direitos, que os direitos delas sejam acessíveis, que a geração que venha depois de nós não precise

passar por metade do que nós passamos. Eu tenho certeza que nessas entrevistas, com cada pessoa do movimento que você falou, tem história de dor, e essas dores precisaram ser superadas para que as pessoas conseguissem subir para pegar na mão de alguém e levar. E que, na próxima geração, quando for falar de luta e de movimento, falem de conquistas e não do quanto que doeu para chegar até ali.

6.7. Brenda: “Eu sou o meu padrão, essa mulher aqui, que é negra, gorda, de cabelo de tranças, sem cabelo de tranças, do jeito que eu achar que eu deva ser - a luta é por mim, por elas e pelas que virão”

Figura 96 – Fotografia de Brenda Moraes



Fonte: Silva (2023).

Eu sou Brenda Moraes. Sou psicóloga clínica e psicóloga social. Também sou ativista dos movimentos sociais aqui no estado de Rondônia. Sou uma mulher negra-gorda que em determinado momento entendeu que precisava fazer mais, por mim, pelos outros e pelas próximas gerações. Então, a partir desse momento, eu decidi fazer parte de todas essas lutas e dessa militância social. A minha profissão condiz muito com isso que eu escolhi fazer parte: ser psicóloga e entender todo esse contexto emocional, entender todas as estruturas disso. Isso faz com que a cada dia eu veja mais a importância de ser quem eu sou e de quem eu tenho me tornado ao longo do tempo.

Sim, sou rondoniense raiz de Porto Velho. O meu pai é de Belém/Pará e minha mãe é daqui mesmo, de Porto Velho, então, *sou bem pezinho na água do Madeira*. Eu sou de uma família muito grande, de uma família de nordestinos e nortistas. Dos meus pais, sou filha única, mas tenho uma irmã que é somente filha do meu pai. Eu tive uma infância boa, com os meus pais presentes, com a minha família, com primos, e eu acredito que todo esse contexto também fez parte e contribuiu para eu ter esse entendimento que eu tenho hoje. Então eu acredito que eu tive uma infância boa.

Eu passei por todos aqueles processos naturais da adolescência, e teve algumas coisas que não foram tão boas. Então, eu acredito que, desde nova, entendi o que era ser uma mulher negra e gorda. Mas infelizmente eu acabei passando por situações na adolescência, passei por aquele processo de tentar me aceitar, de querer fazer parte de grupos, ao mesmo tempo de entender que eu não era tão bem aceita. Tive também esse momento na minha adolescência, essa fase que é muito crucial para o nosso desenvolvimento. Na escola, eu era sempre excluída dos grupos de danças por conta de eu ser gorda. Sempre gostei de dançar.

Tive essas questões, mas também sempre tive muito apoio da minha família e acredito que sou quem sou, pois sempre tive essas pessoas que me incentivaram, que me disseram o quanto eu era bonita, que eu não precisava ser igual às outras meninas para ser bonita ou para estar bem. E tive essas questões, esses percalços na minha adolescência, mas que eu entendo hoje também, que fomentaram muito das minhas questões atuais. Sempre estudei em escola pública e comecei desde os 4 anos de idade na creche. Sou da zona sul. Tem 28 anos que moro nessa região e sou de uma comunidade, de um bairro da periferia da zona sul de Porto Velho, que antes se chamava Belvederes e que agora se chama Eletronorte. Sempre estudei em escola pública. Nunca passei por escolas particulares.

Eu sou de uma família de mulheres negras, pobres, nordestinas e nortistas. Logo, eu acredito que isso desde pequena me influenciou muito em observar que em algumas situações nós éramos tratados de forma diferente, que em algum momento a cor da minha pele fazia com que as pessoas me julgassem de forma diferente, me enxergassem de forma diferente. E, aí, eu acredito que eu fui crescendo tendo essa visão. E, quando entrei na faculdade em 2014, e comecei a estudar Psicologia, comecei a entender e ler mais um pouco sobre os movimentos sociais, a entender mais sobre importância do

feminismo, e foi aí que descobri o feminismo negro, que é tão importante quanto. Conclui a graduação em 2019.

A partir desse momento, eu entendi o que era ser uma mulher negra num contexto social em que eu via muito desses incômodos que eu sentia. Mas, quando eu entrei no curso de Psicologia, eu entendi que fazia sentido o porquê de todas essas coisas. Depois disso, eu percebi que eu podia buscar mais e podia fazer algo a mais. Nesse sentido, eu acredito que a minha escolha pelo curso de Psicologia e o meu ingresso na faculdade fizeram com que abrisse outro leque de possibilidades, para que eu pudesse começar a entender algumas coisas.

O momento crucial da minha entrada no movimento social foi em 2018, na época da eleição, quando nós tivemos como candidato à presidência do nosso país, um *cara* racista, homofóbico, transfóbico e misógino. Então, eu entendi que eu precisava fazer mais, que a gente precisava somar e daquele momento em diante tentar fazer alguma coisa, fazer a diferença. O ano de 2018 foi o segundo momento muito decisivo nessa minha escola de luta e nesse meu entendimento.

Enquanto eu estava cursando Psicologia eu ouvi falar na Associação *Filhas do Boto Nunca Mais*. Uma vez que, ao longo da minha vida, sempre tive muita relação com as questões sociais, e, nesse sentido, eu participava naturalmente das coisas, acabava vendo campanhas nas redes sociais e tal. E foi nessa época, entre 2017 e 2018, que eu descobri a Associação, ao fazer uma pesquisa de campo ainda na faculdade sobre as questões sociais e movimentos sociais. Como eu já conhecia a nossa presidente e fundadora, dispus-me a conhecer mais, a entender aquele trabalho que estava sendo feito, e, a partir daí, comecei a somar e estou lá até o presente momento.

A *Filhas do Boto Nunca Mais* tem se tornado referência nos diversos trabalhos que atendem diretamente a pessoas que estão em vulnerabilidade social. A instituição foi criada nesse primeiro momento para atender grupos de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais, tanto que o nome da Associação se refere a isso. Há uma lenda que nós temos aqui no Norte sobre meninas que apareciam grávidas e o pai era o boto, e nós começamos a pesquisar e a entender que esse boto na maioria das vezes era um abusador, era uma pessoa de dentro de casa, e até possivelmente o pai. Então, esse foi o primeiro olhar da Associação para esse público e depois nós começamos a entender e a incluir outros públicos. Hoje em dia, nós temos um projeto muito bacana dentro da Central de Polícia aqui no estado, que é uma sala de

atendimento humanizada, com objetivo de atender essas mulheres vítimas de agressões, mulheres que estão em vulnerabilidade. Nós (psicólogas, advogadas e assistentes sociais) estamos nessa sala acolhendo e tentando ajudar essas mulheres vítimas de violência doméstica, naquele seu primeiro momento de urgência, fazendo os encaminhamentos necessários.

Do mesmo modo, nós temos projetos sociais para o público LGBT. Nós temos agora um maravilhoso Núcleo de Diversidade que vem trazendo e se engajando nesse meio. Nós temos projetos psicossociais, nós trabalhamos também com palestras, nós temos assistentes sociais, psicólogas. Então, nós somos hoje um grupo de mulheres de várias profissões que tentam cada vez mais fazer a diferença na nossa sociedade, e em nossa capital, tentando sempre trazer esse acolhimento para essa pessoa em vulnerabilidade.

Eu acredito que, às vezes, dentro dos movimentos, há algumas resistências de alguns militantes e/ou ativistas ao novo, em receber uma pessoa nova que quer também fazer parte daquele movimento. Então, também dentro da militância temos aquelas pessoas com pensamentos mais fechados, que acreditam que a militância só funciona daquela forma, portanto, com aquela realidade e naquela medida.

Eu senti e acabei percebendo um pouco dessa resistência e dessa dificuldade também logo quando iniciei, em que eu tentei me inserir nos movimentos sociais. Outra coisa que chama atenção é a questão das pessoas não respeitarem as minorias, o tanto de vez que eu escuto que é *mimimi, que todo mundo é igual, todo mundo é tratado igual, que não tem essa história de que negro, de que LGBT...* Então, assim, a gente é o resultado do que a sociedade ainda muito primária prega, mas a gente sabe que não existe esse tratamento de igualdade, a gente luta para isso, mas ainda não é assim dessa forma. Entretanto, eu acho que eu senti um pouco dessa resistência, mas insisti, e eu disse: *é aqui que eu vou fazer parte e é isso que eu quero fazer*. Acabei buscando e achei pessoas que estavam entrando nesse movimento, onde eu fui acolhida naquele momento. Assim, teve dificuldades, mas eu acho que eu consegui fazer parte disso. *Tô conseguindo me tornar alguém que as pessoas olham e sabem que faço parte dessa luta, e isso é muito bom, tornar-se referência também é muito bom.*

Eu acredito que o ano de 2018, com toda a questão eleitoral da campanha, fez com que a gente entendesse que nós não podíamos dividir forças, mas que precisaríamos somar. Nós entendemos isso muito na dor e na luta, e que nós seríamos e

continuaríamos sendo os alvos. Nós somos o alvo. Então, o movimento feminista, o feminismo negro e a população LGBT entenderam que seriam os nossos rostos e os nossos corpos que seriam os alvos do governo atual, e que iríamos sofrer.

Eu entendo que nós amadurecemos essa questão e hoje entendemos que não podíamos nos dividir naquele momento. Nós precisamos nos unir para poder lutar contra toda essa desigualdade, que nós sofreríamos do mesmo lado, então, sabe aquela frase “a união faz a força?”. Foi muito agregador esse movimento de 2018, a união está fazendo a força, está fazendo a diferença, a gente está se acolhendo porque nós entendemos que a gente ia passar por muitos momentos sendo atacados. E, quando você está sendo atacado, mas está todo mundo disperso, fere mais, machuca mais. Então, quando você consegue se acolher ali, nós entendemos que seria nós por nós. Então, vamos aqui somar essas forças para fazermos a diferença.

Eu sofri e sofro diariamente, infelizmente, por ser uma mulher negra. Ser uma pessoa negra nos coloca na linha de frente de muitas ações ruins, pois nós vivemos em um país extremamente racista e aquele racismo que dizem que não existe. As pessoas te ferem, as pessoas te julgam e as pessoas dizem que não foi por conta da sua cor. Eu já vivi muitos momentos ruins como, por exemplo, eu já fui seguida em loja, já cheguei ao meu local de trabalho e fui confundida. Então assim, diariamente eu chego ao local do meu trabalho, as pessoas que não me conhecem imaginam que eu seja qualquer pessoa que esteja ali, menos a profissional, menos a psicóloga.

Eu já estive em lugares que eu cheguei para dar palestra e eu estava sentada, havia chegado mais cedo, e as pessoas perguntaram se eu era da limpeza. Não que isso seja ruim, mas no sentido das pessoas sempre acharem que nós negros não podemos ocupar espaços é péssimo, já que para a maioria que pensa assim nós não podemos ter um cargo, você não pode ser o chefe, você não pode ser a profissional, você tem sempre que ser essa pessoa que tem um poder aquisitivo um pouco menor.

Então já fui seguida em lojas, recentemente na Avenida Jatuarana, na Zona Sul, onde eu moro. Eu cheguei, desci da moto, eu estava com o meu marido e fui tentar entrar numa loja. Foi quando eu percebi que veio a pessoa correndo atrás de mim e trancou o cadeado. Eu me assustei e perguntei o que tinha acontecido. Aí falaram que a loja já estava fechada. Mas tinha pessoas lá dentro. Então, assim, nós negros, eu sei que aquela loja não estava fechada. No mínimo, aquela pessoa, que era o dono da loja,

achou que eu estivesse indo na direção para roubar ou que eu não tinha dinheiro para entrar e fazer alguma compra ali.

Um outro exemplo: também tem a situação de estar em algum lugar com bolsa, e de ter milhares de pessoas com bolsas, mas o segurança pedir para somente eu abrir a minha bolsa. Tinha outras pessoas com bolsa ali, mas é sempre o meu corpo, é sempre a minha pele, é sempre meu tom de pele que se tornam alvos nesses ambientes. Infelizmente, eu passo por isso no meu cotidiano. São várias as situações que, quando eu paro, e hoje em dia eu tendo essa lucidez, esse entendimento das questões raciais, percebo que não foi falta de sorte, eu percebo que não foi azar, eu percebo que não foi coincidência, foi porque eu sou uma mulher negra, uma mulher negra empoderada, que aonde chega, chega porque não tem como, porque tem um cabelo afro, porque faz questão que as pessoas vejam isso.

Eu percebo os olhares. A gente sente. Algumas pessoas dizem que é coisa da nossa cabeça, eu sei que não, nós sentimos na nossa porque somos nós que vivenciamos. Então são os olhares e comentários, são as formas de abordar e várias situações no cotidiano que, infelizmente, não deveriam acontecer, mas acontecem.

Eu não tenho nenhuma religião. Sou uma pessoa muito curiosa que acredita que nós não somos uma caixinha. Nós temos a possibilidade de vivenciar, de descobrir várias coisas, então, já fui evangélica, mas durante a minha infância frequentei a igreja católica, por exemplo. Hoje em dia sou uma mulher que estuda as religiões de matrizes africanas, até porque faz parte dessa minha descoberta enquanto uma mulher negra, entender esse processo histórico, a religião dos meus ancestrais, como era que isso acontecia.

Hoje em dia eu sou uma pessoa que tem muitas curiosidades, que estuda muito sobre as coisas e acredita nas forças, nos meus pensamentos, na energia das pessoas e no que as pessoas fazem. Mas nesse momento eu sou essa pessoa sem religião.

Eu não me recordo de ter sofrido nesse sentido da questão da minha sexualidade. Eu sou uma mulher que, por enquanto (risos), me denomino como uma mulher heterossexual, pois sou casada com um homem preto cis. Mas, à medida que eu fui crescendo e entendendo, eu fui percebendo que a sexualidade é uma coisa que flui tanto, que nós estamos para além de um corpo, de um sexo, de tudo mais. Então, assim, eu não tive essa dificuldade de pessoas LGBTQIA+, essa vivência não é minha, não é algo que eu tenha passado. Mas, infelizmente, já presenciei situações com várias pessoas, amigas

próximas, que sofreram muito no processo de identidade, de se descobrir e entender o que estava acontecendo. Eu penso que é também um dos pontos principais para a gente trabalhar em cima, focar na sociedade e entender que nós somos além de um corpo e de uma sexualidade, nós somos pessoas, e com quem você gosta de se relacionar está ótimo, se você está bem, que está lhe fazendo feliz, está tudo certo.

Além de casada, tenho um filho. O nome dele é Felipe e ele está comigo desde os 10 anos de idade. Agora ele tem 14, mas esse ano ele fará 15 anos. Ele é meu primo biológico, filho do meu tio. O pai dele e a esposa eram dependentes químicos, negros de pele retintas e, em dado momento, a mãe biológica do Felipe foi assassinada, ou seja, um momento muito complicado e doloroso. O Felipe tem três irmãs e a nossa família se viu em um momento realmente complicado, com meu tio usuário de drogas, com quatro filhos. E, a partir desse momento, nós fizemos uma força-tarefa, digamos assim. Eu ainda estava terminando a faculdade quando tudo isso ocorreu.

Então, fizemos uma força-tarefa para poder cuidar dessas crianças. Elas ficaram lá com a nossa família enquanto procurávamos um local para o meu tio se tratar da dependência química, para ele poder se curar, e, portanto, voltar e cuidar dos filhos. Mas em determinado momento e no meu processo de conclusão de curso, eu me deparei com a realidade de que o Felipe não tinha para onde ir e as meninas já tinham ficado com outros tios. Além do mais, ainda temos a questão da minha avó, que é uma pessoa idosa, tem problemas de saúde e, como ela diz: *a gente tinha que criar todos os filhos e não tinha mais como cuidar desse neto*. E foi nesse momento que o Felipe veio morar comigo. Eu já estava casada há dois anos, e aí nós acolhemos o Felipe. Ele foi um presente. Foi muito difícil para mim nesse começo de tentar entender tudo isso que ele tinha passado, mesmo sabendo, mesmo ele sendo da minha família, mesmo sabendo de todas de suas vivências, pois o Felipe é um menino negro como eu também sou. Portanto, eu sabia o quanto essas questões sociais pelas quais eu já sofro também já faziam parte e iriam fazer parte ao longo da vida dele. E, desde esse momento, o Felipe é meu filho, meu filho e do meu marido. Ele está com a gente faz 4 anos, já está um rapaz, é lindo inclusive, um menino negro lindo. E a gente vive um momento muito bacana agora, nessa fase de sua adolescência, que é uma fase de descoberta. É uma fase que esse caráter já está sendo formado, que agora a gente precisa só fomentar e conversar. Eu converso com ele todos os dias, geralmente sobre diversos assuntos e, todos os dias quando eu saio para trabalhar, eu vou com a certeza de que eu estou

criando um homem negro para saber seu posicionamento social e para fazer a diferença na sociedade.

Eu acredito que as políticas públicas do nosso estado, de uma forma geral, são muito escassas e as poucas que têm ainda são falhas, até mesmo antes da pandemia. Nós enfrentamos aqui muitas dificuldades sanitárias, da falta de cuidados, de acolhimento para essas mulheres, bem como, dificuldades de acesso à saúde dessas mulheres. Então, eu acredito que nós ainda temos muita coisa para somar, para evoluir e para fazer. Precisamos cada vez mais de políticas públicas que trabalhem a saúde dessa mulher, que dê acessibilidade a essa mulher ao sistema.

Então eu sempre quando converso com alguém falo dessa questão de ter acessibilidade. Digamos, por exemplo, que há uma política pública que contemple essa mulher ribeirinha, mas como é que essa mulher vai acessar? Como é que essa mulher vai chegar e atravessar esse nosso rio maravilhoso, Madeira, para vir em uma consulta com o ginecologista? Como é que está sendo o acesso dessa mulher em tempos de pandemia?

Nós temos aqui uma questão de violência muito grande, violência doméstica, e a maioria dessas mulheres que sofrem dessa violência são mulheres negras e, também, a população LGBT. Em que ponto a gente tem uma política pública que de fato seja efetiva? Essa mulher vai fazer uma denúncia, aí vão atrás de prender o agressor, mas para onde essa mulher vai? Quais os encaminhamentos que essa mulher terá? Então, eu acredito que nesse ponto a gente precisa evoluir muito, trazer políticas públicas que sejam efetivas tais quais trabalhar com leis que sejam mais rigorosas nessas questões do assédio, do estupro, da violência, e fazer com que as pessoas entendam, fazer um apanhado social mesmo, de campanhas para que as pessoas entendam a importância desse conhecimento, que essas mulheres sejam acolhidas. E, inclusive, a nossa Associação vem tentando montar muitos projetos que possam caminhar junto às políticas públicas. Nós temos nesse momento agora, um projeto sobre a dignidade menstrual que traz essa questão para essas meninas e essas mulheres no tocante à saúde delas, do entendimento dessa saúde, e de como irão acessar essa saúde.

Nós temos na rede pública o acesso a preservativos para as pessoas que querem manter relação sexuais mais seguras, mas e o absorvente? Como é que essa mulher tem acesso ao absorvente? Sendo que nós não escolhemos menstruar, logo, é biológico, é natural do nosso corpo. Nesse sentido, eu acredito que ainda há muitas questões para

esse público de mulheres, para o público LGBT, para que possa ser efetivo, mas também acredito que nós estamos caminhando. Olhando para trás ao longo das poucas políticas públicas que nós temos hoje em dia, enxergo que nós estamos caminhando, que os nossos políticos em si estão começando a observar, através de muita luta, de resistência, de a gente ir lá e de cobrarmos dizendo: *não, vem cá, olhem para essa situação...* Então, eu acredito que a gente está nesse processo de progresso e evolução.

Eu idealizo um momento em que nós, pessoas negras e LGBTs, sintamo-nos seguras, que a gente possa sair de casa sem ter medo, sem achar que as pessoas vão bater na gente, sem achar que elas irão atirar nos nossos semelhantes, que elas não vão agredir as pessoas na rua porque elas não sabem se é homem ou mulher (aqui ela se emociona e chora), ou que elas vão simplesmente achar que o que eu estou falando é *mimimi*, que é vitimismo. Que a gente tenha respeito, que a gente tenha a liberdade, que eu possa realmente sair da minha casa e ter a certeza de que não vão me confundir como uma ladra, que não vão confundir o meu marido como assaltante, que não vão confundir o meu filho como assaltante, que os meus amigos não vão ser agredidos e nem mortos simplesmente por serem as pessoas que são.

Então, a minha militância é para deixar frutos, é para fazer com que as novas gerações entendam a importância de nós compreendermos quem somos e de nos amarmos, de nos aceitarmos, de sabermos que não existe um padrão social, pois o nosso padrão somos nós mesmos. Eu sou o meu padrão, essa mulher aqui, que é negra, gorda, de cabelo de tranças, sem cabelo de tranças, do jeito que eu achar que eu deva ser. Isso é o que eu quero deixar, é pelo que eu luto diariamente, é uma luta mesmo, é uma luta para que as pessoas possam me respeitar por onde eu passar, para que as pessoas me vejam enquanto uma profissional, e deixar muitas sementinhas para as próximas gerações, e, quando eu virar ancestral, que essas gerações entendam o tanto de trabalho, de frutos, o quanto de sementes que a gente deixou para eles poderem colher e plantar mais.

6.8. Raymisson: “Do movimento estudantil ao movimento LGBTQIA+: a trajetória de um militante gay em território periférico”

Figura 97 - Fotografia de Raymisson Correa



Fonte: Silva (2023).

Eu sou Raymisson da Silva. Sou técnico de enfermagem, assistente social, servidor público e ativista dos movimentos sociais. Eu iniciei no movimento social através do movimento estudantil da escola nos anos de 1994 a 1996, enquanto presidente do grêmio estudantil. Depois, participei dos movimentos e das comissões locais de saúde nos anos de 1997 e 1998, e em seguida ingressei no movimento LGBT. Estou nessa carreira há mais de 20 anos.

Sou natural de Guajará-Mirim, que é um município aqui perto de Porto Velho, mais ou menos uns 400 km, mas eu fui criado aqui em Porto Velho... Nasci em Guajará-Mirim e fiquei até eu me assumir (risos) LGBT, pois em minha época para se assumir era uma situação bem difícil e complicada, tanto na família quanto na sociedade. Era uma época em que a violência tomava de conta.

Ser gay, naquele momento, creio que eu tinha uns 11 anos, corria o risco de ser apedrejado na rua. Os colegas nos chamavam de *gayzinho* e a gente brigava na porrada dentro da escola. Nessa época, que eu tinha 10 ou 11 anos, eu assumi a minha homossexualidade para minha mãe e para a minha família, mas não foi muito bem recebido. Poderia ser se fosse natural, talvez, mas eu acho que foi até precoce da minha parte me assumir tão cedo. Depois de lá, eu vim para Porto Velho, onde passei por casas de intervenções, pois ser gay naquela época tinha que ser tratado, pois havia uma suposta “cura”, portanto, a família tinha que lhe levar para a igreja, tinha que lhe colocar no Centro de Educação.

Não me lembro como era chamado o nome desse local aqui, mas na época havia uma casa que recebia e ficava com as pessoas que tinham “problemas”. Nesse local havia Psicólogo e Assistente Social, porque os gays não podiam ser acompanhados pela família, infelizmente, a maioria dos gays eram postos nas ruas.

Sobre a minha infância, eu acho muito bacana falar sobre essa fase. Eu, quando eu me entendi assim, acho que aos 5 anos de idade, eu sempre tive atração por homens. Eu nunca tive atração por mulheres de forma alguma. Então a minha infância era ficar trancado, pois eu tinha que ficar em casa. Quando a minha mãe saía, eu ficava brincando com as bonequinhas, eu colocava aqueles grampos de cabelo na orelha e eu gostava de ver a Gretchen dançar no “Cassino do Chacrinha”. Mas quando a minha mãe chegava, eu queria ser o “Incrível Hulk” (risos) para ela, pois não tem aquela coisa de ser forte da masculinidade? Porque ela tinha uma imagem, uma cobrança tão grande sobre mim... Na minha infância nós tivemos um bloqueio em algum momento, mas não a ponto de atrapalhar... Eu tive uma infância muito feliz na verdade, pois eu tinha uma liberdade muito boa de falar a verdade para minha mãe, uma cultura nossa que fez com que a minha infância fosse sempre assim. Talvez eu tenha conseguido, não sei se de fato, esconder, mas eu acho que consegui proteger minha mãe de algum transtorno, alguma decepção, pois a minha preocupação era mais com ela do que comigo com relação a minha homossexualidade.

Então, eu segurei isso até os 10 anos, faz parte da minha infância... Mas nesse período eu fiz uma coisa muito assim, muito forte na época: que foi chamar a minha mãe para conversar. O motivo era porque eu era ameaçado pelas pessoas na rua. Havia colegas de escola mais novos que eu, membros da minha própria família, que diziam: *olha! Eu vou contar para a sua mãe que você é gay!* Nos bastidores eu sempre me

declarava que era homossexual, mas em casa eu não conseguia ter esse diálogo com a minha mãe. Porém, pela política que eu tinha de conversar tudo com a minha mãe, na infância, eu tive a coragem, aos 10 anos, de falar: *mãe, eu preciso falar para senhora uma coisa, antes que todo mundo saiba, eu vou falar para a senhora*. Então eu falei para minha mãe que eu era homossexual, que eu gostava de homem. Eu já estava prevenido, né, da mágoa, da decepção. E foi, até de certa forma, pior porque foi natural ela ter me agredido, me batido, pois ela perguntou para mim várias vezes se eu sabia o que era ser gay com 10 anos de idade. Eu senti que foi um baque muito grande para ela.

Ao me assumir virei caso de polícia, pois naquela época o Conselho Tutelar era mais forte. Então a minha homossexualidade foi tratada como caso de Justiça, já que havia certa desconfiança do tipo: *alguém estava me aliciando? Alguém estava abusando de mim?* Eu fui parar nos jornais e o caso chegou à justiça para as pessoas saberem identificar, porque, na cabeça delas, mesmo eu dizendo e assumindo a minha homossexualidade, se tinha a impressão de que tinha acontecido um crime contra mim, ou seja, alguém estava abusando de uma criança de 10 anos, e queriam saber quem era essa pessoa. Mas eu tinha um desejo, eu já sentia atração por rapazes, nunca tive atração por mulheres.

A minha mãe ficou muito abatida e isso reverberou na minha família. Sendo assim, resolveram tomar uma atitude com relação a mim. Eu quando assumi a minha homossexualidade, assumi um problema, e aí o problema da família foi o primeiro: começaram a me isolar, me mandaram para o sítio, fui plantar e cortar macaxeira. O discurso na casa do meu avô, pois passei a morar com ele, dizia que eu tinha de “virar homem”, saber o que era ser homem e, homem para eles tinha que capinar e roçar, fazer serviço pesado.

Mas eu tinha um objetivo e foco muito grande na minha vida que era não deixar de estudar, pois eu queria ser alguém, eu queria mostrar... Tudo aquilo que eu passei na infância me dava uma perspectiva de futuro diferente, pois eu dizia: *eu posso ser diferente, eu posso ser alguém na vida*. E ficou uma coisa marcada. Interessante eu falar disso, pois eu fico até emocionado em falar, porque, quando eu saí de Guajará com uma missão de lá, desejando voltar diferente, eu não queria mais que a minha família tivesse vergonha de mim, de me mandar para o sítio, de me esconder da sociedade, entende? Eu queria que eles tivessem orgulho de mim. Eu queria que eles se orgulhassem da pessoa que eu sou, pois eu não era só aquele gay, eu poderia ser alguém na vida. Então eu saí

de Guajará com esse desejo. A princípio, eu não sei e eu entendi enquanto uma vingança, talvez, porque tivesse a questão do ódio, da raiva que eu sentia, mas também eu tinha o desejo de fazer diferença também.

No entanto, eu vim para Porto Velho com esse desejo e essa vontade: *eu vou estudar aqui, mas eu voltarei para Guajará, pois eu quero voltar para a casa dos meus avós e da minha mãe, mas eu quero voltar com eles respeitando-me, que eles possam ter orgulho de mim.* A única forma seria através da educação, já que eu via a escola como a chave, como solução para o problema que eu tive com a minha família. Naquela época, eu dizia: *eu não vou sair da escola, eu vou estudar, eu vou ter emprego, eu vou ter a minha sustentabilidade, eu vou ter a minha autonomia, eu vou conseguir, e no final a minha família vai ter orgulho de mim.*

Naquela época, durante a minha infância, tinha essa questão da família, então, a família *empregada* era super respeitada na sociedade. Ele podia até ser gay escondido... mas se ele estivesse trabalhando, no espaço dele era respeitado. E eu era uma criança de 10 ou 11 anos, sem futuro nenhum, assumindo a homossexualidade muito cedo, tanto que acabei passando por esses problemas na minha família.

Na cidade? Nem se fala, né? O pessoal “tacava” baladeira em mim. Os colegas da escola quando passavam por mim na rua me chamavam de gayzinho e partiam para agressão física, mas eu batia neles, às vezes, né? Lógico! Era a minha defesa! Quando a pessoa me batesse, eu batia nela também. Eu brigava na sala de aula, eu ia para a Diretoria, então, eu comecei a dar problemas também (risos), porque a escola me associava: *olha! Ele é homossexual, ele tem problema, é por isso que ele é agressivo.* Então surgiu um monte de processo aí, que se desdobrou, mas graças a Deus eu consegui superar e depois a minha mãe entendeu.

Na minha adolescência, eu tive uma aproximação muito forte com a minha mãe novamente, até os 14 anos. Entretanto, essa foi a minha infância, no tocante à homossexualidade e que ela até hoje é pregada em mim. Na verdade, ela ainda me motiva a cada vez mais lutar e a tentar ser uma pessoa que dê orgulho para a família, para a minha mãe e para a sociedade, independente da minha homossexualidade.

Eu não conheço o meu pai até hoje (risos), mas já tivemos um contato por telefone. Não lembro em que ano, mas alguém tentou aproximar a gente. Chegamos a conversar, tentamos ensaiar um encontro, porém, não deu certo. Eu fui criado pela minha mãe, portanto, ela foi o meu pai o tempo todo. A história que eu sei é que ela

fugiu dele quando estava grávida de 6 ou 7 meses. Na época ela era muito jovem, mas me criou. Depois eu fui criado com padrasto também. Ele era policial militar, era a referência para mim, era um pai para mim também, nunca triscou o dedo em mim, nunca se meteu em qualquer situação, mesmo quando eu assumi a minha homossexualidade. Ele deixou a responsabilidade para a minha mãe, ou seja, ele não quis se envolver. Então, era uma relação muito transparente e verdadeira que nós tínhamos e ele sempre me respeitou.

Eu sempre fui por natureza um tipo de líder, e, desde o ensino fundamental, eu sempre fui representante de sala. Eu participava dos jogos escolares, das gincanas, então, eu já tinha esse espírito de liderança. Então, como líder, eu gostava de realizar eventos e atividades extraclasse na escola. Comecei pelo movimento estudantil, onde dentro do movimento levantávamos todas as bandeiras, inclusive pautas LGBT.

Em 1996, na escola, através dos grêmios estudantis, nós discutimos a participação dos LGBTs. O engraçado é que, na época, nós gays éramos vistos como os “caras engraçados”, tipo o “palhaço da turma”, a gente ouvia: *olha vamos levar o gay para divertir a turma, ele é gay, vamos rir muito*. Mas eu não queria ser o gay palhaço, mas o gay líder! E isso começou a gerar conflito no movimento estudantil, porque eu chegava e dizia: *não, eu não quero ser o engraçado da turma, eu quero participar das discussões, eu quero participar do movimento estudantil dentro da escola, mas olha como os gays são tratados na escola? Como é que fica a situação das travestis que não estão na escola?*

Então eu já discutia a pauta LGBT. Lá em 1996 eu fazia uma rachadura no movimento estudantil, porque todos os gays que participavam eram vistos como engraçados, era o que enfeitava a sala com balões, o que dançava de forma engraçada para todo mundo rir, porém, o gay nunca estava nas mesas de discussões e das tomadas de decisões. Ele nunca ia para a Diretoria discutir as políticas da escola, ele ia se fosse pela bagunça, mas eu não concordava, porque os gays não poderiam ser vistos assim.

E daí eu comecei a me aproximar das questões LGBT mesmo sem saber e sem perceber, mas automaticamente pelos meus posicionamentos e dizendo: *não, vamos ser diferentes, o gay não pode ficar sendo baliza de fanfarra ou sendo engraçadinho de quadrilha de arraial!*

Passei no concurso público da Saúde aos 17 anos, e entrei como agente comunitário de saúde. Mas continuei no movimento estudantil, pois eu ainda estava

terminando o colegial, já que eu era aluno secundarista. Nessa época, eu participei da União dos Estudantes Secundaristas que pertencia à UBES, e essa instituição articulava desde os anos de 1994 os grêmios estudantis, viajando para outros estados e fazendo os encontros dos estudantes, discutindo a Constituição.

Então ingressei na Saúde e fui me conhecendo dentro do SUS, portanto, não fiquei somente no movimento estudantil. E, dentro desse sistema, surgiu outra demanda, pois no SUS eu comecei a perceber a questão do atendimento relacionado à discriminação e preconceito contra LGBT nas Unidades de Saúde, como por exemplo, a falta de respeito do nome social de pessoas trans. Desde 1994, a gente já passava por esses problemas e de forma muito mais agressiva. Você era barrado na porta do SAME, pelo simples fato de ser gay. Assim, você ia com algum problema de saúde, esfaqueamento, dor de cabeça, dengue, mas a tua homossexualidade, a tua identidade, eles te barravam no serviço. Era extremamente absurdo! E comecei a questionar essas situações e a discutir pautas para melhorar o atendimento da população LGBT, a partir do movimento estudantil, mais com a minha entrada no SUS, isso me aproximou da agenda LGBT.

Naquela época aconteciam agressões físicas contra LGBT nos bares, nas festas e nas ruas. Na minha adolescência eu ia na “*porrada*” com os *caras*. Eu tinha que brigar, o *cara* chegava, me “*tacava*” pedra, eu “*tacava*” outra, me empurrava, eu batia, apanhava. Eu via muitos colegas LGBT na zona leste morrerem violentados, com tiros na cabeça, esfaqueados. Vou até citar aqui o caso do Rômulo que ocorreu na minha frente: os *caras* quebraram uma garrafa de cerveja, enfiaram na parte anal dele, e eu, com 16 ou 17 anos, assistindo toda aquela cena de violência. Depois jogaram ele em um bueiro da Av. Mamoré. Eu fiquei chocado, com medo. Depois de vivenciar essas agressões, eu pensei que tivesse me tornado violento, pois eu tratava a violência com violência também.

Eu fui me aproximando das questões LGBT. Passei a frequentar a Avenida Rio Madeira, a me aproximar das travestis, dos pontos. Chegou um momento em que a gente entendeu que fazer movimento social naquela época era literalmente na base da agressão e que fisicamente a gente tinha que atacar as pessoas que nos oprimiam para ser o que realmente somos. Hoje não é mais assim. Por exemplo, você vê os adolescentes gays, muito precoce, de uma forma muito natural andando nas praças, mas na minha época era perigoso e violento para pessoas LGBT.

Eu saí da parte da agressividade quando surgiram as ONGs. Existia um conflito aqui em Porto Velho muito grande de discriminação e preconceito local, não era só contra LGBT. O povo do centro tinha preconceito contra a zona leste e diziam: *na zona leste só tinha bandido, tudo de ruim acontece na zona leste, nas páginas policiais só aparece a zona leste, e os gays da zona leste...*

Quando a gente percebeu e saímos dessa linha de agressividade, nós da zona leste questionamos: *nós estamos excluídos, cara! O que é isso? Não podemos participar da Parada Gay?* Participar, não no sentido de irmos fantasiados para as pessoas “rirem” da gente, nós queríamos participar da Parada como protagonistas, discutindo as pautas, discutindo os trabalhos. E, com isso, entramos em conflito com o grupo LGBT do centro. Abriu-se um grande racha, pois eles diziam que nós da zona leste não poderíamos participar, que era outra cultura, outro estudo.

Nós tivemos duas pessoas muito importantes nessa época, um gay e uma lésbica: Ariel Argobe, da Universidade Federal de Rondônia, e a Denise Limeira, pessoas maravilhosas. O Ariel foi o grande responsável pelo movimento social LGBT de resgatar uma boa parte dessa população da zona leste. Quando eles perceberam os conflitos que nós tínhamos com o grupo do Centro, chegaram até nós e disseram: *vocês podem fazer a Parada LGBT da zona leste, vocês podem fazer o movimento de vocês, podem se organizar. Por que vocês não criam uma ONG e discutem políticas públicas, para que vocês possam realizar a Parada e outros eventos?* E nós achamos as sugestões muito boas.

Porém, ficamos na dúvida de quem seria o presidente da instituição, *quem vai ser o quê?* Nós éramos totalmente leigos, não entendíamos como funcionava uma ONG. Mas o Ariel e a Denise nos orientaram, ressaltando que eles não podiam ser presidentes da instituição que seria criada, pois eles não moravam em nossa comunidade.

Enfim, realizamos a eleição e eu fui eleito o presidente da entidade, que se chamou *Porto Diversidade*. Nós elaboramos o estatuto e o fizemos do jeito que queríamos. A gente colocou as pautas específicas e, inclusive depois, ao olharmos detalhadamente, acabamos cometendo um erro, porque quando criamos o estatuto da ONG, nós excluímos o centro! Não percebemos isso antes (risos). Mas no anseio de a gente se sentir excluído, não se percebeu essa exclusão.

No entanto, o nosso primeiro estatuto foi todo específico para as questões LGBT e problemas sociais na zona leste. Porém, esquecemos que nós LGBT estamos presente

na cidade toda e a nossa instituição tinha que ser aberta, né? A partir desse estatuto realizamos o primeiro Miss Cidadania LGBT, pois nós discordávamos do Miss Gay, que era organizado pelo grupo do centro. No Miss Gay só tinha brilho e beleza, e depois a pessoa continuava sendo violentada na escola, não conseguia terminar os estudos, sem formação etc. E a família e sociedade como é que fica? O Miss Gay era só um ponto alto de beleza para ir desfilando fora, viajar e representar a nossa cidade?! Mas não era somente isso que a gente queria.

Queríamos nos aproximar da família. Que os pais pudessem ver, que a família pudesse ver, que a sociedade pudesse abraçar o evento e respeitasse aquelas pessoas. Não só naquele dia daquele evento, mas no seu dia a dia, no seu cotidiano. Então, o Miss Cidadania nasceu com esse formato. E aí teve várias coisas durante o evento: os candidatos e candidatas tinham que participar como se fossem realizar provas, por exemplo, tinham que ter três trajes: um típico da região, um social e um individual de livre escolha, mais uma missão que a gente pedia, por exemplo, que era levar alguém da família para participar de uma roda de conversa.

Teve um ano que a gente trabalhou com doação de sangue. Mas se as candidatas não pudessem doar, bastava levar alguém. Ainda tinha esse problema, porque se fosse LGBT já era excluído na hora da entrevista para doação, então, foi uma briga também ali. A gente mobilizou, as meninas mobilizaram as pessoas para doarem sangue, mas a ideia é que a gente pudesse doar.

Nesse sentido, o Miss Cidadania veio com esse formato, com um caráter totalmente diferente, pois, além da estética da beleza, veio falando de cidadania, de Direitos Humanos, de família, da ética e de como ser cidadão. E foi muito bacana, pois o primeiro Miss foi um sucesso, o segundo também, o terceiro... Eu acho que tivemos seis edições! E foram umas misses assim que nós estávamos conversando esses dias sobre o resultado desses eventos. E numa dessas conversas, o Marisson, que foi a primeira Miss Cidadania, e que estava cursando Jornalismo, falou: *cara, aquele ano de 2011 foi o ano da minha vida, foi o start, porque eu estava com conflitos familiares, mas aquele Miss trouxe a minha mãe, ela torcia por mim, aí eu me motivei, eu retornei para a escola.*

Tivemos a Samira Fox, que está trabalhando como professora, em um distrito de Rondônia. Ela continua estudando. Eu a acompanho no *Facebook* se destacando. Então assim, quando a gente olha para aquele grupo lá atrás e vê o cenário que eles estão

agora! Nossa! O Miss teve um resultado muito importante, pois ele foi crucial em algum momento na vida dessas pessoas. Inclusive, a gente estava conversando em organizar um *happy hour*, convidar só os membros de 2010 e 2011 para sentarmos e fazermos uma roda de cachaça. Um encontro para a gente conversar, se ver, porque está todo mundo em outros cenários diferentes do que a gente vivia e aquilo fez parte disso hoje.

E aí fomos discutir as questões das paradas. As paradas tinham um grande problema, nós não as queríamos carnavalizadas. Tudo bem que tinha o brilho, a beleza, mas quando a gente vinha aqui para rua, a gente percebia que uma boa parte da população vinha para apreciar, lógico, mas uma boa parte vinha para rir, como se fosse um momento de diversão, como se fosse um carnaval. Parte do público olhava, viam as meninas bonitas fantasiadas, viam as engraçadas, as bêbadas, as colocadas. Viam tudo, mas ficavam todos na calçada aqui, olhando e rindo, e no outro dia? No outro dia a violência continuava, o preconceito continuava e a discriminação continuava. Aí a gente falou: *Não! A gente precisa fazer uma Parada diferente, a gente precisa fazer uma Parada que influencie na vida das pessoas que influenciam na sociedade. Que a gente as traga para uma mesa de discussão, pois não dá para irmos somente no dia da Parada, passarmos na rua simplesmente e, no outro dia, ter 3, 4 ou 5 mortas na rua.*

E aí a gente criou a Marcha Municipal Pela Diversidade Sexual em que criamos uma lei para colocá-la no calendário cultural. Sendo assim, a Marcha veio com temas: um deles falando de agência bancária para a zona leste. Já era um problema muito grande, porque não tínhamos agências bancárias, como a Caixa Econômica, em uma região que na época tinha mais ou menos 50 mil habitantes, e que hoje tem mais de 150 mil habitantes. Mas, naquela época, não tinha uma agência bancária para aquela população. Aí a gente se aproximou da população quando a gente fez um abaixo-assinado e a gente foi depois na Caixa Econômica para entregar o abaixo-assinado com mais de 15 mil assinaturas. Falamos desse tema no trio, ou seja, a gente tinha os temas, tinha a festa e a alegria, porém, tínhamos discurso, tínhamos os conteúdos.

Durante a Marcha, nós estávamos falando de uma coisa muito real ali para nossa comunidade e depois surgiram outros temas. Viemos falando da Avenida José Amador dos Reis, viemos falando de trânsito, falamos de violência, e esse debate ficou permanente, porque acabava a Marcha, mas nós continuávamos indo discutir lá, se o negócio estava andando ou não estava. Então a gente modificou os formatos da Marcha.

E aí inventamos o evento da “Corrida do Salto Alto”. Fizemos umas três edições na Escola Daniel Neris. Criamos o regulamento. Era uma atividade esportiva em que tínhamos que chamar o SAMU, o Corpo de Bombeiro, os profissionais de Educação Física, para eles fiscalizarem toda a parte de segurança, que era necessária. E, na parte lúdica, colocava-se o salto alto de 15 cm e elas corriam. Disputando entre as trans e os gays, os participantes da Corrida se vestiam do jeito que queriam, porém, o mais importante era o salto de no mínimo 15 cm, e fazíamos a corrida. Havia uma premiação: troféu, medalhas, bolsa para se matricular na academia. Era um momento lúdico e muito bacana.

A gente começou a entrar nas escolas. Tiramos o Miss das Boates, porque o Gala Gay acontecia nas boates aqui do centro. Nós não queríamos que fosse nesses espaços, nós queríamos um desfile em que pudéssemos levar as famílias. *Vamos fazer nas escolas da zona leste: Risoleta Neves, São Luiz, Jânio Quadros, Maria Carmosina, Flora Calheiros.* Nossa! Eu lembro que foi uma briga muito grande na época, pois tinha professor que colocava a bíblia em cima da mesa, dizendo: *mas isso não pode dentro da escola, como é que vocês vão colocar um desfile de homens vestidos de mulheres!*

Foi um choque quando levamos o projeto para as escolas. Aí gerou um racha dentro das escolas. Tinha os pedagogos e professores que apoiavam e outros não. Aí colocavam a bíblia, a família, colocavam um monte de obstáculos para não acontecer o Miss Cidadania dentro da escola. A resposta, porque eles achavam que era um desrespeito fazer um evento com “homens usando roupas de mulheres” no ambiente escolar.

A nossa proposta era realizar o desfile à noite na quadra da escola. Também tínhamos a roda de conversa com os professores e pais, e tínhamos a roda de conversa com as instituições governamentais, como por exemplo, o Ministério Público e a Defensoria Pública, ou seja, a gente tinha todo um aparato. Nós levamos em contrapartida para a escola uma grande ação social: corte de cabelo, manicure, pedicure, atendimento médico, ou seja, além do Miss, realizamos essas ações para a população e para a comunidade escolar. Era uma estratégia que a gente teve, em ter uma contrapartida para a população, que seria contribuir enquanto serviço comunitário e aproximar a comunidade para que ela pudesse assistir ao desfile e entender que aquilo não era um afrontamento para as pessoas, mas sim que aquele era um desfile de identidade, de diversidade sexual, cultural, daquele segmento e que respeita a família. O

respeito foi tanto que era proibido no desfile trajes que mostrassem a nudez, pois tinha um limite, por exemplo, os trajes típicos não podiam mostrar os peitos, a bunda, porque nós tínhamos levado a família, nós queríamos mostrar uma beleza, mas uma beleza respeitosa, então o nosso Miss tinha outro formato.

A gente queria se aproximar da escola, estar junto da escola, trazer a escola para dentro da discussão da temática LGBT. Era isso que a gente queria e isso foi uma grande discussão. A gente conseguiu realizar três vezes o Miss nas escolas e foi um sucesso. Fizemos esse evento nas escolas: Risoleta Neves, São Luiz e Daniel Neris. Depois o Miss se desdobrou em tantas coisas positivas: os professores ligavam para gente pedindo nossas orientações para resolverem questões relacionadas ao uso do banheiro, do nome social. Também começaram a surgir essas demandas para a ONG, ou seja, passamos a ter um poder de intervenção nas escolas da zona leste. Oferecemos ajuda de psicólogos aos pais de estudantes LGBT quando eles tinham alguma dificuldade, tensões. Então, a gente mudou muito o processo de trabalho nessas escolas.

Depois dos eventos, nós fazíamos avaliações. O corpo pedagógico da escola passou a ter um outro olhar sobre o evento, desta vez, já começaram a defender, e não mais atacar, ou seja, desconstruímos uma imagem e construímos outra imagem dentro do processo. Talvez a gente seja um dos poucos grupos da capital que conseguiu fazer isso, e era um grande desafio, porque a zona leste era o maior reduto de preconceito em todos os aspectos, de violência e de todos os tipos que você imaginar, e aí houve esse avanço.

Depois, passamos a fazer eventos mais pontuais. Além das escolas, começamos a envolver a igreja. Aproximamo-nos da igreja, trazendo-a para a discussão. Quando falávamos da falta de agência bancária, o banco não só interessa para gay, interessa para a igreja, família, sociedade, profissional, comerciante, então, era de interesse para todos! Inclusive teve um pastor que me disse: *Nossa! Vocês foram muito espertos, porque vocês trouxeram um tema que vai aproximar-nos de vocês.* Aí eu disse: *não, isso não é uma esperteza, isso é uma vontade nossa, nós queremos ficar perto de vocês, ficar perto da igreja, porque a igreja não é nossa inimiga, o nosso inimigo é o Estado brasileiro, pois é o responsável para prover as políticas públicas, o que nós queremos é a política pública, a religião, todo mundo tem o seu livre arbítrio para discutir.* Então, não podíamos ficar brigando com a igreja, e não devemos, pois todos esses momentos de reflexão foram importantes.

E daí o movimento do centro enfraqueceu, começou a perder visibilidade e credibilidade. Eles começaram a se sentir excluídos pela gente. Foi uma coisa que a gente não pensou no início, pois as meninas do centro queriam participar do Miss Cidadania, queriam participar também para levantar a bandeira LGBT, mas automaticamente nós as excluimos quando fizemos o nosso estatuto. Então, tivemos que chamar *a galera* novamente para modificar o estatuto. Convidamos *a galera* do centro e aí houve uma grande união. Chamamos o *GGR, Tucuxi e Comcil* e aí falamos: *gente, o movimento LGBT do centro está parado há dois anos, mas nós temos o nosso aqui da zona leste. Essa é a hora de a gente juntar forças. E aí fazemos as duas, fazemos a Marcha da zona leste e a Parada do centro. O importante é a gente fazer, pois, enquanto a gente ficar se digladiando, brigando internamente, a gente vai acabar enfraquecendo*. A gente mudou o estatuto. Com a mudança, nós fizemos uma Marcha com mais de 80 mil pessoas na zona leste. Creio que em 2011 ou 2012, foi a maior de todas. Nós começamos em 2010, mas eu acho que foi em 2012 que começou essa união com a comunidade LGBT de Porto Velho.

Aí a gente organizou a Primeira Conferência Municipal LGBT em 2014. Porém em 2010, já discutíamos que era necessário realizar essa conferência municipal, pois não queríamos somente a Parada, queríamos também discutir políticas públicas para nós mesmos, discutir a criação de Conselhos. E a gente convidou os LGBTs do Centro para discutirmos essas questões. Então fizemos a Marcha Municipal no centro da cidade, a maior de todas, com aproximadamente 80 mil pessoas. Realizamos a conferência, fomos para “cima” da Câmara dos Vereadores, da Secretaria Municipal de Assistência Social, dizendo: *nós queremos a nossa Conferência, precisamos sentar-nos e discutir*.

Houve, então, a Primeira Conferência Estadual LGBT. Já fazia anos que não se tinha mais, aí aproveitamos o momento, e realizamos logo as duas conferências LGBT: a primeira municipal e a segunda estadual. E foi um grande “up” do movimento social LGBT aqui em Rondônia, pois conseguimos garantir a criação do Conselho LGBT que foi assinado, mesmo sendo depois embargado pela bancada evangélica na Assembleia Legislativa. Segundo as bancadas da finança e evangélica foi devido a finanças, pois ela entendeu que o Conselho precisaria de recurso, e sem recurso não teria sustentabilidade.

Nesse sentido, quando fomos lá, as bancadas já tinham arquivado o processo. Mas nós não queríamos recursos para o Conselho e sim fazer parte da Casa dos Conselhos. Nós já tínhamos recursos, então não queríamos algo diferenciado. Se tinha

os Conselhos da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher, nós também queríamos o nosso, mas eles entenderam diferente. Eu acredito que esse entendimento distorcido era a justificativa para não criarem o nosso Conselho.

Depois, nós descobrimos que a nossa movimentação aqui reverberou em Brasília, movimentou a bancada federal, os deputados, senadores. Houve uma grande movimentação e pressão em cima dos deputados aqui, porque o projeto de criação do Conselho já tinha sido aprovado pelo poder executivo, com a Assembleia Legislativa fazendo a nomeação dos conselheiros. Porém, a bancada religiosa conseguiu barrar a criação do Conselho.

Mas, enfim, todo esse movimento da militância LGBT foi um momento maravilhoso. Nós fizemos as conferências (de 2014 e 2015) e trouxemos LGBTs de Chupinguaia, Cerejeira e Nova Mamoré.

E nas conferências a gente se uniu e se viu. Ouvíamos situações de gays de cidades pequenas que passavam absurdos devido à ausência de políticas públicas, coisas que a gente não vivenciava em Porto Velho. Nesse sentido começamos a identificar, a mapear os problemas e as dificuldades da população LGBT. Nós tínhamos uma mesa de secretários públicos, gestores e coordenadores de despesas que puderam fazer intervenções, ou seja, muitas coisas aconteceram depois dali. A questão da retificação do nome social para as travestis, a participação da OAB, dos sindicatos. Então houve uma grande movimentação do nosso segmento em Rondônia. Nós fomos destaque. Lembrando que foi em 2012, naquela união entre nós da zona leste com o centro, que tivemos esses resultados positivos. Portanto, a coletividade estava acima de tudo e dava resultados.

Percebemos depois que no período eleitoral (de 2018) tiveram LGBTs que se candidataram, mas não ganharam, se afastaram e o cenário mudou completamente. Com essa mudança no cenário político, o movimento enfraqueceu. Mas esse enfraquecimento se originou em 2016 e já se tinha essa conjuntura do governo #EleNão. Foi um baque muito grande. E aí houve uma dispersão entre nós. Por exemplo, eu fui buscar a minha formação acadêmica. Assim como outras lideranças também foram buscar, pois nós precisávamos também ocupar os espaços acadêmicos. Então eu creio que 80% dos militantes entraram na academia, e hoje temos alguns formados, trabalhando, ou seja, continuam no movimento, mas com outra visão, mais acadêmica e científica.

O *Porto Diversidade* era composto por: eu na função de presidente, o Marisson (hoje jornalista) como vice-presidente, a Samira Fox (hoje professora) como secretária, o Vanilson e o Pâmelo, sendo que todos eram LGBTs, pois não tinha pessoas *héteras*. No primeiro mandato, por termos uma realidade diferenciada, e haver a necessidade de representação LGBT no cenário, a gente resolveu formar a nossa diretoria somente com pessoas LGBTs. Somente no segundo mandato que a gente incluiu os *héteros*, porque a entidade cresceu. As atividades já não eram somente para pessoas dissidentes, eram para a família e a sociedade em geral, isto é, entendendo que família também poderia ser membra da instituição. Aí surgiram outras entidades, como por exemplo, a Associação das Mães de LGBTs, que fizeram contato com Brasília. Fizemos parceria com a ARTGAY, ABGLT e ANTRA. Nesse sentido, a nossa ONG se abriu para o interesse coletivo e social, tanto que tivemos uma presidenta mulher *hetera* e mãe participando do processo.

Essa era a formação do *Porto Diversidade*: inicialmente só com LGBTs e, no segundo mandato, de acordo com o estatuto, já mudamos a diretoria abrindo o leque. Eu acho que a gente chegou a ter aproximadamente mil filiados. Tínhamos diretor social, cultural, da família, do esporte, secretário e tesoureiro.

Dentro do movimento eu encontrei muitos desafios: a falta de politização, a vaidade, o preconceito interno entre gay e travesti, por exemplo. E mais desafios, como o de o militante gay não gostar da militante travesti e vice-versa. Parecia que viviam em mundos diferentes, pois parecia que eram pessoas diferentes dentro da própria diferença. Então foi um ponto de estrangulamento. Um desafio muito grande para nós do *Porto Diversidade* era dizer para as pessoas que não iríamos ser excludentes. Inclusive o Miss Cidadania falava isso, porém tinha membros que queriam somente a participação de candidatos gays ou só travestis, mas não, o Miss era para todas e todos LGBTs, pois nós estávamos falando de inclusão e de cidadania. Logo, foi um desafio muito grande para a gente, fazer as pessoas entenderem que o fato de ser travesti, trans, lésbica, gay, não faz diferença um para outro, não se faz melhor ou pior que o outro. Tínhamos que estar juntos porque lá fora também tínhamos outras dificuldades, e precisávamos de união, pois separados não teríamos forças. Tudo ficava muito mais difícil, ou seja, se uma travesti tivesse um problema na Unidade de Saúde para ser atendida, ela sozinha ficaria mais difícil. Mas e por que ela não poderia andar juntamente com o gay? Por que ela não poderia andar com a família, com a lésbica na

busca do direito dela? E por que ela também não poderia andar com os gays e as lésbicas lutando pelos direitos no seu espaço?

Então teve esses questionamentos e que permanece até hoje, pois não vi nenhuma mudança significativa interna no movimento. Aqui eu estou expondo como uma dificuldade que precisa ser superada, porque quando a gente superar a vaidade, a rivalidade, superar esses egos, a gente vai conseguir se unir mais, pautar mais, pontuar mais para podermos avançar. Hoje eu percebo que está menos aparente essa vaidade, mas ela não deixou de existir, porém está “*menos pior*”. Chegou a haver agressões, inclusive, até hoje a gente vê nas redes sociais agressões entre militantes travestis e gays. Eu vejo essa rivalidade e a gente fica triste. Talvez, hoje, eu perceba muito menos devido a eu estar afastado por conta do meu trabalho e dos meus estudos. Mas em minha época, desses 8 anos no *Porto Diversidade*, eram muito fortes essas intrigas, essas brigas, isso era uma dificuldade grande.

Fora do movimento, na sociedade, a maior dificuldade que a gente tinha era justamente de não nos reconhecermos como protagonistas. Eles sempre olhavam para a gente como necessitados, pobrezinhos, a pessoa que precisa, que vai pedir, que quer direito, que precisa daquilo, como vitimistas. Eles nunca chegavam dizendo o que era nosso de direito. Entretanto, nós íamos até eles exigir o que estava na lei, como exigir o direito à educação e saúde para todos. E quando passamos a chegar nesses locais levantando a nossa bandeira e dos demais segmentos, tipo, a falta de atendimentos nas unidades de saúde tanto para pessoas LGBT quanto para pessoas *heteras*, começamos a questionar, e eles justificaram dizendo que os funcionários não conheciam LGBT. Aí questionamos: *ah, temos que botar um cartaz?* Então, fora do movimento, era essa não aceitação do nosso protagonismo. E aí eles faziam o que queriam, enxergando a gente como vitimista, sempre como o pobrezinho, mas não viam a gente com a capacidade de ter voz, de seres com direitos, de sentar-se à mesa do secretário de Segurança Pública, de Educação ou de Saúde e dizer que aquilo lá não pode ser daquele jeito. A nossa Lei Orgânica Municipal nos inclui, todo o cidadão e toda cidadã, e nós somos cidadãos e cidadãs independente da nossa orientação sexual.

Nesse sentido, os nossos discursos, nossas falas começaram a incomodar. Passou a despertar a quem estava na frente das políticas, e, também a gerar incômodos: *não, esse povo aí está mudando, eles estão com outros discursos*. Então quando muda o discurso no trio da Parada, quando o muda o Miss, e quando nos sentamos na mesa de

discussões, nos tornamos uma ameaça. Isso foi uma grande dificuldade externa para a gente conseguir trabalhar.

Na infância, eu penso que a homofobia foi uma coisa muito pontual naquele cenário que a gente vivia, mas até hoje sofremos discriminações na família. A gente tem membros na família que talvez tolerem pelo fato de serem parentes. Eu já sofri homofobia no trabalho, na família ainda e na rua. No trabalho foi tipo: *olha quem está chegando agora para trabalhar é um gayzinho; ah é um gay, esse gay é tão legal!* Nas unidades, e eu trabalho em muitas unidades, teve locais em que eu cheguei para trabalhar, que a gente escutou diretamente onde as pessoas faziam comentários assim: *ah, tá bom, ele vai trabalhar aqui? Mas ele é gay, né?*

Eu nunca fui uma pessoa de revidar. Depois que eu ingressei no funcionalismo público, hoje eu sou uma daquelas pessoas que espera o momento de chamar a pessoa para conversar e dialogar. Já vivenciei homofobia em atendimento no serviço público. Tipo, eu pinto as minhas unhas. Eu sou um profissional da saúde com as unhas pintadas. Aí quando eu chego nos locais o pessoal já olha e diz: *oh meu deus, o cara com as unhas pintadas! O rapaz tá desse jeito?* Mas é o meu jeito, o meu estilo. Então, a gente vive ainda essa realidade, que é a realidade da maioria né? Nas festas também, nas boates.

Mas tem aquela parte romântica, amorosa, por exemplo, tem aquelas pessoas que nos tratam com carinho. Tem gente que me chama de gay de uma forma tão carinhosa, tão próxima, que não tem como eu me sentir ofendido até porque a gente percebe quando alguém nos trata com deboche e ofensa. Então tem esse lado bacana. Tem gente que me chama de gay até hoje, vizinhos antigos, que não me chamam pelo meu nome. E, do mesmo modo, a gente sabe que tem aqueles que te chamam de gay com intenção de matar, com intuito de te agredir, ofender, de você revidar. A gente tem que ter muita sabedoria para lidar com a situação.

Em vista de muitos outros colegas, eu até sofro um pouco com isso. Talvez por eu me impor, uma imposição da minha parte que pode ser que os colegas não tenham, esse empoderamento, essa imposição. A gente não vai brigar com todo mundo, mas baixar a cabeça também não, né? Vamos levantar a nossa bandeira, marcar nosso território e dizer que aqui sou eu, quem manda é eu, eu te respeito quando você me respeitar também. Então acho que vai muito por aí.

As políticas públicas para a nossa comunidade LGBT tiveram avanço nos anos de 2010 a 2014, a partir do momento que a gente conseguiu. Apesar da discussão ser em Brasília, nós precisávamos da legislação local aqui para as questões do nome social das travestis, do uso do nome social no SUS, do atendimento humanizado, das políticas públicas de humanização do segmento LGBT na questão das discussões de gênero e sexualidade nas escolas, do uso do banheiro, da permanência da travesti na escola, na área da Segurança Pública quando discutimos as questões de gênero e direitos humanos para a abordagem da polícia militar. Então, no meu entendimento, na minha visão, eu percebo que nós avançamos muito, diferentemente do que vivenciamos na década de 1990 a 2000 e 2005 a 2011. Acho que 2011 a 2014 foi o marco na história LGBT de Rondônia, pois foi um momento de grande avanço nas políticas públicas. Lógico que são poucas ainda, porque elas não existiam para nós. Mas, a partir do momento que a gente passou a ter voz, a se empoderar e tomar a frente do espaço, e participar das mesas, fomos incluídos. Mas elas precisam ser implementadas e ampliadas, e algumas delas são de direito nosso já estabelecidas. Implantar e implementar as políticas públicas, agora, é um passo muito importante, porque o que não existia, hoje existe dentro das leis ou da legislação. Agora da implantação e implementação para a execução é muito frágil. Precisamos ter gestores com vontade política para executar essas políticas, bem como uma sensibilização dos profissionais e servidores da educação, da saúde, da segurança pública, da assistência social e da população em geral, porque fazem parte da política pública, respeitando os nossos direitos em termos de acesso à educação, à saúde, segurança pública e assistência social assim como qualquer outro cidadão.

A criação dos Conselhos tanto municipal quanto estadual LGBT são importantíssimos, porque nós temos um Conselho de Direitos Humanos que coloca todo mundo num grupo só, mas tem que haver pautas que são específicas como a nossa agenda LGBT. Portanto, o Conselho LGBT conseguiria filtrar dentro das esferas públicas, dentro das políticas públicas do governo federal, municipal e estadual, cobrar a efetivação dessas políticas, pois iriam chegar à mesa do Conselho especificamente as pautas LGBT e não em uma mesa diversificada de direitos humanos. O motivo é porque acaba passando despercebido, acaba tendo uma lentidão no processo. Um Conselho somente LGBT traz essa fiscalização, essa participação de controle social, muito mais firme e eficaz dentro do processo das políticas públicas.

Eu desejo mudança, transformação e melhorias. Eu acho que quando a gente entra na militância em um militante do movimento social geralmente não consegue pensar em si próprio, ele está sempre pensando no outro, na sociedade, então, o que eu sempre espero é que tenhamos uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa, onde possamos viver com igualdade junto da família. Que o mundo possa ser menos violento, que a gente possa saber nos ouvir, saber falar, saber fazer. É isso que eu espero. Esse movimento todo que a gente fez foi para ter uma nova geração diferente, com pessoas diferentes capazes de entender e respeitar o segmento LGBT, não somente o nosso movimento, mas todos os outros segmentos da sociedade.

PARTE 7 – ANÁLISES E REFLEXÕES DAS MICROAUTOBIOGRAFIAS

Nesta seção, farei algumas breves análises a partir das microautobiografias das/dos personagens desta tese no tocante aos meus objetivos e problemática que me levaram a investigar a história do movimento LGBTQIA+ e do movimento de mulheres em Rondônia a partir da década de 1980 até 2022. Ressalto que vários outros assuntos poderiam ser (e espero que sejam) analisados. Selecionei alguns em função, como foi dito, da proposta do presente estudo. São eles:

7.1. O movimento LGBTQIA+ em Porto Velho e sua interiorização em Rondônia

A sigla LGBTQIA+ marca a identidade política do segmento das pessoas dissidentes da cisheteronormatividade na atualidade. Essa “sopa de letrinhas” é resultado de todo um avanço histórico e simbólico dos movimentos sociais que atuam no combate às discriminações e às violências contra LGBTs (FACCHINI, 2005). Esse grupo de resistência tem sua origem, ao menos no mundo ocidental, em meados do século XIX, na Alemanha, onde aconteceram os primeiros movimentos em defesa da liberdade da homossexualidade, a partir de um órgão denominado Comitê Científico e Humanitário (CCH), que desenvolveu diversas atividades até 1933, quando foi duramente reprimido pela violenta perseguição dos nazistas, então recém-chegados ao poder. O CCH lançou as bases das ações empreendidas hoje pelos movimentos LGBTs para pressionar por políticas públicas por meio de mobilizações sociais contra a LGBTQIA+ (SILVA; SCHMIDT, 2019).

A maioria das/dos estudiosas/os, como visto na primeira parte desta tese, aborda o marco inicial do Movimento, ao menos em termos simbólicos, já que existiram mobilizações anteriores, que ocorreu em 1969, em Nova York (EUA), no que ficou conhecido como o levante de Stonewall. Esse originou-se de um ataque de gays, drags, trans e lésbicas que deram um basta aos policiais pelos abusos diários, inclusive nas ruas; pelas batidas e agressões gratuitas em bares; pelas prisões constantes, comuns durante a década de 1960, sobretudo em Nova York e San Francisco, ambas metrópoles com intensa vida noturna e lugares de sociabilidade não cisheteronormativas.

Também nesse mesmo período, o movimento LGBTQIA+ na América Latina teve início, problematizando as questões do cotidiano marcado por diversas formas de

opressão, como, por exemplo, o machismo, o classismo, o sexismo, a violência contra mulheres e contra LGBT. Conforme Ronaldo Trindade:

O ativismo LGBT latino-americano se iniciou em novembro de 1969, sob a ditadura do General Juan Carlos Organía, em Gerli, subúrbio operário de Buenos Aires, com a criação do Grupo Nuestro Mundo, descrito por Nestor Perlonger como a primeira tentativa de organização homossexual na Argentina.

O Nuestro Mundo foi fundado por 14 sindicalistas homossexuais, a maioria de classe média baixa, sob a liderança de Héctor Anabitarte, um empregado dos correios e ex-membro do Partido Comunista que havia sido expulso do partido por conta de sua orientação sexual. Como se pode perceber, quando a questão era a orientação sexual, tanto os setores de direita quanto os esquerdistas revolucionários pareciam ter posições parecidas, ainda que para os conservadores, a homossexualidade representasse uma subversão da ordem patriarcal e para os esquerdistas ela fosse um vício burguês que dividiria a causa maior – a luta de classes. (Trindade, 2018, p. 229-30)

Retomando e aprofundando alguns pontos indicados anteriormente na presente tese, no Brasil, de acordo com Regina Facchini (2005), o movimento LGBTQIA+ surgiu com a fundação do grupo *Somos*, no estado de São Paulo, em 1978. João Silvério Trevisan (2000) comenta que, paralelamente, foi criado um importante jornal com integrantes desse grupo, o *Lampião da Esquina*, que promovia a interação entre os movimentos ecológico, negro, feminista e gay em meio à ditadura militar então vigente.

Enquanto esse jornal era publicado no Rio de Janeiro, em São Paulo, iniciaram-se, também em maio de 1978, as reuniões de um grupo de homossexuais interessados em organizar-se para as discussões e atividades liberacionistas. Composto predominantemente por jovens atores, profissionais liberais e estudantes, o grupo era pequeno e assim permaneceu durante quase um ano, servindo de matriz para todos os posteriores. No começo da década de 1980, tanto o *Somos* quanto o jornal *Lampião* se extinguíram. Todavia, vários outros grupos surgiram pelo país, como o *Triângulo Rosa* (RJ) e o *Grupo Gay da Bahia* (GGB), este com papel importante nas primeiras políticas públicas relativas à comunidade LGBTQIA+, realizando campanhas pela despatologização da homossexualidade.

Apesar do vírus HIV/Aids (apelidado inicialmente, como já dito, de “peste gay”) chegar ao país justamente nesse momento, época em que vivíamos a abertura política, segundo Camargos (2007), os grupos não se enfraqueceram, pelo contrário: a luta foi

maior ainda. Nos anos 1990, outros grupos floresceram por todo o Brasil, inclusive em Rondônia, promovendo encontros, conferências e congressos para discussão de temas diversos, além de mobilizações de rua, atividades que prosseguem até os dias atuais. Tendo em vista esse panorama internacional e nacional, como surgiu o movimento LGBTQIA+ em Rondônia? Com fins didáticos, faço uma periodização e/ou classificação geracional do movimento em Rondônia, dividindo-o em três fases para melhor entendimento: a primeira fase (1980-2001); a segunda fase (2002 -2008) e a terceira fase (2009-2019).

7.1.1. A primeira fase (1980-2001): o *Grupo Camaleão*

A gênese do movimento LGBTQIA+ em Rondônia se deu em meados dos anos 1980, em Porto Velho, com a explosão da contaminação pelo vírus do HIV/Aids e sua chegada na região amazônica, além da conseqüente discussão sobre o fato. Conforme Kary Falcão, durante esse período, ninguém sabia direito o que era a epidemia; o boato que rondava a cidade (como rondou outros lugares do mundo e do Brasil) era que o vírus do HIV seria um “câncer” que tinha chegado como “castigo divino” para matar os homossexuais. Nesse sentido, para ele, o primeiro momento do movimento LGBTQIA+ em Rondônia se deu através da:

[...] luta contra o HIV/aids. Esse momento está superado, pois, a partir do nosso conhecimento, nos fez tirar aquele estigma que a sociedade tinha, aquela ideia que a sociedade tinha acerca do HIV/aids, atribuindo isso à população LGBT. Esses estudos estão superados. (Kary).

Diante desse contexto, um grupo de amigas/os sensibilizadas/os com a situação de exclusão social e a perda de muitas pessoas próximas no início da epidemia começou a promover discussões a respeito do HIV/Aids, que se alastrava pelo Brasil, a organizar e a criar as primeiras estratégias de resistência aos estigmas, discriminações e exclusões contra homossexuais na época. Portanto, nesse momento surgiram as primeiras lideranças e ações do movimento homossexual rondoniense na década de 1980, denominado, por alguns intelectuais e militantes, de *Camaleão*, como aparece na microautobiografia do Kary Falcão:

Em nossa trajetória dentro do movimento LGBT no estado de Rondônia, nós fomos os desbravadores. Aproximadamente ali na década de 1980 formamos um grupo de amigos, onde nós nos reuníamos na casa de uma amiga mulher cis (Augusta Ramalhães) e, a partir daí, nós começamos a pensar na possibilidade de estudar, a princípio, naquele momento, sobre a construção das orientações sexuais, tudo aquilo que a sociedade estava começando a discutir, porém ainda de forma muito discriminatória e limitada. Então, como nós estávamos além da sociedade, sem ter oportunidade de discutir e pensar a respeito disso, nós nos reuníamos informalmente todos os sábados na casa dessa amiga, e, à medida que nós íamos estudando, novas pessoas iam chegando, inclusive professores universitários, como o professor Vitor Hugo do Curso de História, ex-padre (tio do Paulo Santiago, militante gay de Rondônia). Assim, a gente montou um grupo de estudo, que a princípio se chamava grupo *Camaleão*, que era o nome inicial de um barzinho com uma forte presença de GLS, cuja proprietária era uma mulher cis, chamada Lucimar Barbosa. Nós nos preocupávamos com a quantidade de amigos que nós estávamos perdendo em razão da aids, pois, naquele período, assustava muito a palavra *aids*, já que não existia ainda estudos direcionados a pessoas portadoras do vírus HIV. Portanto, ninguém sabia qual era a diferença de HIV para aids, ninguém sabia nada, e nós começamos a desenvolver estudos de modo informal. (Kary).

Camaleão era um bar alternativo, que se situava na zona norte da capital, no bairro Liberdade. O espaço tinha uma decoração psicodélica, era diferente de outros espaços de sociabilidade gays que existiam em Porto Velho nos anos 1990. Era um lugar onde se ouvia as divas da música popular brasileira, como, por exemplo, Maria Bethânia e Marisa Monte. No bar também acontecia a Noite do Cupido e a Noite da Paquera, mas também rolavam conversas sobre as questões de preconceitos e discriminações. Era frequentado por gays, lésbicas e “simpatizantes” (naquele momento usava-se a sigla GLS). (Silva, 2023). Importante também notar, na fala de Kary, a importância dos afetos e das redes informais para articulação dos movimentos sociais na região.

Ainda de acordo com o Kary Falcão, nos anos de 1990-1991, por meio da Secretaria Estadual da Saúde, uma representante da coordenação da pasta de HIV/DSTs/aids começou a promover eventos sobre a situação endêmica na época e passou a convidar as/os clientes, amigas/os e os/as intelectuais que frequentavam o bar *Camaleão* para reuniões e debates sobre questões de prevenção e cuidados de saúde da população em geral. Com isso, formou-se um grupo de amigos que se reunia aos sábados na casa de um deles e passou a estudar temas relacionados à sexualidade. Depois de um tempo, outras pessoas, parte delas ligadas à Universidade Federal de Rondônia (UNIR),

demonstraram interesse e começaram a frequentar as reuniões dos grupos de estudos. Sobre esse momento, Kary relata:

Nós do *Camaleão* éramos muito jovens ainda, mas começamos a entrar na universidade, começamos a estudar, a cursar o ensino superior e, assim, o grupo foi ganhando dimensão até que uma companheira nossa, olhando um site do governo federal, descobriu que tinha um edital que financiava projetos de prevenção às DSTS/HIV/aids, cujo público-alvo eram os GLB. Naquele período a gente chamava HSH (Homem que sai com Homem), hoje a gente nem usa mais essa terminologia, mas naquele período era para HSH. O projeto *Avessos (2003)* tinha como objetivo preparar novos integrantes para a militância LGBT. Então, nós fizemos um levantamento de rapazes em todo o estado de Rondônia que fossem interessados em política, e que fossem interessados em nossos estudos; um ônibus saía de Vilhena e vinha, a princípio, buscando LGBT do interior, primeiramente, nas cidades localizadas na Br-364. Conjuntamente desenvolvemos o primeiro encontro do *Avessos* - que foi para o público LGBT. Esse encontro ganhou uma repercussão muito grande aqui no estado de Rondônia, tanto que nós fomos convidados para organizar um segundo encontro do *Avessos*. Foi muito importante para nós que esse projeto tenha sido desenvolvido. (Kary).

A partir desses encontros, homossexuais que frequentavam tanto o bar quanto as reuniões sobre a epidemia se articularam para criar uma instituição não governamental, até porque o grupo *Camaleão* não tinha caráter institucional. Sabe-se que o grupo foi a primeira organização homossexual de Porto Velho e encerrou as atividades por falta de apoio e de voluntários na mesma década.

Vale ressaltar que, nos anos de 1990, não era só o estigma em torno de pessoas vivendo com HIV/Aids que ocasionava discriminações e exclusões contra LGBTs na capital, a homofobia através das agressões físicas e verbais também se fazia presente, como aparece na microautobiografia de Raymisson Correa:

Naquela época aconteciam agressões físicas contra LGBT nos bares, nas festas e nas ruas. Na minha adolescência eu ia na “*porrada*” com os *caras*. Eu tinha que brigar, o *cara* chegava, me “*tacava*” pedra, eu “*tacava*” outra, me empurrava, eu batia, apanhava. Eu via muitos colegas LGBT na zona leste morrerem violentados, com tiros na cabeça, esfaqueados. Vou até citar aqui o caso do Rômulo que ocorreu na minha frente: os *caras* quebraram uma garrafa de cerveja, enfiaram na parte anal dele, e eu, com 16 ou 17 anos, assistindo toda aquela cena de violência. Depois jogaram ele em um bueiro da Av. Mamoré. Eu fiquei chocado, com medo. (Raymisson).

Rondônia é um lugar onde a presença de pessoas conservadoras é muito grande, o que favorece manifestações de LGBTQIA+fobia. No final da década de 1960 e ao longo

da década de 1970, época do ciclo da mineração de cassiterita e ouro em Rondônia, surgiram muitos casos de assassinatos de travestis e mulheres trans* pelos garimpeiros. Assim que descobriam que elas não eram “mulheres”, os assassinatos eram ocultados nas delegacias e até mesmo a imprensa local não noticiava os crimes. Um exemplo: Kary comenta que, existia uma boate chamada “Copacabana”, onde aconteceu um assassinato na década de 90 e os policiais presumiram que a assassinda havia sido uma travesti que viera de São Paulo. Por isso, ficaram revoltados e, em consequência, muitas travestis foram alvejadas, insultadas em seus pontos de trabalho. Os policiais levavam-nas para a estrada da cachoeira, onde elas foram espancadas brutalmente. Kary Falcão fez um levantamento de crimes homotransfóbicos no Estado de Rondônia e constatou 09 casos de homicídio e 02 de suicídio em Rondônia de 1991 a 2006, 50% dos casos aconteceram na zona sul da capital de Porto Velho. De acordo com o autor, os bairros dessa zona contam com uma grande quantidade de moradores LGBTQIA+. (Falcão, 2010).

A LGBTQIA+fobia ocorre em uma variedade de lugares: na rua, em parques públicos, em escolas, nos bares, em locais de trabalho, em casa, nos presídios, nas universidades. Uma característica comum de muitos ódios anti-LGBTQIA+ é a sua brutalidade: vítimas de assassinato, por exemplo, são frequentemente encontradas/os mutiladas/os, severamente queimadas/os, castradas/os, e com outras formas de atrocidades, como vimos nos casos de Paulo Santiago e Núbia, bem como os casos acima narrados pelo Raymisson e Kary.

7.1.2. A segunda fase (2002-2008): do *Projeto Avessos ao Projeto Vidas LGBT*

Essa é a fase da criação das organizações não governamentais e da institucionalização dos movimentos LGBTs rondonienses, das ações específicas para esse segmento em diálogo com a sociedade, do surgimento das Paradas Gays e/ou LGBTQIA+.

Como já salientei anteriormente, o grupo *Camaleão* não tinha caráter institucional. Ao ser contemplado pelo edital de fomento do Governo Federal que financiou projetos de prevenção às ISTs/HIV/aids, as/os membras/os do antigo grupo leram o edital e não imaginaram que em Rondônia, receberiam apoio financeiro para o projeto *Aversos*.²⁰⁶

²⁰⁶ Recebeu financiamento da Unesco junto à Coordenação Nacional IST/Aids (Silva, 2010).

O projeto *Avessos* (2003) tinha como objetivo preparar novos adeptos para a militância LGBTQIA+ no estado. O grupo realizou, então, um levantamento no qual inicialmente o público-alvo eram homens gays em todo o estado de Rondônia que fossem interessados em política e valorizassem a agenda social do grupo. Na ocasião, um ônibus saía de Vilhena (cone sul do estado), buscando esses sujeitos do interior, privilegiando as cidades localizadas na BR-364, pois eram mais viáveis em questões de acesso.

Nesse sentido, os membros do projeto realizaram a primeira atividade intitucional voltada à população LGBT do estado - que foi, especificamente, para homens cis gays. Esse evento ganhou uma repercussão muito grande em Rondônia, tanto que foram convidados para organizar um segundo encontro do *Avessos*. Foi bastante importante para o grupo que esse projeto tenha sido desenvolvido. O *Camaleão* ainda não tinha nenhuma estruturação por CNPJ, portanto tiveram de construí-lo de acordo com toda a fundamentação legal para o estruturarem como grupo *Tucuxi* (Núcleo de Promoção pela Livre Orientação Sexual), em 1994.²⁰⁷

Puderam assim compreender e estender a discussão do grupo *Tucuxi* para as demais categorias, ou seja, deixaram de ser um grupo somente de homens cis gays para ser um grupo com discussões compostas de gays, lésbicas, bissexuais e travestis — naquele momento, somente travesti, porque ainda não existia uma discussão acadêmico-científica em torno da transexualidade na região.

²⁰⁷ Diante dos problemas que seriam enfrentados na implementação do projeto devido à burocracia para a liberação de verbas para a Secretaria Estadual da Saúde, a mentora do projeto achou por bem repassá-lo, fazendo parceria com uma ONG, e, como o *Tucuxi* não estava constituído legalmente, a *Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá da Amazônia Ocidental* (AMATEC) —, sob a presidência de sua fundadora, prof.^a Maria Lourdes Oliveira, ficou como executora do projeto.

Figura 98 - Logo da ONG *Tucuxi*

Fonte: Silva (2010, p. 79).

Aqui vale uma observação. *Tucuxi* é um boto da região amazônica e a escolha do nome tem a ver com a elaboração de uma identidade regional, como apontado antes. O elemento escolhido apontando para a diversidade na logomarca da entidade ficou a cargo de arco-íris na cauda do boto, porque, de acordo com um dos militantes, a partir da mitologia sobre a espécie desse animal, o boto tucuxi é um boto ruim, não um boto bom. Desse modo, o arco-íris na cauda apagaria sua imagem negativa. Vale salientar que o grupo era composto por militantes cis-heteros, trans, gays, lésbicas, da área do Direito, da Saúde, da Educação e de outros campos do conhecimento. Era uma ONG da diversidade.

O surgimento do grupo foi de grande importância, pois seus/suas participantes conquistaram espaços acadêmicos e de discussões que geravam aprendizagem para todos. A partir daí, começaram a entrar na discussão da transexualidade, entendendo que não estava ligada às orientações sexuais, mas à identidade de gênero, e o foco no debate em torno da população trans ganhou fôlego a partir de 2001.

Um exemplo da notabilidade que o *Tucuxi* alcançou é o fato de que chegaram a coordenar encontros nacionais, contando com a participação de ativistas do exterior. Outra participação efetiva do grupo *Tucuxi* foi na primeira Conferência LGBT Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (2008).

Em 2003, foi realizado um treinamento promovido pelo projeto *Somos* na cidade de Belém, Pará, que contou com a participação de um dos antigos membros do extinto grupo *Camaleão*. Em junho do referido ano, a organização rondoniense se institucionalizou e passou a se chamar *Tucuxi* — Núcleo de Promoção da Livre

Orientação Sexual, adotando uma nova filosofia — não somente o combate à epidemia do HIV/Aids, como objetivava o grupo *Camaleão* — mas a defesa da cidadania e dos direitos LGBTs. (Silva, 2010).

Com o projeto *Avessos*, outros grupos passaram a surgir, em Vilhena, por exemplo, o grupo *Beija-Flor* (2002), e o *Arco-íris* (2004), na cidade de Cacoal. A contar daí, tiveram contato com a *Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (AGLT), grupo que atuava na região norte através do projeto *Somos* (2000).

O *Somos* tinha se estruturado em todas as capitais da região Norte, onde as ONGs LGBTs promoviam encontros e discussões com foco no direcionamento de determinados assuntos para a melhoria da cidadania e das questões de saúde da população LGBTQIA+. O enfoque também não descartava a possibilidade do estudo do HIV/Aids, das demais doenças sexualmente transmissíveis, bem como de um estudo para a cidadania “homossexual”, garantindo a elas/eles a não permissão de serem discriminadas/os, ou seja, tratava-se de uma proposta de reconhecerem a intolerância contra LGBTs. Toda essa discussão foi ganhando corpo a partir do projeto *Somos*.²⁰⁸ A partir do momento em que o grupo se estruturou nacionalmente, suas/seus integrantes entraram no movimento nacional, para Kary Falcão:

Rondônia deixou de ser um estado onde as políticas LGBTQIA+ ficavam um tanto esquecidas, meio que adormecidas por conta da distância, devido aos aspectos geográficos para, logo em seguida, termos grupos e militâncias LGBTQIA+ mais participativas nos movimentos de esfera nacional. (Kary).

Um dos eventos mais relevantes criados pelo *Tucuxi* em parceria com a Coordenação Estadual da Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá (AMATEC) foi o Primeiro Fórum de HSH (“homens que fazem sexo com homens”) do estado de Rondônia, ocorrido em 2003. O evento contribuiu para o fortalecimento do movimento LGBTQIA+ de Rondônia, sendo considerado um grande sucesso por conseguir agregar muitas pessoas de todo o estado. Naquele mesmo ano, o *Tucuxi* realizou o Primeiro

²⁰⁸ A Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (AGLT) surgiu em 1997 no estado de Goiás e posteriormente acrescentou a seu estatuto as representações de bissexuais e transexuais. A AGLT foi responsável pelo projeto *Somos* Centro-Oeste Norte (2000). A partir desse projeto, criaram e fortaleceram importantes organizações das regiões Centro-Oeste e Norte no Brasil: Astral (Associação de Travestis e Liberados), Grupo de Lésbicas e Gays (GLG), Iguais, Viva Ativa, Livre Mente, Estruturação, Diversidade, Tucuxi, entre outras. Ver: agltgo.blogspot.com. Acesso em: 03 jan, 2023.

Fórum de GLT (gays, lésbicas e travestis) do estado de Rondônia, com destacadas representações de palestrantes do Distrito Federal.

Nos anos de 2008 a 2009, a sede do *Tucuxi* localizava-se no Campus de Porto Velho da Universidade Federal de Rondônia. Foram realizadas naquele contexto várias reuniões, conferências e outras atividades, buscando o debate e o diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil.

Um dos principais projetos desenvolvidos pelo *Tucuxi* foi o *Projeto Água Viva* (2006-2008), de caráter informativo e educativo, direcionado à população ribeirinha do município de Porto Velho, no Baixo Madeira. A seguir um registro do referido Projeto.

Figura 99 - Fotografia do *Projeto Água Viva*



Fonte: Silva (2010, p. 39).

Sua área de abrangência concentrou-se nos distritos de Nazaré, Calama e São Carlos e surgiu da necessidade de levar informações a essas comunidades tradicionais, de modo que os moradores fossem treinados para serem multiplicadores do projeto nas comunidades ribeirinhas, adquirindo conhecimento sobre as formas de transmissão e prevenção das DSTs/HIV/Aids e compartilhando tais conhecimentos com os demais habitantes dos distritos. Sobre o citado projeto Kary Falcão também narra:

Nós fomos para o Baixo Madeira desenvolver um projeto em 2007 chamado *Água Viva* com recursos da UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime), um projeto que levava para os estudantes a partir

do 9º ano do Ensino Fundamental a discussão da diversidade sexual, a discussão do respeito às diferentes formas de orientação sexual, a luta contra a LGBTfobia, para que professores não rotulassem seus alunos, para os professores trabalharem dentro da perspectiva que era projetada dentro dos parâmetros curriculares nacionais da época, que era a discussão da orientação sexual e diversidade sexual, que era a discussão da identidade de gênero. (Kary).

Em 2006, a instituição realizou o projeto *Espelho de Vênus*, cujo público-alvo foi a população trans*, com o objetivo de empoderá-la, trabalhadoras do sexo ou não. como resultado, iniciou-se um fórum de discussões sobre a sexualidade humana, com foco na atenção e nos cuidados com o corpo, promovendo a valorização dessas pessoas, proporcionando um aumento da autoestima e o resgate da cidadania de travestis e pessoas trans*, as mais vulneráveis da cidade. Sobre o *Espelho de Vênus*, falarei mais adiante.

Nesse período, o grupo *Tucuxi* participou e organizou juntamente com outras entidades da região Norte, o Encontro de Mulheres Lésbicas da Região Norte (ELLEN) e o Seminário Estadual de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SELEM).

O ELLEN foi realizado nos dias 20 a 22 de abril de 2006, tendo por objetivos reunir lideranças lésbicas da região, constituindo um fórum de debates para avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas por entidades governamentais e não-governamentais, como também fortalecer e integrar o movimento lésbico do norte do Brasil.

A luta das mulheres pela igualdade de gênero vem de muito tempo, intensificando-se na segunda metade do século XX. A partir de então as lutas encabeçadas pelo movimento feminista têm repercutido pelos cinco continentes, infelizmente em alguns locais com menos força que em outros, ou até com retrocessos. Os índices de violência contra a mulher crescem a cada dia, o que nos permite ter uma noção da quantidade de casos não denunciados até anos atrás e o tamanho do problema, quando essas e outras mulheres não se sentiam com poder suficiente para denunciar seus agressores. Nesses anos, a luta das mulheres foi à luta pela sua própria autonomia e independência. Autonomia e independência para viver a vida ao seu modo e lutar pelos próprios sonhos. Parte dessa luta está na defesa do direito a viver a sexualidade da forma que lhe aprouver. O movimento feminista teve e tem a intensa participação das mulheres lésbicas que, além de desafiar o paradigma do patriarcado, desafiam o paradigma heterossexista.

Em se tratando da Região Norte do Brasil, o movimento lésbico enfrenta o desafio do fortalecimento para o enfrentamento de problemas que afetam as pessoas desse segmento, tanto como mulheres quanto como lésbicas, em suas especificidades. Surge, assim, a proposta de organizar um fórum onde as lésbicas da região pudessem se reunir para trocar experiências, avaliar o contexto para o enfrentamento dos problemas que as afetam, fortalecer o movimento lésbico e, conseqüentemente, o movimento LGBTQIA+ na região, além de oferecer maior visibilidade a este grupo populacional.

Nos dias 29 e 30 de agosto de 2008, aconteceu o Primeiro Seminário Estadual de Lésbicas e Mulheres Bissexuais em Porto Velho (SELEM). O propósito do evento era apresentar a trajetória de militância das mulheres lésbicas, no contexto regional e no nacional, e discutir a Lei Maria da Penha, visando à implantação de políticas afirmativas no combate à violência contra lésbicas e mulheres bissexuais. (Silva, 2010). Abaixo alguns registros do SELEM em Porto Velho.

Figura 100 - Fotografia do SELEM/RO



Fonte: Silva (2010, p. 48).

Figura 101 - Fotografia da execução de dinâmica no SELEM/RO



Fonte: Silva (2010, p. 77).

Em termos mais amplos, o grupo *Tucuxi* desenvolveu diversas atividades na cidade, por exemplo, a campanha *Porto Velho sem Homofobia*, sensibilizando e orientando sobre direitos humanos e diversidade sexual. Durante o evento, foi realizada a entrega do selo aos gestores apoiadores do segmento, informações sobre as políticas públicas desenvolvidas, divulgação e esclarecimentos sobre o antigo PLC 122/2006. Sobre o debate em torno da criminalização da LGBTQIA+fobia, Kary narra:

Nós temos um outro momento de discussão sobre a cidadania LGBT. O de lutar contra a violência, contra a discriminação, contra o preconceito, garantindo o direito dessa população. Esse segundo momento veio com a criminalização da LGBTfobia, que foi uma discussão bem aprofundada, em que nós tivemos grandes momentos de discussões dentro do estado de Rondônia. Nessas discussões nós tivemos a relatora da PLC122/2003 que criminaliza a homofobia, ela era do estado de Rondônia, era senadora. Nós tivemos a oportunidade de sentar-nos com a Senadora Fátima Cleide naquele momento e trazer para ela essas discussões bem mais próximas da nossa realidade. (Kary).

Fátima Cleide é uma das principais lideranças feministas do Partido dos Trabalhadores (PT) de Rondônia, foi diretora no Sindicato dos Trabalhadores de Rondônia (SINTERO) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT), assumiu a presidência do PT nos anos de 1990 e foi também a primeira mulher eleita senadora pelo estado em 2002. Uma mulher empoderada, cuja política feminista foi fundamental para que ela pudesse trilhar caminhos em um estado onde historicamente o meio político é

dominado por homens brancos e cis. Conforme Risa, ela “participou ativamente do movimento feminista e, quando eleita, colaborou, esteve muito presente na defesa da educação, nas demandas de Rondônia [...]” (RISA, 2022, p. 91). Também se tornou a nossa aliada na luta e defesa da população LGBTQIA+ no Brasil, o que lhe ocasionou críticas de partidos fundamentalistas e conservadores no estado, desqualificando a atuação da parlamentar pelas temáticas da diversidade sexual e de direitos humanos.

No início de 2007, a Senadora recebeu a incumbência de relatar o Projeto de Lei Complementar nº 122/2006, originário da Câmara dos Deputados, projeto esse de autoria da Deputada Federal Iara Bernardi, e aprovado com o substitutivo do então Deputado Federal Luciano Zica (PT/SP). Este PLC tinha como finalidade incluir na Lei nº 7.716, mais conhecida como a *Lei do Racismo*, os termos – **Gênero, Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, ou seja, transformar a LGBTQIA+fobia, em crime. Porém, Fátima Cleide relata:

Quando iniciei esta relatoria acreditei que a proposição teria tramitação rápida e tranquila, pois afinal, estamos tratando do combate à discriminação e violência que atinge mais de 18 milhões (entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) de brasileiros e brasileiras. Porém, além das naturais e salutares divergências do processo democrático, me surpreendi com a avalanche de preconceito, discriminação e desconhecimento acerca do tema. Essa conjuntura nos fez realizar diversos debates públicos, seja nas tribunas do Senado Federal, seja nas ruas de todas as unidades de Federação. (Cleide, 2009, p. 3-4).

Eu me lembro do processo de discussão do PLC 122/2006, quando mais de mil evangélicos tentaram invadir o Senado em protesto, em 2008. Na época eu estava cursando a graduação de História e pesquisando referências sobre o movimento LGBTQIA+ em Rondônia. Diziam que a criminalização da LGBTQIA+fobia levaria à prisão em massa de pastores e padres, e viveríamos todas e todos sob o domínio gay, porém eu preferiria sob o domínio de uma travesti ou mulher trans. Diziam que proibir a discriminação contra a população LGBTQIA+ feriria a liberdade de expressão e religião, ou seja, queriam continuar nos agredindo, humilhando, e usando nossa existência apontando-nas/nos como filhas/os do demônio, doentes, seres pecaminosos e abomináveis. Ainda continuam alegando que a liberdade religiosa fica limitada, porque combater o “pecado” se torna crime. Sim, é CRIME!

O PLC 122/2006 causou todo esse embate e polêmica porque o Brasil é um país que tem em suas raízes o machismo, o sexismo, o racismo, a misoginia e a

LGBTQIA+fobia. Uma grande parcela da sociedade ainda não aprendeu a conviver com as/os diferentes, em um país com uma grande diversidade cultural, social e religiosa. Mas temos aliadas e aliados cis que desempenharam um papel importante na luta pela criminalização do ódio, aversão, intolerância e agressões contra pessoas LGBTQIA+, e Fátima Cleide é um exemplo dessa batalha.

Depois de longos anos de discussões sobre a criminalização da homofobia no Brasil, em fevereiro de 2019, a pauta LGBTQIA+ passou por dois processos de votação referentes à criminalização da LGBTQIA+fobia no Supremo Tribunal Federal (STF). Nela, os ministros discutiram em seis seções a omissão do poder legislativo para a edição de leis que criminalizem a homotransfobia, alegada na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, cujo relator foi o ministro Celso de Mello, requerida pelo Partido Popular Socialista (PPS), que alegou a exigência da ordem constitucional de legislar criminalmente obrigando o legislador a criminalizar a LGBTQIA+fobia. Os ministros afirmaram, entre outros argumentos, que o Congresso Nacional pura e simplesmente se recusa até mesmo a votar o projeto de lei que visa efetivar a criminalização.

O Mandado de Injunção (MI) 4733 também fez parte do julgamento, de relatoria do ministro Edson Fachin e requerido pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), com o objetivo de obter a criminalização específica de todas as formas de homotransfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima. Em 13 de junho de 2019 a comunidade LGBTQIA+ a partir de lideranças do movimento, instituições governamentais e não-governamentais conseguiu uma grande vitória: a criminalização da LGBTQIA+fobia no país. A conduta passa ser punida pela Lei de Racismo (7716/89) hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”, incluindo gênero e orientação sexual.

O grupo *Tucuxi*, também realizou o primeiro Seminário Estadual de Segurança Pública e Combate à Homofobia (2008), a Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT+ (2008), o Seminário de Direitos Humanos e Cidadania e a Primeira Marcha Municipal pela Diversidade Sexual (2008).

É importante ainda ressaltar que, dentro da ONG *Tucuxi* em 2008, havia um centro de referência no combate a LGBTQIA+fobia nomeado em homenagem a Núbia

Lafayette, onde as/os LGBTs tinham acesso para obter não só ajuda jurídica, como também psicossocial e de conscientização.

Sobre a *Tucuxi*, a entidade atualmente se encontra desativada. Algumas/alguns ex-militantes da antiga instituição estão em outros movimentos sociais, outros seguiram carreira acadêmica ou demais profissões e se mudaram de Rondônia. Seja como for, o grupo parece ter cumprido o que se propôs a fazer: organizar o maior número de pessoas interessadas em defender a liberdade de orientação sexual e de identidades de gênero, desempenhando um papel importante na construção da narrativa histórica da luta e da resistência LGBTQIA+ em Rondônia.

Ainda na segunda fase da história do movimento LGBTQIA+ de Rondônia, nasceram outras instituições e surgiram novos personagens importantes na luta contra LGBTQIA+fobia no estado, entre elas a Associação *Projeto Vidas LGBT* (2003).

O *Projeto Vidas LGBT* foi um dos primeiros trabalhos de ação social em Rondônia para esse público, que surgiu quase em paralelo ao *Tucuxi*. Nos anos 2000, Renata Evans, mulher trans paraense recém-chegada da Europa, e Marconi Vasconcelos, homem cisgênero gay paraibano, que antes vivia no Rio de Janeiro, se encontraram em Porto Velho. Em 2002, Renata em conversa com Marconi Vasconcelos, surgiu a ideia de criar uma associação LGBT. Nesse cenário emergiu Paulo Santiago, militante muito comprometido com a questão do empoderamento LGBTQIA+, que se interessou pela proposta de participar da associação. Assim, ao lado de outros militantes, criaram a Associação *Projeto Vidas LGBT*, cujo primeiro presidente foi justamente Paulo, assunto conforme já abordado no capítulo 5 (cinco) desta tese.

Em 2003, realizaram a primeira Parada Gay de Rondônia, idealizada por Renata Evans e com o apoio de partidos políticos de esquerda, como o PT, e de outras instituições como a *Tucuxi*.²⁰⁹ A partir de 2006, outro grupo de homossexuais passou a ser responsável pela Parada: o *Grupo Gay de Rondônia* (GGR), liderado pelo militante Hélio Costa, e logo depois passou a ser presidida pela militante e lésbica Niedna Gontijo.²¹⁰

7.1.3. A terceira fase (2009-2019): do movimento LGBTQIA+ interiorano ao surgimento dos coletivos LGBTQIA+

²⁰⁹ A Associação organizou as Paradas por mais dois anos, 2004 e 2005.

²¹⁰ Tentei entrevistar Hélio Costa e Niedna Gontijo, mas, devido a algumas questões particulares, bem como em função da pandemia da Covid-19, não consegui.

Antes de relatar a terceira fase do movimento social LGBTQIA+ em Rondônia, destaco um pouco da história de alguns movimentos interioranos. O primeiro, instalado na cidade de Vilhena, é o Grupo Beija-flor que surgiu em 2002, diante da necessidade de se garantir a defesa da livre orientação sexual e expressão de gênero no centro-sul do estado de Rondônia e noroeste do estado do Mato Grosso. O grupo era formado por 42 ativistas, preocupadas/os com os vários problemas sociais que atingiam as pessoas LGBTQIA+ de Vilhena. Diante disso, se reuniram para debater e buscar soluções para o segmento. Porém, o grupo inicial acabou se fragmentando e agindo em focos e áreas diferentes. Parte dele originou a ONG Beija-Flor, que contou 15 integrantes e foi institucionalizada em 08 de julho de 2006, devido à necessidade de participar de editais de projetos oferecidos pelo Ministério da Saúde e outros órgãos, conforme Cledeimar Jeferson Batista, ex-presidente da ONG.²¹¹

Figura 102 - Logo da ONG *Beija-flor*



Fonte: *Blog ONG Beija-flor (2011)* ²¹²

Para obter recursos que possibilitassem a execução dos projetos elaborados pela ONG, várias das suas iniciativas foram aprovadas pelo Plano de Ação e Metas (PAM-RO) que liberava recursos para a execução de tais ações. Esse projeto focou principalmente na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) nos chamados “grupos de risco”: LGBTs e usuários de Substâncias Psicoativas (SPA) e outros agravos à saúde. O Grupo Beija-Flor desenvolveu palestras, oficinas e vários outros trabalhos relacionados às ISTs/HIV.

²¹¹ Para saber mais, ver: <https://turma5dejour.wordpress.com/2011/05/14/304/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

²¹² Disponível em: <https://grupobeijaflorvilhena.blogspot.com/2011/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

Um dos principais projetos dessa instituição foi o *Informação e Atitude: Uma opção pela qualidade de vida*, que tinha como público-alvo as pessoas travestis e mulheres trans das cidades de Vilhena e Porto Velho. Esse projeto tinha quatro eixos: a política de redução de danos causados pelo álcool e outras SPA; Aids: é preciso conhecer para evitar; Direitos LGBT informando sobre os direitos sociais; e Travestis e Educação, que aconselhava esse grupo em específico a voltar às escolas e formas de como encarar a discriminação e o preconceito.²¹³

Outro movimento LGBTQIA+ interiorano instalado no município de Cacoal, é o *Grupo Arco-íris de Rondônia* (GAYRO). Em 2004, um coletivo de gays, travestis, transexuais e lésbicas começou a se movimentar a fim de organizar o primeiro grupo assumidamente LGBTQIA+ no município. Em novembro de 2006 o professor universitário Antônio Carlos da Silva Costa de Souza, conhecido como Tonny Hawany, criou o GAYRO com o propósito de combater a discriminação contra a população LGBTQIA+ no estado, com especial atenção à região centro-sul de Rondônia. O grupo contou com outros presidentes, como a trans Gutta de Mattos, militante importante que contribuiu com sua experiência pessoal para o desenvolvimento e a maturação do grupo e o movimentou em seu mandato implantando ações preventivas na área da saúde, bem como para questões de visibilidade e respeito das diferenças em espaços escolares e faculdades.²¹⁴

Figura 103 - Logo da ONG *Grupo Arco-Íris*



Fonte: Hawany (2011).²¹⁵

²¹³Para saber mais sobre os projetos desenvolvidos pelo Grupo Beija-Flor, ver: <https://grupobeijaflorvilhena.blogspot.com/2011/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

²¹⁴ Para saber mais, ver:

<https://www.thonnyhawany.com/2011/02/o-grupo-arco-iris-de-rondonia-origem-e.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

²¹⁵ <https://www.thonnyhawany.com/2011/02/o-grupo-arco-iris-de-rondonia-origem-e.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

O *GAYRO* realizava, desde 2006, sempre no último sábado do mês de novembro, e por ocasião dos festejos do aniversário de Cacoal, o *Cacoal Rainbow Fest*, um de seus principais movimentos socioculturais de visibilidade. Ao contrário do que muitos pensavam, a festa não era um evento apenas LGBT: a cada ano, era nítido o aumento do número de pessoas cis-heterossexuais “simpatizantes” da causa que compareciam à *Rainbow Fest*. É importante destacar que o município de Cacoal foi onde aconteceu o primeiro casamento civil homoafetivo de Rondônia, em 25 de janeiro de 2012, a união de Antônio Carlos da Silva (Thonny Hawany) e Darciano Costa de Souza (Rafael Costa).²¹⁶

Ainda no interior do estado de Rondônia, no município de Ji-Paraná, surgiu em 2011 o primeiro movimento LGBTQ+ da localidade, liderado até 2019 pelo militante gay Fabrício Xavier. Dentre suas ações, estão a Parada LGBTQ+ de Jipa e atividades na área da saúde e de políticas públicas, contribuindo com os direitos humanos no interior do estado de Rondônia. No município de Guajará Mirim a *ONG LGBT Pérola do Mamoré* que surgiu em 2014, com o objetivo de promover a defesa do segmento LGBTQIA+ da cidade, sob liderança do professor Jorge Oliveira do Nascimento.

Apontar tais iniciativas é importante para construirmos uma história do movimento LGBTQIA+ em Rondônia que não se limite a sua capital, mostrando que em cidades de pequeno e médio porte, não obstante as dificuldades, há também luta e resistência desse segmento.

Adentrando a terceira fase da história do movimento LGBTQIA+ rondoniense em uma perspectiva ampla, temos o *Porto Diversidade: Coletivo de Responsabilidade Social para a Promoção da Cidadania LGBTQ+*, criado por Ariel Argobe e Denise Limeira (que foi também presidenta do grupo *Tucuxi*), na zona Leste de Porto Velho, em 2008. Coube ao *Porto Diversidade* a organização da Primeira e da Segunda Marchas Municipais pela Diversidade Sexual durante os anos de 2008 e 2009, respectivamente. A institucionalização do *Porto Diversidade* se deu em 2009, quando o projeto foi entregue a Raymison Correa, personagem microbiografado na presente tese — pois nem Denise, nem Ariel moravam na zona leste da capital —, com o objetivo de fortalecer o Movimento LGBTQIA+ na região.

Raymisson, como vimos na sua microautobiografia, depois de ter sofrido homofobia e presenciado tantas agressões contra a comunidade LGBTQIA+, bem como

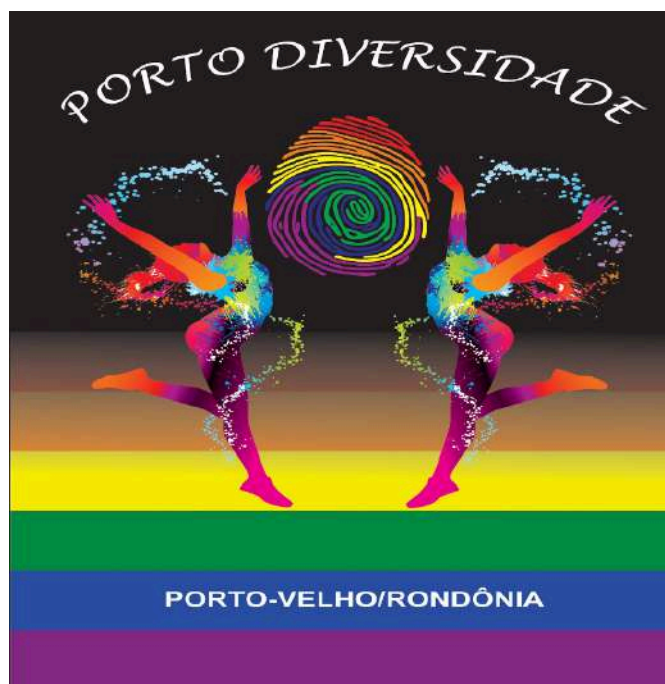
²¹⁶ Disponível em: <https://www.thonnyhawany.com/2012/01/justica-de-rondonia-autoriza-casamento.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

exclusões dentro do próprio movimento em Rondônia, depois de sua experiência no movimento estudantil, se aproximou da agenda de LGBTs, também se tornando liderança do segmento na capital. Ele passou a frequentar o Buá, na Av. Rio Madeira, se aproximou das travestis e mulheres trans. Sobre o seu ingresso no Movimento LGBTQIA+ e a criação do *Porto Diversidade*, ele narra:

Existia um conflito aqui em Porto Velho muito grande de discriminação e preconceito local, não era só contra LGBT. O povo do centro tinha preconceito contra a zona leste, e diziam: *na zona leste só tinha bandido, tudo de ruim acontece na zona leste, nas páginas policiais só aparece a zona leste e os gays da zona leste...* Quando a gente percebeu e saímos dessa linha de agressividade, nós da zona leste questionamos: *nós estamos excluídos, cara! O que é isso? Não podemos participar da Parada Gay?* Participar, não no sentido de irmos fantasiados para as pessoas “rirem” da gente, nós queríamos participar da Parada como protagonistas, discutindo as pautas, discutindo os trabalhos. E, com isso, entramos em conflito com o grupo LGBT do centro. Abriu-se um grande racha, pois eles diziam que nós da zona leste não poderíamos participar, que era outra cultura, outro estudo.

Nós tivemos duas pessoas muito importantes nessa época, um gay e uma lésbica: Ariel Argobe, da Universidade Federal de Rondônia, e a Denise Limeira, pessoas maravilhosas. O Ariel foi o grande responsável pelo movimento social LGBT de resgatar uma boa parte dessa população da zona leste. Quando eles perceberam os conflitos que nós tínhamos com o grupo do centro, chegaram até nós e disseram: *vocês podem fazer a Parada LGBT da zona leste, vocês podem fazer o movimento de vocês, podem se organizar. Por que vocês não criam uma ONG e discutem políticas públicas, para que vocês possam realizar a Parada e outros eventos?* E nós achamos as sugestões muito boas. Enfim, realizamos a eleição, e eu fui eleito o presidente da ONG, que se chamou *Porto Diversidade*. (Raymisson).

O grupo foi criado no intuito de representar a população LGBT da zona leste da cidade que sofria ainda mais exclusão e discriminação por conta da localização periférica, sobretudo da população LGBT da região central, considerada elitizada. O *Porto Diversidade*, portanto, se propunha a pensar as políticas públicas para sensibilizar e apoiar a região nos avanços sociais.

Figura 104 - Logo do *Porto Diversidade*

Fonte: Argobe (2011).²¹⁷

O *Porto Diversidade* era composto por gays, lésbicas, travestis e transexuais. Como já salientado, o grupo realizou as marchas da diversidade e essas tinham como proposta discutir e redefinir o formato das paradas LGBTs. Sobre isso Raymisson narra:

E aí fomos discutir as questões das paradas. As paradas tinham um grande problema, nós não as queríamos carnavalizadas. Tudo bem que tinha o brilho, a beleza, mas quando a gente vinha aqui para rua, a gente percebia que uma boa parte da população vinha para apreciar, lógico, mas uma boa parte vinha para rir, como se fosse um momento de diversão, como se fosse um carnaval. Parte do público olhava, viam as meninas bonitas fantasiadas, viam as engraçadas, as bêbadas, as colocadas. Viam tudo, mas ficavam todos na calçada aqui, olhando e rindo, e no outro dia? No outro dia a violência continuava, o preconceito continuava e a discriminação continuava. Aí a gente falou: Não! A gente precisa fazer uma Parada diferente, a gente precisa fazer uma Parada que influencie na vida das pessoas que influenciam na sociedade. Que a gente as traga para uma mesa de discussão, pois não dá para irmos somente no dia da Parada, passarmos na rua simplesmente e, no outro dia, ter 3, 4 ou 5 mortas na rua.

As marchas expressavam uma nova concepção de manifestação do orgulho LGBTQIA+, que vislumbrava assentar esse grande fenômeno social sob um novo foco,

²¹⁷ Disponível em: <https://arielargobe.blogspot.com/search?q=Lgbt&m=1>. Acesso em: 05 mai. 2022.

privilegiando a promoção do fim da violência contra a comunidade e a consolidação de uma cultura de paz e de respeito à diversidade sexual, pautada na premente necessidade de se avançar com a grande bandeira política do movimento: a aprovação do projeto de criminalização da prática da LGBTQIA+fobia em Rondônia.

Na marcha as/os participantes se manifestavam pela melhoria das ruas e avenidas da zona leste, pela criação de órgãos para atender às especificidades locais da população, por exemplo, agências bancárias que não existiam na época, “Sendo assim, a Marcha veio com temas: um deles falando de agência bancária para a zona leste. Já era um problema muito grande, porque não tínhamos agências bancárias” (Raymisson); além disso, homenagearam LGBTs vítimas de violência em Porto Velho.

É nesse contexto e circuito, portanto, que estava inserida a Marcha Municipal pela Diversidade Sexual, abrigada pelo manto das cores do arco-íris, coberta com a responsabilidade pela inclusão das populações historicamente excluídas e discriminadas, e comprometida com o resgate e a promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA+.

O *Porto Diversidade* realizou o Miss Cidadania LGBT+, que era outro formato de concurso de miss, não meramente voltado para estética e identidade gay, pois o grupo não concordavam com a configuração do Miss Gay, que era organizado pelo grupo do centro, para Raymisson “No Miss Gay só tinha brilho e beleza, e depois a pessoa continuava sendo violentada na escola, não conseguia terminar os estudos, sem formação”. O Miss Cidadania tinha caráter de formação cultural, cidadã e de direitos humanos, bem como a finalidade de suscitar e cultivar a autoestima e o empoderamento da população LGBT, em especial das travestis e mulheres trans:

O Miss Cidadania veio com esse formato [...] além da estética da beleza, veio falando de cidadania, de Direitos Humanos, de família, da ética e de como ser cidadão (Raymisson), bem como o Miss trouxeram resultados positivos no âmbito educacional e na vida de pessoas trans* da periferia de Porto Velho: Tivemos a Samira Fox, que está trabalhando como professora, em um distrito de Rondônia. Ela continua estudando. Nossa! O Miss teve um resultado muito importante, pois ele foi crucial em algum momento na vida dessas pessoas. [...] A gente queria se aproximar da escola, estar junto da escola, trazer a escola para dentro da discussão da temática LGBT. Era isso que a gente queria e isso foi uma grande discussão. A gente conseguiu realizar três vezes o Miss nas escolas e foi um sucesso. (Raymisson).

Figura 105 - Fotografia das Misses Cidadania LGBT (2010)



Fonte: Argobe (2011).²¹⁸

O grupo também organizou a Primeira Conferência Municipal LGBT de Porto Velho em 2014, e enviou requerimentos à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa para a criação do Conselho Estadual e Municipal LGBT+, mas infelizmente deputados estaduais engavetaram o processo de criação do Conselho, “já tinha sido aprovado pelo poder executivo, com a Assembleia Legislativa fazendo a nomeação dos conselheiros. Porém, a bancada religiosa conseguiu barrar a criação do Conselho”, conforme Raymisson.

Figura 106- Fotografia da II Marcha Municipal Pela Diversidade Sexual em Porto Velho (2009)



Fonte: Argobe (2013).²¹⁹

²¹⁸ Disponível em: <https://arielargobe.blogspot.com/search?q=Lgbt&m=1>. Acesso em: 05 mai. 2022.

²¹⁹ <http://arielargobe.blogspot.com/2013/04/?m=0>dadania: abril 2013. Acesso em: 05 mai. 2022.

Por fim, surgiram dois coletivos em Porto Velho: o *Multivozes* e o *Somar*. O *Multivozes* foi criado em agosto de 2019, tendo como missão potencializar a voz do público menos privilegiado (mulheres, crianças, adolescentes, indígenas, população negra e comunidade LGBTQIA+), com o objetivo de trabalhar em conjunto com a sociedade a fim de proteger e ajudar na garantia de direitos dessas/es cidadãs e cidadãos, conforme Apollo. Sobre o referido coletivo:

No ano de 2019, eu ingressei em outro coletivo, chamado de *Multivozes*, que surgiu para unir todas as classes e as diversidades em Rondônia. Nós somos um coletivo que abrange tanto as pautas da comunidade LGBT, quanto o debate sobre a violência sexual, violência contra mulheres e debate sobre a maternidade. É um coletivo muito abrangente e a comissão que eu faço parte, a comissão que eu dirijo, é a comissão da diversidade. Foi a partir daí que eu comecei a marcar reuniões e encontros com mulheres e homens trans. (Apollo).

Diante disso, as pautas do coletivo *Multivozes* perpassaram em torno do atendimento humanizado a vítimas de violências sexual e física por meio de recursos para o enfrentamento à violência obstétrica e LBTQIA+fobia em Rondônia.

Figura 107 - Logo do coletivo *Multivozes*



Fonte: Página do Coletivo Multivozes no Instagram.²²⁰

²²⁰ Disponível em: <https://instagram.com/coletivomultivozes?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 05 mai. 2023.

Já o coletivo *Somar*, também criado em 2019, surgiu com a finalidade de suprir a necessidade de um grupo de jovens LGBTs em Porto Velho, que representasse a união de diferentes indivíduos que atuassem em conjunto, somando-se; daí a escolha pelo nome *Somar*, também fazendo alusão ao primeiro grupo de homossexuais no Brasil, o Grupo *Somos*, com foi visto antes.

Figura 108 - Logo do coletivo *Somar*



Fonte: Página do coletivo *Somar* no Instagram.²²¹

O coletivo *Somar* surgiu a partir do fato de Breno ter vivenciado a LGBTQIA+fobia e a gordofobia, bem como presenciado atitudes LGBTQIfóbicas, machistas, sexistas e misóginas na Universidade Federal de Rondônia em seu curso de Direito. Vejamos um trecho retirado de sua microautobiografia, no qual ele narra tais episódios, bem como os vincula à ideia de formação do *Somar*:

Depois de certo tempo, aconteceu outra situação na Universidade, no curso de Direito, onde um professor fez um discurso falando de uma palestrante que participou da Semana Acadêmica de Direito, uma professora renomada que trabalhou as questões dos direitos de mulheres em relação ao direito do aborto e saúde da mulher. Então, ele falou que a professora era uma abortista e outros termos pejorativos e uma amiga de sala entrou em debate com ele a favor da professora. E aí foi aberta uma sindicância pela qual o professor foi processado pela palestrante por ele ter feito discurso transfóbico e lesbofóbico contra a palestrante e contra todo mundo que estava em sala.

²²¹ Disponível em: <https://instagram.com/somar.coletivo?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 05 mai. 2023.

Então, tive que falar para a comissão e na frente dele, tudo que ele tinha feito a partir do meu ponto de vista. Falei na frente de todos ali presentes que o discurso dele foi transfóbico, chamando a palestrante de travesti e outros termos horríveis, e ele foi me contestando. Foi uma das primeiras formas de constrangimento que ocorreu em minha vida. Ele ficou impune. Mas, quando terminei o depoimento e saí da sala, refleti sobre toda aquela situação e decidi: o que eu puder fazer pelos direitos das mulheres e dos LGBTQIA+ farei, de estar juntos, de ajudar e de fazer parte.

Em 2019, acabei fazendo o meu TCC sobre a criminalização da LGBTfobia. Eu queria muito pesquisar sobre esse tema, o que ocasionou alguns retornos a eventos. A partir desse meu trabalho, recebi convites para falar sobre o assunto, pois eu não queria que o meu TCC fosse apenas para cumprir as obrigações acadêmicas, eu queria, portanto, continuar o debate fora da Universidade.

É a partir daí que o coletivo *Somar* foi gestado de um projeto chamado *Embaixadorxs* que faz parte da ONG *Todxs* de São Paulo. A ONG estava desenvolvendo um projeto de recrutamento de lideranças LGBT, ao qual eu me candidatei representando Rondônia. No final de novembro do mesmo ano, me desloquei até São Paulo para o encontro e Conferência Nacional das/dos participantes do Projeto. Aí cadastrei o coletivo *Somar*. Convidei alguns amigos para participarem, pois sozinho eu não conseguiria fazer o coletivo. (Breno).

Observa-se, na fala de Breno, a importância de vontades individuais (que se multiplicam em articulações coletivas: “convidei alguns amigos para participarem”, “sozinho eu não conseguiria”) e do ambiente acadêmico (apesar dos seus limites e violências) para a formação de novos coletivos, como o *Somar*. Destaca-se ainda a relevância das redes nacionais para que tais coletivos encontrem ressonância, apoio e, em decorrência, relevância local e estadual.

A falta de políticas públicas no combate às diversas formas de opressões contra LGBTs, contribui para que tenhamos os nossos direitos violados, para que vivenciemos em nosso cotidiano a LGBTQIA+fobia de cada dia, já que a lei não é aplicada de forma contundente contra quem propaga o ódio e violenta nossos corpos, inclusive em espaços que deveriam ser de críticas às discriminações, como a Universidade. Os referidos coletivos são recentes, porém estão se articulando no combate contra as diversas formas de opressões interseccionais, com decisões compartilhadas, apartidárias e não hierárquicas, respeitando as singularidades de cada integrante, com o direito de que cada um se expresse por meio de sua fala, de sua voz, para assim contribuir somando na luta contra a LGBTQIfobia, o racismo, a violência sexual e a violência obstétrica em Rondônia. Também, para que não ocorram mais impunidades de casos, como, por exemplo, o episódio que aconteceu na Universidade narrado por Breno. Os coletivos e

demais movimentos sociais de LGBTQIA+ são fundamentais nesse sentido, ocupando todos os espaços para reivindicar nossos direitos enquanto cidadãs e cidadãos, e a nossa existência. Resistimos!

7.2. A gênese da *Associação Filhas do Boto Nunca Mais (FBNM)* e suas ações sociopolíticas e culturais para mulheres e LGBTs em Porto Velho

Conforme vimos no Capítulo 1 desta tese, a influência filosófica e política do movimento feminista ocidental chegou nos anos de 1980 a Rondônia e adentrou as organizações de mulheres em Porto Velho. Nesse sentido, já se debatia a situação das mulheres no município naquela década, nos sindicatos, nos partidos de esquerda e nas ONGs, mas cada entidade realizava ações individualizadas e específicas para mulheres, ou seja, não havia articulação ou visibilidade social na capital, até porque somente algumas ações se intitulavam como feministas. Como foi indicado, diversas discussões do feminismo se davam não só pela perspectiva educacional, mas também através da arte (Risa, 2022).

A história da primeira geração de mulheres que desenvolveu ações feministas em Porto Velho foi marcada por inúmeros desafios e opressões, por subverterem a ordem dominante, característica de um estado que é conservador, machista, sexista e LGBTQIA+fóbico.

A luta contra as diversas formas de opressão continuou e se ampliou através de mobilizações com o surgimento de “novos” grupos como mulheres negras ou pretas, travestis e mulheres trans na capital, a exemplo da já citada *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*. Sobre a sua origem, parece estar relacionada ao não conformismo de Anne, em função das opressões sofridas durante a sua infância, bem como na luta pelo direito de crianças, adolescentes e mulheres que foram abusadas sexualmente em Porto Velho.

O estupro, assim como outros atos de violência sofridos pelas meninas e mulheres em Rondônia, tais como agressões físicas, abuso doméstico, incesto e exploração sexual, fazem parte de uma estrutura mais ampla de subordinação, sobretudo de mulheres negras ou pretas, ribeirinhas e indígenas, marcada por opressões interseccionais. Esses atos de violência são a dimensão visível de um sistema mais generalizado de opressão cotidiana. Atos específicos de violência sexual refletem um

processo mais amplo pelo qual a violência é socialmente construída de maneira especificamente étnico-racializada e generificada (Collins, 2019).

Diante disso, Anne narra:

[...] eu assisti uma palestra em 2011 no auditório da faculdade em que eu cursei o meu Ensino Superior, e nessa faculdade, uma professora da UNIR apresentou uma pesquisa, e nessa pesquisa ela falava sobre *o arquétipo da lenda do boto na Amazônia*. Então ela começou a falar sobre esses arquétipos, do boto na Amazônia, como aconteciam essas questões, e ela trouxe uma pesquisa que mexeu no meu sintoma, mexeu no meu conteúdo... Ela falou sobre as meninas daquela época, em 2011, mas que ainda eram abusadas sexualmente de maneira intrafamiliar, e que elas não podiam contar para ninguém, porque é como se fosse uma cultura que tinha de ser preservada. E essas meninas precisavam falar... Havia um pacto social onde elas mesmas não podiam falar quem as tinha engravidado, então elas falavam que tinham engravidado do boto. Todo mundo subentendia que era aquele pai que tinha engravidado aquela menina, mas o pacto social silencioso fazia com que essas meninas se manifestassem dizendo: *ah! Eu engravidei do boto, ele atacou minha memória, por isso que eu não lembro o que aconteceu...* Essas meninas abusadas que tiveram seus corpos objetificados e violados geraram os filhos do boto. Dentro de todo esse contexto surgiu *o Filhas do Boto Nunca Mais...* (Anne).

Entendendo que o abuso sexual intrafamiliar, mantido de maneira trans-geracional, ainda é totalmente presente nas comunidades ribeirinhas e até mesmo na zona urbana de Rondônia e que as políticas públicas relativas ao problema continuam sendo insuficientes, Anne, enquanto fundadora da FBNM tomou a iniciativa de fomentar e cobrar soluções referentes ao assunto. A primeira medida da associação foi realizar palestras e rodas de conversas, sobre a violência sexual e de gênero. Logo depois, passou a desenvolver ações integradas e estruturadas no estado voltadas às mulheres, independentemente de sua raça, cor, orientação sexual ou religião para o empoderamento delas. Diante desse contexto, começaram a surgir outras demandas e também mais mulheres querendo fazer parte da FBNM. Segundo Anne, a entidade se tornou “um coletivo composto de várias mulheres. Na época não sabíamos muito bem o que estávamos fazendo, sabíamos que a gente tinha que fazer alguma coisa, a gente se envolveu com muita emoção”. Mais uma vez, verificamos o papel dos afetos na constituição dos movimentos sociais e suas entidades representativas, aspecto muitas vezes silenciado na documentação oficial, mas que ganha amplitude nas histórias de vida registradas oralmente.

Figura 109 - Logo da *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*



Fonte: Página da Associação Filhas do Boto Nunca Mais no Instagram.²²²

Inicialmente, conforme Anne, as ideias das integrantes da FBNM eram radicais, devido à falta de conhecimento sobre questões políticas e operacionais para que pudessem obter progressos em suas atividades. Sobre isso, ela narra, obviamente desde uma visão retrospectiva:

[...] tivemos que estudar, nos institucionalizar para podermos entender o que é realmente a luta, o que é o diálogo, o que é a diplomacia, o que é sentar ao lado de um deputado independente do que ele pensa. [...]. Antigamente, enquanto coletivo, estávamos muito na pegada de um ativismo, mas de um ativismo muito combativo, e isso não estava dando certo, devido à falta de maturidade e muita emoção. (Anne).

Já enquanto Associação, a entidade foi se instituindo, conhecendo o modo como o sistema opera e a forma como lidar com ele, suas regras e simbolismos. Nesse sentido, suas integrantes conseguiram “amadurecer” e aprender, através do poder do diálogo, o qual, afinal, se constitui na base da democracia liberal. Para Anne:

Esse movimento foi muito importante para sairmos da emoção, sairmos do amadorismo do coletivo, e entrarmos no mundo das ONGs enquanto Associação, nos formar, estudar, nos instituir para que a gente possa oferecer o que realmente essas mulheres precisam, pois hoje devido ao neoliberalismo o terceiro setor é a principal frente de

²²² Disponível em: <https://instagram.com/filhasdobotonuncamais?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 05 mai. 2023.

proteção para mulheres, crianças, adolescentes, população LGBTI+, população negra. Enfim, o terceiro setor vai ter que chegar ao poder público para que as nossas políticas não parem. (Anne).

Ressalto que as ONGs no Brasil, de acordo com Fiege Hans-Jürgen, surgiram nos anos 1980 como “portadoras da esperança”, construindo uma aliança fundamental entre as instituições de poder e as populações locais. Com os seus projetos em apoio aos movimentos populares, em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, mostraram alternativas aos programas de desenvolvimento governamentais, que muitas vezes não atingiam seus objetivos. Entendo que as ONGs defendem um desenvolvimento “de baixo”, ligado às ideias da participação cidadã, do Estado democrático de direito e do compromisso social (Fiege, 2003).

A FBNM enquanto parte da sociedade civil se institucionalizou no final de 2022.²²³ Atualmente é composta por 08 membras na diretoria e com 40 mulheres voluntárias, possuindo 4 núcleos: Núcleo Psicojurídico e social, Núcleo de Diversidade e Inclusão, Núcleo de Empregabilidade e Desenvolvimento Humano, e o Núcleo Étnicos Raciais.

Figura 110- Logo dos Núcleos da FBNM



Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2023).²²⁴

²²³ Em maio de 2023, a FBNM completou 06 anos de existência. São seis anos de ações sociais, políticas, projetos, intervenções, acolhimentos, informações e atendimentos no estado, bem como de transgressões e subversões ao sistema patriarcalista na região.

²²⁴ Disponível em: <https://instagram.com/filhasdobotonuncamais?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 05 mai. 2023.

Portanto, a entidade se preparou para assumir a luta contra o sistema. São mulheres, feministas, mobilizadoras e realizadoras no âmbito das denúncias e do combate às diversas formas de opressão que reverberam nas desigualdades sociais na capital. Podemos dizer que a Associação FBNM faz parte do que é denominada por Maria Gohn de “ONGs Cidadãs”. Para a autora, as ONGs cidadãs estariam:

[...] voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular, como no não-popular. No popular constroem redes de solidariedade promovendo ou participando de programas e serviços sociais básicos e emergenciais. No campo não-popular atuam junto a minorias discriminadas (na realidade trata-se de grandes conjuntos humanos ou categorias que em alguns locais representam a maioria da população, como as mulheres). [...] As ONGs cidadãs têm uma grande atuação junto aos canais de comunicação e em nível de políticas públicas, fornecendo subsídios para sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias quando ocorrem violações e omissões. [...] **A grande arma das ONGs cidadãs são as campanhas educativas e denunciadoras da violação dos direitos sociais.** (Gohn, 2003, p. 14, grifos nossos).

Durante as minhas observações na pesquisa de campo, constata-se que a FBNM consegue estabelecer com as instituições locais o compromisso com as políticas públicas de direitos humanos para grupos subalternizados na capital, fortalecendo-se e criando parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais. Isso se deu por conta do amadurecimento intelectual e político das integrantes que compõem a Associação, ou seja, o conhecimento das regras e performances do mundo político-institucional. Elas tomaram a decisão de começar a fomentar e cobrar soluções a partir do problema do abuso sexual, através da (in) formação, educação e acompanhamento técnico efetivo dentro das especificidades nas demandas da Associação. O objetivo dessas mulheres amazônidas é tornar a sociedade mais justa e equilibrada para as/os cidadãs e cidadãos independentemente de sua classe social, gênero, religião, raça e sexo, partindo do princípio da equidade, bem como pautar temas fundamentais acerca dos nossos direitos humanos, sobretudo para pessoas em situações de vulnerabilidade social. Afinal, não há como promover igualdade antes de se corrigir históricos desrespeitos de direitos humanos mantidos na sociedade, tais como a objetificação do corpo feminino e a violação de crianças e adolescentes, mostrando assim a necessidade de romper a cultura de estupro

que prossegue em algumas comunidades tradicionais, bem como na zona urbana da capital.

O princípio da sororidade feminista faz parte da Associação, o qual pode ser definido como mulheres que cuidam de mulheres, mulheres solidárias, mas para o bem das famílias, para um mundo mais justo para meninas e meninos, para combater injustiça na criação de meninos ou nas cobranças para homens, para entender que é somente com equilíbrio entre os gêneros que se faz uma sociedade igualitária, sem violência, sem discriminação e sem preconceitos. A sororidade, como nos diz bell hooks:

[...] vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum. A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado. (hooks, 2019, p. 36).

Aqui descrevo talvez, “a título de exemplo”, uma das importantes ações sociais da Associação FBNM, o projeto Brinquedoteca. A iniciativa se deu em 2018, por uma parceria entre a Comissão de Enfrentamento contra Violência Doméstica/CEDM-RO e a coordenação da Associação em parceria com a Universidade Paulista/UNIP. A missão foi instalar uma brinquedoteca na Delegacia da Mulher em Porto Velho, com intuito de oferecer um espaço lúdico para os filhos e filhas das mulheres que buscarem a Delegacia para atendimentos, deixando elas à vontade para descreverem e/ou relatarem seus depoimentos, diminuindo a preocupação e o sofrimento com as crianças e tornando o atendimento mais humanizado. A brinquedoteca, contribui no sentido de humanização e auxílio no enfrentamento da violência contra as mulheres, pois é um espaço lúdico e acolhedor para mulheres.

Sobre essa proposta de humanização do atendimento das mulheres vítimas de violência, Brenda narra em sua microautobiografia que:

A Associação Filhas do Boto Nunca Mais tem se tornado referência nos diversos trabalhos que atendem diretamente a pessoas que estão em vulnerabilidade social. Hoje em dia, nós temos um projeto muito bacana dentro da Central de Polícia aqui no estado, que é uma sala de atendimento humanizada, com objetivo de atender essas mulheres vítimas de agressões, mulheres que estão em vulnerabilidade. Nós (psicólogas, advogadas e assistentes sociais), estamos nessa sala acolhendo e tentando ajudar essas mulheres vítimas de violência

doméstica, naquele seu primeiro momento de urgência, fazendo os encaminhamentos necessários. (Brenda).

Após os projetos de intervenção com palestras em comunidades e por meio das redes sociais, cresceu a procura de meninas e mulheres, as quais, mesmo não querendo denunciar os abusos, só queriam ter para quem relatá-los, e muitas das vezes justificar o que elas já sabiam que não era culpa delas. Em decorrência, a Associação foi ganhando mais corpo, foram surgindo várias outras voluntárias, buscando transformar as dores e feridas abertas por meio da luta coletiva contra o sistema patriarcal, conforme Anne e Brenda.

Sabemos que o Brasil, infelizmente, é um dos piores países para as mulheres viverem. O índice alarmante de violência de gênero e de feminicídio nos mostra claramente a situação de diversas formas de opressão que nós passamos em um cotidiano perverso no país. A violência acontece no espaço público e privado, o Estado patriarcalista, machista e sexista não cumpre o seu papel de dar proteção e garantir a dignidade e segurança de mulheres e outras “minorias”. O debate em torno das diversas formas de opressão consolidadas contra as mulheres é recente e as políticas públicas que existem ainda são ineficazes. Mesmo com a Lei Maria da Penha (2006)²²⁵, a mudança na lei de estupro (2009)²²⁶, e da lei do feminicídio (2015)²²⁷, e a mais atual lei de importunação sexual (2018)²²⁸, a onda de violência contra as mulheres só aumenta, como já demonstrado no capítulo 4 dessa tese. Diariamente vemos relatos de agressões e feminicídios nas redes sociais e na mídia.

Conforme o Jornal *Diário da Amazônia*, mesmo com treze anos de Lei Maria da Penha, Rondônia é o quinto estado com maior taxa de violência contra mulheres e o terceiro em abuso sexual. Desde abril de 2018 até maio de 2019, foram cadastradas na Polícia Militar 3.820 mulheres com medidas protetivas de urgência. Rondônia possui oito Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Família (DEAM) para denúncias de casos de violência doméstica.²²⁹

²²⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

²²⁶ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-12015-09>. Acesso em: 19 jan. 2023.

²²⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

²²⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

²²⁹ Cf. Jornal *Diário da Amazônia*. Disponível em:

Em Porto Velho é preocupante o índice alarmante de estupro, em 2018 a cidade teve a maior taxa entre as capitais do Brasil. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa é de 79,5 casos para cada 100 mil habitantes, liderando o ranking de vítimas abusadas sexualmente. De acordo com o Fórum, Porto Velho teve 413 ocorrências de estupros em 2018.²³⁰ O ano com mais registros de violência doméstica foi em 2019, quando a polícia contabilizou 2.658 casos, sendo 1.479 ocorrências “apenas” de ameaça. A inexistência de uma política mais consistente voltada para as mulheres e a omissão do poder público contribui para esse índice de violência, por exemplo, não há uma Secretaria da Mulher junto ao governo municipal.²³¹

De acordo com o balanço da Polícia Militar, em 2020, foram registrados quase 1 mil casos de estupros em Rondônia, sendo 69% contra crianças e adolescentes. 325 delas tinham idade de 0 a 11 anos de idade. Adolescentes compõem a segunda posição no ranking, sendo um total de 348 vítimas na faixa etária entre 12 a 17 anos.²³² Em 2021, foram mais de 2, 3 mil ocorrências de violência doméstica registradas em Rondônia.²³³

É nesse contexto que se insere a luta e resistência da *Associação Filhas do Boto Nunca Mais* em Porto Velho, contra a violência doméstica, o machismo estrutural, o abuso sexual e outras formas de opressão interseccionais na região. São mulheres com várias representatividades e identidades socioculturais, as quais compreendem que, unidas, podem escrever uma nova história de mulheres, com força e políticas públicas para todas nós.

7.3. O movimento de travestis, transgêneros e transexuais em Rondônia: lutas e conquistas

<<https://www.diariodaamazonia.com.br/ro-e-o-5o-estado-com-maior-indice-de-violencia-contramulher/>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

²³⁰Cf. G1 Rondônia.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/09/17/porto-velho-tem-a-maior-taxa-de-estupro-entre-as-capitais-795percent.ghtml>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

²³¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/07/25/mais-de-23-mil-ocorrencias-de-violencia-domestica-sao-registradas-em-ro-no-segundo-trimestre-de-2021.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2023.

²³² Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/29/de-quase-1-mil-denuncias-de-estupro-em-rondonia-69percent-foram-contracrianças-e-adolescentes.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2023.

²³³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/29/de-quase-1-mil-denuncias-de-estupro-em-rondonia-69percent-foram-contracrianças-e-adolescentes.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2023.

O Movimento Trans* em Rondônia surge a partir do grupo *Tucuxi* criado em 2002. Seguindo o exemplo de luta de outras localidades brasileiras, esse conforme foi apontado antes, tinha por missão combater a proliferação do HIV/aids e defender a cidadania e os direitos da população LGBTQIA+ no estado.

As pioneiras do movimento trans* rondoniense foram a travesti Karen Oliveira e Alessia Moura, mulher transexual, as quais, inquietas pela forma como o sistema tratava corpos travestis e trans na região, resolveram subverter a institucionalidade do movimento LGB+, pois se sentiam usadas e, ao mesmo tempo, apagadas na luta do movimento. Karen Oliveira em sua microautobiografia relata o momento em que ela passou a ter interesse pelo ativismo social trans*, bem como a relação com outras lideranças travestis e mulheres trans de outros estados nortistas. Vejamos um trecho:

Aí, eu lembro que um dia teve um encontro, se não me engano foi o III Encontro Regional Norte de Travestis e Transexuais do Estado de Rondônia. A menina que eu conheci, a Dudu, disse: *-mulher, vamos, vai ter o encontro de travesti e vai ser muito bom!* Aí eu, na minha cabeça, pensei: *mulher, eu não vou, porque eu não vou perder meu tempo olhando e ouvindo fresco falando que homem tem que entrar na igreja de véu e grinalda.* Eu não vou perder meu tempo com isso, porque não entrava na minha cabeça. Eu disse para ela: *- eu não vou.* Mas ela insistiu para que eu fosse conhecer, e eu, curiosa, aceitei. Fui, e lá eu conheci a Alessia Moura, conheci a Wedma de Manaus, a Keila Simpson²³⁴. Quando eu vi aquelas travestis ali na frente e que não era travesti do gueto que eu vivia, eu disse: *- caramba! As bixas são do babado!*

Então, comecei a mudar minha forma de pensar sobre algumas coisas em torno da travestilidade, mas até o momento eu não pensava em movimento social, eu só pensava assim: se elas chegaram, eu preciso saber como elas chegaram e como se projetaram para estarem lá. Mas lembrando que a minha forma de pensar não batia com muitas das coisas que elas falavam. Eu tinha o preconceito enraizado dentro de mim, que eu precisava me desvencilhar de tudo aquilo. Eu tinha que me despir para poder me reconstruir novamente, aproveitando a minha história de vida, somando e fazendo da minha história de vida um alicerce para eu trabalhar no movimento social. (Karen).

Neste momento, não existia em Rondônia atividades ou projetos sociais voltados exclusivamente para travestis e pessoas trans*. Mesmo sendo esse o principal grupo da “sigla” vivendo em vulnerabilidade social, havia um silenciamento das ONGs no que se refere a essa população. Dentro da “sopinha de letrinhas” ela tinha um distanciamento muito grande, era apagada e colocada no gueto. Karen saiu das instituições LGB+ por

²³⁴ Ativistas trans*.

não se calar e não concordar pela forma como eram tratadas as travestis e transexuais em certas entidades. Sobre isso, ela narra:

Entrei na época na ONG, mas meu pensamento não batia com o pensamento da direção da instituição, cujas ações para as travestis tinham que ser somente através de **gel, camisinha, esquina**. Elas **não tinham vozes nos lugares, porque eram vistas como burras, prostitutas, drogadas e/ou ladras**. Então era através desses rótulos que éramos carimbadas e julgadas. Por isso que eu discuto muito hoje em dia que as ONGs LGBT ganharam muito dinheiro em cima das travestis, porque eu, enquanto puta, só me entregavam camisinha e gel na esquina, e diziam: - *tu, fica aí que é teu lugar, mas tu não vem para cá que aqui é só para a socialite*. Mas quando eu entrei no movimento, tive meus contratemplos com a ONG de onde eu saí e fui para outra pior ainda. Fui para uma outra também que foi um horror, tudo isso porque a minha linguagem não batia com a das lésbicas, não batia com a dos gays, porque era uma linguagem em que eu ofendia a comunidade, ofendia a sociedade. **Eu usava uma linguagem que precisava ser apagada, para ser reeducada, higienizada e clorificada**. (Karen, grifos nossos).

Podemos dizer, portanto, que havia forte transfobia no interior do movimento em Rondônia. Sobre as pessoas trans* e travestis pesavam muitos estigmas (“burras”, “prostitutas”, “drogadas”, “ladras”), em geral relacionados ao trabalho sexual que muitas exerciam. Porém, vimos que Karen não aceitou ser submissa, apenas um “objeto” de políticas sociais (como a entrega de gel lubrificante e camisinhas), mas sim subversiva, e retornou ao movimento social com o desejo de lutar em prol das travestis e mulheres trans na região. Para isso, precisou, segundo ela mesma, modular a sua voz de acordo com os parâmetros exigidos pela institucionalidade. Silenciar vozes travestis e de mulheres trans* é desempoderador e pode prejudicar outras/os membras/os da comunidade de se manifestarem e de permanecerem no movimento. É crucial que todas/os nós, LGBTs, possamos falar e sejamos ouvidas/os pelo segmento e, assim, somar força contra o sistema.

Alessia Moura com 20 anos de idade foi morar na Europa, movimento de muitas mulheres trans* e travestis em busca de melhores condições de vida e da possibilidade de realizar modificações corporais. Porém, depois de ter feito sua cirurgia de redesignação sexual, voltou para Rondônia. Ela conhecia alguns integrantes do antigo *Camaleão* que fundaram a ONG *Tucuxi*, os quais lhe convidaram, assim como convidaram Karen, para fazer parte da instituição, representando as travestis e transexuais

portovelhenses. Mais uma vez, verificamos o papel das relações pessoais na constituição das entidades do movimento social LGBTQIA+. Nesse sentido, ela narra:

Eu retornei ao Brasil em 2006, e, quando eu cheguei, estavam ocorrendo eventos organizados específicos para travestis e para transexuais em Porto Velho. E, aí, me chamaram de última hora para eu falar sobre a minha experiência. Lá encontrei algumas amigas que estavam no movimento ou estavam conhecendo o movimento, isso em 2007. A Karen era uma que estava conhecendo o movimento. Também tinha a Renata Evans.

Nesse evento que ocorreu, eu falei sobre a minha história, sobre a minha experiência, sobre a transição, como era a minha vida e como eu me sentia. Era um período que era por identidades, pois essas lutas por reivindicações giram em torno das identidades, e, naquele momento, existia uma identidade travesti, e que tinha pautas específicas, e, também, tinha uma identidade transexual. Eu era bem leiga sobre o movimento, e já que eu não sabia nada sobre o assunto, eu só sabia sobre as minhas experiências. A partir desse evento, comecei a ser convidada para participar de outros, e aí fui convidada para entrar na ONG *Tucuxi* e coordenar junto com a Karen o *Projeto Espelho de Vênus*, que era um trabalho voltado para o empoderamento de travestis e transexuais e tinha cunho em prevenções na área da Saúde, além do teor político. (Alessia).

Foi nesse período que eu a conheci, através de seus relatos de experiências e vivências enquanto mulher transexual, em eventos organizados pela ONG na UNIR. Antes da inserção da Karen e Alessia na ONG *Tucuxi*, não existia, como dito acima, em Rondônia atividades ou projetos sociais para travestis e pessoas trans* mesmo sendo esse o principal grupo vivendo em vulnerabilidade social. Diante disso, a entidade viu a necessidade de iniciar um trabalho direcionado às travestis e mulheres transexuais, atendendo suas especificidades, promovendo a valorização dessas pessoas, bem como proporcionando um aumento da autoestima, o resgate da cidadania e o amor à vida. Ao narrar suas experiências pessoais (“eu só sabia das minhas experiências”), Alessia promovia identificações individuais, mas também fortalecia laços coletivos que se transformaram em ações políticas.

Foi somente em 2006 que Karen Oliveira e Alessia Moura realizaram os primeiros trabalhos sociais voltados para esse segmento em Porto Velho, desenvolvendo o projeto *Espelho de Vênus*, o qual tinha como objetivo o incentivo à cidadania das pessoas trans, profissionais do sexo ou não, bem como a atenção e cuidados à saúde. O referido projeto teve seu término no ano de 2009. Para o desenvolvimento do projeto realizaram visitas semanais às travestis e transexuais trabalhadoras do sexo em seus

locais de trabalho, tendo por objetivo divulgar o projeto, onde pretendiam alcançar direta e indiretamente essa população. Suas proponentes realizaram oficinas de cidadania e prevenção às ISTs/HIV/Aids. As atividades foram bem preparadas para não dificultar a participação deste segmento que trabalha em sua maioria durante a noite. Nas oficinas abordaram direitos civis, cuidados com o corpo e redução de danos no uso do silicone, capacitando as participantes para serem multiplicadoras dos conhecimentos adquiridos durante a execução do projeto. Karen e Alessia realizaram através do projeto, o primeiro pit-stop de travestis e transexuais do estado de Rondônia. Vejamos alguns registros desse momento.

Figura 111- Fotografia do primeiro pit-stop de travestis e transexuais em Porto Velho/RO 1



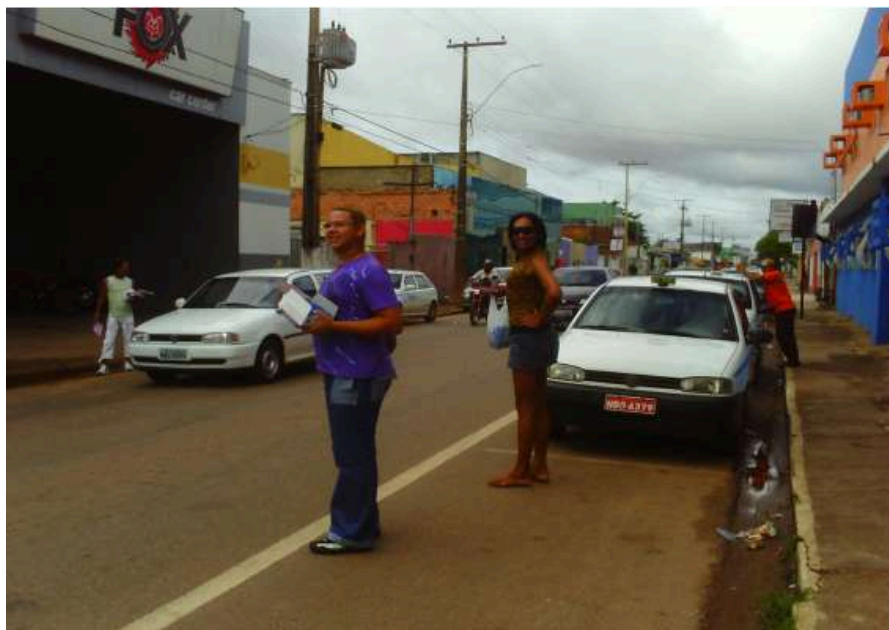
Fonte: Silva (2010, p. 43).

Figura 112- Fotografia do primeiro pit-stop de travestis e transexuais com a equipe do *Tucuxi*



Fonte: Silva (2010, p. 43).

Figura 113- Fotografia das travestis distribuindo materiais de conscientização e prevenção em saúde 1



Fonte: Silva (2010, p. 44).

Figura 114 - Fotografia das travestis distribuindo materiais de conscientização e prevenção em saúde 2



Fonte: Silva (2010, p. 44).

Figura 115 - Fotografia da concentração das travestis e pessoas trans* do primeiro pit-stop de travestis e transexuais em Porto Velho/RO



Fonte: Silva (2010, p. 45).

Atualmente há uma única entidade que trabalha em prol das travestis e pessoas trans* em Rondônia, denominada *Comcil* (Comunidade Cidadã Livre). Este grupo surgiu em outubro de 2009, através da luta da travesti Karen Oliveira. O silenciamento das ONGs a respeito da população trans* incomodava a ativista, que não se calou diante desse descaso. Como vimos, foi através do antigo grupo *Tucuxi* que ela começou a desenvolver ações específicas, inicialmente para travestis e mulheres trans. A partir do momento que a entidade foi desativada, Karen ficou sem instituição para trabalhar. Porém ela relata o apoio de mulheres cis para que desse continuidade em prol da agenda trans* na capital:

[...] as coordenações estaduais e municipais de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) já conheciam o meu trabalho.

O que tem a ver tudo isso com o surgimento da *Comcil*? Existem umas reuniões chamadas de Planejamento Anuais de Planos e Metas, mas eu não podia ter participação nos planos e metas porque eu não tinha CNPJ. Como eu sou *lesada*, eu falei para as coordenadoras: - *poxa! Mas eu faço um trabalho, eu preciso trabalhar com a população trans, será que eu preciso ter CNPJ para pegar camisinha, gel e folders? Eu só quero trabalhar com a minha equipe*. Então, em cima disso, eu sou criação de mulheres cis: Márcia Mororó, Ray Lima e da Eliana Mendes, que eram coordenadoras estaduais e municipais da saúde. (Karen).

Nesse contexto, a *Comcil* germinou do referido projeto *Espelho de Vênus*, a partir dos ideais de Karen e devido às demandas da população trans* em Rondônia, que se impunham como protagonistas de suas histórias e porta-vozes de si mesmas. É importante ressaltar que o grupo *Comcil*, em um primeiro momento era chamado de *Associação de Travestis de Rondônia* (ASTRA/RO). Em diálogo com a coordenação Estadual, Karen começou a perceber que, quando elas faziam solicitações em nome de uma associação de travestis, essas pareciam não sair da gaveta. Então, a ASTRA/RO passou, de forma astuciosa e bem sucedida politicamente, a ser *Comcil*. Será que a recusa em atender as demandas da ASTRA/RO manifestava uma transfobia institucional e/ou governamental? Pergunta retórica né?

Figura 116 - Logo da *Comcil*



Fonte: Oliveira (2023).

O público-alvo do grupo *Comcil* não é só a população LGBTQIA+, mesmo tendo em suas prioridades a população de travestis e trans*, mas também as famílias e a sociedade em geral, pois, de acordo com Karen Oliveira, não há como a entidade trabalhar somente as especificidades de um determinado segmento, sem levar em conta, entre outros aspectos, a luta por uma educação de qualidade, o direito à saúde, cultura e lazer. Então o objetivo da entidade é justamente isso: permear todos os espaços. A *Comcil* tem por missão formar e empoderar lideranças cis aliadas/os e pessoas trans* que

realmente possam ocupar os espaços governamentais e não-governamentais, com a suas vozes altivas. No dizer de Karen: “é tornar essas pessoas multiplicadoras de ações sociais, para que as coisas se expandam de fato e cheguem aonde tem a caneta”. Trata-se, mais uma vez, de aliar militância de base, e o conhecimento das demandas dessa base, com as diretrizes de estruturas governamentais (“onde tem a caneta”), reconhecendo e intervindo nos espaços abertos por essas últimas.

Nesse sentido, as ações da entidade começaram a se concretizar a partir dessa nova estrutura. Suas integrantes foram convidadas para ministrar palestras, seminários e conferências em escolas, secretarias de saúde e outras instituições, ou seja, começaram a ter seu trabalho reconhecido a partir dos cuidados com a saúde da população. O primeiro trabalho enquanto instituição ocorreu nos anos de 2010 e 2011, quando fizeram a campanha do nome social de pessoas trans* nas unidades de saúde em Rondônia, em parceria com a coordenação do núcleo IST/Aids de Rondônia.

Depois disso também veio a questão da campanha pela implementação do nome social de pessoas trans* nos registros escolares. A *Comcil* foi ainda a intermediadora na busca de pessoas trans* e de mulheres lésbicas e cis em vulnerabilidade social para participarem do curso “Projeto Cozinha e Voz” em Porto Velho no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no ano de 2009, desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com a chefe de cozinha Paola Carrosella e Casa Poema (casa de artistas e poetas no RJ). O curso tinha por objetivo levar conhecimento e profissionalização para o mercado de trabalho dessas pessoas em vulnerabilidade social.²³⁵

Atualmente, a *Comcil* é composta por pessoas de todas as identidades de gênero e orientações sexuais, mas todas e todos entendem as especificidades e singularidades de cada uma, com um cuidado especial para a população trans*. A entidade continua na luta por uma saúde de qualidade e por uma qualidade de vida melhor para as travestis e pessoas trans*; luta, nesse sentido, pela criação de um ambulatório trans*, pois essa é uma grande demanda para o nosso segmento em Rondônia; além do combate pelo direito à moradia, a conscientização do uso de silicone industrial e de anabolizantes por pessoas trans*, bem como a luta contra o preconceito e o estigma de pessoas vivendo com HIV e Aids na região.

²³⁵ Para saber mais, ver:

O projeto *Espelho de Vênus* é o marco simbólico da luta e (re) existência de travestis e mulheres trans em Rondônia. Depois do pit-stop, as pioneiras do movimento passaram a ganhar notoriedade e visibilidade a nível regional e nacional. Buscaram então ocupar outros espaços onde antes não eram bem-vindas, como a escola e a Universidade. Para isso, estudaram, se capacitaram, se politizaram e se empoderaram: hoje, Karen é graduada em Gestão Pública, e Alessia é psicóloga e mestra em Psicologia. O grupo *Tucuxi*, como já apontamos algumas vezes, foi fundamental na vida delas e também na minha enquanto mulher trans, historiadora, pesquisadora e professora.

7.3.1. A ausência de políticas públicas para a população de travestis e pessoas trans* em Rondônia

Como salientado anteriormente, Rondônia não possui ambulatório trans, o que ocasiona problemas quanto às questões de saúde dessa população no estado. Sabemos que há ambulatórios em outras regiões, como, por exemplo, em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, construídos a partir da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), assim como das demais políticas de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um marco histórico nas políticas públicas de saúde, ao promover a integralidade da atenção à população LGBTQIA+. Dessa forma, o Ministério da Saúde passou a viabilizar demandas específicas das pessoas trans por meio de atos normativos internos, como o que instituiu e regulamentou o Processo Transexualizador no âmbito do SUS.²³⁶

Mas, apesar desses avanços no âmbito nacional, é preciso atentar para as especificidades regionais: as pessoas trans em Rondônia encontram dificuldades para a realização de tratamento hormonal nos hospitais públicos e até mesmo nos particulares, devido à falta de profissionais habilitados e à ausência de ambulatórios para a realização dos procedimentos almejados por muitas travestis e pessoas trans*, pois não temos políticas públicas para o nosso segmento. Vejamos como essas questões são percebidas por Alessia:

Em Rondônia não tem políticas públicas específicas para pessoas trans, o que existem são militantes que reivindicam, pessoas que lutam em prol da agenda trans, mas não existe nenhuma política pública, porque

²³⁶ Ver: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

nós estamos em um estado terrivelmente evangélico, e, talvez, com uma bancada evangélica na política muito grande, cheia de machistas, muito transfóbica e homofóbica. Eu não sei de nenhuma política estadual para pessoas trans, pois as políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, foram gestadas a partir da saúde, através das questões do HIV/aids.

O debate sobre o uso do nome social surgiu para incentivar pessoas trans vivendo com o HIV a procurarem seus tratamentos, pois elas não estavam procurando o tratamento, e aí começaram os questionamentos dos porquês que elas não estavam indo atrás da assistência médica, então começaram a reparar as questões do nome social. Quando as políticas públicas são desenvolvidas pelo viés da saúde, eu acho que o Estado está te dando uma informação de como ele te vê, de como ele vê as travestis e transexuais, que é como se fôssemos pessoas doentes, porque as políticas públicas para este segmento foram iniciadas pelas coordenadorias de HIV/aids. (Alessia)

A fala de Alessia destaca a importância das travestis e transexuais serem vistas pelos poderes públicos e pela sociedade para além do viés patologizante, como doentes e/ou transmissoras de doenças, e passem a ser encaradas como sujeitas integrais de direitos, o que sem dúvida passa pela autonomia de designação de gênero e nome próprio.

Importante destacar, nesse sentido, que uma das demandas históricas do Movimento Trans* era a mudança de nome civil e social de travestis e pessoas trans* sem a necessidade de cirurgia de redesignação de sexo. Em 2017, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que transgêneros podem fazer a retificação do nome e do “sexo” em sua identidade civil sem o procedimento cirúrgico. No ano seguinte, os ministros do STF, através da ADI 4275, reconheceram o direito de que pessoas trans possam retificar o nome e gênero no assentamento de registro civil sem precisar realizar a cirurgia de redesignação e sem autorização judicial.²³⁷

O Movimento Trans* rondoniense em parceria com outras instituições não-governamentais e pessoas cis aliadas, através da *Comcil*, desde 2008 tem desempenhado um papel fundamental na luta em prol de políticas públicas de saúde para travestis e transexuais no estado. Porém, infelizmente, verifica-se grande resistência por parte do governo, que se opõe à implementação de ambulatório para esse segmento. Como também não há um Conselho Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para a população LGBTQIA+. Em 2018, os deputados estaduais aprovaram o Projeto de Lei Nº845/17 para criar o Conselho, mas houve pressão da bancada evangélica e esse foi

²³⁷ Para saber sobre as leis aprovadas pelo STF a favor da garantia dos direitos fundamentais de pessoas LGBTQIA+, consultar: www.stf.jus.br. Acesso em: 9 abr. 2019.

engavetado, conforme Raymisson. Portanto, ainda há muito a se fazer nesse âmbito em Rondônia.

7.4. Os desafios encontrados e o enfraquecimento da militância LGBT em Porto Velho

Ao analisar as microautobiografias das/dos colaboradoras/es, nota-se que há inúmeros desafios e entraves, o que ocasiona disputas dentro e fora dos movimentos LGBTQIA+. Isso reverbera na prática do ativismo social desse segmento e, em Rondônia, especificamente corroborou para o enfraquecimento do movimento LGBTQIA+ na região. Não se trata, obviamente, de um problema apenas regional. Sabemos que muitos rachas aconteceram no movimento internacional e nacional, contribuindo, várias vezes, para o enfraquecimento da organização. Mas aqui o foco recai especificamente sobre Rondônia. Vejamos como as/os colaboradoras/es narram alguns conflitos que incidiram no conjunto de relações no interior do movimento:

[...] Houve um enfraquecimento. Realmente ele existiu pelo seguinte ponto: o Planejamento Anual com a participação das ONGs que trabalham com CNPJ, para conseguir financiamento pelo Estado, somente se efetua por meio de edital de projeto. Já quando é aprovado no município esse dá sua contribuição para as ONGs, mas fica com uma quantidade X.

Mas quando a gente voltava para o movimento social e via pouco trabalho de ponta e muita festa, é como se esse dinheiro todo revertido, e em projetos sendo feitos, que a gente não via grande expansão. Pelo menos eu, enquanto travesti, não via, e se via era para os gays. Nem para as lésbicas se via. Então, no meu ponto de vista, o enfraquecimento veio quando as próprias ONGs não conseguiram mais sair do mundo de Parada Gay e não trabalharam a base de inclusão e de voz ativa, porque tudo se resumia em Parada Gay [...] Não é como fazíamos no grupo *Tucuxi*, que a gente ia para dentro das escolas e faculdades. (Karen).

[...] Dentro do movimento eu encontrei muitos desafios: a falta de politização, a vaidade, o preconceito interno entre gay e travesti, por exemplo. E mais desafios, como o de o militante gay não gostar da militante travesti e vice-versa. Parecia que viviam em mundos diferentes, pois parecia que eram pessoas diferentes dentro da própria diferença. Então foi um ponto de estrangulamento. Então, teve esses questionamentos, e que permanecem até hoje, pois não vi nenhuma mudança significativa interna no movimento. Aqui eu estou expondo como uma dificuldade que precisa ser superada, porque quando a gente superar a vaidade, a rivalidade, superar esses egos, a gente vai conseguir se unir mais, pautar mais, pontuar mais para podermos avançar. Hoje eu percebo que está menos aparente essa vaidade, mas ela não deixou de existir, porém está “*menos pior*”. (Raymisson).

Parafrazeando Regina Facchini e Júlio Simões (2009), nem tudo são flores e cores no Movimento LGBTQIA+. Assim como aconteceram tensões e rachas em outros movimentos no Brasil, por exemplo, no *Somos*, logo no início da organização política desse segmento no país durante a redemocratização, também ocorreram conflitos e rupturas internas nos movimentos em Porto Velho. Essas adquiriram caráter de cisões e disputas a partir de 2004, através das divergências entre as/os militantes, de desafetos, da má gestão de recursos e de dificuldades operacionais das instituições, que corroboraram para o enfraquecimento na mobilização de LGBTs na capital. Os trechos das entrevistas transcritos acima mostram que tais disputas envolveram desde questões de caráter mais pessoal (“egos”, “ vaidades”), discriminações entre as letras da sigla e temas organizativos (como a ênfase dada, por algumas entidades, às Paradas).

O Movimento LGBTQIA+ rondoniense teve o seu auge de visibilidade e notoriedade entre os anos de 2002 a 2013, com várias ações socioculturais, já apresentadas nas seções anteriores, inclusive participei e prestigiei das atividades desenvolvidas pelo *Tucuxi*, *Projeto Vidas LGBTQ+*, *Grupo Gay de Rondônia* e *Porto Diversidade*.

Constatarei que esse enfraquecimento do movimento LGBTQIA+ no estado se deu a partir de 2015, principalmente no município de Porto Velho. Nesse período, algumas das principais atividades organizadas e desenvolvidas anteriormente pelos/as militantes, como a *Parada LGBTQIA+* e a *Marcha da Diversidade Sexual*, não foram realizadas. Os motivos da paralisação desses importantes eventos culturais e sociopolíticos surgem nas entrevistas realizadas. Vejamos:

Com a divisão e lutas específicas no interior dos movimentos sociais houve um certo enfraquecimento dentro do movimento LGBT. (Kary).

Houve um enfraquecimento no movimento LGBT, e veio com a rachadura, porque não tinha mais submissão, não tinha ninguém mais para quem dizer *este movimento está unificado para cuidar dessas pobres coitadas que estão ali no inferno*. (Karen).

[...] o fato de ter virado uma baderna, uma festa, de ter perdido o seu teor político, da falta de articulação, de trazer pautas, e de ser apenas uma festa sem sentido, com coisas obscenas e que “manchavam”, talvez, a imagem do movimento LGBT local. (Breno).

E daí o movimento do centro enfraqueceu, começou a perder visibilidade e credibilidade. Eles começaram a se sentir excluídos pela gente. [...] Fora do movimento, na sociedade, a maior dificuldade que a

gente tinha era justamente de não nos reconhecemos como protagonistas. (Raymisson).

Houve uma drástica e lamentável redução de quantidades de grupos organizados no estado.²³⁸ Hoje, a meu ver, o processo de luta política e empoderamento de LGBTs deve ser (re) construído de forma articulada, conectada e com conhecimento, sobretudo de forma saudável, acolhedora e sensível, tendo em vista que temos um alvo, o SISTEMA CAPITALISTA CISHETEROPATRIARCAL, e é nele que temos que mirar. Contudo, temos nossas lutas específicas, mas, na atual conjuntura precisamos nos unir e somar forças para reconstruir tudo o que perdemos, bem como o que não fizemos na agenda LGBTQIA+ na região.

7.5. A política de aliança entre ambos os movimentos contra as opressões interseccionais no período eleitoral de 2018 e pós-eleitoral.

No período eleitoral de 2018, ocorreram chamamentos contra a crescente onda do conservadorismo e fundamentalismo no Brasil, através, por exemplo, da: “Marcha das mulheres e LGBT+ contra o Fascismo” e das “Mulheres contra B...”, lideradas por mulheres e com a adesão de homens em todo o Brasil. Em Porto Velho não foi diferente das demais capitais brasileiras, onde o movimento de mulheres também realizou mobilizações e ações feministas em repúdio às falas sexistas, machistas, misóginas e LGBTQIfóbicas do então candidato da extrema-direita e do posterior “desgovernante” que ficou, infelizmente, no poder de 2018 a 2022.

De acordo com a historiadora Céli Jardim Pinto, o #EleNão de 29 de setembro de 2018 foi a maior manifestação de mulheres da história do Brasil. Para ela o que ocorreu naquele momento foi uma popularização do feminismo e, no decorrer dos atos, foram incluídas outras pautas importantes, como, por exemplo, a defesa da democracia e dos direitos humanos que estavam em jogo.²³⁹

Segue abaixo alguns registros das manifestações e de chamamentos em Porto Velho:

²³⁸ Atualmente, temos: grupo *Comcil* (com parceria de algumas integrantes do *Multivozes*), o *Somar* e a *FBNM*.

²³⁹ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 04 abr. 2023.

Figura 117 – Flyer de chamamento #EleNÃO 1



Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2018).

Figura 118 – Flyer de chamamento #EleNÃO 2



Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2018).

Figura 119- Flyer de chamamento Marcha das Mulheres e LGBTQ+ #EleNão 3

MARCHA DAS MULHERES E LGBTQ+ CONTRA O FASCISMO **DIA 29/09 EM TODO O BRASIL**

<p>SANTA CATARINA: Blumenau, 15h, Dr. Blumerau Florianópolis, 13h, Largo da Catedral Metropolitana, na Praça XV. Joinville 15h, Praça da Bandeira Jaraguá do Sul, 19h, Praça Angélio Piazzera Balneário Camboriú, 16.30h, Praça Almirante Tamandaré</p> <p>PERNAMBUCO: Recife, 14h, Praça do Derby Petrolina, 16h, Praça 21 de setembro</p> <p>CEARÁ: Fortaleza, 15h, Praia dos Crushs</p> <p>PARAÍBA: João Pessoa, 15h, Praça da Paz Campina Grande, Concentração 9h, Praça da Bandeira</p> <p>MARANHÃO: Imperatriz, 15h, Beira-mar São Luis, 15h, Praça Joãozinho Trinta, Beira Mar</p> <p>RIO GRANDE DO NORTE: Natal, 15h, Midway Shopping (concentração)</p> <p>BAHIA: Salvador, 14h, Largo do Campo Grande</p> <p>SERGIPE: Aracaju, 15h, Praça do Dia</p>	<p>ALAGOAS: Maceió, 15h, Praça Centenário</p> <p>TOCANTINS: Palmas, 16hr, Praça dos Povos Indígenas.</p> <p>MATO GROSSO: Cuiabá, 15h, Praça Ulisses Guimarães (em frente ao Shopping Pantanal)</p> <p>MATO GROSSO DO SUL: Campo Grande, 16h, Praça Ary Coelho</p> <p>PARÁ: Belém, 17h, Mercado São Brás Santarém, 17h, Praça da Matriz</p> <p>AMAZONAS: Manaus, 17h, Largo de São Sebastião</p> <p>PIAUI: Teresina, 15h, Praça da Liberdade</p> <p>ESPÍRITO SANTO: Vitória, 14h, Praça do Papa</p> <p>DISTRITO FEDERAL: Brasília, 15h, Praça Índio Galvão 704 Sul</p> <p>GOIÁS : Goiânia, 15h, Praça Cívica Central</p> <p>RONDÔNIA: Porto Velho, 15h, Espaço Alternativo de Porto Velho</p>
--	---

#elenão #elemente #elenunca

Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2018).

Figura 120 - Flyer de chamamento Marcha das Mulheres e LGBTQ+ #EleNão 4

Porto Velho - 27/10
Praça 3 Caixas D'água
#EleNão
ATO PELA DEMOCRACIA
DEMOCRACIA
15:00 HORAS

Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2018).

Figura 121 – Professora da autora da tese, Andréia, na manifestação do #EleNão



Fonte: Associação Filhas do Boto Nunca Mais (2018).

Figura 122 – Fotografia de Lauri e uma criança (filho de um hippie) segurando o cartaz na manifestação do #EleNão



Fonte: Autora da tese (2018).

Foi nesse período que eu me aproximei da agenda de mulheres e do feminismo em Rondônia, e identifiquei uma conexão entre os movimentos de mulheres e o movimento LGBTQIA+ na região durante o processo eleitoral de 2018 e pós-eleitoral no Brasil. O processo inicial de articulação entre os movimentos foi realizado pela *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*. Minhas percepções não estavam erradas, como busquei demonstrar

na presente pesquisa. Vejamos alguns trechos nos quais as/os colaboradoras/es narram esse processo:

[...] O período eleitoral de 2018 foi um momento conturbado e preocupante para a comunidade LGBT e para as mulheres. Diante disso, ocorreu a união das mulheres com a comunidade LGBT. Aconteceu aqui em Porto Velho, no período eleitoral. A partir da campanha *Mulheres contra #EleNão*, o coletivo *Filhas do Boto Nunca Mais* foi quem deu o chamamento convidando as mulheres e os demais coletivos, que se aliaram e se juntaram para lutar contra o governo atual. [...] Então, quando veio esse chamamento, foi de grande importância, porque são grupos “minoritários” que foram e que são afetados diretamente pelo discurso machista, sexista e LGBTfóbico do atual presidente. Quando veio essa junção percebemos que a união é que faz a força. [...] E a partir do momento que a gente percebeu que não era se afastando, mas sim **se agregando e se juntando**, chamando aqueles que ele ofendia, foi uma visibilidade muito boa. [...] Essa **união** foi de extrema importância, porque foi basicamente a participação de “minorias” lutando contra o **nosso inimigo em comum** [...]. (Apollo, grifos nossos).

[...] Eu acredito que o ano de 2018, com toda a questão eleitoral, fez com que a gente entendesse que nós não podíamos dividir forças, mas que **precisaríamos somar**. Nós entendemos isso muito na dor e na luta, e que nós seríamos e continuaríamos sendo os alvos. **Nós somos o alvo**. Então, o movimento feminista, o feminismo negro e a população LGBT entenderam que seriam os nossos rostos e os nossos corpos que seriam os alvos do governo atual e que iríamos sofrer. [...] **Foi muito agregador** esse movimento de 2018, a união está fazendo a força, está fazendo a diferença, a gente está se **acolhendo** porque nós entendemos que a gente ia passar por muitos momentos sendo atacados. [...] Então, quando você consegue se acolher ali, nós entendemos que seria nós por nós. (Brenda, grifos nossos).

Mas **eu fico feliz**, hoje, em ver essa quantidade de grupos de mulheres que se formou em Rondônia, principalmente, no período eleitoral de 2018. Isso nos fortaleceu mais ainda. Como é que eu vejo isso? Nós, travestis e mulheres trans, começamos a ser vistas como mulheres e não mais como mulheres de pênis, mas como mulheres de fato, respeitando as nossas identidades de gênero e as nossas singularidades. Nesse sentido, foi justamente **essa unificação que veio nos fortalecer**, enquanto mulheres, em todas as esferas, municipal, estadual e federal. (Karen, grifos nossos).

Essa conexão entre os movimentos (expressa em termos como “união”, “agregação”, “acolhimento” e “unificação”) é fundamental na luta contra as diversas formas das opressões entrecruzadas e interseccionais: racismo, LGBTQIA+fobia, machismo, misoginia, sexismo e classismo no estado, pois o movimento LGBTQIA+ e o

movimento de mulheres em Rondônia não podem fazer frente a tais opressões sem empoderar e unificar mulheres e LGBTs.

Rondônia foi o único estado onde o presidente - o “inimigo comum”, nas palavras de Apollo - eleito em 2018 ganhou em todos os municípios no período eleitoral do referido ano, sendo que recebeu uma maior porcentagem de votos no primeiro (62,24%) e segundo (72,18%) turno das eleições ²⁴⁰, bem como no processo eleitoral de 2022, no qual o mesmo recebeu no primeiro turno 64,36% e no segundo turno 70,66% do votos. Isso demonstra uma forte presença da política conservadora e opressora na região, a qual reverbera no cotidiano de mulheres, LGBTs, pessoas negras ou pretas, indígenas e outros segmentos no estado. ²⁴¹ Apesar (ou por causa) disso, abriu-se uma oportunidade para a superação de divergências e a consciência de que era preciso “somar”, pois tanto mulheres cis quanto pessoas LGBTs eram “alvos” do discursos e práticas preconceituosas do grupo político que assumiu o poder em 2019.

O feminismo por muitos anos foi (e por vezes diversas vezes ainda é) preconceituoso em relação à pauta LGBTQIA+. Afinal, não há como haver sororidade sustentável (hooks, 2019) entre mulheres enquanto lésbicas, travestis e mulheres trans* forem desrespeitadas, não acolhidas por mulheres cis e subordinadas a elas. Porém o período eleitoral de 2018 nos mostrou, como indicado acima, que houve essa aproximação das mulheneridades no movimento, unidas e subvertendo os limites impostos pelo cisheterossexismo e conservadorismo existente no estado. Na história dos movimentos sociais de Porto Velho ainda não tínhamos vivenciado algo nesse sentido, ao menos com tal força e amplitude.

Testemunhamos através das manifestações do #EleNão milhares de mulheres, feministas e LGBTs reverberando nas ruas e nos meios de comunicação digital o não conformismo diante das atitudes machistas, sexistas, xenófobas, racistas, LGBTQIfóbicas e misóginas do candidato da extrema-direita e suas/seus seguidoras/es. Portanto, elas abriram espaços em que mulheres, todas as mulheres, independentemente de identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia e geração, pudessem somar forças para o

²⁴⁰ Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_do_Brasil_em_Rond%C3%B4nia_em_2018#:~:text=%5B%201%5D%20Em%20Rond%C3%B4nia%2C%20o%20candidato%20do%20PSL%2C,Ciro%20Gomes%2C%20recebeu%206%2C03%25%20dos%20votos%20naquele%20estado. Acesso em: 08 fev. 2023.

²⁴¹ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/30/interna_politica,1414526/quem-ganhou-o-2-turno-da-eleicao-para-presidente-em-rondonia.shtml. Acesso em: 08 fev. 2023.

estabelecimento de uma política de alianças, ampliando a luta com outras/os sujeitas/os individuais e coletivas/os. Vejo tal fato, como elemento fundamental na ação política dos movimentos sociais para a criação de estratégias de resistência diante dos retrocessos sociais, nos direitos humanos e, principalmente, contra os movimentos sociais progressistas.

O movimento de mulheres e feministas vem dismantando a crença de que nosso sexo e gênero devem definir nossos papéis na sociedade e lutando contra a discriminação e a violência de gênero resultantes dessa crença há mais de um século. Entretanto, naquele contexto é aqui que os movimentos de mulheres e feministas e LGBTQIA+ se encontraram na luta contra a violência de gênero, o sexismo, o machismo e a LGBTQIfobia, os quais têm a mesma a mesma causa raiz (o sistema patriarcal), e o mesmo alvo, nós. Opressões sobre sexo, raça e gênero a meu ver, seguindo a perspectiva das feministas negras interseccionais, essas opressões devem ser analisadas em conjunto e articuladas às outras formas de violência que atravessam corpos amazônidas subalternizados.

Nesse sentido, o movimento de mulheres e feministas, e o movimento LGBTQIA+ precisam continuar com o diálogo interseccional na luta por proteções ampliadas em Rondônia, pois a adoção desse olhar permitiu, por exemplo, que muitos movimentos feministas adotassem a campanha pelo fim da discriminação contra mulheres negras ou pretas e indígenas, e contra o ódio direcionado à população LGBTQIA+. Além disso, tal perspectiva teórica e prática é importante para que possamos avançar no debate sobre as políticas públicas para ambos os segmentos. Para tanto, a perspectiva do feminismo negro interseccional “serve como um parâmetro de justiça, na medida em que exige que seja considerado o inter cruzamento das desigualdades na inclusão de grupos e garantia de direitos aos mesmos” (Perez; Ricoudi, 2019, p. 18).

A *Associação Filhas do Boto Nunca Mais* continua desenvolvendo atividades de forma inclusiva e acolhedora, principalmente em relação às mulheres negras ou pretas, pessoas trans* e lésbicas em sua agenda colaborativa de discussões das políticas públicas específicas para todos os segmentos e dos desafios de ser mulher em Rondônia. Alguns exemplos de atividades contínuas que são realizadas em: janeiro, mês da Visibilidade Trans*; março, mês alusivo ao Dia da Mulher; junho, mês do Orgulho LGBTQIA+; julho, mês de Celebração Internacional da Mulher Negra, Caribenha e Latino Americana, entre outras ações de caráter inclusivo e solidário.

7.6. Corpos subjugados e atravessados pelo racismo, LGBTQIA+fobia, machismo e preconceito religioso

A análise das experiências de vida das/dos militantes aqui apresentadas tem como base os estudos sobre os cruzamentos entre identidade de gênero, sexualidade, raça e classe no debate teórico das últimas décadas, com foco nas contribuições e discussões do feminismo negro interseccional. Compreendo, por meio dessa perspectiva, que as formas de opressão são diversas e complexas, e não é possível entender as desigualdades sociais quando analisamos uma variável isoladamente, principalmente quando se trata de pessoas dissidentes. Afinal, essas/es sujeitas/os em sua maioria são excluídas/os do mercado de trabalho, dentre outros espaços, devido à vinculação das opressões que violentam suas identidades de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais, conformando, assim, o sistema de dominação cisheteronormativo, capitalista, racista e patriarcal. A perspectiva da interseccionalidade reconhece que cada sujeita/o tem suas próprias experiências com a opressão. Por isso, é crucial considerar tudo (ou pelo menos tudo que é possível detectar em uma pesquisa) o que as pessoas marginalizadas passam, seja por sua raça, classe, gênero, condições físicas, identidade de gênero ou orientação sexual. (Crenshaw, 2004; Collins, 2019; Akotirene, 2019).

No caso das travestis e pessoas trans*, esse estranhamento se traduz através da transfobia, que é a discriminação e violência física, verbal, psicológica ou simbólica contra o nosso segmento, seja no espaço público seja no âmbito privado. Travestis e pessoas trans* sempre estiveram no alvo preferencial dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil contra a população LGBTQIA+, inclusive no interior da própria “comunidade”. Isso ocorre porque esse grupo ostenta uma identidade de gênero e orientação sexual diversa daquela imposta pelos padrões cisheteronormativos, em que “homem é homem” e “mulher é mulher”. Para Collins:

Assim como as opressões de raça ou gênero marcam o corpo com significados sociais, o heterossexismo marca o corpo com significados sexuais. Dentro dessa lógica o heterossexismo pode ser definido como a crença na superioridade inerente de uma forma de expressão sexual sobre outra, da qual decorreria, portanto, o direito de dominar. (Collins, 2019, p. 225).

Qualquer coisa que fuja dessa cisheteronorma é encarada com estranhamento, como patologia ou como algo exótico e risível. Podemos constatar a presença da opressão

sobre as identidades de gênero e orientações sexuais nos relatos das/dos colaboradoras/es: na **família** - “minha família não me aceitava” (Karen), “eu assumi a minha homossexualidade para minha mãe e para a minha família, mas não foi muito bem recebido [...] começaram a me isolar, me mandaram para o sítio, fui plantar e cortar macaxeira” (Raymisson); na **escola** - “Eu me lembro de que uma vez eu levei um *pizão* no pátio da escola [...] naquela época xingavam a gente de mariquinha, viadinho” (Karen), “na escola me chamavam de bichinha e gayzinho, mesmo eu não sabendo o que era” (Breno), “Os colegas nos chamavam de *gayzinho* e a gente brigava na porrada dentro da escola [...] *olha! Ele é homossexual, ele tem problema, é por isso que ele é agressivo*” (Raymisson); **no trabalho** - “*ai você deveria não falar da sua orientação sexual com as pessoas, ninguém tem que saber, não tem necessidade de você estar falando que é psicóloga bissexual*” (Anne), “Já vivenciei homofobia em atendimento no serviço público. Tipo, eu pinto as minhas unhas... *oh meu deus, o cara com as unhas pintadas! O rapaz tá desse jeito?*” (Raymisson); em **repartições públicas** - “eu fui presa para poder aprender a ser homem, eu fui espancada, eu fui abusada sexualmente” (Karen), “Foi uma transfobia de descaso que eu sofri dentro de um hospital público” (Karen); **nas ruas** - “Aí eu ouvia: *ah! É a parada gay, bando de viados...) “olha essas bichinhas aí, olha esse cabelo, por que vocês são assim?* (Breno); e no interior do próprio **segmento** “*ah, operou, é louca, vai ficar louca, tem ou não tem orgasmo e etc.*” (Alessia), “*tá namorando com mulher agora porque quer aparecer, ixi...um pegou menino lá porque é hetero*” (Anne).

As opressões experienciadas pelas/os colaboradoras/es demonstram como opera nesses espaços privados e públicos a LGBTQIA+fobia estrutural que atravessa a nossa identidade de gênero e orientação sexual. Nas microautobiografias é marcante a presença da violação sobre seus corpos, resultado do poder cisheteronormativo e da LGBTQIA+fobia existentes na sociedade, ocasionadores de situações discriminatórias, agressivas, vexatórias e constrangedoras no seio familiar, em ambientes públicos e privados, bem como no interior da comunidade LGBTQIA+, renegando as nossas identidades.

Isso ocorre devido ao domínio estrutural do poder (Collins, 2019), que diz respeito ao modo como as instituições sociais são organizadas a fim de reproduzir a subordinação de mulheres e a discriminação contra LGBTs ao longo do tempo. Historicamente, as políticas e procedimentos do sistema jurídico, o mercado de trabalho,

as escolas, empresas privadas, a imprensa e outras instituições, como entidades interdependentes, funcionam em prejuízo desses grupos no Brasil. Por exemplo, a persistência na exclusão das travestis e mulheres trans no mercado de trabalho formal, no ensino, assistência médica e moradia ilustra a ausência de políticas públicas, privando-as do direito pleno de cidadania. Portanto, no domínio estrutural do poder, o empoderamento de LGBTs e de mulheres não tem como florescer se não houver mudanças nas instituições sociais que promovem essa exclusão e estigmatização de corpos. A luta contra o sistema capitalista é contínua.

As instituições de ensino fomentam padrão de privação de direitos. Práticas excludentes, como negar a escolarização para travestis e mulheres transexuais. O grande número de pessoas trans* no país em vulnerabilidade social, que abandonam a escola antes de atingir a alfabetização plena, representa a continuada eficácia da dimensão política da opressão de travestis e mulheres transexuais, seja advinda das/dos estudantes cis ou da comunidade escolar, o que reverbera na evasão dessas pessoas não conforme às normas hegmônicas de sexo e gênero.

O movimento LGBTQIA+ precisa ser inclusivo para todas/os dentro da comunidade. Mesmo à medida que o movimento LGBTQIA+ esteja avançando, mais pessoas marginalizadas experimentarão continuamente múltiplas formas de opressão, como, por exemplo, travestis e mulheres trans negras ou pretas, ainda mais em um estado conservador. Nesse sentido, é extremamente necessário reconhecer a diversidade dentro do segmento, pois, como explana Carla Akotirene (2019, p. 45), “o pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências”. Embora as maneiras pelas quais a discriminação e os sistemas de opressão nos afetam possam diferir dependendo das identidades de cada um, a perspectiva da interseccionalidade nos lembra que estamos lutando contra a discriminação, a injustiça e a desigualdade mais ou menos comuns. Quando nos tornamos interseccionais em nossas abordagens e em nossas ações dentro da comunidade, na escola, na Universidade, entre outros espaços, compreendemos melhor as diferenças e como a/o outra/o pode se sentir. Portanto, precisamos nos empoderar, agir e lutar contra todas as formas de opressões interseccionais.

O conceito de interseccionalidade não é uma noção abstrata, mas uma descrição do modo como múltiplas opressões são vividas. Nesse sentido Kimberlé Crenshaw (2004) argumenta que um aspecto fundamental da interseccionalidade reside em seu

reconhecimento de que múltiplas opressões não são sofridas separadamente por mulheres negras ou pretas, mas sim como uma experiência única e sintetizada, justamente porque elas são discriminadas tanto como mulheres quanto como negras ou pretas. Como Kimberlé Crenshaw, Patricia Collins (2019) usa o conceito de interseccionalidade para analisar como as opressões de raça, gênero, sexualidade e nação trabalham juntas na produção de injustiça social. Porém, Collins acrescenta o conceito de *matriz de dominação* que “[...] se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas em questão [...]” (Collins, 2019. p. 57). A autora ainda ressalta, que quando formos refletir sobre as sexualidades das mulheres negras, é necessário um referencial que não apenas analise o heterossexismo e, acrescento, a cisnormatividade como sistema de opressão, mas também discutir suas relações com raça, classe e gênero como sistema comparáveis de opressão. Para a autora, a opressão não é simplesmente compreendida no pensamento, mas, ela é sentida no corpo de inúmeras maneiras. Diante disso, as formas de opressão mudam frequentemente, como surgem nas microautobiografias de Anne e Brenda, enquanto mulheres negras os aspectos de autodefinição se entrelaçam e se tornam mais visíveis além do machismo e da misoginia -que sofrem em seu cotidiano, mas também são atravessadas pelo racismo, classismo, bifobia, gordofobia e intolerância religiosa. Vejamos:

[...] porque até mesmo dentro do próprio movimento LGBTI as pessoas me colocavam a dúvida sobre minhas próprias paixões, sobre as minhas atrações por mulheres, porque o movimento LGBTI tem dificuldade de entender a **mulher bissexual**, o movimento feminista tem dificuldade de entender a mulher bissexual.

Eu sou uma **mulher negra de pele clara**, e isso já faz muita gente que não entende de **colorismo** dizer que eu sou branca, uns dizem que sou **parda**, outros que eu sou morena... que eu sou **mulata**, **mas eu sou preta** e muita gente não entende. **Eu sou umbandista**, eu sou de religião afrodescendente, e aí as pessoas também acham que a minha religião não é normativa...

Saí de qualquer normatividade e hoje sou de religião afro, então a minha religião faz muitas vezes as pessoas olharem assim e dizer: *ah... mas eu gosto de você, nem tenho medo* [...]

Já viajei com pessoas que queriam que eu fosse ao quarto arrumar uma coisa... a pessoa era branca dos olhos claros e tinha um carro, e ela simplesmente olhou para mim e mandou eu fazer uma coisa, sendo que a gente estava em pé de igualdade, eu como presidente e ela dentro do carro dela [...]. Quando eu falei que não, ela olhou para minha cara e falou assim: *você é muito abusada né?*. Eu olhei assim e falei: *eu não sou abusada, o trabalho que eu tenho que ir fazer é você que tem que fazer e é seu, é você que tem que ir lá.*

[...] as pessoas perguntam se eu lavo **o meu cabelo**, as pessoas perguntam se meu cabelo é lavável, as pessoas ainda têm dificuldade de entender uma mulher negra de pele clara, de se ver negra como eu me vejo, se eu fosse uma mulher negra de pele retinta, eu sofreria muito mais racismo porque as pessoas se escondem no fato de eu ser uma mulher negra de pele clara para dizer que não foi preconceito, foi por outro motivo, mas não foi por preconceito racial. (Anne, grifos nossos).

[...] eu já **fui seguida em loja**, já cheguei ao meu local de trabalho e fui confundida. [...]. Eu chego ao local do meu trabalho, as pessoas que não me conhecem, imaginam que eu seja qualquer pessoa que esteja ali, **menos a profissional, menos a psicóloga**.

Eu já estive em lugares que eu cheguei para dar palestra, e eu estava sentada, havia chegado mais cedo, e **as pessoas perguntaram se eu era da limpeza**, não que isso seja ruim, mas no sentido das pessoas sempre acharem que nós negros não podemos ocupar espaços é péssimo, já que para a maioria que pensa assim nós **não podemos ter um cargo, você não pode ser o chefe, você não pode ser a profissional**, você tem sempre que ser essa pessoa que tem um poder aquisitivo um pouco menor.

Então **já fui seguida em lojas**. [...] Também tem a situação de estar em algum lugar com bolsa, e de ter milhares de pessoas com bolsas, **mas o segurança pedir para somente eu abrir a minha bolsa**. (Brenda, grifos nossos).

Os relatos de Anne nos revelam faces do racismo, sexismo, classismo e da LGBTQIA+fobia existentes na sociedade. Por ser atraída de forma afetiva-sexual por pessoas de mais de um sexo e/ou gênero, Anne sofre preconceito no interior de ambos os movimentos, pois fazer piadas, comentários ou questionar deslegitimando a identidade de pessoas bissexuais é discriminar e invisibilizar o outro, bem como é uma tentativa de apagamento dentro da “sopa de letrinhas” e das ações políticas feministas para mulheres bissexuais, e isso é bifobia.

São narrativas (de Anne e Brenda) marcadas por tentativas de colocar a pessoa negra ou preta em subserviência – prática obviamente racista. Mesmo em momentos sutis do cotidiano, as opressões aparecem de forma disfarçada na vida de pessoas negras ou pretas. O termo “mulata”, por exemplo, ao mesmo tempo esconde e escancara a violência simbólica racista e sexista que essa imagem negativa produziu em corpos de mulheres negras ou pretas, em função de sentido de *hipersexualização* e de *servilismo sexual*, herança do período escravagista no Brasil, e que continua objetificando nossos corpos. A narrativa de Anne também nos mostra o racismo religioso que vivencia em seu cotidiano, e que é muito comum na vida de pessoas que são de religião de matriz africana. Trata-se, pois, de um projeto sistêmico de discriminação racial, que nega a identidade e a

ancestralidade do povo negro ou preto – é parte do racismo estrutural brasileiro (Gonzalez, 1984; Carneiro, 200; Almeida, 2018).

Ainda seguindo a narrativa de Anne, repara-se que discriminação em torno dos cabelos de pessoas negras ou pretas faz parte de uma política de regulação da branquitude de impor padrões estéticos e capilares em corpos racializados, de ditar o que é feio e o que é bonito, de fiscalizar o que está fora do padrão hegemônico. Frantz Fanon (2008, 2018) denomina isso de “hegemonia imperial”, ou seja, a suplantação e o recondicionamento da/do sujeita/o colonizada/o nos níveis psicológico (individual) e institucional (social). Essas práticas de controle são racistas e reverberam no cotidiano de pessoas negras ou pretas em diversos espaços, seja pela textura do meu cabelo, por exemplo, quando na escola me chamavam de cabelo de bombril ou palha de aço, seja através da crítica a penteados afros comumente usado por Anne e Brenda, adeptas de diversas formas desse estilo, como os famosos *dreadlocks*, as tranças e o *black power*. São elementos que demarcam positivamente o nosso pertencimento racial, a nossa ancestralidade, fazem parte do nosso processo de empoderamento. Como destaca Joice Berth:

[...] o limite do fortalecimento da subjetividade de pessoas negras pela estética é a linha divisória que o coloca, de fato, em permanente autonomia diante da rejeição, da ridicularização e de todos os desestímulos que o posicionamento racista da branquitude é capaz de usar [...]. É, sem sombra de dúvida, um trabalho tão árduo quanto necessário, pois o primeiro contato que temos conosco mesmos se dá pela aparência, e esse é um dos campos de ataque racista mais comumente usadas pela branquitude em seus movimentos quase silenciosos que visam concretizar sua falsa posição de superioridade social. (Berth, 2019, p.128-129).

O processo de estigmatização e problematização advindas da branquitude sobre os nossos cabelos constrói o cabelo afro como um problema. Contudo somos (eu e minhas colaboradoras) bem resolvidas enquanto a isso. O problema não está no meu cabelo, e nem nos cabelos trançados ou não trançados de Anne e Brenda, o problema está na branquitude em reconhecer os seus privilégios para continuar sendo racista. Mas nós, pessoas negras ou pretas continuamos resistindo e vamos usar diversos penteados afros, vamos lavar ou não lavar o cabelo, como e quando nós quisermos (sim, atrevida, entretanto empoderada!).

Os padrões de beleza hegemônicos incluem características associadas à estética da branquitude eurocêntrica contemporânea, ao ideal de magreza e ao investimento na

aparência. Nessa visão, só é bonito quem tem pele clara, olhos claros, cabelos longos, lisos e de cor clara, características faciais menores e corpos mais magros. Quando se trata da estética e aparência centrada em mulheres negras ou pretas, como, por exemplo, de pele mais escura, corpos gordos e cabelos crespos, esses são considerados menos atraentes e menos femininos, portanto, fora do padrão imposto pela branquitude. Joice Berth questiona a forma pela qual essa imposição de beleza se dá. Conforme a autora:

[...] Ao longo da história, deixou uma larga brecha para a livre incursão dos mais variados estereótipos que, aplicados à sociedade, além de corroborar com o esquema de hierarquização de mulheres, estimula a rivalidade feminina - no âmbito das práticas de dominação e opressão por gênero. [...] Essa construção perversa do conceito de beleza é um exemplo oportuno para o aprofundamento das reflexões, já que deixa muito visível a intersecção entre as opressões machistas e racistas, e o quanto é ilusório para mulheres brancas a insistência em manter silenciosamente o lugar da beleza construído pela opressão de raça e gênero. (Berth, 2019, p. 136).

Sentimos essa imposição em nosso cotidiano, como trazido nos relatos de Anne: “Então, assim, só que eu não sou branca o suficiente para ocupar os espaços que são considerados de beleza”, e Brenda: “Na escola, eu era sempre excluída dos grupos de danças por conta de eu ser gorda”. Somos excluídas do conjunto que caracteriza e normatiza quem é portador de beleza. E quem ousa nos dizer que não somos *bunitasx*? Somos *bunitasx*, e *bunitasx* para fechar.

Ainda no relato de Anne, surge a questão do colorismo, que é uma construção social ligada à branquitude. No Brasil o grupo racial de pessoas negras ou pretas inclui também as pessoas pardas, que são brancas demais para serem pretas e pretas demais para serem brancas, mesmo o país tendo uma parcela de descendentes de povos indígenas, sobretudo populações tradicionais da Amazônia ocidental. Pessoa parda é também resultado do processo de miscigenação do período colonialista e resultante do mito da democracia racial (Gonzalez, 1984, 2019).

De acordo com Alessandra Devulsky (2021), a análise do colorismo nos demanda uma perspectiva interseccional que leve em conta seus aspectos múltiplos, no que tange à sua origem, mas também no que concerne às suas reverberações na sociedade, ou seja, os reflexos das práticas racistas e as práticas advindas do colorismo no interior da comunidade negra.

Nesse sentido, pessoas pardas ganham uma outra alternativa identitária: negra/o de pele clara. A meu ver, ignorar formas alternativas ou complementares de medir raça é deixar de examinar de forma abrangente os contornos da estratificação racial e como ela se intersecciona com gênero, classe e sexualidade, e aí eu concordo com a Alessandra Devulsky, quando ela refere que a condição mestiça da pessoa parda, “não pura, também o beneficia em certas circunstâncias” (Devulsky, 2021, p. 16). Portanto, o colorismo é o processo pelo qual pessoas negras ou pretas com características fenotípicas mais associadas à brancura – como olhos mais claros, narizes e lábios mais finos, cabelos lisos e tons de pele mais claros – recebem certas vantagens sociais e econômicas em relação a pessoas negras ou pretas fora do padrão hegemônico da branquitude no Brasil. Anne tem autoconsciência de ter certos “privilégios” de ser mulher negra com a pele clara, mas dentro do colorismo não deixa de ser afetada por práticas racistas.

O racismo nem sempre é consciente, explícito ou prontamente visível – geralmente é sistêmico e estrutural, são formas de racismo que estão penetrante e profundamente enraizadas em sistemas, leis, políticas escritas ou não escritas e práticas e crenças arraigadas que produzem, toleram e perpetuam tratamento injusto generalizado e opressão de pessoas negras ou pretas, ou seja, permeia todos os setores e áreas. (Almeida, 2018). Diante disso, sobre a forma pela qual a discriminação racial se materializa na sociedade, Silvio Luiz de Almeida afirma:

[...] não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (Almeida, 2019, p. 24).

No Brasil o racismo se apresenta em diversas formas de discriminação e preconceito contra pessoas negras ou pretas. Além das experiências de cunho racista vivenciadas pelas/os personagens desta tese, Brenda nos traz em seus relatos o racismo cotidiano sob conformação de constrangimentos em estabelecimentos comerciais os quais pessoas negras ou pretas, principalmente de pele com tom mais escuro, vivenciam no dia a dia: “já fui seguida em lojas”, “o segurança pedir para somente eu abrir a minha bolsa”.

Eu também já passei por esses tipos de constrangimentos, fui seguida em lojas de shoppings e supermercados. Porém, como eu sou muito atrevida, pergunto se estão fazendo a minha segurança, até porque não contratei nenhum tipo de serviço. Algumas

vezes deixei de entrar nesses estabelecimentos devido a esses tipos de práticas racistas cotidianas. Em certos momentos, temos que constrangê-los logo na entrada, parafraseando a minha mana e finada Mica, “fazer a loka”. Mas trabalhei bastante a minha espiritualidade e meu intelecto, não porque eu cansei, mas porque eu encontrei outros mecanismos de defesa e de resistência, entre eles o conhecimento, mesmo quando pessoas brancas fazem perguntas, por exemplo, como as apresentadas no relato de Brenda: “se eu era da limpeza”, pois se naturalizou que o lugar que pessoas negras ou pretas devem ocupar é o lugar da margem, o lugar da subalternidade, um lugar de não-pertencimento, ou lugar com menor “prestígio social”... Tudo isso resultado do racismo sistêmico e estrutural. Nessa perspectiva preconceituosa não seríamos capazes de produzir conhecimento e as pessoas brancas tendem a desacreditar e/ou a se espantar quando dizemos o lugar que ocupamos, o lugar do qual a branquitude por muito tempo nos excluiu, o lugar onde está o poder. Isso afeta as nossas relações sociais na estrutura da sociedade, mas é para afetar mesmo, incomodar, romper o pacto de dominação da branquitude sobre nossos corpos. Nesse processo, nós, travestis, mulheres trans, cis, lésbicas, bissexuais, negras ou pretas, partimos rumo a uma compreensão de que nossas vidas e nossos corpos foram fundamentalmente moldados por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade, identidade de gênero e classe. Contudo, somos igualmente frutos da resistência das/dos nossas/os ancestrais, resistimos e estamos aqui (re) escrevendo a história, porque a história é feita por sobreviventes, e nós somos provas disso, mesmo o sistema tentando e/ou continuando silenciar as nossas vozes e sumir com os nossos corpos.

Por fim, nesse capítulo examinei algumas questões que perpassam as narrativas de nossas/os colaboradoras/es, articulando-as com a bibliografia, com questões estruturais mais amplas e com as minhas próprias vivências, de modo a atender os objetivos propostos para a presente tese. Como disse no início, muitos outros temas poderiam ser abordados e espero que o sejam, por mim e/ou outras/os pesquisadoras/es, a partir das narrativas transcritas no capítulo anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após eu percorrer (des) caminhos tão longos e cheios de obstáculos, como cheguei até aqui? Sempre estive ciente de que não seria fácil realizar este trabalho, eu sabia que teria que me desdobrar, ter muita resiliência, calma e perseverança, tendo em vista que esta tese foi gestada em um período obscurantista na política brasileira, de retrocessos sociais, de perseguições aos movimentos sociais progressistas, de cortes de verbas na educação, saúde, assistência social, ciência e tecnologia. Além disso, em tempos pandêmicos, sob o jugo de um inimigo invisível causando transtornos na vida de milhares de brasileiras e brasileiros, tive que me moldar e me ajustar ao “novo normal” para a realização desta tese, mas eu não iria “deitar” para o sistema.

Nesse sentido, este trabalho é fruto de uma sobrevivente, de um ato político, de luta e resistência, de um não silenciamento das nossas vozes e escritas na história, para salvaguardar nossas memórias e a memória do movimento LGBTQIA+ e de mulheridades em Rondônia, enquanto instrumento de resistência e existência.

Diante disso, busquei compreender como foram construídas, a partir do primeiro grupo de homossexuais, denominado *Camaleão*, a luta e a resistência de LGBTs e de mulheres ora dos grandes centros urbanos do Sul e do Sudeste do Brasil, que em geral chamam mais a atenção de pesquisadoras/es. Afinal, em um país de dimensões territoriais continentais e diversidades socioculturais como o nosso, não se pode reduzir a história das sexualidades e de gênero a algumas regiões e localidades, mesmo que sejam aquelas com maior poder econômico, político e cultural. Olhar para as dinâmicas específicas de Rondônia em torno da história LGBTQIA+ e de mulheridades, das/dos personagens que arquitetaram a resistência desses segmentos à margem do rio Madeira, na Amazônia brasileira, pode nos ajudar a conhecer especificidades e também similaridades dessas/es sujeitas/os subversivas/os com outros movimentos LGBTs e de mulheres de regiões diferentes, constituindo uma verdadeira história nacional das existências e resistências de gênero e sexualidade.

Trouxe as/os colaboradoras/es e personagens LGBTQIA+, Karen Oliveira, Alessia Moura, Kary Falcão, Raymisson Correia, Breno Vinícius, Anne Cleyane e Apollo Nunes, bem como a colaboradora, mulher cis, aliada de luta, Brenda Moraes, para o campo do conhecimento histórico acadêmico, vozes que ainda não haviam sido ecoadas, ou cujos ecos foram bastante tímidos. Vozes essas que resistem através de lutas, desejos, vontade e sonhos.

Vimos como a dominação colonialista, capitalista, patriarcal e militarista se expressou em diversas situações de exploração: econômica, simbólica, político-ideológica, sociocultural, ecológica, sexual e epistêmica. Nesse sentido, espero que a leitora ou leitor tenha compreendido que as opressões interseccionais e as desigualdades sociais no estado se iniciaram no processo histórico de colonização e através das estruturas de poder em Rondônia, marcado pela violência contra as pessoas e seus corpos, contra os povos tradicionais que já existiam na região. Que são opressões históricas herdadas do homem branco colonizador cisgênero e capitalista na Amazônia Ocidental.

Tratei de algumas dissonâncias de gênero e sexualidade que nos evidenciaram outras faces da trágica modernidade simbolizada pela ferrovia, e mostraram as dissidências da imagem que a burguesia branca, cisgênera, patriarcal, capitalista e colonial buscava impor ao recém conquistado território onde hoje fica Rondônia.

As identidades das/dos personagens desta tese são construídas na luta política contra as opressões e as desigualdades sociais no estado. Nossas experiências nortistas são atravessadas de opressões históricas e interseccionais impostas pela dominação cisheterocapitalista que impera na Amazônia Ocidental. São trajetórias marcadas por violações que atravessam nossos corpos diariamente, mas que puderam criar mecanismos de defesa contra um inimigo em comum – que os faz se apoiarem mutuamente: o sistema de dominação que discrimina, exclui e oprime. Fizeram disso um empreendimento coletivo com suas bandeiras de lutas ao ingressarem no movimento social. Mesmo compartilhando experiências em comum – de pertencerem a grupos dissidentes – de forma individual lidam e assumem suas identidades em diferentes momentos e de formas específicas diante das opressões cotidianas, mas experimentam um sentimento de pertença a uma aliança de pessoas que compartilham suas insatisfações com o atual estado das coisas e suas visões de uma ordem melhor. Temos trajetórias singulares, mas que condensam realidades de violência e resistência mais amplas.

É nesse sentido que identidades de gênero, classe, etnicidade, sexualidade, raça, e regionalidade como categoria de análise forma extremamente importantes para compreendermos as opressões interseccionais sofridas por mim e pelas/os personagens desta tese (as/os colaboradoras/es e aquelas/es que vieram antes de nós).

Ao refletir sobre o movimento LGBTQIA+ e o movimento de mulheres em Rondônia e analisá-los, entramos em contato com importantes eventos e marcos na luta dessas e desses militantes, que resultaram em algumas políticas sociais para essa

população. Apesar de termos vivenciado um período obscuro e de retrocessos nas lutas sociais e direitos humanos no país, continuamos de pé!

A luta das/dos militantes por políticas públicas é de extrema relevância no combate às desigualdades no Brasil, principalmente, no caso que aqui nos interessa, no tocante à exclusão e violência contra a cidadania da população LGBTQIA+ e de mulheres em Rondônia. É entre outras ações, por meio das políticas públicas que podemos reduzir as desigualdades sociais no estado.

Vale ressaltar que frutos de ações do movimento LGBTQIA+ emergiram políticas públicas para essa população. Em 2016, o Ministério Público do Estado de Rondônia, através da Promotoria de Justiça da Infância, criou o dispositivo de Nº 015/2016-PIJ-3Tit que versa sobre o uso do nome social nos registros escolares, considerando o princípio da dignidade da pessoa humana, reconhecendo e protegendo os direitos fundamentais das populações LGBTQIA+ com garantia da inclusão educacional. Em 2017, através da resolução de Nº3001-0025/2017/DPE-RO, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia por unanimidade assegurou a possibilidade de uso do nome social às pessoas travestis e trans* e todas/os aquelas/es cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, no âmbito do referido órgão, para interessados membros, servidores e usuários do serviço. Nesse mesmo ano, surge mais uma conquista para os indivíduos LGBTQIA+ de Rondônia. A Polícia Militar, em conjunto com os movimentos sociais e o Ministério Público, encaminhou uma circular a todos os quartéis para que eles passassem a adotar novas posturas de abordagem em ocorrências policiais envolvendo travestis e pessoas trans*. As orientações foram dadas pelo Ministério Público, atendendo ao pedido de representantes do movimento.

Ainda: a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, por meio do Centro de Estudos da Instituição, em parceria com a Procuradoria Regional do Trabalho de Porto Velho (MPT-RO) e com o Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO), realizou no início desse ano o Seminário de Visibilidade Trans, em alusão ao Dia Nacional de Visibilidade Trans, que acontece no dia 29 de janeiro. Participaram do evento travestis e pessoas trans que figuram em órgãos especializados e em movimentos voltados à causa LGBTQIA+, e também palestrantes que atuam juntamente com este grupo, estudando e pesquisando identidade de gênero e sexualidade na região.

É importante ressaltar que até o presente momento Rondônia é um dos estados brasileiros que não tem um ambulatório para o tratamento de saúde e hormonioterapias

de travestis e pessoas trans*, como também nele não há um Conselho Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para essa população. Em 2018, os deputados estaduais aprovaram o Projeto de Lei Nº845/17 para criar o Conselho, mas houve pressão da bancada evangélica e esse foi engavetado. Enfim, em Porto Velho, e em outras cidades de Rondônia, verifica-se uma ampla mobilização do movimento LGBTQIA+, iniciada nos anos de 1980, que vem realizando ações diversas e obtendo conquistas em termos de políticas públicas, embora muitas ainda precisem ser efetivadas. Em sentido contrário, e esperado, há também uma forte reação dos setores conservadores.

No que tange à luta de mulheres, a contínua militância das integrantes da *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*, se dá, justamente, contra a crescente onda do conservadorismo e fundamentalismo, relacionados às diversas formas de violências, tais como racismo, classismo, LGBTQIfobia, machismo, misoginia e sexismo em Rondônia, principalmente contra o abuso sexual de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas. É uma Associação composta por mulheres de várias representações socioculturais, e que tem por objetivo levar informações para gerar uma política de empoderamento através de ações integradas e estruturadas de modo territorial às mulheres, independente de sua raça, cor, orientação sexual, identidade de gênero e religião. A postura da FBNM de discutir os direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes, de forma didática, conscientizando e informando a população portovelhense, é fundamental para sensibilizar a sociedade na luta de mulheres e LGBTs em Rondônia.

A violência de gênero em Porto Velho é preocupante, conforme os dados relatados nesta tese. A FBNM tem por missão a reflexão sobre a vulnerabilidade feminina em relacionamentos, métodos de combater a mesma e sobre os problemas de saúde mental derivados do papel social que é culturalmente exigido das mulheres, as quais, seguidamente, exercem várias funções por dia e, muitas vezes, como se diz na linguagem cotidiana, “ carregam o mundo nas costas”. É necessário, portanto, combater essas posturas que acabam refletindo nas desigualdades sociais e falta de equidade no estado. As políticas públicas para as mulheres ainda são ineficazes nas questões de trabalho e violência de gênero, entre outros pontos.

Sobre a conjuntura de 2018, constatei a conexão entre os movimentos de mulheres e o movimento LGBTQIA+ em Rondônia durante o processo eleitoral de 2018 e pós-eleitoral no Brasil, através da articulação realizada pela *Associação Filhas do Boto Nunca Mais*, como demonstrei no capítulo 7 (sete) dessa tese. Abriu-se uma oportunidade

para a superação de divergências e a consciência de que era preciso “somar”, pois tanto mulheres cis quanto pessoas LGBTQs eram “alvos” do “inimigo comum” que assumiu o poder em 2019, bem como essa aliança entre os movimentos foi e, é fundamental na luta contra as diversas formas das opressões entrecruzadas e interseccionais.

Para que LGBTQs e mulheres possam viver em uma sociedade não-violenta, é preciso que as instituições, como universidades, associações, escola, ONGs e demais representações da sociedade civil, continuem promovendo os mais diversos tipos de atividades, discutindo questões sobre, por exemplo, a inserção de mulheres cis e pessoas trans* no mercado de trabalho; o abuso sexual; a violência de gênero; a LGBTQifobia; o racismo e outras formas de opressões que atravessam nossos corpos. É necessário que essas instituições persistam e promovam pesquisas, debates, atividades educativas, culturais, orientando e informando sobre o direito à cidadania de mulheres e LGBTQs no estado. Esta tese em que apresento as lutas e resistências dessas/es militantes e dos movimentos sociais que lutaram e continuam na luta por justiça social pretende ser uma contribuição nesse sentido.

Sabemos que políticos conservadores e fundamentalistas são os que mais nos atacam ferindo os princípios do Estado de Direito. Muitos desses políticos se dizem os donos da moral e dos bons costumes, visando manter as aparências e o *status quo*: um sistema de dominação machista, classista, sexista, misógino, racista e LGBTQifóbico. Precisamos de mais representantes da comunidade LGBTQIA+ e de mulheres, e mais pessoas que defendam a erradicação da violência contra esse segmento no Poder Legislativo e em outras instituições governamentais, inclusive nas universidades, como discentes, docentes e servidoras/es técnicas/os administrativas/os.

Em termos nacionais, durante esses 34 anos de Constituição Cidadã, o Poder Legislativo criou mecanismos a favor de algumas “minorias” (mulheres, negras/os ou pretas/os, pessoas com deficiência, entre outras), mas até hoje não estabeleceu uma lei de âmbito federal contra a LGBTQIA+fobia. Muitos projetos foram encaminhados por parte da sociedade civil, mas a bancada BBB (do “boi”, da “bala” e da “bíblia”) acabou sempre engavetando-os e arquivando-os. Se essa instituição de poder não faz a sua obrigação de proteger cidadãs e cidadãos que se encontram em vulnerabilidade social, temos outras instâncias às quais a comunidade LGBTQIA+ pode recorrer, como alguns partidos políticos, movimentos sociais e ativistas, setores do Poder Judiciário e da Academia, que lutam por uma sociedade igualitária sem discriminação e violência.

Atualmente o país está tentando se reconstruir, juntando os cacos que restaram do período tenebroso e fúnebre deixado pelo fascismo que imperou no período de 2018 a 2022 no Brasil. Eu acredito que melhoraremos, aliás, já conseguimos respirar melhor. Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter decretado o fim da pandemia de Covid-19, no dia 05 de maio de 2023, o vírus ainda continua nos rondando. Outros tipos de “vírus”, provenientes de corpos de opressores, como o racismo, a LGBTQIA+fobia, o machismo e o sexismo, também continuam se fazendo presentes e igualmente precisam ser combatidos, pois seguem matando.

Para este trabalho, eu trouxe as microbiografias e microautobiografias de militantes LGBTQIA+ e de mulheres em Porto Velho e, de forma muito breve, de algumas localidades do interior do estado; a história e as especificidades de os ambos movimentos e algumas ações comparadas às de outros movimentos no Brasil. Tive por objetivo apresentar a luta e as resistências desses grupos, organizações não-governamentais e coletivos, valorizando a identidade das/dos militantes e a memória do movimento no estado.

Tive a intenção de visibilizar e mostrar as/os desbravadoras/es que historicamente lutaram contra o sistema cisheteropatriarcal na Amazônia Ocidental, bem como as/os sujeitas/os com braços e mentes que ainda continuam resistindo no *front*, nas paragens do poente nas margens do rio Madeira, as/os quais, com suas vozes e sonhos, desejam: “criação de políticas públicas... atendimento com respeito e que tenhamos a sensação de que iremos ser bem atendidos, respeitando o nosso nome social e a nossa identidade de gênero” (Apollo); “autonomia sobre os nossos corpos” (Alessia); “que os nosso governantes se sensibilizem com as nossas pautas” (Breno); “mudança, transformação... um sociedade mais justa” (Raymisson); “um momento em que nós, pessoas negras e LGBTs, sintamo-nos segura, que a gente possar sair de casa sem ter medo” (Brenda); “que a militância não somente volte a ser como era antes, mas que ela tenha um novo direcionamento, uma nova discussão, que ela venha a ganhar novos ares, novas forças” (Kary); “ame o próximo como a ti mesmo... já basta porque quando se tem amor existe respeito” (Karen); “que na próxima geração, quando for falar de luta e de movimento, falem de conquistas e não do quanto doeu para chegar até ali” (Anne).

A História nos auxilia a entender como os acontecimentos do passado ajudam a explicar as coisas como hoje são, como também pela percepção de que, através do conhecimento histórico, podemos compreender melhor o presente e projetar futuros mais

justos e democráticos. Nesse sentido, penso que a/o historiadora/or não é nem deve ser uma/um profissional isolada/o de sua época, pois a História que escrevemos está profundamente ligada à história que vivemos. Problemas e alegrias, lutas e sonhos, vitórias e derrotas refletem-se na reconstrução do passado que realizamos.

Por fim, aqui não só ouvi de forma ética e sensível os testemunhos das/dos colaboradoras/es, mas também me coloquei como sujeita viva das opressões do nosso tempo, pois faço parte dessa memória social e coletiva construída, enquanto historiadora, sobrevivente e denunciante das mazelas de um passado que continua reverberando no presente. Porém, seguimos lutando para que não tenhamos nossos direitos violados e nossas histórias esquecidas.

LISTA DE FONTES

Entrevistas presenciais:

Entrevista com KARY FALCÃO [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 18 mar. 2020.

Entrevista com BRENO MARTINS [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 19 mar. 2020.

Entrevista com APOLLO NUNES [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 20 mar. 2020.

Entrevista com KAREN DE OLIVEIRA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 26 jun. 2020.

Entrevista com ALESSIA MOURA [Concedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 26 jun. 2020.

Entrevista com CLEYANNE ALVES [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 06 jul. 2021.

Entrevista com BRENDA SILVA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 08 jul. 2021.

Entrevista com RAYMISSON CORREA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO)], 12 jul. 2021.

Entrevistas online:

OLIVEIRA, Karen. [Paulo Santiago]. WhatsApp. 08 jun. 2020. 14:25: 1 áudio de WhatsApp.

SANTANA, Neide. [MICA]. WhatsApp. 18 ago. 2020. 20:09: 2 áudio de WhatsApp.

SOUZA, Josy de. [O termo índio]. WhatsApp. 27 fev. 2021. 16:30: 1 mensagem de WhatsApp.

VASCONCELOS, Marconi. [Paulo Santiago]. WhatsApp. 15 jun. 2020. 11:04: 4 áudio de WhatsApp.

Notícias em periódicos online ou sites na internet:

#ELENÃO: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 04 abr. 2023.

AO MENOS 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. Jornal do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/1000543-ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.html>. Acesso em 13 jun 2020.

ARGOBE, Ariel. O salão de artes plásticas de Rondônia. Gente de Opinião, 2009. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/opinioao/artigo-o-salao-de-artes-plasticas-de-rondonia>. Acesso em: 16 out. 2021.

ARGOBE, Ariel. Histórico da marcha municipal pela diversidade sexual. **Blog do Ariel Argobe**. Disponível em: <https://arielargobe.blogspot.com/2011/09/marcha-municipal-pela-diversidade.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ARTISTA e escritor Paulo Santiago é morto com um tiro e taxista é suspeito. Rondonia ao Vivo, 2007. Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/policia/noticia/2007/04/23/artista-e-escritor-paulo-santiago-e-morto-com-um-tiro-e-taxista-e-suspeito.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BALLOUSSIÉ, Anna Virginia. **Circos que ridicularizavam o diferente, agora exaltam pessoas longe do padrão**. O Tempo, 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/circos-que-ridicularizavam-o-diferente-agora-exaltam-pessoas-longe-do-padrao-1.2533637>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BARBIÉRI, Luiz Felipe; CALGARO, Fernanda; RESENDE, Sara. **Coronavírus: Senado aprova, 'Diário Oficial' publica, e decreto de calamidade entra em vigor**. G1, Rio de Janeiro, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/20/coronavirus-senado-aprova-decreto-que-reconhece-estado-de-calamidade-publica.ghtml>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

BATISTA, Cledemar. ONG Beija-Flor. **Blog Grupo Beija-Flor Vilhena**. Disponível em: <https://grupobeijaflorvilhena.blogspot.com/2011/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conexões de Saberes. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conexoes-de-saberes>. Acesso em 11 ago. 2021.

CHIQUITITAS (1997). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Chiquititas_\(1997\)&oldid=62441347](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Chiquititas_(1997)&oldid=62441347).

Acesso em: 17 nov. 2021.

COSTA, Anderson. **Intersex**: o que você precisa saber sobre o I em LGBTI+ no Dia da Visibilidade Intersexual. Grupo Dignidade, 2019. Disponível em:

<https://www.grupodignidade.org.br/intersex-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-i-em-lgbti-no-dia-da-visibilidade-intersexual/>. Acesso em: 08 out. 2021.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Edición del Tricentenario (em espanhol), disponível em: <https://dle.rae.es/feminizaci%C3%B3n>. Acesso em: 23 out. 2022.

FEITOSA FILHO, Ivo. **Você Sabia...Que? Prédio da Unir/Centro**. Gente de Opinião, 2007. Disponível em:

<https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/ivo-feitosa/voce-sabia-que-predio-da-unir-centro>. Acesso em: 06 mai. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS E NEGROS. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Confirmado o primeiro caso de coronavírus em Rondônia**. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-coronavirus-em-rondonia/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

GOVERNO DE RONDÔNIA. Decreto nº 24.871, de 16 de março de 2020 - situação de emergência no âmbito da saúde pública. Disponível em:

<http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-871-de-16-de-marco-de-2020-estado-de-calamidade-publica-atualizacao/>. Acesso em: 07 mai. 2021

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Hino de Rondônia**. Disponível em:

<http://www.rondonia.ro.gov.br/casa-militar/institucional/hinos-e-cancoes/hino-de-rondonia/>. Acesso em: 13 set. 2021.

GUIMARÃES, Andreza; MAGNO, Carlos. **Grupo Beija-Flor realiza projetos sociais em Vilhena**. Turma 5 Dejour. Disponível em: <https://turma5dejour.wordpress.com/2011/05/14/304/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

HAWANNY, Thonny. O grupo arco-íris de Rondônia: origem e natureza. **Blog do Thonny Hawany**. Disponível em:

<https://www.thonnyhawany.com/2011/02/o-grupo-arco-iris-de-rondonia-origem-e.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

KARIPUNA. **Povos indígenas no Brasil**, 2005.

Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em 27 de set. 2021.

LEGISWEB Porto Velho. Decreto Nº 16612 DE 23/03/2020. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391728>. Acesso em: 07 mai. 2021.

LEGISWEB, Porto Velho. Decreto Nº 16612 DE 23/03/2020.

Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391728>. Acesso em: 07 mai. 2021.

LEMOS, Vinícius. **Coronavírus: as festas que se tornaram alvos da polícia após participantes testarem positivo para a covid-19**. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52289264>. Acesso em: 08 mai. 2021.

MATIAS, Francisco. **De Céus do Guaporé a Céus de Rondônia...** a história em movimento. Expressão Rondônia, 2016. Disponível em:

<https://expressaorondonia.com.br/de-ceus-do-guapore-a-ceus-de-rondonia-a-historia-em-movimento/>. Acesso em 03 nov. 2021.

OLIVEIRA, Elida; ORTIZ, Brenda. **Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil**. G1 Rondônia, Rondônia, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 06 mai. 2021

PALITOT, Alex. Edificações e monumentos históricos de Rondônia. **Trilhando a História**. Disponível em: [http://alekspalitot.blogspot.com/p/edificacoes-historicas-de-rondonia.html#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Mercado%20Municipal%20\(%20Mercado,o%20abastecimento%20de%20carnes%20verdes](http://alekspalitot.blogspot.com/p/edificacoes-historicas-de-rondonia.html#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Mercado%20Municipal%20(%20Mercado,o%20abastecimento%20de%20carnes%20verdes). Acesso em: 28 abr. 2021.

PARA conter aglomerações, Parque da Cidade é fechado por tempo indeterminado em Porto Velho. **G1 Rondônia**, Rondônia, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/15/para-conter-aglomeracoes-parque-da-cidade-e-fechado-em-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PAULO SÉRGIO (CANTOR). In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paulo_S%C3%A9rgio_\(cantor\)&oldid=61828567](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paulo_S%C3%A9rgio_(cantor)&oldid=61828567). Acesso em: 12 ago. 2021.

PRESIDENTE de Ong de apoio a gays e transgêneros é morto em RO. **Imirante.com**, 2006. Disponível em:

<https://imirante.com/brasil/noticias/2006/04/25/presidente-de-ong-de-apoio-a-gays-e-transexuais-e-morto-em-ro.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RAVELI, Nicoli. Por quê os médicos da peste bubônica usavam máscaras de bico de pássaro?. **Aventuras na História**, São Paulo, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/por-que-os-medicos-que-lutavam-contra-pestes-bubonicas-usavam-mascaras-de-bico-de-passaro.phtml>. Acesso: 27 set. 2021.

SPENCER, Pamella. E acabou o carnagay. **Blog Isso é Tudo**. Disponível em: <https://issoetudobyamella.blogspot.com/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

THOMAZ, Danilo. **Grupo Paulista de Direita cria movimento conservador para atuação nacional**. O Globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/grupo-paulista-de-direita-cria-movimento-conservador-para-atuacao-nacional-23856855>. Acesso em: 05 set. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. **Centro de Documentação História**. Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/resp-doc-historica>. Acesso em: 08 mai. 2021.

TRANSEXUALIDADE não é transtorno mental, oficializa OMS. **Conselho Federal de Psicologia**, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transsexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ÚLTIMAS notícias de coronavírus de 20 de março. G1, Rio de Janeiro, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/20/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-20-de-marco.ghtml>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

VEJA quantos casos de coronavírus foram registrados em RO até 27 de março. G1, Rio de Janeiro, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/03/27/em-uma-semana-casos-de-coronavirus-sobem-500percent-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2021.

VEJA quantos casos de coronavírus foram registrados em RO até 27 de março. G1 Rondônia, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/03/27/em-uma-semana-casos-de-coronavirus-sobem-500percent-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. **Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 66-81, 1991. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/414.pdf. Acesso em 11 out. 2021.

ALMEIDA, J. R. Práticas de História Pública. O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47- 55.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Hailey Kaas; JESUS, Jaqueline Gomes de. “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais”. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, nov. 2012.

ALVES, Hailey Kaas. **O que é transfeminismo?** Uma Breve Introdução, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%2006%20-%20O-que-%c3%a9-Transfeminismo.pdf.

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. **Carapanã Encheu, Voou: o Portovelhês**. Editora: Temática, Porto Velho, 2015.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudo Feminista**. Florianópolis, 8(1), 2000. p. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em 10 nov. 2020.

AQUINO, Luiz Otávio. Discurso lésbico e construções de gênero. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.79-94, jan. 1995. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/genero_e_identidade_de_genero/5-06.pdf. Acesso em 08 out. 2021.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria G. B. de. Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.

Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1648>. Acesso em: 21 out. 2021.

ÁVILA, Rebeca Contrera. Formação das Mulheres nas Escolas de Medicina. **Revista brasileira de educação médica**. 38 (1): 142-149; 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/LfWJZy3Jg8XDmC9R3BQdZhM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

BARROS, Sullivan Charles. Bichas, o documentário: histórias de homofobia e empoderamento em uma leitura queer. **Muiraquitã**, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/1381>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony Willian. Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 54, p. 29-56, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2017.vol.54.02>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BENEVIDES, Bruna; BONFIM, Sayonara Nader. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2020.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.) **Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BEZERRA, Danieli Machado. **Prostitutas entendidas: o que entender?**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Natal, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093843.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, v.20, n.2, jul-dez., 2015, p. 27-55. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BLACKMAN, Cledenice. **Os Barbadianos e as contradições da Historiografia Regional**. 2007. Monografia (Bacharelado em História). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2007.

BLACKMAN, Cledenice. **Do mar do Caribe à beira do Madeira: A comunidade antilhana de Porto Velho**. 2015. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2015.

BOITA, Tony Willian; BAPTISTA, Jean. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, v. 5, p. 108-119, 2017a. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 4 agosto 2022.

BOITA, Tony. 5 museus (+iniciativas) travesti e trans para visitar online. **Memória LGBT**. 2020. Disponível em: <https://memoriaslgbt.com/2020/04/14/5-museus-t/>. Acesso em: 4 agosto 2022.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. **Quaderns de Psicologia**, 2015, Vol. 17, N. 3, 123-134.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Estrada de Ferro Madeira – Mamoré: uma história em fotografias**. Porto Velho: Grafel e Grafica Editora, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Difel, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGANÇA, L. **Desaquendendo a história drag**: no mundo, no Brasil e no Espírito Santo. Vitória: Edição Independente, 2018.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDAS, Alberto Lins. Espaço e experiência: história oral e geografia humana. **Revista Online Zona de Impacto**, ISSN 1982-9108: Vol.8, Ano VIII, 2006. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/espacoexperiencia.htm>. Acessado em 2010.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história**. Loyola: São Paulo, 1999.

CALDAS, Alberto Lins. **Nas águas do texto**. Palavra, Experiência e Leitura em História Oral. Porto Velho: Edufro, 2001.

CALDAS, Alberto Lins. Seis ensaios de história oral. **Caderno de Criação**: 37/57, UFRO/Centro de Hermenêutica do Presente, nº15, ano V, Porto Velho, junho, 1998.

CÂMARA, A. O Vôo da Beleza: Experiência Transgênero e Processo Migratório. **32 Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Minas Gerais: FINEP. 2008

CAMARGOS, Moacir Lopes de. **Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r) esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo**: 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

CARDOSO, Cláudia P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7297>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, p. 965-986 setembro-dezembro/2014. Disponível em:

https://www.academia.edu/11277337/CARDOSO_Claudia_Amefricanizando_o_feminismo. Acesso em: 14 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. **Cadernos Geledés**, São Paulo, n. 4, p. 13-18, nov. 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2015/05/%C3%AAnerora%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, v. 3, p. 13-18, dez. 1995. Semestral. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, dez. 2003. Quadrimestral. UNIFESP.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CASTRO, Thainá. Ensino em Museologia e problemáticas metodológicas para uma Museologia LGBT: caminhos para uma política de acervos no Museu da Diversidade Sexual. **Revista Memórias LGBT**. Ano 7 – ed. 12. 2020.

CEMIN, Arneide Bandeira. **COLONIZAÇÃO E NATUREZA: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Janaina Kelly Leite. **Perspectiva histórica e identitária do movimento feminista: a contra-hegemonia e resistência no Projeto Canta Mulher de Porto Velho**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Departamento de Línguas Vernáculas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2019

CLEIDE, Fátima. **Pela diversidade: um debate sobre o PLC 122**. Brasília, 2009.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, p. 419-459.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>
Acesso 06 mai. 2021.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Angislaine; GOMES, Denise Maria Cavalcante. A multifuncionalidade das vasilhas cerâmicas do alto rio Madeira (séculos X-XII d.c): comensalidade cotidiana e ritual. **Rev. antropol.** (São Paulo, online) v. 61 n. 3: 52-85, 2018. DOI:10.11606/2179-0892.RA.2018.152040.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**: identidades de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DO BONSUCESSO, F. Juízo e Sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália. In: PISCITELLI, A.; DE OLIVEIRA, G.; NIETO, J. **Gênero, sexo, afetos e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: UNICAMP/PAGU, 2011. p. 225-262.

ENGELS, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 430-450.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALCÃO, Kary Jean. **As contribuições linguísticas dos povos de religião de matriz africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

FALCÃO, Kary Jean. Rondônia e homossexualidade: uma história marcada por crimes homofóbicos. **Saberes da Amazônia**. Porto Velho, 2016, v.1, n. 03, p.177-188. DOI: <https://doi.org/10.31517/rsa.v1i3.52>.

FALCÃO, Kary Jean. **Identidades construídas em forma de docência: desafios e perspectivas de professoras travestis e transexuais em Rondônia**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) PUCRS, Porto Alegre, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2008.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. Dossiê: Questão ambiental na atualidade. **Revista convergência Crítica**, n. 13, 2018p. 78-90. Lisboa: 70. 2018. Disponível em: [https://www.bing.com/search?pglt=2083&q=FANON%2C+Frantz.+Racismo+e+cultura.+In+M.+R.+Sanches+\(Org.\).+Malhas+que+os+imp%C3%A9rios+tecem%3A+Textos+anticoloniais%2C+contextos+p%C3%B3scoloniais.+Lisboa%3A+70.+2012.&cvid=d35c1808f6104da095b8a6d95fdcea2b&aqs=edge..69i57.967j0j1&FORM=ANNTA1&PC=U531](https://www.bing.com/search?pglt=2083&q=FANON%2C+Frantz.+Racismo+e+cultura.+In+M.+R.+Sanches+(Org.).+Malhas+que+os+imp%C3%A9rios+tecem%3A+Textos+anticoloniais%2C+contextos+p%C3%B3scoloniais.+Lisboa%3A+70.+2012.&cvid=d35c1808f6104da095b8a6d95fdcea2b&aqs=edge..69i57.967j0j1&FORM=ANNTA1&PC=U531). Acesso em: 14 fev. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, V. 12, Nº 1, jan.-abr. 2004 - pág. 47-71.

FARES, Josse. O boto, um Dândi das águas amazônicas. **Revista Moara**, Belém, v. 1, nº5, p. 47-63, abr./set., 1996.

FAVERO, Sofia Ricardo. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15 (3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020.

FECHINE, Elaine Gonçalves. A opressão e a violência presentes no cotidiano das mulheres. **Revista Presença Especial Mulher**. ano XI, n. 32, Porto Velho: EDUFRO, 2003.

FECHINE, Elaine F. Gonçalves. **Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira: Cotidiano Envolto em Brumas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho. 2007.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FONSECA, Dante Ribeiro. A Madeira-Mamoré e o imperialismo na Amazônia. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**. Recife. N. 17. 1998.

FONSECA, Dante Ribeiro. **Estudos de História da Amazônia**. Porto Velho: Maia, 2007.

FORONI, Paola Conceição. **Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Ed. Graal - RJ, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: WMF, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. 2. Ed. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. IV. p. 241-252.

FRY, Peter; MacRae Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAULD, Charles. **Farquhar, último Titã**. Tradução de Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon**: ginasianos na Aracaju dos Anos Dourados. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2002.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GÓIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. 2003, vol.11, n.1, pp. 1-8.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 39(2): 175-199, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Coleção Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS/UFSC, 1998.

HARDMAN, Francisco F. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. SP: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade?. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais 9. Ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Cap. 3, pp.103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 1995. p. 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

Acesso em: 11 nov. 2021.

HARROUK, Christele. **Espaços públicos**: lugares de protesto, manifestação e engajamento social [Public Spaces: Places of Protest, Expression and Social Engagement] 15 Jun 2020. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/941514/espacos-publicos-lugares-de-protesto-manifestacao-e-engajamento-social>. Acesso em: 13 out. 2021.

HILÁRIO, Rosangela Aparecida. O feminismo negro como estratégia para assunção de direitos de mulheres preta e periféricas. **Ensaio Filosóficos**. Rio de Janeiro, 2019. 40-57.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos impérios**: 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Fabíola. **Experiência e Memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2006.

HOLANDA, Fabíola. A memória construída: comunidade de destino, colônia e rede. **Primeira Versão**. Ano II, V. 8. nº123, Porto Velho, 2003, p. 1-5.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. de Marcelo Brandão. 2.ed. São Paulo : editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: editora Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **Intelectuais negras**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478. 1995.

HUGO, Vitor. **Segurança Pública**: a presença de minorias sexuais na sociedade brasileira. Rondônia: VH Editores da Amazônia, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: Teorias e Práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

JUCANDELLA, Imma Llorc i. **Ecofeminismo(s): o feminismo ecologista: estado del debate em la Índia**.

Disponível: http://www.geocities.com/equipasia/Art_ecofeminismo_Imma.htm, 1997. Acesso em: 14 jun. 2022.

JUSTA, Juliana Frota da. **“Bastidores e Estréias”: performers trans e boates gays abalando a cidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LACERDA, Thays de Campos. Tereza Benguela: Identidade e representatividade negra. **Revista de Estudos Acadêmicos e Letras**, vol 12, N° 2, p 89-96, abril. 2019.

LADEIA, Mayara Lacal Cunha. **Do movimento à teoria: investigando a construção e a aplicabilidade da Museologia LGBT em espaços de memórias dissidentes**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234151>. Acesso: 21 mar. 2023.

LASSO, Pablo. Antropologia cultural e homossexualidade: variantes do comportamento sexual, culturalmente aprovadas. In: VIDAL, M; MARTOS, J.M.F; GAFO, J; HIGUERA; G; RUIZ, G. (orgs.). **Homossexualidade: ciência e consciência**. Edições Loyola, São Paulo, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Ari. Da vida rasgada. Imagens e representações sobre o negro em Madame Satã. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens**, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Salvador, v. 1, n. 2, 2006.

LIMA, Marta Valéria de. A organização político administrativa: de Território Federal do Guaporé a estado de Rondônia. DIAS, Vinicius Rodrigues (Org.). **História de**

Rondônia: a transição de Território Federal a Estado. Porto Alegre : Mundo Acadêmico, 2021. p. 26-40.

LIMA, Michele Pires. **Senhoras do tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus. 2021.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte : Editora Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. Age, race, class and sex: women rede ning di erence. Paper del delivered the Copeland Colloquium, Amerst College, Reproduced in: **Sister Outsider Crossing Press**, California, 1984. Disponível em: https://www.colorado.edu/odece/sites/default/files/attached-files/rba09-sb4converted_.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

LOPES, Fabrício Ricardo. **Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho. 2017.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Rev. Pensamento Plural**, Pelotas [12]: 7 - 35, janeiro/junho, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Trad. Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Pensadores).

MARIUZZO, Patrícia. Os Desafios da Museologia de Gênero. **Ciência e Cultura**, v.68, n.4, São Paulo, 2016.

MARTINS, Breno Vinícius. To be: ser ou estar. In: ALEIXO, Alanys. (Org.). **Gordes**: uma celebração aos corpos livres. Rio de Janeiro: Se Liga Editorial, 2021. p. 73-79.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, RJ, vol. 1, nº2, 1996, p.73-98.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de Morte Kaiowá**: história oral de vida. Loyola, São Paulo, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia Silveira de. Na academia. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (ORG.). **Explosão feminista**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

MOURA, Alessia Rodrigues. **Violência e resistência na escolarização de mulheres trans na Amazônia**. Porto Velho: Edufro, 2022.

MOUTINHO, Marcelo. **Memórias de Rondônia: povos e culturas do rio Madeira**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2010.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre. 2004.

MOREL, Edmar. **A revolta da chibata**. 5ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009.

MOREL, Marco. **João Cândido e a luta pelos direitos humanos**, livro fotobiográfico. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008.

MOSER, Lilian Maria. **Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção Dos Produtores De Ouro Preto D’Oeste – RO**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MOSER, L. M. . Identidades Silenciadas: a repressão da beleza negra. In: Moser, Lilian M.; ALVES, Eva da S.; CAETANO, Renato F.; SILVA JÚNIOR, Tarciso P. (Org.). **Das Matas, Rios e Cidades**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 111-135.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 72, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Espaço ribeirinho: migrações nordestinas para os seringais da Amazônia**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo, Terceira Margem Editora Didática, 2000.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças. **Parteiras ribeirinhas: saúde da mulher e o saber local**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.

NERY, João Walter; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. João W. Nery: A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista. In: **Periódicus**. n. 4, v. I, nov. 2015 - abr. 2016. p. 169-178.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans. **História Agora**, v.16, nº 2, p. 139-165, 2013.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia. Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; PIMENTEL, Nábila Raiana Magno. Da ameaça à Esperança: memórias e histórias sobre a primeira mãe de santo do município de porto Velho. Dossiê “A construção do Sujeito Contemporâneo: Perspectiva para a Amazônia – parte I”. **Revista Labirinto** – Ano X, nº 13 – ago. 2010.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. A ONG Igualdade: a consolidação da organização das travestis e transexuais em Porto Alegre – RS. **Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020.

OLIVEIRA, Jorge Coimbra de. **A burocracia elitizada e o Polonoroeste em Rondônia**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. **A ascensão do conservadorismo no Brasil: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores**. In: XXXI Congresso Latino Americano de Sociologia - ALAS, Montevideo, 2017.

ONOFRE, Mariangela Aloise. **Gênero, Violência e Política Pública de Desenvolvimento: Aplicação da Lei Maria da Penha em Porto Velho**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2009.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: @existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. **Revista Periódicus**, 1(9), 161–191, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador: Editora Devires, 2020.

PACE, Ana Amelia Barros Coelho. **Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras Francesas) – Programa de Pós- graduação em Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PACE, Ana Amelia Barros Coelho. Aspectos do pacto autobiográfico em “L’autobiographie en France”. **Darandina**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2013.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu** (25), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/Unicamp, 2005, p. 217-248.

PELÚCIO, Larissa. “Amores perros” - sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, A.; DE OLIVEIRA, G.; NIETO, J. **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil** (Coleção Encontros). Campinas (SP): UNICAMP/PAGU, 2011. p. 185-224.

PERES, Maria Angélica de Almeida; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. Uniforme como signo de uma nova identidade de enfermeira no Brasil (1923-1931). **Esc. Anna Nery**, 2014; 18 (1):112-121.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. **X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)**, Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana

de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 jul, 1, 2 e 3 de agos. 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>.

PESSOA, C., ZUSE, S., COSTA, A. F., KIPNIS, R., & NEVES, E. G. (2020). Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 15(2).

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1993.

PINTO, Roquette. **Rondônia**. Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, vol. 39, 4ª ed., São Paulo, 1938.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, RJ, Vol. 2, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, RJ, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RATTZ, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex. Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgttb. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.) **Homossexualidade sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Booklinks/Teresina: Grupo Matizes, 2007.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto: Histórias de professoras Transexuais e travestis na Educação Brasileira**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2013.

RENK, Valquiria Elita. **Aprendi falar português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RISA. **O Movimento Feminista e a influência nas políticas públicas de Porto Velho**, 2013. Disponível em:

<https://blogueirasfeministas.com/2013/08/12/o-movimento-feminista-e-a-influencia-na-s-politicas-publicasde-porto-velho/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

RISA. **As mulheres que meteram a colher**: história do movimento feminista de Porto Velho Rondônia (1980 a 2009). Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

RIVEIRA, Syvia; JOHNSON, Marsha P. S.T.A.R. Acción Travesti Callejera Revolucionaria. **Supervivencia**, revueta y lucha trans antagonista. Ver: <https://editorialimperdible.com/2022/10/10/nueva-edicion-accion-travesti-callejera-revolucionaria-revisada-y-ampliada/>. Acesso em: 5 out. 2022.

RODOVALHO, A. M. O Cis pelo Trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fev. 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História Oral e história das mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v.16, n. 2, 2013.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: Costa, A. de O. & Bruschini, C. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Primórdios do conceito de gênero. In: Campinas: **Cadernos Pagu** – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX, Nº 12, especial, organizado por Mariza Corrêa, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAYER, Faye. **Public History**. A Practical Guide. London: Bloomsbury, 2015.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero e feministas: um campo científico?. In: **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, 2007, Caxambu. São Paulo, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 16 (2), 1990.

SCOTT, Joan. Experiência. In A. L. Silva, M. C. S. Lago & T. R. O. Ramos (Orgs.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v.14, suplemento, p.15-50. dez. 2007.

SIENA, Osmar. Desenvolvimento Sustentável: histórico e discussão conceitual. In: José Januário do Amaral; Maria das Graças Silva Nascimento Silva; Mariluce Paes de Souza. (Org.). **Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o Desenvolvimento**. 1ª ed. Porto Velho: EDUFRO, 2001, v. 1, p. 103-116.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, nº 1, p. 61-71, 2000.

SILVA, Antônio Cândido da. **Enganos da nossa história**. Porto Velho: Edufro, 2007.

SILVA, C. G. P., & COSTA, A. F. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o séc. XVIII. **Amazônica**, 6(1), 136-165, 2014.

SILVA, Amizael Gomes da. **Da chibata ao inferno**. Porto Velho: Edufro, 2001.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia**: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana**. Porto Velho, SEDUC, 1984.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil**. São Paulo: Altana, 2007.

SILVA, Lauri Miranda. **Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho (2003 a 2009)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2010.

SILVA, Lauri Miranda. **Revelações e ocultamentos: as representações de gêneros nos estudos multidisciplinares realizados na Universidade Federal de Rondônia (1990- 2010)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

SILVA, Lauri Miranda; SCHMIDT, Benito Bisso. Francinny, Úrsula e Welly: mulheres trans-negras universitárias em Rondônia – experiências de opressão e resistência. In: VANTOIR, Roberto Brancher; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes (orgs.). **Caminhos possíveis à inclusão V: gêneros, (trans) gêneros e educação – alguns enfrentamentos**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. Cap. 9, p. 168-188.

SILVA, Lauri Miranda. Conquistas e desafios: as políticas públicas para a comunidade LGBTQI+ no Brasil, em especial na cidade de Porto Velho/RO, do final da década de 70 aos dias atuais. In: **Simpósio Nacional de História – ANPUH/Brasil**, Recife, 30, 2019.

SILVA, Lauri Miranda. Mulheres trans-negras universitárias em Rondônia - experiências de opressão e resistência. In: VELOSO, Igor; HILÁRIO, Rosangela; DIONÍSIO, Tiago; REIKDAL, Cléverton (orgs.). **Dissidências sexuais e de gênero em diversos campos de lutas: o sentido do direito à existência**. Ed. – Porto Velho – RO: EDUCAR, 2021. Cap. 6, p. 94-112.

SILVA, Lauri Miranda. Reflexões e desafios para salvaguardar memórias LGBTQIA+ em Rondônia. In: VIEIRA, Leonardo (Org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo : Museu da Diversidade Sexual, 2023.

SILVA, Lauri Miranda; LIMA, Michele Pires. “Experiência de emprego é prostituição!” Os mundos do trabalho nas experiências de travestis e transexuais amazônicas (entre 1970 e a primeira metade do século XXI). In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SILVA, Susana Vele da. Os estudos de gênero no Brasil. **Revista bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, 262, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do Movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na Saúde. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre a história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não?. MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo e BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos?** What public history do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SOARES, Douglas Verbicaro; PEREIRA, Gabrielle Keller. Las canciones utilizadas como instrumento de educación y sensibilización social sobre la orientación homosexual. **Revista Pensamento Jurídico** – São Paulo – Vol. 14, Nº 1, jan./jul. 2020.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOUZA, Josy Maria Alves de. **Nomes sociais de pessoas transgêneros e nomes artísticos de drag queens do estado de Rondônia: questões de identidade linguística e de gênero**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SOUZA, Lady Day Pereira de. **Mulheres Indígenas em Porto Velho: Relações Sociais de Gênero, Situações de Desenvolvimento e Políticas Públicas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

SOUZA, Rita de Cássia de. Punições e disciplina: introdução ao estudo da cultura escolar. In: **Congresso de pesquisa e ensino em história da educação em Minas Gerais**, 2. 2003, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des) ordem na Fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia: uma memória em disputa**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido da Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1985). **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCO, Caio de Souza; LEMES, Morgan Santos. Transmasculinidades no Rio Grande do Sul: movimentos, comunidades e resistências. In: SCHMIDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (orgs). **Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Taverna. 2022.

TEDESCO, Caio de Souza. **“Nós somos complexos”: historiografia queer na contemporaneidade - uma análise da operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TEDESCO, Caio de Souza. Por uma historiografia transgressora: problematizando a operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. Brasília, vol. 11, n. 21. 2022. p. 182 - 208. Disponível em: . Acesso em: 18 junho 2022.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. **Cadernos Pagu** (31), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2008, p. 275-308.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana, 2001. 2ª ed.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley. **Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a facebook**. Barcelona: Crítica, 2010.

TOMLINSON, H. M. **O mar e a selva – Relato de Um Inglês na Amazônia**. São Paulo: Editora Paco, 2014.

TOURAINÉ, Alan. Na fronteira dos movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v.21. n.1, p. 17-28, jan/abr. 2006.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio;

FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX. In: **Congresso de história da educação de Minas Gerais**, 2, 2003.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANA, João Paulo S. L. Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia. DIAS, Vinicius Rodrigues (Org.). **História de Rondônia: a transição de Território Federal a Estado**. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021. p. 87-113.

VIEIRA, Leonardo (Org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023.

VITAL, André Vasques. **Comissão Rondon, política e saúde na Amazônia: a trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no alto madeira (1909-1919)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s.n., 2011.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **A liberdade por um fio a história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WANDERLEY, Sonia. Didática da História escolar. Um debate sobre o caráter público da história ensinada. In: ALMEIDA, Junielle Rabêlo de e MENESES, Sônia (orgs.). **História Pública em Debate**. Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.



ZANELA, Maria. **Travestis em contextos de prostituição de rua: Sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Breno Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCH/UFRGS - Caixa postal 15056, CEP: 91601-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-6639

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Breno Vinícius Negreiros Martins, Nacionalidade brasileira,
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os
objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do
presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História
intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS
LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a
realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins
científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da
pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito,
todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim
fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem
e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei
9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 19 de março de 2020.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora

Zenito J. A. da
Orientador

Breno Vinícius Negreiros Martins
Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE B - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Kary Falcão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IPCHUFRGS - Caixa postal 16066, CEP: 91501-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-8639

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Kary Jan Falcão, Nacionalidade Brasileira,
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 04 de Agosto de 2021.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora



Zenito J. A. et al.
Orientador

Kary Falcão
Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE C - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Karen de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCH/UFRGS - Caixa postal 16066, CEP: 91501-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-8639

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Karen de Oliveira Dias, Nacionalidade Brasileira,
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os
objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do
presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História
intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS
LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a
realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins
científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da
pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito,
todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim
fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem
e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei
9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 26 de Junho de 2020.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora

Zenito J. A. de O.
Orientador

Karen de Oliveira Dias
Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE D - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Alessia Moura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCH/UFRGS - Caixa postal 15055, CEP: 91501-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: pphist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-6639

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu ALESSIA RODRIGUES MOURA, Nacionalidade BRASILEIRA,
CPI [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 26 de Julho de 2020.

Lauri Miranda Silva

Pesquisadora

Zenito J. A. da

Orientador



A.R. Moura

Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE E - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Cleyanne Alves

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCH/FRGS - Caixa postal 15055, CEP: 91501-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-8628

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Cleyanne Alves, Nacionalidade Brasileira,
CPF [REDACTED] RG [REDACTED] depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 06 de Julho de 2021.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora



Zenito J. E. da
Orientador

Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE F - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos da Brenda Sabrina

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCH/UFRGS - Caixa postal 15055, CEP: 91501-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-6639

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Brenda Sabrina Moraes da Silva, Nacionalidade Brasileira,
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os
objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do
presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História
intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS
LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a
realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins
científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da
pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito,
todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim
fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem
e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei
9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 08 de julho de 2021.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora



Zenito J. A. Ott
Orientador

Brenda Sabrina Moraes da Silva
Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE G - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Raymisson Correa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCHUFRGS - Caixa postal 16066, CEP: 91501-970, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-6630

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu RAYMISON CORREA DA SILVA, Nacionalidade BRASILEIRO,
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os
objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do
presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História
intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS
LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a
realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins
científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da
pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito,
todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim
fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem
e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei
9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 12 de Julho de 202021.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora


Zenito J. E. da S.
Orientador

Raymisson Correa da Silva
Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE H - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos do Apollo Nunes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Endereço Postal: IFCH/UFGRS - Caixa postal 15065, CEP: 91501-870, Bairro Agronomia,
Porto Alegre-RS, Brasil
Correio Eletrônico: ppghist@ufrgs.br; Fone/Fax: (51) 3308-6639

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Apollo Nunes da Silva, Nacionalidade Brasileiro,
CP [REDACTED], RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os
objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do
presente termo, a pesquisadora Lauri Miranda Silva com a pesquisa de seu doutorado em História
intitulada "IDENTIDADES E NARRATIVAS: AS RESISTÊNCIAS DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS
LGBTIQ+ E DE MULHERES EM RONDÔNIA (a partir da década de 1980 até o presente)" a
realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos e/ou depoimentos para fins
científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da
pesquisa, acima especificada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito,
todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim
fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem
e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei
9160/98 (Lei dos Direitos Autorais). Porto Velho, Rondônia 20 de Março de 2020.

Lauri Miranda Silva
Pesquisadora

Zenito J. A. da S.
Orientador

Apollo Nunes da Silva
Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE I - Guia da Pesquisa de Campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Doutoranda – Lauri Miranda Silva.

Orientador – Benito Bisso Schmidt.

Projeto: VOZES SUBVERSIVAS E CORPOS TRANSGRESSORES: memórias e narrativas da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (a partir da década de 1980 a 2022).

Guia/entrevista

1. Nome:
2. Idade:
3. Profissão:
4. Local da entrevista:
5. Horário:
6. Data do encontro:
7. Como você gostaria de se apresentar?
8. Pode me contar um pouco da sua trajetória de vida a partir de sua infância?
9. Quais motivos te levaram a se engajar nas lutas em prol do Movimento? Em que período, ano...?
10. Como surgiu o Coletivo, Movimento, ONG...?
11. Qual a missão do Coletivo, Movimento, ONG.. Como você juntamente com o Coletivo, Movimento, ONG ...contribuem ou contribuíram na luta contra a discriminação e violência no Estado?

12. Quais dificuldades ou problemas você encontra ou encontrou na militância dentro e fora dos Movimentos?
13. Notei que houve um enfraquecimento do Movimento LGBTQIA+ no Estado a partir de 2015. Você concorda? Como você explica esse enfraquecimento? Por exemplo, não houve mais a Parada LGBTQIA + e a Marcha da Diversidade...
14. Eu percebi uma união entre o movimento LGBTQIA + em Rondônia e o Movimento de Mulheres (Coletivo Filhas do Boto Nunca Mais) desde o processo eleitoral de 2018 até o presente momento, qual sua visão a respeito dessa conexão?
15. Já sofreu discriminação [devido a sua raça, classe, identidade de gênero, religiosidade ou sexualidade]? Onde? Como aconteceu?
16. Que análise você faz das políticas públicas para LGBTQIA+ e Mulheres no contexto atual no Brasil e em Rondônia?
17. O que você idealiza a partir de sua militância?